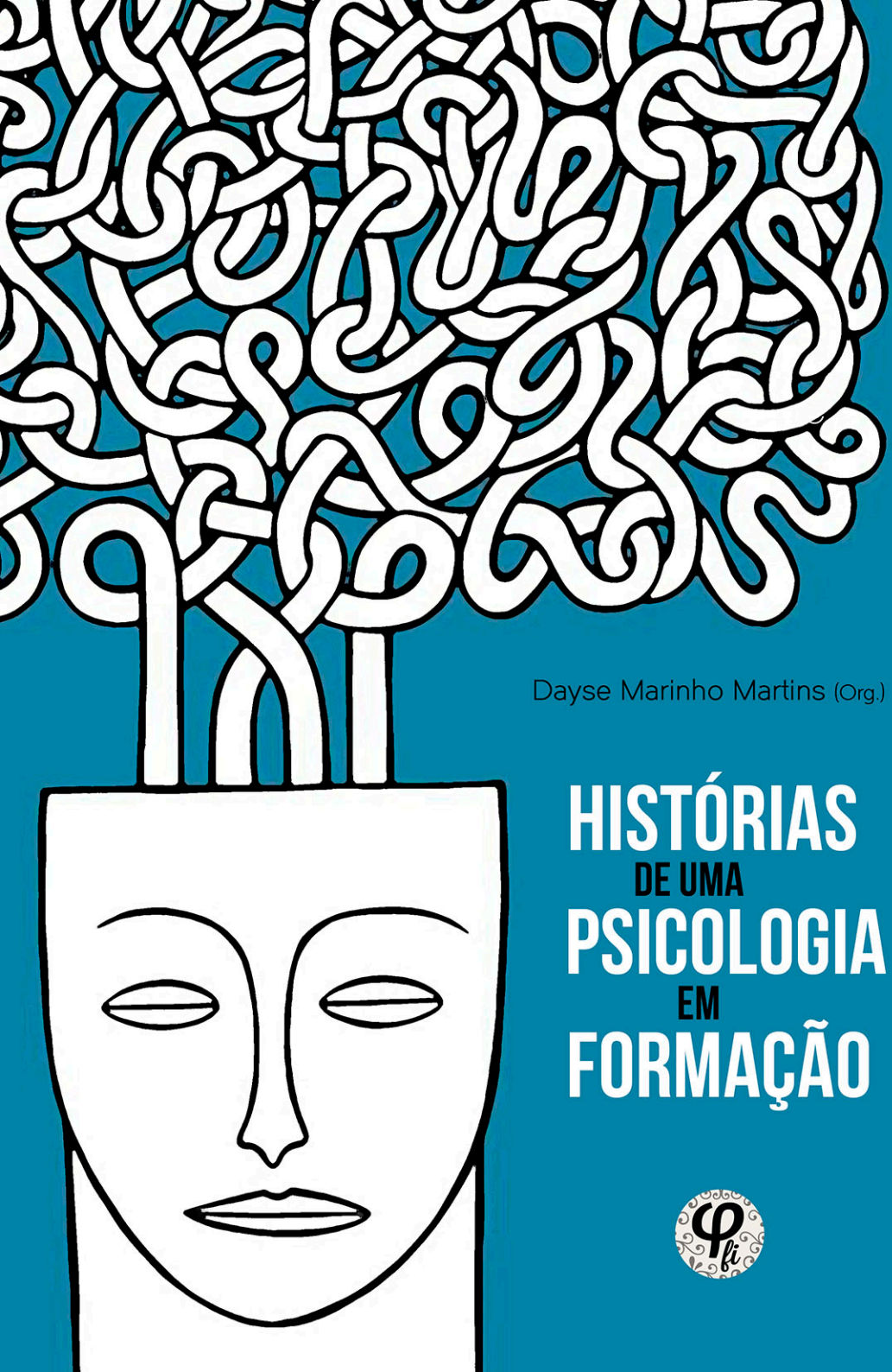


Dayse Marinho Martins (Org.)

HISTÓRIAS DE UMA PSICOLOGIA EM FORMAÇÃO

φfi

A Coletânea Histórias de uma Psicologia em formação é uma produção resultante do esforço coletivo de discentes do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão sob a orientação de docentes do Departamento de Psicologia (DEPSI) UFMA. Os autores desta obra compõem a turma pioneira de graduandos do Currículo 20 do Curso de Psicologia, ingressantes no Ensino Superior a partir de 2015, alguns já concludentes em 2020. Nesta obra, os artigos abordam uma diversidade de temas discutidos ao longo dos 5 anos de formação universitária entre disciplinas e estágios. Assim, para além do cumprimento de requisitos avaliativos, os trabalhos realizados constituíram produções que evidenciam experiências, problematizações, ensaios e discussões sobre questões da Psicologia. A coletânea está organizada em formato de e-book na perspectiva de ser disponibilizada na rede mundial de computadores (internet), facilitando o acesso por meio de tablets, notebooks ou celulares. Portanto, suscita o compartilhamento dos conteúdos e amplia o alcance das produções num caráter de objeto digital de aprendizagem para o percurso formativo do graduando em Psicologia. A obra representa o aprendizado na Graduação em Psicologia enquanto oportunidade de enriquecimento acadêmico e pessoal. Evidencia com isso, uma proposta formativa que proporcionou amadurecimento não apenas profissional, mas atitudinal, suscitando descobertas, angústias e reflexões, assim como a abertura à percepção das possibilidades dos discentes na relação com o mundo da vida.

Prof.ª Dr.ª Dayse Marinho Martins

9 786581 512712

editora fi.org

CC BY SA

Histórias de uma Psicologia em formação

Histórias de uma Psicologia em formação

Organizadora:
Dayse Marinho Martins

Diagramação: Marcelo A. S. Alves
Capa: Carole Kümmecke - https://www.behance.net/CaroleKummecke

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Todos os livros publicados pela Editora Fi
estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

http://www.abecbrasil.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

MARTINS, Dayse Marinho (Org.)

Histórias de uma Psicologia em formação [recurso eletrônico] / Dayse Marinho Martins (Org.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

516 p.

ISBN - 978-65-81512-71-2

Disponível em: http://www.editorafi.org

1. Psicologia; 2. História; 3. Coletânea; 4. Instituição; 5. Universidade; I. Título.

CDD: 140

Índices para catálogo sistemático:
1. Psicologia 140

Sumário

Apresentação 13
Dayse Marinho Martins

Prefácio 14
Lucas Guimarães Cardoso de Sá
Rosana Mendes Éleres de Figueiredo

1 17
Os cursos pioneiros de psicologia no Maranhão: análise de suas propostas curriculares
Júlia Boaz Rodrigues
Cristianne Almeida Carvalho

2 32
A infância sob o olhar da fenomenologia no estágio básico em psicologia do desenvolvimento
Dayse Marinho Martins
Jean Marlos Pinheiro Borba

3 58
Estagio basico em psicologia da saúde no CAPSI em São Luis do Maranhão: relato e discussão da experiência
Mariana Couto

4 71
O estágio básico em psicologia da saúde no hospital universitário - HUUFMA: um olhar sobre a atuação multiprofissional
Dayse Marinho Martins

5 85
O estágio básico em psicologia organizacional e do trabalho: uma experiência no setor de recursos humanos da UFMA
Dayse Marinho Martins

6 94
Memória e identidade institucional no estágio básico em psicologia escolar
Dayse Marinho Martins
Sávia Ferreira do Nascimento

7 112
Um olhar sobre a política de saúde mental do CAPS no estágio básico em psicologia social
Dayse Marinho Martins

8 121
A abordagem centrada na pessoa em Carl Rogers
Carlos Santos Leal
Dayse Marinho Martins
Elias Augusto Ribeiro Neto

9 132
Carl Gustav Jung e a história do movimento psicanalítico
Dayse Marinho Martins
Thamires Ayres Ribeiro

10 144
Aspectos da psicanálise em Jacques Lacan
Dayse Marinho Martins

11 154
Adolescentes em conflito com a lei: Impasses e desafios na atuação de Psicólogos no âmbito jurídico
Diego Leonardo França dos Santos
Loyane Ellen Silva Gomes
Wenderson Silva Furtado

12 172
Considerações sobre a institucionalização de crianças e adolescentes e a atuação do psicologo
Alexya Caroline Espíndola Rodrigues Souza Batista
Giullia Marques Goiabeira
Lucielle da Silva Oliveira

13 186
A psicologia jurídica e as práticas de adoção no Brasil
Dayse Marinho Martins
Flaviane Cartagenes Sousa
Marcia Cruz Silveira Soeiro

14 ..... **196**
Um panorama sobre a Associação Brasileira de Psicologia Jurídica (ABPJ)
Dayse Marinho Martins

15 ..... **204**
Psicologia do esporte e reabilitação
Dayse Marinho Martins
Kleina Silva Bezerra dos Santos
Larah Bogea Ribeiro
Manoel Silva França
Renata Silva Amador

16 ..... **217**
Contribuições da psicologia para a nutrição
Dayse Marinho Martins
Lucielle da Silva Oliveira

17 ..... **228**
Integrando conhecimentos de psicofarmacologia na formação inicial em psicologia
Andressa Kelly Pinheiro Rocha
Caroline Martins Dias
Dayse Marinho Martins
Elias Augusto Ribeiro Neto
Gabriella Dominices Penha
Karoline Magalhães Conceição
Lucielle Da Silva Oliveira
Thamires Ayres Ribeiro

18 ..... **248**
Aspectos de neuroanatomia e conduta terapêutica em psicologia
Dayse Marinho Martins

19 ..... **265**
Os transtornos da personalidade: abordagens e intervenções
Dayse Marinho Martins
Diego Leonardo França dos Santos
Wenderson Silva Furtado
Matheus Correa de Jesus
Marcia Cruz Silveira Soeiro

20..... 284
Educação inclusiva no enfrentamento da psicofobia
Dayse Marinho Martins
Carlos André Dos Santos Jardim

21 297
A importância das relações familiares na infância
Caroline Martins Dias
Dayse Marinho Martins

22..... 306
Um olhar da psicologia sobre as ONGS como representação do terceiro setor nas politicas publicas
Caroline Martins Dias
Dayse Marinho Martins
Elias Augusto Ribeiro Neto
Karoline Magalhães Conceição
Lucielle Da Silva Oliveira
Thamires Ayres Ribeiro

23..... 322
Contribuições da psicologia social comunitária na formação inicial em psicologia
Dayse Marinho Martins

24.....332
O documentário "encontro com Milton Santos" no debate em psicologia social comunitária
Dayse Marinho Martins

25..... 344
O filme "Um divã para dois" (2012) sob a ótica da psicologia das relações familiares
Andressa Kelly Pinheiro Rocha
Caroline Martins Dias
Dayse Marinho Martins
Elias Augusto Ribeiro Neto
Karoline Maalhães Conceição
Lucielle Da Silva Oliveira
Thamires Ayres Ribeiro

26..... 358
Análise de personagens em narrativas fílmicas a partir da perspectiva gestáltica
Andressa Kelly Pinheiro Rocha
Caroline Martins Dias
Dayse Marinho Martins
Karoline Magalhães Conceição
Lucielle Da Silva Oliveira
Thamires Ayres Ribeiro

27..... 384
Abordagem do desenvolvimento adolescente a partir do filme "Preciosa - uma historia de esperança"
Andressa Kelly Pinheiro Rocha
Caroline Martins Dias
Karoline Magalhaes Conceição
Lucielle Da Silva Oliveira
Wanderlea Nazaré Bandeira Ferreira

28 396
Planejamento em dinamica de grupo
Caroline Martins Dias
Dayse Marinho Martins
Karoline Magalhães Conceição
Lucielle Da Silva Oliveira
Thamires Ayres Ribeiro

29..... 405
Prática de modelagem para uma criança lavar as mãos antes das refeições
Catarina Malcher Teixeira
Caroline Martins Dias
Dayse Marinho Martins
Mariana Santos Serra Carvalho
Thamires Ayres Ribeiro

30..... 414
Protocolo de observação do comportamento do Dr. Adrew Delucca na série Grey's Anatomy
Allisson Pereira de Sousa De Mesquita
Dayse Marinho Martins
Maayan Marie Sousa da Silva
Marcia Cruz Silveira Soeiro

31 ..... **425**
Análise do idoso na família: Afetividade ou exploração?
Thamires Ayres Ribeiro

32 ..... **437**
Os discursos de normatização sobre os corpos LGBTQI+ na contemporaneidade
Natássia Fortes Braga Portela e Silva

33 ..... **447**
O que pode um riso: da regulação social à destituição de autoridades
José Nicolau Gonçalves Fahd
Marcio José de Araújo Costa

34 ..... **473**
Subjetividade em *Pixels*: uma análise sobre o lugar da fotografia na contemporaneidade
Camila Araujo Marques
Carlos André dos Santos Jardim
Flaviane Cartagenes Sousa
Luciane Fontinele de Freitas
Heitor Natividade Oliveira

35 ..... **493**
A prática psicoterápica e a questão do racismo
Raquel Santos Almeida

Sobre os autores **510**

Apresentação

Dayse Marinho Martins [1]

A Coletânea **Histórias de uma Psicologia em formação** é uma produção resultante do esforço coletivo de discentes do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão sob a orientação de docentes do Departamento de Psicologia (DEPSI) UFMA. Os autores desta obra compõem a turma pioneira de graduandos do Currículo 20 do Curso de Psicologia, ingressantes no Ensino Superior a partir de 2015, alguns já concludentes em 2020.

Nesta obra, os artigos abordam uma diversidade de temas discutidos ao longo dos 5 anos de formação universitária entre disciplinas e estágios. Assim, para além do cumprimento de requisitos avaliativos, os trabalhos realizados constituíram produções que evidenciam experiências, problematizações, ensaios e discussões sobre questões da Psicologia. A coletânea está organizada em formato de *e-book* na perspectiva de ser disponibilizada na rede mundial de computadores (internet), facilitando o acesso por meio de tablets, notebooks ou celulares. Portanto, suscita o compartilhamento dos conteúdos e amplia o alcance das produções num caráter de objeto digital de aprendizagem para o percurso formativo do graduando em Psicologia.

A obra representa o aprendizado na Graduação em Psicologia enquanto oportunidade de enriquecimento acadêmico e pessoal. Evidencia com isso, uma proposta formativa que proporcionou amadurecimento não apenas profissional, mas atitudinal, suscitando descobertas, angústias e reflexões, assim como a abertura à percepção das possibilidades dos discentes na relação com o mundo da vida.

---

[1] Graduada em Psicologia UFMA (2020)

Prefácio

Lucas Guimarães Cardoso de Sá [1]
Rosana Mendes Éleres de Figueiredo [2]

A Psicologia é uma das ciências mais versáteis que existe. Com seu um século e meio de história moderna ela pode ser vista como uma das ciências humanas, uma das ciências sociais, uma das ciências da saúde e pode também, porque não, quando precisa, ter uma parte nas ciências exatas. Isso a leva a ser uma ciência de formação complexa, que exige do aluno uma igual versatilidade, tolerância, diferentes competências e habilidades.

E como colocar tudo isso em cinco anos de graduação, que na modernidade veloz que vivemos, passam quase sem percebermos? A verdade é que a real formação em Psicologia é contínua, não é o título de graduado que finaliza esse ciclo. O que o aluno aprende na graduação em uma universidade pública é só uma pequena amostra, gratuita e de qualidade do que virá, do que ele terá que buscar continuamente ao longo de sua carreira.

Na UFMA, desde 2015, essa amostra gratuita oferecida aos estudantes mudou. E se modernizou, com o objetivo de trazer ainda mais qualidade. O currículo 10, chamado agora informalmente de currículo velho, como o próprio nome diz, já não atendia mais à Psicologia do século XXI. A Psicologia do século XXI precisava falar de assuntos do século XXI. Desse anseio e das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) propostas na década de 2000 surgiu um novo projeto de formação. Que

[1] (DEPSI/ UFMA)
[2] (DEPSI/ UFMA)

avança em entender o psicólogo como um profissional de transformação humana, social, da saúde, amparada também por dados e outras informações que mostram que essa transformação de fato está ocorrendo.

Aliada a essa necessidade de atualização curricular imposta pelas DCN's, havia o clamor das(os) discentes em ter um curso que propiciasse atividades práticas (estágios obrigatórios), desde o início da graduação. Por outro lado, nas *Diretrizes* encontrávamos a condicionalidade em dividir o curso em ênfases. A consequência direta dessa condicionalidade seria a divisão dos campos de estágios a partir das ênfases. Portanto, a introdução de estágios desde o início do Curso não era só um pedido do corpo discente, mas um contingenciamento pedagógico e legal, "imposto" pelas DCN's.

Este foi o contexto que a Comissão responsável pela construção do novo PPP, analisando o cenário maranhense e as possibilidades de atuação dos psicólogos nesse cenário, indicou duas ênfases curriculares, a saber: processos clínicos e da saúde e processos psicossociais, a partir das quais pretendeu-se oferecer um caminho para o aluno ser capaz de colocar a transformação em prática, onde quer que ele esteja inserido como profissional. Este é o grande desafio do chamado *currículo novo*.

Esta coletânea mostra, em seu ineditismo, a materialização de todo esse desafio, marcando o fim do primeiro ciclo, dos primeiros profissionais a serem formados nesta nova perspectiva, em que o aluno é obrigado a sair dos muros da universidade e ir a campo saber como o psicólogo trabalha para, no dia a dia, transformar a realidade do outro. A diversidade de relatos de experiência, inclusive as "*descobertas obtidas*" a partir dos estágios básicos, apresentadas pelos discentes autores desta coletânes, nos dá a certeza que o caminho traçado no PPP do Curso de Psicologia estava correto. Este livro apresenta à sociedade científica e profissional da Psicologia um material que, além de relatar a experiência desses discentes, aponta caminhos para a intervenção, não só no Maranhão, mas em todos os espaços profissionais que psicólogos forem

"convocados" a intervir, profissionais críticos, comprometidos com a transformação de uma sociedade composta por indivíduos que apresentam inúmeras adversidades em seu cotidiano. E estão cônscios que o enfrentamento dessas situações é apenas o começo de uma longa trajetória profissional. A formação política, pessoal e teórica é para toda a vida. Como está afirmado no PPP do Curso de Psicologia/UFMA (p. 35) o "*profissional [formado deve ser] capaz de se firmar profissionalmente no mercado de trabalho, transitando com desenvoltura por entre as demandas sempre mutantes desse mercado. (...) comprometido com as demandas da realidade social brasileira, (...) contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática*".

Os caminhos, obviamente, estão abertos. Desafios sempre serão encontrados. Resta-nos, com muito orgulho, desejar-lhes sucesso em suas trajetórias profissionais e colocarmo-nos à disposição de continuar essa discussão acerca das possibilidades de intervenções profissionais nos mais diversos contextos, contudo, essas discussões acontecerão em outros patamares, em outras relações institucionais.

1

Os cursos pioneiros de psicologia no Maranhão: análise de suas propostas curriculares

Júlia Boaz Rodrigues
Cristianne Almeida Carvalho

1. Introdução

O presente artigo pretende dar seguimento as investigações acerca do processo de formação em Psicologia no Maranhão, por compreender que a Psicologia ainda se ressente de estudos acerca de sua formação e atuação profissional. As instituições de ensino superior pouco recebem *feedback* que permita reciclar o processo de formação e atuação.

Para isso, com o objetivo principal de investigar as propostas curriculares dos cursos pioneiros de Psicologia do Maranhão, considerando diferenças e aproximações entre as estruturas curriculares e o perfil dos egressos propostos, faz-se necessário, inicialmente, apresentar a contextualização histórica da Psicologia no Brasil e, também, no Maranhão.

A Psicologia no Brasil foi inicialmente desenvolvida a partir da influência da Medicina higienista no país, no século XIX. Os conhecimentos da ciência da Psicologia, influenciada pelos saberes desenvolvidos na Europa, serviram para o controle social de caráter higienista e com a finalidade de normatização social (ANTUNES, 2012).

De acordo com o autor acima, a Psicologia conseguiu conquistar o título de ciência autônoma a partir dos interesses para com o projeto de modernização do país.

> Entretanto, é necessário compreender a que interesses serviam essas demandas e as respostas buscadas na Psicologia. No confronto com a ordem política estabelecida pelos interesses agrários, o ideário liberal constituiu a mais importante base teórica dos intelectuais e de outros membros das camadas médias descontentes com seu alijamento do poder e de suas benesses (ANTUNES, 2012, p. 54).

Isso porque no final do século XIX até a década de 30 do século seguinte, a Psicologia adveio de um movimento das camadas intelectuais da sociedade brasileira, a fim da "construção de um novo homem, adequado aos novos tempos" (p. 53), aos tempos da modernidade. Na área da educação, a prática do uso de testes foi comumente difundida, como uma forma de normatização da sociedade, utilizada com meio de racionalização da educação e de outras instituições atreladas à indústria e ao comércio (ANTUNES, 2012).

A consolidação da Psicologia enquanto profissão no Brasil, porém, é recente. Sua regulamentação deu-se no ano de 1962, a partir da Lei nº 4119 (LISBOA & BARBOSA, 2009). E é com esse processo da se inicia a abertura de cursos de Psicologia no país.

> [...] o Conselho Federal de Educação (CFE) emite o parecer nº 403/62, fixando o currículo mínimo e a duração dos cursos de Psicologia. Esse documento compreende a formação em três níveis, cada qual com uma duração e um foco: bacharelado (4 anos), centrado na formação do pesquisador; licenciatura (4 anos), voltado para a formação do professor de Psicologia e formação do psicólogo (5 anos), dirigido à formação profissional (LISBOA & BARBOSA, 2009, p.722).

De lá para cá, novos critérios foram estabelecidos para a regulação e normalização dos cursos de Psicologia, a mais recente data março de 2011. As mudanças históricas nas diretrizes curriculares são de importância fundamental para a compreensão do processo de desenvolvimento dessa profissão no país, garantindo reflexões e novas práticas no que tange a possibilidade de ensino e prática dessa profissão.

Com a substituição do currículo mínimo, que estabelecia conteúdos essenciais (básicos) para a formação do profissional de Psicologia, e a implantação das Diretrizes Curriculares, há um deslocamento da importância dada aos conteúdos teóricos para o desenvolvimento de habilidades e competências mínimas estabelecidas para a atuação do(a) psicólogo(a) no país (FERREIRA, 2004). Diante desse fato, é preciso compreender que essa mudança se deu de forma gradual e pensada, a partir de reflexões acerca de como o profissional da Psicologia deve desenvolver sua atuação e da necessidade de ampliar o processo de formação do psicólogo no Brasil.

O currículo mínimo era estabelecido a partir do "parcelamento de disciplinas, o estudo é isolado dos problemas e dos processos concretos do contexto social em que se dão, e, por fim, a aprendizagem é realizada por meio do acúmulo de informações" (BERNARDES, 2012, p.218). A introdução das Diretrizes Curriculares Nacionais, no ano de 2004, propõe ampliar essa forma de ensino, norteando os princípios, fundamentos, condições de oferecimento e procedimentos para a concepção, implementação e avaliação dos cursos de psicologia do Brasil.

> A construção das Diretrizes Curriculares marca um processo histórico importante para a Psicologia brasileira, pois foram produzidas a partir de debates, de relações de poder e de intensas negociações entre diversos atores/autores e instituições. Como todo processo histórico e coletivo, foi marcado por avanços e retrocessos (BERNARDES, 2012, p.220).

Essa afirmação traduz o quanto, mesmo diante de avanços, ainda é preciso haver um constante repensar no ensino, pesquisa e atuação em uma profissão que requer competências e habilidades em diferentes vieses. Ainda assim, põe-se em questionamento a real forma de como as diretrizes estabelecidas são postas em prática.

É importante concluir, contudo, que o que se propõe, a partir das DCN, é o desenvolvimento de curso de Psicologia comprometidos com a realidade social brasileira e a formação de profissionais que possam estar

aptos para o trabalho teórico, prático e ético voltado a essa população, como afirmado por Amendola (2014, p. 977):

> As Instituições de Ensino Superior (IES), orientadas nesse sentido, visariam a uma formação básica, ampla e generalista que pudesse preparar o aluno para atuar em diversas áreas, mas que pudesse, ao considerar as especificidades de cada região do país, as demandas da sociedade, as características do mercado de trabalho, oferecer disciplinas que capacitassem o futuro profissional para analisar e atender às mais variadas demandas, respeitando os critérios teóricos, técnicos, mas principalmente éticos.

Já ao falar da história da Psicologia no Maranhão, o movimento dessa profissão no estado é ainda mais tardia. É só no final do século XX que o primeiro curso de Psicologia é criado no estado maranhense, sendo esse vinculado à Universidade Federal do Maranhão (ARAÚJO, 2014).

A Psicologia foi introduzida no Maranhão em um movimento semelhante ao apontado por Antunes (2012) mesmo que tardia, ou seja, seu processo foi congruente aos acontecimentos no resto do país. A Medicina e a Educação foram as primeiras vias da chegada desse saber no estado. A primeira mediante o trabalho de pediatras e de psiquiatras, no campo da Medicina (ARAÚJO, 2005). A outra via de entrada apontada pelos estudiosos da história da Psicologia é o da educação, e no Maranhão, como mostrado por Araújo (2014), esse movimento veio atrelado a necessidade de formação de docentes adaptados à realidade educacional brasileira.

> Durante muito tempo, no Maranhão, as escolas da rede pública e particular do ensino de 2º grau (atual Ensino Médio), em especial as Escolas Normais, contemplavam em seus currículos a disciplina Psicologia, assim como aquelas que habilitavam para o magistério de 1º grau (1ª a 4ª séries do atual Ensino Fundamental). A partir de 1997, aquela disciplina foi retirada dos currículos, permanecendo apenas nas escolas de formação de professores e nas escolas do ensino médio de Enfermagem com o título de Psicologia Aplicada e Ética Profissional, geralmente ministrada por um bacharel em Enfermagem e, ocasionalmente, por profissionais da área de Psicologia (p.147).

De acordo com Araújo (2005), os primeiros psicólogos no Maranhão optaram pelo trabalho na carreira organizacional, pela segurança financeira, por conta dos salários fixos. A área clínica também foi apontada como uma atividade exercida por esses psicólogos, mesmo que ainda fosse categorizado por alguns como um trabalho financeiramente instável. O Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) foi citado como um campo de atuação para esses profissionais, além dos consultórios. Outra via de inserção desses profissionais foi a partir do Hospital Nina Rodrigues, que mesmo que sua fundação tenha sido no ano de 1941, é só em 1987 que os primeiros psicólogos são registrados nessa instituição.

Ainda que os primeiros profissionais tenham chegado ao estado a partir da década de 80 do século XX, a esses restavam a formação em Psicologia em outros estados brasileiros, já que é só no ano de 1990 que o primeiro curso de Psicologia foi criado, sendo a Universidade Federal do Maranhão a primeira Instituição de Ensino Superior (IES) maranhense a oferecer essa possibilidade.

No entanto, somente em 1994 que o grau de Bacharel foi aprovado e efetivado, só essa titulação permitiu a oficialização da formação do psicólogo pela UFMA. O reconhecimento do Curso de Psicologia foi concedido em 05/03/2001, através do Parecer n. 125/2001**,** do Conselho Federal de Educação e da Portaria n. 380, publicada no Diário Oficial da União de 05 de março de 2001 nas habilitações Licenciatura e Formação de Psicólogo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2014).

O projeto político pedagógico implementado em 1994 ainda se faz presente, tendo em consideração que a última turma a ingressar nesse currículo iniciou seu processo no segundo semestre de 2014. No primeiro semestre de 2015 um novo projeto político pedagógico entrou em vigor, esse baseado nas Diretrizes Curriculares Nacionais de 2004 e 2011. Sendo assim, atualmente duas estruturas curriculares estão em atividade.

A Universidade CEUMA, por sua vez, foi a segunda IES do Maranhão a implantar o curso de Psicologia no Estado e a primeira do setor privado, sendo autorizada a funcionar no ano de 1998. Seu reconheci-

mento se deu no ano de 2002, pela portaria 1.145 de 17 de abril de 2002. A justificativa para sua implantação foi baseada na elevada procura pelo curso no estado maranhense e no argumento de que a UFMA oferecia poucas vagas anuais, à época, eram 30 vagas por ano disponibilizadas pela última instituição (ARAÚJO, 2014).

A faculdade Pitágoras foi a seguinte, no setor privado, a implantar o curso de Psicologia, no ano de 2009. No ano de 2016 houve um "boom" no setor privado que resultou na implantação de mais 4 cursos de Psicologia nas seguintes IES: Faculdade Maurício de Nassau (2016), Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB (2016), Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão – FACEMA (2016) e Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão – UNISULMA (2016). Importante ressaltar que, no presente momento, essas instituições não possuem egressos, já que a graduação em Psicologia deve ser alcançada em um tempo mínimo de 5 anos.

Diante do exposto, considera-se relevante discutir sobre as alterações curriculares propostas e implementadas pelos cursos pioneiros de Psicologia do Maranhão, bem como o perfil de egresso almejado, por entender a existência de uma relação direta com a formação de futuros profissionais. Considerando os impactos dessas mudanças diante das competências e habilidades esperadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), pode-se investigar também possíveis relações com as demandas do mercado de trabalho para o profissional da Psicologia no Maranhão. Assim, espera-se contribuir com novas discussões sobre a formação e atuação dos psicólogos no Estado maranhense.

2. Método

Para a obtenção do objetivo proposto, a pesquisa realizada é de cunho bibliográfico e documental, dada a compreensão de que o fenômeno social em questão possui peculiaridades que se mostrariam limitadas se fossem trabalhadas por um viés quantitativo.

A pesquisa, assim, tem como base a análise dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos pioneiros de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão e Universidade Ceuma, além das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) propostas para os cursos de Psicologia no Brasil. Não foi possível fazer análise da faculdade Pitágoras, uma das pioneiras no estado maranhense a implantar o curso de Psicologia, já que a instituição negou o acesso ao Projeto Político Pedagógico para fins científicos.

Perante a leitura desses documentos, os itens seguintes foram comparados e analisados: o perfil profissiográfico, objetivos da formação, estrutura ou matriz curricular propostos por cada IES, distribuição de carga horária total em disciplinas, atividades de estágio e complementares, de conclusão de curso, os princípios e valores descritos, investigando sua adequação às ênfases curriculares adotadas em cada Instituição de Ensino Superior (IES) e as DCN e o contexto de criação do curso de Psicologia em cada IES.

Para a produção de tal artigo, foi necessário a requisição de autorização para estudos de fins científicos dos PPCs, a partir de declarações e ofícios enviados às instituições pesquisadas.

Para compreender o contexto da formação da Psicologia no Maranhão foi imprescindível, também, a realização de uma revisão de documentos que tratem da história da profissão no Brasil e no Maranhão.

3. Resultados

Tendo como referência central os Projetos Políticos Pedagógicos da Universidade Federal do Maranhão, do ano de 2014, e da Universidade Ceuma, do ano de 2014, pioneiros na implantação dos cursos de Psicologia no Estado do Maranhão, como resultado comparativo do perfil do egresso dessas diferentes instituições, encontrou-se que a primeira Instituição enfatiza a formação em Psicologia como generalista e pluralista, com a compreensão do ser humano a partir de seu contexto histórico,

social, biológico e psicológico, como apontados nos trechos seguintes de tal documento:

Esse profissional deve ter um perfil generalista, pluralista, precisa ser um produtor de conhecimento em Psicologia, com competência em pesquisa, ser dotado de capacidade analítica e crítica, capaz de se firmar profissionalmente no mercado de trabalho e ser comprometido com as demandas da realidade social brasileira (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2014).

Importante o destaque dado pela instituição à competência em pesquisa. Esse dado é condizente com o que é proposto pelas Diretrizes Nacionais Curriculares (BRASIL, 2011). Levando em consideração o quadro docente dessa instituição e a produção de grupos de estudos e pesquisas por esses profissionais, em diferentes linhas metodológicas, fica evidente o incentivo à pesquisa na formação dos discentes dessa instituição.

O curso de Psicologia na UFMA com o destaque na formação generalista propõe, no perfil de egresso do curso, que o profissional formado nessa instituição possa ser capacitado a atuar de modo inter e transdisciplinar, em diferentes contextos institucionais e comunidades, garantindo a interlocução entre várias áreas e profissões. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2014).

O Projeto Político Pedagógico da Universidade Ceuma, por sua vez, propõe no perfil do egresso, a correlação entre as habilidades e competências requeridas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, nas áreas de atenção à saúde, tomada de decisões, comunicação, liderança, administração e gerenciamento e educação permanente.

Compreende-se, então, que os dois perfis profissiográficos das instituições estão em congruência às demandas das Diretrizes Curriculares Nacionais e, como tal, enfatizam uma formação generalista, buscando a capacitação dos egressos em diferentes contextos e com habilidades e competências para a integração do saber Psicológico às demandas da realidade social brasileira.

A resolução nº 2, de 18 de junho de 2007 que propõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, delibera que os cursos de Psicologia devem obedecer a regra de limite mínimo para a integração de 5 (cinco) anos, com carga horária de, no mínimo, 4.000 horas.

Ambas as instituições obedecem a essa regra, com suas singularidades. A UFMA propõe uma carga horária total de 4.085 horas distribuídas em estágios básicos (270 h) e específicos (405h), atividades complementares (200h), disciplinas (3.640h) e Trabalho de Conclusão de Curso (120h). Já a Universidade Ceuma determina uma carga horária total de 4.120 de carga horária total, distribuídas em estágios (760h), atividades complementares (200h), conteúdos teórico-práticos (3.040h).

É importante salientar que, de acordo com a resolução nº 5, de 15 de março de 2011, artigo 22, parágrafo terceiro, "Os estágios básico e específico deverão perfazer, ao todo, pelo menos, 15% (quinze por cento) da carga horária total do curso". As duas instituições pesquisadas obedecem a essa demanda, sendo a Universidade Ceuma compreendendo 19% da carga horária total voltada aos estágios básicos e específicos e a UFMA garante aproximadamente 16,5% da carga horária total voltada a estágios.

Outra demanda proposta pelas Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecida no artigo 11, parágrafo terceiro, é a de que as instituições deverão "oferecer, pelo menos, duas ênfases curriculares que assegurem a possibilidade de escolha por parte do aluno".

Diante disso, a Universidade Ceuma estabelece três ênfases curriculares. São elas: Psicologia, Processos de Intervenção Psicossociais Institucionais e Organizacionais; Psicologia e Processos de Promoção da Saúde e Gestão; Psicologia, Processos Clínicos e Avaliação Diagnóstica. Já a UFMA oferece duas: Processos Clínicos e Saúde; Processos Psicossociais.

Na Universidade Federal do Maranhão, a escolha da ênfase ocorre no 7° período letivo. Cada ênfase possui disciplinas optativas específicas a serem cumpridas e os estágios específicos, que são desenvolvidos nos últimos 3 semestres, são atrelados também a escolha da ênfase. São separadas competências e habilidades de acordo com cada ênfase, listadas a seguir:

> a. "Processos Clínicos e Saúde"
> - Realizar triagem e psicodiagnóstico, individual e em grupo;
> - Efetuar aconselhamento, orientação, psicoterapia e psicoterapia breve, em âmbito individual e em grupo, a partir de abordagens teóricas definidas;
> - Atuar em níveis de promoção e de prevenção da saúde junto às diferentes populações atendidas;
> - Estender as práticas clínicas para além do âmbito da Universidade, oferecendo-as em diferentes instituições e comunidades em seu entorno;
> - Fomentar o trabalho multi e interprofissional, uma vez que uma concepção ampliada de saúde requer uma atuação aberta ao diálogo com diferentes saberes e práticas profissionais.
>
> b. "Processos Psicossociais"
> - Diagnosticar demandas e necessidades grupais e institucionais;
> - Realizar ações de caráter preventivo junto a indivíduos, grupos, instituições e comunidades, visando promoção e proteção de saúde;
> - Elaborar projetos de intervenção em contextos grupais e institucionais;
> - Atuar inter, multi e transdisciplinarmente, uma vez que os focos desta ênfase são objeto de diferentes saberes e práticas profissionais. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2014).

Na Universidade Ceuma, as três ênfases são iniciadas a partir do segundo período, com disciplinas voltadas para cada uma. Os estágios específicos que são iniciados a partir do 8° e vão até o 10° semestre são voltados para cada ênfase, respectivamente: Psicologia, Processos de Intervenção Psicossociais Institucionais e Organizacionais; Psicologia e Processos de Promoção da Saúde e Gestão; Psicologia, Processos Clínicos e Avaliação Diagnóstica.

A justificativa para a implementação das três ênfases visa

> "uma formação generalista que assegure ao profissional um domínio do conhecimento básico e desenvolvimento da capacidade de utilizá-los em diferentes contextos que demandem investigação, análise, avaliação, prevenção e atuação profissional. A opção por essas ênfases justifica-se pelo crescimento da oferta de postos de trabalho na região." (CENTRO UNIVERSITÁRIO DO MARANHÃO, 2014, p.34).

Por fim, seguem os objetivos gerais dos cursos de Psicologia propostos pelas duas Instituições de Ensino Superior. A UFMA cita como objetivos gerais: "Analisar criticamente os fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos fundamentais ao exercício da profissão"; "Oferecer formação teórica, prática e de pesquisa necessária à graduação de profissionais na área de Psicologia capazes de atender às demandas da realidade psicossocial do País e especialmente do Estado do Maranhão" (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2014).

E a Universidade Ceuma cita:

> Formar psicólogos aptos a contribuírem na prevenção e solução dos conflitos inerentes ao homem, tanto em nível individual e grupal, quanto na organização político-social em que estão inseridos. O curso de graduação em Psicologia tem como objetivo geral à formação do Psicólogo generalista, voltado para a atuação profissional e para a pesquisa aplicada, dotando o egresso de conhecimentos, competências e habilidades requeridas para o exercício profissional nos diversos campos à luz de diferentes abordagens e a partir de uma postura ética e comprometida com o ser humano e seu processo de mudança individual, grupal e social na perspectiva da melhoria da qualidade de vida e do alivio do sofrimento humano nas suas diversas manifestações (CENTRO UNIVERSITÁRIO DO MARANHÃO, 2014, p.29).

A seguir, os quadros comparativos dos PPC's atuais das duas instituições pesquisadas:

Quadro 1 – Carga horária UFMA

Instituição	Ch total	Ch estágio	Ch de ativ. complementares	Ch e Quantidade de Disciplinas	TCC
UFMA/2015	4.085h	Estágio B. 270h Estágio E. 405h	200h	3090h em 54 disciplinas	SIM 120h

Quadro 2 – Carga horária CEUMA

Instituição	Ch total	Ch estágio	Ch de ativ. complementares	Ch e Quantidade de Disciplinas	TCC
CEUMA/ 2014	4.000h	760h	200h	3.040h	SIM 120h

Quadro 3 – Objetivos e ênfases UFMA

Instituição	Objetivos	Ênfases Curriculares
UFMA/2015	**- Objetivos gerais** Analisar criticamente os fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos fundamentais ao exercício da profissão. Oferecer formação teórica, prática e de pesquisa necessária à graduação de profissionais na área de Psicologia capazes de atender às demandas da realidade psicossocial do País e especialmente do Estado do Maranhão. Formar psicólogos aptos a contribuírem na prevenção e solução dos conflitos inerentes ao homem, tanto em nível individual e grupal, quanto na organização político-social em que estão inseridos. **- Objetivos específicos** Na vertente acadêmico-profissional, espera-se formar um profissional capaz de: a) compreender as necessidades de saúde da população, de modo a ampliar suas propostas de atuação nos âmbitos de promoção e proteção da qualidade de vida; b) desenvolver conteúdos e metodologias adequadas à atuação em diversas situações, como em contextos clínicos, institucionais e comunitários; c) conceber e atuar segundo uma abordagem transdisciplinar de saúde; d) integrar equipes multiprofissionais, ciente e capaz de lidar com os problemas epistemológicos, técnicos, políticos e éticos que tal desafio impõe, o que também requer habilidades e competências de tipo relacional; e) transitar pelas questões de qualidade de vida nos diversos âmbitos em que se coloca, em especial nos privilegiados pelas ênfases do curso – intervenções psicológicas e intervenções psicossociais. Na vertente ética, espera-se que a formação propicie ao aluno uma postura de: a) engajar-se em um processo de autotransformação e autocriação; b) abrir-se às múltiplas dimensões da alteridade e poder lidar com	"Processos Clínicos e Saúde" e "Processos Psicossociais"

	ela, inclusive em termos da possibilidade de transitar entre a heterogeneidade característica do campo da Psicologia; c) expor-se e entrar em contato com diferentes modalidades de experiência, de modo a ir constituindo, gradativamente, um saber da experiência; d) comprometer-se com uma escolha existencial compatível com uma ética.	

Quadro 4 – Objetivos e ênfases CEUMA

Instituição	Objetivos	Ênfases Curriculares
CEUMA/2014	i. Diagnosticar, planejar e intervir conforme as necessidades de natureza psicológica emergentes nos distintos campos de atuação, por meio de ações coerentes com as dimensões individuais e sociais das populações-alvo; ii. Avaliar as atividades desenvolvidas na profissão, em âmbito individual, grupal, organizacional e institucional, sendo capaz de redefini-las conforme necessidades emergentes; iii. Atuar inter e multiprofissionalmente, de acordo com os fenômenos psicológicos abordados; iv. Compreender, planejar e executar processos de investigação científica no campo da Psicologia; v. Saber buscar e utilizar o conhecimento científico necessário à atuação profissional, bem como construir conhecimento a partir da prática; vi. Observar em sua atuação a dimensão ética do psicólogo e da psicologia, respeitando a integridade, a cidadania e a liberdade do ser humano em todas as suas propostas e ações profissionais; vii. Compreender o significado da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, visando formular respostas profissionais para o seu enfrentamento;	i. Psicologia, Processos de Intervenção Psicossociais Institucionais e Organizacionais; ii. Psicologia e Processos de Promoção da Saúde e Gestão; iii. Psicologia, Processos Clínicos e Avaliação Diagnóstica

4. Discussão

Através da análise comparativas do itens selecionados nos PPP's (perfil profissiográfico, objetivos da formação, estrutura ou matriz curricular, distribuição de carga horária total em disciplinas, atividades de estágio e complementares, de conclusão de curso, princípios e valores descritos), foi possível identificar que, ainda que haja diferenças curriculares nos projetos políticos pedagógicos das instituições, todas são fundamentadas e seguem as novas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Entre as semelhanças encontradas, os dois PPP's analisados são construídos a partir de uma estrutura que garanta uma formação

generalistas para os docentes de Psicologia dessas IES, na justificativa de uma preparação desses futuros profissionais para atuação em diferentes áreas desse ramo. A importância de conhecimentos que assegurem uma atuação multidisciplinar também é citada. As duas IES oferecem uma grande carga horária de estágios, dividida entre básicos e específicos.

Uma diferença entre os cursos nessas duas IES é quanto a escolha das ênfases e a forma como é estabelecida aos docentes. A Universidade Ceuma oferece três ênfases, "Psicologia, Processos de Intervenção Psicossociais Institucionais e Organizacionais; Psicologia e Processos de Promoção da Saúde e Gestão; Psicologia, Processos Clínicos e Avaliação Diagnóstica", que são realizadas concomitantemente pelos docentes durante o curso, enquanto na Universidade Federal do Maranhão são ofertadas duas ênfases, "Processos Clínicos e Saúde; Processos Psicossociais", que devem ser escolhidos pelos estudantes, o que implica na realização de disciplinas específicas e na escolha dos estágios específicos, que devem ser congruentes a essa seleção.

Espera-se que este estudo contribua para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre o tema e novas reflexões acerca da Formação em Psicologia no Maranhão, assim como que esse seja um material de referência para se pensar em mudanças que podem ocorrer nessas instituições formadoras e, assim, impactar na formação de futuros profissionais no estado.

Referências

AMENDOLA, M. F (2014). Formação em Psicologia, demandas sociais contemporâneas e ética: uma Perspectiva. **Psicologia: ciência e profissão.** 34(4), pp. 971-983.

ANTUNES, M. A. M (2012). A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. **Psicologia: ciência e profissão.** 32(num. esp.), pp. 44-65.

ARAÚJO, M. A. P (2014). **A Psicologia no Maranhão: percursos históricos.** Rio de Janeiro: Centro edelstein de pesquisas sociais.

ARAÚJO, M. A. P (2015). Conhecendo a Psicologia no Maranhão. **Estudos e pesquisas em Psicologia.** UERJ, Rio de Janeiro: ano 5(1).

BERNARDES, J. de S (2012). A formação em Psicologia após 50 anos do Primeiro Currículo Nacional da Psicologia: alguns desafios atuais. **Psicol. Ciência Prof**., Brasília, 32(n.spe), pp. 216-231.

Brasil. (2004a). **Parecer CNE/CES nº 0062, de 19 de fevereiro.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em psicologia. Brasília, DF: Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior.

BRASIL (2007). **Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007**. Consulta referente à Resolução CNE/CES nº 8/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Brasília, DF: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior.

BRASIL (2011). **Resolução nº 5, de 15 de março de 2011**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia. Brasília: Ministério da Educação.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO MARANHÃO. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Psicologia.** São Luis, MA: 2014.

FERREIRA NETO, J. L. (2004). **A formação do psicólogo: clínica, social e mercado**. São Paulo: Escuta.

LISBOA, Felipe Stephan & BARBOSA, Altemir José Gonçalves (2009). Formação em Psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação. **Psicol. ciênc. prof**., Brasília, 29(4), pp. 718-737.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Psicologia.** São Luis, MA: 2014.

2

A infância sob o olhar da fenomenologia no estágio básico em psicologia do desenvolvimento

Dayse Marinho Martins
Jean Marlos Pinheiro Borba

1 Introdução

O estágio curricular supervisionado é uma prática essencial para o exercício do conhecimento profissional referente ao trabalho em Psicologia. É um momento de formação profissional seja pelo exercício ou pela presença em ambientes próprios da área sob a responsabilidade de um profissional habilitado.

Diante desse aspecto, este trabalho apresenta reflexões vivenciadas no Estágio Básico em Psicologia do Desenvolvimento referente à prática de observação com crianças e adolescentes no cotidiano de uma instituição social. O referido estágio básico busca articular-se ao debate teórico do núcleo comum da graduação, relacionado à Psicologia do desenvolvimento. A prática, focada na observação, foi vivenciada nas Obras Sociais Frei Antonio Sinibaldi, localizada no bairro São Francisco em São Luís – MA, durante 20 horas distribuídas entre março e abril de 2016.

O estudo toma como ponto de partida a Fenomenologia de Husserl como expressão de uma nova atitude filosófica que valoriza as vivências emocionais e intuitivas do sujeito. A partir das contribuições de Guimarães quanto aos pressupostos fenomenológicos e Nardi sobre a

fenomenologia da Infância, enfocou-se uma mudança na conduta adotada em relação à infância: um olhar sobre a criança, não mais como objeto do olhar dominador e controlador do adulto.

Além disso, foram consideradas as teorizações de Merleau-Ponty no que concerne à encarnação no mundo da vida, representada pela maneira de se portar do corpo e a captação de impressões pelos sentidos. O registro das observações do cotidiano infantil nas Obras Sociais Frei Antonio Sinibalddi constituiu momento significativo na formação inicial em Psicologia. As vivências apreciadas expressaram aspectos relevantes do desenvolvimento infantil. Da experiência, para além das observações, segue a certeza da responsabilidade social proposta em compreender criticamente a infância e o desenvolvimento humano.

2 Caracterização do campo de Estágio Básico em Psicologia do Desenvolvimento

A atividade formativa do estágio está condicionada à definição do campo de atuação cuja delimitação coaduna com a proposta e o perfil pretendido à prática do profissional. Assim, a definição do campo de estágio pressupõe a oferta de uma experiência que possibilite a análise crítica de uma prática social que apresente uma dimensão crítica e transformadora da profissionalização. No âmbito do Estágio Básico em Psicologia do Desenvolvimento, a prática observacional ocorreu em instituição de educação não-formal, de cunho comunitário, voltada para atividades formativas, sem no entanto, remeter à escolarização formal, à oferta do serviço educacional pelo Estado.

A Educação Não-Formal pode ser compreendida “como aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos” (GOHN, 2010, p.16). Não executado em instituições governamentais e típico de iniciativas vinculadas a movimentos sociais, organizações confessionais e não governamentais tal modelo pressupõe

intencionalidade na ação educativa, papel social do educador, conteúdo de defesa da solidariedade, cidadania, cooperação, meio ambiente, formação profissionalizante, meios de comunicação, entre outros.

Com base nesses pressupostos, a instituição campo deste estágio consistiu nas Obras Sociais Frei Antonio Sinibaldi, organização vinculada à Paróquia São Francisco de Assis, localizada no bairro São Francisco em São Luís – MA. Tomando por base os princípios da religião católica e a perspectiva de solidariedade, a referida instituição desenvolve atividades formativas em meio a contexto de risco social em áreas do bairro do São Francisco permeadas pelo atendimento deficitário do Estado à agenda pública de educação, saúde, segurança, qualidade de vida e trabalho.

O bairro do São Francisco está localizado na cidade de São Luís – MA e historicamente representou a expansão da capital, com a construção da Ponte José Sarney e o progresso ilustrado na constituição de bairros "nobres" entre 1960 a 1965. Estudos toponímicos atribuem a denominação do bairro ao "Padroeiro da paz", São Francisco pela sua escolha como santo protetor da comunidade de pescadores que deu origem ao bairro. A comunidade já existia antes da construção da ponte José Sarney, na década de 60. Mas somente em 1971, foi criada a paróquia de São Francisco de Assis, onde desde então são realizadas, anualmente, homenagens para o santo (MORAIS, 2006).

O marco histórico vinculado ao bairro do São Francisco foi caracterizado pela construção da Ponte inaugurada em 1969 pelo então Governador José Sarney objetivando a expansão da cidade. Nomeada, "Ponte Governador José Sarney", a edificação liga o centro histórico ao bairro do São Francisco, dando acesso às praias, ampliando o turismo e o potencial imobiliário da cidade de São Luís – MA.

Barros (2001) ilustra o contexto do bairro do São Francisco no período que antecede a construção da ponte por meio do depoimento de Eduardo Torres, um dos sócios da construtora *Itapoã*, contratada no final dos anos 60 para levantar a ponte do São Francisco. Torres destaca sua dificuldade em atravessar o rio Anil: "Quando eu passei de canoa, eu

encontrei galinha, porco no meio da rua, não tinha esgoto, era tudo a céu aberto. Não tinha nada, nada". (BARROS, 2001, p. 27). A ocupação inicial do bairro do São Francisco era composta por pescadores, pequenos comerciantes e lavradores, que vieram do interior em condições relativamente simples. Não havia qualquer benefício realizado pelo poder público.

> Havia um fluxo de canoas indo e vindo, transportando pessoas e mercadorias. Os moradores chamavam esse percurso de travessias. As travessias representavam o acesso dessa população a uma série de produtos. Elas eram a ligação com o moderno, presente somente do outro lado da ilha. Os comerciantes eram os principais responsáveis pela manutenção de um intercâmbio com outras áreas da cidade. Algumas mercadorias, como materiais de construção, eram difíceis. Por isso, boa parte das casas era feita de taipas [...] Como não havia hospitais e farmácias, quando alguém adoecia todos cooperavam para facilitar o transporte do doente. Não existiam escolas na área. As crianças que estudavam tinham que atravessar de canoa para São Luís. Muitas vezes só retornavam tarde da noite. Além dessas necessidades havia os prazeres clandestinos que vinham da cidade, como algumas prostitutas que atravessavam a barco e animavam as poucas casas noturnas do bairro (BARROS, 2001, p. 28).

Tal panorama mudou a partir da construção da ponte. Os moradores que ocupavam o núcleo central do bairro foram indenizados pelo Estado para deixarem a área e em lugar de suas casas, foi erguida a Avenida Marechal Castelo Branco. Em pouco tempo, o São Francisco foi ocupado por residências de classe média e prédios comerciais.

A partir da inauguração da ponte, desenvolveu-se o chamado crescimento vertical, marcado pela habitação em prédios residenciais. Houve a incidência maciça de prédios habitacionais e comerciais que configuraram o bairro do São Francisco como imediação comercial e de investimentos imobiliários (MORAIS, 2006).

Na década de 1970, houve ainda, a construção da Avenida Maestro João Nunes para a ligação dos bairros São Francisco e Ponta D'Areia através do aterramento do igarapé da Jansen, facilitando, assim, o acesso

às praias. Desta intervenção antrópica na natureza, formou-se a Laguna da Jansen, que, em 2001, recebeu obras de infraestrutura para o lazer e turismo agregando valor ao entorno, constituindo o bairro Renascença. Em meio à desenfreada especulação imobiliária e aos processos de urbanização, a área da Laguna da Jansen teve sua paisagem marcada por discrepâncias sociais, surgidas com a ocupação desordenada por famílias empobrecidas, da área de mangue denominada "Ilhinha".

Soares (2006) refere que a construção dos conjuntos habitacionais e de estruturas urbanas complementares adjacentes, como shoppings e empreendimentos comerciais, motivou a especulação imobiliária voltada às classes mais abastadas da sociedade. Por outro lado, as classes menos favorecidas passaram à prática da invasão de terrenos e construção de casebres. Desse modo, a resistência à especulação imobiliária gerou uma paisagem mesclada de contrastes socioambientais de edifícios modernos contíguos a casebres humildes. A área sofre, ainda, uma série de impactos ambientais, dentre os quais, destacam-se os processos de eutrofização e colmatagem. Os esgotos são lançados *in natura* e acabam por contribuir para a multiplicação de algas cianofíceas que sufocam e matam o *zooplâncton* e os animais de maior porte cuja decomposição libera gases fétidos em grande intensidade (SOARES, 2006, p. 01).

Nessa conjuntura, o bairro do São Francisco teve seu inicio constituído por uma população simples, ligada à atividade pesqueira. Com a urbanização do período republicano, o bairro representa a expansão de São Luís, tendo, contudo, o contraste das áreas de risco social, como a marca da resistência da população menos favorecida diante da concentração de renda e terras. Diante disso, esta parcela da população do São Francisco está à margem do aparelho governamental e burocrático, que não atende as expectativas para a melhoria de sua qualidade de vida. Além disso, sofre com a precária situação social e os estereótipos que lhe são aplicados enquanto comunidade carente.

Em meio a esse cenário, surge o centro de Obras Sociais Frei Antonio Sinibaldi, vinculado à Paróquia de São Francisco de Assis. A

referida instituição passou a desenvolver trabalhos socioeducativos e comunitários junto às crianças, adolescentes, jovens e famílias das áreas empobrecidas do bairro do São Francisco. O centro surgiu em 1993, na área do bairro onde prevaleciam as habitações construídas sobre giraus, em mangues e alagados, às margens do rio Anil e do Igarapé e margens da Lagoa da Jansen. Inicialmente, o trabalho se pautava em visitas de casa em casa, escuta das famílias, orientação e apoio. Com o tempo, foi se estruturando, de modo a dar origem ao centro que congrega atividades formativas para a comunidade (OBRAS SOCIAIS, 2016).

O centro foi batizado em homenagem ao Frei Antonio Sinibaldi, nascido em 26 de novembro de 1927, missionário da Ordem Franciscana Conventual da Itália. O referido religioso veio para São Luís com o propósito de ajudar comunidades carentes, tornando-se o primeiro pároco da Paróquia São Francisco de Assis. Seu falecimento ocorreu em 7 de setembro de 1987, após salvar 17 jovens em um naufrágio na Ilha do Meio, conhecida atualmente como Ilha do Medo. O religioso é conhecido pelo projeto social "Ninho" voltado para resgatar a autoestima de prostitutas e seus filhos. Atuou também na evangelização de meninos em situação de risco e pode ser o primeiro beato em terras maranhenses, se ocorrer o testemunho de um milagre:

> Relatos do exercício da caridade do frei, testemunhos de parentes das prostitutas que ele ajudou por meio do projeto, levaram à compreensão de que o frei possui traços de santidade. Porém o processo de beatificação somente se consolida quando houver o testemunho de um milagre a ser comprovado cientificamente. Em 7 de setembro de 2012, 25 anos após seu falecimento, na Paróquia São Francisco de Assis, foi presidida na Celebração Eucarística, a oração pela sua beatificação. O processo já investigou a vida de frei Antonio, recolheu objetos pessoais, ouviu relatos de testemunhos e para ser encerrado aguarda somente o aparecimento de um milagre (O IMPARCIAL, 17 de set 2012).

A construção da obra física do centro com amplas instalações ocorreu em 1989, com o apoio da comunidade e da Fundação Banco do Brasil. Contando com essas instalações, as Obras Sociais passaram a

sistematizar um trabalho socioeducativo emancipador, abrangendo as áreas de saúde, psicologia, educação, profissionalização, alimentação, artes, esporte e lazer.

Foram organizadas frentes estratégicas: cursos de iniciação profissional, atividades de educação, arte e lazer, serviço médico-ambulatorial, odontológico e orientação psicológica. Acrescente-se a isso a experiência em atividades de convivência com idosos e no mutirão de habitação, como em 1988 em parceria com a Prefeitura, na organização e desenvolvimento da reconstrução de 300 (trezentas) casas na área da Ilhinha, no São Francisco (OBRAS SOCIAIS, 2016).

Quando as Obras Sociais do Centro Paroquial São Francisco surgiram, o bairro era bem menos povoado. A praia lhe beirava as casas da área hoje chamada Morro, os giraus eram as vias de acesso para muitas casas das áreas da Lagoa e Ilhinha, que terminava por detrás da Rua 07 e da Rua da Feira. Hoje o São Francisco integra diversas áreas como as comunidades situadas às margens da Avenida Ferreira Goulart e da Lagoa da Jansen, Buriti, Morro, Ilhinha, Residencial da Jansen que se tornaram densamente povoados, e com maiores dificuldades devido às desigualdades sociais, o desemprego, a ociosidade, falta de espaços para o lazer, tráfico de drogas, violência.

Pelo trabalho desenvolvido, em fevereiro de 2013, o Centro de Obras Sociais Frei Antônio Sinibaldi recebeu o Prêmio Anual da Central Única das Favelas (Cufa), no Rio de Janeiro, pela execução do projeto pedagógico "Tecendo Conhecimento". O prêmio é considerado um dos principais em reconhecimento a trabalhos sociais voltados para a melhoria da qualidade de vida nas periferias do Brasil. Em 2007, o centro já havia recebido um prêmio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) pelo projeto "Educar para a Vida" (O ESTADO DO MARANHÃO, 2015).

O Centro é uma instituição filantrópica, mantida pelo Dízimo da Paróquia e por outras doações. Suas ações atendem 207 crianças matriculadas e quase 100 estão na fila de espera, para tanto, necessita da

colaboração de fiéis, pastorais, movimentos, comunidades e parceiros. Diante do exposto, pelo papel social desempenhado na comunidade, o Centro de Obras Sociais Frei Antonio Sinibaldi constitui-se campo privilegiado para o Estágio Básico. A diversidade do público atendido constitui aspecto enriquecedor à prática observacional com crianças e adolescentes de modo a propiciar a reflexão sobre a teoria abordada pela Psicologia do desenvolvimento.

3. A infância sob o olhar da Fenomenologia

O estágio básico enfocou a Psicologia do desenvolvimento que centra suas considerações na integração das dimensões do desenvolvimento humano. Na contemporaneidade, as concepções de atuação profissional têm enfatizado a prevenção e a promoção de saúde, direcionando profissionais em caráter multidisciplinar na busca pelas contribuições da psicologia do desenvolvimento em seus subsídios teóricos e metodológicos. Tal aspecto reitera sua importância na definição das áreas a serem contempladas pelo estágio básico na graduação em Psicologia.

Estudiosos situam o objeto de estudo da Psicologia do desenvolvimento, enquanto mudanças ocorridas na vida dos indivíduos. Papalia & Olds (2000, p. 25), afirmam que o desenvolvimento é "o estudo científico de como as pessoas mudam ou como elas ficam iguais, desde a concepção até a morte". Para esses autores, tais mudanças são caracterizadas como adaptativas, sistemáticas e organizadas, e refletem essas situações internas e externas ao indivíduo que tem que se adaptar a um mundo em que as mudanças são constantes.

Neste trabalho, a prática observacional se pautou nos pressupostos da Fenomenologia. As considerações tomam como ponto de partida, a caracterização do termo fenomenologia, como expressão de uma nova atitude filosófica preconizada por Husserl.

> Fenomenologia é o esforço em busca do aprofundamento da compreensão do mundo, numa tentativa de colocar em questão os supostos fundamentos das ciências naturais. A fenomenologia não é um sistema de pensamento. Ela é um método que nos leva a uma atitude radical frente às explicações científicas do mundo. Talvez por isso mesmo, a adesão ao método fenomenológico implique uma espécie de conversão a um novo modo de pensar o mundo natural e o mundo do espírito, para além das ciências naturais e das ciências do espírito, cuja tendência fundamental é reduzir a realidade do mundo à realidade dos fatos (GUIMARÃES, 2013, p. 01).

Fundamentado nesse pressuposto, destacam-se na compreensão da atitude fenomenológica, "conceitos primaciais da fenomenologia, que ajudarão a entender a sua proposta metodológica" (GUIMARÃES, 2013, p. 02). De inicio, a noção de consciência suscitada no momento de crise vivenciado por Husserl em relação ao pensamento científico de base naturalista. Para esse modelo a consciência e a razão seriam frutos da natureza. Contudo, Husserl esclarece que a consciência não é passível de naturalização e destaca como sua essência a intencionalidade. A noção de fenômeno é apontada enquanto manifestação do mundo dos objetos na interação entre consciência e mundo. Paralelamente, a ela estão as percepções que integram a vida da pessoa humana como caminho pra a realização da existência. Por sua vez, a noção de objeto é preconizada enquanto aquilo que é intencionado, manifestado à consciência.

> Na fenomenologia da consciência, a mente assume uma atitude adogmática e puramente descritiva do que é dado imediatamente à consciência vivente [...] tal investigação conduz à apreensão do que é dado à consciência na sua imediata presencialidade e o seu método consiste em apreender e isolar os elementos primordiais e absolutos que estes dados encerram e mediante os quais se esclarecerão as diversas regiões da realidade (HUSSERL, 1965, p. 49-51).

Segundo Guimarães (2013), a redução fenomenológica é o método instituído por Husserl, situado em três momentos básicos: a redução psicológica, eidética e transcendental. Tal procedimento expressa um modo de pensar sobre o mundo a partir da suspensão, ou seja, do

afastamento de crenças e apriorismos. Com isso, a atitude fenomenológica pressupõe a consciência como intencionalidade e fomenta a interação da subjetividade com o mundo.

> É necessário ter claro que estes três momentos da redução fenomenológica estão intimamente articulados em torno do propósito de edificação de uma ontologia do mundo da vida. Pela redução psicológica, o mundo dos objetos, ou das coisas, se restringe a puros fenômenos; pela redução eidética, o mundo se restringe às suas essências e, pela redução transcendental, o mundo se subordina ao plano da reflexão, do "eu penso", enquanto instância evidenciadora do próprio mundo (GUIMARÃES, 2013, p. 06).

No processo de elaboração do conhecimento do sujeito no mundo da vida, destacam-se ainda, as noções gregas de *noesis* e *noema*. "Noesis é a atividade subjetiva da consciência [...] Atividade noética é atividade de conhecimento. É o ponto inicial a partir do qual instauramos a nossa ação cognoscitiva pela via do pensamento. Noema é a unidade significativa encontrada no objeto" (GUIMARÃES, 2013, p. 08). O primeiro denomina o ato intencional e o segundo, o objeto tal como foi visado intencionalmente. Desse modo, há uma correlação inseparável entre as duas dimensões da estrutura dos processos mentais: o vivido e a forma como ele é visto. Tal aspecto aponta que na fenomenologia a ideia está relacionada com o mundo da vida e não com o mundo ideal, teorizado, racionalizado.

A fenomenologia nasceu a partir do duplo projeto de criar princípios filosóficos para um paradigma cientifico e apresentar um método adequado de estudo aos processos mentais. Com isso, a Psicologia Fenomenológica supera a visão naturalista das vivências humanas, abordando os processos mentais considerando suas essências. O objeto de estudo da Psicologia Fenomenológica é a vivência intencional, sentido da experiência humana. A partir da noção de intencionalidade, o fenômeno psíquico não é compreendido de forma limitada como algo exclusivamente mental. É a partir da intencionalidade da consciência que a vivência é colocada ao nível de seu significado.

A partir das contribuições de Husserl, a Psicologia tomou como bases os conceitos fenomenológico-existenciais de modo a se opor ao positivismo, superando posturas racionalistas e de naturalização do ser humano. Nesse movimento, a Psicologia precisa considerar a racionalidade como postura que valoriza as vivências emocionais e intuitivas do sujeito.

> A nova compreensão do homem [...] se baseia na nova concepção de que o homem não é mais compreendido em termos de alguma teoria - seja mecanicista, biológica ou psicológica - mas em termos de uma elucidação puramente fenomenológica da estrutura total ou articulação total da existência como SER-NO-MUNDO (in-der-Welt-sein). [...] A psicoterapia em bases analítico-existenciais investiga a história-de-vida do paciente a ser tratado [...]', (mas) '[...] não explica esta história-de-vida e suas idiossincrasias patológicas de acordo com os ensinamentos de qualquer escola de psicoterapia, ou por meio de suas categorias preferidas. Em seu lugar, compreende esta história-de-vida como modificações da estrutura do ser-no-mundo do paciente [...] (MILLON, 1979 p. 166-167).

Desse modo, não cabe classificar, apontar e enquadrar os fenômenos psíquicos do sujeito. É necessário, ao contrário, perceber tais fenômenos em suas vivências, no que tange ao processo de encadeamento entre ambos, na construção da percepção do mundo pelo sujeito.

A prática observacional quanto ao desenvolvimento levou em conta as contribuições da Fenomenologia da Infância. Os referidos princípios preconizam uma mudança na conduta adotada em relação à infância, considerando a alteridade como elemento essencial na relação entre adultos e crianças, ou seja, iguais ou diferentes, mas com respeito pela infância. Tal fato implica um olhar sobre a criança, não mais como objeto do olhar dominador e controlador do adulto. Assim, significa empreender uma nova atitude paradigmática em relação ao outro.

> Nessa atitude, está implícita a idéia de que a criança, enquanto etapa para o vir a ser adulto, manifestaria um eu que se encontra em processo de criação

> e, como tal, quando esta se relaciona conosco, inexistiria a possibilidade de se ter uma relação entre iguais, posto que a criança nunca é um Outro, sempre virá a ser (NARDI, 2010, p. 93)

Baseada na fenomenologia da infância, a observação da criança deve permitir o afastamento de apriorismos superando afirmações sobre o que ela é ou deve ser. "Por este ato, acabaríamos por estar abertos a este pequenino Outro e, quem sabe aprendermos ou sairmos modificados a partir desta nova relação proposta" (NARDI, 2010, p. 100-101). Ao mesmo tempo, cabe realizar questionamentos que permitam à criança se manifestar naquilo que é imprevisível. É importante ainda, respeita-la, atribuindo-lhe o mesmo status de identidade e importância que o adulto, direcionando suas vivências na perspectiva de mediação.

> Resta saber se estamos prontos para uma conversa entre iguais diferentes, conversa esta que nos tira da certeza da afirmação e que se abre para a possibilidade de que a criança, aquele ser aparentemente considerado tão frágil e tão carente de nossa atitude dominadora protetora venha a tecer uma mudança radical em nós ou ainda que venhamos a ser compelidos por ele (NARDI, 2010, p. 101).

Dessa forma, considerar o protagonismo infantil na observação do desenvolvimento humano, requer a promoção de uma ruptura com os paradigmas vigentes. Conforme Nardi (2010) consiste em se afastar de um monismo perscrutador, adentrar na insegurança da perda de alicerces, superar o *cogito* dominador. A participação de crianças como sujeitos informantes na coleta de dados em pesquisas consiste em um movimento recente e tem como pré-requisito, superar a consideração da criança sob a ideia de proteção, tutela e controle. Isto tanto pela escola, pelo Estado, pela família e pelas metodologias de pesquisas. O protagonismo infantil, portanto, suscita uma metodologia que ajude o pesquisador a não projetar o seu olhar sobre as crianças colhendo delas apenas aquilo que é o reflexo dos seus próprios preconceitos e representações.

Outro fundamento do campo da fenomenologia considerado na discussão sobre a prática observacional consiste na contribuição de Merleau-Ponty. Ampliando as teorizações de Husserl, este autor atribui carnalidade à consciência intencional, enquanto "encarnação no mundo da vida", ou seja, enfoca a maneira de se portar do corpo e a captação de impressões pelos sentidos (MERLEAU-PONTY, 2000).

De acordo com Merleau-Ponty (2005), o sujeito deve ser compreendido como mundano, ao se construir na relação com o mundo e os homens em meio à historicidade. É autônomo por arquitetar sua própria existência, exercitando suas potencialidades. Além disso, é responsável, ao se construir considerando as contingências de sua existência.

Na obra "Sobre psicologia e pedagogia da criança", Merleau-Ponty disserta acerca dos estudos sobre a experiência vivida na infância e sobre a questão da imitação e da aquisição da linguagem nesse período do desenvolvimento humano. Destaca-se nesta abordagem, a retomada em Piaget, da aquisição de comportamentos na infância pelos processos de assimilação e acomodação. Nos estudos Piagetianos, a criança assimilaria um comportamento quando estivesse pronta para tal processo. Porém, para Merleau-Ponty (2006), a criança imita o adulto, para posteriormente compreender ou atribuir um sentido para este comportamento.

Merleau-Ponty (2000), afirma ainda que o modo de acesso ao mundo vivido seria, portanto, através da descrição da experiência. Significa, "Desnudar os significados da realidade". Assim, a fenomenologia é existencial, uma vez que só é possível compreender a experiência vivida a partir da existência. Portanto, a existência precede qualquer essência, o que implica "Despertar a experiência do mundo".

Diante disso, a relação com o meio é que incita a criança para elementos como a linguagem, por exemplo. Ela se expressa, em padrões pré-estabelecidos cultural e socialmente; mas traz algo novo na medida em que experiência suas nuances na relação com o mundo e reconhece

suas possibilidades de singularização. Tal fato aponta que a cultura, na compreensão de Merleau-Ponty, é um mediador entre a vida psíquica e a vida coletiva.

4. Observações no Estágio Básico em Psicologia Do Desenvolvimento

A prática de observação de crianças e adolescentes foi iniciada ainda na primeira visita ao Centro de Obras Sociais Frei Antonio Sinibaldi. Após a percepção das condições institucionais, iniciou-se o processo de observação, enfocando o contexto do lanche e do recreio.

Os alunos demonstraram organização ao se estruturarem em fila para receber o alimento, porém, era constante o monitoramento pelas educadoras. Ficou evidente o senso de disputa no recebimento do lanche e na ocupação das mesas. A correria em busca dos melhores lugares não ilustrou agressividade. Contudo, mostrou-se muito forte entre as crianças, o clima de ansiedade e disputa típico da sociedade contemporânea. Tal fato remete à questão de Husserl sobre o mundo da vida: "O mundo intersubjetivo que já existia muito antes de nosso nascimento, experimentado e reinterpretado por outros, um mundo organizado [...] estoque de experiências prévias" (SCHULTZ, 2012, p. 84).

Assim, na formação infantil, nota-se a influência dos padrões de existência da sociedade capitalista em suas nuances individualista e concorrencial. No processo de desenvolvimento humano, a criança em interação com a cultura se vê permeada pela realidade construída por seus antecessores em termos de valores e perspectivas de existência. Entre si, interagiam em meio a conversas e brincadeiras durante o consumo do lanche sempre buscando organizar o espaço, mas, no entanto, com posturas de inquietude quanto aos movimentos corporais demonstrando ansiedade e pressa por iniciar nova atividade.

Nas interações com as merendeiras, era constante, que as crianças se remetessem a fatos de sua realidade familiar relacionados a hábitos

alimentares. Expressavam interesse em compartilhar experiências pessoais como forma de aprendizado entre o grupo: como manipular o lanche, mastigar e se portar.

Ainda considerando pressupostos culturais, entre as crianças do turno matutino, observadas nesse primeiro momento, em sua maioria adolescentes, notou-se uma organização em grupos considerando aspectos de gênero. As meninas buscavam entre si, maior proximidade, atentas à arrumação do espaço e mais abertas ao contato corporal com a arrumação do cabelo. Por sua vez, os meninos estimulavam brincadeiras de maior força física bem como esboçavam expressões de liderança diante do grupo.

Em algumas crianças, notou-se uma postura arredia em relação ao trato com o outro até mesmo ao simular brincadeiras. Tal aspecto se mostra muito presente na linguagem por meio de expressões que referem violência, tais como:

> *"Vou te dar um pau!"*
> *"Estão se matando na fila."*
> *"Eu vou te matar!"*

As falas expressam a correlação dessas crianças com o contexto de risco social por elas vivenciado. Demonstram de que forma, seu comportamento imitativo pode agregar em suas elaborações com relação ao outro, padrões de interação vivenciado em meio a adultos e familiares. Assim, remete à perspectiva de Merleau-Ponty (2006) referindo que a criança imita o adulto, para posteriormente compreender ou atribuir um sentido para este comportamento. Daí se considerar imprescindível, o trabalho de reorientação proposto pelo centro quanto à formação atitudinal desses sujeitos.

A observação permitiu acompanhar a intervenção da educadora mediante o posicionamento de um menino que assumiu a autoria de um carrinho projetado por outro. De imediato, o grupo interviu revelando que o menino estava mentindo. As crianças demonstraram relação com

valores éticos endossados pela professora no aconselhamento ao menino. A situação remete a Merleau-Ponty (2005) e sua definição de sujeito mundano pela qual a criança reelabora suas concepções e atitudes mediante a relação com o mundo e o outro. Nesse sentido, as atitudes da criança são moldadas por padrões de conduta historicamente construídos.

O primeiro período de observação foi finalizado com o acompanhamento da saída na qual foram notados conflitos na interação entre os sujeitos. A não obediência às regras de liberação suscitou um comportamento agressivo em três meninos que se mostraram arredios com a educadora. Mediante intervenção, dois deles se mostraram brincalhões enquanto o terceiro demonstrou postura de ameaça, lançando olhares arredios e palavrões. O garoto não se mostrou disposto a escutar, expressando descaso com as tentativas de diálogo. Após a intervenção, foi liberado sob a proposição da presença da família para mediar a questão.

Assim, aspectos do contexto social vivenciado pelas crianças no bairro acabam ilustrados nessas situações conflitantes. Mas apesar dessas questões, as crianças das obras sociais estão à frente de outros contextos educativos ludovicenses como o das escolas municipais, por exemplo. Com a mediação das Obras sociais, têm resistindo, ao risco social, ilustrando a caracterização de Merleau-Ponty (2004), sobre o sujeito como ser autônomo que arquiteta sua própria existência, exercitando suas potencialidades; e responsável, ao se construir considerando as contingências de sua existência.

Em continuidade à prática observacional, o segundo dia de acompanhamento da rotina das Obras sociais foi iniciado com a acolhida das crianças na sala de aula pelas educadoras no período matutino. A abordagem considerou o diálogo pela roda de conversa retratando aspectos do dia anterior. Novamente houve a proeminência do relato de vivências das crianças como fomento às discussões.

A seguir, as crianças foram direcionadas à realização de desenho livre ao mesmo tempo em que entoavam cantigas tradicionais de Páscoa. Algumas demonstravam timidez, restringindo a expressão corporal. No desenho livre, notou-se a preocupação das crianças em realizar representações pictóricas a partir de modelos. Num dos episódios, uma menina de características físicas afro-brasileiras, ao fazer seu autorretrato solicitou um lápis cor-da-pele cuja tonalidade era bege. Perceberam-se nesse contexto, aspectos de representação do autoconceito e da autoestima através de padrões culturais e sociais homogeneizadores. Constata-se a dificuldade própria da sociedade em lidar com a alteridade, direcionando o olhar infantil a modelos vinculados à constituição social e suas desigualdades.

Cabe, portanto, retomar Nardi (2010, p. 100) ao apontar que "o outro, não necessita de domesticação, condicionamento ou estímulo, este se manifesta enquanto diferente, mas portador de um *ethos* individual que deve ser respeitado e ouvido". Assim, é preciso cautela ao lidar com padrões culturais em meio ao processo de desenvolvimento infantil, pois, ao estar inserida em um 'mundo da vida' estruturado em questões desiguais, a criança pode ser levada a reproduzir a desigualdade, desconsiderando o potencial enriquecedor da alteridade.

Ainda sobre o desenho infantil, percebeu-se a preocupação do grupo em mostrar o desenho para a professora em busca de aprovação pelo adulto. O padrão de sucesso é o foco a ser obtido pela criança em suas produções. O ápice é a realização do desenho representacional, baseado na realidade. A ocasião suscita como o adulto acaba por preencher de sentido, a experiência vivenciada pela criança. Assim, em vez de produzir suas próprias elaborações, a criança realiza o desenho mediado pelos alicerces culturais e experiências dos adultos manifestados em conceitos (NARDI, 2010).

O recreio do segundo dia de observação se pautou em brincadeiras livres. As educadoras distribuíram brinquedos como cordas, elásticos, tapetes, carrinhos que foram escolhidos ao gosto das crianças. Apesar da

preferência pelos brinquedos, parte do grupo, geralmente os maiores, optou por brincadeiras populares, tais como pular corda e elástico. No exercício da ludicidade, o foco era o alcance do alto. Não atingi-lo era frustração. A linguagem corporal da brincadeira representa a convivência social e com isso, o senso de sucesso que prevalece no contexto social. O corpo aparece fundido com o universo material que o circunda; no simbolismo, o alto é correlacionado à cabeça, à racionalidade como foco da vida.

Tal questão permite alertar sobre a centralização atribuída à razão na sociedade ocidental, à naturalização da consciência e os riscos de uma razão irracional. Para tanto, cabe retomar Husserl (1965, p. 31) que considera a naturalização da consciência enquanto "condição que equipara os dados da consciência aos fatos e leis naturais e às normas da razão lógica, adulterando ou subordinando os fenômenos psíquicos, o subjetivo (a consciência) ao objetivo, como se estes fossem fatos ou coisas". Desse modo, nas brincadeiras infantis pode-se notar as interferências dessa lógica racionalista, naturalizada direcionando as representações infantis a partir da cultura.

Outro aspecto notado na observação das brincadeiras se refere a representações da convivência social quanto às relações de poder entre os sujeitos. Na realização das brincadeiras, as crianças maiores simulam papel de chefia em relação às menores. Os mais novos chegam a brincar sozinhos, demonstrando dificuldade de interação pela agitação dos maiores. Entre estes, a imposição se dá com olhares agressivos, simulações de brigas e expressões provocativas e apelidos depreciativos:

> *"Te quebro!"*
> *"Te dou um murro."*
> *"Gordo! Viado"*

As expressões provocativas desses sujeitos permitem a partir das contribuições da Fenomenologia inferir que a linguagem possui lugar privilegiado. Assim, se destaca na medida em que permite, ao se entrar

em contato com a expressividade do sujeito, o acesso à experiência, à existência. Ao emergir, o sentimento representado pela linguagem, revela consigo o contexto situacional (DUTRA, 2002). Na revelação do contexto, propicia um movimento indagador em afastamento a uma visão estanque da subjetividade humana, e assim, permite a compreensão do humano enquanto agente socialmente implicado.

Após as brincadeiras, esse segundo dia de observação foi encerrado com roda de reflexão e músicas religiosas no sentido de propiciar a análise do comportamento das crianças naquele momento. As educadoras mediaram o diálogo, utilizando preceitos da religiosidade cristã no sentido de refrear a inadequação da conduta de algumas crianças.

No terceiro dia, a observação se concentrou no acompanhamento da entrada das crianças no turno matutino. As maiores já vêm sozinhas e entram mediante o direcionamento das educadoras. Por sua vez, os menores chegam trazidos por adultos, geralmente as mães. Entre estes, observou-se importância atribuída a comentários positivos sobre seu comportamento pelas educadoras a seus responsáveis. Nas conversas no portão, percebe-se a satisfação de algumas crianças mediante o elogio de sua conduta pela educadora à mãe. Por outro lado, parte do grupo esboçava tensão durante esse processo quando havia alguma referência que desagradasse o responsável. Algumas mães conversavam com a criança. O contato nem sempre era pacífico. Diante de uma queixa da educadora, uma mãe diz para a criança: "*Te caio de tapa*!".

As interações com o adulto são importantes para a maturação psíquica da criança. Todavia, é preciso propiciar à criança, suas experiências mediando através do diálogo e não da imposição, suscitando a formação autônoma do sujeito.

> Menos intervencionismo adulto geraria crianças mais autônomas, protagonistas, performers de suas existências. Menos intervencionismo e mais co-pertença, cumplicidade e hospitalidade, é o esperado para uma relação adulto-criança onde adultos desejem sinceridade, que as crianças

> sejam bem-vindas ao mundo compartilhado, que usufruam dele e o transformem, a seu modo (MACHADO, 2013, p. 258)

Ainda sobre a observação da acolhida, notou-se que muitas mães levam seus filhos acompanhados de filhos menores, geralmente bebês. Nesse caso, havia postura de modelação por elas à criança através de falas como:

> *"Daqui a pouco vai ser você!"*
> *"Meu filho quando grandinho virá para a escola."*

Em alguns casos, a criança menor chegou a chorar desejando seguir o irmão. Algumas crianças não davam importância ao choro do bebê, outras tentavam acalma-lo. O episódio ilustra o argumento de Merleau-Ponty (2006) sobre a imitação na infância ressaltando que o impulso a criança à imitação é o fato de haver uma comunhão de objetivos: nesse caso, sob o estímulo da mãe.

Apesar do foco atitudinal preconizado pela instituição, há mães que não demonstram interação afetiva com as crianças. Observou-se uma mãe que sem qualquer comentário da educadora, mencionou que puniria a criança caso acontecesse algum comportamento inadequado. Assim, constata-se o impacto das vivências violentas do contexto, na expressividade dos adultos o que reflete nas atitudes das crianças, uma constante falta de diálogo. Ainda que a mãe deseje o melhor para seu filho, se expressa de modo hostil e com certo afastamento.

Na ocasião, a abordagem em sala enfocou os símbolos da páscoa e as crianças demonstraram maior interesse pelo coelho e pelos ovos. Assim, nota-se a interferência do contexto consumista quanto à aquisição de produtos. O encanto pela posse do chocolate e a ostentação de ganhar ovos e coelhos de pelúcia foi percebida nos comentários das crianças. Com isso, demonstra o reflexo do "mundo da vida" contemporâneo na compreensão infantil da realidade: preocupações com o consumo, a falta de tempo, a insatisfação, a criação de necessidades para comprar mais, a procura pela novidade.

O quarto dia de observações contemplou o contexto vespertino e partiu do acompanhamento da acolhida das crianças. Notou-se que a faixa etária do vespertino é menor que no matutino refletindo os aspectos da escolarização formal municipal cujo atendimento das crianças é pela manhã e dos adolescentes, à tarde. A entrada das crianças no centro se mostrou tranquila, com a maioria das crianças trazidas pelas mães.

A rotina de trabalho se mostrou diferenciada nesta ocasião em virtude da confraternização da páscoa. Ao serem acolhidas, as educadoras direcionavam a roda de conversa sobre a temática enfatizando aspectos da religiosidade cristã de matriz católica no sentido de refletir sobre a conduta humana. As atividades incluíram cantigas pascais envolvendo expressão corporal. As crianças deste grupo demonstraram maior aproximação com as brincadeiras populares do que as crianças do matutino.

Na execução das cantigas, algumas crianças mostravam incômodo quanto à coreografia, agiam inibidas com a exposição corporal. Isso permitiu perceber a relação simbólica das crianças com o baixo corporal. Os trechos das cantigas que referiam partes do corpo como cintura e bumbum deixavam algumas crianças envergonhadas. Robine (2006) situa a vergonha como um dos primeiros sentimentos experienciados pelo homem, representando a consciência de si diante do outro, o despir-se ao olhar do outro, a consequência do autoconhecimento. Assim, a vergonha surge como elemento construtivo pelo indivíduo, porém, notou-se nessa postura, o olhar erotizado, vinculado a uma visão de mundo que reprime a exposição dos “baixos” corporais. Em oposição, o “alto” é sempre enfocado: levantando as mãos em direção ao céu ou pulando.

Após o momento de recreação, as educadoras coordenaram o lanche coletivo com encenação da santa ceia e repartição simbólica do pão. As crianças entraram em contato com o simbolismo católico referente à páscoa. Em meio ao processo, um episódio chamou a atenção pela

dificuldade expressa em lidar com o erro. Uma das crianças trocou o nome de Jesus por Deus e a educadora realizou questionamentos para que a própria criança percebesse e ampliasse sua concepção. Porém, as demais apontaram o erro, corrigindo o colega. Percebeu-se como o erro não é aproveitado de forma construtiva em nome de uma postura de julgamento.

O quinto dia de observações centrou-se na dinâmica da sala de aula. A roda de conversa se pautou na reflexão sobre as vivências no ambiente familiar durante o feriado da Páscoa. Muitos referiram as atividades religiosas experienciadas na paróquia. A unanimidade, contudo, era a comemoração no âmbito familiar, em especial o almoço. As falas enfatizavam a fartura da refeição e a tradição do consumo de peixe. O aspecto comercial permaneceu enfocado pela menção aos ovos de páscoa.

O sexto e último dia de observação ocorreu no dia seguinte à realização da reunião de pais. Assim, o tema da roda de conversa perpassou considerações das educadoras com as crianças, sobre a participação familiar em suas vidas. O discurso fomentou a parceria a ser estabelecida entre o centro e as famílias na busca de uma melhor formação para as crianças da comunidade.

As educadoras destacaram ainda, o papel da mãe na constituição familiar, como eixo provedor de modelos para o desenvolvimento infantil. O pai foi apresentado como provedor: vinculado ao mundo do trabalho; enquanto a mãe como cuidadora, do lar. As representações inferem, portanto, papeis tradicionais.

As crianças não realizaram intervenções. Somente algumas poucas que buscavam justificar a ausência de seus responsáveis, atribuindo o fato aos afazeres domésticos. Um pequeno grupo perguntava muito ansioso se haviam sido feitas queixas às suas mães, com relação ao seu comportamento.

A formação atitudinal enfocada em modelos de conduta nas intervenções coletivas influencia a postura das crianças quanto à receptividade dos pais em relação ao comportamento. Nesse sentido,

precisa ser relativizada, pois, não deve difundir a constante insegurança, ao mesmo tempo em que não pode se manter focada na permissividade.

> Muitas vezes há uma antecipação do adulto com relação às problemáticas infantis. Ele pode incorrer no erro de querer que a criança apreenda comportamentos ou conteúdos que não fazem sentido para ela naquele momento. Este fato não retira a importância do adulto nessa relação, muito pelo contrário: deixar a criança sem a sua mediação seria incorrer no mesmo erro de um forte autoritarismo (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 494).

O registro das observações do cotidiano infantil nas Obras Sociais Frei Antonio Sinibalddi constituiu momento significativo na formação inicial em Psicologia. As vivências apreciadas expressaram aspectos relevantes do desenvolvimento infantil. As considerações buscaram aproximar a vivência às teorizações discutidas no meio acadêmico. Contudo, é preciso considerar as observações dentro de um contexto histórico, familiar e pessoal que pode influenciar muito, não permitindo estabelecimento de padrões a partir destes sujeitos (PAPALIA & OLDS 2000). Da experiência, para além das observações, segue a certeza da responsabilidade social proposta em compreender criticamente a infância e o desenvolvimento humano.

Considerações Finais

O Estágio Básico caracteriza uma disciplina que integra o novo currículo do curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão. Proveniente do processo de reforma curricular, a referida disciplina objetiva propiciar ao graduando contato inicial com o exercício profissional. Diante disso, promove a ampliação das experiências de aprendizagem, aproximando as teorizações do ambiente acadêmico ao campo de atuação. Sua inserção desde o início do curso permitirá a maturação do estudante na prática de observação, bem como, o aprofundamento nas áreas da Psicologia.

Levando em consideração a prática observacional desenvolvida no Centro de Obras Sociais Frei Antonio Sinibaldi considera-se significativa a vivência deste Estágio Básico em Psicologia do Desenvolvimento. Mostrou-se essencial a condução das atividades pelo supervisor técnico enquanto professor vinculado a uma disciplina do período e psicólogo preceptor em uma área de atuação específica. Do mesmo modo, o Estágio permitiu esclarecimentos iniciais de aspectos da atuação profissional do psicólogo em sua inserção social. A importância do estágio perpassou por um processo de aprendizagem indispensável enquanto oportunidade de assimilar a teoria e a prática, aprendendo o cotidiano e as peculiaridades da profissão.

Outro aspecto a ser destacado se refere à organização do trabalho coletivo. Mostrou-se muito importante, a interação com os colegas de turma na troca de conhecimentos e experiências. A respeito do trabalho de grupo, Schutz (1994) diz que as pessoas não se integrarão em um grupo se ele não trouxer a satisfação de certas necessidades fundamentais. Nesse sentido, a interação do grupo foi imprescindível para superar questões, dúvidas e reelaborar posicionamentos frente aos procedimentos e vivências do estágio. A experiência foi enriquecedora, propiciando a elaboração encadeada entre teoria e prática quanto aos processos de desenvolvimento humano.

Referências

BARROS, Valdenira. **Imagens do Moderno em São Luís.** São Luís: Editora, Stúdio 11, 2001.

DUTRA, Elza. A narrativa como técnica de pesquisa fenomenológica. **Rev. Estudos de Psicologia.** Natal. V. 9, n. 2, 2002, p. 355-364.

GONH, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social:** atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

GUIMARÃES**,** Aquiles Cortes. Uma aproximação aos conceitos básicos da fenomenologia. **Fenomenologia e Psicologia.** V. 1, n. 1, 2013**.**

HUSSERL, Edmund. **A filosofia como ciência de rigor.** Coimbra: Atlântida, 1965.

MACHADO, Marina Marcondes. Fenomenologia e Infância: o direito da criança a ser o que ela é. R**. Educ. Públ**. Cuiabá v. 22 n. 49/1, maio/ago 2013, p. 249-264.

MERLEAU-PONTY, M. **A estrutura do comportamento**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MERLEAU-PONTY, M. **Psicologia e pedagogia da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MERLEAU-PONTY, M. **A fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Conversas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MILLON, T. (org.) **Teorias da Psicopatologia e Personalidade:** Ensaios e Críticas. 2 ed. Rio de Janeiro: lnteramericana, 1979.

MORAIS, Natércia C. F. **A ponte da esperança:** O símbolo da modernização e do desenvolvimento urbano no governo Sarney (1966-1970). Monografia. (Graduação em História). Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2006.

NARDI, Edson Renato & CAMARGO, Ricardo Leite. Fenomenologia da Infância. **Revista Filosofia Capital**. Vol. 5, Edição 11, Ano 2010.

O ESTADO DO MARANHÃO. **Solidariedade garante assistência a crianças na área do São Francisco**. 05 de jul 2015.

O IMPARCIAL. **Missionário Franciscano pode se tornar o primeiro beato em terras maranhenses.** 17 de set 2012.

OBRAS SOCIAIS. **Histórico**. (folheto). São Luís, 2016.

PAPALIA, D. & OLDS, S. **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

ROBINE, J-M. **O self desdobrado** – perspectiva de campo em Gestalt-terapia. São Paulo: Summus, 2006.

SCHULTZ, Alfred. **Sobre fenomenologia e relações sociais**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2012.

SCHUTZ, W.C. **A Profunda Simplicidade**: uma Consciência do Eu Interior. São Paulo: Ágora, 1994.

SOARES, Josélya M. de A et al. **DINÂMICA DA PAISAGEM NA ÁREA DE ENTORNO DA LAGUNA DA JANSEN EM SÃO LUÍS –** Trabalho de Iniciação científica. Anais da 58ª Reunião Anual da SBPC - Florianópolis, SC – jul 2006.

3

Estagio basico em psicologia da saúde no CAPSI em São Luis do Maranhão: relato e discussão da experiência

Mariana Couto

1. Introdução

Este texto visa descrever e discutir a experiência de Estágio Básico em Psicologia da Saúde realizado no Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPSi) em São Luís – MA, experiência esta que se propôs a articular os conhecimentos construídos em sala de aula à prática da observação participante realizada durante as visitas ao campo de estágio. A partir do que foi vivenciado, discute-se acerca da atuação do profissional de Psicologia nesse contexto, delineando o percurso histórico deste dispositivo dentro de um novo modelo de atenção à saúde mental, bem como os processos históricos mais amplos que deram lugar para sua emergência e aponta alguns limites e desafios dos profissionais inseridos nessa área. Propõe ainda a olhar de forma crítica a insistente, porém velada, tendência patologizante que prevalece no cotidiano desses dispositivos, que ainda operam sob a predominância do modelo biomédico, e questiona-se em que medida o profissional da Psicologia que atua nesse contexto pode desenvolver uma prática comprometida com a libertação e a autonomia dos usuários destes serviços de cuidado em saúde mental que possa romper os grilhões dos rótulos diagnósticos impostos às crianças e adolescentes usuárias desse dispositivo.

2. Histórico da Saúde Mental: Institucionalização x Reforma Psiquiátrica e emergência de um novo modelo de cuidado no Brasil

O modelo de saúde mental que hoje vigora no Brasil e no mundo deriva de uma série de processos históricos, sociais e políticos que ocorreram ao longo dos últimos séculos e que possibilitaram a emergência das atuais políticas públicas de saúde mental no Brasil.

Sabe-se que principalmente durante o século XIX e parte do XX, o modelo vigente até então era o hospitalocêntrico, da institucionalização, baseado em internações e no confinamento dos sujeitos em instituições psiquiátricas que os excluía da vida em sociedade e assim passavam a viver de forma precária, geralmente em condições insalubres e desumanas. Este modelo, com caráter predominantemente repressivo, sem o tratamento adequado dos problemas mentais desses indivíduos, tornava-os marginais e incapazes do convívio em sociedade

No Brasil, em se tratando de crianças e adolescentes, algumas práticas estavam ligadas ao Movimento Higienista e Eugenista, que provinham da iniciativa privada e visavam ao melhoramento da raça, através do controle de práticas e condutas de âmbito pessoal e familiar, surgindo nesse contexto as primeiras clínicas de orientação infantil (TAÑO; MATSUKURA, 2015).

Essas ações não se resumiam apenas a crianças e adolescentes gravemente comprometidos em decorrência do sofrimento psíquico, Taño e Matsukura (2015) destacam que

> Grande parte das crianças adoecidas permanecia em instituições assistenciais mantidas por entidades filantrópicas, que, embora não figurassem nas comunidades psiquiátricas, mantinham modos de exclusão e violência muito semelhantes. [...] além das crianças e adolescentes com algum tipo de sofrimento psíquico, as crianças e adolescentes pobres também tiveram como alternativa única para sua existência a institucionalização. (p. 441)

Este panorama sombrio só veio se modificar - e gradativamente - através das produções científicas e dos escritos de Michel Foucault e Erving Goffman, na década de 1960, que passaram a questionar essa forma de institucionalização e de lidar com a loucura, surgindo a partir disso algumas propostas de Reabilitação Psicossocial, que passaram a entender a loucura como um problema de ordem também social e que por isso deveria ser complexificada (TAÑO; MATSUKURA, 2015).

A partir dessas novas perspectivas, no Brasil, na década de 1980, com a promulgação da Constituição de 1988, e logo em seguida a criação e implantação do SUS (Sistema Único de Saúde), são propostas novas alternativas para o cuidado em saúde mental, que culminaram na implantação da Lei n. 10.216 de 2001 (BRASIL, 2001) que propôs a criação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) com serviços territoriais de base comunitária e assim a instalação de dispositivos de cuidado em saúde mental denominados Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

Nesse novo contexto, para dar suporte à saúde mental de crianças e adolescentes em situação de sofrimento psíquico intenso, são criados os CAPSi's, com a proposta de atender crianças entre 03 e 12 anos incompletos, e adolescentes entre 12 e 18 anos incompletos com transtornos mentais e sofrimento psíquico, cuja severidade e/ou persistência demandam cuidado intensivo, incluindo transtornos relacionados às substâncias psicoativas (álcool e outras drogas), visando diminuir a institucionalização por meio do direito à convivência em família e na comunidade.

Nesses novos espaços de cuidado realizam-se psicodiagnósticos, atendimentos individuais, oficinas terapêuticas, atividades institucionais no território, atividades lúdicas, visitas escolares e institucionais; elaboração de relatórios de atendimento, trabalho com as famílias e orientação em educação e saúde. Num plano mais amplo, esses dispositivos passaram a atuar no sentido de promover a emancipação dos sujeitos e produzir cidadania para essas crianças e adolescentes, bem como auxiliar as famílias dos usuários a lidarem com estes problemas.

3. Inserção e atuação do profissional de Psicologia nas políticas públicas de Saúde Mental

Se a presença do profissional da Psicologia no contexto da saúde hoje se coloca como elemento frequente e muitas vezes indispensável ao compor uma equipe de trabalho multidisciplinar, é necessário que se assuma que nem sempre foi assim. Sua inserção nessa área só se deu muito recentemente, e precisamente no âmbito da saúde pública, onde vem tentando alcançar representatividade e ganhar espaço para seu saber e suas práticas.

No Brasil, em meados da década de 1920, as práticas psicológicas, ainda não regulamentadas enquanto campo profissional autônomo, voltavam-se principalmente para área da educação e do trabalho. Sua regulamentação enquanto profissão só ocorreu em 27 de Agosto de 1962 com a Lei 4.119 que dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e oficializa a profissão de psicólogo (MUHL; HOLANDA, 2017).

O perfil do profissional que se formou nessa gênese foi predominantemente aquele que trabalhava com a Psicologia Clínica, de forma autônoma, em consultórios particulares, de cunho individualista e elitista, reservada para poucos, atendendo uma pequena parcela da população compreendida entre 5% a 15% (MUHL; HOLANDA, 2017).

Somente com as mudanças no modelo de atenção à saúde mental a partir da década de 1980 é que foi possível ao psicólogo atravessar os limites da clínica, e outras áreas já estabelecidas como educação e trabalho, e adentrar a área da saúde pública, dada a necessidade de formação de equipes multidisciplinares visando melhorar a qualidade dos atendimentos.

Entretanto alguns entraves se colocavam nesse processo, pois a formação em Psicologia ainda não oferecia suporte teórico-técnico para este profissional lidar com a coletividade, com as demandas da população. Outros impasses ainda hoje se colocam nesse percurso, como

a imprecisão da própria legislação quanto ao fazer psicológico no âmbito desses dispositivos de saúde mental.

É preciso também reconhecer que há um dimensão política que é central nesse processo, pois como destaca Yamamoto (2012) "toda ação profissional, esteja o psicólogo ciente ou não, comporta uma dimensão política, pelo fato de o profissional estar envolvido, como lembra Yamamoto (1998), com as relações de poder da sociedade.". E isso nos leva a refletir sobre a responsabilidade social e política do psicólogo no desenvolvimento e na prática de sua atividade profissional.

O certo é que não se pode pretender fazer Psicologia no âmbito das políticas públicas de saúde mental ignorando suas idiossincrasias e os processos de subjetivação que as produzem, muito menos ignorar as questões corporativas e organizacionais que se colocam muitas vezes como entraves à realização de um trabalho comprometido com a ética e a responsabilidade social. São estes e muitos outros os desafios que atravessam o caminho de nossa prática profissional. Como alternativa a isso, nos propõe Benevides (2005)

> Pensar-fazer políticas de saúde exige, então, criação de dispositivos, exige criação de espaços de contratualização entre os diversos atores que compõem as redes de saúde, exige um estar com o outro, usuário, trabalhador, gestor... é preciso criar modos, criar dispositivos, que dêem suporte à experimentação das políticas no jogo de conflitos de interesses, desejos e necessidades de todos os atores. (p. 24)

E penso que mais do que a criação de espaços de contratualização entre os diversos atores que compõem as redes de saúde, é preciso que a Psicologia pense a si própria e se seu arcabouço teórico-técnico é capaz de atender aos usuários dessa rede com a justiça social necessária a esse contexto, mantendo vivo seu compromisso ético-político e seu papel fundamental na transformação da realidade.

4. Caracterização do Estágio Básico em Saúde no CAPSi

A experiência de Estágio Básico (EB) em Psicologia está proposta no novo Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), formulado visando atender às especificações das novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Psicologia com parecer favorável do Conselho Nacional de Educação (parecer 072/02), que dispõe que os estágios básicos, realizados do 2º ao 7º período do curso, tenham caráter observacional, com carga horária de 45 horas, sendo 25 horas reservadas às discussões do referencial teórico em sala de aula, e 20h de prática em campo, sob supervisão docente. As áreas de conhecimento da Psicologia que estes estágios básicos exploram são respectivamente: Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia Social, Psicologia Escolar, Psicologia do Trabalho e Psicologia da Saúde.

No Estágio Básico em Psicologia da Saúde, além da discussão teórica feita em sala de aula nas primeiras 25h/a da disciplina, tivemos 20h de vivência prática no campo de estágio designado, a saber o Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPSi), dispositivo de saúde mental, público e aberto à comunidade pertencente à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), vinculada ao Sistema Único de Saúde (SUS) do Governo Federal, sendo o CAPSi concebido e constituído como lugar de referência para o acompanhamento e tratamento de crianças e adolescentes com grave sofrimento psíquico, cuja severidade e/ou persistência demandem um cuidado intensivo, incluindo transtornos relacionados às substâncias psicoativas (álcool e outras drogas).

Essa unidade de saúde mental atende uma clientela de crianças entre 03 e 12 anos incompletos, e adolescentes entre 12 e 18 anos incompletos com transtornos mentais e sofrimento psíquico que residem no município de São Luís – MA. É um dispositivo que conta com uma equipe multidisciplinar, visando integrar seus saberes e técnicas, afim de melhor contemplar os usuários da rede que são encaminhados para esta unidade, conforme prevê a lei 10.216/2001 que regulamenta o novo

modelo assistencial em saúde mental e dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais.

As principais atividades desenvolvidas no CAPSi – como descrito anteriormente - são de atendimentos individuais, oficinas terapêuticas, atividades institucionais no território, atividades lúdicas, festinhas em datas comemorativas, visitas escolares e institucionais, elaboração de relatórios de atendimento, trabalho com as famílias e orientação em educação e saúde.

Os estagiários do EB em Psicologia da Saúde designados para o CAPSi foram divididos em grupos menores de dois a três integrantes para que não houvesse superlotação das salas da unidade. Nos detivemos na observação e participação em um grupo restrito de atividades. Em meu caso particular, realizei cinco visitas com 4h de duração cada, sempre no turno da manhã.

Nas quatro primeiras visitas ao CAPSi, as atividades desenvolvidas foram de observação de oficinas terapêuticas, que eram geralmente de recorte, colagem, montagem e jogos, na maioria das vezes com duas turmas de usuários em horários distintos. As atividades geralmente eram conduzidas pela pedagoga, pela psicóloga e algum outro profissional da instituição.

Nesse momento, através da observação participante, observávamos as crianças em interação com as outras e com os profissionais, além de auxiliarmos discretamente em suas atividades, mantendo um breve contato com elas, buscando manter o foco na apreensão dos fenômenos que ali viessem a se mostrar. Após o término das oficinas, seguia-se a reunião da equipe profissional para leitura e preenchimento dos prontuários daqueles usuários atendidos em cada dia. Nesse momento tínhamos acesso a boa parte do histórico clínico dos usuários, sendo possível acompanhar a evolução de seu tratamento.

No último dia de visita dos estagiários do meu grupo, para que pudéssemos presenciar uma outra atividade da equipe do CAPSi, fizemos a observação e o acompanhamento de um primeiro atendimento da equipe

multidisciplinar com cada usuário e seus respectivos pais ou responsáveis. Nessa ocasião foi feita a entrevista de anamnese, escuta do relato de cada mãe, pai e/ou responsável dirigidos pela equipe, bem como da sintomatologia apresentada, e do histórico médico e educacional de cada paciente. Após essa rápida investigação, procedia-se ao diagnóstico e encaminhamento para o tratamento/ acompanhamento adequado.

Dada a limitação do tempo e dos dias, não foi possível vivenciar a experiência no CAPSi para além dessas duas atividades desenvolvidas, embora ainda assim tenham se mostrado muito ricas para esta experiência de estágio básico, nos levando a pensar de forma crítica alguns aspectos desse dispositivo passíveis de serem melhorados no funcionamento dessa ferramenta tão importante no campo da saúde mental.

5. Discussão

De grande relevância para a formação acadêmica, esta experiência de estágio básico – como componente do novo currículo do curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) - nos permitiu conhecer o ambiente e a prática do profissional de Psicologia na área da saúde em um de seus possíveis campos de atuação e como esse se integra a uma equipe multidisciplinar, participando de um trabalho que vise a promoção da saúde e qualidade de vida sob a perspectiva de ações que se baseiam na interdisciplinaridade.

Todavia sabe-se que há grande abismo entre o que se preconiza como ideal e o que se efetiva na realidade, e embora o CAPSi tenha sido formulado dentro de um paradigma psicossocial, com o objetivo de promover a emancipação dos sujeitos através da construção de autonomia, do cuidado sem exclusão, de uma escuta centrada no indivíduo e não no sintoma, e assim produzir cidadania para crianças e adolescentes, na prática e no cotidiano desse mecanismo de cuidado em saúde mental nem sempre é por essa via que as ações deste dispositivo tomam forma.

Observou-se que nesses espaços há ainda a produção de discursos e práticas que endossam uma patologização do infantil, alimentada pela predominância do saber biomédico, positivista, que privilegia a descrição do sintoma, que busca enquadrar esse indivíduo em uma categoria diagnóstica para que receba o tratamento adequado. Conforme conceitua Cervo e Silva (2014)

> O movimento de expansão do número de categorias diagnósticas incluídas nos principais sistemas classificatórios (DSM e CID-10) tem trazido problematizações sobre as fronteiras do normal e do patológico [...] a esse movimento de aumento do número de diagnósticos e/ou classificações, englobando cada vez mais comportamentos antes considerados "normais', dá-se o nome de patologização. (p.445)

Eis um paradoxo que se coloca dentro dessa nova proposição de cuidado. Pois se o objetivo do movimento da Reforma Psiquiátrica era o de superar o modelo asilar, da detenção física dos corpos, da exclusão dos sujeitos, do aniquilamento das subjetividades, o modelo de reabilitação psicossocial que embasa as novas políticas públicas em Saúde Mental se atualiza por uma práxis onde esses sujeitos não mais são aprisionados fisicamente mas, ainda que não se queira admitir expressamente, são enquadrados em categorias diagnósticas que selam sua subjetividade, limitando suas manifestações, em sua maioria típicas de uma infância comum, a um conjunto de sintomas e reduzindo a criança a uma única direção no processo de subjetivação – a do transtorno, do anormal, do desviante - evidenciando que o discurso psiquiátrico ainda atravessa e muito essas novas práticas.

No decorrer da observação notou-se que o público atendido pelo dispositivo era majoritariamente pobre, e as mães, pais e/ou responsáveis tinham baixo nível de instrução formal. Muitas estavam ali quase todos os dias ou por necessidade do tratamento prescrito, ou pelas atividades desenvolvidas pela equipe do CAPSi ou mesmo por não ter recursos pessoais para lidar com os comportamentos, tidos como disfuncionais, de sua criança.

Algo que também saltou aos olhos, era a relação de dependência dos usuários e seus acompanhantes com as medicações prescritas para os usuários como tratamento dos transtornos mentais apresentados. Notei que ali, crianças ainda tão pequenas tinham suas infâncias restringidas pelo uso – em muitos casos desnecessários – de fortes substâncias medicamentosas que diuturnamente tolhiam as manifestações típicas da infância. E isso é preocupante, pois tal como afirma Ferreira (2017),

> o discurso da medicalização, que não se desassocia da normatização, é distribuído para outras áreas da vida do indivíduo, que, muitas vezes, para alcançar o ideal de beleza, de saúde e de comportamentos, e se enquadrar nesses modelos pré-estabelecidos, recorre ao uso indiscriminado de suplementos vitamínicos e medicamentos – controlados ou não. (p.32)

O contato com essa realidade me levou a uma série de questões, muitas ainda sem respostas. Mas ainda hoje, após dois anos do vivido, me açoda pensar sobre qual seria a relevância da Psicologia naquele contexto, o que mais ela poderia fazer além de auxiliar no manejo de um suposto transtorno? Estaria a Psicologia contribuindo para que esse ser-infantil continuasse a se desenvolver sob amarras farmacológicas, crescendo sob o estigma limitante de uma doença mental ao ser condescendente com um sistema que se pretendia anti-manicomial, mas que transformou os muros físicos dos antigos manicômios em amarras diagnósticas fortificadas pela patologização e medicalização da existência?

Se essas mães, pais e responsáveis não sabiam – e ainda não sabem - lidar com suas crianças "transtornadas" por uma condição psicológica atípica imputadas a elas, de quem era a responsabilidade por cuidar da emancipação dessas pessoas para que passassem então a olhar para suas crianças de outra forma? E como se não fosse o suficiente lidarem com os transtornos psicológicos de suas crianças que já não davam conta, tinham ainda que lidar diariamente com a pobreza, com a violência, com a exclusão, com a solidão e com seus próprios sofrimentos.

Tendo em vista essas questões que por si mesmas nada tem de simples, ao contrário, mostram-se muito desafiadoras pois são

macroprocessuais, multideterminadas, qual seria o papel possível do psicólogo que atua nesse contexto? Dentro de um sistema burocrático, erguido sob a égide do capitalismo que produz esses novos modos de subjetivação e também de adoecimento, qual seria a intervenção possível a se fazer, sabendo-se que se está sujeito a uma hierarquia e um jogo de forças e interesses que nem sempre privilegiam a ética profissional ou a responsabilidade social para com esses sujeitos?

Penso que o profissional de Psicologia em tal contexto deve se preocupar em manter-se atento e ainda mais sensível a essas singularidades que se interpõe à sua prática, com olhar e atitude críticos, cuja teoria assimilada no ambiente acadêmico não dá conta de preparar. Não devemos estar presentes nesses contextos para compactuar com práticas que favoreçam a dependência, a alienação, a repressão e a opressão, muitas vezes dissimuladas como assistencialismo. Precisamos sim de uma atuação profissional crítica em todo e qualquer contexto, pois como destaca Montero (2011)

> ... a Psicologia deve, e em muitos aspectos faz isso, manter uma vigilância crítica sobre seu fazer e seu dizer para atentar às manifestações de poder opressor que podem ser geradas em seu próprio seio. Deve cuidar das interpretações e das práticas e teorias que reduzem categorias de pessoas e objetos e que se ajustam aos desejos e às tendências que mantém a desigualdade social (p. 98)

O que se pode pensar a partir disso é no quanto a Psicologia ainda tem que se libertar para só então promover uma libertação dos povos oprimidos, aqueles que assim como carecem de pão pra matar a fome do corpo, de condições dignas de vida, carecem de serem considerados por essa ciência psicológica para a construção de um saber e de uma prática que os tornem sãos e conscientes o suficiente para que lutem pela sua melhoria de vida, para mudar sua realidade, e conquistar sua autonomia e emancipação.

6. Considerações Finais

Através dessa experiência de estágio básico, de caráter observacional, proposta pelo novo Projeto Político Pedagógico do curso de Psicologia da UFMA foi possível conhecer, ainda que brevemente, um prolífico campo de atuação do profissional de Psicologia - o das políticas públicas de saúde mental, e mesmo com o pouco tempo de contato pude notar como a Psicologia se articula aos outros saberes e técnicas que atuam no campo da saúde mental e quantos limites e desafios se colocam ainda à nossa prática e ao nosso saber.

Pensando nesse novo modelo de cuidado em Saúde Mental no Brasil, com todas as suas particularidades e nas condições materiais de existência da maioria da população brasileira uma questão me apareceu: como é possível à Psicologia assegurar aos usuários da RAPS uma libertação das prisões sem muros dos rótulos diagnósticos impostos pelo modelo biomédico que ainda prevalece e dita os limites entre normalidade e patologia na rede de cuidado em Saúde Mental? Como poderá a Psicologia garantir aos oprimidos, saúde mental, qualidade de vida e consciência sobre sua realidade para romper as barreiras da opressão se faltam condições básicas para sobrevivência, se faltam políticas públicas justas e adequadas que dignifiquem a existência dessas pessoas?

Isto nos remete à proposição de Martín-Baró da necessidade urgente de uma Psicologia da Libertação, cujo mote seria uma autocrítica e o descentramento de si mesma, sendo levada por isto a revisar sua bagagem teórica e prática, lançando um novo e apropriado olhar sobre as maiorias oprimidas inaugurando a partir disso uma nova práxis psicológica que possibilite a transformação e emancipação dos povos e da sociedade latino-americana.

Para que a Psicologia no contexto latino-americano seja capaz disso, é fundamental que também ela se liberte da assimilação acrítica de epistemologias da Psicologia norte-americana e europeia que não respondem às especificidades das necessidades dos povos latino-

americanos, postura que levou à incorporação de teorias e pressupostos científicos que se mostram inadequados e incompatíveis com a realidade na qual que estamos imersos.

Referências

BENEVIDES, Regina. A psicologia e o sistema único de saúde: Quais interfaces?. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 21-25, Mai/Ago 2005.

BRASIL, Decreto-lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DF, abril de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm Acesso em: 12 dez. 2017.

FERREIRA, Mayara Souza. Medicalização da vida: sobre o processo de biologização da existência. **Alumni**, v. 5, n. 10, p. 26-34, Jul/Dez 2017.

MARTÍN-BARÓ, I. Para uma Psicologia da Libertação. In: GUZZO, R. & LACERDA, F. **Psicologia Social para a América Latina:** o resgate da psicologia da libertação. Campinas: Editora Alínea, 2011. (pp. 181-197).

MARTÍN-BARÓ, I. Desafios e Perspectivas da Psicologia Latino-Americana. In: GUZZO, R. & LACERDA, **Psicologia Social para a América Latina:** o resgate da Psicologia da Libertação. Campinas: Editora Alínea, 2011. (pp. 199-220).

MONTERO, M. Ser, Fazer e Parecer: crítica e libertação na América Latina. In: GUZZO, R. & LACERDA, **Psicologia Social para a América Latina:** o resgate da Psicologia da Libertação. Campinas: Editora Alínea, 2011. (pp. 87-100)

TAÑO, Bruna Lídia; MATSUKURA, Thelma Simões. Saúde mental infanto-juvenil e desafios do campo: reflexões a partir do percurso histórico. **Cadernos de Terapia Ocupacional UFSCar**, São Carlos, v. 23, n. 2, p. 439-447, 2015.

YAMAMOTO, O. Políticas sociais, "terceiro setor" e "compromisso social": perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 30-37, 2007.

4

O **estágio básico em psicologia da saúde no hospital universitário - HUUFMA: um olhar sobre a atuação multiprofissional**

Dayse Marinho Martins

1 Introdução

A crescente inserção da Psicologia em equipes de saúde é hoje um fato reconhecido. Esta área de atuação tem adquirido cada vez mais valor no que concerne à interação do Homem com a saúde. Destacam-se ainda nesse processo, o intercâmbio multiprofissional, a pesquisa e renovação das políticas de Saúde. Pode-se concluir, portanto que através de programas bem definidos e frequentemente avaliados, é possível oferecer ganhos, em nível de qualidade e custos ao sistema de saúde vigente.

A prática observacional em setores do campo da saúde permite que o aluno possa conhecer os setores e refletir sobre o atendimento à população. Possibilita o contato com um profissional da área que estará à disposição para esclarecer dúvidas sobre a atuação da psicologia na saúde articulando a formação inicial com a práxis profissional do graduando em Psicologia.

Fundamentado nessa perspectiva, este trabalho apresenta reflexões vivenciadas no Estágio Básico em Psicologia da Saúde. Assim, refere à prática de observação no cotidiano do terceiro nível de complexidade do sistema de saúde no Brasil representado pelo contexto do Hospital Universitário HU UFMA. A observação foi vivenciada nas unidades

Presidente Dutra e Materno Infantil, durante 20 horas distribuídas no mês de novembro de 2017.

2 O Estágio Básico em Psicologia da Saúde

O referido estágio objetivou proporcionar aos alunos vivências de ensino teórico-prático a partir da perspectiva da Psicologia da Saúde como campo de análise. Proporciona desta maneira, uma observação participante, na qual o aluno além de observar, interage, possibilitando uma aprendizagem crítica.

> A Psicologia da Saúde, como todas as Psicologias que interagem com o Campo da Saúde, necessita de estar em constante ajustamento às mudanças políticas, econômicas e sociais. Esta tensão permanente é positiva porque enriquece o universo da Psicologia da Saúde enquanto conteúdo científico e de práticas, e área de conhecimento (ALVES, 2011, p. 58).

As observações tiveram ênfase nas ações do Hospital Universitário da UFMA, unidades Dutra e Materno infantil, com apreciação do trabalho desenvolvido pelas psicólogas nos setores médicos. De tal modo, contemplaram o contexto do nível terciário do sistema de saúde que caracteriza:

> A assistência aos problemas de alta complexidade derivados dos outros níveis de atenção e com as pesquisas em saúde. Em geral, faz-se nos hospitais, centros de especialidades e inclui o seguimento de pacientes em tratamento clínico, cirúrgico, quimioterápico e radioterápico (ALVES, 2011, p. 78).

Foi observado paralelamente, o contexto de trabalho, condições e instalações, normas de funcionamento, e clima organizacional. Além das observações, houve conversas com os profissionais sobre a história do setor, seu impacto na comunidade acadêmica, os avanços, dificuldades e possibilidades. O HU UFMA caracteriza hospital escola para desenvolvimento de pesquisa e inovação em saúde representando um dos pilares do nível terciário do sistema de saúde: “Tem na pesquisa uma

de suas mais importantes atividades, investigando os fatores biopsicossociais que intervêm na etiologia dos problemas de saúde, analisando o entorno sociocultural e estilos de vida" (ALVES, 2011, p. 80).

Destacam-se ainda nesse processo, o intercâmbio multiprofissional, a pesquisa e renovação das políticas de Saúde. Pode-se concluir, portanto que através de programas bem definidos e frequentemente avaliados, é possível oferecer ganhos, em nível de qualidade e custos ao sistema de saúde vigente.

A prática observacional em setores do campo da saúde permite que o aluno possa conhecer os setores e refletir sobre o atendimento à população:

> Uma das abrangências da psicologia da saúde, a psicologia hospitalar é a área que mais cresce em termos de procura pelos acadêmicos em busca de espaços para atuação. De um lado, o crescimento na busca de interessados, de outro a inserção do psicólogo no hospital se efetiva por meio de estágios sem remuneração [...] Ao adquirirem seus certificados, não possuem campo efetivo de atuação (ANGERAMI-CAMON, 2004, p.17).

Dessa forma, o estágio básico possibilita o contato com um profissional da área que estará à disposição para esclarecer dúvidas sobre a atuação da psicologia na saúde articulando a formação inicial com a práxis profissional do graduando em Psicologia, sem espontaneísmo.

> Para atender bem a essas novas configurações dos fazeres psicológicos no Setor da Saúde Pública, o psicólogo necessita receber uma formação (para os que ainda estão na Universidade) ou uma capacitação (para os que já estão na Rede de Saúde) capaz de mostrar-lhe a amplitude das ações em que pode atuar. A lógica dessa formação/ capacitação é preparar para uma atuação na saúde que seja compreendida e organizada de acordo com os níveis de atenção à saúde propostos pelo SUS (ALVES, 2014, p. 21).

De modo geral, o estágio teve como princípio norteador, a articulação teoria e prática, na análise crítica mediante o contexto da psicologia da saúde, incentivando a autonomia do estagiário na produção

de conhecimentos. Consistiu na prática observacional objetivando avaliar o atendimento em unidade hospitalar, bem como o papel do psicólogo no setor.

O estágio básico em Psicologia da Saúde contou com preparação teórica que perpassou pela compreensão da inserção do estágio básico no campo da Psicologia da Saúde. Com isso, a supervisão oportunizou o contato com produções acadêmicas e abordagens de profissionais da Psicologia com atuação em saúde.

Foram realizadas discussões de artigos ressaltando a experiência de formação em psicologia da saúde em nível de estágio no âmbito da universidade pública. Do mesmo modo, as discussões se pautaram na percepção da atuação do psicólogo no campo da saúde considerando-se os níveis de atenção previstos na política do SUS.

Houve ainda, o debate por meio de seminário demonstrando práticas de atuação em Psicologia da saúde, desde a perspectiva tradicional no ambiente hospitalar até ações inovadoras como o plantão psicológico. Os estudos e a preparação teórica caracterizaram momento essencial para o embasamento do grupo de estagiários. Possibilitaram a compreensão da atuação profissional em Psicologia da saúde, fomentando uma perspectiva crítica necessária a uma aprendizagem significativa da prática observacional no campo de estágio.

3 Caracterização do campo de Estágio Básico em Psicologia da Saúde

O estágio básico em Psicologia da Saúde foi realizado HUUFMA (Unidades Presidente Dutra e Materno Infantil). Caracterizado enquanto hospital escola, campo de formação profissional da referida universidade pela inserção em práticas de estágio, internato e residência.

No Brasil, os hospitais universitários federais (HUFs) têm por finalidade exercer o ensino, a pesquisa e a extensão, por meio da assistência à saúde. São responsáveis por grande parte das pesquisas clínicas na área biomédica e pela formação de um expressivo número de

profissionais de saúde, em nível de graduação e pós-graduação (Reis e Cecílio, 2009). São instituições cuja gestão está subordinada à Universidade Federal da qual corresponde, ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) por sua frente de ensino, e ao Ministério da Saúde (MS) pela vinculação ao sistema de saúde pública.

Atualmente, o HU/UFMA se encontra sob a gestão da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Criada em 2011, pela Lei nº 12.550 como parte da política pública denominada Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), caracteriza empresa pública do MEC responsável pela gestão por meio de contrato.

> A Lei Federal 12.550 de 15/12/2011 cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH)1 para administrar instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, o que inclui hospitais universitários federais e hospitais das três esferas de governo [...]sob a forma de sociedade anônima com capital social representado por ações ordinárias nominativas, integralmente sob a propriedade da União, e atividades de prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e laboratorial integralmente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) (ANDREAZZI, 2013, p. 276).

Sob o discurso da ineficiência da gestão pública e o alto custo dos hospitais federais, decorrentes da burocracia da legislação brasileira, a EBSERH é apontada pelo governo como solução, ganhando espaço e adesão junto às universidades federais. Contudo, com formato em princípios de uma política de gestão neoliberal de cunho privatista, A EBSERH se enquadra dentro um discurso gerencial industrial: "[...] traz um modo de operar hospitais, transformando a atividade de ensino, pesquisa e assistência em atividade econômica" (ANDREAZZI, 2013, p. 279).

Com base nesses pressupostos, a gestão da EBSERH tem instituído praticas de reestruturação física e tecnológica e revisão do financiamento visando a redução de despesas. Além disso, enfoca a "recuperação" do

quadro de recursos humanos com foco na "melhoria" dos processos de gestão. Tal fato consiste em alterar o regime de trabalho dos servidores para modelos privados, ampliando a carga horária de trabalho, fragilizando a estabilidade e o plano de carreiras. A referida conjuntura resulta na constituição de um corpo profissional com diversidade de vínculos e regimes de trabalho: contratados, estatutários, terceirizados.

O hospital conta com 21 psicólogos e 14 residentes entre os níveis R1 e R2. Os profissionais dessa área não constituem no âmbito do hospital, um setor. Encontram-se inseridos nos setores conforme especialidade com chefia imediata do médico, visando estimular a inserção e articulação multiprofissional.

Os setores do HUUFMA que contam atualmente com psicólogos constituem:

- UTI Cárdio
- Neurologia/ UTI Geral
- TX – Transplante renal
- Clínica Médica
- Hemodiálise
- Clínica Cirúrgica
- Ginecologia
- Obstetrícia
- Pediatria/ UTI pediátrica
- UTI neonatal
- Ambulatório pediatria
- Ambulatório ginecológico/ transgênero
- Cirurgia bariátrica
- O setor de banco de leite encontra-se com carência desse profissional mediante desligamento da psicóloga por aposentadoria.

Acerca das práticas dos psicólogos nos setores, cabe destacar:

> É fundamental que a ideia de atuação do psicólogo seja compreendida a partir das prerrogativas da Psicologia da Saúde. Ou seja, como uma ação voltada à saúde geral. Nesta direção, é preciso localizar e associar, de forma

> dinâmica e não dicotômica, os níveis de atenção à saúde e suas respectivas intervenções. (ALVES, 2014, p. 23)

De tal modo, as intervenções previstas englobam princípios da atenção terciária, mas contêm ações da atenção primária em nível ambulatorial. Para tanto, os documentos norteadores da prática do psicólogo no HU/UFMA tomam como ponto de partida o Procedimento Operacional Padrão (POP). Tal registro caracteriza o plano anual de ações a serem desenvolvidas pela unidade hospitalar com base nos princípios de sua constituição e das prerrogativas do SUS. Nele, há espaço para detalhamento das ações gerais dos psicólogos no âmbito dos setores.

A partir do POP, cada psicólogo elabora seu plano de Instrução de Trabalho (IT) com procedimentos a serem realizados para efetivação das propostas do POP. A descrição passo a passo de cada IT está contida no Plano de detalhamentos das Its que apresenta caracterização, periodicidade, espaços, posturas a serem empreendidas pelo psicólogo em suas instruções de trabalho na rotina do hospital.

Além disso, com base na proposição do SUS, o HU/UFMA elabora o Plano Terapêutico Singular (PTS) no qual são consideradas as propostas de atendimento de cada paciente por meio de discussão da equipe multiprofissional. O psicólogo está inserido nesse tipo de registro e paralelamente, tece considerações nos prontuários e kardex de cada paciente atendido a partir das ilhas na hospitalização ou no sistema informatizado no caso do ambulatório. Os psicólogos têm ainda, seus livros de registro individual para inserção das vivências cotidianas e atuam com formulários de triagem psicológica hospitalar e avaliação psicológica resumida, no acolhimento dos pacientes.

O perfil dos pacientes atendidos pelo HUUFMA caracteriza população de classe popular cuja maioria é proveniente do interior do Maranhão, pela precariedade do sistema de saúde dos municípios. Enquanto hospital escola, não há setor de emergência, o padrão de internação considera o atendimento de pacientes com enfermidades em

processo de diagnóstico, ou seja, é de longa duração para investigação dos processos de adoecimento e verificação das possibilidades de tratamento por exames, procedimentos invasivos e visitas técnicas em leito. O Hospital é marcado ainda, pelo processo de residência médica, caracterizado pela especialização com treinamento em serviço e estudos médicos.

O único setor que possui a chamada "porta aberta", ou seja, se destina a atendimento imediato, é o TX que atende transplantados renais. Assim, os pacientes que passaram por esse processo no hospital, recebem atendimento a qualquer momento em caso de necessidade.

As observações do estágio referiram a proliferação no HUUFMA de casos de judicialização. Trata-se do atendimento obrigatório a pacientes com perfil de emergência que tiveram na rede de saúde municipal, seu acesso à saúde cerceado pela precariedade do sistema e buscaram em mandatos de segurança a garantia do acesso ao direito fundamental do tratamento no SUS.

É essencial, portanto, que o psicólogo reconheça o perfil do paciente atendido uma vez que este se encontra numa condição de "objeto de estudo" por vez despersonificado pela equipe médica. Nesse contexto, cabe ao psicólogo, a mediação desse processo com o paciente e a equipe médica na perspectiva de melhorar a humanização.

4. A atuação do Psicólogo no HUUFMA

A prática supervisionada em campo foi realizada durante 5 encontros que computaram 20h no mês de novembro de 2017. O primeiro e o segundo encontro ocorreram na unidade Dutra para visita técnica aos setores: UTI Cárdio, Neurologia/ UTI Geral, TX – Transplante renal, Clínica Médica, Hemodiálise, Clínica Cirúrgica. Na acolhida, a psicóloga da clínica médica apresentou as práticas de organização do hospital, os documentos norteadores, registros da Psicologia, aspectos da preceptoria no âmbito da residência, ações, avanços e desafios do setor.

Na oportunidade, realizou-se visita aos setores supracitados tendo contato com psicólogos que referiram a alta complexidade enquanto nível caracterizado invasivo para o usuário. Com isso, destacaram como aspectos focais para a atuação do psicólogo a abordagem do sofrimento, do medo e da finitude.

Nessa conjuntura, os profissionais destacaram as ações do HUUFMA em termos de cuidados paliativos e a participação do psicólogo na equipe. Muitos casos têm diagnóstico sem perspectiva de tratamento e a mediação junto ao paciente e à família cabe à equipe multidisciplinar, tendo, no entanto, um suporte considerável do psicólogo. Nesse caso, o suporte é oferecido á família, ao paciente e à equipe que se fragiliza com as situações. Assim, torna-se essencial o cuidado pessoal do psicólogo com sua saúde mental.

Outro ponto ressaltado tratou-se do tipo de atendimento enquanto "beira leito". Esse contexto foi apresentado como desafio ao psicólogo no sentido de garantir a privacidade ao paciente, mediante companheiros de quarto na enfermaria e acompanhantes. Além disso, foi bem esclarecido o fato de que no ambiente hospitalar, cabe ao psicólogo buscar o paciente no processo de acolhimento.

Outra ação destacada consiste na atuação do psicólogo na autorização da visita de crianças. Cabe a esse profissional avaliar a condição do paciente, bem como preparar a criança para o acesso ao ambiente hospitalar e contato com o parente fragilizado.

O psicólogo atua ainda como direcionador da comissão de ética do serviço de transplante renal. Nesse setor, realiza avaliações dos pacientes e seus casos, em equipe multidisciplinar no que tange a doadores vivos, de modo a garantir procedimentos éticos na obtenção do órgão. Após o transplante, realiza o acompanhamento dos transplantados em virtude de sua mudança no estilo de vida. Do mesmo modo, no setor da hemodiálise, notou-se a importância da presença do psicólogo no atendimento a pacientes fragilizados com o processo.

O preparo para internações de longo prazo e procedimentos invasivos de cirurgias e UTIs também consiste em ação direcionada pelo psicólogo. Em atuação multidisciplinar, o referido profissional dialoga com o paciente no sentido de fortalecer sua postura mediante aspectos como medo e dor. Nesse sentido, é essencial a presença do psicólogo nas discussões de casos.

Os psicólogos demonstraram em seu cotidiano, além do atendimento, a prática de preceptoria dos residentes. Os estudantes da especialização são direcionados aos setores acompanhando e realizando atendimentos enquanto suporte com base na orientação dos psicólogos.

No âmbito da unidade Dutra não foi possível observar o setor de cirurgia bariátrica onde o psicólogo tem papel definidor no processo. Nesse espaço, o profissional encontrava-se de férias no período do estágio.

O terceiro e o quarto encontro contemplaram a visita à unidade materno-infantil sob o acompanhamento da psicóloga Ana Maria. Na ocasião, foram observados os setores: Ginecologia, Obstetrícia, Pediatria/ UTI pediátrica, UTI neonatal, Ambulatório pediatria, Ambulatório ginecológico/ transgênero.

A visita na unidade demonstrou ações que fomentam o cuidado com a saúde da mulher. O atendimento a pacientes é destinado a mulheres com gravidez de risco e processos que requerem maior atenção, tais como casos de abuso sexual.

Na ginecologia e obstetrícia, a ação da Psicologia foi observada quando às demandas secundárias à saúde da mulher. Nesse sentido, destacam-se os atendimentos a sequelas em procedimentos cirúrgicos tais como abortos, laqueaduras, histerectomias. O psicólogo media na internação ou ambulatório, impactos na saúde mental, em virtude de interferência no potencial reprodutivo.

Em nível ambulatorial, há atendimento psicoterápico às mulheres egressas da internação, assim como, orientação sobre planejamento familiar e DSTs. Mas este setor conta com a inovação do atendimento ao

público transgênero. A iniciativa faz parte da proposta de realização de cirurgias de mudança de sexo para a qual o materno-infantil está em processo de cadastro. O grupo atende a 35 pessoas nessa condição em preparação para o procedimento.

Na internação, o atendimento inclui apoio na gravidez de alto risco e parto. Engloba prevenção à depressão pós-parto, ideação suicida pelo fomento á criação de vínculos. Além disso, é realizado protocolo de atendimento à violência sexual com as garantias previstas em lei quanto à medicação e prevenção à contaminação por DST e aborto permitido no caso de gravidez indesejada.

Na pediatria, é realizado o acompanhamento de internações em virtude de processos de cirurgia em crianças que sofreram lesões em abuso sexual. Do mesmo modo, pacientes que apresentam doenças infecto-parasitárias ou contagiosas como tuberculose. Há ainda, longa internação para diagnóstico que resulta em condições de cuidados paliativos e o psicólogo está presente no processo.

No setor da maternidade, há a atuação do psicólogo em UTI neonatal na mediação da criação de vínculos após o nascimento com crianças prematuras em situação de saúde frágil. Nesse setor se destaca o método canguru que aproxima a mãe do contato com o recém-nascido ampliando laços e contribuindo para a saída do status de prematuro. No setor da UTI, é competência do psicólogo a mediação da visita de irmãos, preparando-os para percepção do ambiente.

Na pediatria ambulatorial, é realizado o acompanhamento das crianças nascidas na unidade. A psicóloga do setor refere que a procura dos pais se dá em maior incidência para verificação de dificuldades de aprendizagem. Nesses casos, há o encaminhamento para o setor de neuropsicologia. O ambulatório pediátrico aborda prática de psicoterapia e nesse contexto, são desvelados casos de violência sexual, ou contaminação por HIV. O encaminhamento é realizado para os setores competentes, sendo providenciada a mediação com a família.

Outro ponto nesse setor trata-se dos casos de genitália ambígua. Nesse sentido, são efetivados acompanhamentos e discussões com equipe multiprofissional e família a fim de decidir o procedimento mais adequado para definição da sexualidade da criança, com base nas teorias sobre o tema.

Mostrou-se relevante a percepção de que mesmo em ambiente hospitalar que constitui nível terciário do sistema de saúde, são desenvolvidas práticas pela Psicologia de atenção básica. Palestras, projetos e ações de fomento á saúde pela prevenção são desenvolvidas no cotidiano das unidades.

O quinto encontro da prática em campo foi caracterizado por Roda de conversa entre as psicólogas do HUUFMA, enquanto setor público e a psicóloga Suelen Souza do Hospital São Domingos representando o setor privado. A iniciativa se pautou na percepção dos meandros da atuação do psicólogo nos setores público e privado, de modo a demonstrar as nuances quanto à rotina da oferta de serviço em saúde e as generalidades que permeiam a ação. Paralelamente à observação das ações de mediação dos psicólogos dos setores, esses profissionais demonstraram disponibilidade no compartilhamento de informações e conhecimento sobre Psicologia da saúde no ambiente hospitalar.

5 Considerações Finais

No hospital, diferentemente da clínica, o psicólogo precisa ser ativo e dinâmico, adaptando-se aos mais diferentes settings. Conforme Rabuske (2004) as ações no hospital objetivam a promoção de saúde. Pesquisadores e profissionais de saúde devem reconstruir sua percepção de que os procedimentos e tratamentos médicos são eventos estressantes em que o paciente precisa suportar sua dor e sofrimentos.

Notou-se no HU/UFMA, a presença de uma considerável equipe de psicólogos. No entanto, ainda que com o auxílio dos residentes há necessidade de ampliação do quadro devido ao alto índice de demandas. Há

psicólogos ocupando dois setores em turnos distintos, o que precariza a atuação do profissional.

Um ponto de preocupação dos profissionais é o cuidado com o paciente no processo de objetificação ao qual ele é exposto no processo diagnóstico. Nesse sentido, a cultura médica ainda interfere desconsiderando o paciente como sujeito, mas a equipe de psicólogos se mostrou atenta à mediação da questão demonstrando uma postura humanizada.

Nesse sentido, a instituição conta ainda com suporte à saúde mental dos profissionais no trabalho do psicólogo lotado no RH. O atendimento busca fortalecer os impactos do ambiente hospitalar na subjetividade dos profissionais.

O avanço percebido ocorre na inserção do psicólogo na equipe multidisciplinar. Os médicos demonstram parceria com o referido profissional em busca de suporte nas intervenções com o paciente, ampliando o conceito de saúde para além do físico.

A atuação do psicólogo no ambiente hospitalar evidenciou a o diferencial quanto do modelo clínico. Inicialmente, cabe ao profissional buscar a demanda e cuidar para que o atendimento a beira leito respeite os cuidados éticos com o paciente.

Referências

ALVES, Railda F. et al. Proposta de estágio supervisionado para atuação de psicólogos na saúde pública. **Revista da Abordagem gestáltica – Phenomenological Studies** – XX(1): 21-30, jan-jun, 2014.

ALVES, Railda Fernandes [et al.] (Org). **Psicologia da Saúde:** teoria, intervenção e pesquisa. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

ANDREAZZI, Maria de Fatima Siliansky de. Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares: inconsistências à luz da reforma do Estado. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro,, v. 37, n. 2, p. 275-284, Jun 2013.

ANGERAMI- CAMON, V. (Org.) **Atualidades em Psicologia da Saúde**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

RABUSKE, M. M. (2004) **O processo comunicativo em famílias com crianças e adolescentes doentes crônicos**. Florianópolis, 2004. [124] f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

REIS, A. A. C.; CECÍLIO, L. C. O. A política de reestruturação dos hospitais de ensino: notas preliminares sobre os seus impactos na micropolítica da organização hospitalar. **Saúde em Debate** [on-line], v. 33, n. 81, p. 88-97.

5

O estágio básico em psicologia organizacional e do trabalho: uma experiência no setor de recursos humanos da UFMA

Dayse Marinho Martins

1 Introdução

A Psicologia Organizacional do Trabalho (POT) é permeada por representações sociais que restringem seu escopo ao contexto da seleção de pessoal. Diante disso, é preciso reconhecer possibilidades da POT no contexto social, rompendo estereótipos, aperfeiçoando a formação, fortalecendo a identidade e a responsabilidade social da área.

Assim, este trabalho apresenta reflexões vivenciadas no Estágio Básico em Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) referente à prática de observação no cotidiano do setor de recursos humanos de uma instituição pública. A vivência objetivou proporcionar aos alunos vivências em POT por meio de uma observação participante, na qual o aluno além de observar, interage, possibilitando uma aprendizagem crítica.

Ampliando o olhar sobre a POT, as observações enfatizaram as ações do psicólogo organizacional no setor de recursos humanos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Observou-se o contexto de trabalho, condições e instalações, normas de funcionamento, profissionais e mediação junto aos servidores bem como, clima organizacional. Além das observações, dialogou-se com os profissionais

sobre a história do setor, seu impacto na comunidade acadêmica, os avanços, dificuldades e possibilidades.

2 O campo do Estágio Básico em Psicologia Organizacional e do Trabalho

A observação foi vivenciada no Serviço de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida – SEPROQV e na Divisão de Capacitação - DICAP, vinculados à Pró-reitoria de Recursos Humanos da Universidade Federal do Maranhão – PRH/ UFMA, localizada no Edifício Castelo Branco, Cidade Universitária Dom Delgado em São Luís – MA, durante 20 horas em cinco semanas entre maio e junho de 2017.

A Universidade Federal do Maranhão – UFMA caracteriza o *locus* de formação dos profissionais em nível superior e do desenvolvimento de pesquisas acadêmicas no Maranhão. A UFMA se origina da Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão, surge em 22/06/1961, através do Decreto n.º 50.832, congregando a Faculdade de Filosofia, a Escola de Enfermagem 'São Francisco de Assis' (1948), a Escola de Serviço Social (1953), a Faculdade de Ciências Médicas (1958), a Faculdade de Direito (1945), a Escola de Farmácia e Odontologia (1945) e a Faculdade de Ciências Econômicas (1965) (VASCONCELOS, 2006).

Acerca do cerne originário da UFMA, o intelectual maranhense Mario Meireles deixa nítido em discurso o culto ao ideal ateniense no ensino superior no Maranhão:

> Na Academia Maranhense de Letras [...] surgiu a ideia da fundação desta escola, como necessidade inadiável que se impunha para remediar preventivamente o declínio progressivo do nível intelectual da terra [...] planejamos a ereção de um templo helênico para o culto de Palas Atenas (MEIRELES & MARTINS, 1978, p. 35).

A conjuntura histórica brasileira caracterizava a ditadura militar entre o ano de 1964 e 1985: “a cúpula das forças armadas assumiu diretamente o poder e funções de governo” (FAUSTO, 2008, p. 512).

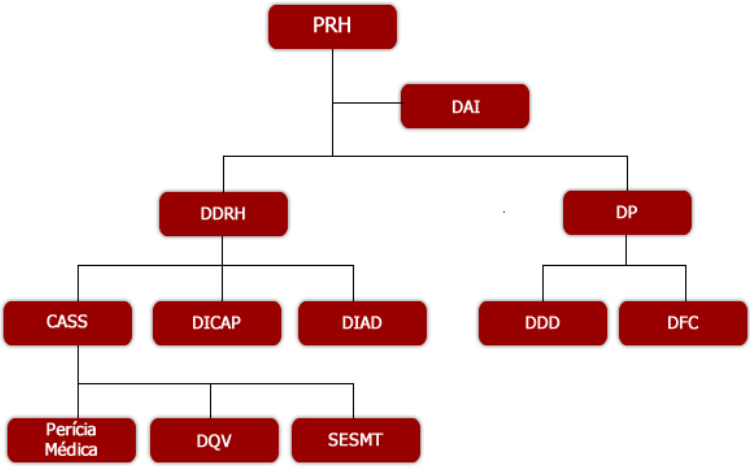
Nesse contexto, ocorreu o processo de federalização das instituições de ensino superior. Foi promulgada a reforma universitária com a Lei 5540, de 28 de novembro de 1968 com o controle político das universidades públicas brasileiras e a formação de mão de obra para economia.

> A Reforma ao declarar a autonomia econômica e didático-científica das universidades públicas, estabelece a escolha dos Reitores ao Presidente da República; cria a unificação das unidades acadêmicas; surge a figura do Departamento; a anulação dos movimentos estudantis; maior interação ensino-pesquisa, a criação da monitoria, o aumento de programas de extensão, atividades desportivas, culturais e cívicas, que viabilizassem a 'ocupação' do corpo discente, longe de ideais "revolucionários" (VASCONCELOS, 2006, p. 15).

Em 14 de novembro de 1972, na gestão do Reitor Cônego José de Ribamar Carvalho, foi inaugurada a primeira unidade do Campus do Bacanga: o prédio Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, popularmente denominado "Castelão".

Enquanto autarquia vinculada à administração direta do Governo Federal, a UFMA conta em sua estrutura com as pró-reitorias. A Pró-reitoria de Recursos Humanos – PRH possui enquanto competência: orientar, promover, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas a administração e desenvolvimento dos Recursos Humanos na UFMA.

Figura1: Organograma da PRH/ UFMA



PRH - Pró-Reitoria de Recursos Humanos
DAI - Divisão de Administração Interna
DDRH - Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos
CASS - Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor
DICAP - Divisão de Capacitação
DIAD - Divisão de Avaliação de Desempenho
SESMT - Serviço Especializado em Saúde e Médicia do Trabalho
DQV - Divisão de Qualidade de Vida
DP - Departamento de Pessoal
DDD - Divisão Direitos e Deveres
DFC - Divisão de Finanças e Controle

Fonte: www.ufma.br

A PRH conta com o Departamento de Gestão de Pessoas – DEGEP que por sua vez, tem em sua estrutura, a Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor – CASS, respondendo pelas ações referentes à saúde do servidor, através do Serviço de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida – SEPROQV. Paralelamente, a Divisão de Capacitação – DICAP é responsável pelo fomento à capacitação dos servidores.

O SEPROQV aborda a atenção à qualidade de vida dos servidores da UFMA em seu ambiente de trabalho, enfocando as dimensões física, psicológica e social. A metodologia do setor ocorre por meio de projetos voltados para atividades físicas, ergonomia, alimentação, saúde vocal, aposentadoria, combate a álcool e drogas, acolhimento, readaptação e relações pessoais. São realizadas campanhas, palestras, oficinas e diagnósticos de qualidade de vida no trabalho. Por sua vez, a DICAP realiza ações de incentivo à qualificação dos servidores. As ações são vinculadas aos processos de concessão de progressão.

Ambos os setores funcionam no prédio do “Castelão”. A estrutura física retrata o contexto das organizações públicas, mostrando-se adequada apesar das recentes restrições orçamentárias. A jornada laboral é de 40 h semanais, nos turnos matutino e vespertino. A equipe atua na perspectiva interdisciplinar contando com assistentes sociais, terapeuta ocupacional, fonoaudióloga, fisioterapeuta e pedagoga além das psicólogas. Os setores possuem bolsistas discentes da UFMA para atividades como ginástica laboral e serviços administrativos.

O campo de estágio demonstra o avanço do setor de recursos humanos no âmbito de uma organização, especialmente, no que tange às instituições públicas. Para além, da efetivação de tarefas burocráticas, os setores desenvolvem a gestão de vínculo dos servidores buscando melhorar a jornada laboral.

3 Vivências no setor de recursos humanos da UFMA

A prática supervisionada em campo tomou como ponto de partida, o reconhecimento dos setores SEPROQV e DICAP. Foram detalhadas as atribuições, o histórico do setor na constituição da PRH, sua estrutura organizacional em termos de espaço, profissionais, serviços ofertados e ações desenvolvidas junto aos servidores da UFMA.

No âmbito da SEPROQV, efetuou-se reconhecimento de ações, por meio da leitura de documentação caracterizada por fluxogramas, projetos, processos e relatórios. Paralelamente, vivenciaram-se práticas focando qualidade de vida ao servidor no ambiente de trabalho como a ginástica laboral, o cuidado com a ergonomia e dinâmicas de relações humanas.

Durante o estudo, foram acompanhados os processos relacionados aos servidores, com destaque para a readaptação e intervenção em casos de dependência química. Na oportunidade, observou-se visita das psicólogas aos setores de lotação dos servidores e residências para verificação dos casos.

Colaborou-se com a produção de materiais como cartazes e folders para campanhas de sensibilização contra o tabaco e as drogas. Participou-se ainda, da entrega de questionários no processo de acolhida de novos servidores e da organização do espaço durante a campanha de vacinação na PRH.

Na DICAP, por meio de projetos, relatórios e conversa com a psicóloga do setor, tomou-se conhecimento das propostas de qualificação para os servidores. Foram detalhados aspectos como orçamento, programação e estruturação dos cursos, bem como, o nível de receptividade das iniciativas pelos servidores e desafios a seres superados. Procedeu-se ainda com a computação de frequências de oficinas para emissão de certificados.

A prática no campo de estágio foi marcada por um processo de observação participante. Paralelamente à observação das ações de mediação dos setores junto ao servidor da UFMA, vivenciaram-se experiências de inserção da qualidade de vida no ambiente laboral e a participação nas intervenções do setor.

Levando em consideração a prática observacional realizada no contexto do SEPROQV E DICAP/ PRH UFMA considera-se significativa a vivência deste Estágio Básico. Mostrou-se essencial a condução das atividades pelo supervisor técnico enquanto psicólogo preceptor em uma área de atuação específica. O Estágio permitiu esclarecimentos iniciais sobre a atuação profissional do psicólogo na área de recursos humanos no diversificado campo da POT.

Segundo Meirelles (2000, p. 78), “a Administração Pública é a gestão de bens e interesses da comunidade no âmbito federal, estadual ou municipal, visando ao bem comum”. Nesse sentido uma das principais ferramentas na busca da realização dessa tarefa a contento são os recursos humanos, ou seja, os servidores públicos.

No âmbito dessa configuração, as ações vivenciadas demonstraram uma perspectiva de inovação da POT no setor de RH da organização pública. De tal forma, o RH não se vincula exclusivamente ao controle,

disciplinarização do servidor e cobrança de trâmites burocráticos. Caracteriza, assim, espaço de acolhimento, orientação e direcionamento do servidor no desenvolvimento de melhorias em sua prática laboral, de modo a ampliar as possibilidades da prestação de serviços.

De acordo com Cardoso (2012), o advento da globalização suscita desafios para a Administração Pública quanto ao atendimento de usuários com perfis mais informados e exigentes. Com isso, o setor público empreende alterações nas estruturas organizacionais, estimulando ações que valorizem a competência individual e organizacional do servidor (OLIVEIRA e MEDEIROS, 2011).

No âmbito dessa conjuntura, destaca-se a perspectiva da Qualidade de Vida no Trabalho - QVT enquanto enfrentamento de problemas presentes no cotidiano dos ambientes corporativos. Conforme Ferreira (2012, p. 92-93) "as metamorfoses que se operam nas organizações publicas e privadas e os indicadores econômicos e sociais críticos robustecem o desafio de se compatibilizar bem-estar de quem trabalha e a satisfação de cidadãos com os imperativos de eficiência e eficácia**.**

Considerando esse panorama, tem predominado nas organizações um enfoque assistencialista da qualidade de vida. Por meio de um cardápio de atividades visando o bem estar organizacional, é oferecido suporte para gerir as consequências negativas que nascem dos contextos de trabalho nos quais os trabalhadores estão inseridos. "São práticas que visam demonstrar ao trabalhador o quanto a empresa se preocupa com o seu bem-estar e ter, como contrapartida, o envolvimento intenso dele com o trabalho" (FERREIRA, 2012, p. 100).

Representa uma ação paliativa ao manter intocáveis as causas primeiras do mal-estar no trabalho. Além disso, não considera a percepção dos trabalhadores sobre as questões. A QVT precisa ser ressignificada "integrando uma política de gestão organizacional, articulando as esferas da vigilância, perícia, assistência e promoção da saúde no contexto organizacional" (FERREIRA, 2012, p. 102).

A prática observacional em campo demonstrou que a SEPROQV ilustra a inserção da QVT na organização pública. Nesse sentido, não se caracterizou assistencialista, mas sim, de natureza contra hegemônica:

> [...] contribui para se alcançar, concomitantemente, três dimensões interdependentes de uma política de gestão com pessoas: Vigilância em saúde e segurança; Assistência psicossocial aos trabalhadores; e Promoção do bem-estar trabalho esferas da vigilância, perícia, assistência e promoção da saúde no contexto organizacional (FERREIRA, 2012, p. 110).

Assim, se pautou em diagnósticos dos setores a partir dos próprios trabalhadores, sobre o que pensam acerca da QVT e dos aspectos a serem redimensionados. Para além de efetivar a orientação aos servidores na inserção no espaço laboral, a SEPROQV realiza a mediação de conflitos entre instâncias dos setores e oferece orientações atitudinais voltadas para o bem-estar individual.

Nas vivências vinculadas à DICAP notou-se a interferência de modelos privados na organização pública. Atualmente, a gestão de recursos humanos na administração pública demonstra a preocupação com a manutenção de um quadro de servidores bem capacitados na busca de eficiência. Bresser-Pereira (1998) refere que o enfrentamento dos desafios impostos à gestão pública de pessoal demanda um sistema que seja dinâmico para acomodar as mudanças sociais, dentre elas, a permanente necessidade de capacitação.

Nesse sentido, a gestão por competências tem embasado processos de aprendizagem organizacional que agreguem valor econômico para a organização e valor social ao indivíduo. A DICAP sinaliza em suas ações, a preocupação da UFMA em fomentar a formação contínua dos servidores, no contexto contemporâneo da busca por excelência na oferta de serviços.

4 Considerações Finais

No âmbito do Estágio Básico em POT foi possível conhecer as direções éticas e políticas que norteiam o cotidiano do RH na organização

pública. A análise das vivências se embasou nos fundamentos da ciência psicológica, apreendidos e discutidos no âmbito da sala de aula. Assim, permitiu uma investigação dos processos sociais, históricos e culturais que atravessam a instituição e seus atores, considerando suas demandas, através da escuta de quem ali está inserido.

A opção pelo campo de estágio vinculado ao RH de uma organização pública se mostrou satisfatória. Ocorreu mediante o histórico de prática profissional e de pesquisa no setor público. Atingiu às expectativas, quanto à percepção da riqueza de possibilidades da atuação em POT na gestão pública, demonstrando os processos viáveis e significativos na condução do servidor público. Com isso, ampliou o olhar sobre a POT, desmistificando sua vinculação restrita ao setor privado, ressaltando sua pluralidade.

Referências

CARDOSO, Iara Pinto. Desafios e soluções para a gestão de recursos humanos no setor público. Tribunal Superior Eleitoral. **Revista Eletrônica** Ano II – Nº 5. 11 de outubro de 2012 Disponível em: <http://www.tse.jus.br/ >. Acesso em 25 jun 2017

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: EDUSP. 2008.

FERREIRA, Mario Cesar Ferreira. **Qualidade de Vida no Trabalho.** Uma Abordagem Centrada no Olhar dos Trabalhadores. 1º. ed. Brasília DF: Paralelo 15, 2ª Ed. Revista e Ampliada, 2011.p.91 -106.

MEIRELES, Mário Martins & MARTINS, José Maria Ramos. **Veritas liberabit nos**. Jubileu de Prata da Faculdade de Filosofia. 1953/1978. São Luís: UFMA, 1978.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

OLIVEIRA, José Arimatés de; MEDEIROS, Maria da Penha Machado de. **Gestão de pessoas no setor público**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2011. 184p

VASCONCELOS, José Gerardo. **História da educação do Nordeste brasileiro**. Fortaleza: Edições UFC, 2006.

6

Memória e identidade institucional no estágio básico em psicologia escolar

Dayse Marinho Martins
Sávia Ferreira do Nascimento

Na formação em Psicologia, a escola é um ambiente rico em aprendizagem. O estágio observacional nesse contexto possibilita, portanto, um conhecimento teórico-prático-vivencial da realidade do trabalho desenvolvido pela Psicologia Escolar e Educacional. Assim, o Estágio básico em Psicologia Escolar é uma das oportunidades oferecidas aos estudantes do curso de Psicologia no sentido de colocar em prática os conhecimentos obtidos em sala de aula, de modo articulado às vivências do cotidiano escolar. Proporciona desta maneira, uma observação participante, na qual o aluno além de observar, interage, possibilitando uma aprendizagem crítica.

Nessa perspectiva, este trabalho apresenta reflexões sobre as vivências de Estágio Básico em Psicologia Escolar realizado no C. E. Profª Dayse Galvão de Sousa. Assim, apresenta observações sobre o trabalho técnico-pedagógico, apontando considerações sobre a importância de um psicólogo no contexto da escola pública. As observações tiveram ênfase nas turmas da terceira série do Ensino Médio, compostas por jovens concluintes da Educação Básica e ingressantes na Educação Superior ou mercado de trabalho.

Além das observações com o corpo discente, ocorreram conversas com professores e gestores, como meio de suscitar o conhecimento da

comunidade escolar sobre a história da instituição, seu processo de implantação e o impacto proporcionado na comunidade, quais as principais melhorias nos últimos anos, assim como suas dificuldades e empecilhos. Além disso, realizou-se roda de conversa com os estudantes, como forma de observar suas perspectivas nesse momento crucial da vida escolar, assim como suas críticas e elogios em relação a escola.

2 Considerações sobre a Psicologia Escolar e Educacional

O estágio básico enfocou a Psicologia Escolar e Educacional que centra suas considerações na integração das dimensões do fenômeno educacional. Diante disso, a referida área está intrinsecamente ligada com a necessária consideração do contexto social na atuação do psicólogo escolar.

Quando o trabalho nas sociedades primitivas se tornou hierarquizado, as funções desempenhadas foram divididas de forma desigual e, como consequência, houve a separação entre os que são detentores do saber e os que possuem a mão de obra. A partir disso, o saber tornou-se monopolizado e utilizado como forma de dominação sobre os demais indivíduos, aumentando, assim, as desigualdades sociais. Outra consequência dessa separação foi o surgimento de categorias de conhecimento especializado, como a pedagogia e a escola: a educação vira ensino.

Na sociedade ocidental, geralmente, quando se pensa em educação, logo nos remetemos à escola, ao professor e a toda estrutura de ensino formal. No entanto, é preciso compreender a educação além dos muros da escola, pois ela perpassa todos os campos da vida do sujeito. Segundo Brandão (2013), ninguém escapa da educação e a vida é permeada pelo ato de aprender e ensinar, de modo que a única condição prévia para a troca de conhecimentos e aprendizagem é a interação entre os indivíduos.

Diante da sociedade e das relações estabelecidas, a educação torna-se essencial para qualquer indivíduo. No entanto, no Brasil, convive-se com uma realidade educacional pública sucateada, com precárias condições laborais e com profissionais pouco valorizados. Decorrente das educações desiguais existentes, instaladas para classes que são desiguais, com propostas que remetem mudanças para o futuro, numa tentativa de solucionar problemas já estão enraizados.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – que envolve aspectos do conhecimento (educação), saúde e padrão de vida digno (indicado pela renda)- de 2011, o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo e muitos dos seus habitantes não têm acesso aos direitos humanos básicos (CONCEIÇÃO & ZAMORA, 2015).

Nesse contexto, educação é vista como mecanismo de transformação, no entanto, ela está também associada ao sistema neoliberal, estimulando a competição e o individualismo. Desse modo, na maioria dos casos, é utilizada como meio de dominação e de produção e reprodução das contradições da sociedade, podendo propiciar a alienação dos indivíduos. Mas também, podendo exercer seu papel de espaço onde se aprende a lutar por direitos, em que se exerce e promove cidadania, inserção social, socialização e integralização dos indivíduos.

Nessa perspectiva da educação no país, surge o papel do psicólogo escolar, evidenciado no final do século XX, como o de "solucionador de problemas" de comportamento e aprendizagem, isso porque a Psicologia brasileira era ainda bastante apoiada nos moldes norte-americanos e no modelo positivista. A imitação desse modelo de forma cega, sem que fosse possível enxergar as diferenças históricas, culturais e sociais que esses dois países possuem, gerou grandes problemas para a educação no país. Com o anseio do Estado em prever e controlar o comportamento, a fim de manter a ordem social e tornar o indivíduo eficaz para a demanda de mão de obra qualificada, foi utilizado os conhecimentos da Psicologia juntamente com a Pedagogia. A partir disso, iniciou-se um processo de

reformulação educacional, com a expansão da escolarização. Nesse cenário, o conhecimento das técnicas psicológicas tornou-se indispensável.

No Maranhão, a Psicologia chegou tardiamente. Até a década de 1970, inexistiam serviços dessa área, sendo sua chegada atrelada, assim como em outras regiões do país, às áreas médica e educacional. Na década de 1990 surgiram os primeiros cursos de graduação em Psicologia na UFMA e no UNICEUMA e, a partir de então, a área avança e alcança novos espaços.

No final da década de 1970, uma grande insatisfação dos psicólogos escolares provocou uma crise – período de reflexões e pesquisas que evidenciaram os entraves causados por concepções remediativas e circunstanciais aplicadas na prática profissional. A partir disso, houve uma ampliação dos temas estudados e das possibilidades de atuação. O avanço das discussões entre 1980 e 1990, resultou na criação da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), sendo um grande ganho para a área.

Ainda hoje, alguns problemas presentes no cotidiano das escolas públicas brasileiras, como indisciplina, rivalidade, violência, competição, descompromisso, são tratados de forma empírica ou psicologizados. Não são apresentadas análises críticas ou propostas de ação a partir da realidade histórico-social em que se vive. É preciso considerar que a culpa por esses problemas não deve ser atribuída ao aluno. Ele é produto de um sistema educacional e de uma realidade desigual.

Nesse contexto, o trabalho do psicólogo na instituição escolar, geralmente, está associado à solução de problemas dos alunos mais "difíceis" com demandas relacionadas à aprendizagem e a disciplina. Porém, diante da problemática social, o psicólogo deve trabalhar com o objetivo de propiciar a conscientização, a reflexão sobre a realidade e alimentar a autonomia dos indivíduos envolvidos tanto de forma direta quanto de forma indireta.

Por fim, é de suma importância compreender a educação em suas múltiplas facetas associadas a uma prática social em constante processo de transformação, atendendo as demandas do contexto a qual está inserido. Além disso, a educação se evidencia além da formalidade da sala de aula, pois sua totalidade perpassa todas as instâncias da vida de cada um. É relevante também, que se criem novos espaços para reinventar a educação de modo que não somente o professor, mas os alunos e a sociedade como um todo atuem como agentes de transformação.

De forma geral, a escola precisa exercer seu compromisso social a fim de que toda a comunidade escolar conheça os problemas e os desafios de seus estudantes e demais atores, propondo estratégias que garantam os direitos básicos e qualidade de vida para todos. Para que isso ocorra, a atuação do Psicólogo Escolar, pautado em fundamentos teóricos provenientes de estudos da Psicologia aliados ao conhecimento do cotidiano escolar são essenciais para a instituição.

3 O campo do Estágio Básico em Psicologia Escolar

O C.E. Dayse Galvão de Sousa funcionou em sua primeira década como parte do sistema Centro Educativo do Maranhão (CEMA), instituído em 1970 pela filial da TV Educativa no Maranhão. Em 2009, com a extinção do referido sistema, a escola passou a integrar o grupo da Unidade Regional de Educação de São Luís (URE-SLZ) utilizando o Sistema Integrado de Administração de Escolas Públicas (SIAEP) como ferramenta de controle acadêmico e de gestão, considerando no trabalho educativo as diretrizes curriculares do Estado do Maranhão. Na ocasião, o prédio recebeu sua primeira ampliação com a construção da biblioteca e mais uma sala de aula (VIOLETA, 2016a).

De acordo com o Censo Escolar do Ministério da Educação do ano de 2015, a escola possui 11 salas de aula climatizadas, ofertando nos turnos matutino, vespertino e noturno, apenas o Ensino Médio Regular em suas três série 1ª, 2ª e 3ª, para um total de 747 alunos. As matriculas são

organizadas em sistema *on line* da rede estadual para os alunos ingressantes na 1ª série e na secretaria da escola para as outras séries, mediante existência de vagas. Os alunos ingressantes em grande parte são provenientes da escola municipal Henrique de La Rocque. A média de concluintes participantes do ENEM 2015 foi de 58% (BRASIL. 2015).

Há 85 funcionários entre gestores, coordenadores professores e grupo administrativo operacional. Segundo a direção, os professores possuem formação superior em licenciatura e no momento da prática observacional, havia carência docente nas disciplinas Física e Matemática do turno matutino, para as turmas de 1ª série. No diurno, há apenas apoios pedagógicos, ou seja, professoras que acompanham a rotina escolar. Somente no noturno há uma supervisora escolar.

A atual gestora foi selecionada pela via da eleição. Já desempenhando a função há quatro anos, após indicação da secretaria, candidatou-se ao pleito realizado em 2015 e foi referendada pela comunidade escolar, a partir de formação, plano de ação e votação tendo suas ações avaliadas num exercício de quatro anos.

As dependências e sanitários são acessíveis a portadores de deficiência e os equipamentos (impressora, computadores, televisores, caixa acústica e projetor de slides) são considerados pela gestora geral como de estado satisfatório. Além da secretaria que abriga a parte de escrituração escolar, há o espaço da direção e a sala de professores. Para atividades coletivas há a quadra que, no entanto, não é coberta e o pátio, mais utilizado pela comunidade escolar. A instituição possui internet banda larga, 20 computadores à disposição dos alunos e monitoramento das dependências com 16 câmeras. A biblioteca é ampla, sem contudo, contar com o trabalho de um bibliotecário para sistematização do acervo cuja maioria é de livros didáticos e obras do Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE).

A alimentação escolar é preparada na cantina com base em repasses federais. Porém, conforme relato da gestora geral, a oferta vem passando por descontinuidades por falta de profissional para o preparo do lanche

além da insuficiência do recurso que não permite oferta regular (VIOLETA, 2016a)

Acerca de sua estruturação, desde 2015, a escola passa por reforma para adequação do espaço físico à oferta de educação integral com previsão para inicio no ano letivo de 2017. Foram estruturados nessa perspectiva, laboratórios de ensino em Linguagem, Multimídia, Robótica, Química e Física além de melhorias no laboratório de informática.

Outro setor recém-estruturado foi a sala de recursos para atendimento no contraturno a alunos especiais inclusos não só da instituição mas de toda as escolas da área Itaqui Bacanga. O setor representou avanço significativo, pois, anteriormente, os alunos precisavam se deslocar para escolas no centro de São Luís a fim de receber atendimento. Do mesmo modo, a escola conta com intérpretes de libras para oferta de ensino a alunos surdos (VIOLETA, 2016a).

O planejamento didático é feito de acordo com o horário dos professores, e atividades coletivas como o conselho de classe ocorrem mediante liberação antecipada dos alunos. Tal ponto vai de encontro à Lei 11.738/08 que estipula a jornada docente de 20 horas com no máximo 2/3 dessa em atividades de interação com os educandos e 1/3 para atividades pedagógicas conjuntas no interior da escola como reuniões pedagógicas, sem liberação de alunos. Assim, a ausência da supervisão escolar interfere, acarretando em sobrecarga ao gestor escolar. A escola não dispõe em seu quadro funcional, de psicólogo escolar e educacional.

O currículo da instituição obedece às diretrizes curriculares estaduais assim como o mapeamento de professores e o calendário de atividades para o ano letivo. Atualmente é desenvolvido com os alunos o Projeto Horta Escolar e a prática de Gincana Cultural. As atividades são caracterizadas com a intenção de abordagem da responsabilidade social e ambiental, fomentando através de campanhas de doação e ações culturais, a perspectiva de um Ensino Médio para a formação cidadã, considerando ainda as peculiaridades e a historicidade do contexto do Sá

Viana, representando a relevante função social do C. E. Dayse Galvão de Sousa.

4 Memória e identidade na Estágio em Psicologia Escolar

A instituição escolar campo do estágio foi o Centro Educacional Professora Dayse Galvão de Sousa, localizado no Bairro Sá Viana, eixo Itaqui Bacanga, a oeste do município de São Luís – MA. Limita-se ao norte e leste com o Rio Bacanga; a sul e oeste com a Vila Embratel e Campus da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Segundo Lima, (2007), a maioria dos bairros da cidade de São Luís surgiu a partir da necessidade em instalar e garantir moradia aos trabalhadores das várias empresas que vieram para o Estado nas últimas décadas do século XX. Grandes exemplos são os bairros do Itaqui, Sá Viana e Vila Embratel, que receberam famílias de funcionários da Companhia Vale do Rio Doce, hoje VALE (CVRD) e da empresa Alumínio do Maranhão S.A (ALUMAR).

O "fascínio urbano" gerado por estes empreendimentos trouxe como consequências o inchaço populacional, o surgimento das ocupações desordenadas com impactos ambientais. O aumento demográfico gerou problemas socioambientais mediante a falta de moradia, planejamento urbano e, principalmente, a ausência de infraestrutura nas localidades fixadas nas periferias da cidade. Nesse contexto, encontra-se o eixo Itaqui Bacanga que vem sendo catalisado pela ocupação desordenada.

Conforme afirmam Burnett e Venâncio (2008), o processo de (des) ordenamento do espaço urbano, conformando espaços diferenciados aos mais abastados e aos pobres, é uma marca histórica da cidade de São Luís. A partir do projeto modernizador instaurado entre as décadas de 1960 e 1980, o processo de segregação do espaço urbano, pretendido pelos "donos do poder" desde tempos coloniais, é colocado em prática, logrando a criação de espaços sociais distintos para as camadas pobres e

para a classe média alta. Concretiza-se o que podemos denominar de "política segregacionista sócio espacial".

A região do Itaqui-Bacanga seria um desses espaços "destinados" a comportar os grupos menos abastados, afastando das regiões nobres a população pobre que compunha e ainda compõem majoritariamente os 53 bairros da região. Apesar da relativa melhoria da infraestrutura de serviços públicos na região, especialmente se comparado a trinta anos atrás, nota-se ainda hoje uma grande ineficiência das ações do Estado, bem como resiste o estigma que associa a região do Itaqui-Bacanga à criminalidade e à pobreza que conduzem a uma desqualificação social

No âmbito do eixo Itaqui Bacanga, o bairro do Sá Viana possui cerca de 113 anos, tendo como seus primeiros moradores pescadores, lenhadores, estivadores e trabalhadores rurais. Por volta de 1920 o governo do estado resolveu criar o leprosário da cidade, na Ponta do Bonfim, local propício ao isolamento. O responsável pela construção foi o engenheiro José Ribamar Sá Viana, que com o passar do tempo tornou-se uma espécie de prefeito do lugarejo. O acesso erra feito de barco, pois não havia ligação por terra para essa região, vinda só mais tarde com a construção da Barragem do Bacanga, finalizada em 1969 (BARROS, 2001).

Existem três hipóteses sobre o nome Sá Viana: a primeira, de caráter mítico, foi em decorrência da visita de Ana Jansen e para homenagear, os escravos teriam feito a saudação –"Sá Viana", a segunda seria com relação à construção do hospital para leprosos, sendo um dos construtores, conhecido por Sá Viana, a terceira e última seria o batizado do filho de uma ex-escrava, cujo sobrenome do padrinho era Sá Viana (LIMA, 2007).

Em 14 de novembro de 1972 foi inaugurado o Campus do Bacanga (UFMA). Onde antes moravam diversas famílias tradicionais daquela região, instalou-se uma universidade: fato que gerou conflitos na região, pelo remanejamento das comunidades. Ainda assim, o bairro continuou a crescer e com ele a luta pelo direito a terra.

No dia 15 de setembro 1979 houve uma ação da UFMA para retirada dos moradores do Sá Viana, na qual a polícia surpreendeu a todos derrubando moradias. O fato gerou uma grande reação da comunidade, que acabou destruindo um escritório da universidade. Foram realizadas mesas de negociação visando indenização e remanejamento das famílias afetadas a partir de recursos do Banco Nacional de Habitação (BNH). Somente em maio de 2015 a UFMA concedeu a regularização fundiária dos terrenos e o título definitivo de propriedade dos imóveis, ofertando assistência jurídica para o registro oficial em cartório (UFMA, 2015).

O bairro Sá Viana contém características fisiográfica peculiares, em relação aos demais bairros do município. É marcado pelo relevo acidentado, contendo áreas baixas e outras em sua maioria dominada por colinas, algumas com declividades acentuadas (encostas), porém com a presença de moradores. Dentre as áreas baixas que dispõem o bairro, sua maior parte é passiva de alagamentos, pois estas se encontram na planície de inundação do Rio das Bicas. Devido às características físicas do bairro, os seus habitantes sofrem pela insegurança de terem suas casas fixadas em encostas, ou pelo risco iminente delas serem inundadas, quando se refere as que se encontram nos pontos mais baixos (FEITOSA, 1989).

Neste contexto, problemas como degradação ambiental, exploração de recursos naturais e resíduos sólidos se mesclam entre residências e moradores. Diante do crescimento desordenado, os órgãos municipais se abstêm dos seus deveres.

> Do ponto de vista legal, o município tem o direito e o dever de atuar no controle do uso e da ocupação do solo, [...]. No entanto, como o crescimento tem–se por movimento espontâneo, orientados [...] pela apropriação indevida de domínios morfoestruturais que possuem dinâmicas e propriedades especificas frequentemente ignoradas, os impactos ambientais tendem a se multiplicar e a se repetir ao longo do tempo [...]. (CUNHA E GUERRA, 2005. p. 171).

Devido ao difícil acesso dos caminhões de coleta a diversas ruas do bairro é bastante comum encontrar-se lixões em vários terrenos. Esta situação se torna ainda mais preocupante, quando se sabe que ela representa um grande risco de contaminação dos lençóis freáticos, uma vez que boa parte da população deste bairro se utiliza da água de poços para suas necessidades diárias (beber, cozinhar, tomar banho, etc.).

Os problemas vividos neste bairro são potencializados pela falta de políticas publicas e, sobretudo pela forte degradação ambiental. Em diversas ruas pode-se encontrar o escoamento de esgoto *in natura* a céu aberto junto com resíduos sólidos (FEITOSA, 1989). O processo de ocupação desordenada do Sá Viana resultou em problemas: econômicos, estruturais, sociais, ambientais, etc, culminando com a marginalização da sociedade e depredação ambiental. Através da imparcialidade dos gestores públicos a problemas dessa ordem, pessoas são submetidas às condições precárias de sobrevivência.

Com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir do Censo 2010, a Organização Não Governamental (ONG) "Movimento Nossa São Luís", catalogou os indicadores referentes ao Sá Viana:

Tabela 1 – Indicadores Sociais Bairro Sá Viana – Censo 2010 (IBGE)

Saúde			
Indicador	Absoluto	Indicador	Unidade
Mortalidade infantil	2	2/156	casos/nascidos
Mãe adolescente	40	25,64	por cento
Mortalidade geral	45	454,59	por cem mil
Educação			
Cobertura de creche	72	11,94	por cento
Cobertura de pré-escola	168	54,90	por cento
Reprovação no fundamental público	56	5,69	por cento
Abandono no fundamental público	84	8,53	por cento
Distorção de idade no fundamental público	240	24,37	por cento
Reprovação no médio público	27	4,78	por cento
Abandono no médio público	179	31,68	por cento

Distorção de idade no médio público	369	65,31	por cento
Analfabetismo 15 anos ou mais	563	7,97	por cento
Analfabetismo 10 a 14 anos	50	5,04	por cento
Violência			
Homicídio	4	40,41	por cem mil
Homicídio juvenil masculino	3	281,43	por cem mil
Condições de vida			
Residentes em aglomerados subnormais	9.113	94,31	por cento
Domicílios sem rede água	524	21,01	por cento
Domicílios sem esgotamento	1.994	79,95	por cento
Domicílios sem coleta lixo	219	8,78	por cento
Pobreza			
Pessoas em extrema pobreza	1.019	10,58	por cento
Domicílios em extrema pobreza	248	9,94	por cento
Vulnerabilidades específicas			
Trabalho Infantil	11	1,33	por cento
Pessoas com deficiência			
Pessoas com deficiência	357	3,93	por cento
Benefícios			
Bolsa família	1.000	40,10	por cento
Mobilidade			
Tempo de deslocamento diário ao trabalho	89	89	horas/dia

Fonte: Movimento Nossa São Luís - http://www.nossasaoluis.org.br

No âmbito dessa conjuntura, as necessidades do bairro são discutidas pela União dos Moradores do Sá Viana, associação privada, fundada em 21/05/1986, objetivando a defesa de direitos sociais. Entre as ações atuais da instituição está o envolvimento na implementação do Programa Bacia do Bacanga enfocando a revitalização da barragem e margens do Rio das Bicas. Além disso, desenvolve o Projeto Casa Brasil com projetos na área de trabalho e renda, economia solidária, educação ambiental e violência juvenil.

A sociedade civil acaba por organizar a maior parte das ações que estruturam o bairro diante da dificuldade de inserção de suas necessidades na agenda pública estatal. Um exemplo disso no setor educacional é o

atendimento à Educação Infantil realizado por creches e pré-escolas comunitárias. Observou-se no entorno à escola campo de estágio pelo menos duas creches e uma pré-escola organizadas pela União de Moradores.

O sistema de energia elétrica é fornecido pela Companhia de Energia do Maranhão (CEMAR), sendo o sistema insuficiente para servir a contento a comunidade, assim também o abastecimento de água fornecido pela Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão (CAEMA) proveniente do sistema Batatã que capta água do Rio Bacanga.

O único posto de saúde é o Luiz Gonzaga Martins construído em 1983 e, que nunca funcionou. As pessoas quando necessitam de assistência médica procuram atendimento nos hospitais dos bairros vizinhos, ou procuram alternativas de tratamentos. Assim, no campo da saúde, a comunidade utiliza os serviços da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Bacanga e no nível intermediário do sistema de saúde, conta com o Hospital da Mulher e a Unidade Mista (COSTA, 2009).

Tal fato se estende à oferta de Ensino Fundamental à comunidade realizada de modo restrito pela única escola municipal do bairro: a Unidade de Educação Básica Henrique de La Rocque, uma vez que a escola estadual fundamental América do Norte foi desativada pela Secretaria de Estado da educação do Maranhão (SEDUC MA) em virtude da determinação contida na LDB 9394/96 que responsabiliza a esfera estadual pela oferta de Ensino Médio repassando ao município o nível Fundamental. Com isso, notou-se também a presença de escolas privadas de pequeno porte e escolas comunitárias voltadas para o Ensino Fundamental. Nesse contexto, encontra-se o C.E. Dayse Galvão de Sousa, escola estadual, fundada em fevereiro de 1999 com o objetivo de ofertar Ensino Médio à comunidade do Sá Viana e adjacências como Jambeiro e Piancó.

No registro das percepções institucionais tomou-se conhecimento do histórico da instituição e de seu papel social na comunidade do Sá Viana e adjacências. Manteve-se contato com a Professora Violeta, ex gestora e administrativa em processo de aposentadoria para

esclarecimento da história e do atendimento institucional. A entrevista à Professora Violeta constituiu momento significativo do estágio pela coleta de informações históricas sobre a escola e contato com rico material acerca da patronesse: a professora Dayse Galvão Crisóstomo de Sousa.

A patronesse da instituição foi figura atuante no magistério ludovicense na primeira metade do século XX. De família nobre da capital São Luís, nascida em 1906, Dayse Galvão de Sousa teve sua formação realizada na Escola Modelo e no Liceu Maranhense, neste último, cursando o Magistério até 1927. Casou-se com o poeta e jornalista João Crysóstomo de Sousa em 1930 com quem teve sete filhos, dois falecidos na infância (A PACOTILHA 1910 - 1938).

Em sua trajetória no magistério ludovicense, contou com prestígio junto ao Governador do Estado José Maria Magalhães de Almeida que em 1930 a nomeou como "lente", ou seja, professora e diretora da Escola Mista do Maracanã Barbosa de Godois. Após ampla defesa da formação discente com base na valorização da história local e de sua experiência no campo da direção escolar, Dayse Galvão de Sousa assumiu em 1937 o cargo de diretora do Grupo Escolar Sotero dos Reis. Na ocasião, contou com a indicação do Interventor Paulo Martins de Sousa Ramos.

Os documentos apresentam a trajetória de formação da referida normalista, bem como, materiais pedagógicos por ela produzidos ressaltando sua profunda relação com a prática do magistério e sua preocupação com os fundamentos do ensino.

Entre os materiais, chama atenção, a proposição de um curso de curta duração para professoras primárias com a temática da Psicologia Educacional. Em contato com a produção, nota-se a concepção que relacionava psicologia à educação no contexto da primeira metade do século XX, especificamente entre as décadas de 1930 a 1950. A caraterização do curso demonstra uma proposição da psicologia atrelada aos conhecimentos biológicos especificamente neurológicos, representados por desenhos da estrutura cerebral. Assim, a formação ressalta a medicalização da psicologia educacional em distúrbios de aprendizagem.

Estimulando eventos literários e culturais no ambiente escolar através de Festivais de Arte e promovendo cursos de formação para docentes sobre Psicologia Educacional, Didática, Jogos e recreações, Dayse Galvão de Sousa se torna em 1958, Diretora do Grupo Escolar Raimundo Corrêa. Na década de 60 do século XIX, produz o livro "Daisy: o magistério de uma vida" no qual relata seu memorial profissional e pessoal (DIARIO DE S.LUIZ, 1920 - 1969).

A normalista demonstra em sua trajetória, o posicionamento feminino sutil que não se contrapôs às normas culturais vigentes na época, mas que promoveu conquistas significativas à mulher no magistério enquanto profissão. Dayse Galvão de Sousa representou a figura feminina da mãe, e, além disso, a mulher enquanto sujeito no campo profissional pela prática do magistério e da gestão educacional, fato que a justifica como patronesse da escola (VIOLETA, 2016b).

A partir do contato com os relatos da Profª Violeta, foi realizado o planejamento de abordagem sobre a patronesse da instituição por meio de memorial. Apresentou-se folder contendo a biografia da patronesse, sua trajetória profissional no magistério e referencias para os alunos pesquisarem a respeito do tema. Desse modo, a ação permitiu aos alunos, perceberem a importância de ações articuladas no campo psicossocial primando pela função social da escola.

5 Considerações Finais

A entrevista com a Professora Violeta, uma das funcionárias mais antigas da escola que evidenciou a história da instituição e sua relação com o contexto comunitário no qual está inserida. A iniciativa demonstrou a importância dos membros da comunidade escolar enquanto elemento de constituição histórica da instituição.

Além dessa vivência, a escola conta com acervo documental sobre a patronesse da escola: professora Dayse Galvão Crisóstomo de Sousa. O material inclui diários manuscritos com anotações pessoais e

profissionais e matérias de jornais da época. Percebeu-se nessa experiência a relevante compreensão da escolha de um patrono ou patronesse para uma instituição educacional enquanto pilar de sua identidade.

Compreende-se que os nomes dos objetos, das pessoas, das instituições, fazem parte do que constitui a identidade, logo, para que haja apropriação dos espaços em que se está inserido, é necessário que se conheça sua história, dessa forma, o nome passa de palavra vazia para um nome que possui sentido e significado (BRAGHIROLLI, 2002).

No âmbito do Estágio Básico em Psicologia Escolar, apesar da escola não contar em sua equipe técnico-pedagógica com o profissional de Psicologia pra atuar no assessoramento dos demais profissionais e alunos, foi possível conhecer as direções éticas e políticas que norteiam o cotidiano escolar.

A prática observacional permitiu perceber as possibilidades de atuação do profissional de Psicologia no contexto escolar. Em relação a esse aspecto, desconstruiu a visão de que seu trabalho é voltado somente ao psicodiagnóstico, ou seja, é individualizante. Do contrário, a ausência do psicólogo na escola campo de estágio, demonstrou a necessidade na instituição, desse profissional no desenvolvimento de ações que integrem os atores e os contextos da vida escolar. Considera-se que a ausência dessa percepção interfere diretamente nas ações dos gestores acerca da inserção do psicólogo no sistema escolar público:

Foi estimulante o trabalho com a memória sobre a patronesse da escola pela abordagem da história da educação. Tal ação demonstrou ainda, a riqueza de possibilidades para o estudo da caracterização histórica do magistério no Maranhão. Notou-se como se mostra relevante no âmbito escolar, despertar o olhar para a historicidade de aspectos fundamentais à constituição identitária da instituição educacional. Na ação sobre o memorial da patronesse, os alunos mostravam em seu olhar, a curiosidade pela compreensão de tal aspecto, fazendo vinculações com elementos da história local.

Além disso, vivenciou-se cotidiano escolar sob uma nova perspectiva lançando mão dos fundamentos da ciência psicológica, apreendidos e discutidos no âmbito da sala de aula, investigando os processos sócio históricos e culturais que atravessam a instituição e seus atores, suas demandas, através da escuta de quem ali está inserido.

Referências

A PACOTILHA. **Comunicações. 1910 a 1938**. Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital. Acesso em dez 2016.

BARROS, Valdenira. **Imagens do moderno em São Luís**. São Luís, 2001, 67 p.

BRANDÃO, C. R. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, **Coleção Primeiros Passos**, 57º ed., 2013.

BRASIL. **Censo Escolar 2015:** C.E. Professora Dayse Galvão de Sousa. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em dez 2016.

BURNETT, Frederico L.; VENANCIO, Marluce W. C. "Breve Perfil Histórico da Habitação Popular em São Luís". In: **São Luís, Ilha do Maranhão e Alcântara. Guia de Arquitetura e Paisagem**. Sevilha: Consejeria de Obras Públicas y Transportes, Direccion General de Arquitetura y Vivienda, 2008, 15p.

CONCEIÇÃO, V. L. da; ZAMORA, M. H. R. N. **Desigualdade social na escola.** Estud. psicol. (Campinas)[online]. 2015, vol.32, n.4, pp.705-714.

COSTA, Denise Azevedo. Concepções de doença e sistemas de cura no bairro do Sá Viana em São Luís – MA. **Anais 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia**. Comunicação Oral. Porto Seguro – BA,jun 2009.

CUNHA, Sandra Baptista da.; GUERRA, Antônio José Teixeira. **Impactos Ambientais Urbano no Brasil.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 87 p.

DANNA, Marilda Fernandes; MATOS, Maria Amélia. **Ensinando Observação:** uma introdução. São Paulo: Edicon, 1999.

DIÁRIO DE S. LUIZ. **Social. 1920 a 1969**. Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital. Acesso em dez 2016.

FEITOSA, Antônio Cordeiro. **Evolução Morfogenética do Litoral Norte da Ilha do Maranhão.** Dissertação de Mestrado. IGCE-Cp de Rio Claro- UNESP, 1989. 175 p.

LIMA, Carlos de. **Caminhos de São Luís (ruas, logradouros e prédios históricos)**. São Luís: Livraria Vozes, 2007. 245 p.

UFMA. Regularização fundiária no Sá Viana, Jambeiro e V. Embratel. **Notícias.** Disponível em: http://portais.ufma.br/ noticias. Maio 2015. Acesso em 07 jan 2016.

VIOLETA. **Escola Dayse Galvão de Sousa**. São Luís, C.E. Profª Dayse Galvão de Sousa: 30 nov 2016a. Entrevista aos estagiários.

VIOLETA. **Profª Dayse Galvão** (cadernos e documentos). São Luís, C.E. Profª Dayse Galvão de Sousa: 14 dez 2016b. Entrevista aos estagiários.

7

Um olhar sobre a política de saúde mental do CAPS no estágio básico em psicologia social

Dayse Marinho Martins

1 Introdução

O Estágio básico permite ao acadêmico realizar experiências com papéis profissionais em níveis menores de complexidade e autonomia, no através das práticas de observação e participação. A observação permite a inserção do acadêmico na realidade, suscitando vivências que permitam abstrair o modo como se estabelecem as relações no cotidiano profissional. Por outro lado, a participação nas atividades do psicólogo em campo favorece o acompanhamento das práticas desenvolvidas, fomentando a problematização da realidade profissional.

No âmbito da Psicologia Social, o Estágio Básico tendo como campo de atividades, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) constitui oportunidade imprescindível para a percepção das Políticas Públicas de cunho social no Brasil. Além disso, permite perceber como ocorre a inserção do profissional psicólogo no contexto da saúde mental, bem como os desafios a serem enfrentados buscando a melhoria da oferta de serviços à população.

A Política Nacional de Saúde Mental no Brasil busca a consolidação de um modelo de atenção aberto e de base comunitária. Tal proposta trata de suscitar a livre circulação das pessoas com problemas mentais pelos serviços, pela comunidade e pela cidade. Com uma legislação de

saúde instituída no início do século XXI, portanto, paulatinamente implementada, o modelo de atenção biopsicossocial proposto pelo CAPS demonstra avanços consideráveis em relação à estrutura hospitalocêntrica das clínicas psiquiátricas na história da saúde mental brasileira. Colabora, portanto, com a superação de uma concepção excludente com relação à pessoa com transtorno mental. Enfoca o atendimento inclusivo desse sujeito, sem isola-lo da comunidade.

Nesse sentido, este artigo apresenta considerações sobre aspectos observados em vivências no contexto do CAPS Bacelar Viana em São Luís - MA durante o Estágio Básico em Psicologia Social no primeiro semestre de 2016. Espera-se contribuir, portanto, com reflexões acerca do modelo biopsicossocial de atendimento em saúde mental no Brasil.

2 O campo do Estágio Básico em Psicologia Social

No âmbito da rede de atenção psicossocial, o CAPS Dr. Bacelar Viana situa-se no nível III por constituir um serviço de atenção psicossocial com capacidade operacional para atendimento em região com população acima de 200.000 habitantes. Caracteriza um serviço multiprofissional com oferta ambulatorial de atenção contínua, durante 24 horas, diariamente e regime de plantão em feriados e finais de semana. Possui oferta de retaguarda clínica, acolhimento noturno e serviços de saúde mental. A permanência de um paciente na internação fica limitada a 07 (sete) dias corridos ou 10 (dez) dias intercalados em um período de 30 (trinta) dias.

O CAPS Dr. Bacelar Viana está incluso na rede da Secretaria Estadual de Saúde do Maranhão. Sua equipe multiprofissional é composta por 6 enfermeiros, 4 médicos psiquiatras, 2 assistentes sociais, 2 terapeutas ocupacionais e 1 psicóloga. Além disso, a unidade possui em regime de plantão, profissionais na recepção, cozinha, farmácia e limpeza. Notou-se que os referidos profissionais atuam no regime de terceirização, expresso em seus crachás.

A unidade realiza seu trabalho em parceria com o Hospital Nina Rodrigues, Residências terapêuticas, Ambulatório do Farina e CAPSad. Muitas das pessoas em tratamento são provenientes ainda, do sistema particular psiquiátrico. O CAPS busca a prática de matriciamento na interlocução com os serviços da rede municipal em termos de atenção básica : equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF e sistema de assistência social dos *Centros de Referência da Assistência Social* – CRAS e *Centro de Referência Especializado de Assistência Social* – CREAS.

A estrutura do CAPS Dr. Bacelar Viana conta com recepção, sala de administração, 4 banheiros, farmácia, sala de equipe multiprofissional e sala para atendimento individual. No espaço da enfermagem, há 2 leitos femininos e 4 masculinos. A distribuição dos leitos é justificada em virtude das estatísticas de acolhimento apontarem para a maioria de casos no gênero masculino. Há ainda, sala de repouso para os profissionais em regime de plantão, cantina para organização das refeições que são recebidas no sistema de quentinhas, provenientes de empresa terceirizada.

O projeto terapêutico conta com a realização de oficinas voltadas para trabalhos manuais e recreativos, nas quais o grupo produz materiais. Destes, parte é distribuída entre as pessoas atendidas e parte é vendida para arrecadação de verba complementar a ser empregada na realização de atividades como passeios, por exemplo. As atividades ocorrem em 3 salas de oficinas, onde também são realizadas reuniões com familiares, e 1 salão para atividades coletivas.

Assim, o CAPS caracteriza um local de cuidados intensivos, semi-intensivos ou não intensivos a pacientes em sofrimento psíquico, diagnosticados como neuróticos graves ou psicóticos que podem já ter ou não histórico de internação e/ou tratamento. As unidades se pautam no modelo de substituição das internações em hospitais psiquiátricos, tendo enquanto objetivo tratar a saúde mental a partir de um projeto terapêutico, realizando o acompanhamento clínico, e promovendo a

reinserção social dos sujeitos pelo acesso ao trabalho e ao lazer, a fim de fortalecer os laços familiares e comunitários. O projeto terapêutico tem sua construção pautada nas potencialidades das pessoas atendidas e se estrutura num roteiro a ser acompanhado por um profissional, um técnico de referência que media a atuação da equipe multiprofissional.

3 Vivências e reflexões do Estágio em Psicologia Social no CAPS

As vivências no CAPS junto aos usuários reportaram a situações vinculadas aos episódios de adoecimento, internações em clínicas psiquiátricas, experiências e a importância dos serviços ofertados, bem como, inquietações quanto às dificuldades de relacionamento com os familiares e a comunidade. Prevaleceu a prática observacional da rotina de serviços do CAPS enquanto subsídio a reflexões acerca da execução da política de saúde mental no Brasil.

Na rotina da instituição, o acolhimento ocorre por meio de roda de conversa e medicação prescrita pelo psiquiatra com posterior direcionamento à oficina ou atividade recreativa do dia. No meio do turno, é servido um lanche e após um pequeno intervalo, reiniciam-se os trabalhos manuais. Ao meio dia é servido o almoço com pausa para o reinício das atividades às 13h. A rotina prossegue nesse ritmo no turno da tarde, sendo finalizada com lanche e encaminhamento do usuário para sua residência.

Em meio à observação das atividades realizadas, efetuou-se o diálogo com as pessoas em tratamento. De modo informal, eles expressavam experiências com o adoecimento mental. Era comum, notar o sentimento de tristeza ao se referir à família ou à comunidade em que estão inseridos. Há inquietações sobre a forma como são vistas, enquanto pessoas despreparadas para a realização de tarefas cotidianas envolvendo dinheiro, cuidado com o outro, bem como, o medo no olhar de quem os encontra nos ônibus ou nas ruas.

É comum nos relatos, a referência às passagens por hospitais psiquiátricos particulares. As falas apontam para episódios de maus-tratos, abandono familiar e insalubridade no atendimento de tais instituições. Alguns relatam repetidas internações realizadas pelas famílias durante episódios de crise. São enfáticos quanto aos seus diagnósticos, identificam-se a partir dele, relatando: "Sou esquizofrênico", "tenho transtorno bipolar" e revelam incômodo quanto à ação dos medicamentos, ressaltando a diminuição de seus reflexos e a sonolência. É comum a expressão de frases desconexas e referências a experiências do passado, elementos que devem ser considerados para a compreensão da realidade psíquica do sujeito.

A prática observacional levou a reflexões acerca da efetivação do sistema de atendimento proposto pelo CAPS enquanto política social. A ação do estado brasileiro tem propiciado o resgate de uma dívida social com pessoas abandonadas em hospitais psiquiátricos. O papel dos CAPS representa nesse sentido, ação de regate da cidadania desses sujeitos, devendo ser compreendido como mecanismo da política de socialização na saúde mental em longo prazo, pois, com o fechamento dos manicômios por pelo menos algumas décadas ainda existirão casos dessa categoria. Nesse contexto, as residências terapêuticas no sistema de atenção biopsicossocial vêm oportunizar posturas da independência aos sujeitos provenientes de um sistema hospitalocêntrico, impactados pela rotina de dependência. Com o isso, o estado tenta suprir o déficit do contexto familiar no processo de recuperação dos sujeitos em suas potencialidades.

Apesar do progresso, cabe problematizar as descontinuidades na oferta do serviço, provenientes da gestão do recurso público. Dentre os aspectos destaca-se o regime de terceirização e a precarização dos profissionais em sua jornada de trabalho, sem um plano de carreiras e uma vinculação à rede que propicie uma postura de dedicação à proposta do projeto terapêutico.

Sobre os profissionais, notou-se uma postura de distanciamento dos membros da equipe multiprofissional. Enquanto as atividades ocorrem sob mediação dos oficineiros, a equipe multidisciplinar se encontra reclusa na sala em meio a formulários a serem preenchidos.

Outra questão se relaciona à queixa do distanciamento familiar. Novamente, nota-se a descontinuidade da rede de serviços pela fragilidade do sistema de atenção básica. Há dificuldade de interrelação do CAPS com as equipes das unidades da assistência social e de saúde familiar que poderiam realizar a mediação com a comunidade e famílias quanto à reinserção da pessoa em tratamento.

Outro ponto presente na fala dos profissionais consiste na ausência de recursos para as oficinas e atividades de integração à comunidade. Os passeios, por exemplo, ficam por conta de parcerias realizadas pelos profissionais com membros e entidades da sociedade civil no que concerne à obtenção de apoio e transporte.

Nessa perspectiva, mostrou-se necessária ainda, a ampliação do processo de integração social das pessoas atendidas pelo gerenciamento de verbas e ações de matriciamento. O CAPS precisa estabelecer parcerias com outras instituições nas quais o sujeito possa ser inserido em atividades comunitárias. Instituições que englobem atividades de lazer, arte, educação, cultura, profissionalização a serem utilizadas como mecanismos de reinserção social, concretizando a concepção inclusiva.

Outro aspecto que provocou reflexões consiste na ênfase à medicalização. Compreende-se o papel da medicação na intervenção quanto aos transtornos mentais. Contudo, sob o contínuo efeito das substâncias, muitos dos que estão em tratamento passam a manhã dormindo, com reflexos lentos e sem envolvimento nas atividades.

A participação das pessoas em tratamento nas oficinas de artesanato é bem irregular. Muitos relatam cansaço na realização das produções, desejam a dinamização das atividades, pois, as oficinas se tornaram repetitivas. Com isso, muitos não demonstram interesse, nem participam e as atividades demonstram caráter de homogeneização:

todos fazem a mesma tarefa. Assim, é preciso repensar as atividades coletivas, estimulando a participação dos sujeitos em suas potencialidades, construindo grupos a partir de interesses comuns.

Na realização das atividades, a percepção de um aspecto que permeia os momentos coletivos suscitou a reflexão: trata-se da presença da religiosidade. Notou-se que em atividades conduzidas por profissionais, a utilização de práticas de religiosidade cristã: uso de orações, músicas, referências a práticas e símbolos. Cabe ressaltar que se tal aspecto surgir como demanda das pessoas em tratamento, torna-se necessário considerar enquanto expressividade de seu universo psíquico e torna-la foco da escuta. Porém, é preciso repensar, quando tal atitude é proposta no âmbito da atuação de profissionais em instituição pública e com isso, laica.

A prática observacional e os diálogos efetivados com as pessoas em tratamento suscitaram uma forte reflexão acerca de um aspecto que de acordo com a legislação e as políticas atuais é considerado superado: os hospitais psiquiátricos. Na contemporaneidade marcada pela luta dos direitos em relação às minorias, as teorias culturais e de inclusão e o respeito à pessoa humana, é lamentável perceber que ainda existam espaços de exclusão e isolamento da pessoa com transtorno mental. Os relatos dos sujeitos no CAPS referindo violência, abandono, insalubridade impressionaram pela inércia do poder público em relação à permanência desses locais.

Nesse sentido, notou-se referência a inspeção realizada pelo Conselho Federal de Psicologia – CFP em parceria com a comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil secção MA – OAB MA em 2011. A vistoria detectou práticas inadequadas de tratamento à pessoa com transtorno mental e realizou a recomendação da resolução do problema. Entretanto, permanecem os relatos de tais práticas inadequadas. Tal fato demonstra o distanciamento do poder público enquanto instância regulamentadora

Superando tal perspectiva, a partir do movimento de reforma psiquiátrica que visa suscitar vivências psicossociais para pessoas com transtornos mentais de modo a fomentar suas potencialidades, as propostas desenvolvidas pelo CAPS em termo de política social devem partir da inclusão mostrando comprometimento com a formação humana. Trata-se de entender quem são esses sujeitos e que processos devem ser desenvolvidos para dar conta de suas necessidades. A prática no campo de estágio demonstrou a necessidade de se oferecer à essas pessoas uma assistência humanizada considerando suas necessidades. Desse modo, a política social de saúde mental estará fomentando a reabilitação psicossocial promovendo a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida e oferecendo suporte à construção de cidadania pelas pessoas com transtorno mental.

4 Considerações Finais

O campo se mostrou favorável à realização do Estágio Básico em Psicologia Social. Os gestores se mostraram receptivos ao grupo diante da alteração que houve no plano inicial que previa o campo na área da assistência social. O CAPS Bacela Viana possui na oferta de serviços, muitas possibilidades de observação da prática profissional do psicólogo. Do mesmo modo, a unidade demonstra a importância da estrutura de atendimento à saúde mental no Brasil numa perspectiva psicossocial visando a reinserção na sociedade.

Além disso, representa a função social destes serviços no que concerne a superar a prática do enclausuramento e do isolamento da pessoa com transtorno mental. O acompanhamento do cotidiano no CAPS permite perceber que a "loucura" não deve ser compreendida como aspecto somente do outro e que, na medida em que se promove o afastamento, ocorre a exclusão do convívio social das pessoas que dela sofrem. As vivências no CAPS estimulam a reflexão sobre um olhar para a realidade psíquica do outro, suas particularidades e belezas de modo a

considerar a pessoa com transtorno mental, também um cidadão que tem o direito de conquistar desejos e de se realizar enquanto pessoa.

Enquanto instância de execução de uma política social, o CAPS Bacelar Viana permitiu na prática observacional, a verificação da implementação da política pública de saúde mental formulada no Brasil, suscitando um olhar avaliativo sobre o serviço oferecido e as possibilidades de melhorias no atendimento à população.

Referências

BRASIL. **Folheto Conheça a RAPS** – rede de atenção psicossocial. Ministério Da Saúde: Brasília, 2002.

BRASIL. Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial. Ministério Da Saúde: Brasília, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos:** locais de internação para usuários de drogas. Brasília: CFP, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. V Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas - Subjetividade, Cidadania e Políticas Públicas. Anais. Brasília: CFP, 2011.

8

A abordagem centrada na pessoa em Carl Rogers

Carlos Santos Leal
Dayse Marinho Martins
Elias Augusto Ribeiro Neto

1 Introdução

A Psicologia Humanista constitui uma perspectiva de compreensão do homem como um todo, englobando num sentido holográfico, as diversas faces do sujeito. Segundo Boainain (1998), trata-se de entender o psiquismo e as ações humanas considerando o todo composto por elementos como inconsciente, consciente, condicionamentos e principalmente a intencionalidade que o distingue dos animais e das máquinas.

No âmbito do movimento humanista, destaca-se Carl Rogers na elaboração de uma proposta teórica não-diretiva que enfoca o encontro entre sujeitos e o respeito à individualidade no processo de crescimento pessoal. Em meio à sua diversificada experiência na área de psicoterapia, Rogers elabora a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP): uma proposta teórica potencialmente fenomenológica em direção a uma clínica ampliada que prioriza o acolhimento da alteridade.

Carl Rogers foi um proeminente psicólogo estadunidense, que centrou seus estudos psicológicos na denominada Clínica Humanista Centrada na pessoa, também conhecida no meio acadêmico como de Terceira Força da Psicologia. Rogers era crítico das concepções

reducionistas de atendimento psicológico, precisamente em relação a forma como compreendiam o sujeito em situação de acompanhamento psicológico, quase sempre intitulado de doente ou paciente, cuja reabilitação era atributo a saberes especializados do profissional da psicologia, denotando um distanciamento entre terapeuta e a pessoa em terapia decorrente da relação hierarquizada e desigual entre os envolvidos na terapia.

Para a obra de Rogers, o fazer psicológico deve compreender alguns saberes oriundos de uma prática centrada no processo de encontro entre os envolvidos na terapia. Um processo que requer um conhecimento de si autêntico e genuíno, condição necessária para o estabelecimento de uma relação terapêutica baseada no encontro, na troca energética. Uma compreensão de presença que ultrapassa o aspecto físico, do estar; ou seja, não basta estar é preciso ser e estar enquanto uma pessoa inteira para o outro e com o outro, dimensão fundamental para uma relação terapêutica.

Tomando como fundamento a ACP, este trabalho tem o objetivo de evidenciar os principais conceitos humanistas elaborados por Carl Rogers e os sentidos construídos para a experiência de atendimento em psicoterapia. Assim, busca-se contextualizar as vivências no *setting* terapêutico como espaço de encontro, contribuindo para amplia a compreensão da atuação do psicólogo para além da técnica.

2 A Abordagem centrada na Pessoa

A Psicologia Humanista se destaca por constituir-se direcionada ao crescimento e à promoção da Saúde, superando modelos deterministas e causais. De tal modo, considera a de forma relevante as influências provenientes do ambiente, a história de vida do sujeito, atentando diante disso para a liberdade, a responsabilidade e a intencionalidade enquanto características intrínsecas à condição humana na tomada de decisão. E ao mesmo tempo à aceitação incondicional do outro no ato do encontro

entre sujeitos para o acolhimento psíquico. Nesse sentido, a Clínica Humanista Centrada na Pessoa, trabalha a partir de uma proposta de trabalho que valoriza a pessoa do terapeuta e do consulente

Carl Rogers constitui um dos expoentes de destaque dessa vertente, sobretudo no que tange às teorizações relacionadas ao atendimento psicoterápico. Rogers tomou como ponto de partida para o desenvolvimento de suas análises o trabalho clínico com crianças a partir do qual publicou a obra *O tratamento clínico da criança problema (1939)*. Na obra, ele observa nelas o potencial positivo de desenvolvimento na infância, que suscitará a proposição da abordagem não-diretiva e do conceito de tendência atualizante, inerente ao ser humano no desenvolvimento em uma direção positiva

A partir dessa perspectiva, Rogers ampliou sua atuação enquanto facilitador de grupos, demonstrando preocupação com processos sociais e ampliando sua teoria no campo das humanidades. Em 1977, configura o que denominou Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) com a publicação das obras *Sobre o poder pessoal (1977) e Tornar-se Pessoa (1980)* (MOREIRA, 2010).

O livro *Tornar-se pessoa* caracteriza uma compilação de artigos que Rogers produziu entre 1951 a 1961. O texto evidencia o desenvolvimento da teoria da terapia centrada na pessoa, intrinsicamente ligada a sua experiência de atendimento durante trinta e três anos de erros e acertos. A produção é direcionada ao público leigo, no sentido de fortalecer os indivíduos nas suas lutas diárias, no processo de se tornar pessoa. Rogers dedica as considerações aos profissionais da área da saúde.

Na obra, nota-se a trajetória experiencial de Rogers junto a crianças de baixa renda e marcadas por episódios de delinquência. A prática inicial se pautava em descobrir se a técnica X ou Y era eficaz no tratamento das crianças. Contudo, Rogers demonstra que não é possível trazer melhoras por meio de abordagens que tentam treinar o indivíduo. Chega a nomea-las de inconsequentes por elas só contribuírem para convencer o indivíduo de sua inadequação (ROGERS & KINGET, 1975).

Diante disso, Rogers conjectura que a pessoa poderia se transformar a partir da relação que estabelece com o terapeuta e busca princípios para que esta relação possa ser realmente transformadora. Propõe, portanto, inicialmente que a relação deve ser genuína, ou seja, que o terapeuta deve ter disposição para expressar seus sentimentos e atitudes quanto a relação, e deve estar em intenso contato com estes. Recomenda ainda, a aceitação incondicional na qual o terapeuta deve aceitar incondicionalmente a pessoa em sua realidade e seus sentimentos, tendo empatia para com a mesma, sem julgá-la por suas ações. Rogers acrescenta o principio da Liberdade na relação isentando o encontro da prática de julgamentos a fim de que o indivíduo se sinta livre para se expressar.

O conceito de aceitação positiva refere que se deve buscar ser o melhor de si para o outro, sendo sensível ao outro, liberando a possibilidade de contato com o outro. No processo terapêutico o psicólogo liberta-se de amarras que possam impedi-los de adentrar e acolher a alma do outro.

Aceitação positiva traduz-se em uma disposição para escuta e trabalho com o outro, empática, sem julgamentos ou impeditivos. Contudo, sem deixar de ser quem é no processo, ou seja, o terapeuta deve ser verdadeiro consigo mesmo, comunicando ao outro o seu ser pessoa no encontro. O encontro para que esteja pautado na fluidez não deve ter amarras que obscurecem a possibilidade de mergulho em si mesmo, é necessário oportunizar a construção de si mesmo na terapia, uma busca pela organização a partir desse aprofundamento. A obra de Carl Rogers caracteriza um manifesto à liberdade, um convite a emancipação.

> Nas minhas relações com as pessoas descobri que não ajuda, a longo prazo, agir como se eu fosse alguma coisa que não sou. Não serve de nada agir calmamente e com delicadeza num momento em que estou irritado e disposto a criticar. Não serve de nada agir como se soubesse as respostas dos problemas quando as ignoro. Não serve de nada agir como se sentisse afeição por uma pessoa quando nesse determinado momento sinto hostilidade para com ela. Não serve de nada agir como se estivesse cheio de segurança quando me sinto receoso e hesitante. Mesmo num nível primário, estas

> observações continuam válidas. Não me serve de nada agir como se estivesse bem quando me sinto doente (ROGERS, 1983, p. 34).

Essa compreensão de liberdade e de busca pela organização, ajustamento e vida da pessoa, são conceitos que foram construídos no percurso formativo de Rogers, influenciado pelos saberes técnicos da agricultura, a sua obra está permeada por analogias a proposta da ACP, sobremaneira quando da tendência ao uso das condições ambientais disponíveis pelas plantas, mesmo em condições em que o seu esmaecimento é esperado. Algo, segundo ele que elucida a tendência a busca pelo ajustamento, busca pela vida, o organismo tentando se equilibrar.

Além da passagem pela agricultura, é possível perceber influência da Educação, da Sociologia e da Psicologia na formação de Rogers, porém a sua visão de terapia e de trabalho terapêutico não era reconhecido como saberes adequados a prática psicológica, o que lhe causou algumas restrições iniciais no meio acadêmico da Pesquisa em Psicologia. A ACP, de fato possui forte influência de setores da educação e da assistência social, pois as ideias de valorização da vida e da busca pelo desenvolvimento das potencialidades são reflexões sobre as quais essas áreas desenvolvem seu trabalho.

Retomando as atribuições clínicas, é importante aprofundar a relação estabelecida no encontro, um encontro genuíno, condição para construção de uma possibilidade de contato e diálogo na terapia. O terapeuta, nessa dimensão dever ser condição facilitadora para a construção do processo terapêutico, oportunizando que o outro se implique no diálogo e na busca do ajustamento criativo. A terapia não ocorre em uma única de direção, ela é fluída e construída pelas pessoas envolvidas no processo terapêutico.

A aceitação e a autenticidade do terapeuta são fatores chaves para a terapia centrada na pessoa. Estes diminuem os anseios enfrentados pelo paciente, o medo de se mostrar. Suas defesas se diminuem e ele pode falar de quem ele realmente é: sem medo de ser julgado por suas ações e

sentimentos. Assim o indivíduo poderá experienciar uma relação real e entrar em contato com o seu verdadeiro eu.

De acordo com Rogers, o indivíduo possui uma motivação inata para mudança, para a melhora de si mesmo, para a maturidade. Esta motivação é latente, e se apresenta independe da queixa pela qual o indivíduo se dirigiu até a terapia. Em um ambiente psicológico adequado esta motivação se torna real. O objetivo da terapia, então, seria fornecer um ambiente psicológico adequado no qual a motivação para autorrealização pode se mostrar (ROGERS, 1976).

Para Rogers, a sociedade poderia criar mais climas psicologicamente adequados fazendo com que os indivíduos alcancem sua autenticidade e busquem sua autorrealização. Assim, pais, professores, líderes podem criar ambientes psicologicamente promissores. Tal relação psicologicamente promissora enquanto relação de ajuda propõe que um indivíduo tenha o objetivo de ocasionar uma melhora no outro. As relações que tenham como objetivo o crescimento do indivíduo caracterizam, portanto, relações de ajuda (ROGERS, 1978).

Na abordagem rogeriana, o diferencial está no foco do terapeuta no processo, na relação terapêutica, em sobreposição aos objetivos para cura dos sintomas. Na terapia centrada na pessoa, esta deve se sentir acolhida, confortável a fim de ponderar os aspectos de sua experiência e seus sentimentos. Não deve sentir qualquer julgamento sobre o seu eu uma vez que o terapeuta o aceita incondicionalmente (ROGERS, 1983).

Na avaliação de diversos aspectos da experiência, contradições surgirão entre o que se é, o se se sente e o que se mostra. A medida que essas contradições são expostas e trabalhadas, Rogers mostra que há uma evolução de “Sou um eu que é diferente de parte da minha experiência” para “Talvez eu seja muitos eus diferentes, como pedacinhos de cada experiência” e no fim “Meu eu é diferente da minha experiência, mas pode ser um todo desta, uma figura completa”. No fim a meta de todo indivíduo é encontrar-se a si mesmo.

No processo terapêutico, aos poucos a pessoa desvela suas máscaras, o véu social do qual se utiliza de forma consciente. A pessoa em atendimento usa a relação terapêutica para explorar e examinar vários aspectos de sua existência e enfrentar as contradições que descobre entre "o que deve-se ser" e "o que se é". A terapia também leva o indivíduo a sentir plenamente seus sentimentos, transbordando a si mesmo. A experienciação de vários elementos de si que antes estavam escondidos levam o paciente a cada vez mais tornar-se ele mesmo.

A pessoa compreende que a terapia é um processo permanente de tornar-se, sendo o contato com o terapeuta responsável por auxiliar no encontro consigo, a fim de que possa direcionar o processo por si mesmo. Sem deixar de considerar a individualidade humana, Rogers ressalta elementos comuns a quem se torna pessoa.

A "Abertura à experiência" concerne no processo de destruição das defesas contra ao mundo no qual o indivíduo passa a perceber a realidade como é, e não a partir de categorias pré-concebidas. Tal perspectiva permite que suas crenças se tornem menos rígidas, suscitando a compreensão da situação atual como única e não como uma repetição de experiências passadas da qual ele já sabe o resultado.

"Confiança no próprio organismo" representa a percepção pessoal de seus próprios sentimentos e impulsos, bem como das exigências sociais enquanto esferas externas. A pessoa apura a percepção de sua situação externa mantendo maior contato com experiências passadas. Ao ponderar tais questões, ampliará a confiança na tomada de decisões compreendendo e balanceando os fatores que a influenciam.

O "Foco interno de avaliação" representa a atitude de o indivíduo se desvencilhar de focos de avaliações externos tais como sociedade, família e amigos. Diante disso, passa a atentar para sua avaliação interna, isto é, o que pensa sobre os seus comportamentos e se define suas atitudes conforme si mesmo. De tal modo, a pessoa atenta para a responsabilidade por si mesma: "é aquela que escolhe", "é aquela que determina o valor de uma experiência para si": uma consequente busca,

um tanto autossuficiente, por aquilo que o seu verdadeiro eu quer realizar no mundo.

Quando promove sua aceitação enquanto pessoa, o sujeito passa a aceitar os outros como pessoas. Assim, estabelece contatos mais verdadeiros com as pessoas à sua volta, julga menos suas ações, pois entende que cada um possui suas vulnerabilidades e tende também a cooperar com as pessoas a sua volta nos seus próprios processos de autorrealização.

Rogers não preconizava a técnica na terapia, sua teoria tornou-se uma filosofia, um modo de ser, de se portar na terapia, primando pelo relacionamento terapeuta-paciente. A aceitação do indivíduo, a não indiferença ao seu sofrimento, o não julgamento de suas ações são hoje pressupostos básicos do acolhimento psicoterápico. Além disso, o teórico insiste que sempre há muito que se aprender na busca pela autorrealização e na melhor forma de ajudar ao próximo (ROGERS, 1983).

No cerne dessa conjuntura, Rogers ressalta o conflito entre o indivíduo ("sou") e o que se exige dele ("devo ser") que caracteriza a incongruência, elemento definidor do sofrimento. Assim, pressionada a corresponder às expectativas sociais, a pessoa se vê pressionada e desenvolve defesas psicológicas.

O terapeuta nesse sentido, como facilitador, precisa permitir que a pessoa se torne "plenamente funcional" e com isso restabeleça sua tendência à autorrealização. As marcas desse estado de funcionalidade constituem a abertura a novas experiências, capacidade de viver o aqui e o agora, confiança nos próprios desejos e intuições, liberdade e responsabilidade de agir e disponibilidade para criar.

Tornar-se pessoa perpassa pela questão de ouvir a si mesmo e satisfazer os próprios desejos (ou interesses). Ao terapeuta cabe facilitar esses processos e interferir o menos possível primando pela congruência (ser autêntico com o cliente/aluno); empatia (compreender seus sentimentos) e respeito por meio da consideração positiva incondicional.

O processo terapêutico requer uma dedicação dos envolvidos no processo de encontro, em relação a congruência. Em ACP, a congruência é um conceito que diz respeito ao ser terapeuta em ACP, pois refere-se a autenticidade de sentimentos, pensamentos e ações que fazem do terapeuta a pessoa que é. Nesse proposta de trabalho, não é anulada a subjetividade do terapeuta, é importante para o processo de encontro que ele seja o melhor de si para o outro.

Na dimensão relacional o contato precisa ser livre e intuitivo, considerando os aspectos que comparecem no encontro, o Terapeuta precisa estar atento e sensível as questões que comparecem no encontro e a partir desses aspectos disponibilizar-se para o outro enquanto uma escuta baseada na aceitação incondicional, sendo capaz de aceitar as facetas que o outro lhe apresenta. Segundo Rogers (1983, p.64)

> Uma outra questão é saber se posso aceitar todas as facetas que a outra pessoa me apresenta. Poderei aceita-la como ela é?[...] Segundo a minha experiência, quando minha atitude é condicional, o cliente não pode mudar nem desenvolver-se nesses aspectos que não sou capaz de aceitar completamente.[...] Para poder prestar uma maior ajuda é necessário que me desenvolva e aceite esses sentimentos em mim mesmo.

O pressuposto central da abordagem rogeriana se pauta na proposição de que os indivíduos possuem dentro de si vastos recursos para a autocompreensão e para modificação de seus autoconceitos, de suas atitudes e de seu comportamento autônomo. Tais recursos podem ser ativados se houver um clima, passível de definição, de atitudes psicológicas facilitadoras.

Na educação, a abordagem rogeriana se destaca pelo princípio da não-diretividade no processo metodológico. Nessa proposta, o professor não interfere diretamente no campo cognitivo e afetivo do aluno, ele media o estudante às suas próprias experiências, para que, a partir delas, o aluno se autodirija. Rogers propõe a sensibilização, a afetividade e a motivação como fatores atuantes na construção do conhecimento.

3 Considerações Finais

O pressuposto da atuação rogeriana se fundamenta na percepção de que a pessoa é capaz de controlar seu próprio desenvolvimento e isso ninguém pode fazer para ela. A atuação docente, portanto, enfoca o desenvolvimento de uma relação pessoal com os alunos e o estabelecimento de um clima nas aulas que possibilite a realização natural das tendências discentes; O professor é um facilitador da aprendizagem significativa, constituindo o grupo e não, situando-se acima dele; A situação de aprendizagem tem caráter interacional, contemplando as relações interpessoais e intergrupais.

A Psicologia Humanista constitui uma perspectiva de compreensão do homem como um todo, englobando num sentido holográfico, as diversas faces do sujeito. Segundo Boainain (1998), trata-se de entender o psiquismo e as ações do homem considerando a intencionalidade que o distingue dos animais e das máquinas.

Assim, a ACP se baseia na confiança em todos os seres humanos, em todos os organismos pelo fluxo subjacente de movimento em direção à realização construtiva das possibilidades que lhe são inerentes. Rogers evidencia que há nos seres humanos, uma tendência natural a um desenvolvimento mais completo e mais complexo.

Para tanto, faz uso da expressão "tendência realizadora", compreeendendo a vida como um processo ativo, e não passivo. Para além da proveniência do estímulo, se interno ou externo, os organismos estarão voltados para a sua manutenção, seu crescimento e sua reprodução. Essa é a própria natureza do processo designado vida.

Referências

BOAINAIN, E. **Tornar-se transpessoal**. São Paulo, Summus Editorial, 1998.

MOREIRA, Virginia. Revisitando as fases da abordagem centrada na pessoa. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 27, n. 4, p. 537-544, Dec. 2010.

ROGERS C. & KINGET, M.. **Psicoterapia e relações humanas**. Vol 1. Belo Horizonte: Interlivros, 1975.

ROGERS, C. **Sobre o poder pessoal**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

ROGERS, C. **Tornar-se pessoa**. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

ROGERS, C. **Um jeito de ser.** São Paulo: E.P.U., 1983.

9

Carl Gustav Jung e a história do movimento psicanalítico

Dayse Marinho Martins
Thamires Ayres Ribeiro

1 Introdução

Considerando a trajetória do movimento psicanalítico, este trabalho tem o objetivo de apresentar um ensaio sobre a abordagem de Jung. Assim, busca-se contextualizar as ações do estudioso na elaboração dos pressupostos que norteiam sua percepção sobre a Psicanálise, reconfigurando a prática dos analistas.

Diante disso, o trabalho se justifica pela contextualização dos pressupostos de Jung no âmbito do movimento psicanalítico. Trata-se de traçar um panorama de suas teorizações no repensar de sentidos da obra de Freud. Fundamentado nesses pressupostos espera-se contribuir para a compreensão dos estudos jungianos, ressaltando-se o pioneirismo na prática de ressignificação de conceitos psicanalíticos, superando a ideia limitante de que tal movimento constitui contradição no cerne de sua obra.

2 Questões Históricas e Conceituais da Psicanálise

Ao apresentar o percurso histórico inicial da psicanálise, Garcia-Roza (1985) refere que Freud caracterizou o referido movimento como a terceira grande ferida narcísica sofrida pelo saber ocidental. Tal constata-

ção considera o descentramento da razão e da consciência proposto pela psicanálise no processo de compreensão do ser humano, tal como as teorizações de Copérnico sobre o universo e de Darwin acerca das espécies.

No despontar da psicanálise, ocorreu o fenômeno da produção da loucura como eixo norteador de um conjunto de saberes e práticas de dominação e controle. Com o advento da psiquiatria, coube evidenciar um discurso acerca do psiquismo humano que resguardasse a ordem social e ao mesmo tempo, suscitasse a experimentação de aspectos da loucura.

Nessa conjuntura, surgem os experimentos com hipnose evidenciando o domínio sobre o corpo na eliminação de sintomas psíquicos que "levaram Freud à hipótese de que não era qualquer espécie de excitação emocional que se encontrava por trás dos sintomas neuróticos, mas, sobretudo uma excitação de natureza sexual e conflitiva" (GARCIA-ROZA, 1985, p. 40). Os estudos de Charcot e Breuer com histéricas destacam-se, portanto, promovendo as primeiras teorizações acerca da sexualidade e sua vinculação com as neuroses, possibilitando à Freud o desenvolvimento de sua teoria.

Desse modo, surge a Psicanálise que apresenta um sujeito fendido, problematizando a noção de unidade defendida pelo racionalismo e a ruptura com os paradigmas sobre o desenvolvimento humano numa perspectiva biologizante. O paradigma psicanalítico subsidiou interpretações que ressaltam o homem enquanto ser singular no âmbito social, evidenciando ainda, o descentramento do sujeito ao questionar suas verdades.

A trajetória inicial da psicanálise é apresentada pelo próprio Freud no texto "Autobiografia" no qual inicialmente ressalta ter sido uma tarefa difícil devido à natureza do tema o levar "a falar mais de sua pessoa do que é habitual" (FREUD, 2012, p. 76). O desenvolvimento da teoria psicanalítica é caracterizado, portanto, como processo que se confunde com eventos pessoais na trajetória acadêmica de Freud.

As primeiras exposições de Freud sobre a Psicanálise se pautaram em palestras no contexto universitário mediante a opção pela carreira médica: “ânsia de saber que se dirigia mais às questões humanas do que aos objetos naturais [...] enormemente atraído pela teoria de Darwin, como avanço na compreensão do mundo” (FREUD, 2012, p. 78).

Freud enfatiza sua vinculação ao judaísmo e as perseguições impostas a seus antepassados. Diante disso, ressalta os esforços em uma vida modesta em busca da formação médica e aponta aspectos de sua trajetória profissional no desenvolvimento de pesquisas e atração pela psiquiatria, ressaltando as primeiras publicações sobre o sistema nervoso e a as neuroses.

No contexto de envolvimento com a Psiquiatria, Freud refere o acolhimento de Charcot na França quanto à participação nos estudos sobre a histeria. Relata ainda a péssima acolhida por seus pares em Viena durante o relato das vivências com Charcot e a prática da hipnose. Prossegue evidenciando a participação nas pesquisas de Breuer acerca da hipnose na abordagem de pacientes com sintomas histéricos e reporta o rompimento com ele mediante o questionamento da sugestão hipnótica. Desse modo, ressalta suas publicações iniciais sobre as neuroses e sua relação com distúrbios da função sexual ao mesmo tempo, evidencia a incredulidade e oposição na recepção de sua teoria.

O aprofundamento dos postulados psicanalíticos ocorre no artigo “Introdução ao Narcisismo”, na abordagem sobre o inconsciente. Na ocasião, a teoria da libido anteriormente situada na objetalidade se desloca tendo o eu como referência. Numa abordagem técnica, o texto “O Inconsciente”, enfoca o conceito de metapsicologia como “uma exposição na qual consigamos descrever um processo psíquico em suas relações dinâmicas, topológicas e econômicas” (Freud, 2010, p. 89).

Em seu projeto científico acerca do psiquismo, Freud caracteriza a metapsicologia, portanto, como descrição minuciosa do processo psíquico a partir de suas instâncias, distribuição dos investimentos e do conflito de forças pulsionais. Nessa perspectiva, nota-se no despontar da psicaná-

lise, a preocupação com pressupostos epistemológicos que evidenciam uma preocupação inicial em situa-la sob o modelo das ciências da natureza. Aspectos como referência a processos psíquicos e explicações funcionais por meio de leis evidenciam a busca por fundamentos em concepções físicas e biológicas.

Na trajetória histórica do movimento psicanalítico, destaca-se Karl Abraham como primeiro psicanalista alemão, com "intensiva prática psiquiátrica em sanatórios mentais" (GROTJAHN, 1981, p.13). É perceptível nas considerações freudianas, a valorização na psicanálise, da experiência de estudiosos no contexto manicomial.

Abraham apresenta considerações acerca da evolução da libido e da formação do caráter, objetivando ampliar as ideias psicanalíticas do início do século XX. Apesar do aprofundamento sobre a sexualidade no desenvolvimento humano e de ser caracterizado um fiel discípulo de Freud, Abraham questionou a pulsão de morte.

O psicanalista alemão evidencia a constante presença no percurso histórico da psicanálise, de discípulos de Freud que mediante o desenvolvimento de estudos, buscavam ampliar as elaborações psicanalíticas e, por vezes, apresentavam dissidências sobre elementos da teoria. Tal fato não deve ser compreendido como fator negativo, pois demonstra a dinamicidade do processo de produção do conhecimento na ressignificação de paradigmas.

3 A Psicologia Analítica de Jung

O suíço Carl Gustav Jung pertencia a família de tradição protestante tendo formação influenciada pela religião. Conforme Schultz & Schultz (2008) Jung se portava de forma reservada, demonstrando envolvimento com a literatura a partir da qual desenvolveu considerável erudição.

Para além dos estudos em Teologia sobre os quais Ramos (2002) destaca o embate entre ciência e religião, a existência de Deus e a oposição entre bem e mal, Jung se interessou pelas ciências da natureza

(Biologia) assim como pela Filosofia. Enveredou pela Medicina na Universidade de Basel, na Suíça, especializando-se em psiquiatria no ano de 1900, cujo interesse surgiu a partir de sonhos da infância. Segundo Schultz & Schultz (2008), nos sonhos Jung escavava ossadas de animais pré-históricos em cavernas subterrâneas, o que o levou a pensar em forças inconscientes enterradas nas profundezes da mente.

Selesnick (1981) ressalta que Jung monta em 1904 seu laboratório para desenvolvimento do teste de associação de palavras, iniciando o que posteriormente seria uma de suas principais contribuições com a Psicanálise: a possibilidade de fundamento científico centrada na experimentação, prática decisiva na concepção de ciência no contexto em que predominava o positivismo. O experimento constituía uma lista padronizada de palavras-estímulo em cuja aplicação o paciente dizia a primeira coisa que lhe vinha à mente ao ouvir a palavra. Por sua vez, Jung observava e mediante demora na emissão da resposta, inferia a existência de tensão emocional (FADIMAN e FRAGER, 1979).

Tornou-se professor de psiquiatria na Universidade de Zurique, em 1905 abandonando a cátedra após alguns anos para se dedicar à prática clínica cujo interesse desponta em 1906 ao iniciar troca de correspondência com Freud a partir da leitura da obra "A Interpretação dos Sonhos". Com o estudo, Jung compreendeu que determinados conteúdos, quando reprimidos, permanecem atuantes em um nível subliminar e passam a existir de maneira autônoma. Segundo Jung, Freud teria encontrado algo similar no funcionamento dos sonhos. A hipótese do inconsciente, portanto, foi o elemento de aproximação. A psique inconsciente deveria ser a chave para a compreensão das alucinações e delírios dos pacientes com os quais um psiquiatra deveria lidar (JUNG, 1964).

Nesse contexto, a obra freudiana recebia críticas da academia e Jung demonstrou interesse enviando a Freud cópia de seu estudo "The Psychology of Dementia Praecox" na qual desenvolveu a tese de que a ideia reprimida parte do afeto evidenciando complexo, suscitando a

compreensão da psicopatologia com base num modelo psicossomático. Em treze horas ininterruptas de conversa num primeiro encontro, Freud e Jung instituíram uma relação na qual Freud evidenciou interesse na participação de Jung no processo de desenvolvimento da Psicanálise pelo seu reconhecimento no Grupo de Zurique (SELESNICK, 1981). Porém, ambos apresentavam divergências no âmbito de seus estudos.

Segundo Fadiman & Frager (1979), Freud criticava o interesse de Jung pelos fenômenos ocultos, espirituais e mitológicos. Por sua vez, Jung não concordava que as causas das repressões se pautassem exclusivamente em traumas sexuais:

> No que concerne ao conteúdo do recalque [repressão] eu não concordava com Freud. Como causa do recalque, ele apontava o trauma sexual, e eu achava isso insatisfatório. Através do trabalho prático, conhecera numerosos casos em que a sexualidade desempenhava papel secundário, enquanto outros fatores ocupavam o lugar principal: por exemplo, o problema de adaptação social, da opressão pelas circunstâncias trágicas da vida, as exigências de prestígio etc. Mais tarde, apresentei a Freud casos deste gênero, mas ele não quis admitir como causa qualquer outro fator que não fosse a sexualidade. Isso me parecia altamente insatisfatório (JUNG, 2013, p. 188-189).

Em sua crítica, Jung ponderou que Freud exaltou a sexualidade em sua teoria, se opondo a qualquer discordância:

> Era evidente que Freud tinha um apego extraordinário à sua teoria sexual. Quando falava sobre isso era num tom insistente, quase ansioso, e desaparecia sua atitude habitual, crítica e cética. Uma estranha expressão de inquietude, cuja causa eu ignorava, marcava seu rosto. Isso me impressionava muito: a sexualidade era, para ele, uma realidade numinosa (JUNG, 2013, p. 191).

Apesar das divergências, Jung se tornou o primeiro presidente da Associação Psicanalítica Internacional (IPA), em 1911 a partir dos esforços de Freud, ainda que os analistas vienenses discordassem, conforme assinala Selesnick (1981). A opção de Freud é analisada como decorrente

de reação ao antissemitismo no sentido de que este fenômeno, corrente na Europa daquele contexto, não interferisse no crescente movimento psicanalítico.

Em sua atuação na IPA, Jung estendeu os estudos da Psicanálise considerando elementos de mitos, lendas e histórias universais, mas em 1912 publicou críticas à teoria da libido suscitando o rompimento com Freud em 1912. Na obra "Metamorfoses da alma e seus símbolos", Jung declarou oposição à concepção freudiana de libido enquanto "expressão psíquica de energia vital", de origem sexual. Assim, demarcou o estabelecimento da chamada Psicologia Analítica, cuja denominação segundo Zimerman (2001), evidencia oposição ao conceito pulsional que culminou em 1914 com o afastamento de Jung da IPA.

No texto "Contribuições à História do Movimento Psicanalítico", contido no Anuário de Pesquisas Psicanalíticas e Psicopatológicas Freud se reporta à saída de Jung como alteração na estrutura da IPA que contaria naquele momento com Freud enquanto único diretor. Freud apresenta um traçado histórico da psicanálise, elencando pequenas contribuições de Jung e se intitulando como teórico fundamental da Psicanálise:

> Pois a psicanálise é criação minha, por dez anos eu fui o único indivíduo que dela se ocupou, e foi sobre mim que recaiu, em forma de crítica, toda a irritação provocada por seu aparecimento. Penso ter o direito de sustentar que ainda hoje, quando há muito já não sou o único analista, ninguém pode mais do que eu saber o que é a psicanálise, como ela se distingue de outras maneiras de estudar o inconsciente e o que merece ter seu nome ou deveria receber outra designação. Ao assim repudiar o que me parece uma ousada usurpação, também informo indiretamente os nossos leitores sobre os acontecimentos que levaram às mudanças na direção e apresentação deste Anuário (FREUD, 2012, p.246).

Fadiman & Frager (1979, p. 43) afirmam que a ruptura com Freud "foi dolorosa para Jung, mas ele havia decidido permanecer fiel às suas próprias convicções". Acerca da questão, Ramos (2002) aponta que, não

havendo o rompimento, ambos teriam mais contribuições no desenvolvimento da Psicologia. No entanto, cabe ressaltar que posturas de oposição são essenciais para o aperfeiçoamento de paradigmas científicos, possibilitado a ressignificação de teorias.

O rompimento com Freud marcou a vida de Jung, pelo afastamento de analistas que apoiavam Freud. Porém, outros dissidentes mantiveram proximidade com o suíço que fomentou a organização de seu próprio grupo de seguidores (SELESNICK, 1981).

Assim, no período pós-freudiano, em 1915, Jung se dedica ao estudo de civilizações e símbolos além da compreensão sobre cultura Oriental, Alquimia e Gnosticismo. Para tanto, na década de 1920 inicia viagens para visitar diversos povos, desde xamãs dos índios Pueblos, no Novo México (EUA), a aborígenes africanos, adquirindo grande conhecimento religioso, cultural e filosófico. Em seguida, constrói a Torre de Bollingen, próxima ao Lago de Zurique, como espaço de meditação e encontro com seu verdadeiro eu. Em 1930 amplia suas expedições à Índia, se aprofundando na religião e cultura hindu (RAMOS, 2002).

A experiência com a diversidade de culturas possibilitou a ampliação de sua teoria sobre o inconsciente coletivo enquanto experiência ancestral e a elaboração do conceito de arquétipo como representações do pensamento (YOUNG-EISENDRATH & DAWSON, 2011). Diante disso, Jung suscitou reformulações em seus conceitos e partiu para a divulgação de estudos por meio de seminários. Sobre essa conjuntura da trajetória de Jung, Ramos (2002, p.112-113), destaca:

> Em 1934 é eleito Presidente da Sociedade Médica Geral para Psicoterapia [...] Em 1944 é nomeado para lecionar na Faculdade de Medicina da Basiléia, numa cátedra de Psicologia especialmente criada para ele. [...] Após o término da Segunda Guerra Mundial (1945) escreve sobre as origens psicológicas do nazismo. Seus inimigos políticos distorcem deliberadamente suas ideias e promovem uma intriga de vasta amplitude social acusando-o de ser simpatizante dos nazistas. Seus amigos de origem judia prontamente acorrem a seu favor e criticam publicamente aqueles que promoveram tal enredo [...] Em 1948 é inaugurado o Instituto Carl Gustav Jung, em Zurique.

De acordo com Zimerman (2001), em 1958, Jung estabelece a Sociedade Internacional de Psicologia Analítica. No campo da psicoterapia, contribuiu para o desenvolvimento de técnicas como a imaginação ativa que suscita o potencial do paciente de autorrealização (SELESNICK, 1981).

Tomando por base os estudos de civilizações e símbolos, a Psicologia Analítica de Jung compreende o inconsciente como construto dividido em pessoal (ou individual) e coletivo. O inconsciente pessoal se assemelha a perspectiva freudiana, sendo constituído de memórias reprimidas, desafetos, reminiscências dolorosas, impulsos, desejos e experiências perdidas, elementos, que podem retornar à consciência. Assim, o inconsciente pessoal não é denso, estando vinculado à história de vida do indivíduo tendo conteúdos agrupados em complexos ilustrados nos sonhos, fantasias e sintomas. O inconsciente pessoal tem como base o inconsciente coletivo, um nível profundo da psique humana, cujo conteúdo é herdado de outras gerações e ancestrais primitivos no processo evolução, sendo expresso por meio dos arquétipos (JUNG, 1964).

Na teoria jungiana, os complexos caracterizam padrões de emoções, de lembranças e imagens que estão relacionadas entre si e cujos significados são arquetípicos. Para Santos (2008), este conceito tomou por base as pesquisas com associações de palavras nas quais Jung percebeu que os complexos possuíam grande carga afetiva, sendo manifestados de forma inconsciente, mediante estímulos semelhantes.

A teoria dos complexos permitiu a Jung explicar fenômenos associativos não apenas nas pessoas ditas normais, mas também em pacientes histéricos, obsessivos e psicóticos. Observou que as vias associativas de respostas emitidas sob a ação de um determinado complexo coincidiam em muito com os mecanismos inconscientes explicados por Freud. Muitas das associações mais sintomáticas, como as relativas à forma sonora da palavra estímulo, os estrangeirismos, as

referências (como citação de provérbios ou textos clássicos) poderiam ser compreendidas à luz da Psicanálise. As falhas de associação, quando analisadas, revelariam o que a pessoa buscava ocultar ou, segundo a terminologia psicanalítica: o que era "reprimido".

Por sua vez, os arquétipos representam estruturas herdadas que organizam o material psicológico. Inatos, eles possibilitam que o indivíduo se comporte da mesma forma que seus ancestrais diante de situações semelhantes. Assim, tais situações se repetem na trajetória da humanidade, expressas por meio de mitos, fantasias, elementos do inconsciente coletivo (SCHULTZ e SCHULTZ, 2008).

Mediante a formulação dos conceitos referentes às estruturas da psique, Jung evidenciou o self enquanto arquétipo central que representa a totalidade. De tal forma, o consciente e o inconsciente não caracterizam elementos opostos, ambos se complementam estabelecendo uma totalidade: o self (FADIMAN & FRAGER, 1979). Schultz e Schultz (2005) apresentam o self como responsável pela unidade e estabilidade da personalidade, sendo um impulso para a auto realização, que ocorre aproximadamente entre os 30 e 40 anos (meia-idade). Isto marca uma das características autobiográficas de Jung em sua teoria, pois ele próprio atingiu a sua auto realização nesta faixa etária, quando resolveu sua crise neurótica. Desta forma Jung estabelece que o principal momento do desenvolvimento da personalidade é quando chegamos à meia-idade, ao contrário de Freud, que diz que este momento é a infância.

Jung desenvolveu sua atuação em meio a seus seguidores até falecer em 1961, enfrentando paralelamente o banimento do contexto acadêmico. Young-Eisendrath & Dawson (2011) atribuem tal postura excludente ao envolvimento de Jung com textos antissemitas nos quais há defesa do nazismo e preconceito contra negros e mulheres.

4. Considerações finais

As contribuições de Jung para a Psicanálise em seu contexto nascente ocorrem a partir do desenvolvimento de prática experimental associada à hipótese de repressão e ao mesmo tempo à sua proposição de submissão do psicanalista à análise didática. Sua relação com o estudo de civilizações suscitou o interesse freudiano pela Antropologia, essencial à produção da obra Totem e Tabu. Cabe ressaltar ainda, a participação de Jung na revisão da teoria da libido que evidenciou a reformulação da teoria freudiana considerando as pulsões de vida e de morte (SELESNICK, 1981).

Acrescenta-se ainda, o papel precursor de Jung introdução do feminino na psicologia. Diante disso, surgem teorias como a de Melanie Klein quanto às relações objetais (escola inglesa), na introdução de uma psicologia fundada na figura da mãe, ressaltando influências desde o período gestacional, em sobreposição à teoria edipiana de Freud centrada na figura do pai. Seus estudos sobre os arquétipos influenciaram ainda, pressupostos da teoria da personalidade. (YOUNG-EISENDRATH & DAWSON, 2011).

De modo geral, pode ser considerado teórico relevante na história da Psicologia. Em meio às suas dissidências, suscitou ampliações da psicanálise freudiana e se mostrou um precursor da prática psicoterápica, tendo seu estudo repercutido no Brasil, a partir da atuação da Drª Nise da Silveira na humanização pela arte no contexto psiquiátrico.

Referências

FADIMAN, James; FRAGER, Robert. **Teorias da Personalidade**. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1979.

FREUD, S. Autobiografia. In: **Obras completas, volume 16.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 75-166.

FREUD, S. O Inconsciente. In: **Introdução ao narcisismo:** ensaios de metapsicologia e outros textos. (1914-1916). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 99-150.

FREUD, Sigmund. **Totem e Tabu, Contribuição à História do Movimento Psicanalítico e outros textos** (1912-1914). Obras Completas, (tradução de Paulo César de Souza). São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

GARCIA-ROZA, L. A pré-história da psicanálise – I. In: **Freud e o inconsciente.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 25-42.

GROTJAHN, M. Karl Abraham – O Primeiro Psicanalista Alemão. In: ALEXANDER, F. Et al. **A História da psicanálise através dos seus pioneiros.** Rio De Janeiro: Imago, 1981. p. 13-25

JUNG, C. Chegando ao inconsciente. In: **O Homem e Seus Símbolos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1964.

JUNG, Carl Gustav. **Psicologia do inconsciente**. Obras Completas 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

RAMOS, Luís M. A. Apontamentos sobre a Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v.4, n.1, p.110-144, dez. 2002.

SCHULTZ, Duane P., SCHULTZ, Sidney Ellen. **História da Psicologia Moderna**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SELESNICK, S. Carl Gustav Jung – Contribuições à Psicanálise. In: ALEXANDER, F. Et al. **A História da psicanálise através dos seus pioneiros**. Rio De Janeiro: Imago, 1981.

YOUNG-EISENDRAFTH, Polly e DAWSON, Terence (edits.). **Compêndio da Cambridge sobre Jung**. São Paulo: Madras, 2011.

ZIMERMAN, David E. **Vocabulário Contemporâneo de Psicanálise**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

10

Aspectos da psicanálise em Jacques Lacan

Dayse Marinho Martins

1. Introdução

Jacques Lacan constitui expoente na trajetória da Psicanálise, proveniente das correntes intelectuais da França. Reconhecido pelo seu percurso instigante e polêmico, formou-se em Medicina sempre evidenciando estudos filosóficos. Em seus estudos enquanto médico e psicanalista destaca-se pela interdisciplinaridade com foco na perspectiva de vanguarda filosófica, literária e artística.

Com um pensamento marcado pela controvérsia e diversidade, suas elaborações no âmbito da Psicanálise foram disseminadas mundo a fora, influenciando os pensadores e psicanalistas da atualidade. Sua abordagem da Psicanálise concerne no retorno aos postulados de Sigmund Freud numa perspectiva crítica ampliando tais elaborações a partir dos estudos da Linguística de Ferdinand de Saussure, do Estruturalismo de Lévi Strauss, de pressupostos filosóficos como os de Hegel, Marx e teorizações da Matemática. Seus estudos e exposições culminaram com o movimento do Lacanismo.

Considerando a trajetória do movimento psicanalítico, este trabalho tem o objetivo de apresentar um ensaio sobre o desenvolvimento do ensino de Lacan. Assim, busca-se contextualizar as ações do estudioso na elaboração dos pressupostos que norteiam sua percepção sobre a Psicanálise, reconfigurando a prática dos analistas.

Para tanto, toma-se como fundamento, a perspectiva de Jacques Alain-Miller, genro de Lacan responsável pela sistematização de sua obra. Nesse processo, Miller optou por caracterizar o ensino de Lacan em momentos específicos no cenário psicanalítico considerando os conceitos de simbólico, real, e imaginário.

Diante disso, o trabalho se justifica pela contextualização dos pressupostos de Jung no âmbito do movimento psicanalítico. Trata-se de traçar um panorama de suas teorizações no repensar de sentidos da obra de Freud. Fundamentado nesses pressupostos espera-se contribuir para a compreensão dos estudos jungianos, ressaltando-se o pioneirismo na prática de ressignificação de conceitos psicanalíticos, superando a ideia limitante de que tal movimento constitui contradição no cerne de sua obra.

2. A psicanálise em Lacan

O psicanalista francês Jacques Lacan (1901 – 1981) propôs em seus estudos sobre a Psicanálise, um retorno à Freud, pois considerava que os analistas haviam se distanciado da proposta freudiana: "empreende, passo a passo, uma reconquista do campo freudiano já que estava ciente do que tinha sido feito pela IPA com a obra do mestre vienense" (JORGE, 2009, p. 18). Com isso, promoveu reelaborações na tessitura dos conceitos psicanalíticos, ampliando a percepção sobre a prática em análise, empreendendo o processo que Kuhn (1997) denominou mudança de paradigma pela ressignificação da prática compartilhada entre os membros da comunidade psicanalítica.

Em suas formulações, Lacan descreve um processo chamado "estádio do espelho", que têm início na criança aos seis meses de idade. Para o autor, tal estádio pode ser caracterizado como a transformação produzida no indivíduo quando este assume uma imagem.

Na etapa inicial do "estádio do espelho", a criança percebe seu corpo fragmentado em razão da falta de coordenação nos primeiros meses de

vida, o que a leva a vivenciar uma realidade de "despedaçamento". A criança descobrirá a totalidade de seu corpo através da experiência com o espelho, que permite uma ilusão de completude, uma vez que é no espelho que a criança antecipa a totalidade física do corpo, por meio da imagem refletida.

Gradativamente, a criança reage diante da imagem especular até que se dá conta de que esse "outro" refletido é ela própria. Segundo Lacan, tal descoberta provoca uma reação de júbilo diante da *imago* (termo que se remete a essa realidade interior mediada pela memória, reorganizada pelas ações do corpo):

> A assunção jubilatória de sua imagem espetacular por esse ser ainda mergulho na impotência motora e na dependência da amamentação que é o filhote do home nesse estágio de *infans* parecer-nos-á, pois manifestar, numa situação exemplar, a matriz simbólica em que o [eu] se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito. (LACAN, 1998, p. 97)

Portanto, para Lacan, o júbilo diante dessa *imago* (o ego ideal), principia o momento em que a criança irá se alienar. É esse "outro" que irá assumir o lugar da criança no campo do imaginário, a partir do qual é permitida a construção de relações que denotam a alteridade.

No segundo momento do "estádio do espelho", a criança já alienada na imagem do "outro" (espelho dela própria, do corpo e do olhar da mãe) se identifica com tal imagem. Por conseguinte, se identifica também com o desejo do "outro": acredita, portanto, que o desejo da mãe é possuir o falo (entendido como sinônimo de poder).

Para Sales (2007, p. 121), na teoria do estádio do espelho de Lacan, o processo de identificação espacial cujo ponto de chegada ideal é a formação do indivíduo. Tal formação ocorre segundo uma dialética temporal que envolve movimentos de insuficiência e de antecipação e que deslancha retroativamente a emergência de fantasias ligadas tanto a imagens despedaçadas quanto totalizantes do corpo.

Assim, na derradeira fase do "estádio do espelho", descrita por Lacan em textos posteriores (Seminários) é possível perceber que o pai efetua a castração (age como portador da norma). Sua função nesse momento é interditar e normatizar os limites da relação entre mãe e criança. A aceitação dessa castração exercida pelo pai auxilia na construção do registro simbólico, ocasionando na criança um desejo próprio pelo qual passa a ser guiada.

No âmbito da clínica, Lacan apresentou a perspectiva da "sessão de psicanálise de tempo variável", abordando de forma flexível os diferentes casos que lhes chegavam. Sobre tal rotina, Millot (2017, p. 41) refere que: "Em Paris, Lacan trabalhava intensamente. Recebia seus pacientes das oito da manhã às oito da noite, às vezes mais, parando uma hora para almoçar".

No documentário "Um encontro com Lacan", alguns de seus analisados relatam que todas as palavras para Lacan tinham uma importância considerável, pois ele ouvia os relatos e os transformavam em objetos preciosos a serem trabalhados. Ele se ocupava em ouvir o que lhe falavam e mostravam os seus pacientes, considerando-os personagens de sua própria historia (ENCONTRO COM LACAN, 2011).

Segundo Lacan, o trabalho do analista está na tentativa de fazer com que o paciente construa um novo sentido ou direção, saindo do discurso repetitivo. O documentário ilustra tal aspecto com o depoimento da alemã Suzanne Hommel sobre suas vivências de angústia na guerra e o desejo de deixar a Alemanha. Lacan demonstra com uma intervenção como a paciente, transformou, deu uma nova direção, um sentido ao sintoma do sofrimento referente à sua vivência. A alemã refere:

> Um dia contei a Lacan: acordo todo dia às 05h. Era às 5h que a Gestapo vinha procurar os judeus em suas casas. Nesse momento, Lacan se levantou como uma flecha de sua poltrona, veio na minha direção e me fez um carinho muito doce no rosto, dizendo: *geste à peau*. Ele transformou a Gestapo em um *geste a peau*, em um gesto carinhoso (ENCONTRO COM LACAN, 2011).

Em sua clínica, Lacan renuncia à padronização de cinquenta minutos determinada pela *International Psychoanalitical Association* (IPA). Tal aspecto lhe permitiu analisar mais casos e atuar como analista didata provocando tensões com a IPA. Diante da oposição à criação de protocolos na clínica psicanalítica, a IPA passa a boicotar a atuação de Lacan.

> No início dos anos 50, Lacan começa a ser visto como um dos nomes mais importantes da psicanálise francesa [...] Em 1953 começam "oficialmente" os Seminários, verdadeiro espaço de elaboração e transmissão da experiência intelectual lacaniana (SAFATLE, 2007, P. 40).

O ensino de Lacan pode ser dividido entre Escritos e Seminários, os primeiros caracterizam coletâneas de textos escritos durante sua carreira. Por sua vez os Seminários constituíram aulas abertas, iniciados ainda em sua residência e depois ministrados no *Hospital Sainte-Anne* e na *Ecole Normale Supérieure*, dedicando a cada ano uma temática específica. “Lacan transfere seus Seminários para a Escola Normal Superior sob o apoio de Claude Lévi-Strauss, Louis Althusser e Fernand Braudel, culminando com uma grande leva de novos ouvintes” (SAFATLE, 2007, p. 61).

O registro de suas exposições ficou a cargo de seu genro Jacques Allain Miller que busca recompor “o movimento que anima o que chamamos de ensino de Lacan no que concerne à doutrina do gozo” (MILLER, 2000, P. 01). Miller demarca o legado lacaniano tomando por base seu ensino oral estabelecendo os seis paradigmas do gozo. O primeiro ensino, situado nos dez primeiros seminários aborda o retorno a Freud considerando o simbólico a partir das teorizações do Estruturalismo e apresentando o real como inatingível. No segundo ensino, surge o encontro com o real, não mais compreendido como dimensão apartada do simbólico e do imaginário, representado pelas marcas que o gozo deixa no corpo, no funcionamento das zonas erógenas. O último ensino de Lacan aborda a singularidade do sujeito, enlaçando o real, o simbólico e o imaginário. A teoria dos nós demonstra que cada um tem seu jeito de enodar a realidade.

As teorizações de Lacan não buscaram substituir os pressupostos da Psicanálise, caracterizaram um avanço pela sistematização de conceitos, ampliando as discussões sobre a clínica e suas consequências. Num primeiro momento a ênfase recaiu sobre o simbólico, a proposição do inconsciente estruturado como uma linguagem. Houve a sistematização do conceito de sujeito do inconsciente. De acordo com Jorge (2009, p. 45), "o ensino do fundador da ciência Linguística Ferdinand Saussure e os estudos do antropólogo Claude Levi-Strauss tiveram importância capital para sua leitura dos textos freudianos".

Nesse ponto Miller ressalta o primeiro paradigma, o da imaginarização do gozo: "as consequências do primeiro movimento do ensino de Lacan quanto à doutrina do gozo, cujo ponto de partida foi a introdução do simbólico enquanto constituindo uma dimensão distinta da experiência analítica e uma ordem própria de existência" (MILLER, 2000, P. 01). Lacan articulou tais concepções sobre inconsciente na Psicanálise aos pressupostos da Linguística, caracterizando o sujeito enquanto "sujeito de linguagem", destacando a prevalência do simbólico na experiência humana. Sob esta ótica, a linguagem deveria ser entendida como a estrutura simbólica que fornece e condiciona o sentido da experiência humana.

O inconsciente estruturado como linguagem funciona de acordo com um conjunto de regras, sobre as quais não possuímos nenhum tipo de controle, determinadas de acordo com a articulação simbólica estabelecida entre os elementos da cadeia significante. Até 1964, as formulações lacanianas foram dominadas pela primazia da linguagem e pelo domínio do Outro.

> Até aqui, vimos um processo contínuo de construção da clínica e da teoria metapsicológica lacaniana. No entanto, a partir dos anos 60, Lacan começa a rever algumas de suas posições centrais. A principal delas diz respeito à própria fundamentação da racionalidade da psicanálise como prática. Contra toda e qualquer redução organicista visando assentar as práticas clínicas na medicalização, Lacan construiu uma teoria de reconstrução de laços intersubjetivos pelo sujeito (SAFATLE, 2007, p. 60).

Num segundo movimento, Miller refere o segundo paradigma, da significantização do gozo e afirma: "Ele não sucede somente ao primeiro cronologicamente. Mistura-se a ele, o completa e, depois, se impõe, progressivamente. Prevalece sobre o primeiro paradigma e, por fim, o domina inteiramente" (MILLER, 2000, P. 07). Nessa trajetória, aponta a necessidade de introdução do terceiro paradigma: "a terceira atribuição do gozo, em Lacan, o gozo atribuído ao real". (MILLER, 2000, P. 11). Há ainda, o estabelecimento do quarto paradigma: "do gozo fragmentado em objetos pequeno *a,* situado em uma pequena cavidade" (MILLER, 2000, P. 16-17).

Lacan distanciou-se gradativamente da versão do inconsciente estruturado como linguagem apresentando um inconsciente pulsátil que se abre e se fecha segundo o funcionamento de uma zona erógena, portanto, da pulsão. O sujeito foi deixando aos poucos de ser concebido como efeito de linguagem e passou a ser um agente definido de acordo com a interação com o meio, com o real. Lacan inaugura a noção de gozo como situado pertencente ao registro do real e elabora a teoria dos discursos. "A elaboração dos quatro discursos de Lacan corresponde ao quinto paradigma, o gozo discursivo. Altera-se com a noção de discurso, a ideia da relação significante/gozo como primitiva e originária. Lacan passa a valorizar a repetição como repetição de gozo" (MILLER, 2000, P. 23-24).

Na abordagem do real, Lacan considera que no interior de orifícios que se abrem e se fecham com o movimento pendular da pulsão, alojam-se os objetos *a*, que permitem algum acesso ao gozo por uma via que não é a da transgressão, mas a da repetição pulsional. O sujeito ganha vida nesse movimento pulsional: há um corpo afetado por um gozo presente antes da linguagem, um ser de gozo que não pode ser todo absorvido pela operação de significantização (MILLER, 2000).

Entre os anos de 1972 e 1973, Lacan deixa de entender a linguagem como estrutura simbólica que fornece o sentido da experiência e passa a teoriza-la como um conceito derivado de *lalangue* – neologismo lacania-

no e traduzido para o português em duas versões: *alígua* e *lalíngua*. Conforme Miller (2000), no paradigma seis, *lalangue* introduziu uma disjunção entre significante e gozo, uma mudança importante: antes, o significante produzia gozo; agora, o significante se tornou ele mesmo matéria gozante.

> Com o paradigma seis, temos uma inversão que incide sobre todo o percurso de Lacan que serra o galho sobre o qual havia posto todo o seu ensino, e isso implicará, depois, na última parte do seu ensino, um esforço para reconstituir um outro aparelho conceitual com os resquícios do precedente (MILLER, 2000, P. 37-38).

Nesse período, Lacan se afastou da Linguística e do Estruturalismo, iniciando um diálogo com a Lógica. Assim, passou a utilizar matemas, formações topológicas para explicar conceitos psicanalíticos. Uma delas é o nó-borromeano, uma forma de representar as três instâncias da experiência humana: Real, Simbólico e Imaginário.

> O R.S.I (real, simbólico, imaginário), trata-se de uma tripartição conceitual construída por Lacan e nomeada por ele como "trindade infernal" introduzida pela primeira vez em uma conferência, realizada em julho de 1953 na SFP. Lacan inspirando-se nas ciências de seu tempo: a Linguística, a Antropologia estrutural e a Matemática refere que o nó borromeano lhe caiu como um anel nos dedos. O nó borromeano é para Lacan uma construção, e, como tal, uma escrita que suporta um real. A realidade é constituída por uma trama simbólico- imaginária, feita, portanto de palavras e de imagens (JORGE, 2009, p. 29-30).

Para Miller (2000), essa equivalência implicou na retirada da autonomia e da primazia dada ao simbólico, pois, no funcionamento dos nós, o Simbólico só se sustenta ligado ao Imaginário e ao Real. Nessa teorização, um elo só se sustenta encadeado ao outro. Pensar a clínica fundamentada nesse pressuposto concerne em considerar a singularidade do sujeito, pois, no processo de expressividade humana, cada um tem seu jeito de enodar o real, o simbólico e o imaginário.

3. Considerações finais

Lacan se posicionou contrário às perspectivas de redução organicista dos fenômenos mentais humanos, suscitando uma prática clínica pautada nos processos de formação da subjetividade, considerando as dinâmicas de socialização do desejo. No contexto de retomada das elaborações freudianas, reformulou conceitos psicanalíticos embasado no Estruturalismo e na Linguística, pela influência de Saussure e de Lévi-Strauss. Seu posicionamento interdisciplinar foi marcante ao manter contato com postulados filosóficos de autores como Husserl, Nietzche, Hegel e Heidegger. Além disso, articulou em seu ensino duas vertentes da expressividade humana: a arte e a ciência, aparentemente opostas, mas complementares. Pelo uso de obras artísticas e literárias em seus textos, tem se tornado foco de estudos da Literatura no campo acadêmico.

Na trajetória do ensino de Lacan assume papel significativo a corrente de pensamento estruturalista, pela qual o modo em que está organizada a vida social se impõe inconscientemente aos sujeitos individuais. O Lacanismo ultrapassa o reducionismo de uma adaptação ligada à Medicina, realizando a articulação do saber psicanalítico com disciplinas contemporâneas. Assim, na Psicanálise de Lacan, a palavra é fundamental sendo a terapia concebida como um intercâmbio linguístico entre o analisado (paciente) e o analista (terapeuta).

Referências

ENCONTRO COM LACAN. *Rendez Vous Chez Lacan*. **Texto, Direção e Produção**: Gerard Miller. França, Cafes L'Addition & PMP - Penelope Morgane Productions, 2011.

FREUD, S. (1856-1939). Cinco lições de Psicanálise (1910). In. **Obras Completas, volume 9**. [tradução Paulo César de Souza]. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JORGE, M. A. Coutinho. Ferreira, Nadiá P. **Lacan, o grande freudiano**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2009.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.

MILLER, J-A. Os seis paradigmas do gozo. In: **Opção Lacaniana**: Revista brasileira internacional de psicanálise, n. 26/27. São Paulo: Edições Eólia, 2000.

MILLOT, Catherine. **A vida com Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

SAFATLE, Vladimir. **Lacan**. São Paulo: Publifolha, 2007.

SALES, Léa Silveira. Posição do estágio do espelho na teoria lacaniana do imaginário. **Revista do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense - UFF**, Jun 2005, vol.17, no.1, p.113-127.

11

Adolescentes em conflito com a lei: Impasses e desafios na atuação de Psicólogos no âmbito jurídico

Diego Leonardo França dos Santos
Loyane Ellen Silva Gomes
Wenderson Silva Furtado

1. Introdução

A área da Psicologia Jurídica é oriunda da relação entre Psicologia e Direito e sua inserção no contexto brasileiro é proveniente de inúmeros marcos históricos, ocorridos na década de 1960, mesma década de regulamentação da profissão, mediante a Lei nº 4119/62. Todavia, a inserção do psicólogo jurídico ocorreu de forma bastante gradual e informal, visto que a sua atuação ocorria de forma voluntária. De acordo com Lago et al. (2009, p. 2) "os primeiros trabalhos ocorreram na área criminal, enfocando estudos acerca de adultos criminosos e adolescentes infratores da lei".

Nesse sentido, compreendendo a relevância de entendermos acerca da atuação desse profissional juntamente às questões que permeiam a infração da lei na adolescência, o respectivo estudo aqui apresentado visou abordar sobre os impasses para a atuação da Psicologia frente a adolescentes em conflito com a lei, apontando aspectos relevantes para a discussão de tal temática considerando a gravidade desse problema no Brasil. Nesse contexto, tendo em vista a contribuição da Psicologia para a problematização da questão aqui abordada, buscou-se também mostrar

a importância do psicólogo jurídico atuando junto aos menores infratores como profissionais que pautados nos direitos humanos visam colaborar no cumprimento das políticas públicas e socioeducativas voltadas para esse público alvo. Ressaltamos que a produção deste capítulo, surge de um trabalho acadêmico elaborado na disciplina de Psicologia jurídica do curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

O método utilizado na pesquisa consiste no estudo bibliográfico utilizando as principais plataformas de pesquisa acadêmica, entre elas: Scielo, Pepsic e Google Acadêmico. Buscou-se mapear trabalhos já produzidos sobre a temática no Brasil, para a partir das leituras encontradas, discutir o tema. Enfatizamos que o estudo aqui produzido não teve o intuito de fazer uma análise extensiva e aprofundada das publicações já existentes, mas compreender, a partir destas, os questionamentos e nuances sobre o assunto aqui em questão. Portanto, para uma melhor abordagem da temática, em um primeiro momento se buscou melhor compreender o fenômeno da adolescência, assim como levantar um histórico sobre as políticas públicas voltadas para esse público-alvo trazendo dados sobre essa população no Brasil. Logo depois, buscou-se problematizar a questão da redução da maioridade penal e por fim, abordar o fazer do psicólogo junto dos menores infratores explanando as principais dificuldades e desafios enfrentados por esse profissional nesse contexto.

2. O Fenômeno da Adolescência e seus impasses

A adolescência é definida como um período biopsicossocial, como uma fase que ocorre entre 12 e 18 anos em que acontecem modificações corporais e de adaptação a novas estruturas psicológicas e ambientais, que conduzem o indivíduo da infância à idade adulta. (FERREIRA; NELAS, 2006).

Papalia (2013) aborda que a adolescência trata-se de uma construção social que foi se instituindo ao longo do tempo. Como aponta

a autora, tal conceito era inexistente nas sociedades pré-industriais onde a criança era considerada já um adulto e portanto, convocada a lidar com obrigações como aprendizado profissional e tarefas que hoje sabemos, não correspondem à faixa etária em questão. Segundo a autora, é somente no Séc. XIX que a adolescência passa a ser reconhecida no ocidente tornando-se um estágio do desenvolvimento humano.

Berger (2016) define a adolescência como um período de transição entre a infância e a idade adulta, que vai de 11 a 20 anos, repleto de mudanças biológicas, cognitivas e psicossociais. A autora argumenta que a adolescência não necessariamente implica problemas, mas que todos os adolescentes passam por momentos de dificuldades devido às diversas mudanças que se dão nessa fase, podendo esse adolescente nesse processo cometer deslizes em direção à maturidade.

Portanto, pensando a adolescência como um período do desenvolvimento humano repleto de mudanças e, levando em consideração as desigualdades sociais no Brasil e carência de políticas públicas que favoreçam a permanência da maioria dos adolescentes na escola e seu preparo para o mercado de trabalho, se torna perceptível a necessidade de tal discussão aqui abordada tendo em vista a quantidade de adolescentes atualmente em conflito com a lei no país.

Segundo Mella et al. (2015), políticas públicas voltadas para adolescentes em conflito com a lei vem sendo problematizadas com frequência ao longo da história brasileira tendo em vista a necessidade de assistência aos menores infratores que abarcam uma boa parcela de adolescentes em todo o país.

O que se sabe é que anterior a promulgação da Constituição Federal, as políticas públicas voltadas para esse público-alvo baseavam-se na doutrina da situação irregular, sustentada pelo antigo Código de Menores (Lei 6697/79), que admitia situações absurdas de não proteção à criança e ao adolescente. Nesse contexto, instituições como serviço de Assistência ao Menor (SAM), Fundação do Bem Estar do Menor (FUNABEM), juntamente com as Fundações Estaduais de Bem Estar do Menor

(FEBEM), pautavam suas práticas sob uma ideologia autoritária, paternalista, higienista e repressora (MELLA et al., 2015).

Com as diversas mudanças sociais, econômicas e políticas na década de 1980, se começa a notar algumas alterações nesse contexto, o que posteriormente promulgaria na substituição da Doutrina de Situação irregular pela Doutrina de Proteção Integral. Na Doutrina de Proteção Integral, são estabelecidos normas e princípios que passam a reger as políticas de atenção a crianças e adolescentes, os reconhecendo como sujeitos de direitos e que, portanto, devem ser amparados visando a ressocialização dos mesmos (SANTOS; MENANDRO, 2017).

Segundo Santos e Menandro (2017), atualmente as políticas voltadas para adolescentes em conflito com a lei estão pautadas nos preceitos da Constituição Federal de 1988, através da Lei de nº 8.069 de 1990, que estabeleceu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Dentro desse novo mecanismo um importante fator é a criação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), por meio da resolução de nº 119/2006 do Conselho Nacional de Direitos da Criança e Adolescente (CONANDA), e posteriormente aprovado como a Lei Federal de nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012.

O ECA (BRASIL, 1990), estabelece medidas socioeducativas para adolescentes que se envolverem em atos infracionais, após a apuração efetuada em devido processo legal. Já o SINASE, instrumentaliza a implementação das medidas Socioeducativas previstas no ECA, que são as medidas estabelecidas e aplicadas por um juiz a um adolescente quando comete algum ato infracional (SANTOS; MENANDRO, 2017).

O ECA (BRASIL, 1990), no tocante às questões do ato infracional praticados por adolescentes estabelece:

I. Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.
II. Art. 104. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei.
III. Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato.

Já em seu art. 112, o ECA estabelece que, verificada a prática do ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar as seguintes medidas:

I. Advertência;
II. Obrigação de reparar o dano;
III. Prestação de serviços à comunidade;
IV. Liberdade assistida;
V. Inserção em regime de semi-liberdade (sic);
VI. Internação em estabelecimento educacional;
VII. Qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI (BRASIL, 1990).

Um outro aspecto relevante trazido pelo ECA, segundo Serrano et al. (2015), é a atuação de uma equipe interprofissional, favorecendo, assim, sua criação e manutenção no poder judiciário. Nesse contexto, entra o Psicólogo como profissional indispensável que pautado nos direitos humanos e em sua ética profissional deve favorecer por meio de sua atuação o cumprimento dos princípios e normas instituídos pelo ECA no que tange aos adolescentes em conflito com alei.

O levantamento anual SINASE é um importante documento elaborado conforme informações enviadas pelos órgãos gestores do Sistema a nível estadual e distrital para a coordenação Geral do Sistema da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA), que é um órgão ligado ao Ministério dos Direitos Humanos (BRASIL, 2018).

Segundo o levantamento anual SINASE 2016 (Brasil, 2018), os dados referentes aos adolescentes e jovens (12 a 21 anos) em algum atendimento socioeducativo são os seguintes:

- Unidades Voltadas a restrição de Liberdade (internação, internação provisória e semiliberdade) - 25.929 (vinte e cinco mil, novecentos de vinte e nove) adolescentes e jovens, estão em atendimento socioeducativo nessa modalidade.

- Outras modalidades de atendimento (Atendimento inicial, internação sanção) – 521 (Quinhentos e vinte e um) – adolescentes e jovens nessas modalidades de atendimento.
- Total de adolescentes e jovens dentro do sistema – 26.450 (vinte e seis mil, quatrocentos e cinquenta).

O levantamento do SINASE 2016 (Brasil, 2018) ainda traz um detalhamento maior dos dados, levando em conta outras variáveis e características. Parte desse detalhamento é apresentado a seguir:

Na distribuição mais detalhada por tipos de atendimentos, temos: medidas de internação (78%) total de 18.567, em regime de semiliberdade (8%) total de 2.178, e 5.184, em internação provisória (20%). Ainda há adolescentes/jovens atendidos em outras modalidades, sendo 334 em atendimento inicial e 187 em internação sanção.

No que diz respeito ao tipo dos atos infracionais cometidos pelos adolescentes/jovens, o levantamento do SINASE 2016 (Brasil, 2018) traz que: 47% foram análogos a roubo, 22% análogos ao tráfico de drogas, 10% foram análogos ao homicídio, 3% tentativa de homicídio, 2% porte de arma de fogo, 2% latrocínio, estupro, lesão corporal, ameaça de morte, receptação, tentativa de roubo, todos com 1% cada e outros tipos somando 4%.

Conforme apontam os dados do SINASE (2018), crimes mais graves como: análogos a homicídio; estupro; latrocínio, totalizam algo em volta dos 12% do total de infrações cometidas por adolescentes. Mas o que manteria, então, o pensamento do senso comum que atribui a adolescentes a autoria de crimes mais graves? Qual ou quais fatores estariam na base desse ideário, uma vez que os dados mostram que nem 15% dos atos infracionais cometidos pelos adolescentes são de caráter de maior gravidade, como os já citados?

De certo que não daríamos conta de responder a esses questionamentos apenas nas páginas deste trabalho, mas podemos tentar alcançar algum fator que possa nos dar uma visão mais ampla na busca por respostas.

Um estudo realizado por Espíndula et al (2006) buscou mostrar como é a representação social de adolescentes em conflito com a lei na mídia. Nesse estudo que analisou 325 matérias de dois jornais no período de mais ou menos um ano, eles apontam que apesar das matérias que tratam de crimes violentos como mortes, serem apenas 22,13% do *corpus* analisado, e que aquelas que citam crimes contra o patrimônio agregarem 32,4% do *corpus* analisado; é dado todo um destaque para as matérias que tratam de crimes de maior violência. Todo esse contexto já caracterizado, pode levar a uma ideia de que esses crimes são característicos das infrações cometidas por adolescentes. Mas na verdade, não é isso que os dados apontam como realidade concreta.

Esse contexto e apontamentos apresentados pelos autores supracitados, pode nos dar um panorama de como a sociedade recebe as informações e de como isso influencia na visão do senso comum sobre a realidade dos fatos a respeito da questão dos adolescentes infratores no Brasil. De certo que não é apenas a mídia, a fonte das informações que são utilizadas como base para que a sociedade elabore essa ideia de que adolescentes estejam atrelados aos crimes mais violentos, mas pelo seu poder de alcance e difusão, a mídia pode se configurar como uma das principais e maiores fontes.

O levantamento do SINASE 2016 traz ainda os dados referentes ao número de adolescentes/jovens em conflito com a lei por unidades federativas. Trazendo especificamente para o cenário maranhense, houve um aumento de 27,8% do número de jovens incluídos no sistema do SINASE. A comparação foi feita com o ano de 2015, onde haviam 216 adolescentes/jovens atendidos no sistema, já no ano de 2016 o número subiu para 289, o que configura um aumento de 27,8% que foi citado anteriormente (BRASIL, 2018).

Diante desse contexto, a redução da maioridade penal é um tema que gera grandes debates em nossa sociedade. Há os que defendem a diminuição da maioridade penal, argumentando que assim o número de atos criminosos cometidos por adolescentes seria diminuído. Já outra

parcela da sociedade defende que essa não seria a melhor saída para o problema da violência, e que não atacaria as verdadeiras causas, que vão muito além da idade mínima para o cumprimento de pena.

Considerando agora os parâmetros legais estabelecidos para esse assunto, afim de não se partir apenas do senso comum para seguirmos a reflexão sobre as implicações a respeito da maioridade penal, trazemos o que relatam Cunha, Ropelato e Alves (2006, p. 649) sobre o tema, mostrando as garantias asseguradas pela Constituição Federal de 1988:

> A Constituição da República define, em seu art. 228, que a pessoa com até 18 anos incompletos é penalmente inimputável, porém responsável por seus atos. São garantias, já que nenhum princípio do direito penal ou outro tipo de legislação pode se sobrepor à Constituição ou alterá-la.

Fica claro que todo ato infracional cometido por um adolescente não pode ser configurado como crime, e por esse motivo, esses não podem ser submetidos a regimes de punição equivalentes a indivíduos adultos. Mesmo com a garantia constitucional de serem inimputáveis, os adolescentes podem ser encaminhados para o sistema socioeducativo. Nesse sistema, as medidas estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), podem variar desde a reparação dos danos causados até a internação em certas instituições. (MAIA et al, 2017).

As discussões sobre maioridade penal atualmente, em grande parte tem girado em torno das propostas de emenda à constituição que visem a retirada das garantias constitucionais que mantém inimputáveis os menores de 18 anos. Sobre essas propostas, Campos (2009, p. 486) relata que:

> As justificativas das diferentes propostas de emenda à Constituição que tramitam no Congresso Nacional baseiam-se desde o direito de voto dos adolescentes a partir dos 16 anos até a alegação de que o limite válido atualmente é condizente com uma época em que a maturidade dos adolescentes era alcançada em idades mais avançadas. Para os deputados, os jovens não possuíam em outras épocas as condições de formação atuais, podendo ser responsáveis penalmente aos 16 ou até 14 anos de idade.

Pelo lado dos que se mantém contra a diminuição da maioridade penal, as justificativas e argumentações também são as mais variadas. Muitos dos defensores das medidas socioeducativas sustentam suas posições na tese do ser em desenvolvimento para justificar as suas posições, uma vez embasados em teorias comportamentais, a alegação é de que práticas parentais têm correlações com os comportamentos sociais. E que práticas parentais negativas, caracterizadas também pela punição, podem propiciar o aparecimento de comportamentos antissociais ou infratores. (CUNHA; ROPELATO; ALVES, 2006).

Na nossa legislação, práticas punitivas que equiparem adolescentes a adultos ainda são proibidas, como é explicitado na lei nº 12594 de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Essa lei traz em seu capítulo 35, que trata de como as medidas socioeducativas devem reger-se, um apontamento na direção dessa proibição com o princípio descrito no inciso I: "I – legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto [...]". (BRASIL, 2012)

O conselho Federal de Psicologia (CFP) já se posicionou contra a redução da maioridade penal. Em um material informativo publicado em seu site, o conselho se posiciona contra a PEC 171/93, trazendo argumentos como: a necessidade de proteção das crianças e adolescentes, por estes estarem em desenvolvimento; a necessidade de que sejam atacadas as causas da violência e não o indivíduo; o zelo que o estado deve ter pela promoção e proteção dos direitos humanos; o fato de não haver comprovação da diminuição de violência em decorrência da redução da maioridade penal, entre outros argumentos.

3. Psicologia e medidas socioeducativas: um diálogo emergente

Sabemos que há uma grande dificuldade dos profissionais de forma geral no acolhimento de adolescentes que encontram-se em conflito com

a lei, sendo ainda mais difícil para os profissionais de Psicologia que necessitam ter um olhar mais denso perante essas situações. O que podemos perceber de diferente nas medidas socioeducativas é que as mesmas são sustentadas pelo que a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) propõe, ou seja, uma visão diferente da criança e do adolescente que são acolhidos por meio do direito de proteção integral que os assiste, diferentemente, da visão proposta pelo código de menores que tratava o adolescente de forma punitiva sem se importar com os efeitos maléficos posteriormente.

O fazer do psicólogo nesse contexto perpassa por inúmeras questões que podem dificultar a sua atuação, visto que há uma relação exacerbada entre polaridades, que consiste em uma abordagem baseada na coerção visando a manutenção de uma conduta adequada imposta socialmente. Em contrapartida, estão as medidas socioeducativas que objetivam uma socialização entre profissional e adolescente que propicie a reconstrução e mudança de comportamento do mesmo. Todavia mesmo inserido no âmbito jurídico é imprescindível que o profissional da psicologia tenha sua prática pautada na ciência psicológica, exercendo a interdisciplinaridade para sustentar sua atuação por meio de uma visão mais ampla de todo o processo (FONSÊCA; DEVELATI, 2013).

A atuação do psicólogo nas medidas socioeducativas necessita de uma grande sensibilidade para perceber que o adolescente não se resume aquilo que corresponde no sistema jurídico, mas sim, que a situação envolve diferentes instâncias, tais como: a saúde do adolescente, o processo jurídico, a construção e manutenção das relações interpessoais e o processo socioeducativo em si. Para tanto o adolescente deve ser visto de maneira holística, entendendo os fatores que resultaram na sua desorganização social.

Ressaltamos que o adolescente autor de ato infracional é antes de tudo adolescente, ou seja, um ser em construção que vivencia uma etapa peculiar do desenvolvimento humano que adquire configurações singulares em circunstâncias históricas e contextos econômicos sociais e

culturais diversos. Portanto, a abordagem para compreendê-lo precisa considerar as diversas variáveis relativas às intensas mudanças físicas, biológicas, psicológicas, assim como seus grupos de pertencimento, seu meio social e sua cultura.

Nessa perspectiva, levando em consideração as medidas socioeducativas aplicadas com adolescentes em conflito com a lei e o entendimento deste como uma pessoa em desenvolvimento, realçamos a importância do que diz o Conselho Federal de Psicologia (2010, p. 21):

> A medida socioeducativa de privação de liberdade deverá ser adotada como último recurso na intervenção que visa a responsabilizar o adolescente pela prática de atos infracionais. Nesse sentido, as medidas de meio aberto – liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade – devem ser priorizadas.

Outro aspecto relevante é que diante das atribuições do psicólogo nessa área de atuação, o mesmo precisa apresentar avaliações psicológicas e pareceres ao poder judiciário, obviamente sem penalizar e/ou culpar a família pela conduta inadequada do adolescente, trata-se de um contexto de demasiado cuidado, onde notoriamente todos precisam desse acolhimento. Diante do contexto jurídico e das atribuições impostas cobradas ao profissional da psicologia, a psicoterapia deve ser indicada, se necessário, pois, nesse caso, o adolescente que é o cliente, sendo assim imprescindível que ocorra a valorização da saúde do adolescente, visto que o mesmo se encontra institucionalizado em um ambiente de potencial punição (SANTOS; MENANDRO, 2017).

Deste modo, diante do caráter punitivo desse ambiente a atuação do psicólogo baseia-se também na promoção de bem estar e melhores condições durante a estadia do adolescente nas instituições de internação.

Além disso, o público-alvo abordado demanda de cuidados peculiares por se tratar de pessoas em pleno desenvolvimento, logo, apesar do desvio de comportamento apresentado por esse adolescente, o acolhimento precisa ocorrer, exigindo que o profissional da psicologia

esteja com seus *a prioris* suspensos e se permitindo entender as nuances por trás de tais comportamentos do adolescente, perpassando pelos diversos âmbitos existentes na vivência do mesmo e que resulta em uma relação conflituosa com a lei.

Contudo, entende-se que o presente campo de atuação demanda muitíssimo do profissional atuante nessas unidades de internação, tanto tecnicamente quanto pessoalmente. Nessa conjuntura, é necessário compreender as implicações e reverberações de tal campo na saúde do trabalhador, nesse caso, especificamente, a saúde do psicólogo. Destacando que trata-se de uma atuação profissional bem discrepante da idealizada, onde o profissional de psicologia, assim como os demais, precisa lidar com um sistema falho e concomitantemente com as limitações impostas a sua atuação devido sua prática ser institucionalizada, o que, por vezes, pode dificultar ou impedir que o profissional de psicologia atue de forma efetiva. Tal reflexão nos faz pensar: "Como esse profissional elabora o sentido de trabalho para se estabelecer e manter em tal campo? ".

Além disso, conforme Lago et al. (2009), o profissional da psicologia desde a sua inserção no âmbito jurídico precisou lidar com o desconhecimento dos demais profissionais acerca da sua prática, entendendo que a relação entre Direito e Psicologia se deu a partir da área criminal e ao longo dos anos a atuação da psicologia foi compreendida e reduzida apenas a partir da realização de avaliação psicológica. Dessa forma, é imprescindível entender os inúmeros fatores que constituem tal prática, bem como delimitar as funções que compõem a mesma.

Nesse sentido, se faz necessário explicitar que a prática do psicólogo jurídico está para além da elaboração de laudos e pareceres provenientes de diagnósticos solicitados, isto é, destacando que a inserção da Psicologia nessa área não sinaliza uma submissão à área do Direito, sobretudo devido por vezes se colocar o profissional da psicologia em um papel coadjuvante, embora a presente área – Psicologia Jurídica –

se trate e necessite de uma inter-relação entre Psicologia, Direito e demais ciências atuantes no âmbito judiciário. Portanto, é necessário oportunizar a incidência de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade entres essas áreas, sendo a partir disso possível vislumbrar a ressocialização do adolescente, enfatizando, assim, que a atuação do psicólogo não se restringe a fase de avaliação (MATICHEN et al., 2015; GALLO, 2008).

> [...] portanto, a contribuição do psicólogo – e da equipe profissional – é não apenas fornecer subsídios à decisão judicial, por meio da elaboração de parecer, mas, também, estabelecer – por meio de estudo rigoroso – indicações importantes que incidam sobre o adolescente no que diz respeito a seu modo de viver. É importante que as ações realizadas nesse período, e os efeitos que produzirão, tenham continuidade, independentemente da medida que o adolescente deverá cumprir. Essa continuidade poderá ocorrer pela elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), no cumprimento da medida a ele atribuída (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2010, p. 22).

É importante ressaltar que o Psicólogo Jurídico é atuante nas medidas socioeducativas. Sendo assim, este profissional corrobora para o desenvolvimento de políticas públicas provenientes da relação entre Estado, sociedade e família, estando assim ciente de sua responsabilidade e compromissos éticos no que se refere ao presente e futuro de atuais e novas gerações. A psicologia desempenha um papel estratégico no contexto jurídico, visto que os profissionais desenvolvem atividades psicoterapêuticas, bem como analisam a viabilidade de intervenções nos sistemas prisionais em geral. Além disso, também cabe a esse profissional participar de elaboração de programas individuais que objetivem o tratamento de adolescentes infratores, ação proveniente da participação na Comissão Técnicas de Classificação (CTC) e no Conselho Disciplinar (CD), que consiste em uma espaço de análise do histórico pessoal de cada adolescente egresso e infrator, esse espaço viabiliza a compreensão dos fatores que levam os adolescentes a cometerem tais

crimes e, assim, encaminhar o mesmo para a intervenção mais adequada.

De certo, cabe ao psicólogo viabilizar a ocorrência de intervenções pautadas em compromissos ético-político e que certifiquem a garantia de direitos dos adolescentes, estando atrelado as disposições do ECA e do seu Código de Ética profissional, sobretudo o segundo, a fim de garantir que não ocorra a sobreposição ou hierarquia entre a equipe multiprofissional. Da mesma forma que cabe ao profissional da psicologia auxiliar o adolescente a perceber suas relações, pautando na percepção acerca da sua realidade social e relação com os componentes de seu meio, um exercício que pode possibilitar que o adolescente aperceba suas relações interpessoais e que possa desenvolver estratégias que visem melhoria pessoal diante de um convívio social e individual mais saudável. Por conseguinte, esse movimento de percepção e apercepção é construído enquanto uma condição que favorece a inserção do adolescente ao seu meio de origem, estando, assim, usufruindo do seu direito de liberdade. Nesse sentido, estamos falando de um trabalho para além de um contexto punitivo, mas sim, de compreensão das circunstâncias do ato, a partir do entendimento acerca do autor do ato, isto é, o adolescente. É importante ressaltar que se trata de uma visão acerca do sujeito e suas ações, sem construir um ambiente em que a infração esteja a frente daquele que a atua (SOARES; MENDES, 2016).

Enfatiza-se, ainda, que cabe ao profissional de psicologia, de fato, a elaboração de documentos psicológicos como laudos e pareceres, por exemplo. Todavia, a elaboração desses documentos deve ser arrolada conforme resolução CFP nº 06/2019, resolução essa proveniente de outras resoluções, tais como, a resolução CFP nº 30/2001, que posteriormente foi revogada pelas resoluções CFP nº 17/2002 e CFP nº 07/2003. Atualmente, a resolução CFP nº 06/2019 orienta os profissionais como deve ocorrer a elaboração de documentos psicológicos. Tornar-se importante enfatizar a incidência de resoluções ao longo dos anos enquanto um movimento de padronizar quais

documentos, possibilitando que profissional de psicologia saiba como produzir eles. Destaca-se, assim, um movimento importante dessa classe profissional que diz respeito a uma compreensão necessária acerca da atuação desses profissionais.

4. Considerações Finais

Salientamos que o respectivo estudo nos permitiu uma melhor compreensão acerca da questão dos adolescentes em conflito com a lei, através de todo um histórico levantado desse assunto tão polêmico, perpassando por dados que demonstram a quantidade de adolescentes nessa situação, as políticas públicas voltadas para esse público, a atuação do Psicólogo nesse contexto e as discussões polêmicas sobre a redução da maioridade penal.

Em suma, ressaltamos que a produção desse trabalho acadêmico é proveniente de uma pesquisa bibliográfica para construção do mesmo, que nos possibilitou a aproximação de mais uma possibilidade de atuação dentro da área da psicologia jurídica, bem como, reafirmação da importância de uma conduta ética na prática da nossa profissão. Tendo em vista que a ética torna-se imprescindível na relação com os demais profissionais, pois é a partir dela que poderemos nos reafirmar na equipe de trabalho, contribuindo e nos diferenciando dos demais profissionais, enfatizando assim a importância do nosso lugar e da ciência que estudamos e desenvolvemos. Para tanto, é importante reiterar que embora o profissional da psicologia esteja inserido nas mais diversas áreas de atuação, é imprescindível que o mesmo não se afaste dos ensinamentos de sua formação e que assim contribua com a possibilidade de interdisciplinaridade na equipe atuante na área em questão.

De certo, o presente trabalho que resultou neste capítulo, explicita as reverberações provenientes da aproximação dos autores à temática explicitada aqui, onde tornou-se possível nos aproximarmos da

relevância da nossa atuação no contexto jurídico e quanto é importante entendermos quem, de fato, é o nosso cliente. Da mesma forma que compreendemos como devemos atuar diante de uma equipe multidisciplinar, entendendo certamente a relevância dessa relação entre os mais diferentes profissionais, ao passo que é uma relação delicada, especialmente no que se refere a frequente hierarquização entre profissionais e, que diante disso devemos confrontar tal estrutura, a fim de não nos afastarmos das práticas que nossa profissão propõe.

Esperamos com a produção do respectivo trabalho, mostrar ainda que de forma breve a importância de se discutir tal temática no contexto brasileiro, tendo em vista os diversos impasses que permeiam as medidas socioeducativas no país, e as dificuldades do psicólogo jurídico nesse contexto.

Referências

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 1990.

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Brasília, DF, Jan, 2012. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Acesso em: 20 de dez 2019.

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos**. Levantamento anual SINASE 2016**. Brasília, 2018. 28p.

BERGER, K. S. Adolescência: O desenvolvimento Biossocial. In:_____ (Org.). **O desenvolvimento da pessoa:** do nascimento à terceira idade. Tradução de Dalton Conde de Alencar. Rio de Janeiro: LTC, 2016. p. 243-258.

CAMPOS, M. S. Mídia e política: A construção da agenda nas propostas de redução da maioridade penal na câmara dos deputados. **Opinião Pública**. São Paulo. v. 15. n. 2. P. 478-509. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-627620> Acesso: 18 de Junho de 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas (os) no CAPS - Centro de atenção Psicossocial.** Brasília: CFP, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Folder "A psicologia diz NÃO à redução da maioridade penal".** Disponível em https://site.cfp.org.br/publicacao/folder-a-psicologia-diz-nao-a-reducao-da-maioridade-penal/.Acesso em: 20 de dez. 2019.

CUNHA, P. I.; ROPELATO, R.; ALVES, M. P. A redução da maioridade penal: questões teóricas e empíricas. **Psicologia Ciência e Profissão**. v. 26. n. 4. p. 646-659. 2006.

ESPÌNDULA, D. H. P. et al. **"Perigoso e Violento":** representações sociais de adolescentes em conflito com a lei em material jornalístico. PSIC- Revista de Psicologia da Vetor Editora, v. 7, nº 2, pp. 11-20. 2006. Disponível em: <http//:pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1676-73142006000200003&script=sci_abstract&tlng=en> Acesso em: 15 de novembro de 2019

FERREIRA, M.; NELAS, P. Adolescências...Adolescentes...**Revista de ISPV**, Educação, Ciência e Tecnologia, 32, p. 141-162, 2006.

FONSÊCA, A. B.; DEVELATI, D. M. O fazer do Psicólogo nas instituições de internamento de adolescentes em conflito com a lei. **Caderno de Graduação**, Maceió, v. 1, n. 2, p. 35-43, mai. 2013.

GALLO, Alex Eduardo. Atuação do psicólogo com adolescentes em conflito com a lei: a experiência no Canadá. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 327-334, abr./jun. 2008

LAGO, Vivian de Medeiros; AMATO, Paloma; TEIXEIRA, Patrícia Alves; ROVINSKI Sonia Liane Reichert, BANDEIRA, Denise Ruschel. Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. **Estudos de Psicologia**, Campinas , 26(4), p. 483-491, out./dez. 2009

MAIA, R. C, M. et al. Conversação e deliberação sobre questões sensíveis: um estudo sobre o uso das razões que circulam nos media. **Galáxia**. São Paulo. n. 34. P. 55-72. 2017. Disponível em: < www.scielo.br/pdf/gal/n34/1519-311X-gal-34-0055.pd> Acesso: 18 de Junho de 2018.

MATICHEN, Andressa; FREITAS, Dayane Rodrigues de; AZEVEDO, Jean Carlos Moreira de; BOAS, Leticia Kauana Vilas; LUIZ, Thays Cristhiane. Atuação do Psicólogo

Jurídico e as Possibilidades de Intervenções Junto ao Menor Infrator. **Psicologado**. Edição 01/2015.

MELLA, L. L.; LIMBERGER, J; ANDRETTA, I. Políticas Públicas e adolescentes em conflito com a lei: revisão sistemática da literatura nacional. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v.3, n.2, p. 88 – 99, mai./ago. 2015.

PAPALIA, D. E. **Desenvolvimento físico e cognitivo na adolescência**. In:_____ (Org). Desenvolvimento humano. ed. 12. Porto Alegre: AMGH, 2013. p. 384-418.

SANTOS, M. N.; MENANDRO, M. C. S. Atuação profissional junto aos adolescentes em medida socioeducativa de internação: Um estudo com psicólogos. **Interação em Psicologia**, v.21, n.2, p. 107-117, 2017.

SERRANO, S. A.; FUGITA, T; CARNEIRO, I. C. Adolescentes em conflito com a lei: reflexões sobre a prática da equipe interprofissional na vara da infância e juventude. São Paulo: **Nuances**, v. 26, n. 1, p. 121-131, jan./abr. 2015.

SOARES, Gilbert Romer; MENDES, Delza Ferreira. A atuação do psicólogo com adolescentes infratores em medidas socioeducativa. **Psicologia e Saúde em Debate.** Outubro, 2016:2(Edição Especial):117-137

12

Considerações sobre a institucionalização de crianças e adolescentes e a atuação do psicologo

Alexya Caroline Espíndola Rodrigues Souza Batista
Giullia Marques Goiabeira
Lucielle da Silva Oliveira

1. Introdução

Enquanto estudantes do curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, temos percebido a importância fundamental de problematizar e contextualizar os fenômenos, de modo a compreendê-los como produtos do encadeamento de processos pluricausais.

Desta forma, o desenrolar da Disciplina Psicologia Jurídica, componente curricular do Curso de Graduação em Psicologia, da Universidade Federal do Maranhão, no ano de 2018, incitou a busca pela compreensão de contextos nos quais o psicólogo pode atuar e como a sua prática é permeada por contextos e áreas diversas, como o Direito, Políticas Públicas e Assistência Social, aproximação essa, que, por vezes, a academia não propicia, visto a especialização demasiada que contribui para um fechamento teórico que pode dificultar a futura prática profissional contextualizada.

E, diante do tema- institucionalização de crianças no Brasil, compreendemos a relevância de exercitar esse olhar amplo e interacional, já que as realidades política, social e econômica estão diretamente relacionadas à realidade que se impõe e produz pobreza, exclusão social,

desrespeito a direitos básicos dos cidadãos, violência, entre outros elementos que se coadunam e refletem o número elevado de situações de abandono e maus tratos contra crianças por parte dos próprios pais ou responsáveis legais.

Sendo assim, este estudo preocupa-se em discutir a respeito da realidade atual brasileira no que tange à institucionalização de crianças considerando aspectos políticos, econômicos e psicossociais e objetiva apresentar a importância dessa discussão e a contribuição da psicologia frente a esse fenômeno.

Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, com utilização de revisão bibliográfica a partir de pesquisas bibliográfica e documental constituídas por livros, artigos científicos, dispositivos legais e jornais como instrumentos para o levantamento informações a respeito do assunto em questão, alguns dos autores que compõem o aporte teórico, são Almeida (2017), Silva (2009), Rizzini e Rizzini (2004) e Rotondaro (2002). Sua abrangência teórica está respaldada na interdisciplinaridade, visto que a essa discussão abrange temas das mais variadas áreas, como o Direito, a Psicologia, educação e saúde.

Em vista disso, serão abordadas reflexões a respeito de mudanças ocorridas desde a Lei n. 8069/90 que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente –ECA (Brasil,1990), assim como a realidade prática nas instituições de acolhimento e qual o papel e os desafios da psicologia frente a esse cenário.

2. Reflexões sobre o ECA e a realidade de crianças em instituições de acolhimento no Brasil

Em um contexto histórico marcado, sobretudo, pela redemocratização do Brasil e pela luta de movimentos sociais em busca de melhores condições de vida aconteceram consequências nos processos e práticas da institucionalização de crianças, como a instituição de um dispositivo legal para regulamentar esse campo, a Lei n. 8069/90. Vale ressaltar que ou-

tros esforços também fortalecem essas novas perspectivas acerca dos cuidados à infância (CINTRA e SOUZA, 2010), como exemplos temos

- Elaboração do documento *Diretrizes das Nações Unidas sobre o Uso e Condições Apropriadas para Cuidados Alternativos com Crianças (2006)*- norteia, em âmbito mundial, ações de atenção à infância;
- *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2007)*- dá assistência às ações, em nível nacional;
- *Grupo de Trabalho Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária (2009)*- objetiva mobilizar a difusão e implementação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.

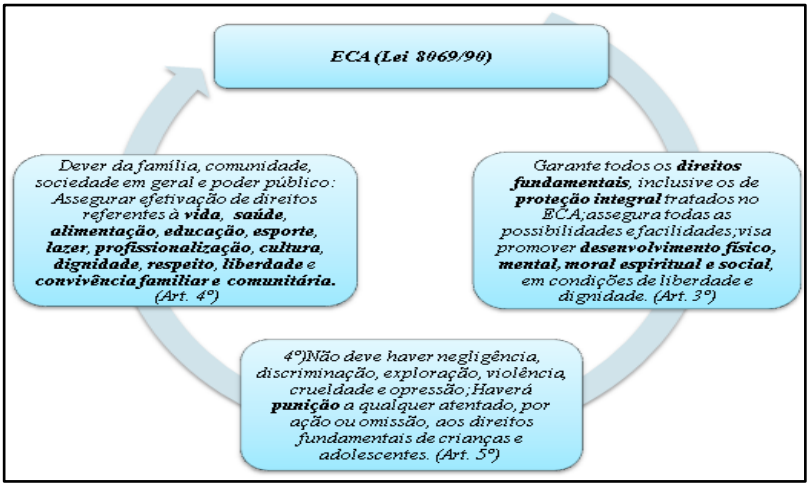
Diversos fatores levaram a mudança com relação a proteção às crianças e adolescentes, tais como a atuação de movimentos sociais organizados, pleiteando a manifestação e participação popular; os estudos a respeito das consequências no desenvolvimento das crianças e adolescentes institucionalizados e os altos custos despendidos com internatos; o interesse e reflexão de diversos profissionais acerca do tema; e a reivindicação e denúncias das próprias crianças e adolescentes internados (RIZZINI E RIZZINI, 2004).

Diante disso, e com a implementação do ECA (BRASIL,1990), mecanismos de proteção integral e garantia dos direitos das crianças e adolescentes têm sido construídos e reformulados de forma a propiciar o real atendimento das garantias legais, tanto relacionadas aos serviços prestados como de melhoria de condições de trabalho e infraestrutura que permitam executar adequadamente o que preconiza a referida lei. Como exemplo de mecanismo advindo do ECA pode-se citar a criação dos Conselhos Tutelares, que se constituem como órgãos municipais e funcionam com vistas a dar suporte a demandas relacionadas à infância e à adolescência.

Atualmente, o acolhimento institucional é destinado para crianças e adolescentes, sendo que conforme o Art. 2 º do ECA (BRASIL, 1990) ,

criança é a pessoa com até doze anos incompletos e adolescente é a aquela que possui entre doze e dezoito anos e que não tenham atendidos os direitos e garantias disposto nos Artigos 3º, 4º e 5º desta lei, conforme apontado abaixo na Figura 1.

Figura 1 – Direitos e garantias de crianças e adolescentes referentes aos artigos 3º, 4º e 5º do ECA.

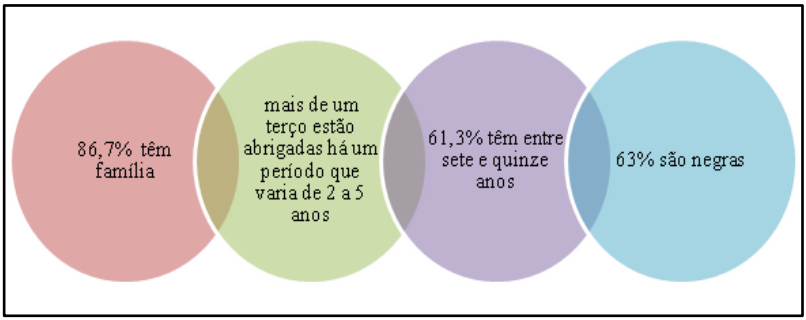


Fonte: Produzida pelas autoras

Visto isso, percebe-se que muitas crianças e adolescentes no Brasil vivem essas situações de risco pessoal e social e o amparo legal lhes dão o direito a serem inseridas em instituições de acolhimento (neste trabalho também poderão ser denominadas: abrigo), funcionando como moradia alternativa, em caráter temporário e excepcional, como uma medida de proteção, vigorando até que essas possam, se possível, voltar à família de origem ou inseridas ao convívio de uma família substituta (RIZZINI E RIZZINI, 2004).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, em pesquisa realizada no ano 2003, o perfil de crianças e adolescentes em abrigos se apresentaram as características representadas na Figura 2:

Figura 2 - Perfil de crianças e adolescentes em abrigos



Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

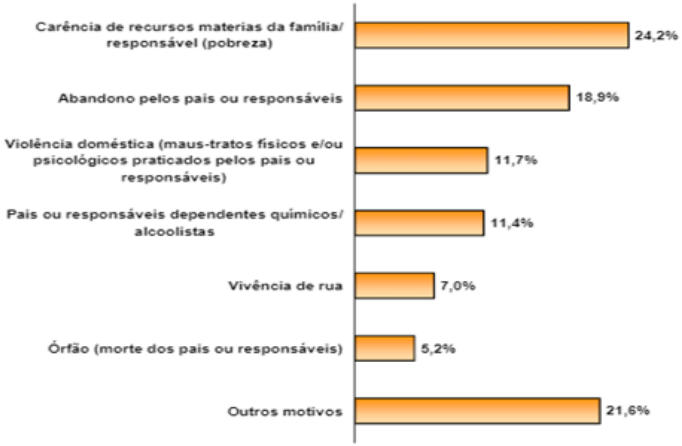
Pelo que é apresentado no Art. 19 (BRASIL, 1990), relativo à convivência familiar e comunitária à criança e ao adolescente, para assegurar seu desenvolvimento integral não deve permanecer em instituição de acolhimento por mais de dezoito meses, salvo em casos excepcionais. Quanto a isso,

> Verifica-se que as instituições de abrigamento têm atuado de modo pouco efetivo na reintegração dos laços familiares quando se constata, mais da metade das crianças e dos adolescentes abrigados viviam nas instituições há mais de dois anos, enquanto 32,9% estavam nos abrigos por um período entre dois e cinco anos, 13,3%, entre seis e dez anos, e 6,4%, por mais de dez anos. [...] Para alcançar este objetivo mais geral [de avaliar a possibilidade de reintegração], é necessário verificar os motivos do abrigamento da criança/adolescente, e os fatos que precederam o mesmo; identificar a história de vida familiar e os aspectos psicossociais e jurídicos que possam dificultar o acolhimento; analisar e avaliar junto à criança/adolescente seus vínculos com a instituição e com a família e observar e avaliar a adaptação da criança e da família após a reintegração. (BRANDÃO, SILVA, FRANÇA, NOGUEIRA E GHETSI, 2007, p. 5-7 *apud* CINTRA e SOUZA, 2010, p. 816).

Porém, o que se vê na realidade são crianças e adolescentes que ficam por tempo prolongado nessas instituições, visto que, se considerarmos o contexto de forma ampla, inúmeras problemáticas estão envolvidas a essa questão, como as mazelas socioeconômicas, desemprego, falta de moradia, situação de rua, abuso de álcool, drogas,

precariedade das políticas públicas de modo geral (saúde, educação, saneamento básico, segurança) (CINTRA E SOUZA, 2010). Alguns desses motivos que permeiam a problemática da institucionalização de crianças e adolescentes podem ser observados nos dados obtidos pela pesquisa do IPEA (2003), já citada neste estudo, como mostra a Figura 3:

Figura 3 - Motivos do ingresso de crianças e adolescentes em abrigo



Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

É importante frisar que ao apontar esses aspectos não é intenção tirar a responsabilidade dos pais, ou de quem tem a guarda da criança ou adolescente, nem culpabilizá-los, mas fazer refletir a respeito de como nossa sociedade, firmada em práticas políticas opressoras, consequentemente funciona de forma disfuncional e excludente, que se repete a cada geração. Relativo ao exposto,

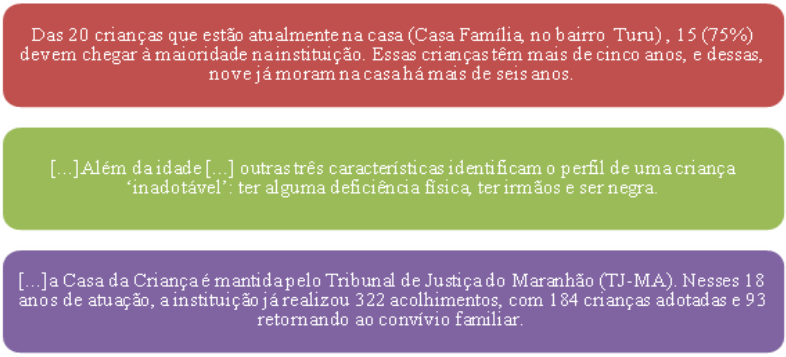
> Existe um distanciamento – no tempo e no discurso – entre a realidade dos atuais abrigos para infância e os antigos orfanatos. Entretanto, chama a atenção o fato de crianças chegarem às instituições por razões semelhantes no passado e no presente: o abandono e a pobreza. Com exceção dos casos em que as crianças eram deixadas nas ruas e nas rodas dos expostos, por serem filhos de relações extraconjugais ou o resultado de uma gravidez indesejada sem possibilidades de interrupção, abandono e pobreza compõem um continuum que atravessa a relação estabelecida entre a institucionaliza-

> ção de crianças e as famílias e responsáveis pelas crianças abrigadas. (CINTRA E SOUZA, 2010, p. 814-815)

Vale ressaltar que essa ampliação do problema, visa abordar que assunto não é só uma questão de uma ou algumas famílias, mas da sociedade como um todo que deve estar implicada nessa problemática que não tem uma causa única, mas é produto de diversos fatores, individuais e familiares sim, mas políticos, sociais e econômicos também e atinge e é produzida pela coletividade de alguma forma.

Na cidade de São Luís, Maranhão, o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes é realizado por oito instituições, mantidas pelo Poder Público e por Organizações Não Governamentais (SÃO LUÍS, 2015 *apud* ALMEIDA, 2017). Para apresentar um breve panorama da situação em São Luís, podem-se relatar dados mostrados na reportagem "Crianças rejeitadas para adoção são maioria em abrigos de São Luís", do Jornal Pequeno (2015), os relatos apresentados na Figura 4 são de instituições diferentes e revelam uma realidade semelhante a já abordada no contexto brasileiro.

Figura 4: Dados de instituições de acolhimento de crianças e adolescentes em São Luís, MA.



Fonte: Jornal Pequeno, Disponível em: https://edicao.jornalpequeno.com.br/impresso/2015/06/14/criancas-rejeitadas-para-adocao-sao-maioria-em-abrigos-de-sao-luis/ 14/06/2015

Veem-se, então, a necessidade de um posicionamento quanto ao espaço e as práticas mantidas dentro dessas instituições que levem a desconstrução de suas raízes asilares e a promoção de construções identi-

tárias e de proteção de direitos (LUVIZARO e GALHEIGO, 2011), e percebe-se que os avanços legais e práticos no que se refere à institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil foram significativos, porém observa-se a repetição de um padrão social excludente, cerceado por questões políticas e econômicas que perpetuam tal padrão e acarreta algumas consequências problemáticas para os sujeitos envolvidos diretamente nesse contexto.

Os problemas mais visíveis ocorrem, principalmente, em casos que se prolongam, e podem ter como características o fortalecimento da ruptura de laços familiares e comunitários, dificuldades no desenvolvimento global, perda do convívio familiar, estigmatização, sentimento de abandono (CINTRA e SOUZA, 2010), o que demonstra a relevância de profissionais qualificados para atender esse público, sendo um deles o psicólogo que terá o desafio dessa atuação nesse âmbito explicitada a seguir.

3. O papel e os desafios do trabalho do psicólogo junto às crianças e adolescentes institucionalizados

O trabalho do psicólogo pode ser realizado em via de amenizar o sofrimento causado pelo processo de institucionalização, reduzindo as possibilidades de estas crianças e adolescentes virem a desenvolver transtornos psicológicos, como a depressão, ou apresentarem queda no desempenho escolar, e até problemas em suas relações com outras pessoas ao longo da vida. O psicólogo também trabalhará junto à criança ou adolescente e sua família para o fortalecimento dos vínculos.

Dentre as atribuições do psicólogo em instituições de acolhimento (CFP, 2016) pode-se citar algumas, como:

- a prática teórica e metodológica baseada na visão crítica da realidade social, do contexto histórico, político e das relações de poder, visando a garantia de direitos dos sujeitos/ usuários ao prestar um serviço interdisciplinar;

- propiciar ambiente que instigue o sujeito a refletir e compreender as situações que o levaram ao acolhimento e formas de lidar com as circunstâncias que se impõe, assim como acompanhar o processo de adaptação e auxiliar na resoluções de dificuldades.
- participar da equipe no serviço interdisciplinar, de forma a possibilitar o desenvolvimento de espaços de acolhida para os usuários, bem como participar do processo de formação e reflexão dos educadores que compõem o serviço.

De acordo com Silva (2009), o papel do psicólogo instituições de acolhimento é pouco explorado, estando este ainda se apropriando dessa demanda. Podem ser realizados atendimentos grupais com as crianças e adolescentes, a fim de trabalhar as questões referentes à integração, cooperação, autoestima, adoção, ou seja, todas as questões que permeiam a vivência em abrigo, podendo esses grupos serem de orientação ou lúdicos. Podem também ser realizados atendimentos clínicos/institucionais, com objetivo psicodiagnóstico e/ou psicoterapêutico, proporcionando espaço de fala para as crianças e adolescentes com sofrimento emocional.

A relação familiar é fundamental para o desenvolvimento da criança, sendo a ausência desse apoio relacionada a manifestações do transtorno depressivo (HERMAN-STAHL & PETERSEN, 1996; HOLAHAN & MOOS, 1985; MERICANGAAS & ANGST, 1995 *apud* DELL'AGLIO & HUTZ, 2004). "Vivências traumáticas na infância, como perda de vínculos afetivos devido à morte de pais ou irmãos, ou ainda, a privação de um ou de ambos os pais por separação ou abandono, seriam importantes fatores associados à depressão na vida adulta" (ZAVASCHI & COLS., 2002 *apud* DELL'AGLIO & HUTZ, 2004).

Segundo o estudo realizado por Dell'Aglio & Hutz (2004), no qual foi aplicado o *Children's Depression Inventory* (CDI), (KOVACS, 1992), em 215 crianças e adolescentes (103 meninos e 112 meninas), estudantes de escolas públicas da periferia das cidades de Porto Alegre e Viamão, com 2 grupos emparelhados, sendo um de crianças e adolescentes institucionalizadas e outro de participantes que moravam com a família, "foi observada uma diferença significativa nos escores do CDI, entre o grupo institucionalizado e o grupo que mora com a família, apontando uma

maior depressão entre as crianças e adolescentes institucionalizados" (DELL'AGLIO & HUTZ, 2004, p. 356).

> A criança institucionalizada geralmente tem uma visão negativa de si mesmo, restringindo, dessa forma, as relações de aceitação social que são reforçadas pelo estigma institucional, que conforme Bronfenbrenner (1979/1996) pode se tornar uma profecia de fracasso na vida destas crianças. Pode-se considerar que, mesmo que a instituição ofereça o atendimento de necessidades básicas ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, ela não oferece condições para um atendimento individualizado, com estabelecimento de laços afetivos, que podem ser alcançados mais facilmente num ambiente familiar. No entanto, essa questão é muito complexa e seriam necessários novos estudos para compreender os efeitos da institucionalização ao longo do desenvolvimento. (DELL'AGLIO & HUTZ, 2014, p. 356).

De acordo com Silva, Denardi, Becker & Delvan (2015), psicólogo e assistente social devem realizar um trabalho interdisciplinar com as famílias e a comunidade da criança ou adolescente, com o objetivo de reintegração familiar, garantindo seus direitos e proteção, ou, quando o afastamento for inevitável, pensar em maneiras de manter a convivência, seja com a família de origem ou com outras famílias. Ainda de acordo com as autoras, é importante que o acolhimento institucional em uma fonte de apoio social para os acolhidos, desempenhando um papel fundamental para o desenvolvimento psicossocial destes. "A relação estabelecida com as pessoas que trabalham na instituição desempenha papel central na vida das crianças e dos adolescentes abrigados, na medida em que esses adultos assumem o papel de orientá-los e protegê-los, constituindo-se nos seus modelos de identificação" (SIQUEIRA, 2006 *apud* SILVA, DENARDI, BECKER & DELVAN, 2015, p. 58).

Estes autores apontam também a importância do trabalho interdisciplinar pois "permitir a troca de diferentes saberes e práticas no acolhimento institucional possibilita a amplitude de um olhar integrador sobre os processos psicossociais e desenvolvimentais da criança e do adolescente" (SILVA, DENARDI, BECKER & DELVAN, 2015, p. 61). As autoras colocam que a prática interdisciplinar é dificultada por conta das

diferenças na formação profissional, além de "falta de clareza acerca de atribuições, contribuições e limites de cada membro da equipe" (SILVA, DENARDI, BECKER & DELVAN, 2015,p. 61).

Em relato, Daniela Pacheco Rotondaro, Psicóloga e mestranda em Psicologia Clínica pela USP, coloca:

> Tenho realizado atendimentos clínicos/institucionais de 25 meninos entre 8 e 15 anos, 2 grupos de orientação de jovens (6 participantes em cada) e um grupo lúdico (7 participantes). O termo clínico/institucional refere-se a encontros com fins de psicodiagnóstico e terapêutico. A demanda por atendimentos tem ocorrido, em sua maior parte, por problemas de comportamento na escola e no lar, seguidos de dificuldades de aprendizagem e comportamentos que denunciam algum tipo de sofrimento psíquico. Os meninos têm apresentado uma característica comum entre eles, a situação de abandono familiar, observando-se em quase todos baixa autoestima. (ROTONDARO, 2002).

A pesquisadora afirma ainda que há falta de conhecimento por parte da instituição sobre o papel do psicólogo,

> colocando-o no lugar daquele que vai 'dar um jeito' na criança, torná-la 'boazinha', discipliná-la. Ouvi as demandas e fui esclarecendo qual o papel do psicólogo no atendimento clínico/institucional: proporcionar um 'espaço' de interlocução formativa para as crianças que apresentem sofrimento emocional e que não têm estrutura psíquica para dar conta do mesmo. (ROTONDARO, 2002).

Observa-se que um dos principais problemas das instituições de acolhimento, por conta da grande demanda, é o trabalho massificado, havendo pouco espaço para trabalhar com a criança ou o adolescente em sua individualidade, o que é essencial, principalmente em um período de desenvolvimento, onde podem aparecer problemas nas relações com os outros e consigo mesmo, em uma desvalorização do indivíduo que leva a uma baixa autoestima. Um dos papéis do psicólogo nessas instituições é trabalhar essa individualidade e a convivência, seja com a comunidade,

com as outras crianças e/ou adolescentes do abrigo, ou com os outros atores da instituição.

Sendo o abrigo uma medida de caráter temporário, é importante que o psicólogo, junto com a equipe, procure meios de restabelecer a relação da criança ou adolescente institucionalizado com a sua família, a partir dos motivos que a levaram à institucionalização, como, por exemplo, pobreza, uso de drogas ou violência. O psicólogo também deve ser capaz de identificar quando a criança ou adolescente não tem condições de retornar à família, priorizando seus direitos e sua segurança.

O psicólogo deve estar sempre em busca de aperfeiçoar sua prática, já que a formação normalmente não oferece as instruções necessárias, principalmente no que diz respeito à prática interdisciplinar, e não apenas multidisciplinar. Conhecer bem seu lugar e sua função dentro da instituição é essencial nesse processo.

4 Considerações Finais

Diante da problematização da institucionalização de crianças (vale ressaltar que abordamos também adolescentes neste estudo por ser recorrente o prolongamento da permanência das crianças nas instituições), percebe-se que o Brasil ainda tem muito a aperfeiçoar em termos teóricos, legais e práticos.

O ECA (BRASIL, 1990) constitui-se como uma conquista importante no que concerne aos direitos da criança e do adolescente, mas só a lei não garante que esses direitos sejam adquiridos de fato. Compreende-se que o engajamento social é uma ferramenta fundamental para o processo de estabelecimento de práticas efetivas no combate às mazelas que assolam a sociedade como um todo.

A institucionalização, por si só, não resolve os problemas, a pluricausalidade que compõe os motivos da institucionalização necessitam de olhares menos enviesados e mais abertos à interdisciplinaridade, dos atores políticos, sociais, dos profissionais por onde passam essas crianças e

adolescentes para que sejam pensadas intervenções efetivas nas relações de cuidado, sejam elas dentro ou fora de uma instituição de acolhimento.

E isso é um desafio, devido ao fato de que essas estruturas não mudam facilmente, sendo importante o aumento do debate sobre o tema na própria faculdade, não só de Psicologia, e que as diversas áreas possam se aproximar e contribuir umas com as outras propiciando um melhor resultado de suas práticas profissionais e a construção de uma sociedade menos estratificada.

Referências

ALMEIDA, M. M. C. . Acolhimento institucional de adolescentes no Município de São Luís: medida de proteção ou subterfúgio de uma proteção?. In: VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas - JOINPP, 2017, São Luís. **Anais**, 2017. Disponível em:http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:hfEDF8hcfxQJ:www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eix07/acolhimentoinstitucionaldeadolescentesnomunicipiodesaoluismedidadeprotecaoousubterfugiodeumaprotecao.pdf+&cd=7&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em 15 de jun. de 2018.

CINTRA, A. L. e SOUZA, M. Institucionalização de crianças: leituras sobre a produção da exclusão infantil, da instituição de acolhimento e da prática de atendimento.**Rev. Mal-Estar Subj**.v. 10, n. 3, set. 2010. Fortaleza. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482010000300006&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 10 jun. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Nota técnica com parâmetros para atuação das (os) profissionais de psicologia no âmbito do sistema único de assistência social (SUAS). **Conpas**, 2016. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Nota-te%CC%81cnica-web.pdf. Acesso: 07 jun. 2018.

DELL'AGLIO, D. D.; HUTZ, C. S. Depressão e Desempenho Escolar em Crianças e Adolescentes Institucionalizados. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2004, 17(3), pp.341-350.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/prc/v17n3/a08v17n3.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

IPEA/DISOC. Levantamento nacional dos abrigos para crianças e adolescentes da rede de Serviço de Ação Continuada (SAC). **Relatório de Pesquisa n.01.** Brasília, 2003
Disponível em: <https://docplayer.com.br/4118831-Levantamento-nacional-de-abrigos-para-criancas-e-adolescentes-da-rede-sac.html> Acesso em: 12 jun. 2018.

LUVIZARO, N. A.; GALHEIGO, S. M. Considerações sobre o cotidiano e o habitar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional em abrigo. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 22, n. 2, p. 191-199, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rto/article/ view/14137/15955>. Acesso em: 13 jun. 2018.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil**: Percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

ROTONDARO, D. P.. Os desafios constantes de uma psicóloga no abrigo. **Psicol. cienc. prof.** Brasília, v. 22, n. 3, p. 8-13, Set. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000300003&lng=en&nrm=iso>.Acesso em: 14 jun. 2018.

SILVA, L. B. O psicólogo em abrigo - uma compreensão fenomenológico-existencial. **Psico-existencial**. 2009. Disponível em: <http://www.psicoexistencial.com.br/o-psicologo-em-abrigo-uma-compreensao-fenomenologico-existencial/>. Acesso em: 13 jun. 2018.

SILVA, C. D.; DENARDI, R. C.; BECKER, A. P.; DELVAN, J. S.. A Psicologia nos serviços de acolhimento institucional e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. **Pesqui. prát. Psicossociais**. São João del-Rei, v. 10, n. 1, p. 55-65, jun. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000100005&lng=pt&nrm=iso>Acesso em: 13 jun. 2018.

VIEIRA L.; VIVIANI, O. Crianças rejeitadas para adoção são maioria em abrigos de São Luís. **Jornal Pequeno**, São Luís, 30 jun. 2015. Disponível em: <https://edicao.jornalpequeno.com.br/impresso/2015/06/14/criancas-rejeitadas-para-adocao-sao-maioria-em-abrigos-de-sao-luis/> Acesso em: 14 jun. 2018.

13

A psicologia jurídica e as práticas de adoção no Brasil

Dayse Marinho Martins
Flaviane Cartagenes Sousa
Marcia Cruz Silveira Soeiro

1. Introdução

A Psicologia Jurídica constitui campo de intersecção entre a Psicologia e o Direito. Conforme refere Jesus (2010), consiste no estudo do comportamento dos atores jurídicos no âmbito do Direito. Trata-se, portanto, da contextualização dos conhecimentos vinculados ao saber psicológico no âmbito das práticas jurídicas, ou seja, das relações entre as pessoas e a justiça. Caracteriza um dos mais promissores campos de atuação do psicólogo em meio à crescente judicialização das relações pessoais na sociedade contemporânea.

Nesse contexto, a atuação do profissional psicólogo é marcada por peculiaridades em comparação ao exercício da clínica como representação tradicional da Psicologia. Em sua prática, o psicólogo jurídico deve enfocar a mediação das relações jurídicas com base no conhecimento psicológico, considerando a defesa dos direitos e da pessoa humana.

No âmbito dessa atuação, situam-se as questões vinculadas à infância e juventude, dentre as quais se destaca o processo de adoção. Considerando a relevância desse tema no cerne Psicologia jurídica, este

ensaio se propõe a caracterizar as práticas de adoção no Brasil, evidenciando a atuação do psicólogo jurídico.

Para tanto, tomou como fundamento as contribuições epistemológicas de Reis et al (2017) e Vargas (2012) acerca da adoção. O ensaio aborda um breve panorama histórico da adoção, sua caracterização enquanto ato jurídico, suas modalidades na legislação brasileira, os requisitos e a importância do psicólogo jurídico na mediação do processo. Espera-se assim, contribuir para a clarificação das práticas jurídicas vinculadas à adoção no Brasil, destacando-se as esferas de atuação do psicólogo jurídico.

2. A adoção no Brasil

A prática da adoção não caracteriza instituição social recente, sendo empreendida desde as sociedades antigas, ainda que com base em configurações diferentes do contexto atual. São identificadas referências à adoção no Código de Hamurabi na Babilônia que estabelecia a determinação de que o filho adotivo tinha os mesmos direitos do filho natural. As Leis de Manu que normatizavam a sociedade hindu previam o instituto da adoção àqueles a quem a natureza não deu filhos a fim de possibilitar a realização das cerimônias fúnebres do hinduísmo (NINA-E-SILVA & ALVARENGA, 2017).

Sznick (1999) ressalta a referência a práticas de adoção no texto bíblico dos hebreus com destaque para a narrativa de Moisés, adotado pela família de um faraó egípcio. Na Grécia, os relatos de Homero evidenciam a adoção nas cidades-estados, Esparta e Atenas. Na primeira, confirmada pelo rei no cerne do militarismo e na segunda, prevista como direito exclusivo dos cidadãos, sendo excluídos os estrangeiros. Entre as sociedades antigas que influenciaram a mentalidade do Ocidente moderno, Roma normatizou o instituto da adoção no âmbito do Direito romano, estabelecendo modalidades e princípios a serem obedecidos.

No período medieval, a prática caiu em desuso devido às questões geradas pelo instituto na partilha de bens familiares. Segundo Franco Jr (2014), a adoção não se mostrava conveniente aos senhores feudais e à Igreja Católica que utilizavam o critério da hereditariedade para definir os papeis familiares e os bens. Com o renascimento e o despontar da Modernidade, o Código Civil Napoleônico na França retoma a normatização da adoção visando determinar processos sucessórios nas famílias burguesas. Durante o século XIX, a prática é reduzida, retornando no decorrer do século XX, tornando-se objeto de regulamentação e debate em congressos, acordos e tratados (ALBERNAZ JÚNIOR, 2011).

No cerne dessa trajetória, a adoção surge no Brasil durante o período colonial, no século XVII por ocasião do domínio Espanhol em Portugal, então metrópole da colônia brasileira. As referências ao instituto são notadas no documento das Ordenações Filipinas a partir do Direito romano. A institucionalização da prática evolui historicamente a partir de sua inclusão no Código Civil de 1916 evidenciando sutis alterações estabelecidas em decretos e no Código de Menores.

> A história da adoção no Brasil a princípio esteve relacionada com caridade, em que os mais ricos prestavam assistência aos mais pobres. Era comum haver no interior da casa das pessoas abastadas filhos de terceiros, chamados "filhos de criação". A situação deste no interior da família não era formalizada, servindo sua permanência como oportunidade de se possuir mão-de-obra gratuita e, ao mesmo tempo, prestar auxílio aos mais necessitados, conforme pregava a Igreja (MAUX & DUTRA, 2010, p. 359).

Com as transformações sociais e a Constituição de 1988 que suscitou o Estatuto da criança e do Adolescente (ECA), a adoção foi reinterpretada mediante as novas concepções de família, ressaltando o bem estar como princípio fundamental. No artigo 227, § 6°, a adoção é situada como ato jurídico entre sujeitos que não possuem laços consanguíneos buscando constituir família no qual não há diferenças entre o filho adotado e o filho consanguíneo (REIS et. al, 2017).

No ordenamento jurídico brasileiro, o ECA considera a família como opção mais adequada ao desenvolvimento da criança. Portanto, caracteriza a adoção no Art. 39 enquanto medida estabelecida somente depois de esgotados os recursos de manutenção da criança e do adolescente na família natural. A adoção constitui, portanto, processo assistido pelo poder público que estabelece condições de sua efetivação. Reis et al (2017), apresenta conforme o ECA as modalidades de adoção presentes no Brasil.

A adoção conjunta ou bilateral é reservada aos adotantes casados ou em união estável. Por sua vez, a adoção unilateral ocorre quando o cônjuge adota o filho do outro sem que a mãe ou o pai sejam destituídos do poder familiar, suscitando três possibilidades: filho reconhecido por apenas um dos pais que autoriza a adoção pelo parceiro; filho reconhecido pelos genitores e quando um deles concorda, decai seu poder familiar ou em caso de falecimento do pai ou mãe biológica, há adoção pelo cônjuge do genitor.

Entre outras modalidades, há a adoção póstuma deferida ao adotante, após manifestação de vontade, mesmo que venha a falecer no curso do processo. A adoção *Intuitu Personae* (em consideração à pessoa) é consensual com a escolha da família substitutiva pelos pais biológicos. A Nacional é caracterizada por adotantes cidadãos brasileiros e estrangeiros residentes em território brasileiro, enquanto a Internacional é realizada por pessoa ou casal residente ou domiciliado fora do Brasil conforme parâmetros jurídicos da Convenção de Haia.

Na constituição da cultura nacional, há ainda a modalidade de adoção denominada como "À brasileira": ocorrida quando alguém registra como seu, o filho de outrem. A prática é considerada atitude ilícita conforme o Art.242 do Código Penal brasileiro que prevê processo criminal a quem pratica tal ato por suprimir ou alterar o estado civil do adotante (MAUX & DUTRA, 2010).

Na sociedade brasileira, é marcante ainda, a ocorrência da modalidade reconhecida como adoção tardia, ou seja, de crianças

maiores que geralmente estão sob a tutela de instituições estatais: abrigos ou orfanatos. A denominação tardia corresponde ao fato de que a criança já não é mais um bebê, tendo certa independência de suas necessidades básicas, por vezes, compreendendo sua condição de criança institucionalizada, possuindo expectativas com relação a pertencer a uma família (VARGAS 2012).

O processo de adoção tardia é marcado por peculiaridades. A aproximação com o adotante deve ser paulatina, sendo a criança ativa no processo de aceitação. Cabe considerar ainda, como se deu a separação da criança de sua família biológica e o sofrimento pela perda dos vínculos como dificuldade de adaptação a um novo ambiente familiar.

De acordo com Vargas (2012), no cerne da institucionalização, é preciso checar o tempo e as condições da criança abrigada e perceber se há apego da criança a outras figuras. Do mesmo modo, são relevantes os fenômenos suscitados pelo seu histórico de perdas: autoimagem prejudicada, culpa, fragilidade ao confiar no outro e a elaboração de defesas, resistência e agressividade buscando "testar o amor dos adotantes".

O ECA prevê ainda, a regulamentação da adoção, assim como o Código Civil de 2002, e a Lei mais recente, a 12.010 de 2009 que determina os requisitos para que esta aconteça. Sendo assim, os requisitos exigidos consistem:

> a) O adotante deve ser maior de 18 anos (de acordo com o disposto no artigo 1.618, fazendo com que o artigo 42, caput, do Estatuto da Criança e do Adolescente fique tacitamente revogado); b) Que a diferença de idade entre adotante e adotado seja de, no mínimo, dezesseis anos (o que dispõe o artigo 1.619 do CC de 2002 e artigo 42, § 1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente). Ressaltando que se for casal, basta que apenas um deles tenha mais de 16 anos de diferença do adotado. c) Que haja consentimento dos representantes legais ou dos pais do adotando (artigo 45 do Estatuto da Criança e do Adolescente). De acordo com o § 1º deste artigo, será dispensado o consentimento em relação às crianças e adolescentes cujos pais sejam desconhecidos ou tenham sido destituídos do poder familiar. Já o § 2º

> dispõe que se o adotado for maior de 12 anos, será necessário também o seu consentimento (REIS et al, 2017 p.34).

Tais requisitos são relevantes, na medida em que garantem ao adotante um ambiente familiar adequado e seguro. Conforme dispõe o art. 29 do ECA, não se deferirá colocação em família substituta à pessoa que revele, por qualquer modo, incompatibilidade com a natureza da medida ou não ofereça ambiente familiar adequado (BRASIL, 1990). Nesse sentido, é importante que a família candidata à adoção tenha conhecimento de todos os requisitos, objetivando assim, uma melhor compreensão de todo o procedimento.

Outro aspecto que precisa ser enfatizado é que a partir do momento em que a justiça determina a condição de adotado à criança ou ao adolescente, este é desligado de qualquer vínculo com a família biológica. Porém, após completar 18 anos, é permitido ao adotado ter acesso ao seu processo de adoção, se for de sua vontade. E considerando a fase de desenvolvimento em que o adotante se encontra, o rompimento com esse vínculo pode trazer sofrimento, angústia, sentimentos de abandono e sérias consequências para ele. Assim, esta é uma decisão que precisa ser ponderada e ser tomada de forma cuidadosa e responsável, levando em consideração sempre o bem estar e segurança do adotando.

É nesse contexto, que o "estágio de convivência" se constitui como medida indispensável no processo, e está disposto no artigo 46 do ECA. Esse período é extremamente importante para a formação de vínculos entre o adotando e a família adotante. É por meio dele, que o adotante cria laços afetivos e uma relação com todos os membros da família adotante. O sucesso da adoção depende desse estágio e dos vínculos construídos. Sendo assim, o artigo 47 do ECA, determina dois tipos de vínculos: o vínculo judicial e o afetivo.

O vínculo afetivo consiste naquilo que já foi anteriormente colocado, na construção de laços de afeto, amor, carinho, cuidado e respeito entre o adotando e a família. Ele está acima de tudo no processo de adoção, por isso, a necessidade de uma equipe técnica multiprofissional para avaliar a

formação desse vínculo e oferecer subsídios que nortearão a decisão judicial. Quanto ao vínculo judicial, este se trata de uma sentença determinada por meio de um mandato judicial, no qual é determinado que o nome dos pais adotantes seja incluído no registro de nascimento da criança ou adolescente, reconhecendo assim, igual garantia de direitos a esta (e) e os filhos naturais.

A verificação do cumprimento dos requisitos para adoção, assim como, a formação de vínculos é fundamental para a garantia de proteção ao adotando. Assim, a exigência de todos esses critérios e os cuidados tomados visam:

> [...] minimizar a margem de erro na colocação de uma criança ou adolescente numa família substituta equivocada. Procura-se deixar bem claro para o adotante sobre as suas obrigações e responsabilidades, assim como informá-lo sobre os efeitos que esse ato gerará e principalmente que não se trata de uma "boa ação", mas de uma responsabilidade consciente para toda a vida de ambos: pais e filho (OST, 2009, p.5)

Nesse sentido, a família precisa ter claro o verdadeiro sentido da adoção enquanto função social. A criança ou adolescente adotado precisa muito além do que o suprimento de suas necessidades materiais, de um lar e de uma família que lhe proporcione amor, carinho, cuidado e condições adequadas para um bom crescimento e desenvolvimento.

3. O psicólogo jurídico no processo de adoção

A adoção constitui relação permeada por laços afetivos, mediante a inserção do sujeito em uma nova família, suscitando a reconstrução de sua identidade em meio às novas configurações parentais. Nesse sentido, caracteriza processo vinculado ao desenvolvimento emocional do ser humano requerendo a mediação de profissionais numa perspectiva interdisciplinar entre o Direito, a Psicologia e o Serviço Social, objetivando o suporte emocional em meio ao processo social e jurídico.

Reis et al (2017) afirma que o papel do psicólogo jurídico nas práticas de adoção engloba atividades em esferas como a social, a política e a jurídica. Ele caracteriza o elo entre as partes que suscitam a formação de uma nova família.

Na esfera social, cabe ao psicólogo jurídico auxiliar os atores do processo de adoção desde o primeiro contato, na desconstrução de preconceitos e idealizações, realizando um trabalho junto aos pais candidatos quanto às características da criança, para que haja a abertura de oportunidades com a adoção de grupos de irmãos, adoções tardias, inter-raciais ou ainda, de crianças com necessidades especiais. Para isso se pode utilizar de exemplos positivos de famílias, depoimentos e até a inserção do casal em grupos de apoio, prestando todo o suporte e acompanhamento aos envolvidos antes, durante e depois do processo, orientando e prestando auxílio no alívio das tensões e ansiedades inerentes ao processo de adoção, mitos e tabus sobre o tema.

Na esfera politica, o psicólogo jurídico deve trabalhar integrando e atuando equipes atuantes no âmbito das Políticas Públicas. Assim, enfoca o olhar sobre a subjetividade humana na elaboração de leis, politicas e programas, bem como de campanhas que suscitem o estabelecimento de redes de solidariedade.

Na esfera jurídica, a atuação do referido profissional situa-se em equipe de caráter multidisciplinar, prestando o auxílio a juízes e promotores sobre a realidade emocional dos envolvidos no processo de adoção. Cabe a ele emitir parecer favorável ou desfavorável sobre o processo com respaldo em teorias científicas psicológicas, utilizando-se de instrumentos como a entrevista psicológica, bem como de testes projetivos. A investigação, nesse sentido, é estruturada em etapas, nas quais serão verificadas a estrutura familiar dos futuros pais, seus comportamentos, pensamentos, suas crenças, inseguranças, seus medos, preconceitos e a relação com o perfil da criança desejada, bem como a motivação do casal.

4. Considerações Finais

Como se pode notar, a adoção caracteriza um instituto de ordem pública que depende da chancela do Estado para efetivação. Trata-se de uma tutela jurídica voltada para defesa do interesse da criança e do adolescente. Desse modo, é essencial a determinação de procedimentos que a concretizem de forma justa por meio do acompanhamento interdisciplinar, minimizando situações de conflito e sofrimento na vida das partes envolvidas.

De acordo com o exposto, o psicólogo jurídico possui importância capital no âmbito das práticas de adoção, mediando as posturas dos adotantes que não devem se basear no desejo de ter um filho por companhia, caridade ou "salvação" de relacionamento. Com isso, o referido profissional tem o desafio de compreender a situação vista de todos os lados e a consciência de que não existe verdade absoluta de que ele não é o detentor de todo o conhecimento, reconhecendo assim os seus próprios limites como profissional.

Referências

ALBERNAZ JÚNIOR, Victor Hugo et al. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. São Paulo: Malheiros, 2011.

BRASIL. Lei Federal Nº. 8069, de 13 de julho de 1990. **ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, Senado: 1990.

FRANCO JR, Hilario. **A Idade Média**: o nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2014.

JESUS, F. **Psicologia aplicada à justiça**. 3.ed. Goiânia: AB Editora, 2010

MAUX, Ana Andréa B. & DUTRA, Elza. A adoção no Brasil: algumas reflexões. **Estudos e pesquisas em psicologia**, UERJ, RJ, ano 10, n.2, 2° quadrimestre de 2010.

NINA-E-SILVA, Claudio H.; ALVARENGA, Lenny F. C. de. A importância histórica e as principais características dos Códigos de Hamurabi e de Manu. **Revista Jurídica eletrônica**/ Universidade de Rio Verde. Ano 6, Número 8, Fevereiro/2017.

OST, Stelamaris. Adoção no contexto social brasileiro. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XII, n. 61, fev 2009.

REIS, Aline M, et al. A importância do psicólogo jurídico nas práticas de adoção. **De Magistro de Filosofia**. Ano X, n. 22. Anápolis, 2017/2.

SZNICK, Valdir. **Adoção**: direito de família, guarda de menores, tutela, pátrio poder, adoção internacional. 3. ed. São Paulo: Universitária de Direito, 1999.

VARGAS, Marlizete Maldonado. **Adoção tardia:** da família sonhada à família possível. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

14

Um panorama sobre a Associação Brasileira de Psicologia Jurídica (ABPJ)

Dayse Marinho Martins

1 Introdução

A Psicologia Jurídica caracteriza uma área de especialidade da ciência psicológica. A referida área realiza uma interface com o Direito e o contexto de atuação jurídica. Nesse sentido, há espaços de atuação tradicionais como fóruns e prisões, e do mesmo modo, inovadores como a autópsia psíquica caracterizada por uma avaliação retrospectiva a partir de informações de terceiros (FRANÇA, 2004).

Entre as definições que abrangem tal área, pode ser encontrado o termo Psicologia Forense, contudo, no Brasil, utiliza-se a denominação Psicologia Jurídica. A opção é justificada pela abrangência do vocábulo "jurídico". Conforme Michaelis (2015), forense refere foro judicial, relativo aos tribunais. Por sua vez, o vocábulo jurídico é referente ao Direito e aos seus preceitos. Desse modo, a denominação jurídica engloba procedimentos envolvendo os tribunais, decisões judiciais e aspectos de interesse do Direito.

A Psicologia jurídica é segundo Popolo (1996, p. 21), "o estudo desde a perspectiva psicológica de condutas complexas e significativas na forma atual ou potencial para o jurídico, aos efeitos de sua descrição, análise, compreensão, crítica e eventual atuação sobre elas, na função do jurídico". A Psicologia Jurídica, portanto, enquanto área de especialidade

da Psicologia realiza estudos a partir de seus conhecimentos específicos aplicando-os ao contexto jurídico.

Fundamentado nesses pressupostos, este trabalho enfoca a Psicologia Jurídica Brasileira. Para tanto, aborda no âmbito do exercício profissional, a atuação da Associação Brasileira de Psicologia Jurídica (ABPJ). As informações apresentadas tomam como fonte, o site oficial da referida instituição que destaca seus objetivos, ações e perspectivas voltadas para o desenvolvimento da Psicologia Jurídica no Brasil. Tal proposta de pesquisa caracteriza iniciativa relevante para o debate sobre a Psicologia como ciência e profissão na medida em que esclarece aspectos subjacentes às especialidades da atuação do psicólogo.

2 A Associação Brasileira De Psicologia Jurídica (ABPJ):

A Associação Brasileira de Psicologia Jurídica (ABPJ) constitui uma instituição científica e profissional formada por psicólogos atuantes na área jurídica bem como, pessoas interessadas em estudos relacionados ao binômio: Psicologia e Direito. Os debates suscitados envolvem temáticas que relacionam o conhecimento específico da Psicologia a elementos constituintes do Direito, da Justiça e da Lei (ABPJ, 2016).

Na trajetória histórica brasileira, a produção de conhecimento em Psicologia Jurídica, precede a regulamentação da profissão de Psicólogo. Estudos envolvendo prisões, leis e aspectos forenses estiveram presentes na produção científica brasileira anterior ao século XX. Estudiosos de Medicina, Antropologia, Criminologia, Direito e Psiquiatria realizavam inferências acerca da chamada “higiene mental” e suas relações com o fenômeno social do crime e o papel da justiça (SOARES, 2010).

Todavia, a regulamentação da profissão de Psicólogo contribuiu para a consolidação da presença do psicólogo em instituições jurídicas. Mas a organização desses profissionais em associação de nível nacional ocorreu apenas na década de 1990. A iniciativa tomou por base uma mobilização que se estabelecera em países da América Latina com a cria-

ção da Associação Ibero-americana de Psicologia Jurídica (AIPJ), estabelecida na Argentina (ABPJ, 2016).

Em 1992, psicólogos que atuavam no Sistema Penitenciário de São Paulo em consonância com o Conselho Regional de Psicologia (CRP) da referida área iniciaram a integração com profissionais situados nas Varas de Família e da Infância e Juventude estabelecendo debates. No ano de 1994, participaram da IV Conferência Europeia de Psicologia e Lei, em Barcelona (1994), fomentando procedimentos de organização profissional já estabelecidos na Europa.

Em seguida, ocorreu o I Congresso Ibero-americano de Psicologia Jurídica no Chile que contou com representantes brasileiros, dispostos a requisitar a realização da continuidade do evento no Brasil. Com representantes eleitos, tais eventos foram organizados no Brasil, especificamente nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Bahia. A iniciativa possibilitou o desdobramento em organizações regionais e com os diversos encontros, surge a proposta do psicólogo baiano Domingos Barreto para a criação da ABPJ.

Assim, sua oficialização ocorreu por meio da ata de fundação realizada em 15 de março de 1997. Pouco depois, os psicólogos jurídicos do Brasil participaram do II Congresso Ibero-americano de Psicologia Jurídica em Cuba, e obtiveram a concessão para o prosseguimento do congresso seguinte no Brasil. Na referida ocasião, foi eleita como representante da AIPJ, Dayse César Franco Bernardi (ABPJ, 2016).

Com a fundação da ABPJ, psicólogos jurídicos que se destacavam na área foram convidados para serem constituídos como membros fundadores, atuando em cargos na diretoria da entidade. Do mesmo modo, foram selecionados psicólogos representantes das diversas regiões brasileiras. A formalização da ABPJ ocorreu apenas em 1998, com a inserção da instituição no Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira. Atualmente, a associação está sob a presidência de Aline Lobato (Paraíba) e Marília Lobão Ribeiro (Brasília).

Conforme os dados registrados no site oficial da instituição, o principal objetivo da ABPJ consiste em "promover o desenvolvimento da área da Psicologia Jurídica, por meio do incentivo à pesquisa, da formação continuada, da comunicação de ações e da avaliação da qualidade dos serviços profissionais dos psicólogos no campo jurídico" (ABPJ, 2016, p. 02).

De acordo com tal proposição, a ABPJ objetiva atuar como instrumento social voltado para a discussão de ideias. Além disso, busca enfocar a troca de experiências, promovendo a integração dos psicólogos e profissionais atuantes no campo jurídico, focados na defesa dos direitos humanos, da ética e da cidadania.

2 Produções da entidade

As produções da ABPJ constituem registros dos debates promovidos nos eventos da instituição. Tomando a integração como princípio base de suas ações, a ABPJ enfoca em seus congressos a apresentação de trabalhos científicos envolvendo temas em Psicologia Jurídica. Além disso, há espaço para a troca de vivências, norteando a atuação profissional na área.

Conforme o site oficial, ABPJ (2016), os trabalhos apresentados nos congressos demonstram que o campo da psicologia no Brasil requer maior estímulos à produção, ampliando não somente a quantidade de profissionais atuantes vinculados à associação, mas a qualidade do trabalho desenvolvido por eles, ilustrada nas publicações.

2.1 Periódico

De acordo com a representante regional do Sudeste, Fátima França:

> O registro da prática em trabalhos teóricos fomenta e enriquece o caráter científico da psicologia jurídica e, consequentemente, em tese, possibilita a

> melhora da prática. Assim, temos os conhecimentos científicos e os da prática profissional, mais próximos (ABPJ, 2016, p. 03).

Apesar dessa constatação, as produções da ABPJ se resumem a textos publicados em anais dos seus congressos. No site oficial, não consta a existência de periódico científico vinculado à associação e indexado nas bases de dados de periódicos oficiais do Brasil. O que se encontra, constituem os textos dos trabalhos apresentados em eventos nacionais e regionais da ABPJ. Assim, cabe à referida entidade, o fomento à instituição de um periódico que possibilite produções permanentes e acessíveis sobre a área de psicologia Jurídica no Brasil, ampliando a compreensão sobre a temática.

3. Sistemática de Associação

A admissão de associados à ABPJ ocorre por meio de formulário eletrônico disponível no site da entidade. Ao verificar tal processo, notou-se a necessidade de que a ABPJ, inclua no site, seu regimento. Assim, aqueles que têm pretensão de se associar podem verificar as normativas da entidade, bem como, suas possibilidades de participação nas ações. O processo solicita informações pessoais, profissionais e acadêmicas bem como o pagamento de anuidade conforme as categorias. Todo o procedimento ocorre *on line*, via *e-mail*.

3.1 Participação de estudantes de Psicologia

A ABPJ sinaliza abertura à difusão dos princípios da Psicologia Jurídica, na medida em que aceita entre seus constituintes, a adesão de estudantes de Psicologia. Em oposição à postura de restrição à participação apenas a profissionais, a ABPJ deixa espaço em seu formulário de inclusão, para a categoria de estudante, com anuidade diferenciada. Tal aspecto demonstra a importância atribuída pela

entidade à formação de profissionais que ampliem a atuação em Psicologia Jurídica no Brasil.

4. Realização de eventos

No ano de 1998, a associação organizou em parceria com a Universidade Presbiteriana Mackenzie, o III Congresso Ibero-americano de Psicologia Jurídica. O evento contou ainda, com o apoio do Conselho Federal de Psicologia, da Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, da Universidade Estadual de Maringá, dentre outras organizações. Centenas de profissionais de Psicologia Jurídica do Brasil e países da América Latina foram reunidos, fomentando debates e divulgação de produções. Em 2000, houve a publicação dos trabalhos na forma de Anais do Congresso (ABPJ, 2016).

Os principais eventos realizados pela ABPJ constituem:

- ✓ I Congresso Nacional de Psicologia Jurídica;
- ✓ I Congresso Brasileiro e II Simpósio Sul brasileiro de Psicologia Jurídica;
- ✓ II Jornada Baiana de Psicologia Jurídica
- ✓ Simpósio Sulbrasileiro de Psicologia Jurídica

Atualmente, os eventos em destaque ocorrem em nível regional caracterizando Simpósios de Investigação Criminal. Há ainda Simpósios de Avaliação Psicológica Forense.

5. Projetos Profissionais

Recentemente, em 2008, a ABPJ passou por reformulação administrativa, a partir da criação de um Grupo Gestor. Assim, o atual projeto profissional da entidade se destina a mobilizar a categoria em torno do debate da Psicologia Jurídica e da reorganização da ABPJ. Tal propósito permitiu que congressos fossem fomentados, retomando as representa-

ções regionais e discussões relacionadas à ética e metodologia de atuação profissional (ABPJ, 2016).

Não há no site da entidade, indícios ou afirmações que demonstrem a participação da ABPJ na defesa de projetos de lei em discussão. O que se pode notar, é a perspectiva de reorganização interna da entidade para agregar profissionais e difundir a atuação profissional em Psicologia Jurídica no Brasil.

6. Considerações Finais

Nas palavras da representante regional Fátima França, registradas no site da instituição, nota-se o argumento de que a relação entre a psicologia e o direito pode ser complementar. Dessa forma, a Psicologia Jurídica corresponde às demandas do jurídico, porém, sem submissão do conhecimento específico em Psicologia ao Direito. "Esta área, como ciência autônoma, deve ir além das solicitações do mundo forense, inclusive, repensar se é possível responder sob o ponto de vista psicológico, a todas as perguntas que lhe são lançadas pelo jurídico" (FRANÇA, 2004, p. 05).

A Psicologia Jurídica contribui de forma efetiva no campo das políticas públicas, ao lidar com questões relacionadas ao tecido social, tratadas no sistema da Justiça. A qualificação do profissional de Psicologia Jurídica é essencial, portanto, para assegurar ao indivíduo seus direitos. Tal qualificação é o foco da proposta de publicações e encontros científicos, direcionados à produção de conhecimentos, fomentada pela ABPJ.

Referências

ABPJ. **Associação Brasileira de Psicologia Jurídica**. In: http://www.abpj.com.br/. Acesso em 13 mar 2016.

FRANÇA, Fátima. Reflexões sobre Psicologia Jurídica e seu panorama no Brasil. **Psicologia: Teoria e Prática.** n.06, São Paulo, jan 2004.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa.** São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

POPOLO, Juan H. del. **Psicologia judicial**. Mendonza: Ediciones Juridicas Cuyo, 1996.

SOARES, Antonio Rodrigues. A Psicologia no Brasil**. Psicologia: ciência e profissão**. vol.30, Brasília, dez 2010.

15

Psicologia do esporte e reabilitação

Dayse Marinho Martins
Kleina Silva Bezerra dos Santos
Larah Bogea Ribeiro
Manoel Silva França
Renata Silva Amador

1. Introdução

A Psicologia do Esporte compõe o conjunto de estudos das chamadas Ciências do Esporte. Nesse contexto, os profissionais atuam em dois campos distintos: uma perspectiva acadêmica, marcada pela pesquisa e outra aplicada com aproximações do campo e intervenções. A referida área tem sido considerada emergente no contexto contemporâneo mediante a demanda crescente do esporte como processo social.

Assim, se faz necessário reconhecer os campos de atuação do psicólogo do esporte. Fundamentado nesse pressuposto, este trabalho se propõe a apresentar a atuação do psicólogo do esporte na reabilitação de atletas e pessoas com deficiência.

O enfoque aborda a descrição do campo e os processos de atuação do psicólogo do esporte em princípios e técnicas. Por fim, destaca duas experiências nesse sentido: uma em São Paulo e outra em São Luís – MA. Diante disso, espera-se ressaltar a relevância do campo na constituição da Psicologia do Esporte.

2. A Psicologia do Esporte

A Psicologia do Esporte possui amplas possibilidades quanto ao desenvolvimento de trabalhos no campo da reabilitação. Boarreto (2015) destaca três perspectivas:

A Psicologia do Esporte de Reabilitação se fundamenta no uso do esporte como instrumento de reabilitação social de pessoas com deficiência. Cabe ressaltar que as intervenções nesse modelo, não se aplicam somente a deficiências, mas a necessidades especiais de indivíduos cardiopatas, diabéticos, com depressão ou dependência química, por exemplo. Por sua vez, a Psicologia do Esporte de Reabilitação aplicada ao Rendimento direciona intervenções no processo de recuperação física e emocional de atletas. Como foco desta perspectiva, consideram-se atletas que afastados de treinos, provas e competições em função de alguma patologia de ordem físico-motora. Há ainda, a Psicologia do Esporte Adaptado que promove apoio ao processo de inclusão social de pessoas com deficiência. Para tanto, são utilizadas práticas esportivas enquanto possibilidades de reabilitação física, social e psicológica dos indivíduos.

Adams et al (1985) caracteriza a Psicologia do Esporte Adaptado como área cujo desenvolvimento se vincula às questões históricas da sociedade capitalista industrial, mais especificamente à Segunda Guerra Mundial. Conforme as pesquisas, nessa conjuntura histórica, os soldados voltavam para seus países como heróis, apresentando, no entanto, sequelas permanentes pelo contato com armamento. Assim, tornou-se necessário construir centros de reabilitação e treinamento vocacional, que incluíram atividades esportivas em seus programas.

De forma pioneira, foram adaptadas as regras do basquete para que cadeirantes pudessem jogar, caracterizando a modalidade do basquete em cadeiras de rodas. O desempenho dessas equipes despertou interesse, estimulando as pessoas a entenderem que pessoas com deficiência

podem ter força, coragem e habilidade para praticar esportes, ainda que mediante limitações no movimento (NUNES, 2010).

Com base nesses eventos, nas Olimpíadas de Roma, em 1960 deu-se início aos jogos caracterizados como Paraolimpíadas, promovendo o encontro de atletas dos esportes em cadeira de rodas, que já era o segundo maior evento esportivo do mundo. Nesse momento, a América do Sul entrou na arena dos esportes adaptados, em virtude dos reflexos de uma epidemia de poliomielite que atingiu a região em 1957.

Segundo Boarreto (2015), no Brasil, aproximadamente 10 mil pessoas ficam deficientes por mês em decorrência de lesões. A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que 10% da população de um país tenha algum tipo de deficiência, chegando ao índice de 15% em países em desenvolvimento. Dessa forma, questões como inclusão social e reabilitação física são consideradas essenciais e os profissionais da Psicologia podem contribuir para o fortalecimento psíquico de pessoas com deficiência.

Nunes (2010) caracteriza o processo de lesão/reabilitação em três fases: da ocorrência da lesão, com o conhecimento de seus sintomas, até o momento da decisão de obtenção de tratamento; do período entre as tomadas de decisões quanto aos tratamentos a serem realizados, interrupção da atuação no esporte e o desenvolvimento dos procedimentos terapêuticos; o retorno às atividades esportivas. Diante disso, elementos como a compreensão que possuem sobre os riscos de ocorrência de lesões na atividade esportiva, o conhecimento sobre lesões e suas implicações na carreira, a experiência com lesões, influenciam o impacto de lesões sobre o psicológico dos atletas.

Sentimentos de tristeza, frustração e confusão são comuns em atletas lesionados, que apresentam preocupações com sua carreira e com seu futuro. O mal-estar psicológico está muito ligado a incertezas de diagnóstico e prognóstico de tratamento, por não terem clareza de sua situação. Várias circunstâncias levam o processo de reabilitação a ser demorado e exigir grande investimento pessoal do atleta, o que pode

levar à perda de motivação do atleta para a manutenção dos procedimentos de tratamento, e consequente atraso ou insucesso na obtenção dos resultados. Além disso, há situações aversivas, como a possibilidade de perder o entrosamento com a equipe ou a posição de titular que podem gerar grande intensidade de angústia e acarretar em decisões inadequadas do atleta. Isso pode culminar com a realização do tratamento ou o retorno aos treinos e competições antes da alta médica, prejudicando a condição física.

O atleta espera ansiosamente pela fase de retorno às atividades de treinos e competições, e mesmo sendo um momento de grande alegria, esse retorno é uma parte delicada do trajeto do atleta lesionado, pois se depara com desempenho abaixo dos obtidos em períodos anteriores à lesão. Dessa forma, ele tem que enfrentar questões como as preocupações com a reconquista da posição no grupo, a reaquisição do condicionamento físico e das habilidades técnicas, o que pode resultar em diminuição da autoconfiança, com importantes implicações psicomotoras sobre o desempenho esportivo.

Por vezes, os atletas apresentam má adaptação à lesão, demonstrando respostas como: 1) raiva excessiva durante o processo de reabilitação; 2) obsessão para retorno ao esporte, por não entender a gravidade da lesão; 3) insistência em queixas físicas menores; 4) sentir culpa por acreditar que está desapontando a equipe; 5) afastamento de pessoas significativas; e 6) sentimentos de impotência no tratamento da lesão. Percebe-se que lesões mais severas são associadas a emoções mais intensas e consequências comportamentais mais evidentes. De outro lado, à medida que avança a reabilitação, há uma tendência à melhora das respostas emocionais, aumentando o otimismo e o entusiasmo.

3. Atuação Do Psicólogo Do Esporte

O suporte social é um fator importante que deve ser levado em consideração para reabilitação de um atleta. O suporte social se refere à

assistência, apoio emocional, informação e incentivo que são dados ao atleta durante o processo de reabilitação. É o apoio que o atleta recebe de pessoas que fazem parte do seu cotidiano e de pessoas que podem contribuir para a sua recuperação (ADAMS, 1985).

As lesões causam um grande impacto emocional no atleta, assim a forma como os familiares, amigos, treinadores, colegas de equipe, tratam o problema, pode contribuir com motivação do atleta, na diminuição do seu estresse e pode ser importante para que o indivíduo aceite, e adira aos tratamentos necessários. Assim, essa assistência pode ajudar no enfrentamento desse momento difícil para o atleta e contribuir no seu processo de recuperação.

Os tipos de suporte social para o atleta dependem do estágio da reabilitação que ele se encontra e das relações que a pessoa que está dando o suporte tem com o atleta. É possível observar os tipos de suporte social, em um estudo com esquiadores lesionados realizado por Bianco apud Nunes (2010). Esse estudo, demonstrou o apoio que os atletas receberam de familiares, amigos, companheiros de equipe e profissionais de saúde.

No primeiro momento, os atletas receberam suporte de uma forma mais prática dos administradores da equipe, que informaram a família sobre a lesão, forneceram cuidados médicos e transporte. Os técnicos e colegas de equipe deram apoio emocional, demonstrando empatia, compartilhando experiências de lesões e tentando motivar e encorajar o atleta. A família ofereceu todo apoio, ouvindo as queixas dos atletas e oferecendo suporte incondicional. Já no período em que os atletas estavam passando realmente pelo tratamento de reabilitação, os médicos tiveram um papel também fundamental, dando informações sobre a lesão, indicando os melhores tratamentos, assim como os fisioterapeutas que demonstraram empatia e preocupação.

No período em que o atleta estava voltando para as suas atividades, os provedores do suporte social também foram fundamentais, os médicos e fisioterapeutas informaram sobre as condições de recuperação

do atleta, e de como continuar o tratamento, para que ele pudesse voltar aos treinamentos da melhor forma. Também foi importante o apoio das outras pessoas, que demonstraram confiança no atleta e respeitaram também o tempo do mesmo para uma boa recuperação. É importante que toda rede a rede de apoio social, nesse momento, não faça cobranças por um alto rendimento e que qualquer evolução do atleta seja reconhecida e apoiada.

Desse modo, a assistência de pessoas que fazem parte do cotidiano do atleta que passa por situações de lesão, pode contribuir de forma significativa para o seu processo de recuperação. Desde que esse apoio seja feito no sentido de demonstrar solidariedade, empatia, disponibilidade para escuta e apoio emocional. Assim, o papel do psicólogo nesse aspecto, deve ser de cuidar da organização desse grupo de apoio, das pessoas que estão envolvidas com o atleta, a fim de que elas se mantenham nas melhores condições possíveis para poder dar suporte ao mesmo, cuidando também do próprio atleta.

Quando um atleta sofre uma lesão, ela não traz somente prejuízos físicos, a lesão traz também sofrimento psicológico, alguns sintomas como ansiedade, depressão, medo, desespero, frustração, impaciência e a não adesão ao plano de tratamento podem surgir quando um atleta se lesiona. Assim, o psicólogo deve atuar buscando entender aquele atleta e todos os acontecimentos que podem influenciar em sua recuperação.

O psicólogo deve buscar que o atleta enfrente o momento da lesão da melhor forma possível, de forma positiva, é importante também educar o atleta sobre a lesão e escutar o mesmo sobre suas queixas e o significado daquele momento para ele. Trabalhar a autoestima do atleta, estabelecer metas e objetivos junto com o mesmo, para ajudar na sua motivação, assim como, trabalhar o controle da dor e do estresse também é papel do psicólogo.

É importante também, que a reabilitação seja um processo realizado pelo psicólogo em parceria com os médicos e fisioterapeutas, integrando uma equipe interdisciplinar. E que todos estejam cientes da relevância de

um clima positivo para dar suporte ao tratamento. O psicólogo deve ainda, incentivar as pessoas importantes do círculo social do atleta, para que eles possam auxiliar durante todo o processo de recuperação do mesmo. A intervenção psicológica, permite que o atleta lide melhor com suas emoções, ajudando no controle da ansiedade, dos seu medos e contribui para que o atleta busque por recursos necessários para a sua reabilitação.

4. Princípios e Técnicas da Intervenção Psicológica

Um dos principais objetivos da intervenção psicológica é a manutenção da motivação. O engajamento do atleta torna-se essencial durante o percurso da reabilitação, tendo em vista a grande demanda do envolvimento e disciplina deste para a realização de tarefas e seguimento de restrições (NUNES, 2010).

Geralmente, o percurso de uma intervenção psicológica de sucesso tem início na realização de avaliações psicológicas. Durante esse momento, o psicólogo irá fazer uma sondagem, buscando saber um pouco mais da história do atleta e de sua lesão, de forma que possa organizar uma intervenção apropriada. De acordo com Nunes (2010), devem ser analisados os seguintes fatores: identificação do estado psicológico do atleta anterior à lesão; o tipo e nível de gravidade da lesão; prognóstico de recuperação; possíveis consequências da lesão para a vida do atleta; o que o atleta pensa a respeito de sua lesão e reabilitação; respostas emocionais apresentadas a partir do surgimento da lesão; e como o atleta organiza suas ações frente ao processo de reabilitação.

Inicialmente, é ideal informar o atleta lesionado acerca de sua lesão, tentando fornecer o maior número de informações possível, descrevendo sua etiologia, implicações em sua vida esportiva, gravidade da lesão etc. Também é importante informar o tempo estimado do processo de reabilitação, assim como os obstáculos a serem enfrentados durante o tratamento. Esse momento de troca de informações tem diversos pontos

positivos: não só dá uma percepção de controle sobre o processo de reabilitação do atleta, mas o torna menos propenso a apresentar expectativas inalcançáveis e ansiedades, focando em expectativas positivas e realistas (NUNES, 2010).

Em seus estudos, Weinberg e Gould apud Nunes (2010) criaram um conjunto de princípios que devem ser focalizados durante uma intervenção psicológica, entre eles estão: criação de um vínculo entre atleta e profissional; apresentação de informações detalhadas sobre a lesão e reabilitação; aprendizagem, pelo atleta, de habilidades de enfrentamento diante de retrocessos; incentivo ao suporte social; e troca de experiências com atletas que já viveram experiências semelhantes. No que diz respeito a procedimentos e métodos de intervenção psicológica, Nunes (2010) apresenta quatro tipos de procedimento: o relaxamento, a visualização, a reestruturação cognitiva e o diálogo interno.

As técnicas de relaxamento costumam ser utilizadas com a intenção de inibir tensões musculares, tendo como consequência a diminuição de respostas emocionais negativas, porém muito presentes durante o longo processo de reabilitação. Meditação, hipnose, Yoga, relaxamento progressivo e respiração profunda são um dos métodos mais utilizados durante o tratamento, destacando, é claro, que essas técnicas de relaxamento devem ser realizadas de acordo com as capacidades e habilidades dos atletas.

As técnicas de visualização caracterizam-se em treinos de imaginação, onde o atleta pode se imaginar realizar movimentos pelos quais está impedido de fazer devido à lesão; imaginar-se curado e de volta à ativa; imaginar-se no processo de cura etc. Os autores assinalam as técnicas de visualização também auxiliam os atletas na manutenção de uma atitude positiva, aumentando a motivação e a autoconfiança, podendo também, já no período de retorno às práticas esportivas, ajudar no controle da ansiedade e reduzir os níveis de frustração quanto ao próprio desempenho (NUNES, 2010).

As técnicas de reestruturação cognitiva consistem em organizar os processos de raciocínio do atleta, avaliando as experiências da lesão e reabilitação. Se fundamentam em métodos direcionados à redução do estresse, estabelecimento de metas e técnicas de resolução de problemas e tomadas de decisão.

Quanto ao aprimoramento dos conteúdos de diálogo interno (auto-fala ou auto-conversação), o mesmo tem como objetivo de:

> "[...] estabelecer o foco de atenção do atleta sobre os fatores relevantes para o desempenho esportivo, no sentido de aumentar seu controle sobre o próprio desenvolvimento das capacidades esportivas, e de estabelecer parâmetros de auto-reforçamento" Autoconversações, no entanto, podem vir carregadas de pensamentos negativos e raiva; em casos como esse, o ideal é focar a atenção do atleta em tarefas nas quais ele tem controle, guiando o atleta a uma tomada de decisão: focar nas "desgraças" que aconteceram em sua vida ou priorizar sua atenção e dedicação em atividades voltadas a reabilitação (NUNES, 2010)

Além das técnicas e procedimentos citados acima, destacam-se também o auto-reforçamento, que se baseia na administração de prêmios e recompensas quando o atleta alcança alguma meta estabelecida, possuindo um forte efeito motivador; e a apresentação de instruções, que foca na troca de informações acerca da lesão e sua reabilitação, fazendo com que o atleta esteja ciente das implicações desta em sua carreira esportiva. A divulgação do maior número de informações possível, por sua vez, reduz comportamentos ansiogênicos e possibilita ao atleta uma tomada de decisão consciente frente sua reabilitação.

5 Experiências em Psicologia do Esporte e reabilitação

Diante das perspectivas de trabalho do psicólogo do esporte em reabilitação, optou-se por apresentar duas iniciativas nesse campo. A primeira em São Paulo, focada na reabilitação de cardíacos e a segunda em São Luís – MA, direcionada a deficientes visuais.

5.1 INCOR/ SP

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a reabilitação cardiovascular é o somatório das atividades desenvolvidas para garantir aos pacientes as melhores condições físicas, com repercussão direta na melhora da qualidade de vida dos indivíduos. Com base nessa premissa, o Instituto do Coração (INCOR) do Hospital das Clínicas em São Paulo desenvolveu o Programa de Reabilitação para Prevenção e Reabilitação Cardíaca.

Campos (2000) afirma que estudos têm demonstrado os benefícios psicológicos alcançados com a prática de exercícios aeróbicos. Dentre eles, destacam-se a redução da tensão, da fadiga, da depressão, da ansiedade e a intervenção nas características de comportamento tipo A. Tais emoções eclodem para um estado chamado de estresse psicológico e geram alterações fisiológicas que envolvem o sistema cardiovascular.

O comportamento tipo A de personalidade apresenta como características, tendência para procurar atingir metas não bem definidas ou muito altas; acentuada impulsão para competir; desejo contínuo de ser reconhecido e de progredir; envolvimento com múltiplas funções; impossibilidade prática (falta de tempo); preocupação física e mental; incapacidade de relaxamento satisfatório, mesmo em épocas de folga e movimentos rápidos do corpo (CAMPOS, 2000).

Diante disso, a contribuição da psicologia ao programa de prevenção e reabilitação cardíaca consiste na sensibilização para o risco que o estresse representa. Os usuários recebem protocolo sobre qualidade de vida; avaliação dos sintomas de estresse, das características de personalidade geradoras de estresse e ansiedade e a partir da qual são dadas orientações de enfrentamento do estresse. Mensalmente, são realizadas reuniões com os profissionais da Educação Física.

Nota-se um processo de transição de Psicologia Hospitalar para Psicologia do esporte de reabilitação na qual a promoção da saúde é

realizada por meio da regulação psíquica na atividade física. Para Winnicott apud Campos (2000) é por meio do brincar que o indivíduo, criança ou adulto pode ser criativo e utilizar sua personalidade integral.

Portanto, a atividade física oferece um canal para a expressão de conteúdos internos de maneira espontânea e ajuda o indivíduo a se perceber criativamente. Cabe ao psicólogo, além de criar um ambiente adequado, discutir com a equipe multiprofissional as dificuldades e questões que surgem no dia-a-dia do programa.

5.2 CEDEMAC/MA

No âmbito da reabilitação envolvendo pessoas com deficiência, em São Luís – MA, pode-se destacar a iniciativa desenvolvida no Centro Esportivo Maranhense de Cegos (CEDEMAC). A entidade caracteriza uma associação fundada em 13 de dezembro de 1999 com o intuito de promover o desporto de rendimento para pessoas cegas e de baixa visão. Atualmente, sua sede social situa-se no bairro do Sacavém. Nela, são realizadas atividades tais como: Futebol de Salão, Futsal, GoalBall , Atletismo , Judô , Natação , Xadrez além da oferta de Cursos de Arbitragem

A associação que conta com o apoio de órgãos públicos, patrocínios e entidades da sociedade civil dispõe de profissionais em Educação Física e Fisioterapia, entre outros. Assim, a fim de tratar sobre a atuação do psicólogo no contexto esportivo desenvolvido pelo CEDEMAC, realizou-se entrevista com a atleta Jayne Vieira, discente da Licenciatura em Letras na UFMA, praticante de Goalball durante 2 anos e há 3 meses competindo no Judô.

Conforme a atleta, até 2017, contou em sua preparação no Goalball com o apoio de duas psicólogas em atendimentos realizados durante os fins de semana, na sede da associação. No relato, refere que as ações das profissionais se pautavam em atividades de grupo focadas em dinâmicas, palestras sobre trabalho em equipe, debate sobre dificuldades no âmbito

da atenção e concentração. Além disso, eram realizados mediante demandas específicas, atendimentos individuais abordando aspectos emocionais como medo, perda de foco, frustrações, nervosismo e ansiedade.

A atleta enumera aspectos que apontam para a relevância da atuação do psicólogo no contexto do CEDEMAC. Dentre eles, destaca a percepção do reconhecimento e das oportunidades obtidas no esporte pelos deficientes visuais diante dos limites.

Além disso, refere a importância do trabalho com as emoções a fim de evitar sentimentos negativos diante de derrotas, reforçando a crença nas próprias capacidades. Outro ponto essencial referido consiste no exercício do respeito às diferenças, ao adversário e aos parceiros e ainda, as contribuições do esporte para a vida no desenvolvimento da autonomia.

6. Considerações Finais

Ressalta-se a amplitude de atuação do psicólogo do esporte em reabilitação. Nas ações empreendidas, não existem receitas prontas, mas, diretrizes norteadas pela ética profissional no desenvolvimento de objetivos definidos em parceira com os sujeitos da intervenção.

Os resultados do trabalho nesse campo requerem comunicação e atuação conjunta com os demais profissionais envolvidos no processo de reabilitação. É imprescindível, o trabalho na perspectiva multidisciplinar (Psicólogo/ Médico/ Fisioterapeuta/ Nutricionista/ Educador Físico...) a fim de efetivar contribuições para o atleta, seja de modalidade individual ou coletiva.

Referências

ADAMS, R.C.; DANIEL, A. N.; CUBBIN, J.A.; RULLMAN, L. **Jogos, Esportes e Exercícios para o Deficiente Físico**. São Paulo: Editora Manole, 1985.

BOARRETTO, Lucas Bueno. **Lesões no esporte : perspectiva da psicologia do esporte.** Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Educação Física) - Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 2015 41 f.

CAMPOS, Rebecca et al. Psicologia do esporte de reabilitação. In: RÚBIO, Kátia. **Encontros e desencontros: descobrindo a psicologia do esporte**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. p. 97- 104.

NUNES, Carlos R. de O et al. Processos e intervenções psicológicas em atletas lesionados e em reabilitação. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, São Paulo, v.3, nº-4, janeiro/junho 2010, p. 130-146.

16

Contribuições da psicologia para a nutrição

Dayse Marinho Martins
Lucielle da Silva Oliveira

1. Introdução

A crescente inserção da Psicologia em equipes de saúde é hoje um fato reconhecido. Pesquisadores e profissionais de saúde devem reconstruir sua percepção de que os procedimentos e tratamentos médicos são eventos estressantes em que o paciente precisa suportar sua dor e sofrimento, fato que requer conhecimentos para além do biológico, englobando os aspectos psicológicos, compreendendo o homem enquanto ser biopsicossocial.

Um ponto a ser constituído como preocupação dos profissionais da área é o cuidado com o usuário do serviço de saúde no atendimento, superando a objetificação ao qual ele é exposto. Nesse sentido, a cultura médica ainda interfere desconsiderando-o como sujeito, sendo o enfoque da Psicologia, essencial na mediação da questão contribuindo para uma postura humanizada.

Assim, a Psicologia tem adquirido cada vez mais valor no que concerne à interação do homem com a saúde, destacando-se nesse processo, o intercâmbio multiprofissional, a pesquisa e renovação das políticas e práticas de atendimento em saúde. Pode-se concluir, portanto, que através de um atendimento mais humanizado, é possível oferecer

ganhos, em nível de qualidade e custos ao sistema de saúde vigente, com a atuação interdisciplinar, ampliando o atendimento à população.

A Psicologia e a Nutrição são profissões relativamente recentes, principalmente no Brasil, onde foram regulamentadas, respectivamente, em 1962 e 1967, e são de importância fundamental para a promoção da qualidade de vida da população. Sendo o ser humano complexo, atravessado por diversos contextos e facetas é pertinente observá-lo a partir de uma abordagem interdisciplinar e multiprofissional.

Acrescentando-se a essas considerações o fato de que a alimentação, ao longo do tempo, tem se tornado cada vez mais relevante pela dinâmica do seu papel, não só de suprimento nutricional, mas também pelas conjunturas sociais, econômicas, afetivas que a compõe, a psicologia constitui-se como aliada na construção de estratégias conjuntas frente ao comportamento alimentar.

Portanto, torna-se oportuno enfatizar que essa interdisciplinaridade, neste caso entre psicologia e nutrição deveria ser mais enfatizada desde o ambiente acadêmico, visto a importância disso na prestação dos serviços, na qualidade de vida da população em geral, assim como na interação entre esses profissionais no que tange a compreensão das contribuições que cada um pode oferecer aos casos trabalhados.

Tomando por base tais pressupostos, este trabalho aborda as contribuições da Psicologia para a Nutrição. Para tanto, leva em consideração estudos que abordam o modelo de atenção biopsicossocial no campo da saúde, ampliando as possibilidades de atuação no campo a partir da humanização. Conceitos abordados pela Psicologia, tais como, comportamento, motivação, autocontrole e ansiedade se encontram vinculados ao atendimento nutricional enquanto aspectos rotineiros no atendimento. Assim, no âmbito da nutrição, a mediação da Psicologia consiste em fundamentar a expansão da abordagem do profissional, considerando aspectos fisiológicos, sociais, culturais e emocionais no enfoque da alimentação.

2. Contribuições da Psicologia para a Nutrição

A Organização Mundial de Saúde (OMS) caracteriza enquanto problemas de saúde pública na contemporaneidade, a obesidade e o sobrepeso da população mundial (FRANÇA, 2012). Paralelamente, se amplia o imaginário da aparência e boa forma a partir da cultura *fitness*, do culto ao corpo magro e da busca de intervenções plásticas pautadas na reconstituição do corpo humano por razões estéticas. Para além dos impactos físicos, os referidos fenômenos afetam a autoestima e ampliam tanto a incidência de transtornos alimentares, quanto dos psicológicos tais como depressão, ansiedade e imagem corporal distorcida.

Conforme Alvarenga (2019, p. 257), "nossas experiências alimentares também sofrem interferências externas e são influenciadas por dietas, regras ditadas pela mídia, recomendações de profissionais da saúde e familiares, entre outros". Assim, o ritmo de vida estressante influencia no padrão de comportamento alimentar, resultando em desatenção às práticas de consumo mediante sentimentos de tensão, reduzindo a qualidade de vida.

Nessa conjuntura, destaca-se o campo da Nutrição fomentando o debate entre profissionais da área da saúde, acerca dos problemas relacionados à alimentação. Ao mesmo tempo, a área se expande mediante a busca dos sujeitos por abordagens que promovam a adequação corporal ao referencial estético ditado pela cultura. Contudo, cabe ressaltar a importância da mediação do profissional nutricionista na reflexão dos usuários do serviço de saúde acerca dos fenômenos ligados ao corpo a partir da alimentação. Isto requer um posicionamento crítico quanto às representações disseminadas pela mídia com foco no consumo e padrões de beleza rígidos de modo a prevenir desdobramentos como os transtornos alimentares.

> A preocupação com a aparência e a adoção de dietas emagrecedoras são muito destacadas e os indivíduos costumam estimular o modo de pensar de

> quem faz dietas para este fim, que nada mais é o reflexo de restrições alimentares a longo prazo, na qual surge uma forma rígida de pensar sobre a alimentação, ocasionando uma pressão para não comer, ao mesmo tempo em que há a presença de vontade de se alimentar de maneira abusiva. A mídia favorece e é um dos principais colaboradores de controle de peso e essa determinada forma de pensar é considerada normal, até o momento em que se torna sintoma de transtorno alimentar (DE ALMEIDA & DE CARVALHO FURTADO, 2017, p. 38).

Assim, ao profissional de Nutrição cabe desenvolver um atendimento com foco nos comportamentos alimentares, considerando aspectos psicológicos como motivação e valores apresentados pelo paciente/cliente. O atendimento nutricional nessa perspectiva precisa considerar os aspectos comportamentais que permeiam a prática da alimentação de forma a estimular a adesão da pessoa em atendimento para a reorganização de hábitos, superando a inserção em dietas restritivas. Para De Almeida & De Carvalho Furtado (2017), estas "desorganizam o padrão alimentar e tal situação pode provocar episódios de comer excessivos que podem gerar o transtorno do comer compulsivo".

Percebe-se, portanto, que aspectos psicológicos permeiam o processo de atendimento nutricional. O profissional deve atentar para motivação do cliente/paciente quanto à adesão ao tratamento, ao reconhecimento da prática de prevenção, às possibilidades de recaída e fortalecimento da rede de apoio social, elementos essenciais para o bom andamento da readequação nutricional.

Desse modo, a Psicologia atua como conhecimento basilar na abordagem humanizada do paciente/cliente durante o atendimento nutricional. A inserção desses estudos decorre da transição de um referencial de saúde pautado no modelo biomédico para o biopsicossocial compreendendo a multicausalidade da morbidade e com foco na prevenção. Trata-se de deslocar a atenção do aspecto "doença" para o aspecto saúde (ALVES, 2011).

Fenômenos relacionados ao comportamento alimentar tornam-se cada vez mais relevantes, visto às implicações para a saúde, tanto física quanto mental, das pessoas. De acordo com Viana (2002 *apud* Klotz-Silva et al., 2016, p. 1105) dentre os pontos de interesse entre os campos da psicologia e da nutrição, podem ser destacados os que se referem à obesidade e a transtornos alimentares.

Desta forma, segundo Boog et al., Veiga et al. (2005, 2010 *apud* Ewald, 2014, p. 293) também é perceptível que o quantitativo de pessoas que procuram pelo nutricionista aumentou ao longo dos anos, visto uma realidade mundial na qual se apresenta uma preocupação excessiva com a imagem, assim como o surgimento, até precocemente, de doenças crônicas e da compreensão da influência da alimentação na prevenção ou tratamento de tais enfermidades. Junto a isso se tem ainda o entendimento de que apenas a compreensão dessa relação nem sempre é suficiente para promover a mudança de comportamentos alimentares.

Sendo assim, vale ressaltar que,

> [...] aspectos psicológicos influenciam na prática do atendimento nutricional e que aspectos relacionados à motivação do paciente, à adesão ao tratamento, ao reconhecimento da necessidade da prevenção, ao perigo da recaída, à necessidade do fortalecimento da rede de apoio social são imprescindíveis para o sucesso do tratamento nutricional. (Pinto; Uyeda, 2016, p. 1)

A relação entre os dois campos de saberes, ainda de acordo com Pinto; Uyeda (2016) se estreitam também quando se refere a conceitos como comportamento, autocontrole, ansiedade, motivação, frustração, já que podem fazer parte da vivência de muitos pacientes que procuram acompanhamento nutricional e podem refletir no manejo concernente ao atendimento nutricional implicando, desta forma, na designação do processo mais adequado a cada paciente, inclusive com a possibilidade de trabalho colaborativo entre nutricionista e psicólogo.

Por isso é fundamental que os profissionais de saúde, neste caso nutricionistas e psicólogos, tenham uma compreensão do integrada do sujeito, considerando aspectos biológicos, psicológicos, sociais, culturais,

familiares, crenças para estabelecer as estratégias de intervenção no comportamento alimentar do cliente que se alimenta pelos mais diversos motivos e contextos. E isso é algo a ser trabalhado desde a faculdade, tendo em vista os benefícios aos clientes, à população em geral e à interação entre os profissionais, visto que o trabalho interdisciplinar eficiente repercute em diversos âmbitos da saúde dos sujeitos. Ademais cabe apontar a preocupação com o modelo biomédico que ainda é presente nos dias atuais e que está presente na prática de profissionais de saúde atestando a necessidade da reflexão a respeito disso ainda no âmbito acadêmico.

A respeito disso, Rios et al. (2017) destaca a influência do modelo flexneriano nos cursos da área da saúde, inclusive os de nutrição, que enaltece os fatores biológicos do ser humano em detrimento do cuidado do sujeito em suas mais diversas relações. Mas também aponta para a necessidade atual de produzir profissionais capacitados a promover a integração de conhecimentos variados referentes à nutrição e que, ao mesmo tempo, exercite uma compreensão holística do sujeito aliada às demandas sociais no contexto em que atuará, visto que

> Diversos estudos chamam a atenção para o fato de que os elementos básicos de trabalho do profissional nutricionista são o homem e o seu alimento, ou seja, uma relação complexa que envolve valores e significados sociais, biológicos, psicológicos, culturais, religiosos, entre outros. Portanto, a formação do nutricionista deve contemplar todas essas áreas do conhecimento. (RIOS et al. 2017, p. 78)

Cabe ressaltar que as áreas de atuação do profissional nutricionista estabelecidas pelo Conselho Federal de Nutrição - Resolução CFN nº600, de 25 de fevereiro de 2018 - abrangem a nutrição em alimentação coletiva; Nutrição Clínica; Nutrição em Esportes e Exercício Físico; Nutrição em Saúde Coletiva; Nutrição na Cadeia de Produção, na Indústria e no Comércio de Alimentos; e Nutrição no Ensino, na Pesquisa e na Extensão. E pode-se perceber que em todas estas áreas de atuação o nutricionista se relacionará com sujeitos com contextos próprios que não

devem ser padronizados ou negligenciados em detrimento de aspectos biológicos e fisiológicos.

Diante disso, algumas abordagens dentro da nutrição tem apontado para a importância de considerar os sujeitos de forma holística, como é o caso da Nutrição Comportamental, que se constitui como uma abordagem científica da nutrição que apresenta visão inovadora quanto ao sujeito e à alimentação, de modo a abranger fatores fisiológicos, emocionais e sociais (Alvarenga et al., 2015 *apud* Martins; Silva, 2017, p. 83) e auxilia na mudança da relação que se tem com o alimento através de estratégias, como o *mindfulness* ou atenção plena (utilizada por várias abordagens da Psicologia), que na Nutrição tem sido tratada como *mindful eating*, ou atenção plena ao comer, que incentiva a prática de perceber e sentir os sabores, texturas, assim como ao reconhecimento do sinais do próprio corpo, como a ansiedade e saciedade. (Martins; Silva, 2017, p. 83)

No atendimento nutricional, o olhar sobre a Psicologia permite a ampliação de estratégias de abordagem não prescritivas, suscitando a orientação nutricional, considerando o cliente/paciente como sujeito ativo do processo. A inserção do saber psicológico suscita o desenvolvimento de técnicas com foco na mudança do comportamento alimentar.

A Nutrição comportamental, por exemplo, consiste em uma das abordagens que considera aspectos fisiológicos, sociais e emocionais da alimentação, objetivando ampliar a atuação do profissional superando paradigmas rígidos acerca do saudável e do não saudável. Assim, enfoca a mudança de comportamento alimentar além dos padrões de consumo e adoção de modelos estéticos midiáticos.

> É essencial questionar imposições de padrões na sociedade, pois distorcem os conceitos de saúde. Os padrões fazem com que as pessoas fiquem insatisfeitas consigo mesmas, porque sentem necessidade de pertencerem ao que é aceito socialmente e isso prejudica a relação do indivíduo com o próprio corpo, que busca maneiras de transforma-lo, sem considerar suas especificidades, fisiologia, metabolismo e até mesmo seus sentimentos, o que

> também reflete na sua relação com a alimentação (DE ALMEIDA & DE CARVALHO FURTADO, 2017, p. 41).

No âmbito desse referencial, um dos modelos de trabalho para mudança no comportamento alimentar caracteriza o comer intuitivo. Tal estratégia questiona a prática de dietas para redução de peso, atribuindo a elas, ganho de peso e surgimento de transtornos alimentares. O comer intuitivo ressalta em oposição à restrição alimentar, princípios que valorizam o ato de comer a partir do sentimento de satisfação:

> Um momento de satisfação ao comer o que realmente quer, em um ambiente envolvente, que trará não apenas entusiasmo, mas também permitirá uma melhor percepção de saciedade; dar a devida atenção às emoções e sentimentos, como ansiedade, solidão, tédio, que muitas vezes são escondidos e confundidos com fome levando o indivíduo a buscar bem estar na comida. Ressaltam também a importância do respeito ao próprio corpo e sua genética, a fim de que o indivíduo sinta-se melhor consigo mesmo e desenvolva o amor próprio e melhore sua autoestima. O exercício físico como uma fonte de prazer, energia e vivacidade. E por fim, honrar a própria saúde, lembrando que a alimentação não precisa ser perfeita para ser saudável (E ALMEIDA & DE CARVALHO FURTADO, 2017, p. 40).

A abordagem do comer intuitivo perpassa pela relação de bem estar com a comida. Trata-se de buscar a saciedade, considerando o prazer do ato de comer pela percepção de sensações no contato com o alimento, valorizando práticas saudáveis na relação com o próprio corpo e superando sentimentos de temor, surgidos pela caracterização de determinados alimentos como proibidos.

Ainda nesse sentido, destaca-se o *Mindful eating*, o "comer com atenção plena", proveniente do *mindfulness* difundido pelo americano Jon Kabat Zinn com base em preceitos budistas na meditação praticada de forma laica no Ocidente, de modo a fomentar a atenção plena ao momento presente.

De acordo com Alvarenga (2019, p. 260), "o comer com atenção plena pode ser definido como atenção sem julgamento ou crítica às sen-

sações físicas e emocionais despertadas durante o ato de comer ou em contexto relacionado à comida". Assim, *Mindful eating* prevê a atenção à relação saudável entre corpo, fome e saciedade pela percepção da experiência do saborear sem críticas ou julgamentos.

As práticas fundamentadas em aspectos da Psicologia perpassam pela mudança de postura do profissional de Nutrição no atendimento ao paciente/cliente por meio do uso de habilidades interpessoais e de comunicação, conhecimento e treinamento em estratégias de mudança de comportamento. Nessa perspectiva, Alvarenga (2016, p. 05) refere que "o nutricionista é apenas o facilitador do processo ou um guia, para que as pessoas selecionem, avaliem, e ajustem – elas mesmas – as metas e estratégias para mudança de comportamento".

O atendimento nutricional ocorre assim, em parceria, com foco em resolver dificuldades alimentares por meio da potencialização de recursos e de estratégias individualizadas. Trata-se de uma oposição ao atendimento prescritivo, focado em recomendações. Para tanto, cabe ampliar a postura do profissional de Nutrição superando o determinismo presente em uma formação acadêmica biológica que enfatiza o corporal em relação ao humano.

3. Considerações Finais

Com base no exposto, percebe-se a amplitude de relações entre Psicologia e Nutrição no desenvolvimento de práticas que consolidem o atendimento do paciente/cliente no formato de humanização das intervenções na prática da alimentação. As contribuições da Psicologia para a Nutrição evidenciam para além do desenvolvimento de estratégias de atuação, a mudança paradigmática na perspectiva de saúde que supera o modelo biomédico e enfoca a prevenção por meio de práticas de respeito aos valores e comportamentos alimentares do sujeito.

Além disso, demonstram a necessidade de ampliação da formação acadêmica generalista, com foco no biológico para uma perspectiva que

encadeia ao aspecto corporal, elementos culturais e psicológicos das práticas de alimentação, compreendendo o homem como ser multifacetado. Tomando por base tal princípio, a atuação do nutricionista precisa considerar o contato com referenciais disciplinares das ciências humanas e sociais, além da perspectiva multiprofissional no estabelecimento de parcerias com profissionais da alimentação e da saúde no suporte ao atendimento.

Percebe-se que a Psicologia e a Nutrição são campos de saberes e práticas que podem possibilitar ao ser humano um ponto de vista mais integrado de si e que considera os diversos aspectos e relações da vida do sujeito quando do atendimento, intervenção e/ou encaminhamento a outro profissional, visto que as necessidades humanas tem ganhado um espaço cada vez maior, no que tange às demandas da indústria alimentícia, da economia, da mídia, da padronização dos corpos, entre outros elementos.

Tal aspecto suscita um posicionamento interdisciplinar entre as áreas da saúde que tem a missão junto aos usuários do serviço e da população em geral, de estar alerta quanto aos excessos produzidos socialmente. A Psicologia tem se debruçado sobre as relações sociais, de modo geral, e contribui para que outros campos de atuação como a Nutrição possam se atentar cada vez mais para isso.

Referências

ALVARENGA, M. Atendimento nutricional: o "olhar" da Nutrição Comportamental. **Contextos da Alimentação** – Revista de Comportamento, Cultura e Sociedade. Vol. 5 nº 1, dez de 2016.

ALVARENGA, M. et al (orgs.). **Nutrição comportamental**. 2ed. Baueri: Malone, 2019.

ALVES, Railda Fernandes [et al.] (Org). **Psicologia da Saúde:** teoria, intervenção e pesquisa. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS – CFN. Resolução CFN nº600, de 25 de fevereiro de 2018. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, indica parâmetros numéricos mínimos de referência, por área de atuação, para a efetividade dos serviços prestados à sociedade e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 20 abr. 2018. Seção 1, nº76, p. 157. Disponível em: <http://www.imprensanacional.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/KujrwoTZC2Mb/content/id/11253722/do1-2018-04-20-resolucao-n-600-de-25-de-fevereiro-de-2018-11253717>. Acesso em 28 fev. 2019.

DE ALMEIDA, C. B.; DE CARVALHO FURTADO, C. Comer Intuitivo. **UNILUS** Ensino e Pesquisa, v. 14, n. 37, p. 38-46, 2018.

EWALD, D. et al.. Mudança Comportamental. In: II Congresso de Pesquisa e Extensão da FSG, 2014, Caxias do Sul/RS. **Anais do II Congresso de Pesquisa e Extensão da FSG**, 2014. v. 2. Disponível em:< ojs.fsg.br/index.php/pesquisaextensao/article/view/293-304/928>. Acesso em 28 fev. 2019.

FRANÇA, Cristineide Leandro et al. Contribuições da psicologia e da nutrição para a mudança do comportamento alimentar. **Estudos de Psicologia**. 17(2), maio-agosto/2012, 337-345.

Klotz-Silva, J. et al. Comportamento alimentar no campo da Alimentação e Nutrição: do que estamos falando?. Physis**: Revista de Saúde Coletiva** [online]. v. 26, n. 4, p. 1103-1123, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312016000400003>. Acesso 25 Fev 2019.

MARTINS, E; SILVA, B. *Mindful eating* na nutrição comportamental. **Revista Científica Univiçosa** - Volume 9, n. 1, 2017. Disponível em:< https://academico.univicosa.com.br/revista/index.php/RevistaSimpac/article/.../1029> Acesso em 29 fev. 2019.

PINTO, M.; UYEDA, M. A Contribuição da Psicologia no Atendimento Nutricional. **Saúde em Foco** , v. 8, p. 147-156, 2016. Disponível em:< http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/saude_foco/artigos/ano2016/015_contribuicao_psicologia.pdf> Acesso em 29 fev. 2019.

RIOS, M. et al. Ensino Superior: a Psicologia na Formação do Nutricionista. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**. v. 21, n. 1, p. 77-86, 2017. Disponível em:< http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rbcs/article/viewFile/28695/16438>>. Acesso 25 Fev 2019.

17

Integrando conhecimentos de psicofarmacologia na formação inicial em psicologia

Andressa Kelly Pinheiro Rocha
Caroline Martins Dias
Dayse Marinho Martins
Elias Augusto Ribeiro Neto
Gabriella Dominices Penha
Karoline Magalhães Conceição
Lucielle Da Silva Oliveira
Thamires Ayres Ribeiro

1 Introdução

Na formação em Psicologia é importante ressaltar a abordagem de tópicos de psicofarmacologia. A referida perspectiva engloba "o estudo dos fármacos utilizados nas diversas patologias psíquicas, seu mecanismo de ação no SNC e comportamentos esperados dos indivíduos que os utilizam" (STRATTON & HAYES, 2011, p. 67).

Diversas categorias profissionais no campo da saúde podem eventualmente ter suas práticas relacionadas ao uso de psicofármacos, mas dentre essas várias especialidades, os Psiquiatras é quem devem fazê-lo com maior propriedade. Contudo, em tempos de atuação multidisciplinar, para que o paciente tenha uma boa evolução, todos os profissionais envolvidos, devem ter conhecimento do tratamento, trocar informações e planejar condutas para o paciente.

Quando os referidos profissionais têm um conhecimento maior em psicofarmacologia, um relacionamento mais enriquecedor com a equipe é possível e os benefícios terapêuticos atingidos são maiores. É importante ressaltar, que um grande número de pessoas, utilizam psicotrópicos de forma indiscriminada, não levando em conta os horários e dosagens adequadas, nem tendo conhecimento do real efeito do medicamento, nesse sentido, é de maior importância, a participação dos profissionais na orientação ao paciente sobre a conduta correta.

Com base nesse pressuposto, este trabalho aborda enquanto tópicos de Neurofisiologia: benzodiazepínicos e barbitúricos. Em um breve resumo são apresentados aspectos históricos e culturais relacionados às substâncias, mecanismos de ação e efeitos, padrões de uso e abuso, assim como, de abstinência e dependência e ao mesmo tempo, uma reflexão crítica acerca da medicalização da existência.

2 Benzodiazepínicos

São vários os agentes com capacidade de deprimir as funções do Sistema Nervoso Central (SNC), provocando calma e sedação. Antes dos benzodiazepínicos, os agentes utilizados para a terapia da insônia e da ansiedade produziam, a depender da dose e gradativamente, sedação, sono, inconsciência, anestesia cirúrgica, coma e, por fim, depressão fatal da respiração e da regulação cardiovascular. Ao contrário desses agentes, os benzodiazepínicos conseguem agir como depressores do SNC, porém sem serem fatais, a não ser que outros depressores também estejam presentes. Por serem mais seguros, eles acabaram substituindo os primeiros no tratamento da insônia e da ansiedade, também porque "determinados congêneres são capazes de antagonizar especificamente as ações dos benzodiazepínicos, sem produzir efeitos significativos na sua ausência" (CHARNEY, 2005, p.303), algo que configura uma outra medida de segurança importante.

Em função da meia vida de excreção (T ½), podem ser classificados em: ação ultracurta (T ½ < 10h), como exemplo, o triazolam, o midazolam, o tamazepam; ação curta (T ½ de 10 a 24h), por exemplo, o oxazepam e o lorazepam; ação longa (com T ½ maior que 24h), por exemplo o diazepam, o flurazepam e o prazepam.

Sobre os efeitos dos benzodiazepínicos podemos considerar a sedação, amnésia antes ou no decorrer de procedimentos diagnósticos ou cirúrgicos, sua ação como antiepilépticos, também como relaxantes musculares. Como sedativos, reduzem a atividade, moderam a excitação e acalmam (outros fármacos também produzem sedação como efeito colateral, p.ex.: anti-histamínicos, porém, embora estes possam intensificar os efeitos depressores SNC, seus efeitos terapêuticos são mais específicos e não provocam depressão significativa do SNC, na ausência de outros agentes, não produzem anestesia cirúrgica, por exemplo). O efeito hipnótico caracteriza-se pela sonolência e facilidade "do inicio e da manutenção de um estado de sono, que se assemelha ao sono natural em suas características eletroencefalográficas e do qual o indivíduo pode ser facilmente acordado" (CHARNEY, 2005).

Os de duração mais curta são usados mais enquanto indutores do sono, porque não têm efeito de sonolência após o acordar, já os de longa duração são mais usados como ansiolíticos. Os efeitos colaterais do uso de benzodiazepínicos incluem fraqueza, náuseas e vômitos, dores abdominais, articulares e torácicas, diarreia e incontinência urinária. São efeitos paradoxais, ou seja, efeitos contrários aos desejados, pesadelos, taquicardia, alucinações, hostilidade, alteração do comportamento, em relação a isso, Charney (2005) considera que "em certas ocasiões, o uso desses agentes também pode ser acompanhado de paranoia, depressão e ideias de suicídio. A incidência dessas reações paradoxais ou de desinibição é rara e parece estar relacionada com a dose", o comportamento anormal ocasionado pelo uso de triazolam levou à proibição desse medicamento no reino unido.

A tolerância, diminuição do efeito inicial atingido por um medicamento após algum tempo de uso da mesma dose, comumente ocorre com o uso de benzodiazepínicos, sendo necessário escalonar a dose para a manutenção do efeito desejado, o uso crônico e o aumento das doses pode causar dependência. Quando o paciente faz uso de altas doses por períodos prolongados, a síndrome de privação pode apresentar sintomas mais graves incluindo tremores, tonturas, ansiedade, insônia, perda apetite, delírio, pânico, depressão, convulsões; principalmente quando ocorre a interrupção abrupta da medicação, recomendando-se a retirada gradual do medicamento.

2.1 Diazepam

2.1.1 Histórico

Também sintetizado por Sternbach, em 1954, o Diazepam passou a ser comercializado (com o nome "Valium") a partir de 1963, após pesquisas dispendiosas, durante a década de 80, nos Estados Unidos, foi o medicamento ansiolítico mais prescrito pelos médicos, os seus efeitos tranquilizantes levaram ao uso indiscriminado por milhões de pessoas, desde que foi lançado até os dias atuais. Pode ser administrado por via oral, intramuscular, intravenosa ou por via retal, sua principal diferença em relação ao Clordiazepóxido é a duração de sua meia-vida, o Diazepam tem meia-vida de eliminação mais longa (T ½ 24 a 50h), logo é preferível em relação a aquele primeiro por proporcionar efeito mais duradouro.

2.1.2 Indicações, efeitos e riscos

O Diazepam é um composto Benzodiazepínico. Os compostos químicos pertentes ao grupo farmacológico dos benzodiazepínicos possuem em suas características funcionais a possibilidade de reverter depressões no sistema nervoso central. O uso indiscriminado e abusivo dos benzodi-

azepínicos no tratamento da insônia e da ansiedade, nos anos iniciais de sua utilização, favoreceu o aparecimento de consequências adversas decorrentes dessa administração prolongada e em quantidade elevada. Percebeu-se que os benzodiazepínicos podiam causar dependência, além de apresentar atrelado a essa disfunção a característica eliciadora de tolerância.

O Diazepam é comumente utilizado em tratamentos de casos de ansiedade aguda, estados de depressão grave, na amenização de crises de abstinência do uso de substâncias a base de álcool, em procedimentos cirúrgicos agindo no controle da ansiedade e da tensão, sedação consciente, distúrbios do sono, crises convulsivas, quadros de epilepsia e em espasmos dos músculos esqueléticos. Sua utilização nesses quadros clínicos específicos está relacionada as suas propriedades farmacodinâmicas, ansiolíticas, sedativas, miorrelaxantes, anticonvulsiva e de efeitos amnésicos, muito em parte, decorrentes da ação reforçadora do ácido gama-aminobutírico(GABA), importantíssimo inibidor da neurotransmissão cerebral.

O Diazepam possui um período de excreção de meia-vida elevada, com duração superior a 24hs. Sua utilização deve ser consciente e baseada em uma ponderação entre o risco benefício de seu uso. Quanto as características medicamentosas de seus efeitos, é importante compreender que ele apresenta fatores potenciais quanto a possibilidade de sensibilização em pessoas idosas. A explicação mais comum estabelece uma relação entre o envelhecimento e a diminuição da substância albumina plasmática, cujo, o efeito repercute no aumento da fração livre do composto na circulação sistêmica, responsável pela atividade farmacológica no sistema nervoso.

Em advertência, pessoas com problemas respiratórios, pulmonares, cardíacos, idosos e pessoas com doenças graves, com complicações pulmonares medicados por via IV, devem estar cientes da possibilidade de surgimento de alguns agravantes, a apneia e ou a parada cardíaca. Cabe ressaltar que a combinação de Diazepam com substâncias alcoólicas ou

com Barbitúricos proporciona a depressão do sistema nervoso central, podendo aumentar a ocorrência de apneia.

A superdosagem intensifica os efeitos do Diazepam. Porém, em casos graves de intoxicação é aconselhável além do uso de materiais e recursos de medição dos sinais vitais do pacientes, a utilização de antagonistas específicos.

Em casos de coma é fundamental a administração adequada em períodos frequentes de antagonistas como, por exemplo, o Flumazenil também utilizado em aplicação intravenosa no controle da re-sedação por Diazepam, em decorrência de sua meia-vida longa.

2.2 Clonazepam

2.2.1 Histórico

O clonzepam, que é o princípio ativo do medicamento Rivotril cuja produção é realizada pelo laboratório Roche, é um derivado benzodiazepínico, predominantemente administrado como ansiolítico, mas sua administração também pode figurar concomitante a outros fármacos, principalmente em casos de epilepsia e de depressão, atuando junto a antiepilépticos e antidepressivos, respectivamente.

O fármaco possui uma duração longa, sendo que seu tempo de ação no organismo dura em média dezoito horas, referente ao início do relaxamento, o pico do seu efeito e sua saída do corpo.

O clonazepam é completamente absorvido após administração oral, já quando aplicado por via intramuscular apresenta absorção mais lenta. Quanto à administração por via intravenosa, o efeito sedativo ocorre, aproximadamente, cinco minutos depois de ser introduzido no organismo.

A sua eliminação se dá por biotransformação, que consiste em um conjunto de reações enzimáticas que transformam o fármaco em um componente diferente daquele originalmente administrado para que então possa ser excretado pela urina e bile.

2.2.2 Indicações, efeitos e riscos

Estudos associaram anomalias genéticas e deficiências congênitas em bebês de mulheres tratadas com clonazepam (RAMALHO, 2015). Dentre as principais deficiências registradas estão: anomalias na formação dos lábios, orelhas e Insuficiência cardíaca. Porém, as pesquisas não são conclusivas. Cabe ressaltar, registros de mulheres grávidas que utilizaram o clonazepam e sofreram aborto (MARQUES, 1983).

Conforme Louzã Neto (2007), os efeitos colaterais mais frequentes provocados pelo clonazepam referem depressão do SNC. Além disso, são observadas reações nos campos em destaque:

> Neurológico: Sonolência, ataxia, movimentos anormais dos olhos, depressão;
> Psiquiátrico: Confusão, depressão, amnésia, alucinações, histeria;
> Respiratório: Congestão pulmonar, respiração ofegante, tosse, bronquite;
> Cardiovascular: Palpitações, dor torácica;
> Dermatológico: Perda de cabelo, erupção cutânea, edema facial e do tornozelo;
> Gastrintestinal: Anorexia, constipação, diarreia, boca seca, gastrite, dor de dente;
> Musculoesquelético: Fraqueza muscular, dores, lombalgia.
> Hematopolético: Anemia, leucopenia, trombocitopenia.

Há relatos esparsos referindo desidratação, febre, linfadenopatia, ganho ou perda de peso, reação alérgica, fadiga, infecção viral. Foram observados ainda, problemas comportamentais em aproximadamente 25% dos pacientes.

Acerca da superdosagem dessa substância, os sintomas se mostram similares àqueles causados por outros depressores do SNC. Desse modo, incluem sonolência, confusão, coma, reflexos diminuídos, parada respiratória que podem culminar em morte. Como antídoto aos Benzodiazepinicos pode ser utilizada uma droga chamada Flumazenil. Sua administração deve ser realizada por médicos ou anestesistas, exclusivamente, em ambiente hospitalar (LOUZÃ NETO, 2007).

A dependência relacionada ao clonazepan ocorre em pacientes predispostos. A conjuntura favorável ao desenvolvimento de dependência se relaciona com histórico de alcoolismo, abuso de drogas tomando como base, o uso em doses altas e por períodos prolongados (STRATTON & HAYES, 2011).

3 Barbitúricos

O ácido barbitúrico foi sintetizado em 1863 pelo investigador alemão chamado Adolf Von Baeyer.(STRATTON & HAYES, 2011). Trata-se de um grupo de drogas com alta taxa de morbimortalidade, comparado a outros medicamentos. Os barbitúricos atuam principalmente no Sistema Nervoso Central, podendo causar depressão profunda, sono, induzir ao relaxamento, entre outros. As indicações terapêuticas deste medicamento são importantes devido às suas propriedades anticonvulsionantes e sedativo-hipnóticas.

3.1 Fenobarbital

3.1.1 Histórico

O Fenobarbital pertence à classe dos barbitúricos, sintetizado em 1904, por Emil Fisher. A droga foi comercializada em 1912, com a marca Luminal, atuando como sedativo e hipnótico até 1950. Durante o nazismo, o Fenobarbital foi utilizado para assassinar as crianças com deformidades físicas (CURSO DE TOXICOLOGIA, 2016).

3.1.2 Indicações, efeitos e riscos

O Fenobarbital é um medicamento que age no sistema nervoso central. É um anticonvulsivante, hipnótico e sedativo, que pode ser conhecido comercialmente como Gardenal, utilizado para prevenir o

aparecimento de convulsões em indivíduos com epilepsia, assim como, para prevenir crises convulsivas de outras origens.

Seu modo de uso do Gardenal consiste em : Adultos: 2 a 3 mg/kg/dia em dose única ou fracionada, em comprimidos ou gotas; Crianças: 3 a 4 mg/kg/dia em dose única ou fracionada, apenas em gotas. Os efeitos colaterais do Gardenal incluem sonolência, dificuldade para falar ou em acordar, problemas de coordenação e equilíbrio, tonturas, dor de cabeça, lesões avermelhadas na pele, síndrome de Stevens-Johnson, hepatite, febre, dor nas articulações, distúrbios do humor, anemia megaloblástica, doenças ósseas, osteoporose, náuseas e vômitos. Além disso, o tratamento prolongado com Fenobarbital pode causar dependência. O Gardenal está contraindicado durante injestão de álcool, estrógenos e progestogênio utilizados como contraceptivos, durante a lactação, em pacientes com porfiria, insuficiência respiratória grave, insuficiência hepática ou renal grave, em pacientes que usam saquinavir e ifosfamida e em pacientes com antecedentes de hipersensibilidade aos barbitúricos.

3.2 Tiopental

3.2.1 Histórico

O Tiopental é um remédio anestésico que deprime o sistema nervoso central promovendo hipnose e anestesia, sendo muito utilizado para anestesia geral de cirurgias ou para auxiliar cirurgias com anestesia local, por exemplo. Como os outros barbitúricos, atua como depressor não seletivo do SNC e sua ação parece estar relacionada com a capacidade de aumentar ou mimetizar a ação inibitória sináptica do ácido gama-aminobutírico (GABA). Pode produzir alterações no humor, que variam da excitação à sedação, à hipnose e finalmente ao coma profundo. A superdose pode ser mortal. Não produz analgesia. Como hipnótico

deprime o córtex sensorial, diminui a atividade motora, altera a função cerebral e produz sonolência, sedação e hipnose.

A ação é exercida em nível do tálamo, onde inibe a condução ascendente dos impulsos nervosos para o cérebro. É um importante depressor respiratório, efeito que depende da dose administrada. Estudos em animais têm demonstrado que este medicamento reduz o tônus e a contratilidade do útero e da bexiga, mas não nas doses sedativo-hipnóticas utilizadas em seres humano (CURSO DE TOXICOLOGIA, 2016).

A absorção por via oral, parenteral e retal é variável; a velocidade aumenta quando é ingerido bem diluído ou com o estômago vazio. Os efeitos são observados após 30-40 segundos da injeção intravenosa. O fármaco é classificado como barbitúrico de ação ultracurta. É distribuído rapidamente em todos os tecidos e líquidos corporais e seu metabolismo ocorre quase exclusivamente em nível hepático. Sua meia-vida é de 3 a 8 horas; aproximadamente 80% se ligam às proteínas plasmáticas e se acumulam nos tecidos adiposos, portanto a recuperação após uma dose única é rápida porém após doses repetidas obtém-se um efeito anestésico prolongado, devido à liberação lenta do fármaco desde o tecido adiposo.

Existem alguns barbitúricos que quando injetados em pessoas normais, fazem com que as pessoas tenham uma tendência de falar somente a verdade quando questionadas. E o Tiopentanol também popularmente conhecido como soro da verdade, ganhou esse nome por gerar indução à esses efeitos. Foi notado durante a administração do tiopentanol em muitas pacientes submetidas a cirurgias. Os médicos percebiam que muitas delas quando questionadas em qualquer assunto, falavam unicamente a verdade.

Foi nos anos 30, que dois químicos da empresa Abott, sintetizaram o "Sódio Pentotal" ou tiopental, conhecido também como tiopentato de sódio. Barbitúrico de ação rápida, depressor do sistema nervoso central e muito potente.

É administrado intravenosamente para a indução de anestesia geral. Também é usado para hipnose, para o controle de estados convulsivos e também é um dos fármacos usados na injeção letal (em países que permitem a pena de morte como nos EUA). Atua sobre os receptores do (GABA).

3.2.2 Indicações, efeitos e riscos

Possui ação terapêutica, é hipnótico e anestésico. Como os outros barbitúricos, atua como depressor não-seletivo do SNC e sua ação parece estar relacionada com a capacidade de aumentar ou mimetizar a ação inibitória sináptica do ácido gama-aminobutírico. Pode produzir alterações no humor, que variam da excitação à sedação, à hipnose e finalmente ao coma profundo. A superdose pode ser mortal. É um barbitúrico que não produz analgesia. Como hipnótico ele deprime o córtex sensorial, diminuindo a atividade motora, altera também a função cerebral e produz sonolência, sedação e hipnose. Sua ação é exercida em nível do tálamo, onde inibe a condução ascendente dos impulsos nervosos para o cérebro (CURSO DE TOXICOLOGIA, 2016).

O Tiopental é um importante depressor respiratório, sendo que esse efeito depende da dose administrada. Estudos feitos em animais têm demonstrado que este medicamento reduz o tônus e a contratilidade do útero e da bexiga, mas não nas doses sedativas-hipnóticas utilizadas em seres humanos. Esse medicamento induz as enzimas microssômicas hepáticas modificando o metabolismo dos barbitúricos e de outros fármacos. A absorção por via oral, parenteral e retal é variável; sua velocidade aumenta quando é ingerido bem diluído ou com o estômago vazio. Os efeitos são observados após 30-40 segundos da injeção intravenosa.

O fármaco é classificado como barbitúrico de ação ultracurta. Pois é distribuído rapidamente em todos os tecidos e líquidos corporais, e seu metabolismo ocorre quase exclusivamente em nível hepático. Sua meia-

vida é de 3 a 8 horas e aproximadamente 80% se ligam às proteínas plasmáticas e se acumulam nos tecidos adiposos, portanto a recuperação após uma dose única é rápida, porém após doses repetidas, obtém-se um efeito anestésico prolongado, devido à liberação lenta do fármaco no tecido adiposo.

O Tiopental está indicado para a indução de anestesia completa de curta duração, menos de 15 minutos, ou para induzir anestesia geral. É um medicamento narcoanálise e narcossíntese em pacientes com transtornos psiquiátricos. Além disso, também pode ser usado como auxiliar em anestesia regional ou controle de convulsões.

O modo de uso do Tiopental deve ser indicado por um anestesista, pois este remédio só deve ser utilizado por profissionais de saúde em hospitais. É administrado unicamente por via IV. Uma vez que a anestesia é estabelecida, 25 a 50mg podem ser administrados cada vez que o paciente se move.

Na superdose aguda, observa-se depressão do sistema nervoso central e respiratório. Enquanto tratamento, principalmente de suporte, realiza-se manutenção da via aérea, monitoramento do equilíbrio de líquidos e sinais vitais. Suas reações adversas incluem depressão respiratória e do miocárdio, arritmias cardíacas, sonolência, tosse, broncoespasmo. Raramente anemia hemolítica autoimune, com falha renal.

As precauções envolvendo sua utilização requerem um equipamento adequado de reanimação que deve estar disponível. Por não existirem provas conclusivas, recomenda-se não usar em mulheres grávidas (LOUZÃ NETO, 2007).

O Tiopental está contraindicado para pacientes com doença cardiovascular grave, pressão baixa ou com hipersensibilidade aos barbitúricos. Como contraindicações absolutas destacam-se a Hipersensibilidade aos barbitúricos Porfiria latente ou manifesta. As contraindicações relativas desta substancia incluem doença cardiovascular grave, hipotensão ou choque. Além disso, ocorrem

condições onde o efeito hipnótico pode ser prolongado, tais como: excesso de medicação pré-anestésica, doença de Addison, disfunção renal ou hepática, mixedema e asma.

O critério definitivo para determinar se as condições do paciente ou a natureza da operação excluem o uso de tiopental em determinado caso, é estabelecido pela possibilidade do anestesista conseguir os efeitos desejados, sem ocorrência de ania, hipercapnia ou insuficiência circulatória.

4 Desconstrução da postura medicalizante da vida e da existência

O debate sobre a Psicofarmacologia na formação em Psicologia propicia possibilidades de ampliação de um trabalho integrador do psicólogo nas políticas e espaços da saúde, a partir de uma perspectiva crítica. O Conselho Federal de Psicologia alerta para a percepção de que atualmente, sentimentos como: tristeza, alegria e medo, passaram a ser transformados de sentimentos legítimos em diagnósticos patológicos e, não raras vezes, as pessoas são medicadas com psicofármacos, caracterizando a prática de medicalização.

Conforme Zorzanelli et. al. (2014), a medicalização constitui o processo que transforma de forma artificial as questões não médicas em problemas médicos. Problemas de diferentes ordens são apresentados como doenças, transtornos e distúrbios psiquiátricos que escondem questões econômicas, políticas, sociais, culturais e emocionais – que atingem a vida das pessoas.

A atribuição do termo medicalização na definição de transtornos médicos para comportamentos transgressivos e desviantes das normas sociais vigentes surge em determinado cenário sócio histórico. Esse sentido remonta ao centro de debates da psiquiatria sobre a produção social da doença mental, no correr das décadas 50 e 60, e em torno das obras influentes de Barbara Wootton e de Thomas Szasz.

De acordo com CFP (2012), a expressão 'medicalização', cunhada nos anos 1970, foi usada por Ivan Illich em seu livro 'A expropriação da saúde: nêmesis da medicina', ao alertar que a ampliação e extensão do poder médico minavam as possibilidades das pessoas de lidarem com os sofrimentos e perdas decorrentes da própria vida, transformando as dores da vida em doenças. Segundo o autor, a vida estaria sendo medicalizada pelo sistema médico que pretendia ter autoridade sobre pessoas que ainda não estariam doentes, sobre pessoas para quem não se poderia racionalmente esperar a cura, e sobre pessoas com problemas para os quais os tratamentos prescritos por médicos teriam resultados semelhantes aos dos oferecidos por familiares mais experientes.

As expressões medicalização e patologização designam processos que transformam, artificialmente, questões não médicas em problemas médicos. Problemas de diferentes ordens são apresentados como "doenças", "transtornos", "distúrbios" que escamoteiam as grandes questões políticas, sociais, culturais, afetivas que afligem a vida das pessoas. Questões coletivas são tomadas como individuais; problemas sociais e políticos são tornados biológicos.

Dantas (2015) refere que na sociedade contemporânea a medicalização representa a busca desenfreada por explicações biológicas, fisiológicas e comportamentais para o sofrimento psíquico. Questões como ansiedade, estresse, depressão, síndrome do pânico, transtorno bipolar e fobias são permeadas pela busca por um alívio imediato dos sintomas, sem que se compreendam as origens do sofrimento. Uma acentuada carga medicamentosa é prescrita a adultos e crianças quando suas posturas diferem das catalogadas como normais. Ocorre, diante disso, o enquadramento em categorias nosológicas.

Uma vez classificadas como "doentes", as pessoas tornam-se "pacientes" e consequentemente "consumidoras" de tratamentos, terapias e medicamentos, que transformam o seu próprio corpo no alvo dos problemas que, na lógica medicalizante, deverão ser sanados individualmente. Muitas vezes, famílias, profissionais, autoridades,

governantes e formuladores de políticas eximem-se de sua responsabilidade quanto às questões sociais: as pessoas é que têm "problemas", são "disfuncionais", "não se adaptam", são "doentes" e são, até mesmo, judicializadas. A medicalização tem assim cumprido o papel de controlar e submeter pessoas, abafando questionamentos e desconfortos; cumpre, inclusive, o papel ainda mais perverso de ocultar violências físicas e psicológicas, transformando essas pessoas em "portadores de distúrbios de comportamento e de aprendizagem".

O CFP (2012) afirma que atualmente, há uma multiplicidade de "diagnósticos" psicopatológicos e de terapêuticas que simplificam as determinações dos transtornos e retornam a uma concepção reducionista das problemáticas psicopatológicas e de seus tratamentos. Esta concepção utiliza, de modo singularmente inadequado, notáveis avanços no terreno das neurociências para deles derivar, ilegitimamente, um biologismo extremo que não dá qualquer valor à complexidade dos processos subjetivos do ser humano. Procedendo de maneira sumária, esquemática e carente de verdadeiro rigor científico se fazem diagnósticos e até se postulam novos quadros psicopatológicos a partir de observações e de agrupamentos arbitrários de riscos, baseados em antigas e confusas noções.

Rótulos e etiquetas, maquiados de diagnósticos, e pílulas de psicotrópicos prometem resolver todos os conflitos naturais da vida, tirando a vida de cena. Por sua vez, supor que diagnosticar é atribuir um nome, leva a um caminho pouco rigoroso, porque desconhece a variabilidade das determinações daquilo que é nomeado. Assim, um movimento de uma criança pode ser considerado normal ou patológico segundo o observador, bem como as dificuldades de linguagem podem ser localizadas como um "transtorno" específico ou como sintoma de dificuldades vinculares, segundo aquele que esteja "avaliando" essa criança. Portanto, as classificações tendem a agrupar problemas muito diferentes somente porque sua aparência é similar. Vive-se tempos

marcados por crescente medicalização de todas as esferas da vida: a "Era dos Transtornos".

Para a ABCD (2017), crianças têm sido taxadas pela escola como indisciplinadas, desatentas e desconcentradas quando estão apenas sendo crianças. O uso da palmatória como castigo físico para tornar obedientes àqueles que insistiam em reagir as opressões normativas da escola, é hoje aplicado no formato de comprimidos, fortalecido pelo discurso médico, caracterizando um castigo fisiológico, impossibilitando às crianças de sentir e ser quem realmente são.

Assim, nos últimos vinte anos psicofármacos têm sido comumente indicados para o tratamento de possíveis transtornos e distúrbios relacionados ao processo de aprendizagem de crianças e adolescentes. Após o consumo desta droga ser autorizado no Brasil, em 1998, milhares de crianças e adolescentes se tornaram usuárias, fazendo do país o segundo maior consumidor da droga no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. Segundo dados do Instituto de Medicina Social da UERJ, em dez anos o consumo desta droga cresceu 775% no Brasil.

Segundo o CFP (2012), na sociedade brasileira são feitos enormes alardes em relação às drogas ilícitas e campanhas envolvendo grandes somas de dinheiro público são realizadas para o controle e tratamento de algumas delas, como o crack, há outra questão de enorme importância que é o avanço na utilização das drogas lícitas. No Brasil, por exemplo, o metilfenidato, substância dada para crianças e adolescentes com a pretensão de diminuir o chamado "déficit de atenção" na escola, subiu de 70.000 caixas vendidas em 2000 para dois milhões de caixas em 2010, inserindo o Brasil no segundo maior consumidor dessa droga no mundo, perdendo somente para os Estados Unidos.

O marketing desenvolvido pelas indústrias tem aumentado e muito o consumo de drogas com base em anfetaminas por atuarem diretamente no Sistema Nervoso Central. A categorização de comportamentos como supostos distúrbios e transtornos têm se proliferado chegando ao ponto de que ações como as apresentadas por

adolescentes de caráter contestador, crítico são consideradas como Transtornos de Oposição Desafiadora (TOD), fundamentados no conhecimento científico a partir do DSM – V.

A ABCD (2017) pondera que o aprendizado ocorre através dos sentidos e cercear o que as crianças sentem é afasta-las de si mesmas, restringindo seu processo de autoconhecimento, conhecimento do outro e do mundo que as cerca, prejudicando consequentemente o processo do desenvolvimento de sua autonomia. É preciso respeitar o ritmo de aprendizado de cada estudante e abrir espaço para que possam fazer escolhas e aprender a partir da experiência.

No Brasil, a crítica e o enfrentamento dos processos de medicalização ainda são muito incipientes. Com base na conjuntura em questão, tem sido fomentada a discussão na sociedade sobre a desconstrução da postura medicalizante da vida e da existência. Trata-se de compreender que aspectos estão subjacentes a essa crescente medicalização da vida. Assim, pesquisadores de universidades públicas e privadas, entidades do magistério, da psicologia e do meio médico, das profissões afins das áreas de saúde e educação, parlamentares, movimentos sociais têm se articulado para levar à população essa reflexão e mostrar que interesses estão encobertos pelas formas como determinadas saídas para a vida estão sendo apresentadas a nós.

O CFP destaca a constituição do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, que tem como objetivos: articular entidades, grupos e pessoas para o enfrentamento e superação do fenômeno da medicalização, bem como mobilizar a sociedade para a crítica à medicalização da aprendizagem e do comportamento. O caráter do Fórum é político e de atuação permanente, constituindo-se a partir da qualidade da articulação de seus participantes e suas decisões serão tomadas, preferencialmente, por consenso.

De acordo com o CFP (2012), o fórum é composto por entidades, movimentos e pessoas que tenham interesse no tema e afinidade com os objetivos de sensibilização social quanto à medicalização. Mais de 40

entidades assinaram o Manifesto, compondo esta frente que vem se ampliando nos estados da Bahia, Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo e mais recentemente em Rondônia, constituindo núcleos regionais. Informações sobre a iniciativa podem ser obtidas no site www.medicalizacao.com.br ou no facebook "fórum sobre medicalização".

Paralelamente, o CFP lançou a campanha nacional "Não à medicalização da Vida". Com isso, chama atenção para as questões da Medicalização, processo que transforma questões de ordem social, política, cultural em "distúrbios", "transtornos", atribuindo ao indivíduo uma série de dificuldades que o inserem no campo das patologias, dos rótulos, das classificações psiquiátricas.

A entidade considera fundamental atuar em duas frentes: na dimensão acadêmica, articulando o conhecimento sobre a questão já difundido em várias áreas de conhecimento e na formação os futuros profissionais; e na dimensão política, convocando entidades da sociedade civil organizada, parlamentares, pesquisadores, instituições de ensino e movimentos sociais a fim que constituir o debate sobre o tema, levando a questão para a sociedade como um todo.

Não se refuta a importância da utilidade dos psicofármacos desde que sejam prescritos de forma criteriosa e responsável aliados à psicoterapia e outras estratégias contra o sofrimento psíquico. É preciso atentar, nesse sentido, para seu uso abusivo sua relação com a dependência química.

5 Considerações Finais

A prescrição de medicamentos, dentre eles os psicofármacos não faz parte das atribuições dos Psicólogos, mas sim dos Psiquiatras. Entretanto, devido à atuação conjunta do Psicólogo na abordagem do sofrimento psíquico pelas técnicas psicoterapêuticas é importante para o referido profissional compreender a relação dos pacientes com o consumo de tais substâncias.

A abordagem multidisciplinar em saúde mental, tão presente na contemporaneidade, requer o uso de métodos de trabalho relacionados e integrados entre si. Nesse sentido, a necessidade do psicólogo em conhecer a psicofarmacologia, seu mecanismo de ação e eventuais comportamentos desencadeados em pacientes que utilizam determinados fármacos. Tal postura possibilitará progressos para o paciente, já que este terá um tratamento coeso entre os profissionais.

É importante para o estudante de Psicologia, o debate sobre aspectos da Psicofarmacologia e sua relação com a formação do psicólogo. O referido processo discursivo permite a ampliação do debate sobre a importância da psicofarmacologia no trabalho integrador do psicólogo nas políticas e espaços da saúde, a partir de uma perspectiva crítica.

Referências

ABCD. **Associação Brasileira de Cientistas para Desconstrução de Diagnósticos e Desmedicalização**. 2017. Disponível em: <http://desmedicalizacao.org>. Acesso em: 27 jun. 2018.

BERNIK, M. A. História dos Benzodiazepínicos. In: _____. **Benzodiazepínicos: quatro décadas de experiência.** EDUSP, 1999.

CFP. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Subsídios para a campanha:** Não à medicalização da vida. Brasilia, 2012

CHARNEY, D. S. *et al.* Hipnóticos e sedativos. In: Goodman & Gilman**. As bases farmacológicas da terapêutica**. 10ª ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2005.

CORTEZ, Célia Martins; SILVA, Dílson. **Fisiologia Aplicada à Psicologia**. Rio de janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

CURSO DE TOXICOLOGIA. In: http://ltc-ead.nutes.ufrj.br/toxicologia/mV.im.barb.htm. Acesso em mar, 2016.

DANTAS, Jurema Barros (org.). **A infância medicalizada:** discursos, práticas e saberes para o enfrentamento da medicalização da vida. 1ed.Curitiba: CRV, 2015.

LOUZÃ NETO, Mario R. **Psiquiatria básica**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MARQUES, Euclydes & NOGUEIRA, Antonio A. G. **Neurofisiologia para psicólogos**. São Paulo: Cepan, 1983.

RAMALHO, Danielle Manera. **Psicopedagogia e neurociência:** neuropsicopedagogia e neuropsicologia na prática clínica. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

RODRIGUES, V. **Toxicologia Forense -** Benzodiazepínicos. Disponível em: http://www.cefarma.com.br/arquivos/ppc_t7/ppc_t7_tx_benzodiazepinicos.pdf. Acesso em: 12/03/16.

STRATTON, Peter; HAYES, Nicky. **Dicionário de psicologia.** Trad. Esméria Rovai. São Paulo: Cengage Learning, 2011

ZORZANELLI, Rafaela Teixeira et al. Um panorama sobre as variações em torno do conceito de medicalização entre 1950-2010. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. 2014,

18

Aspectos de neuroanatomia e conduta terapêutica em psicologia

Dayse Marinho Martins

1 Introdução

Dentre as funções do cérebro no corpo humano, pode-se destacar o controle do comportamento, de aspectos da sensibilidade, dos sentimentos, objetos de estudo da Psicologia. Diante disso, cabe ao acadêmico de Psicologia conhecer a anatomia do cérebro e suas respectivas funções, bem como as patologias associadas e condutas terapêuticas em Psicologia.

Com base nesse pressuposto, este trabalho aborda enquanto tópicos de neuroanatomia: o sistema nervoso autônomo, as vias sensitivas e vias motoras. De forma resumida e esquemática, apresenta-se a função e estrutura, patologias associadas e perspectivas de tratamento no âmbito psicológico.

2 Vias sensitivas

As vias sensitivas ou aferentes constituem as estruturas que conduzem aos centros nervosos, os impulsos originados nos receptores periféricos, divididos em três elementos: o receptor, o trajeto periférico e o trajeto cortical. O receptor é uma terminação nervosa sensível ao estímulo que caracteriza a via. Fibras específicas promovem a conexão

entre receptor e áreas do córtex permitindo a discriminação sensorial (SOBOTTA, 2012).

O trajeto periférico é compreendido por nervo espinal ou craniano e gânglio sensitivo com fibras em funções diferenciadas que se mesclam. Por sua vez, em seu trajeto central, as vias aferentes são agrupadas em feixes adequados à sua função: tractos, fascículos e lemniscos. No córtex cerebral ou no córtex cerebelar, situa-se a área de projeção cortical responsável por distinguir a sensibilidade. Ambas utilizam a via inconsciente e qualquer impulso determina manifestação sensorial.

As grandes vias aferentes classificam-se em inconsciente e consciente. A primeira é constituída por cadeia de dois neurônios enquanto a segunda, por cadeias de três neurônios.

2.1 Vias aferentes que penetram no sistema nervoso central por nervos espinhais

2.1.1 Vias da dor e temperatura

Por meio delas, impulsos de dor e temperatura atingem o sistema nervoso. Nelas, a via neoespino-talâmica é constituída por uma cadeia de três neurônios: um nos gânglios espinais, os outros na coluna posterior da medula e no tálamo e seus axônios. Neurônios é a via “clássica” de dor e temperatura. À referida via é atribuída a detecção da dor aguda na superfície do corpo, conhecida como dor em pontada, a partir de receptores do tronco. Além delas, existem as vias paleospino-talâmica que conduzem a dor pouco localizada, dor profunda do tipo crônica, do tipo queimação.

2.1.2 Vias de pressão e tato protopático

Os corpúsculos de Meisser e os de Ruffini constituem os receptores de pressão e tato, caracterizados por ramificações dos axônios em torno dos folículos pilosos.

Sua formação ocorre a partir dos neurônios localizados nos gânglios, na coluna posterior medula e no núcleo ventral póstero-lateral do tálamo. Através desse trajeto, chegam ao córtex, impulsos originados que se tornam conscientes já em nível talâmico.

2.1.3 Vias de propriocepção consciente, tato epicrítico e sensibilidade vibratória.

A propriocepção tem como receptores responsáveis, os fusos neuromusculares e órgãos neurotendinosos. Pro sua vez, os corpúsculos de Vater Paccini constituem os receptores para sensibilidade vibratória. Caracterizado pela precisão, rapidez e alto nível de discriminação e representação espacial detalhada, o tato epicrítico possibilita o reconhecimento do tamanho e forma dos objetos colocados na mão.

2.1.4 Vias de propriocepção inconsciente

Nestas vias, os receptores são os fusos neuromusculares e órgãos tendinosos situados nos músculos e tendões. Sua atuação é relacionada à coordenação e ao movimento. Tais vias são vinculadas ao cerebelo.

2.1.5 Vias da sensibilidade visceral

Apresentam receptores terminais livres com trajeto periférico pelos nervos autônomos. Os impulsos seguem por nervos simpáticos até o tronco simpático, atingem os nervos espinhais e a medula.

2.2 Vias aferentes que penetram no sistema nervoso central por nervos cranianos

2.2.1 Vias trigeminais

As vias trigeminal exteroceptiva caracterizam receptores idênticos localizados nas vias de sensitivas de percepção de temperatura, dor, tato e pressão, bem como nos neurônios do tronco encefálico e na região da medula. Por sua vez, nas vias trigeminal proprioceptiva há neurônios com prolongamento periférico, ligados a fusos neuromusculares na musculatura mastigadora, mimica e da língua. Há ainda ligações com receptores na articulação tempomandibular e nos dentes.

2.2.2 Vias gustativas

Vias compostas por corpúsculos gustativos da língua e da epiglote como receptores. Tais receptores possuem células basais, células gustativas e axônios gustativos aferentes. O processo de captação do fenômeno gustativo tem como ponto de partida, a língua em suas regiões vinculadas a cada modalidade de sabor.

2.2.3 Via olfatórias

Seus receptores são os cílios das vesículas olfatórias caracterizadas por pequenas dilatações do prolongamento periférico da célula olfatória. O epitélio olfativo composto por células receptoras olfativas e basais apresenta destaque entre os órgãos do olfato.

2.2.4 Vias auditivas

No órgão espiral situado na cóclea do ouvido interno, por onde o som é inicialmente percebido, situam-se os receptores da audição. O

córtex recebe os estímulos auditivos a partir de uma via que envolve quatro neurônios. O trajeto é complexo e envolve variáveis sinapses, apesar da organização tonotópica, que se projeta em partes especificas da área auditiva.

2.2.5 Vias vestibulares conscientes e inconscientes

Com receptores localizados na porção vestibular do ouvido interno, caracterizam cristais dos canais semicirculares e máculas do utrículo e do sáculo. Tais vias informam sobre a posição da cabeça no espaço.

2.2.6 Vias ópticas

Caracterizadas pela estrutura da retina com receptores e neurônios dentre os quais destacam-se dois tipos de receptores celulares: cones e bastonetes relacionados à acuidade visual, percepção da cor e detalhes finos visuais. As fibras na vias ópticas possuem um trajeto de convergência dos nervos ópticos para formar o quiasma optico. As fibras dos dois nervos ópticos passam por decussação na retina nasal e na retina temporal. Assim, o hesmisfério cerebral de um lado relaciona-se com as atividades sensitivas do lado oposto.

2.3 Patologias associadas e conduta terapêutica em Psicologia

No âmbito das vias sensitivas, pode-se apontar como patologia, alterações nos indivíduos causadas pela dor. A dor pode ser aguda, caracterizando mecanismo nociceptivo, sinal de alerta com duração limitada no tempo e espaço. Contudo, a dor pode também ser caracterizada como crônica não apresentando finalidade biológica de alerta, constituindo uma doença. Nesse caso, sua duração excede seis meses, sendo constante e intermitente, estando associada a um processo de doença crônica (MARQUEZ, 2011).

Diferentes comportamentos dos pacientes com dores crônicas, reconhecidos como neurose da dor devem ser considerados no processo terapêutico: incapacidade física, depressão, ansiedade, visita a múltiplos médicos, utilização abusiva de drogas, dependência física e vícios de fármacos (narcóticos), uso de tratamentos ineficientes ou potencialmente prejudiciais, incapacidade sócio-profissional, envolvimentos judiciais, aposentadoria forçada, prejuízos financeiros e nas relações sociais, rejeição familiar e pelo sistema de saúde.

Além de tratamentos analgésicos e terapias alternativas como acupuntura, no campo da psicologia tem se destacado a abordagem biopsicossocial. Nessa proposta, o psicólogo avalia a interação complexa e dinâmica entre fatores fisiológicos, psicológicos e sociais, que perpetuam e pioram as manifestações clinicas. A referida conduta terapêutica, ajuda a explicar a diversidade da expressão da dor ou da doença, incluindo a severidade, duração e consequências psicossociais. (MARQUEZ, 2011).

Dentre as patologias que afetam as vias sensitivas, destacam-se ainda, alterações olfatórias e gustativas, de cunho congênito ou adquirido tais como: traumatismo cranioencefálico, neoplasias nasais ou intracranianas, alterações psiquiátricas (PALHETA NETO, 2011).

Traumatismos cranioencefálicos podem ocasionar danos aos nervos olfativos, com grau de perda associado à severidade do trauma. A lesão pode ser no córtex frontal, com hiposmia ou na região occiptal com anosmia. Os processos neoplásicos de localização intranasal bloqueiam o fluxo aéreo ou destroem o aparelho olfatório. As neoplasias intracranianas na superfície orbital do cérebro podem causar anosmia unilateral que também ocorre em associação a tumores do lobo frontal e a lesões parasselares e hipofisárias. Em meningiomas, anosmia unilateral ocorre evoluindo para anosmia bilateral, acompanhada com de neuropatia óptica.

Patologias psiquiátricas cursam com distúrbios da olfação: a esquizofrenia com alucinações olfatórias, assim como na depressão. A fantosmia pode se apresentar como aura em pacientes com epilepsia do

lobo temporal. A hiperosmia é funcional em abuso de drogas e enxaqueca. Alucinações olfativas se devem a psicose, ou lesão do sistema olfativo central, neoplásica ou vascular, ou como manifestação de crise convulsiva.

No paladar, as afecções ocorrem em casos de lesões do nervo facial ou após paralisia facial de Bell. Disgeusia pode ser um efeito direto ou indireto de condições malignas. Hipergeusia e parageusias podem ocorrer em psicoses e no transtorno de conversão (PALHETA NETO, 2011).

Alucinações gustativas podem ocorrer em crises parciais complexas e nos tumores, em conjunto com as alucinações olfatórias. Pacientes idosos desenvolvem disgeusia de origem obscura com anorexia e perda de peso. A sensibilidade gustativa aumentada ocorre em pacientes com doença de Addison, deficiência da hipófise e fibrose cística. Lesões do nervo lingual podem causar perda do paladar.

Os distúrbios de olfação e gustação são sintomas de doenças, por isso o tratamento depende da sua causa. As alterações por infecções virais são tratadas com hidratação oral, repouso e analgésico. Causas obstrutivas nasais com correção cirúrgica e emprego de corticosteroides tópicos. Nas perdas por trauma, se não regredirem após a melhora do edema, geralmente são irreversíveis. O tratamento requer cooperação interdisciplinar e a abordagem em psicologia precisa ser preventiva ao desenvolvimento de patologias vinculadas à dor como a fibromialgia, ansiedade e depressão, bem como direcionada a patologias psiquiatras que possam ter desencadeado tais alterações.

3 Vias motoras

As grandes vias motoras ou eferentes se dividem em dois grandes grupos: Vias eferentes somáticas responsáveis pelo controle dos músculos estriados esqueléticos, na realização de movimentos voluntários ou automáticos, regulação do tônus e postura; Vias eferentes

viscerais vinculadas ao músculo liso, músculo cardíaco ou glândulas, direcionando o funcionamento das vísceras e dos vasos (MACHADO, 2014).

3.1 Vias eferentes viscerais

Caracterizam estruturas nervosas periféricas direcionadas ao comando motor das vísceras. Originam-se nos receptores visceroceptores, situam-se nas paredes das vísceras e são ligadas a fibras nervosas que conduzem impulsos até a medula espinhal ou tronco cerebral, onde penetram pelos nervos espinhais ou cranianos.

O sistema nervoso central é responsável pelo processamento das informações viscerais a partir de diferentes estruturas: Os reflexos autônomos são integrados na medula espinhal ou no tronco encefálico. O cérebro também participa do controle visceral através do hipotálamo, de áreas do sistema límbico, do próprio córtex cerebral.

3.2 Vias eferentes somáticas

As Vias eferentes somáticas se relacionam à realização de movimentos voluntários, regulando ainda o tônus e a postura. Essas vias estão divididas em Vias Piramidais e Vias extrapiramidais.

3.2.1 Vias Piramidais

Compreendem os tratos córtico-espinhal e córtico-nuclear e suas áreas corticais de origem. São responsáveis pelos movimentos voluntários.

O Tracto cortico-espinhal liga o córtex cerebral aos neurônios motores da medula, com fibras organizadas no trajeto a partir da coroa radiana pela perna posterior da capsula interna. Parte das fibras continua ventralmente formando o tracto cortico-espinhal anterior, enquanto a

outra parte cruza na decussação das pirâmides caracterizando o tracto cortico-espinhal lateral.

O Tracto córtico-nuclear se difere do anterior por transmitir impulsos aos neurônios motores do tronco encefálico e não aos da medula. Dessa forma, coloca sob controle voluntário, os neurônios motores situados nos núcleos dos nervos cranianos. Suas fibras começam na parte inferior que corresponde à representação cortical da cabeça, passando pelo joelho da capsula interna e descendo pelo tronco encefálico, associadas ao tracto cortico-espinhal . À medida que desce pelo tronco encefálico se destacam feixes de fibras vinculados aos neurônios motores dos núcleos da coluna eferente somática e eferente visceral especial.

3.2.2 Vias Extrapiramidais

Responsável pelos movimentos automáticos e regulação do tônus e da postura. Por esse meio, estruturas nervosas supra –espinhas exercem influência nos neurônios motores da medula, através dos tratos rubro-espinhal, tecto-espinhal, vestíbulo-espinhal e retículo-espinhal, que não passam pelas pirâmides bulbares.

O Tracto rubro-espinhal em conjunto com o tracto cortico-espinhal, controla a motricidade voluntária dos músculos distais dos membros. O Tracto tecto-espinhal tem origem no colículo superior, vinculado à retina e ao córtex visual, se encerrando na medula cervical alta. Assim, controla parte da movimentação da cabeça nos estímulos visuais. O Tracto vestíbulo-espinhal parte dos núcleos vestibulares, conduzindo informações do ouvido para os neurônios motores medulares, controlando o equilíbrio. Por sua vez, o Tracto reticulo-espinhal possui relevância por interligar áreas de formação reticular com neurônios motores. Relaciona-se ao controle de movimento tanto voluntários quanto automáticos. Assim, coloca o corpo na postura básica, de partida,

fundamental para a execução de movimentos pela musculatura distal dos membros.

3.3 Patologias associadas e conduta terapêutica em Psicologia

Dentre as patologias vinculadas às vias motoras, pode-se mencionar a síndrome piramidal caracterizada pela perda de força e outras alterações em pacientes com lesões cerebrais ou da medula que afetam o trato piramidal, ou cortocospinhal. Os sintomas apontam que os impulsos motores que partem do centro não chegam à periferia, ou seja, ao grupo muscular. A síndrome piramidal pode constituir dois tipos: deficitária e de liberação, com possibilidade de coexistências das duas modalidades no mesmo paciente.

Na perspectiva deficitária, a síndrome piramidal é constatada por fraqueza em um lado do corpo ou de uma parte do corpo: hemiparesia, fraqueza de um lado, tetraparesia, fraqueza dos 4 membros, ou paraparesia, fraqueza das duas pernas. Paralelamente há a diminuição do tônus muscular: hipotonia ou moleza dos músculos. Em sua modalidade de liberação, a síndrome piramidal ainda refere fraqueza. Porém, os membros afetados não ficam moles, mas sim, duros e tensos.

Das causas para o desenvolvimento da referida síndrome, destacam-se a Esclerose Multipla, a Esclerose Lateral Amiotrofica, traumatismos e infecções cerebrais. Além dessas patologias, a mais comum é o Acidente Vascular Cerebral, o popular derrame cerebral. Sua ocorrência se dá quando há um entupimento ou o rompimento dos vasos que levam sangue ao cérebro provocando a paralisia da área cerebral que ficou sem circulação sanguínea adequada (MENESES, 2006).

O AVC se caracteriza como doença crônico-degenerativa, pelo seu caráter degenerativo e incapacitante. Sua repercussão social, através da Síndrome Piramidal, interfere consideravelmente no estilo de vida do paciente, muitas vezes tornando-o totalmente dependente. Nesse sentido,

a conduta terapêutica em Psicologia deve se pautar na abordagem preventiva de distúrbios emocionais como ansiedade e depressão.

Ainda sobre patologias nas vias motoras, cabe ressaltar as lesões cerebelares cuja sintomatologia aponta para incoordenação motora. Assim, são identificadas astasia, dificuldade para se manter em pé; abasia, dificuldade para marcha; dismetria na qual o paciente não consegue atingir um alvo, executando movimentos inapropriados que podem tanto ser interrompidos antes como depois do almejado. Há ainda, sinais de decomposição, isto é, movimentos realizados em etapas, por dificuldade de integração de diferentes musculaturas, conferindo uma característica "quebrada" e não uniforme ao movimento; disdiadococinesia constituindo dificuldade de realizar movimentos rápidos, alternantes e coordenados e tremor variando entre elevada amplitude e baixa freqüência, acentuando-se ao final de um movimento.

Do mesmo modo que na síndrome piramidal, nas alterações a partir de lesões cerebelares, a conduta terapêutica deve se considerar as possibilidades de intervenção em comportamentos vinculados ao transtorno de ansiedade. A dificuldade de execução dos movimentos pode levar o paciente a comportamentos ansiosos. Nesse caso, a psicoterapia breve pode atuar enfocando diretamente a questão, restringindo alterações de humor (MARQUES & NOGUEIRA, 1983).

Após um acidente vascular cerebral ou lesões nas vias motoras é comum que pacientes e familiares apresentem alterações emocionais que podem variar em intensidade e interferir no tratamento e no retorno às atividades rotineiras. Estas alterações podem ser de origem psicológica. Dessa forma, o psicólogo acompanha as manifestações emocionais e comportamentais apresentadas pelo paciente, propõe estratégias que auxiliem no enfrentamento das dificuldades emocionais de origem orgânica e trata as reações de origem psicológica. Outro aspecto importante é o apoio ao cuidador devido à necessidade de reorganização experimentada pelas pessoas envolvidas no cuidado para lidar com as mudanças do paciente e que poderão necessitar de orientações específicas. A sobrecar-

ga emocional do paciente e do familiar deve ser alvo de atenção, pois é frequente e tem impacto no programa de reabilitação e recuperação do paciente.

Nas patologias que afetam as vias extrapiramidais pode-se apontar a Paralisia Cerebral (PC) caracterizada pelo grupo de desordens motoras, não progressivas, porém sujeitas a mudanças, resultantes de uma lesão no cérebro, nos primeiros estágios do desenvolvimento, isto é, antes, durante ou após o nascimento (SOUZA e FERRARETTO, 1998). Crianças com PC apresentam comprometimento motor, que interfere no seu desempenho funcional. A PC pode ser compreendida a partir de dois critérios: o tipo de disfunção motora, ou seja, o quadro clínico resultante; e a topografia de prejuízos correspondente à localização do corpo afetado.

A esta abordagem interessa o critério referente ao tipo de disfunção motora, mais especificamente o tipo extrapiramidal ou discinético. Nessa modalidade a lesão se localiza no trato extrapiramidal. Assim, a criança apresenta movimentos involuntários atetósicos – contínuos uniformes e lentos; e coreicos – rápidos arrítmicos e de inicio súbito. Além disso, há movimentos intermitentes de torção devido à contração simultânea do grupo agonista e antagonista. Em sua forma severa, a criança apresenta hipotonia (tônus muscular diminuído) e o desenvolvimento motor é bastante atrasado. Há dificuldades na fala, no andar, sendo a criança dependente para a alimentação, locomoção e higiene (SOUZA e FERRARETTO, 1998).

Na PC, a atuação do psicólogo inicialmente pode se vincular ao processo de ajustamento dos pais à inclusão da criança, ampliando oportunidades para o desenvolvimento das suas capacidades, quaisquer que sejam as suas limitações. Além disso, em alguns casos, a lesão cerebral altera os canais formais de expressão e comunicação com o meio. É imprescindível diante disso, auxiliar a criança na percepção de seu potencial (RAMALHO, 2015).

No desenvolvimento infantil, a atuação do psicólogo, deve contemplar também, o trabalho com aspectos emocionais, oferecendo suporte à superação das dificuldades de aprendizagem (METRING, 2014). É importante que se perceba no desenvolvimento intelectual da criança, sua individualidade: como pensa, para que ou porque está agindo de determinada maneira e o seu momento. No desenvolvimento intelectual é comum buscar comportamentos e características de uma coletividade. Contudo, é preciso considerar a individualidades, propiciando o aspecto da inclusão à criança com necessidades especiais.

4 Sistema nervoso autônomo

O Sistema Nervoso Autônomo (SNA) controla a função involuntária de diversos órgãos: movimentos involuntários dos músculos como não-estriado e estriado cardíaco, sistema endócrino e respiratório. Direciona-se ao comando de mecanismos que conscientemente não podem se modificar, tais como, batimentos cardíacos e dilatação das pupilas. O sistema nervoso autónomo se divide em simpático e parassimpático. Mesmo realizando suas ações de forma contrária, pode-se conjecturar que o parassimpático restaura os níveis de equilíbrio alterados pelo simpático.

O SNA Simpático deixa o corpo em alerta para uma emergência, em caso de ameaça ao organismo pela excitação e ativação de órgãos necessários às respostas. O SNA parassimpático reorganiza as ações desencadeadas pelo SNA Simpático, relaxando-as. Portanto, regula o organismo mediante condições ambientais pela homeostasia pelo equilíbrio dinâmico do metabolismo, enquanto capacidade gerenciada pelo hipotálamo. Nesse caso, mediante circunstância desencadeadora, caso o SNA simpático acelere o ritmo cardíaco, o SNA parassimpático atua estabilizando esse ritmo.

Além de perceber as diferenças existentes entre os dois, é relevante compreender a maneira como tais ativações inconscientes se processam

bem como, os mecanismos atuantes na emissão das respostas involuntárias (SOBOTTA, 2012).

Nessa perspectiva, ressalta-se que o SNA contém fibras nervosas responsáveis por conduzir impulsos do sistema nervoso central aos músculos lisos das vísceras e à musculatura do coração. O nervo motor do SNA contém dois tipos de neurônios, um pré-ganglionar e outro pós-ganglionar. Os gânglios caracterizam aglomerados de neurônios localizados fora do Sistema nervoso central (SNC).

No neurônio pré-ganglionar, o corpo celular está dentro do SNC e seu axônio se liga a um gânglio, no qual o impulso nervoso é transmitido sinapticamente ao neurónio pós-ganglionar. Neste último, o corpo celular se localiza no interior do gânglio nervoso e o seu axônio conduz o estímulo nervoso até um órgão efetor, como o coração, por exemplo.

As sinapses do Sistema Nervoso Simpático ocorrem pela ação da adrenalina**.** Enquanto resultado da ativação de receptores adrenérgicos destacam-se: aumento da transpiração, diminuição dos movimentos peristálticos, aumento da frequência cardíaca, dilatação das pupilas e aumento da pressão arterial.

No Sistema Nervoso Parassimpático, o neurotransmissor atuante é a acetilcolina**.** Em sua ação antagonista ao sistema anterior, ocorrem como efeitos: diminuição da transpiração, aumento dos movimentos peristálticos, diminuição da frequência cardíaca, constrição das pupilas, diminuição de pressão arterial.

4.1 Patologias associadas e conduta terapêutica em Psicologia

Nas disfunções do sistema nervoso autónomo, estão as neuropatias autonômicas a partir da correlação com doenças que afetam neurônios simpáticos ou parassimpáticos. Suas causas podem estar vinculadas com várias doenças ou condições. Dentre elas, destaca-se a diabetes cuja neuropatia ocorre ao longo do corpo. Essa patologia provoca dor, formigamento ou perda de sensibilidade principalmente nas mãos,

braços, pés e pernas. Todavia, podem atingir ainda, o sistema digestivo, coração e órgãos reprodutores.

A esta abordagem, cabe ressaltar a neuropatia autonômica que afeta os nervos do sistema autônomo com interferências nos sistema digestivo, por exemplo. Surgem sintomas como prisão de ventre, diarreia não controlada, esvaziamento lento do estômago, perda de apetite, dificuldade em engolir. Os diabéticos podem reduzir o seu risco de neuropatia ao controlarem cuidadosamente os níveis de açúcar para prevenir danos nos nervos (MACHADO, 2014).

A conduta terapêutica do psicólogo deve enfatizar intervenções que permitam prevenir o desenvolvimento de transtornos de ansiedade e depressão. Geralmente, a neuropatia amplia o contato do paciente com a dor, além das dificuldades de controle do próprio corpo. Nesse sentido, é passível de ser associada ao surgimento de comportamentos depressivos além da ansiedade.

Outra disfunção no SNA pode ser visualizada na dependência do cigarro. A nicotina atua sobre o sistema parassimpático e simpático com liberação de adrenalina, influenciando na diminuição do consumo do oxigênio e na circulação. No sangue, a nicotina provoca contração das paredes arteriais, ocasionando espamos das artérias. É assim que o fumo aumenta a pressão arterial, favorece problemas coronários e cardiovasculares.

O hábito de fumar conduz a um estado de intoxicação crônica, levando a uma dependência física e psíquica. Nesse caso, a depressão é um fator relacionado à dependência de nicotina. Há ainda, o risco de esquizofrenia, bem como, do abuso de múltiplas drogas. O papel do psicólogo consiste em oferecer na psicoterapia, suporte ao estado motivacional do dependente no sentido de abandonar o tabagismo. Do mesmo modo, pode intervir auxiliar no período de abstinência quanto à administração de emoções negativas (MENESES, 2006).

Nas patologias do SNA, há ainda, a síndrome do intestino irritável, uma doença funcional crônica que não causa lesão orgânica no intestino,

mas sim, dor e desconforto na região abdominal. Seus sintomas são fortes dores abdominais com cólica, distensão abdominal por gases, inchaço abdominal, flatulência, muco nas fezes, obstipação ou diarreia. A causa dessa síndrome é o desequilíbrio de serotonina no organismo, hormônio relacionado ao humor e à regulação dos movimentos peristálticos do intestino. Desse modo, o tratamento requer intervenção de psicólogo à medida que o paciente precisa promover a diminuição de situações estressantes que geram ansiedade.

5 Considerações finais

O estudo de Neuroanatomia é importante na formação em Psicologia ao possibilitar a verificação de processos biológicos e fisiológicos do cérebro humano. Tais pressupostos são bases fundamentais na compreensão do pensamento no âmbito da condição evolutiva do ser humano. Assim, o estudo permite ter uma dimensão e um foco psicológico e antropológico do desenvolvimento do sujeito em seu caráter global do comportamento.

Referências

MACHADO, Angelo B. M; HAERTEL, Lucia Machado. **Neuroanatomia funcional**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2014

MARQUES, Euclydes & NOGUEIRA, Antonio A. G. **Neurofisiologia para psicólogos**. São Paulo: Cepan, 1983.

MARQUEZ, Jaime Olavo. "A dor e os seus aspectos multidimensionais". **Cienc. Cult. [online].** 2011, vol.63, n.2, pp. 28-32.

MENESES, Murilo S. **Neuroanatomia aplicada**. 2 ed. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2006.

METRING, Roberte Araújo. **Neuropsicologia e aprendizagem:** fundamentos necessários para planejamento de ensino. 2.ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014

PALHETA NETO, Francisco Xavier et al. Anormalidades sensoriais: Olfato e paladar. **Arq. Int. Otorrinolaringol.**, São Paulo - Brasil, v.15, n.3, p. 350-358, Jul/Ago/Set - 2011.

RAMALHO, Danielle Manera. **Psicopedagogia e neurociência:** neuropsicopedagogia e neuropsicologia na prática clínica. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

SOBOTTA et al. **Atlas de anatomia humana**: cabeça, pescoço e neuroanatomia. 23.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012

SOUZA, Ângela Maria Costa. FERRARETTO, Ivan. **Paralisia Cerebral:** Aspectos Práticos. São Paulo: Memnon, 1998.

19

Os transtornos da personalidade: abordagens e intervenções

Dayse Marinho Martins
Diego Leonardo França dos Santos
Wenderson Silva Furtado
Matheus Correa de Jesus
Marcia Cruz Silveira Soeiro

1 Introdução

Na formação em Psicologia, um dos pontos basilares é a abordagem dos estudos em Psicologia da Personalidade. Esse estudo tem como direção o indivíduo, pretendendo considerá-lo em sua totalidade e tem como meta principal explicar "por que somos como somos". Os métodos utilizados para a pesquisa nesse campo devem fornecer resultados seguros, que diferencia tais pesquisas das observações cotidianas. Os psicólogos da personalidade desenvolveram teorias que buscam contemplar as razões para os comportamentos dos indivíduos (PERVIN, 2004).

Assim, é possível dizer que a personalidade é um processo complexo que envolve múltiplos fatores interagindo reciprocamente. Os padrões de comportamento que surgem das interações bem como a maneira como se desenvolvem será algo da alçada da teoria da personalidade. Uma teoria da personalidade também deve ser capaz de abranger as dificuldades de mudança ou resistência à mudança, que geram

sofrimento em alguns indivíduos e podem se caracterizar com psicopatológicas. Sugerir formas de alcançar o bem estar individual é algo que deve ser almejado por quem estuda a personalidade. Os estudos da personalidade, portanto, suscitam questões e à medida que esses estudos avançam, eles resultam em esboços teóricos que tem muita importância para o contínuo avanço do conhecimento em Psicologia.

Com base nesse pressuposto, este trabalho aborda no âmbito dos referidos estudos, noções gerais sobre transtornos da personalidade. Em um breve resumo são apresentados conceitos, histórico dos estudos europeus acerca da temática, classificações, sucinta tipologia, perspectivas de tratamento exemplificando-as por meio das abordagens Análise do Comportamento e Fenomenologia. Desse modo, espera-se contribuir para traçar um panorama sobre a questão refletindo sobre o papel do psicólogo nas intervenções.

2 Noções gerais sobre personalidade

Um dos elementos abordados pela Psicologia e comumente enfocado no senso comum é a personalidade. Objeto de representação da mídia através de narrativas quadrinhísticas, cinematográficas ou literárias, por exemplo, a personalidade é um tópico que desperta constante interesse das pessoas quando se trata de abordar o desvelamento da constituição humana.

A palavra personalidade vem do latim “persona”, tomando como base a denominação da máscara usada pelos atores no teatro. Nesse sentido, *Persona* é a aparência externa que um sujeito mostra aos outros, é o aspecto visível do seu caráter. A Psicologia, em suas linhas de estudo, se apropriou deste conceito para definir as particularidades na atuação dos sujeitos em suas vivências (SCHULTZ & SCHULTZ, 2006).

Mas, a personalidade vai além da aparência externa. Constitui o conjunto dos aspectos internos e externos, peculiares a cada pessoa, relativamente permanentes, e que influencia o comportamento em

diversas situações. A Personalidade é composta pela totalidade dos traços emocionais e comportamentais de um indivíduo. Caracteriza de modo informal, o jeito de ser da pessoa, seu modo de sentir e agir.

No senso comum o termo personalidade é usado como referência à capacidade de tomada de decisão, ou para sinalizar uma característica marcante de alguém, e ainda como vinculação a alguém importante ou ilustre: "uma personalidade". No cotidiano, a personalidade atribuída a uma pessoa pode defini-la em sua constituição como boa ou má. A esse respeito, a psicologia evita realizar esse tipo de juízo de valor e considera a personalidade, um conjunto de características que diferenciam os indivíduos em seus ajustamentos às vivências.

Andrade (2002, p.29) nos afirma que personalidade abrange o ser como um todo. Trata - se de uma organização dinâmica dos aspectos cognitivos, afetivos, fisiológicos e morfológicos do indivíduo. É o que confere identidade e a maneira de ser e de estar nas diversas situações da vida: um conjunto de traços psicológicos que marcam o comportamento de uma pessoa.

Pervin (2004, p.23) define personalidade, como características da pessoa que explicam padrões consistentes de sentimentos, pensamentos e comportamentos. Por sua vez, a Associação Psiquiátrica Americana – APA caracteriza como um padrão duradouro de perceber, relacionar-se com outro e pensar sobre o ambiente e si mesmo que se apresenta em grande variedade de situações sociais e contextos pessoais.

Outros teóricos destacam nesse conjunto os traços, isto é, predisposições amplas, para responder de maneiras específicas. "As pessoas podem ser descritas segundo a probabilidade de se comportarem, sentirem ou pensarem de uma maneira particular" (PERVIN, 2004, p.188).

Dentre os teóricos dos traços, Catell caracteriza personalidade como "um padrão de ações". A esse respeito, Alport, a define como a organização psicodinâmica dos sistemas psicofisicos do indivíduo que determinam o seu comportamento e pensamento característico (PERVIN, 2004).

O conceito de personalidade tem, diante disso, uma multiplicidade de definições conforme a perspectiva teórica dos estudiosos. De modo geral, as teorias da personalidade concentram seus esforços em perceber as estratégias de ajustamento dos sujeitos às suas vivências cotidianas. Compreender como a personalidade se estrutura é fundamental para se pensar o processo psicoterápico.

3 Transtornos da personalidade

Quando o conjunto de comportamentos pelos quais o sujeito organiza sua interação com o meio se estrutura com base numa dinâmica de extremismos, surgem os transtornos da personalidade. A integração dos elementos nesse formato gera sofrimento tanto para o sujeito quanto para os outros com quem se relaciona.

Para a Associação Psiquiátrica Americana – APA, o transtorno da personalidade constitui um padrão duradouro de comportamento e experiências internas que desviam de forma marcante das expectativas da cultura do indivíduo, é pervasivo e inflexível, tem início ainda na adolescência ou no adulto jovem, é estável no tempo, e leva ao desconforto ou prejuízo (APA, 2014).

Um transtorno de personalidade aparece quando os traços são muito inflexíveis e mal ajustados, ou seja, prejudicam a adaptação do indivíduo às situações que enfrenta, causando sofrimento a ele próprio, ou mais comumente aos que lhe estão próximos. As causas destes transtornos geralmente são múltiplas, mas relacionadas com as vivências do indivíduo.

O histórico dos estudos sobre transtornos da personalidade trazem conceptualizações constituídas num contexto social específico: a sociedade europeia. Nesse movimento, destacam-se as proposições teóricas de autores franceses e alemães. No primeiro grupo Pinel e Morel que influenciaram os estudos sobre a temática no âmbito do nascente campo da Psiquiatria durante o século XIX. No segundo grupo encontram-se estudiosos de origem alemã: Koch, Ziehen, Kretschmer e Kurt Schneider.

Tais contribuições desencadearam em tipologias contidas nos manuais de classificação dos transtornos mentais utilizados atualmente.

3.1 Franceses

3.1.1 Pinel: Mania sem delírio

Philippe Pinel em seu Tratado médico-filosófico sobre a alienação mental ou a mania, publicado em 1801, destacou na alienação mental, a categoria "mania", que à época referia-se a um estado de furor. A ela acrescentou uma subvariedade, denominada "mania sem delírio", relacionada ao que se identifica atualmente como transtorno da personalidade (BERRIOS & PORTER, 2012).

O termo "delírio" designava uma perturbação do intelecto, das emoções ou da vontade. Nesse sentido, o termo "mania sem delírio" dizia respeito a uma categoria de sujeitos de quem se podia distinguir alienação do padrão de normalidade, porém sem apresentar alterações emocionais ou intelectuais.

3.1.2 Morel: Teoria da degeneração

As concepções psiquiátricas de Benedict Morel (1809-1873) correspondem à sua concepção antropológica baseada em teses metafísicas. Estas, por sua vez, baseavam-se mais precisamente no mito bíblico da Gênese, e no tipo humano primitivo perfeito que descreve, sendo qualquer desvio deste tipo considerado então como degradação pelo pecado original (BERRIOS & PORTER, 2012).

A "teoria da degeneração" pensada por Morel é, portanto uma obra de ambição antropológica, e não puramente psiquiátrica. Define sua tentativa de resposta global aos desvios comportamentais, remetendo-os a um fenômeno único de decadência comum à espécie humana.

3.2 Alemães

3.2.1 Koch: Inferioridade Psicopática

A obra de Julius Koch (1841 – 1908) foi de grande influência para o desenvolvimento do conceito de transtorno de personalidade na Alemanha. A partir deste estudioso, a concepção alemã do termo "psicopatia" voltou-se para anomalias da personalidade. Estas ocupavam posições de menor agravo na escala de "defeitos mentais" estabelecida por Koch, e constituíam as "inferioridades psicopáticas", termo cunhado pelo autor para referir-se a anormalidades da personalidade e distingui-las tipologicamente (BERRIOS & PORTER, 2012, p.995).

As inferioridades psicopáticas poderiam ser congênitas ou adquiridas. Koch a dividiu em "predisposição psicopática" (ausência de estabilidade emocional), "defeito psicopático" (episódios periódicos de furor, excitabilidade, falta de harmonia ou impulsividade) e "degeneração psicopática" (fraqueza intelectual ou moral). Embora a acepção original do termo "inferioridade" utilizado por Koch não carregasse intenção moralizante ou pejorativa, ele foi posteriormente apreendido como tal. (BERRIOS & PORTER, 2012).

3.2.2 Ziehen: Constituições Psicopáticas

Theodor Ziehen (1862 – 1950), em obra publicada entre 1905 e 1912, deu continuidade às ideias de Koch de inferioridades psicopáticas, sistematizando-as em doze formas de "constituições psicopáticas", destacando sua natureza genética. Em sua categorização incluiu tipos que posteriormente seriam incorporados à sistematização de transtornos de personalidade, como a constituição histérica, a neurastênica, a hipertímica, a paranoide e a obsessiva (BERRIOS & PORTER, 2012).

3.2.3 Kraepelin: Personalidades psicopáticas

Emil Kraepelin (1855 – 1926) elaborou o conceito de "estados psicopáticos" ou "loucura degenerativa", baseada na "escola da degeneração". Faziam parte desse grupo as seguintes categorias: a) desequilíbrio constitucional; b) loucura obsedante; c) loucura impulsiva e d) inversão sexual. A etiologia ordenava as categorias desde as causadas por elementos mais exógenos até as provocadas por elementos mais endógenos, porém o elemento da predisposição estava presente em todas (BERRIOS & PORTER, 2012).

3.2.4 Schneider: Personalidades anormais psicopáticas

Kurt Schneider (1887 – 1967) publicou em 1923, o conceito de personalidades psicopáticas. Nessa perspectiva, só haveria enfermidades no corporal. Os fenômenos psíquicos seriam patológicos somente se condicionados por alterações patológicas do corpo, entre as quais as más formações (BERRIOS & PORTER, 2012).

Schneider identificou dez tipos caracterológicos de personalidades psicopáticas: os hipertímicos; os depressivos; os inseguros de si mesmos; os fanáticos; os carentes de afirmação; os instáveis de ânimo; os explosivos; os insensíveis; os abúlicos e os astênicos. O estudioso concebia estas categorias de personalidades psicopáticas como "formas de ser" e não propriamente entidades diagnósticas. A tipologia de Schneider foi de extrema influência para as tipologias subsequentes, inclusive as contidas no DSM.

4 Classificação dos Transtornos da Personalidade

Com a ampliação dos estudos sobre os transtornos da personalidade, suas manifestações foram organizadas em classificações que descrevem os tipos de transtorno conforme os modos de atuação. Contudo, fundamentando-se no pressuposto de Schneider que influenciou as

categorizações atuais, cabe ressaltar que personalidades não podem ser catalogadas com etiquetas diagnósticas como as enfermidades. O que se pode fazer é destacar-lhes propriedades que as distingam de modo característico, sem, com isso, dispor de algo comparável aos sintomas de enfermidades. Além disso, as categorizações levam em conta um determinado ponto de vista situado em princípios socioculturais que necessitam ser relativizados (BERRIOS & PORTER, 2012).

Na contemporaneidade, os tipos de transtorno da personalidade estão descritos nas principais formas de classificação dos distúrbios mentais: da Organização Mundial da Saúde, CID 10, e da Associação Americana de Psiquiatria, DSM V.

4.1 CID 10

Em 1948, a Organização Mundial da Saúde (OMS) incluiu pela primeira vez uma sessão destinada aos Transtornos Mentais na sexta edição de seu sistema de Classificação Internacional de Doenças – CID-6. Em sua 10ª versão sob a classificação F60 encontram-se os Transtornos específicos de personalidade definidos como: perturbação grave da constituição caracteriológica e das tendências comportamentais do indivíduo, usualmente envolvendo várias áreas da personalidade e quase sempre associada à considerável ruptura pessoal e social (OMS, 1993).

A CID-10 classifica o TPs em oito categorias específicas, os "Transtornos Específicos de Personalidade":

- Paranóide (F60.0);
- Esquizóide (F60.1);
- Antissocial (F60.2);
- Emocionalmente instável (F60.3: tipo impulsivo, F60.30, e borderline (F60.31);
- Histriônica (F60.4);
- Anancástica ou obsessivo-compulsiva (F60.5);
- Ansiosa ou evitativa (F60.6));
- Dependente (F60.7).

4.2 DSM IV/ V

O DSM foi criado em 1952 pela Associação Americana de Psiquiatria como uma alternativa à Classificação Internacional das Doenças (CID), à época em sua sexta versão, produzida pela Organização Mundial da Saúde, objetivando organizar a classificação psiquiátrica. A evolução do manual representou o aumento significativo de dados e a revisão dessa edição foi publicada em 2000 como DSM-IV-TR sendo formalmente utilizada até o início de 2013. Segundo esse Manual:

> Um transtorno de personalidade é um padrão persistente de vivência íntima ou comportamento que se desvia acentuadamente das expectativas da cultura do indivíduo, é generalizado e inflexível, tem início na adolescência ou no começo da idade adulta, é estável ao longo do tempo e provoca sofrimento ou prejuízo (APA, 2014).

O DSM-5, oficialmente publicado em 18 de maio de 2013, é a mais nova edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da Associação Psiquiátrica Americana. A publicação é o resultado de um processo de doze anos de estudos, revisões e pesquisas de campo realizados por centenas de profissionais divididos em diferentes grupos de trabalho. O objetivo final foi o de garantir que a nova classificação, com a inclusão, reformulação e exclusão de diagnósticos, fornecesse uma fonte segura e cientificamente embasada para aplicação em pesquisa e na prática clínica (APA, 2014).

No DSM-5, os transtornos de personalidade e o retardo mental, anteriormente apontados como transtornos do Eixo II, deixaram de ser condições subjacentes e se uniram aos demais transtornos psiquiátricos no Eixo I. Os critérios diagnósticos não sofreram mudanças, o capítulo apresentado na Seção II em três grupos:

- Grupo A – Personalidade Paranoide, Esquizoide e Esquizotípica;
- Grupo B – Personalidade Antissocial, *Borderline*, Histriônica e Narcisista;

- Grupo C – Personalidade Esquiva, Dependente e Obsessivo-Compulsiva.

Uma grande novidade no DSM-5 é a inclusão de um modelo alternativo para os Transtornos de Personalidade que é apresentado na Seção III do manual. Basicamente, o modelo apresenta uma concepção acerca do funcionamento da personalidade e lista traços de personalidade patológica que podem estar presentes em cada transtorno. Segundo a APA, o objetivo do DSM-5 ao apresentar os Transtornos de Personalidade desta forma é preservar o que é utilizado na prática clínica.

5 Tipos de Transtornos da Personalidade

5.1 Transtorno de Personalidade Paranoide

Indivíduos desconfiados, que se sentem enganados pelos outros, com dúvidas a respeito da lealdade dos outros, interpretando ações ou observações dos outros como ameaçadoras. São rancorosos e percebem ataques a seu caráter ou reputação, muitas vezes ciumentos e com desconfianças infundadas sobre a fidelidade dos seus parceiros e amigos.

5.2 Transtorno de Personalidade Esquizoide

Indivíduos distanciados das relações sociais, que não desejam ou não gostam de relacionamentos íntimos, realizando atividades solitárias, de preferência. Pouco ou nenhum interesse em relações sexuais com outra pessoa, e pouco ou nenhum prazer em suas atividades. Não têm amigos íntimos ou confidentes, não se importam com elogios ou críticas, sendo frios emocionalmente e distantes.

5.3 Transtorno de Personalidade Esquizotípica

Indivíduos excêntricos e estranhos, que têm crenças bizarras, com experiências de ilusões e pensamento e discurso extravagante. Falta de amigos e muita ansiedade no convívio social.

5.4 Transtorno de Personalidade *Borderline*

Indivíduos instáveis em suas emoções e muito impulsivos, com esforços incríveis para evitar abandono (até tentativas de suicídio). Têm rompantes de raiva inadequada. As pessoas a sua volta são consideradas ótimas, mas frente a recusas tornam-se péssimas rapidamente, sendo desconsideradas as qualidades anteriormente valorizadas.

5.5 Transtorno de Personalidade Narcisista

Indivíduos que se julgam grandiosos, com necessidade de admiração e que desprezam os outros, acreditando serem especiais e explorando os outros em suas relações sociais, tornando-se arrogantes.

5.6 Transtorno de Personalidade Antissocial

Indivíduos que desrespeitam e violam os direitos dos outros, não se conformando com normas. Mentirosos, enganadores e impulsivos, sempre procurando obter vantagens sobre os outros. São irritados, irresponsáveis e com total ausência de remorsos, mesmo que digam que têm, mais uma vez tentando levar vantagens.

5.7 Transtorno de Personalidade Histriônica

Indivíduos facilmente emocionáveis, sempre em busca de atenção, sentindo-se mal quando não são o centro das atenções. São sedutores, com mudanças rápidas das emoções. Tentam impressionar aos outros,

fazendo uso de dramatizações, e tendem a interpretar os relacionamentos como mais íntimos do que realmente são.

5.8 Transtorno de Personalidade Obsessivo-Compulsiva

Indivíduos preocupados com organização, perfeccionismo e controle, sempre atento a detalhes, listas, regras, ordem e horários. Dedicação excessiva ao trabalho, dão pouca importância ao lazer. Teimosos, não jogam nada fora ("pão-duro") e não conseguem deixar tarefas para outras pessoas.

5.9 Transtorno de Personalidade Esquiva

Indivíduos tímidos (exageradamente), muito sensíveis a críticas, evitando atividades sociais ou relacionamentos com outros, reservados e preocupados com críticas e rejeição. Geralmente não se envolvem em novas atividades, vendo a si mesmos como inadequados ou sem atrativos e capacidades.

5.10 Transtorno de Personalidade Dependente

Indivíduos que têm necessidade de serem cuidados, submissos, sempre com medo de separações. Têm dificuldades para tomar decisões, necessitam que os outros assumam a responsabilidade de seus atos, não discordam, não iniciam projetos. Sentem-se muito mal quando sozinhos, evitando isso a todo custo.

6 Abordagens e intervenção em Transtorno da Personalidade

6.1 Tratamento

O tratamento dos transtornos da personalidade constitui um processo complexo. Trata-se de uma abordagem que requer tempo, pois, o sujeito precisará ajustar seu próprio "jeito de ser", suas reações e relações com os outros no âmbito de suas vivências.

De modo geral, as intervenções se baseiam na Psicoterapia. Nesse processo, são enfocados ainda, outros transtornos com ocorrência paralela. É comum a prevalência de depressão e ansiedade associadas aos TPs. A procura pelo atendimento é geralmente estimulada pelos amigos e familiares, por vezes mais incomodados pelo transtorno em relação ao próprio indivíduo. A psicoterapia pode fazer uso de base comportamental focada na negociação, psicoeducação; Cognitiva ou Psicodinâmica estimulando um papel mais ativo do sujeito na busca pela solução de problema.

Há ainda a farmacoterapia de cunho psiquiátrico com uso de medicamentos como os antidepressivos Anafranil e Clomipramina. Dissociada de um trabalho paralelo de psicoterapia, mostra-se pouco eficaz apenas reduzindo sintomas.

Existem aqueles que optam pela socioterapia realizada por meio de internações em reformatórios ou comunidades terapêuticas. Tais estratégias são bastante criticadas por recorrerem ao isolamento social e vinculações a crenças.

A psicoterapia, aliada ao tratamento medicamentoso, tem sido a principal opção para médicos e pacientes. No entanto, apesar de o foco do tratamento ser basicamente o mesmo (amenizar e controlar os sintomas), a abordagem tende a ser diferente para cada tipo de transtorno de personalidade.

O direcionamento da intervenção se fundamentará na abordagem teórico-metodológica adotada na prática clínica do terapeuta. Dessa forma, poderá adquirir contornos centrados em perspectivas como a Análise do Comportamento, a Fenomenologia e a Psicanálise. Considerando tais pressupostos, destacaram-se no âmbito deste trabalho os posicionamentos clínicos quanto ao TP focados na Análise do Comportamento e na Fenomenologia.

6.2 Análise do Comportamento

O trabalho clínico de base analítico-comportamental tem como principal foco a identificação e alteração de fatores ambientais responsáveis pela instalação e manutenção dos problemas apresentados pelo cliente como queixa (ZAMIGNANI, 2002). Assim, a terapia em Análise do Comportamento possui as seguintes características:

- Identificação da função do comportamento é pré-requisito para a intervenção;
- Queixas selecionadas ao longo de uma história de interação com o ambiente;
- Queixas com funções diversas de acordo com o contexto;
- Investigação de todas as possíveis consequências ambientais que mantém uma classe de respostas;
- Modelo de seleção pelas consequências com ênfase à ação do controle operante sobre as respostas;
- Técnicas que consideram a função do comportamento no ambiente adequadas a cada caso.

Para os behavioristas, a personalidade é resultado da história de reforçamento de cada pessoa. É o repertório comportamental do indivíduo, resultado de contingências ao longo do tempo (HUBNER & MOREIRA, 2012). Nessa perspectiva, o transtorno da personalidade constitui um comportamento que se desvia das expectativas da cultura do indivíduo e provoca sofrimento e prejuízo.

A análise do comportamento não se prende a características topográficas para fazer o diagnóstico de um transtorno de personalidade. O processo de categorizar os clientes de acordo com o DSM é útil se ajudar os clínicos a observarem os comportamentos clinicamente relevantes. Devido aos princípios filosóficos do behaviorismo radical, pode-se apontar objeções ao uso de um manual classificatório. Uma delas refere-se ao obscurecimento da individualidade. Pessoas classificadas em uma mesma categoria diagnóstica podem apresentar comportamentos diferentes, ou preencher critérios diferentes. Além disso, um sistema classificatório pode gerar estigmatização. O manual leva em consideração

a topografia; entretanto, numa análise comportamental, o mais importante é a identificação de variáveis controladoras do comportamento, pois são estas que direcionam a intervenção.

A AC se propõe identificar as variáveis de controle, ou seja, as condições que dão origem e mantêm os comportamentos. Com isso, enfatiza o papel das contingências interpessoais na causa e tratamento dos TP.

6.3 Fenomenologia

A Fenomenologia considera a singularidade de cada fenômeno (acontecimento), não dissociando o ser de sua vivência original. Assim, acredita na possibilidade do sujeito utilizar ajustamentos criativos e mais flexíveis para não "cristalizar" determinadas saídas.

A Psicoterapia nessa perspectiva é "construída de maneira nova a cada momento e em cada encontro terapêutico" (ANGERAMI, 1993, p.98). Através do método fenomenológico, o conhecimento é um emergir da existência. Trata-se de um processo pessoal, individual e único. Todos os fenômenos dessa classe estão dirigidos para o próprio ser, para o seu projeto de ser; constituindo decisão existencial e não abstrações teóricas.

Na fenomenologia, personalidade é "o conjunto de características do existir humano, consideradas e descritas de acordo com o modo como são percebidas e compreendidas, pela pessoa, no decorrer da vivência cotidiana imediata" (FORGHERI, 1997, p.25). Assim, refere às características de uma pessoa que explicam padrões consistentes de sentimentos, pensamentos e comportamentos em sua vida. Consiste no modo de ser de uma pessoa, relativo e circunstancial.

Nesse referencial, o homem é essencialmente um ser-no-mundo. "Mundo é o conjunto de relações significativas dentro do qual a pessoa existe" (FORGHERI, 1997, p.29). A experiência cotidiana imediata é o cenário dentro do qual decorre a vida; ser-no-mundo é a sua estrutura fundamental. A partir e dentro dessa vivência diária que o homem

desenvolve todas as suas atividades e que determina os seus objetivos e ideais.

O adoecimento existencial é compreendido nessa perspectiva, quando as limitações e conflitos não são reconhecidos e enfrentados pela pessoa à luz de suas múltiplas possibilidades. A Fenomenologia não nega os transtornos de personalidade. Aceita as descrições nosográficas tradicionais, sem, no entanto, estabelecer hipóteses etiológicas dos transtornos, nem estratégias terapêuticas.

Predomina a postura do não-saber pelo terapeuta que abre e mantém o espaço conversacional diante das dificuldades e inquietudes do cliente. Possui uma visão holística do homem enquanto ser como um todo integrado e dinâmico, multidimensional, bio-psico-social-espiritual-cultural.

7. Considerações Finais

É preciso romper com o olhar leigo lançado sobre os transtornos da personalidade. Suas representações em mecanismos midiáticos enriquecem tais interpretações que tendem a retratar aspectos fantasiosos, ampliando os estereótipos sobre aqueles que de fato enfrentam em suas vivências traços de transtornos da personalidade. Não se pode esquecer que muitas dessas características fazem parte dos traços normais dos indivíduos, e somente quando esses traços são muito rígidos e não adaptativos é que constituem um transtorno.

No campo da personalidade diferentes abordagens articulam tentativas dos teóricos de desenvolver estudos científicos sobre os TP de modo a compreender o ser humano em sua complexidade. Nesse sentido, cabe sob o olhar da formação em Psicologia superar os posicionamentos classificatórios, buscando contemplar a multidimensionalidade humana na organização do processo psicoterápico.

Referências

APA. **DSM-5**: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANDRADE, Lêda de A. A. **Noções de Psicopatologia para Terapeutas**: aspectos da intervenção integrativa. Fortaleza: CTS, 2002.

ANGERAMI, Valdemar Augusto. **Psicoterapia existencial**. São Paulo: Pioneira,1993.

BERRIOS, G. & PORTER, R**. Uma história da psiquiatria clínica: a origem e a história dos transtornos psiquiátricos:** As neuroses e os Transtornos de Personalidade. Tradução de Lazslo Antonio Ávila. São Paulo: Escuta, 2012.

BRENNAN, Richard P**. Gigantes da Física:** uma história da Física Moderna através de oito biografias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003

OMS. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10:** descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artmed, 1993.

FORGHIERI, Yolanda Cintrão. **Psicologia fenomenológica**: Fundamentos, método e pesquisas. São Paulo: Pioneira,1993.

HUBNER & M. B. MOREIRA (Orgs.), **Temas clássicos em psicologia sob a ótica da análise do comportamento.** Rio de Janeiro: Koogan, 2012.

LANDEIRA-FERNANDEZ, J; CHENIAUX, E. **Cinema e loucura**: conhecendo os transtornos mentais através dos filmes. Porto Alegre: Artmed, 2010.

LOUZA NETO, Mario R. et al. **Transtornos de personalidade.** Porto Alegre: Artmed, 2011.

PERVIN, Lawrence A. **Personalidade: teoria e pesquisa**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SCHULTZ, D.; SCHULTZ, S. **Teorias da Personalidade**. 1ª Edição. São Paulo: Thompson, 2006.

VALLEJO-NÁGERA, A. - **Locos Egregios**. Barcelona, Salvat, 1946.

ZAMIGNANI, D. R. **Uma tentativa de entendimento do comportamento obsessivo-compulsivo: algumas variáveis negligenciadas**. In: Wielenska, Regina C. Sobre Comportamento e Cognição: psicologia comportamental e cognitiva: questionando e ampliando a teoria e as intervenções clínicas e em outros contextos. 1ª ed. Santo André, SP: ARBytes, 2000.

20

Educação inclusiva no enfrentamento da psicofobia

Dayse Marinho Martins
Carlos André Dos Santos Jardim

1 Introdução

A Educação inclusiva se fundamenta no princípio de que todos os alunos podem aprender e fazer parte da vida escolar e social. Com isso, valoriza a diversidade, oferecendo de forma equitativa oportunidades de aprendizagem (MANTOAN, 2006). Para além da inclusão de alunos deficientes em instituições escolares, cabe refletir sobre a importância de se considerar, , a inclusão de alunos com transtornos mentais.

Segundo Foucault (1997, p.184), "a loucura só existe em relação à razão". A partir do advento histórico da racionalidade como centro das ações humanas, diante da loucura, todas as formas de liberdade eram banidas para que o louco não ameaçasse a sociedade. Mediante tais concepções, a pessoa com transtorno mental historicamente foi apartada do convívio em sociedade, ficando restrito a "locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça à comunidade, embora de maneira não intencional" (GOFFMAN, 2001, p. 16).

O Transtorno Mental é compreendido como uma síndrome caracterizada por perturbação clinicamente significativa na cognição, na regulação emocional ou no comportamento de um indivíduo que reflete uma disfunção nos processos psicológicos, biológicos ou de

desenvolvimento subjacentes ao funcionamento mental. A pessoa com transtorno mental têm suas relações sociais permeadas pelo fenômeno da psicofobia.

A Associação Brasileira de Psiquiatria utiliza tal termo para definir o estigma e preconceito sofrido pelas pessoas com transtornos mentais (ABP, 2016). Relacionada à psicofobia, destaca-se o aspecto do preconceito. Na contemporaneidade, o mundo se mostra marcado pela diversidade que por sua vez, não é unanimemente aceita, o que culmina em episódios de preconceito, relacionado a estereótipos e à discriminação.

Conforme Pereira, Torres & Almeida (2003), o preconceito não deriva apenas de características psicológicas individuais, mas, sobretudo, das relações de poder entre grupos. Essas relações geram representações que justificam os processos de discriminação contra grupos minoritários, entendidos aqui não por sua representação numérica, mas pelo poder social conferido a eles e reproduzido nas instituições sociais.

Superando tal perspectiva, a partir do movimento de reforma psiquiátrica que visa suscitar vivências psicossociais para pessoas com transtorno mental de modo a fomentar suas potencialidades, as concepções e propostas para o ensino noturno a partir da inclusão suscitam comprometimento com a formação humana. As pessoas com transtorno mental também caracterizam um público discente a ser considerado no contexto do Ensino Noturno, cabendo à escola, o enfrentamento da psicofobia, oferecendo assistência humanizada considerando as necessidades desse público.

Nessa perspectiva, este artigo objetiva tematizar o fenômeno da psicofobia no contexto da escola pública. Trata-se de fomentar a relevância de se discutir o tema, mobilizando a comunidade escolar para o respeito às diferenças e à pessoa com transtorno mental de modo a favorecer sua inclusão no cotidiano escolar.

O estudo visa ampliar as investigações científicas acerca da inclusão no cotidiano escolar, de pessoas com transtornos mentais. Para tanto,

busca enfatizar o respeito à diversidade e a mudança no olhar quanto a esses sujeitos superando preconceitos e estereótipos.

Diante disso, será realizada discussão fundamentada em levantamento bibliográfico fomentando discussões sobre a problemática da psicofobia a fim de que pesquisadores e comunidade escolar identifiquem suas nuances e realizem discussões, fomentando práticas de enfrentamento à questão.

2. A pessoa com transtorno mental

No âmbito do processo de inclusão escolar, as discussões têm sido direcionadas ao atendimento a alunos com deficiência. No entanto, o paradigma inclusivo da educação enfoca a aceitação às diferenças pela valorização da diversidade dos sujeitos na comunidade escolar. Tal fato fundamenta o pressuposto de que para além da inclusão de alunos deficientes, é preciso discutir a inclusão no ensino noturno de alunos com transtornos mentais.

Transtornos Mentais estão frequentemente associados a sofrimento ou incapacidade significativos que afetam atividades sociais, profissionais ou outras atividades importantes (DSM-5, 2014, p. 20). Cabe destacar que segundo a Organização Mundial de Saúde (1993), O termo 'transtorno' é usado [...] de forma a evitar problemas ainda maiores inerentes ao uso de termos tais como 'doença' ou 'enfermidade' (OMS, 1993, p. 05).

O transtorno mental caracteriza-se enquanto processo estigmatizante. O adoecer psíquico é facilmente percebido, pois em geral, são apresentados pelos indivíduos que adoecem comportamentos fora daqueles normalmente aceitos pela sociedade. Assim, não sendo entendida pela comunidade, tem sua definição pela determinação cultural e de valores, e não apenas por fatores biológicos.

Diante disso, prevalece o paradigma da exclusão social contextualizado pelo isolamento da pessoa com transtorno mental não

aceita dentro dos padrões habituais. A estigmatização faz com que o sujeito perca a sua cidadania, sofra preconceitos e seja segregado da sociedade.

No âmbito do paradigma inclusivo, pode ser destacar o Movimento da Reforma Psiquiátrica no Brasil, iniciado na década de 70 do século XX. A partir de denúncias de maus tratos e violências à pessoa com transtorno mental, enfocou um caráter autenticamente democrático e social, pela busca dos direitos enquanto ser humano, defesa da cidadania e novas formas de tratamento (SPADINI e SOUZA, 2004).

A proposta se pauta na mudança de concepções acerca da questão. A pessoa com transtorno mental deixa de ser objeto de intervenção para tornar-se agente de mudanças de uma nova realidade, edificando o sentido de cidadania. Assim, é importante ressaltar a necessidade de esclarecimento da população sobre a questão para que os preconceitos e estigmas diminuam.

3. Psicofobia: ecos do preconceito e de estereótipos

Por se tratar de um tema visto e posteriormente retratado de forma tão descritiva, a Psicologia, por vezes, sofre críticas no sentido de que se restringe somente a organizar e atribuir nome a processos observáveis de encontros sociais. Fruto de uma Psicologia norte-americanizada que adentrou em nosso território, busca-se desde então, traze-los à realidades temáticas que precisam de uma contextualização sócio histórica, pra que se aproximem de realidades aqui vivenciadas.

Oriundos desse olhar crítico que é lançado sobre a problemática, passa-se a não dar continuidade à práticas que reprimem atitudes do cotidiano que levam/trazem sofrimento aos indivíduos. Surge um forte movimento com sensibilidade crítica frente, ao que antes, passa despercebido. A abrangência da terminologia preconceito, em terras brasileiras, ganha fragmentos locais, regionais, étnicos, entre outros, todos sendo frutos de um país constituído por diversas nações e culturas.

Uma boa ilustração para isso advém de Sílvia Lane, uma expoente em Psicologia Social no Brasil, que diz:

> Desta forma, os significados produzidos historicamente pelo grupo social adquirem, no âmbito do indivíduo, um 'sentido pessoal', ou seja, a palavra se relaciona com a realidade, com a própria vida e com os motivos de cada indivíduo (LANE, 1992, p. 32-33).

Lane aborda o que de fato acontece com temas pertinentes como o preconceito. Há de se convir que existem diversas formas de gerar tamanho estrago em relações interpessoais e grupais, e isso tem gerado fenômenos como constante procura por distanciamento da questão:

> [...] Outro desafio que surgiu há pouco tempo é a apatia, o desinteresse. Alguém indiferente às coisas está negando a própria vida, a emoção, o afeto! Isso é terrível! Como se forma um sentimento de indiferença? (LANE, 1995).

A autora discorre sobre o que subsidia o fenômeno preconceito, e se entranha em nossa não capacidade de lidar com esse outro, suas questões, diferenças em relação a nós mesmos, seus hábitos e tantas outras coisas que o constitui. Percebe-se então a produção de atitudes preconceituosas, intolerantes e pouco interessadas em dialogar com este outro pra que haja conhecimento recíproco entre ambos.

Embora não desvinculado do fenômeno preconceito, pelo contrário, muitas vezes altamente correlacionando-se entre si, os estereótipos surgiram à medida que o homem teve a necessidade de generalizar características que rapidamente fossem ligadas a dado(s) sujeito(s) e fenômenos. Eles têm ganhado cada vez mais vivacidade ao longo da história moderna, e seu exercício, nitidamente tem acarretado problemas de ordem individual e social. Estereotipar serve então, como uma busca de simplificação de visão de mundo e que torna cada vez mais difícil a possibilidade de se enxergar as coisas para além do que se tá dado.

O acúmulo de tais práticas culmina no que alguns autores elucidam como sendo:

> "sentimentos hostis somados a crenças estereotipadas deságuam numa atuação que pode variar de um tratamento diferenciado a expressões verbais de desprezo e a atos manifestos de agressividade" (Rodrigues et al., 2003).

O não conseguir se aproximar de indivíduos ou grupos, principalmente em primeiros contatos, carrega consigo muitas vezes um medo por já ter um dado emaranhado de conceitos e categorias rígidas que são perpassados como se fossem verdades absolutas e passíveis de um não questionamento. Por isso, a Psicologia Social e Comunitária é uma das vozes que se ergue na tentativa de propiciar reflexões a sujeitos, a grupos, ao social em sua amplitude.

> [...] a investigação dos estereótipos, embora tenha avançado nas últimas três décadas, ainda é rudimentar. E sugere que, pela falta de unificação de ideias, proceda-se a identificação, circunscrição e o estabelecimento de limites explicativos para os fatores envolvidos. (GUERRA, 2002, p.).

Autores tem se engajado restritamente na árdua tarefa de resgatar algo que ficou pra trás há muito tempo, por muitos. Com a chegada e rápida emancipação de meios de informação em massa, a propagação errônea (ou superficiais) de conhecimentos, fruto também desse acontecimento, tem carregado consigo seres pouco ativos e reflexivos para com questões preocupantes que afetam toda uma conjuntura social.

O contraste entre realidades tão longínquas e ao mesmo tempo tão próximas faz com que se perceba a necessidade de desfazer estereótipos. É preciso que se busque aproximação do mundo que está logo ali, além de nós mesmos.

Nesse panorama, a cultura é constituída por costumes, moral, leis, artes, crenças, conhecimento e hábitos adquiridos pelo homem em uma sociedade, desse modo, a saúde mental é influenciada por este contexto. A pessoa com transtorno mental é alvo do padrão de comportamento que a sociedade estabelece como adequado e daí surgem todos os preconceitos e estereótipos.

Dentre eles, destaca-se a Psicofobia caracterizada pelo preconceito contra pessoas com transtorno mental. Nesse sentido, tais sujeitos são percebidos como detentores de comportamento diferente, indicando padrões de comportamentos não aceitos socialmente (GOMES, 2014).

A psicofobia consiste num dos grandes problemas que interferem na recuperação de pessoas com transtorno mental. Nem sempre, tais sujeitos estão incapacitados de exercer seus direitos diretamente, mas vistos numa postura de generalização, são considerados anormais e não responsáveis pelas suas condutas sociais.

O termo psicofobia é adotado para designar atitudes preconceituosas e discriminatórias contra os deficientes e pessoas com transtornos mentais, atitudes que podem virar crime. Pessoas com depressão, transtorno bipolar, esquizofrenia, transtorno obsessivo-compulsivo, entre outras doenças, sabe vivenciam o preconceito manifesto de formas variadas e perversas no contexto social (GOMES, 2014).

O estigma destrói a autoestima desses sujeitos e por isso, muitos deixam de lutar por assistência adequada, ou ainda, inserir-se em atividades sociais como a escolarização, por medo da discriminação que poderá sofrer. É preciso conjecturar sobre como reabilitar ou melhorar o quadro de alguém que tem consciência da realidade e, a quem não é dado os meios de alcançar suas necessidades básicas, como por exemplo, o seu sustento, ou o sustento das pessoas que dele dependam. Tais casos podem acabar levando-os a revolta e, ou mesmo cair na marginalidade, tornando-se instrumentos do crime na mão de aproveitadores inescrupulosos, ou explorados nas mãos de pessoas de má índole.

A problemática em questão engloba não apenas o campo da saúde é uma questão social de grande interesse público. Vale ressaltar que, é necessária a luta diária contra o estigma, muitas vezes reafirmado pelo meio social, e pela informação, não só das pessoas com transtorno mental acerca de seus direitos, mas também da sociedade sobre o que são os transtornos mentais.

4. A inclusão escolar no enfrentamento da psicofobia

Um dos aspectos que pode conduzir a uma proposta de humanização da formação no Ensino Noturno caracteriza a perspectiva de educação inclusiva. A inclusão de alunos passou a ser amplamente discutida a partir da década de 90. Nesse movimento, a inquietação enfatiza a necessidade de oferta de ensino regular a alunos com deficiência. Assim, preconiza a oferta de um sistema de ensino de qualidade a todos os alunos, o respeito às suas diferenças, enquanto pontos de partida para a garantia do acesso e permanência dos alunos no ensino regular.

A educação de alunos no modelo tradicional era organizada com base num modelo de atendimento segregado. Porém, nas últimas décadas, ela tem se voltado para um modelo Inclusivo. A proposta preconiza que todas as crianças e jovens devem ter acesso às escolas regulares, respeitando-se suas peculiaridades. As instituições, portanto, devem se adequar, visando a superação de atitudes discriminatórias, colaborando para a construção de uma sociedade inclusiva, possibilitando a educação para todos. "Depois de tantos anos de segregação as pessoas devem ser reconhecidas como cidadãos na escola regular" (NASCIMENTO, 2007, p. 06).

A Educação Inclusiva baseia-se, portanto, na aceitação das diferenças individuais, educação como direito de todos, igualdade de oportunidades, crescimento pelo convívio social e na cidadania como garantia de direitos. Anteriormente, primava-se por um modelo homogeneizador enquanto ideal da escola. A prática educativa tinha características autoritárias e centralizadoras. O Professor buscava o ensino por modelos e soluções imediatistas.

> "A inclusão escolar vem negar toda a prática de exclusões e segregações que perduraram durante muito tempo e definir alguns padrões sociais que, anteriormente, eram considerados comuns e que, atualmente, foram

> substituídos por outros, como aceitação, valorização, convivência e aprendizagem através da cooperação" (NASCIMENTO, 2007, p. 03).

A discussão sobre o movimento de inclusão vem ocorrendo no Brasil há mais de uma década. "Nos debates atuais sobre a inclusão, o ensino escolar brasileiro tem diante de si o desafio de encontrar soluções que respondam à questão do acesso e da permanência dos alunos nas suas instituições educacionais" (MANTOAN, 2006, p. 15). Assim, desde o início da escolarização é importante o desenvolvimento da ação inclusiva enquanto meio de atendimento às diferenças.

A educação inclusiva se fundamenta numa concepção que reconhece a diversidade na escola, visando a garantia do acesso a todos à educação escolar. O pressuposto norteador da inclusão considera o princípio da igualdade e diversidade a partir do atendimento às necessidades educativas. Para tanto, a escola requer o desenvolvimento de métodos, recursos, habilidades e estratégias para incorporarem ferramentas de mudanças, no tocante a uma educação diferenciada vinculada ao modelo inclusivo (ALARCÃO, 2000). Nessa conjuntura, destaca-se a equalização das oportunidades, pelo ensino com desenvolvimento de projetos (DUY, 2007).

Conforme Aranha (2001), a inclusão consiste em aceitar a diversidade no meio social, garantindo o acesso às oportunidades de modo equitativo. Assegurar esses direitos não ocorre somente a partir da elaboração de leis e textos teóricos A garantia da educação inclusiva ocorre por meio da efetivação de ações no cotidiano escolar.

A educação inclusiva requer clima organizacional favorável à troca de conhecimentos que tornem os alunos autônomos. Nesse modelo, a rotina escolar deve enfatizar processos participativos no cotidiano escolar. Isso impõe o envolvimento de todos os membros da equipe escolar. "Docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas" (SANT'ANA, 2005, p. 228).

As mudanças apontadas para a construção da escola inclusiva devem a partir disso, superar posturas negativas provenientes de modelos tradicionais. Devem ser desenvolvidas ações que visam o envolvimento da comunidade no planejamento e currículo; na preparação da equipe para trabalhar de maneira cooperativa compartilhando saberes.

5. Considerações Finais

A inclusão de alunos com transtorno mental no contexto escolar deve se pautar em intervenções que propiciem o enfrentamento à psicofobia, considerando os sentimentos dos discentes e suas relações com a comunidade escolar, estimulando a socialização.

A educação inclusiva como proposta de enfrentamento à psicofobia deve ser evidenciada por meio de estudos. Trata-se de fomentar discussões sobre o tema, mobilizando a comunidade escolar para o respeito às diferenças e à pessoa com transtorno mental de modo a favorecer sua inclusão no cotidiano escolar.

As análises sobre a inclusão no cotidiano escolar, de pessoas com transtornos mentais suscitam o respeito à diversidade superando preconceitos e estereótipos quanto a esses sujeitos. Assim, permitem discussões sobre a problemática da psicofobia a fim de que profissionais e comunidade escolar identifiquem suas nuances e realizem discussões, fomentando práticas de enfrentamento à questão.

No enfrentamento à psicofobia, a concepção inclusiva de educação propiciao atendimento a pessoas com transtorno mental no sistema de escolarização formal. Trata-se de redimensionar a escola enquanto espaço de produção de identidade social, portanto, um lugar de formação de uma cidadania ativa, cuja construção desta identidade seja em seu aspecto individual ou coletivo, deve, também, passar pela tolerância com a diversidade humana.

Referências

ALARCÃO, Isabel. **Escola Reflexiva e Supervisão:** uma escola em desenvolvimento e aprendizagem. Porto: Porto, 2002.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5**: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARANHA, Maria Salete F. **Inclusão social e municipalização**. In: MANZINI, Eduardo J. (Org.). Educação especial: temas atuais. Marília: UNESP, Publicações, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA – ABP. Portal da Psiquiatria: **Psicofobia**. In: http://www.abp.org.br/portal/category/psicofobia/. Acesso em 29 out 2016.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia.** São Paulo: Cortez, 1985.

DUY, Cynthia. **Educar na diversidade:** material de formação docente. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília: Mec, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A História da Loucura na Idade Clássica.** São Paulo, Perspectiva, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude e trabalho. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs). **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2004, 304 p.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

GOMES, Elvis Nunes. **PSICOFOBIA E DIREITOS HUMANOS RELATIVOS À ÁREA DE SAÚDE MENTAL.** Anais do I Seminário Sociedade, Política e Direito. Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia (FADIR-UFU). Jul 2014.

GUERRA, Paula Bierrenbach de Castro. Psicologia social dos estereótipos. **Psico-USF.** Itatiba , v. 7, n. 2, p. 239-240, Dec. 2002 .

KEMMIS, S.; McTAGGART, R. **Como planificar la investigación.** Barcelona: Editorial Laerts, 1988.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino Médio: Construindo uma proposta para os que vivem do Trabalho**. – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2002.

LANE & Y. ARAÚJO. **Arqueologia das emoções**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999

LANE, S. T. M.; CODO, W. (org.). **Psicologia Social** – o homem em movimento. 10ª edição. São Paulo, SP: Brasiliense, 1992.

LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B. (org.). **Novas veredas da Psicologia Social**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1995.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar:** pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

NASCIMENTO, Luciana Monteiro do. **Educação Especial**. Centro Universitário Leonardo da Vinci. Indaial: Grupo UNIASSELVI, 2007

NAVARRO, Karina da Motta. **O significado da escola para o jovem estudante do Ensino Médio noturno**. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID 10:** descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

PEREIRA, C., TORRES, A. R. R., & ALMEIDA, S. T. Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. **Psicologia: Reflexão e** Crítica, 2003, p. 95-107.

PICCININI, Walmor J. História da Psiquiatria: descobrindo a psicofobia. **Psychiatry on line Brasil**. Vol 21, abr 2016. Disponível em: http://www.polbr.med.br/ano16/. Acesso em 28 set 2016.

PUCCI, Bruno. **O ensino noturno e os trabalhadores**. São Carlos: EDUFSCar, 1995.

RODRIGUES, A. et al. **Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

SANT'ANA, Izabella M. **Educação inclusiva: concepções de professores e diretores**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, maio/ago., 2005.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. Ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, *2007*.

SPADINI, Luciene Simões; SOUZA, Maria Conceição Bernardo de Mello e. A doença mental sob o olhar de pacientes e familiares. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo , v. 40, n. 1, p. 123-127, Mar. 2006

SPRADLEY, J. P. **Participant observation**. New York: Holt, Rinehart and Winston Ed. 1980.

THIOLLENT, M.. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo, SP: Cortez, 1985.

TOGNI, A. C.; CARVALHO, M. J. S. A escola pública noturna de ensino médio no Brasil. **Revista Iberoamericana de Educação**. Número – maio/ agosto, 2007, p. 61-76.

21

A importância das relações familiares na infância

Caroline Martins Dias
Dayse Marinho Martins

1. Introdução

As configurações a respeito dos papeis desempenhados no ambiente familiar vêm sofrendo modificações no atual contexto social. Entretanto, o papel que esta exerce no desenvolvimento infantil e em suas funções mais básicas continua sendo primordial para uma constituição saudável.

Com base nesse pressuposto, este trabalho objetiva apresentar o diálogo entre as relações familiares e suas consequências, tanto positivas quanto negativas, na primeira fase de vida do ser humano. O referido período é compreendido com base em suas singularidades por tratar-se de um momento mais frágil e dependente do ambiente social e familiar.

2. Interlocuções entre infância e família.

O surgimento do termo "infância" e seu significado é recente. Até a Idade Média a criança era retratada como um pequeno adulto, participando do ambiente adulto e das atividades familiares e laborais logo quando chegada a uma fase de maior independência física. Esse desprendimento dos adultos em relação à primeira fase da vida tem relação direta ao contexto social da época, em que o saneamento básico era inexistente e a medicina pouco avançada, ocasionando um alto índice

de mortalidade infantil. Assim, a insensibilidade perante a morte iminente desse ser frágil era relacionada às condições sociodemográficas da época (ARIÉS, 1986).

Com a entrada da igreja católica e a retratação da criança como possuidora de uma alma imortal, um processo de sensibilização por parte da sociedade para com as crianças é iniciado. Segundo Ariés (1986), esse processo de mudança caminhou, com o passar do século, junto com as mudanças em relação aos cuidados de higiene e controle de doenças, reduzindo assim a mortalidade infantil. Desta maneira, a criança começa a ganhar espaço no ambiente familiar, sendo representada nos retratos familiares onde esta se posicionava no centro das composições.

A concepção de infância começa a ser desenvolvida e mais significativa no fim do século XVI e no decorrer do século XVII a partir de jargões e onomatopeias infantis, onde os adultos passavam a registrar e empregar em seu vocabulário palavras utilizadas pelas crianças. Outra grande mudança diz respeito aos trajes, onde antes as crianças utilizavam roupas iguais a dos modelos adultos e com a chegada do século XVII suas roupas passam a ser distintas, tanto como uma forma de diferencia-las dos adultos como uma forma de classificação social (ARIÉS, 1986).

O conceito e sentimento de infância tem sua maior estruturação com o surgimento do capitalismo. A produção de mão de obra qualificada faz com que surjam as primeiras escolas, logo as crianças passam a ser vistas como um empreendimento a longo prazo em que precisam ter uma boa formação técnica para que possam vir a suprir uma necessidade futura da sociedade. Nesse período não só a escola mas o brincar passam a ser tidos como uma parte singular e necessária nessa primeira fase da vida. Segundo Barbosa e Magalhães (2008), o sentimento de infância e a preocupação com a moral e ensino são conceitos que surgem a partir da modernidade. Nesse sentido, ela é uma criação cultural e social, sendo o momento no qual a criança pode-se deixar ser criança e e agir como tal,

não devendo se preocupar com afazeres e trabalhos de adultos. Configura-se como o momento onde a inocência é característica.

Por sua vez, o conceito de família foi criado na antiga Roma, onde a estrutura patriarcal vigorava e existiam inúmeras pessoas sob a autoridade de um mesmo senhor. Entretanto, esse conceito com o passar do tempo e com a mudança da sociedade acabou sofrendo algumas alterações. Inicialmente tinha-se a família feudal, com muitos membros e bens materiais, entretanto, com a chegada do capitalismo surge um novo modelo: a família burguesa, onde tinha-se uma segurança da legislação civil e controle social. Porém, a família burguesa começa a sofrer declínio no inicio do século XX e com a urbanização das grandes cidades passamos a ter a família nuclear, composta por mãe, pai e uma quantidade pequena de filhos. Assim, a concepção acerca da família varia de acordo com a época, sociedade e estrutura social estabelecida (PINHEIRO; BIASOLI-ALVES, 2008).

As configurações familiares sofrem mudanças a partir da época e da estruturação dos papéis na família. Todas essas atitudes presentes na estrutura familiar influenciam diretamente sua dinâmica, então até o século passado o homem ainda tinha o título de chefe da família, provedor do sustento, porém em nossa atualidade sabemos que esse papel é por muitas vezes exercido pela mulher. Essa mudança de eixo está diretamente ligada a entrada da mulher no mercado de trabalho e, em consequência, sua maior independência. Assim, o papel do pai atualmente vem passando por uma transição social, deixando de ter o título de chefe da família e passando a compartilhar esse posto com a mãe. Segundo Pinheiro e Biasoli-Alves (2008), a partir do momento em que a mulher passa a trabalhar fora, o cuidado de seus filhos passa a ser de terceiros.

Conceituar a família em nossa sociedade atual, para Pinheiro e Biasoli-Alves(2008), não é uma tarefa simples por estarmos diante de diversas configurações familiares, ao mesmo tempo que temos uma família nuclear, alicerçada nos laços sanguíneos, temos um outro padrão

composto por pais separados e sozinhos, pais separados e com uma nova família, formando a família reestruturada, e também pais homossexuais, entre outras mais diversas formas de se ter uma família. As autoras trazem a concepção de família como um grupo de pessoas que vivem de forma hierarquizada e convivem a partir de uma ligação afetiva duradoura, sem necessidade do vínculo sanguíneo.

Segundo Morgado et al (2013), essas novas formas de família possuem suas consequências e as crianças e adolescentes que vivem nesse seio familiar possuem a necessidade um uma abertura da realidade diferenciada, pois confrontam-se com uma diversidade de papeis, culturas e normas familiares. Essas mudanças podem implicar diretamente no desenvolvimento da socialização.

Em relação aos vínculos na primeira infância o Núcleo Ciência Pela Infância (2016) ressalta que as experiências logo no início da vida são de extrema importância e influenciadas pela qualidade das relações socioafetivas. Os cuidadores, que são aqueles que suprem as necessidades biológicas e afetivas da criança, possuem papel fundamental na interação com a criança e em sua constituição. A depender de como se dá essa interação e de como esse cuidador busca atender ou identificar as necessidades dessa criança, os vínculos afetivos podem ser extremamente pobres ocasionando problemas comportamentais, cognitivos e comportamentais.

3. Relações familiares e desenvolvimento infantil

O desenvolvimento é situado por estudiosos da Psicologia enquanto processo caracterizado por mudanças ocorridas na vida dos indivíduos, com destaque para o período da infância no qual ocorre intensa socialização. Papalia & Olds (2000, p. 25), afirmam que os estudos sobre desenvolvimento contemplam “como as pessoas mudam ou como elas ficam iguais, desde a concepção até a morte”.

Tais mudanças são caracterizadas como adaptativas, sistemáticas e organizadas, e refletem situações internas e externas ao indivíduo que precisa se adaptar a um mundo em que as mudanças são constantes. A socialização na infância remete à interlocução do sujeito com o ambiente não apenas na perspectiva de contato entre o interno e o externo, mas para, além disso, no processo de atribuição de significados: essencial ao reconhecimento identitário na constituição do sujeito.

> Seres humanos são seres sociais. Desde o começo, desenvolvem-se dentro de um contexto social e histórico. Para um bebê, o contexto imediato normalmente é a família, que, por sua vez, está sujeita às influências mais amplas e em constante transformação da vizinhança, da comunidade e da sociedade (PAPALIA & OLDS, 2000, p. 25)

A relação com o meio incita a criança para o desenvolvimento de mecanismos como a linguagem, por exemplo. Ela se expressa, em padrões pré-estabelecidos cultural e socialmente; mas traz algo novo na medida em que experiencia suas nuances na relação com o mundo e reconhece suas possibilidades de singularização. Tal fato demonstra a cultura como mediador entre a vida psíquica e a vida coletiva num processo em que é crucial o papel desempenhado pelas relações familiares.

A família constitui instituição social básica para o desenvolvimento, organizada com base nas relações de parentesco cultural e historicamente determinado. Trata-se do contexto inicial para compreensão do indivíduo e sua singularidade. “Deve ser valorizada enquanto espaço de produção da identidade social [...] entidade dinâmica que situa e legitima o indivíduo no seu espaço social” (WEBER, 2008, p. 24).

Os pais caracterizam os primeiros educadores da criança pela via da socialização na família por meio do vínculo da parentalidade. Assim, as relações familiares tornam o ambiente acolhedor e estimulante para a criança, de modo que ela possa construir a sua autonomia. “A família é o primeiro ambiente em que o desenvolvimento da personalidade se

inscreve em que se sucede a aprendizagem focalizando os comportamentos dos adultos ligados ao cuidado, à imposição de normas e regras e cumprimento das tarefas da rotina diária" (WEBER, 2008, p. 29).

No ambiente familiar destacam-se aspectos de singularidade tais como gênero, cultura, questões socioeconômicas, estabelecendo condições familiares particulares e distintas que influenciam a vida da criança. O contexto interfere nas formas de relações interpessoais estabelecidas na família implicando nas relações sociais e nos vínculos do indivíduo nos demais espaços do cotidiano.

Acerca desse aspecto, Wallon (1979, p. 164) refere que "os meios em que vive a criança e aqueles com que ela sonha constituem a forma que molda sua pessoa". Desse modo, a criança depende das relações familiares não apenas para sobreviver, mas também para realizar seu desenvolvimento afetivo, social e intelectual.

Por sua vez, Piaget (1998) destaca nas relações familiares, a socialização enquanto processo que contempla a noção de equilibração como mecanismo de adaptação ao meio que contempla formas cada vez mais complexas de compreender o ambiente pelos sujeitos. O desenvolvimento humano caracteriza, assim, o *corpus* de ações direcionadas à redução do desequilíbrio entre o organismo e o meio físico e social.

O sujeito desempenha papel ativo em formas progressivamente mais elaboradas de viver nos contextos sociais, estruturando as bases do comportamento por meio das relações com o ambiente. O desenvolvimento humano constitui processo de historicidade e segundo Piaget (1998, p. 95):

> A educação da criança pressupõe a do espírito crítico ou objetivo, a da reciprocidade intelectual e a do senso das relações; nada mais apropriado do que um estudo psicológico das atitudes intelectuais espontâneas das crianças, por mais ingênuas e insignificantes que possam parecer à primeira vista.

Assim, um dos aspectos essenciais na socialização infantil, que perpassa pelas relações familiares constitui o comportamento imitativo. Por meio dele, a criança pode agregar em suas elaborações com relação ao outro, padrões de interação vivenciado em meio a adultos e familiares.

A criança imita o adulto, para posteriormente compreender ou atribuir um sentido para este comportamento. As interações com o adulto são importantes para a maturação psíquica da criança. Portanto, relações familiares ajustadas propiciam ao infante, experiências mediadas por meio do diálogo e não da imposição, suscitando a formação autônoma do sujeito (ANDREOZI, 2005).

> As famílias saudáveis ou funcionais caracterizam-se por um "ambiente acolhedor, continente, podendo as relações entre seus membros serem caracterizadas como amorosas, carinhosas e leais", e as disfuncionais, ainda conforme a mesma autora, propiciam a convivência em um "ambiente disjuntivo e os relacionamentos assumem características de ódio, culpa, vingança" (BOSSA, 2007, p. 186).

Por sua vez, Woolfolk (2000) refere que as relações familiares englobam características pessoais, perfis de personalidade, concepções e valores em relação à vida e a educação. Assim, é evidente a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicossocial das crianças enquanto princípio estruturante pelo caráter inicial de contato da criança com o mundo na formação de autoestima e autoconceito.

As relações familiares, portanto, implicam diretamente na aprendizagem do indivíduo que ocorre pela identificação com o outro, nesse caso, os pais. Sobre a questão, Bossa (2007, p. 20) complementa:

> Mais do que responsáveis pela qualidade de vida, os pais são construtores do aparelho psíquico dos seus filhos. Nascendo numa condição de total incompletude, o ser humano depende totalmente dos adultos que estão a sua volta, especialmente de seus pais ou daqueles que fazem função paterna e materna. Embora trazendo uma carga genética que também interfere no seu destino, o fator genético será menos influente, quanto mais influente for a educação

Com base nesses pressupostos, o papel das relações familiares na infância perpassa pela oferta de aportes à criança quanto ao desenvolvimento de comportamentos socialmente aceitos. Trata-se de propiciar a constituição de normas no cerne das relações estabelecidas entre as gerações mais novas e mais velhas, propiciando a adaptação dos indivíduos às exigências do conviver em sociedade e seu amadurecimento por meio de suporte afetivo e emocional, ambiente adequado à aprendizagem dos valores culturais da sociedade.

4. Considerações Finais

A constituição familiar tem se ressignificado em meio às configurações históricas e se tornado diversa no contexto da contemporaneidade sem perder a caracterização de ambiente socializador inicial, essencial para os processos de aprendizagem do indivíduo no estabelecimento de relações com o meio. Entretanto, as relações familiares ainda denotam princípios de organização tradicionais. Prevalecem relações hierárquicas entre adultos e crianças, em conformidade com uma dinâmica familiar centrada na perspectiva e desejo do adulto.

A esse respeito, cabe ressaltar que na infância, o indivíduo depende do adulto, o que não deve ser entrave para o desenvolvimento de autonomia na busca pela satisfação de suas necessidades.

A infância deve ser compreendida como elemento estruturante das relações sociais no âmbito da cadeia geracional das relações familiares. Assim, é preciso considerar a efetiva capacidade da criança em dar significado à sua própria experiência e realidade de modo que os estudos sobre desenvolvimento e relações familiares passem a ponderar a partir da perspectiva da própria criança.

Referências

ANDREOZZI, Maria Luiza. **Piaget e a intervenção psicopedagógica**. 5 ed. São Paulo: Olho d"água, 2005.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família.** 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

BARBOSA, Analedy Amorim; MAGALHÃES, Maria das Graças S. Dias. A concepção de infância na visão Philippe Ariès e sua relação com as políticas públicas para a infância. Revista Eletrônica de Ciências Sociais, História e Relações Internacionais, Boa Vista, v. 1, n. 1, p. 1-8, 2008.

BOSSA, Nadia A. **A Psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. RS, Artmed, 2007.

COMITÊ CIENTIFICO DO NÚCLEO PELA INFÂNCIA (Org.). **Importância dos vínculos familiares na primeira infância.** São Paulo: FMCSV, 2016. 16 p.

PAPALIA, D. & OLDS, S. **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIAGET, Jean. A psicologia da criança e o ensino de História. In: PARRAT, Silvia; TRYPHON, Anastasia (orgs.). **Sobre a pedagogia** Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

PINHEIRO, Maria Helena Câmera; BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes (Org.). A família como base. In: WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. **Família e desenvolvimento:** visões interdisciplinares. Curitiba: Juruá Editora, 2008. p. 21-35.

WALLON, Henri. **Psicologia e Educação da Criança**. Lisboa: Editorial Veja, 1979.

WEBER, Lidia N. D. **Família e desenvolvimento:** visões interdisciplinares Curitiba: Juruá, 2008.

WOOLFOLK, A. **Psicologia da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

22

Um olhar da psicologia sobre as ONGS como representação do terceiro setor nas politicas publicas

Caroline Martins Dias
Dayse Marinho Martins
Elias Augusto Ribeiro Neto
Karoline Magalhães Conceição
Lucielle Da Silva Oliveira
Thamires Ayres Ribeiro

1. Introdução

A moderna sociedade capitalista direcionou a construção da Esfera Pública a partir da revolução econômica e redefinição dos padrões de relações sociais e políticas no interior dos Estados-nação. Nessa conjuntura, foram formatadas as relações entre os indivíduos, a constituição de instituições sociais como igreja, família e propriedade, bem como, o conceito de Liberdade.

Com base em valores liberais, o estado capitalista moderno enfocou uma autoridade racional universal progressivamente separando o Estado da sociedade, concentrando nele o poder articulado com as elites. As relações de produção propiciam o predomínio da impessoalidade e a individualidade. A esfera pública é regulada por universalismo de procedimentos centrado em normas que formalmente todos podem usar por meio de representantes, instituições formais de modo a demandarem do Estado por meio das políticas públicas.

Nesse sentido, este trabalho apresenta um panorama sobre o chamado terceiro setor, representado pelas Organizações não-governamentais (ONG'S). Atualmente, o referido perfil institucional tem apresentado significativa penetração na execução de ações da agenda política em substituição a instituições estatais. Dessa forma, é essencial que no âmbito da formação em Psicologia, se promova reflexões sobre o terceiro setor e suas repercussões nas políticas públicas.

2 Terceiro setor: conceituação e noções

O Terceiro setor é compreendido pelo conjunto de organizações privadas, sem fins lucrativos, cuja atuação é dirigida a finalidades coletivas ou públicas. Para Fischer (2002), representa um segmento, uma instituição social pela qual o conjunto de ações emana de fundações, instituições ou Organizações Não Governamentais (ONGs) ligadas à esfera privada atendendo demandas da sociedade.

Nessa perspectiva, o todo social é marcado pelo arranjo institucional dividido em: Primeiro Setor que se refere ao Estado, representado pelas esferas da administração pública: prefeituras municipais, governos dos estados e a presidência da república. Além disso, incluem-se o corpo burocrático e as entidades ligadas a estes entes. O Segundo Setor se relaciona à lógica de mercado vigente. Corresponde ao setor financeiro: o mercado. Por sua vez, o Terceiro Setor se vincula aos movimentos sociais ou iniciativa privada, organizações não governamentais. Sua lógica se reporta à ideia de resgatar a solidariedade diante dos problemas sociais (FISCHER, 2002).

Ilustrando tal perspectiva, o Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresenta no âmbito da natureza jurídica: o Estado com a administração pública enquanto primeiro setor e as entidades empresariais do Mercado como segundo setor. O terceiro setor é composto pelas entidades sem fins lucrativos.

Na composição do terceiro setor destacam-se como figuras jurídicas: as Associações, união de pessoas que se organizam para fins não econômicos. Fundações, criadas por um instituidor, mediante escritura pública ou testamento, a partir de uma dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina. Organizações religiosas vinculadas a instituições de credo religioso (FISCHER, 2002).

No Brasil, o Terceiro setor caracteriza conceito recente. Apesar disso, Fischer (2002) afirma que no âmbito da história nacional, tais práticas eram efetivadas com base em modelos adequados aos contextos sócio-históricos e políticos:

No Século XVI destacavam-se as Irmandades da Misericórdia de cunho católico que se mesclaram a associações laicas a partir do século XVIII. O Século XX marca a expansão da oferta de serviços por Instituições Filantrópicas, paralelamente às Sociedades de Auxílio Mútuo e Sindicatos com base no desenvolvimento político e comercial brasileiro.

A partir da década de 1970, surgem as primeiras ONGs que se diversificam ao longo da década de 1980 ganhando visibilidade e institucionalização com base no movimento de redemocratização. Na década de 1990, as ações das ONGs se expandem com base em marcos legais e no contexto da crise do Estado por meio dos processos de privatização e terceirização.

Enquanto terceiro setor no Brasil, destacam-se na relação com o mercado: Fundações de Empresas, Projetos sociais, Câmaras de comércio, Sindicatos, Cooperativas. Na intersecção com o Estado, surgem as Fundações e o Sistema "S" - SENAI, SENAC, SESI. Essencialmente como Terceiro Setor, situam-se as associações culturais, educacionais, assistenciais, esportivas e as ONGs (FISCHER, 2002).

A origem do termo terceiro setor remete aos EUA na década de 1970, o *"third sector"* abordado por autores como Etzioni, Levitt, Nielson. Na Europa, seu uso se expande na década de 1980 pelos trabalhos de Douglas e Reese. No Brasil, se dissemina na década de 1990 com as

pesquisas de Leilah Landim e Rubem César Fernandes (LANDIM & SCALON 2000).

Conforme Montaño (2002, p.51), há uma noção hegemônica do termo, construída pelo "recorte social em esferas: o Estado 'primeiro setor', o mercado 'segundo setor' e a sociedade civil 'terceiro setor'". A referida perspectiva se caracteriza como neopositivista, estruturalista, funcionalista, liberal. Com isso, isola e autonomiza a dinâmica, desistoriciza a realidade social, mostrando-se reducionista ao desconsiderar a luta de classes e as contradições do sistema capitalista.

Diante disso, segundo Landim & Scalon (2000), é importante conceituar o termo terceiro setor com base numa noção crítica, compreendendo-o como um termo que não possui neutralidade. Cabe contextualizar sua procedência norte-americana, fundada na prática social do associativismo e voluntariado, ou seja, fundamentada na cultura política e cívica do individualismo liberal.

Tomando por base uma perspectiva crítica, de cunho marxista, Montaño (2002, p. 14-15) conceitua o termo setor enquanto:

> Fenômeno que envolve um número significativo de instituições, sujeitos individuais e de forma encoberta, o Estado no plano legal e financeiro, na contrapartida à retirada paulatina da responsabilidade estatal no trato à questão social.

Fundamentado nesse pressuposto, Montaño (2002) aponta enquanto críticas ao terceiro setor: o fomento acrítico de ONGS e a atribuição de funções salvacionistas quanto à superação da pobreza. Além disso, questiona a exploração do voluntariado na destruição das políticas de cidadania e direitos sociais. Considera, portanto, o terceiro setor como estratégia neoliberal de estruturação do capital, exemplificando sua disseminação pelos argumentos da gestão de Bresser Pereira (1999) no contexto da reforma do Estado brasileiro.

3. Funcionalidade do terceiro setor e o projeto neoliberal

O terceiro setor tem uma função importante no processo de legitimação e justificativa das intenções Neoliberais de reestruturação Estatal. Com o descrédito das instituições sociais estatais e classistas, decorrentes de uma suposta precarização dos serviços oferecidos, o terceiro setor se aproxima da sociedade civil como alternativa eficiente as respostas das sequelas sociais. O terceiro setor utiliza o dinheiro público, e desobriga o Estado de atender demandas sociais, assumindo uma postura de caráter público quanto ao financiamento e de direito privado quanto a gestão dos serviços ofertados. Essa forma de se comportar no cenário econômico e social atual, impossibilita um controle democrático e político específico, uma vez que não atende aos critérios de instituição estatal.

O terceiro setor serve aos ideais Neoliberais uma vez que assume uma postura de ocultamento do processo de privatização dos serviços sociais básicos e a perda progressiva dos direitos universais alcançados. Nesse contexto, o Estado tem uma grande participação, pois embora ele esteja em um movimento de afastamento das responsabilidades sociais sua contribuição em forma de subsídio ao projeto ideológico de transferência denota uma atuação estratégica, sobremaneira por meio de dispositivos midiáticos de incentivo a campanhas de ajuda-mútua e de coo-participação da sociedade no financiamento e resolução das carências emergenciais da população, contribuindo também para construção de uma visão mistificada do terceiro setor como um organismo social, comprometido com as demandas do povo.

O financiamento sistêmico da sociedade civil, é utilizado pelo Estado na atuação junto as sequelas sociais, o Estado seria então um instrumento privilegiado para gestão dos recursos públicos. A responsabilidade pela atenção as demandas sociais, parte da captação compulsória dos recursos, impostos. O terceiro setor se desobriga enquanto financiador, pois parte dos seus recursos para resolução sociais parte do setor público, por esse motivo da própria sociedade, além desse

aspecto recebe subsídio estatais como forma de incentivo. Atualmente, tem se desenvolvido uma substituição da solidariedade sistêmica pela solidariedade individual, em que as pessoas que estão necessitando de determinadas demandas sociais devem arcar com os gastos.

A construção ideológica do serviço voluntário e do a investimento baseado na auto-ajuda, segue a construção conceitual da centralidade das emergências subjetivas locais e momentâneas, em contradição a visão concreta do trabalho. A ocupação assume a função do trabalho como possibilidade de legitimação de uma ação transformadora, assegurando uma função paliativa ao tempo livre decorrente, em grande medida, ao desemprego. Essa construção da preocupação e com o aumento da responsabilidade social redirecionada ao indivíduo, propicia elaboração de uma ação não crítica quanto a gênese do problema social e de classe, sendo por essa via a atuação do terceiro setor imediata, pontual e descompromissada com a qualidade e a manutenção.

4. Recursos e Crescimento das ONGS

As organizações do "terceiro setor" se voltam para atividade de capacitação de recurso de maneira essencial e não funcional, fazendo com que atividades que deveriam ser auxiliares se tornem atividades centrais, devido à dependência de recursos externos.

A atividade de financiar organizações do "terceiro setor" insere-se num conjunto de mudanças culturais, valorativas e institucionais (MONTANO, 2005). Sendo as mudanças culturais e valorativas na população referentes tanto na desconfiança no Estado, tido como ineficiente e corrupto como na confiança exagerada na "sociedade civil" como instância supostamente mais próxima do povo. Já as mudanças culturais e valorativas empresariais são vistas como uma "maior sensibilidade social" do empresariado que desperta para uma responsabilidade social na constituição de uma "empresa cidadã" com mudanças estratégicas de marketing e redução de custos e tributos. As

mudanças institucionais inserem-se como uma função social em respostas às demandas sociais sob o âmbito de responsabilidade fundamentalmente estatal, típica do *Welfare state* onde essa resposta é de caráter universal constituindo direito à cidadania e se fundando na "solidariedade social". Volta-se para o âmbito particular das organizações do "terceiro setor' que é funcional no projeto neoliberal em que a resposta é focalizada, sem constituição de direito e que se fundamenta na "solidariedade local", na auto-ajuda e na ajuda mútua.

Essas mudanças levam o cidadão, a empresa, a ONG, a desconsiderar o papel do Estado como responsável pela resposta às sequelas da questão social, investindo assim nas organizações e atividades do chamado "terceiro setor". Dessa maneira, o financiamento que deveria ser mediante imposto compulsório, passa a ser mediante "doações" espontâneas e voluntárias (MONTANO, 2005), deixando-se à vontade e sensibilidade de cada um o financiamento e a função de resposta às necessidades sociais.

Montano (apud *in* Abong, 2000:90) explica que as fontes de recursos são variadas e podem provir de:

a. *simpatizantes, menbros filiados à organiação e publico em geral,* onde os recursos podem ser financeiros, materiais ou humanos. Podendo as doações dos membros da organização ser feitas como contribuição de mensalidades ou anuidades de filiação ou outros aportes para sustentar o seu funcionamento. Outra forma de contibuição é referente às doações de particulares, doações de alimentos ou doações televisivas. Sendo o trabalho voluntário também uma forma de contribuição de particulares, oferecido por indivíduos como aproveitamento do chamado "tempo livre".
b. *Empresas "doadoras" ou fundação de filantropia empresarial.* Também chamado de nova "consciência social" do empresariado. A "empresas cidadã" nada mais é do que uma modalidade de obtenção de insenção de imposto e subsídio estatal para a melhoria da imagem da empresa e produto, e para aceitação da comunidade pela presença da indústria e seus eventuais prejuízos à ela ou ao meio ambiente.
c. *Atividades comerciais e vendas de serviços.* Referem-se à venda de bens ou serviços paralelos à atividade social, como forma de financiamento ou cobrança

dos próprios serviços abaixo do valor de mercado, recuperando apenas os custos ou partes deles.

d. *Instituições estrangeiras*. São entidades como as Organizações das Nações Unidas (ONU), O Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ou fundações como Konrad Adenauer, Rockefeller, GTZ, Albino Souza Cruz, etc., que tem desembolsado recursos destinados a atividades do "terceiro setor" nos países periféricos, sejam doações ou emprétimos, destinados diretamente às organizações ou indiretamente passando pela gestão do Estado.

e. *Recursos Governamentais*. São constituídos pelo Estado, seja a União, o governo estadual ou o município. Por meio de parcerias, o Estado tem destinado enormes quantias às organizações filantrópicas e de serviços públicos. A transferência de fundos estatais para as entidades do chamado "terceiro setor" pode ser feita por diversos mecanismos: insenção de imposto, terceirização, parcerias, subvenções etc. Porém, se os recursos estatais provém dos impostos sociais, o verdadeiro criador desses fundos é o cidadão. A responsabilidade de dar respostas às demandas sociais continua sendo da sociedade. No entanto, com a "reforma tributária" a tranformações de impostos diretos em impostos indiretos desresponsabiliza ainda mais o capital e carrega no trabalhador a maior responsabilidade de financiar o Estado, e o repasse de verbas ao "terceiro setor"

Como consequência desse processo, afirma-se uma tendência de crescimento do chamado "terceiro setor", particularmente das ONGs. Com isso pretende-se " justificar que as perdas das respostas estatais à "questão social" seriam compensadas pela intervenção deste setor, manifestando que não é hora de enfrentar o fato do "encurtamento do Estado", mas sim de concentar os esforços por reforçar o crescimento da sociedade civil." (MONTANO,2005). Esse argumento é claramente submisso à suposta incapacidade de resposta efetiva à "questão social" e mistificado por pensar na "sociedade civil" como representante homogêneo dos interesses populares.

4.1 As teses da "escassez" e da "crise fiscal do Estado" como pretexto da (contra-) reforma estatal

Tem-se falado que uma crise fiscal do Estado é identificada como resultado da perda de arrecadação e elevado gasto sem retorno. Na

realidade, o fundamento da crise fiscal do Estado tem base no uso político e econômico que as autoridades tem feito em favor do capital e até mesmo em proveito próprio (MONTANO,2005).

Na concepção neoliberal, o processo de crise fiscal faz uma "justificativa" a (contra-) reforma do Estado, que se processa nas privatizações de empresas públicas, no ajuste de gastos estatais, reformas tributárias, da previdência e legislações trabalhista e eleitoral, como um recorte da área social. Dessa maneira retira-se da esfera estatal um conjunto de políticas e instituições sociais, de assistência, previdência e saúde, além de educação públicas (MONTANO, 2005).

4.2 As teses da "burocracia", "paternalismo" e da crise de "governança" do Estado

A crise do Estado é centrada no seu caráter burocrático com uma dinâmica lenta, uma corrupção interna permitida e escondida pela "permissividade" da democracia; no caráter paternalista de práticas estatais que antes gerariam dependência e acomodação das pessoas assistidas; e até na incapacidade de o Estado mesmo possuindo legitimidade e "governabilidade", poder efetivar suas decisões (MONTANO,2005).

O Estado é definido como burocrático e paternalista, especialmente a partir da Constituição de 1988, isso teria aprofundado a crise fiscal. Acusado de promover uma excessiva proteção ao necessitado gerando uma dependência crônica em relação ao Estado e uma acomodação dos setores carenciados. Porém, o problema do Estado não é o de ser "paternalista", mas sim de não desenvolver um bom e efetivo sistema de proteção social. Uma solução para esse problema seria o de reforçar e ampliar a função estatal.

Responsabiliza-se a crise fiscal pela crise de governança. A "governabilidade" se refere a capacidade política de governar e deriva da relação de legitimidade do Estado e do seu Governo com a sociedade,

diferenciando-se da "governança" que é a capacidade financeira e administrativa de um governo implementar políticas.

4.3 As teses da "passagem" e da "compensação"

É o processo de passagem da intervenção estatal para a intervenção comunitária na área social. A tese de passagem seria uma suposta compensação das perdas de atividade e responsabilidade social no âmbito estatal (primeiro setor) com o aumento da atividade da sociedade civil (terceiro setor). Para sustentar a tese de compensação faz-se uma análise do aumento da filantropia empresarial, das instituições de caridade e de tudo o que é agrupado no "terceiro setor"

Porém, muitas ONGs não tem capacidade de se autofinanciar de forma estável. Dessa maneira, faz-se parcerias com o Estado para o financiamento das atividades de organizações sociais e assistenciais. Assim, o que o Estado deixa de fazer passa a ser feito pelas organizações do chamado "terceiro setor", e que essas, em parceria com o Estado compensariam a diminuição de atividade social estatal.

5. ONGs: condições de desenvolvimento

Sobre o desenvolvimento das ONGs, afirma-se:

> "o conceito de terceiro setor descreve um espaço de participação e experimentação de novos modos de pensar e fazer sobre a realidade social... É um campo marcado por uma irredutível diversidade de atores e formas de organização". (CARDOSO, 1997 apud BRESSER PEREIRA e CUNILL GRAU, 1999, p.37)

5.1 Organizações públicas não-estatais (características comuns):

- Não tem fins lucrativos
- Utilizam em algum grau o trabalho voluntário
- De alguma forma participam do controle social

5.2 Novos atores

ONGs: a suas funções originais de interlocução política e organização popular, tendem a agregar a de prestação de serviços sociais (saúde, educação, etc.), e as que se lhes costuma atribuir o caráter de entidades privadas de utilidade pública, sendo por isso credoras de isenções tributárias ou outros benefícios especiais.

Ospnes: que já existem há muito tempo, mas que recentemente se originam sobretudo da 'publicização' - transformação em organizações públicas não-estatais - de organizações previamente estatais ou de entidades constituídas voluntariamente por particulares aos quais se atribui uma relação formal com o Estado, expressada em fomento e fiscalização.

Quanto à questão de definição de políticas, Bresser (1999) aponta que existe uma problemática envolvendo as ONGs, já que elas não são autossustentadas, torna-se difícil conciliar suas funções de promoção da auto-organização social com as de caráter mais empresarial. E aponta que,

> "[...] torna-se fundamental resistir a tendência à mercantilização e à burocratização, de modo a preservá-las como integrantes do público não-estatal e, sobretudo, possibilitar que atuem como catalisadoras e promotoras da ampliação do espaço público, através do "empoderamento" dos setores mais vulneráveis." (Bresser, 1999 p. 41)

5.3 Como fazer isso*?*

Adoção de um esquema de contratualização das relações entre o Estado e as associações públicas não-estatais - sistema de direitos e obrigações recíprocas.

Explorar possibilidades de estimular a auto-organização social. Ex.: Licitações.

6 ONG’s: Relevância e vantagens

De acordo com Bresser-Pereira e Grau (1999), a noção de público não-estatal estaria dentro de uma forma de propriedade que não se encaixa nem dentro da estatal nem privada, sendo caracterizada por um conjunto de indivíduos que se aliam em espécies de associações com o caráter de satisfazer as necessidades coletivas sem que exista um sentido de propriedade entre seus membros. Desta forma, difere-se da propriedade privada por servir um bem público, enquanto a segunda tem o caráter de acumulação capital para ganhos privados; e, diferencia-se da pública estatal por ter cidadãos privados e voluntários na criação e adoção de políticas e seleção de pessoal, diferentemente de um político eleito.

A propriedade público não-estatal tem como uma das principais relevâncias o forte poder político dentro da sociedade, tendo assim, papel nas reivindicações e criticas ao Estado. Possui papel relevante também na atribuição de responsabilidade à sociedade em nome da satisfação de necessidades coletivas, mostrando-lhes que o Estado e o privado são as únicas opções.

Nos Estados Unidos, a produção de bens de caráter social era realizada pela propriedade pública não-estatal, porém com a crise dos anos 30, o Estado assume a responsabilidade por esses bens. Em contrapartida, na América Latina, a produção pública não-estatal passa a crescer apenas na década de 80 por conta das privatizações, sendo anteriormente proeminente a propriedade estatal.

As ONG's tiveram um enorme crescimento na América Latina, tendo como principais aliados a demanda de auto-organização social, ou seja, as práticas desenvolveram-se não apenas para preencher lacunas deixadas pelo Estado ou mercado, mas também para a contenção de ambos sobre a vida social; as políticas para diminuição da crise fiscal, ficando as ONG'S responsáveis por certas ações; e as modificações tecnológicas atuais.

Dentre as vantagens proporcionadas pela propriedade público não-estatal destacam-se: a maior qualidade na produção quando a oferta de serviços é heterogênea e quando o usuário não tem condições de estabelecer um novo contrato com a frequência necessária; o compromisso ideológico estabelecido ligando os membros da organização; a utilização de voluntários e o uso de doações. Outras vantagens, partindo do ponto de vista da produção social se caracterizam pela pluralização da oferta de serviços sociais, flexibilização e desburocratização da gestão social e responsabilidade dos dirigentes e participantes da organização.

7. Cenário atual das ONGs

Pesquisas sobre as ONGs mundiais revelam resultados que apontam para o viés indispensável dessas organizações na mobilização para ações relevantes socialmente. Ao mesmo tempo, as pesquisas demonstram haver, em muitos casos, intenções ocultas por trás da criação de ONGs, envolvendo fraudes e outros crimes.

Um projeto criado pelo Centro de Pesquisa e Educação Organizacional (Center for Organizational Research and Education - CORE), denominado Activist Facts, monitora as ONGs pelo mundo, levantando informações sobre suas ações e verificando o uso de seus recursos, essas informações são carregadas em um site que fornece um banco de dados com "informações detalhadas e atualizadas sobre organizações e ativistas" (activistfacts.com), é feita uma análise de material de mídia e de documentos para a elaboração desse banco e construção do site. No Brasil, existe um site chamado OngsBrasil, que compila informações sobre ONGs nacionais e seu trabalho, divulgando informações sobre como doar e como se candidatar a voluntário.

É crescente a popularização do papel das ONGs e cada vez mais nítido o uso dos dados levantados por essas organizações em notícias e campanhas, o que em grande medida impulsiona a tomada de posicionamento governamental, influenciando a criação de políticas

públicas mais eficazes — pois essas Organizações apontam para as necessidades mais emergentes da sociedade. A evolução das tecnologias e difusão das informações através das redes sociais foi um fator decisivo para essa grande difusão do papel das ONGs e favoreceu a divulgação das possibilidades de apoio, foi também pela difusão de informações através das redes sociais que permitiu às pessoas conhecerem sobre os desvios de dinheiro que deturpavam o objetivo real dessas organizações.

Uma das mais conhecidas organizações de ajuda humanitária é a Médicos Sem Fronteiras, criada em 1971 por jornalistas e médicos franceses, a organização leva cuidados médicos a áreas de guerras e lugares onde ocorreram desastres naturais ou epidemias, além disso, atua com a "sensibilização do público sobre o sofrimento de seus pacientes, dando visibilidade a realidades que não podem permanecer negligenciadas." (https://www.msf.org.br/). Outra Organização muito conhecida e criada no mesmo ano é a Greenpeace, na época formada por um grupo de 12 pessoas (ecologistas, jornalistas e hippies, segundo o site da Organização), reunidos para protestar contra os testes nucleares dos EUA na costa do Alasca, atualmente, conta com milhares de voluntários e permanece na luta em defesa de causas ambientais. A Safernet Brasil é uma entidade que atua no combate às violações dos Direitos Humanos ocasionados pelo uso indevido da internet e tem importante papel na produção de conteúdos e tecnologias de enfrentamento aos crimes cibernéticos, foi criada em 2005 por um grupo de cientistas da computação, professores, pesquisadores e bacharéis em Direito.

O site OngsBrasil aponta 159 ONGs como resultado da busca para a cidade de São Luís, destacamos, no presente trabalho, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e a ONG Bicho Feliz. A APAE é uma entidade filantrópica e sem fins lucrativos, cujo objetivo principal é a promoção da atenção integral à pessoa com deficiência (prioritariamente as pessoas com deficiência intelectual ou múltipla), possui a finalidade tanto de promover a saúde como de educar as famílias sobre os direitos a uma assistência digna. A ONG Bicho Feliz foi

fundada em 2001 por uma médica e idealizada a partir de trabalhos realizados em prol da saúde coletiva e bem estar dos animais.

Um fato infeliz é que nem sempre as ONGs estão relacionadas a benefícios, não é difícil encontrar notícias informando a participação de Organizações não governamentais em desvios de dinheiro

O quadro a seguir aponta as falhas que favorecem a corrupção:

Onde ocorrem fraudes em convênios com ONGs:	
Escolha da entidade	Os critérios para escolher qual ONG receberá a verba não são objetivos, e não há exigência para que seja feita licitação. Assim, municípios, estados e União podem contratar entidades sob justificativas genéricas.
	Fraude: Pode acontecer de o órgão público escolher a ONG com interesse próprio ou a entidade acabar escolhida com documentos falsos e embolsar o dinheiro do contribuinte.
Formalização de convênios	Há falha na análise técnica das propostas apresentadas pelas ONGs, ou seja, o que a entidade propõe no contrato é genérico e não necessariamente será executado.
	Fraude: A ONG pode apresentar um programa de trabalho que nunca vai cumprir, e depois pedir mais dinheiro porque não conseguiu fazer o serviço inicial.
Prestações de contas e nos objetivos dos convênios	Não há fiscalização suficiente por parte dos municípios, estados e União, acompanhando o andamento do serviço.
	Fraude: A ONG pode apresentar notas fiscais falsas, desviar a verba para fornecedores que podem ser parentes e amigos, ou ainda, não entregar a obra ou serviço.
Impugnação total de despesas	Ocorre quando a verba é aplicada em desacordo com as normas do governo.
	Fraude: Quando o governo não fiscaliza o convênio, a entidade pode simplesmente descumprir a lei. Nesse caso, toda a despesa gasta pode ser impugnada.
Alcance dos objetivos firmados	Os objetos do contrato não foram cumpridos pela ONG.
	Fraude: Se a ONG não cumpre todos os termos do contrato, o convênio falhou, e o dinheiro público foi mal aplicado. Isso ocorre por causa de contratos mal redigidos, mal analisados e mal fiscalizados pelo governo. Ainda que a entidade haja de má-fé, a responsabilidade sobre qualquer tipo de fraude contra o contribuinte é da administração pública.
Problemas mais encontrados em fiscalizações pela Controladoria Geral da União e pelo Tribunal de Contas da União	

Fonte: http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/10/entenda-como-ocorrem-fraudes-nos-convenios-entre-ongs-e-governos.html

Tal problemática acontece em grande medida, pela falta de fiscalização (generalizada) sobre os gastos realizados com o dinheiro público. Além disso, reflete a falha de verificação documental apresentada por essas entidades que se afirmam enquanto ONGs, mas que não se caracterizam como tal.

8. Considerações Finais

As ONGS caracterizam instituições parceiras no cumprimento da agenda política junto à população. Contudo, cabe agir com cautela para que não sejam utilizadas no cerne das políticas neoliberais como ferramentas de esvaziamento do setor público.

Além disso, as fraudes envolvendo ONGs são percebidas quando se atenta à forma como elas são incluídas nesse processo: uma vez que as licitações envolvem grande burocracia, é preferível a contratação de uma ONG caracterizada por oferecer o serviço que se pretende solicitar, assim, será feito um convênio por meio do qual será repassado o dinheiro público. É nesse momento que os solicitantes do serviço escolhem a organização que desejam e em troca recebem uma comissão quando dinheiro for repassado, assim, apadrinhadas, as organizações escolhidas, receberão o dinheiro e, como em muitos casos noticiados, não executam o serviço e emitem notas frias que "justificam" o dinheiro repassado.

É preciso, assim, que no âmbito da Psicologia sejam empreendidos debates sobre a precarização do setor público. Com isso, a Psicologia pode lançar um olhar crítico às ONGS no contexto brasileiro marcado por uma constituição diversa e marcado pela desigualdade social.

Referencias

FISCHER, Rosa Maria. **O desafio da colaboração**. São Paulo, Gente, 2002.

LANDIM, Leilah e SCALON, Maria Celi. **Doações e trabalho voluntário no Brasil: uma pesquisa.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

MONTÃNO, Carlos. **Terceiro Setor e a questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. S. Paulo: Editora Cortez, 2002.

23

Contribuições da psicologia social comunitária na formação inicial em psicologia

Dayse Marinho Martins

1 Introdução

Sob as bases teóricas da Psicologia Social, a Psicologia Social Comunitária atua no âmbito do currículo de formação inicial em Psicologia por meio da abordagem de contextualização das práticas norteadoras do psicólogo social em meio à comunidades e grupos sociais. Nesse sentido, a disciplina discute o conceito de comunidade e sua abrangência em Psicologia.

Para tanto, é apresentada a Psicologia Comunitária, sua história, definição e fundamentos da práxis do psicólogo em comunidades por meio de intervenções. A abordagem engloba os métodos de pesquisa e intervenção em Psicologia Comunitária em articulação com os conceitos de identidades, etnicidades, considerando os grupos minoritários no Brasil. A disciplina pauta suas proposições considerando a ética no âmbito da Psicologia Comunitária no Brasil.

Tomando por base tais pressupostos, este trabalho apresenta registros de estudos e atividades práticas em Psicologia social Comunitária. O registro busca não somente a descrição das ações, mas a narrativa com base na crítica e na metacrítica.

2 Os estudos teóricos em Psicologia Social Comunitária

O estudo teórico sobre os conceitos de comunidade e da Psicologia Comunitária enquanto área, seus marcos históricos, avanços, ações e relações com conceitos como identidades e etnicidades é imprescindível para compreensão da disciplina ao articular suas perspectivas formativas em relação ao contexto brasileiro marcado pela diversidade. A Psicologia Social Comunitária é compreendida a partir de uma visão que considera a autonomia como elemento crucial para a solidariedade: "As diversas experiências comunitárias vêm apontando para a importância do grupo como condição, por um lado, para o conhecimento da realidade comum, para a autorreflexão e, por outro, para a ação conjunta e organizada" (CAMPOS, 2013, p. 31). Em sua história, a disciplina ganhou espaço ultrapassando o modelo elitista distanciado da população/sociedade.

No âmbito da formação em Psicologia, a disciplina permitiu refletir acerca da democratização do atendimento psicológico como serviço público. De tal modo, suscitou o debate sobre o fato de que o profissional psicólogo precisa pautar sua práxis considerando seu papel de mediador na comunidade, realizando possíveis intervenções, num processo de construção coletiva permeado pela critica ao contexto histórico e social.

Como reafirma Ornelas (1997), o desenvolvimento comunitário é essencial enquanto processo que permite criar as condições para o progresso econômico e social através da participação dos cidadãos na sua comunidade. Destaca-se, portanto, a Psicologia Social Comunitária enquanto estratégia focada na mudança social, pelo envolvimento dos indivíduos na identificação e resolução dos seus próprios problemas.

> Os psicólogos comunitários construíram uma nova visão do psicólogo, cujo principal objectivo passou a ser o estudo, a compreensão, a conceptualização e a intervenção rigorosa nos processos, através dos quais, as comunidades pudessem melhorar o estado psicológico geral dos indivíduos que nela vivessem (ORNELAS, 1997, p. 377).

Ao psicólogo, cabe, portanto, o papel de facilitador na resolução. Nesse sentido, é importante perceber que é preciso encorajar os indivíduos, enfatizar objetivos comuns e favorecer o crescimento das competências democráticas.

Sobre os objetos de estudo das áreas da psicologia social, comunitária e social comunitária, destaca-se a referência de Azevêdo (2009, p. 70), sobre "o surgimento da psicologia social por meio das perspectivas sociológicas e psicológicas ressaltando a importância dos estudos sobre as relações sociais". Dessa forma, a referida área ampliou as possibilidades de investigação pela compreensão dos conhecimentos sobre indivíduo, grupo e sociedade, apresentando um objeto de estudo em constante processo de reformulação, o que aponta para a extrema relevância das pesquisas em seu papel fundamental de promover a continuidade da discussão desta temática pela via do empírico.

O estudo sobre as bases teóricas da Psicologia Social Comunitária suscitam ainda a problematização de questões sobre os conceitos de raça e etnia no âmbito das relações sociais no cotidiano brasileiro. Assim, apontam para a relevância do respeito à pluralidade cultural enquanto desafio à atuação do psicólogo pela inserção da dimensão política na formação em Psicologia, superando o enfoque individualista, que mantém o sistema de desigualdade e atua como entrave ao da pluralidade e o ideal de bem comum.

Outro aspecto de destaque dos estudos teóricos permitem perceber a mediação do psicólogo na construção coletiva em comunidade de maneira crítica e colaborativa. Os diálogos teórico-metodológicos acerca da práxis em Psicologia comunitária na área da assistência social revelam os contornos da política pública de assistência social no Brasil, evidenciando aspectos da Proteção Social Básica e as contribuições da Psicologia comunitária pela pesquisa participante nas ações em territórios. Além disso, apresentam as ações dos psicólogos nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) demonstrando a necessidade

de se repensar uma psicologia mais politizada para o acolhimento de sujeitos em vulnerabilidade social.

O debate teórico permite ainda, avaliar o uso do referencial em Psicologia Comunitária na intervenção contra a violência em comunidades socialmente vulneráveis. Por meio da abordagem, destaca-se o papel mediador do psicólogo na formação de gestores como reflexão e construção de visões críticas e que superem estigmas nas ações contra a violência.

As discussões expandem ainda, a contextualização das práticas de Clínica Ampliada na escuta de demandas em aconselhamentos psicológicos e intervenções grupais com jovens. Nesse sentido, demonstram a relevância de se oportunizar expressividade a sujeitos socialmente silenciados, inserindo-os crítica e ativamente nas relações da sociedade contemporânea. Do mesmo modo, enfocam a inserção do psicólogo nas equipes de saúde da família.

Os estudos contextualizam no cerne das experiências em politicas de assistência social, a abordagem vinculada à geração de emprego e renda e empoderamento de famílias em situação de vulnerabilidade. Através deles, compreende-se a intervenção em Psicologia junto a adolescentes buscando o fortalecimento de habilidades nas demandas da vida cotidiana.

Outra face dos estudos em Psicologia Social Comunitária demonstra a intervenção em situações de luto traumático. Assim, revelam a importância de uma ação preventiva para situações de stress pós-traumático considerando o risco controlado para a saúde mental.

A percepção da prática de trabalho em psicologia social comunitária possibilita o fortalecimento da compreensão das bases teóricas de modo a fundamentar atividades práticas em Psicologia Social comunitária, por meio de intervenções grupais e clínica social. Diante disso, prossegue-se este estudo com a descrição de atividades práticas vivenciais.

3 Atividades práticas em Psicologia Social Comunitária

Um dos processos vivenciais de destaque no campo da Psicologia Social Comunitária encontra-se vinculado à prática de aconselhamento psicológico. Trata-se de uma experiência que visa ajudar as pessoas a planejar, tomar decisões, lidar com a rotina de pressões e crescer, com a finalidade de adquirir uma autoconfiança positiva. É uma relação de ajuda. Assim, os exercícios apresentados são fundamentados nas proposições de Scorsolini-Comin (2015).

3.1 Exercício 1: O que é Aconselhamento Psicológico?

A partir do poema "Shopsi" de Adélia Prado, cabe discutir, em dupla, quais os elementos de Aconselhamento Psicológico presentes no relato sobre um processo psicoterápico. A partir dessa discussão, suscita-se a definição de Aconselhamento Psicológico, estabelecendo suas diferenças e semelhanças com psicoterapia.

O poema refere a realização da prática de terapia. Em alguns trechos a autora destaca o conteúdo do que compartilha no processo de relato. Acerca de tal conteúdo, demonstra seriedade quando relata o medo da perda de sua mãe e trata como "coisa à toa" o temor quanto à formiga de asas. O texto menciona a paciência do terapeuta pela postura de confiança nas possibilidades de superação da cliente e sua proximidade com esta, expressa no convite para uma visita ao sítio. Do mesmo modo, nota-se a expectativa gerada com relação à atuação de aconselhamento do terapeuta. Tal aspecto pode ser percebido no trecho em que refere: "ele está lá para isso" quando a autora aponta o temor de um escândalo no sítio e a vergonha de encarar o terapeuta.

Com base no poema, pode-se inferir que o processo psicoterápico é encarado a partir do caráter contínuo com o qual se desenrola. Um procedimento marcado pela aproximação gradual entre terapeuta e cliente. A poetisa refere como "coisa séria" o que aborda na terapia,

temores mais profundos, sentimentos complexos. Por outro lado, deixa a entender que o aconselhamento psicológico é caracterizado por momentos pontuais. Neles, a escuta é permeada pela postura "pacienciosa" do terapeuta ao estimular atitudes autônomas e reflexões pela cliente.

Diante disso, compreende-se que a psicoterapia constitui um trabalho contínuo, de longa duração, voltado para a reconstrução psicológica do cliente acerca de suas questões psíquicas, existenciais e seus comportamentos. Por sua vez, o aconselhamento num trabalho imediato, enfoca elementos mais pontuais sobre a relação do sujeito com aspectos do cotidiano. No aconselhamento, o terapeuta foca situações reais, vivências atuais do cliente no tempo presente, no aqui e agora. A psicoterapia enfoca a busca de conexões de vivências passadas e da história de vida com questões enfrentadas pelo sujeito nas relações com a realidade.

3.2 Exercício 2: "Escutando" o corpo

O referido exercício objetiva proporcionar uma observação refinada acerca dos movimentos corporais de duas pessoas em situação de ajuda. Com base em vídeo sobre atendimento realizado por Carl Rogers, cabe atentar para momentos e expressões corporais dos envolvidos no atendimento, registrando os movimentos significativos para o atendimento.

O exercício demonstra a importância da atenção à postura corporal na relação do terapeuta com o cliente. A atenção aos gestos permite compreender a relação de ajuda estabelecida demonstrando a necessidade de uma expressividade corporal que possibilite a interação entre terapeuta e cliente suscitando na escuta, confiança, respeito e interesse no trabalho conjunto.

3.3 Exercício 3: A experiência do silêncio diante do outro?

O exercício solicita olhar nos olhos do outro em silêncio por 30 minutos, ou pelo máximo que conseguir. Ainda em clima de silêncio, cabe de forma introspectiva, refletir sobre questões.

A experiência se mostra complexa quando se trata de se concentrar no silêncio, quando se está imerso em um contexto barulhento, permeado por sons e dificuldade de concentração e escuta. Ao mesmo tempo, não é fácil encarar o outro nos olhos, percebendo detalhes, expressividades no olhar enquanto também se é observado como se o outro estivesse adentrando em pensamentos pelo olhar. A atividade permite perceber a profundidade da experiência de mergulhar no outro pelo olhar, ao mesmo tempo em que permite compartilhar expressividade.

3.4 Exercício 4: Contando uma situação problemática, ouvindo esta situação

Exercício a ser realizado em dupla, considerando as proposições éticas da prática do psicólogo, em local calmo com privacidade garantida, ouvindo ou contando uma situação problemática (um conflito, uma dificuldade para solucionar um problema) que está vivenciando. O mais difícil neste exercício, consiste em buscar compreender o outro a partir de seu lugar, sem atribuir a ele características minhas, ou percebe-lo a partir de uma lógica individual.

3.5 Exercício 5: Como posso ser autêntica/o em uma relação de ajuda

O exercício em questão parte da listagem de características, “positivas” e “negativas”, facilmente identificáveis, seguida, da discussão em dupla. A atividade representa um desafio quando se trata de realizar

a percepção sobre si. Suscita que se deve olhar mais para si para além de se identificar com o que os outros falam

A empatia e disponibilidade para o outro são pontuadas como características a serem associadas a uma relação de ajuda na atuação terapêutica. Enquanto elementos a serem aprimorados, destaca-se o controle da ansiedade para possibilitar uma relação de ajuda.

3.6 Exercício 6: Sociodrama

A estratégia surge como uma valiosa ferramenta nas mãos de psicólogos sociais comunitários, fazendo parte de intervenções grupais. Seu objetivo é dinamizar, fazer interagir e possibilitar que grupos tenham momentos de empoderamento, de autocapacitação que os leva, no término, a perceberem o quanto possuem potenciais, mas que muitas vezes são suprimidos por seus contextos adversos (ZAKABI, 2016).

A atuação no sociodrama enfoca o grupo, com técnicas dramáticas, centrando a atenção no imediato, no outro e na ressonância que o outro provoca em cada elemento do grupo e o grupo em cada um dos seus elementos. Assim facilita o conhecimento das dinâmicas dos grupos, expressão e integração de sentimentos, permite percepções, aprofunda o autoconhecimento, treina a empatia, a espontaneidade e a criatividade.

O sociodrama conta com momentos de aquecimento, dramatização e reflexão. Cada um destes três processos tem sua função no todo, que é propiciar aos participantes um espaço de autorreconhecimento em forma de grupo. Por fim, cabe ressaltar que sua mediação e validação devem ser feitas sempre por pessoas (profissionais) aptas, uma vez que lida diretamente com indivíduos, e seus princípios devem sempre respeitar/assegurar as diferenças imanentes a cada um, respeitando seus limites.

4 Considerações Finais

A disciplina Psicologia Social Comunitária representa relevante contribuição na formação acadêmica em Psicologia. Instiga o debate em relação ao desenvolvimento sustentável e o fortalecimento de uma perspectiva de construção científica interessada nos processos subjetivos envolvidos na formação crítica do ser humano. Assim, problematiza a capacidade dos sujeitos agirem de modo coletivo e criativo na realidade suscitando um processo de desenvolvimento relacionado às necessidades locais.

A abordagem mostra a importância de se considerar os sujeitos e seu posicionamento no desenvolvimento de sua comunidade através de projetos coletivos. Isso significa dividir responsabilidades na construção coletiva de um processo de fortalecimento da sociedade civil na constituição de uma nova realidade social.

Para tanto, suscita a redefinição de visões de mundo na problematização da realidade. Do mesmo modo, amplia a percepção sobre a natureza do trabalho de ação comunitária do psicólogo ao lidar com grupos cuja transformação requer a participação de todos os membros da comunidade.

Além disso, o trabalho com aconselhamento psicológico representa oportunidade ímpar sobre o exercício de escuta na prática do psicólogo. Oportuniza assim, a percepção do olhar sobre si a fim de que se possa realizar um acolhimento ao outro de forma mais significativa. A Psicologia Social Comunitária alerta ainda para o cuidado com as emoções e o autoconhecimento, para propiciar espaço ao que o outro apresenta na relação de ajuda.

Referências

AZEVÊDO, A. V. dos S.. A Psicologia Social, Comunitária e Social Comunitária: definições dos objetos de estudo. **Psicologia em Foco**, Aracaju, Faculdade Pio Décimo, 3(2), p. 64-72 jul-dez 2009.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). **Psicologia social comunitária:** da solidariedade a autonomia. 18. Ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

ORNELAS, José. Psicologia Comunitária: Origens, fundamentos e áreas de intervenção. **Análise Psicológica**, v. I, n. 3, p. 375-388, 1997.

SCORSOLINI-COMIN, F.. **Aconselhamento Psicológico**: Aplicações em gestão de carreiras, educação e saúde. São Paulo: Atlas, 2015.

ZAKABI, Denise. Sociodrama de projeção de futuro com jovens assentados: encontros e despedidas. **Rev. bras. psicodrama**, São Paulo , v. 24, n. 1, p. 44-51, jun. 2016 .

24

O documentário "encontro com Milton Santos" no debate em psicologia social comunitária

Dayse Marinho Martins

1 Introdução

O documentário "Encontro com Milton Santos: O mundo Global Visto do Lado de Cá" é uma produção do cineasta brasileiro Sílvio Tendler, professor de Comunicação da PUC-RJ. Assim, enfoca o fenômeno da Globalização a partir da perspectiva de Milton Santos: geógrafo e intelectual brasileiro. A globalização econômica é apresentada em seu desenvolvimento histórico no âmbito da expansão do capitalismo, ressaltando as contradições desse sistema na sociedade.

Fundamentado na análise de Milton Santos, o documentário realiza questionamentos sobre o processo de globalização, de modo a fomentar discussões sobre a história do tempo presente. Para tanto, se pauta em exemplos do cotidiano ao contextualizar os fenômenos inerentes ao mundo globalizado contemporâneo. O pensamento de "esperança" propalado por Milton Santos serve de estímulo para que se pense este momento de crise como ponto de partida das ações de resistência, a fim de que se continue o ensaio de uma humanidade melhor.

Considerando a relevância do cinema na problematização do contexto social, este trabalho apresenta considerações sobre o referido documentário. Nesse sentido, aponta a ferramenta fílmica enquanto representação da realidade que requer a mediação pela via do debate na

proposição de posicionamentos críticos no cerne da coletividade: fato este que pode ilustrar a ação da psicologia social comunitária na compreensão da conjuntura social brasileira.

2. Reflexões sobre o social no documentário "Encontro com Milton Santos"

"O mundo global visto do lado de cá" caracteriza uma produção cinematográfica no gênero documentário que enfoca o fenômeno da Globalização a partir da perspectiva de Milton Santos: geógrafo e intelectual brasileiro. A narrativa fílmica apresenta a globalização econômica em seu desenvolvimento histórico no âmbito da expansão do capitalismo, ressaltando as contradições desse sistema na sociedade.

Fundamentado na análise de Milton Santos, o documentário realiza questionamentos sobre o processo de globalização, de modo a fomentar discussões sobre a história do tempo presente. A produção se pauta em exemplos do cotidiano para contextualizar os fenômenos inerentes ao mundo globalizado contemporâneo.

Com direção do cineasta brasileiro Sílvio Tendler, professor de Comunicação da PUC-RJ, o foco da análise parte da perspectiva da periferia. Tal categoria é representada pelos discursos do Terceiro Mundo, do Sul global, das minorias e comunidades carentes, das classes populares. A narrativa é construída através de entrevista com Milton Santos, registrada nos quatro meses anteriores à sua morte (CALIBAN, 2007).

O documentarista carioca se destaca pelas produções referentes a personalidades brasileiras que se opuseram no cenário político e intelectual às desigualdades sociais no país, estimulando a luta pelo crescimento e garantia dos direitos sociais. "Seus filmes são resgates da memória brasileira que inspiram seus espectadores a refletir sobre os rumos do país [...] O gênero não ficcional ganharia com Tendler uma relação de proximidade com a História" (ELIAS, 2010, p. 01).

Assim, foi intitulado o "o cineasta dos vencidos" ou "o cineasta dos sonhos interrompidos" ao retratar histórias como as de Jango, Juscelino Kubistchek e Carlos Marighella. Com cerca de 40 filmes no currículo, fundou em 1981, a *Caliban* Produções Cinematográficas Ltda, especializada em biografias de personalidades com destaque no campo social.

A introdução do documentário ressalta que o mundo contemporâneo caracteriza apenas um momento do longo desenvolvimento histórico permeado por atitudes de resistência, fundadas no sentimento de esperança. Nesse trecho, é utilizado na narrativa, menção ao pensamento de Jean Paul Sartre no sentido de sensibilizar quanto ao objetivo da produção não somente enquanto crítica, mas como, estímulo à mudança de concepção e postura perante o mundo global.

Milton Santos destaca seu potencial de clarividência pela intuição e pelo estudo na perspectiva de ver a partir do presente o que se espera do futuro. Nesse sentido, o subtítulo “O mundo Global Visto do Lado de Cá” é elucidado nas palavras do intelectual que considera o descolonizar como olhar o mundo com os próprios olhos, ter ponto de vista próprio, libertar-se de concepções absorvidas e perceber “o mundo que se vê de onde se está” (TENDLER, 2006).

Após tal sensibilização, o documentário prossegue elucidando elementos históricos da Globalização que ampliam o conceito para além do fenômeno do tempo presente, situando-o como evento de longa duração. Este conceito é fundamentado nas elaborações do historiador francês Fernand Braudel, que considera a História em três tempos diferentes: a curta duração, a média duração e a longa duração. A curta duração abrange o tempo da vida de uma pessoa, os acontecimentos que ela pode acompanhar. A média duração engloba acontecimentos políticos, econômicos, sociais. A longa duração constataria as mudanças no campo das estruturas que ultrapassam períodos caracterizando séculos. (*BURGUIÈRE*, 1993).

Assim, a Globalização é apresentada em uma primeira fase constituída pelo descobrimento e conquista da América na Modernidade. A narrativa destaca o domínio do europeu sobre territórios e culturas, numa postura de extermínio das populações locais, os objetivos econômicos da empreitada representados na escravização do africano e no imperativo teológico da colonização que conforme Frank Lestringant representa a conciliação da religião com a política e a economia na história de modo a definir condições para as ações europeias no Novo Mundo (DAHER, 2007).

A seguir, a repartição afro-asiática pela Europa é caracterizada como 2ª fase da Globalização no fim do século XX com a fragmentação dos territórios. O referido período é apresentado como século das revoluções tecnológica, cultural, sexual. Por outro lado, representa o desmonte do estado de bem-estar social.

A definição de *welfare state* pode ser compreendida como um conjunto de serviços e benefícios sociais promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir certa harmonia entre os avanços da força de mercado e uma relativa estabilidade social. Considerado um produto do pós-guerra, representou o esforço de reconstrução econômica. Para tanto, se pautou no abandono da ortodoxia liberal em favor do emprego e direito de cidadania. Fundou-se na defesa de ideias de justiça social, solidariedade e universalismo e no âmbito político enfocou a democracia liberal contra o perigo do fascismo e do comunismo (DRAIBE; HENRIQUE, 1988).

O *welfare state* enfoca o desenvolvimento das políticas sociais enquanto diretamente relacionado ao desenvolvimento da força de trabalho e ao incremento das demandas sociais. Desse modo, propõe a redução da miséria, a pressão social por ações do Estado e a instituição das políticas pelo provimento dos mínimos sociais. Segundo Silva (2000, p. 17), o Brasil não conseguiu construir uma sociedade salarial, nem o que se convencionou denominar de Welfare State [...] contrariamente

aos Estados Unidos, houve um modelo residual meritocrático-particularista com traços corporativistas e clientelistas.

Considerando tais pressupostos, o documentário ressalta que no século XX o desenvolvimento se aliou ao modelo de gestão privado, substituindo o humanismo pelo consumo. Tornou-se, portanto, necessário superar o modelo de políticas universais e redefinir as relações entre o estado e a sociedade. Assim, os direitos deveriam ser repensados de forma a se tornarem mais individualizados, se desvinculando da categoria de classes sociais e passando a se relacionar com a perspectiva de atendimento de indivíduos particulares pela ótica da redistribuição (ROSANVALON, 1998).

A conjuntura de crise econômica culminou com a crítica ao Estado de Bem-Estar Social, possibilitando a elaboração do ideário neoliberal, sob o princípio do Estado mínimo, enquanto proposta de diminuição dos gastos públicos (SPOSATI, 2002). Além disso, o principio de levar em conta a individualidade na oferta dos direitos sociais pelo discurso da equidade se apoia na naturalização das classes e das desigualdades. Implica, portanto, em beneficiar os mais desfavorecidos sem que para tanto, se atinja aqueles que concentram a riqueza.

Após a análise histórica da Globalização, o documentário tem continuidade com *flashs* sobre o autor. Nessa perspectiva, elucida o lugar social, a articulação com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural, de Milton Santos a partir de sua auto intitulação como intelectual *out sider*, ou seja, sem vinculação a partido político, grupo, credo ou militância: um exemplo raro no Brasil. Santos destaca sua trajetória enquanto intelectual negro, referindo preconceitos e resistências à sua crítica. Elucida ainda, sua opção pela Geografia a partir da admiração pelos movimentos populacionais e pela história do tempo presente. O intelectual enfatiza a crítica às contradições em suas análises, sem, no entanto, constituir-se um marxista ortodoxo uma vez que para ele, “a absorção de uma doutrina sem renovação se torna dogma, emburrecendo sem esclarecer” (TENDLER, 2006). Diante disso, se

considera um “marxizante” pelo uso da dialética marxiana uma vez que com a globalização, prevalecem no contexto capitalista, as contradições.

Nessa perspectiva, a narrativa apresenta as oposições entre o Mundo do Norte e o Mundo do Sul. O argumento parte da contextualização dessa contradição a partir do reconhecimento do nível de desenvolvimento pela quantidade de luz, pela iluminação dos territórios medida via satélite. Assim, é demostrada a desigualdade social, a concentração de renda e a dependência entre os países. Paralelamente, é utilizado o recurso da oposição de imagens publicitárias que estimulam o consumo, em relação a registros da pobreza ilustrados nas imagens da população de rua.

A produção apresenta a existência de discursos que englobam o mundo em três perspectivas: a Globalização como fábula na qual tudo pode ser comprado, consumido; a Globalização como perversidade que mostra o real, a desigualdade, o mundo como ele é; e outra Globalização, caracterizando o mundo como pode ser, focado na transformação. O estudioso propõe que há condições técnicas e científicas para construir o mundo da dignidade. Contudo tais instrumentos foram expropriados por um punhado de empresas que optaram pelo mundo perverso da desigualdade e pela exploração do trabalho na obtenção de lucro.

A partir desse ponto, o vídeo debate o Consenso de Washington como marco das ações da Globalização enquanto perversidade. A reunião de 1989, direcionada pelo Instituto Internacional de Economia propôs reformas para os países da América Latina tendo como justificativa a busca de desenvolvimento. Prescrições, austeridade fiscal, elevação de impostos e juros, cobrança à população, privatização em nome da incapacidade gestora do Estado constituíram os princípios das proposições. Assim, o Consenso representa e égide neoliberal para controle da crise financeira do setor empresarial e a propagação da crise social com redução de direitos e exploração das minorias, bem como, da crise política e disseminação do autoritarismo.

Ao mesmo tempo em que apresenta a desagregação do contexto das classes populares, o documentário mantém a mensagem de resistência, ao demonstrar a ação dos movimentos sociais. Com isso, ressalta a superação da manipulação ideológica e a solidariedade contra a exploração.

A produção utiliza enquanto ilustração, a crítica do Nobel de economia Joseph Stiglietz às ações neoliberais, pelo exemplo da China que se opôs ao receituário e obteve bons índices de desenvolvimento em relação à Bolívia que adotou as medidas. Além disso, apresenta o posicionamento do estudioso de relações internacionais Celso Amorim elucidando o mito da queda dos Estados nacionais, enfatizando que o Estado não foi superado, tendo sua força mantida pela posse de riquezas.

A película prossegue situando as relações entre a globalização, o dinheiro e os territórios, situando uma nova divisão internacional do trabalho enquanto matriz da vida social, econômica e política. Assim, destacam-se as empresas transnacionais nas quais a produção ocorre em diversos países de acordo com o padrão tecnológico, escapando ao controle dos Estados e das obrigações com os territórios, gerando desresponsabilização social. Nesse contexto, o desemprego é explicado como condição, fruto da ação do indivíduo e não do social enquanto a pobreza é naturalizada.

Partindo desse aspecto, o documentário aborda a problemática da fome, referindo que a produção de alimentos situa-se acima da necessidade de consumo. O que ocorre, portanto, é a distribuição desigual pelo critério da renda. Seguindo esse movimento, os agentes internacionais como o FMI, o Banco Mundial têm realizado proposições acerca da privatização do uso da água.

Outro aspecto da Globalização ressaltado nesse ponto consiste nos muros do Capitalismo, ou seja, na circulação no espaço global. É permitida a circulação de mercadorias, de dinheiro e serviços, mas, é proibido o tráfego entre as fronteiras dos países desenvolvidos, desencadeando o drama dos refugiados. A busca do modelo de vida

europeu ou estadunidense pelos expropriados dos países em crise social ou política é combatida pelo controle das fronteiras. Há sobreposição do debate econômico e pouca discussão sobre civilização.

A conjuntura capitalista privilegia a mídia na elaboração da fábula da globalização. O discurso midiático fomenta o livre mercado, a busca de fundos paliativos para a pobreza sem libertar da dependência. Acerca desse aspecto, o documentário apresenta enquanto ilustração, o Fórum de Davos na Suíça. Assim, as agências internacionais de informação são ligadas ao mundo financeiro focando a manipulação ideológica. Enquanto exemplo, são apresentadas notícias que criticam o mundo árabe e suas concepções enquanto ameaçadoras pela resistência à adoção da nova ordem mundial. As notícias são claramente interpretadas a partir do olhar ocidental, postulando as guerras como ação redentora sem considerar a vinculação do ocidente na exploração do oriente e no fomento aos conflitos étnicos. Surge então, o globalitarismo: uma forma autoritária com vinculação a grupos.

Apesar do papel ideológico dos meios de comunicação, o documentário apresenta iniciativas críticas caracterizando uma mídia alternativa: o trabalho social de registro dos movimentos de grupos minoritários. Ações que diante do papel político, sofrem de limitações pela falta de recursos financeiros e de uma legislação burocrática, mas que representam a oportunidade de um trabalho focado no social.

Traçando um paralelo, a narrativa aborda a questão da técnica como plataforma para a liberdade, denotando aspectos que ressaltam a elaboração de uma cultura popular da periferia como forma de expressão de seus anseios. Partindo do pressuposto da ampliação do alcance do mundo pelos meios tecnológicos, o uso da tecnologia é demonstrado através de uma iniciativa entre indígenas e ações que ressaltam a arte e a comunicação como formas de resistência. A chamada revolução da periferia é apresentada no contexto das favelas através de linguagens como o cinema, a música e o grafite: expressões da questão social e dos trabalhadores, caracterizando cultura enquanto política.

A seguir, o documentário aborda o período popular da história ressaltando os atores da mudança, como vindos "de baixo". A África e a América Latina são apresentadas como gigantes em despertar, buscando resistir aos resquícios do imperialismo, superando a ideologia europeia e fomentando o pensar a partir de seus lugares. Os olhares do sul e do norte são caracterizados como oposições na diferenciação do humano pelo social e econômico.

Diante disso, a narrativa aborda a questão de outra ética partindo do pressuposto de que na globalização há uma segmentação dos códigos: uma ética dos poderosos e uma ética dos que não têm nada. Nesta última categoria, há a bipartição de uma ética dos desesperados que partem para a violência e uma ética dos que querem a mudança se contrapondo ao direito escrito. Nesse sentido, a mudança histórica ganha formas de ação pelo envelhecimento da ética que favorece a maioria, através da busca pela garantia de direitos sociais como a moradia e a quebra de monopólios como os latifúndios. O questionamento do direito escrito é apresentado a partir das iniciativas de formação escolar alternativa, como no movimento sem terra: uma escola para o povo e pelo povo, que fomente a formação ideológica, solidariedade e cidadania de acordo com o pressuposto gramsciano de intelectual.

Aos intelectuais caberia a função de operar para a "organicidade de pensamento" dos grupos sociais subalternos, ou seja, contribuir para uma relação coerente entre teoria (concepção de mundo) e ação. A possibilidade da construção coerente dessa relação estaria em um atuar "orgânico" dos intelectuais nesses grupos, ou seja, de elaborarem e tornarem coerentes os princípios e os problemas que os "simples" colocam com a sua atividade prática. É dessa relação orgânica entre os intelectuais e os "simples" que nasce a elaboração de uma concepção de vida superior ao senso comum, uma elaboração superior dos grupos subalternos da própria concepção do real (GRAMSCI, 2002).

O filme prossegue com a análise de Milton Santos sobre polifonia política. De acordo com o intelectual, formas tradicionais de democracia

não convencem os pobres. A ação direta nas ruas e os movimentos populares são estratégias para que as minorias sejam ouvidas. Apesar de considerar o papel do povo no jogo político da sociedade, Santos considera que não se deve abrir mão da atuação do Estado substituindo-a pelo chamado terceiro setor representado pelas ONGS. A referida esfera não abarca o conjunto da população e acaba por setorizar o atendimento das demandas. A temática é complementada pela crítica do literato José Saramago sobre a democracia no Brasil através do questionamento dos partidos e a ausência de um projeto societário.

O documentário realiza a crítica à Globalização como totalitarismo por seguir modelos rígidos fundados na economia, sem respeito à liberdade. Com isso, propõe o processo de desgaste e superação desse modelo em busca de torna-lo matriz da vida social e política, gerando o bem comum: um novo modelo cívico.

> O modelo cívico forma-se, entre outros, de dois componentes essenciais: a cultura e o território: O componente cívico supõe a definição prévia de uma civilização, isto é, a civilização que se quer o modo de vida que se deseja para todos, uma visão comum do mundo e da sociedade, do indivíduo enquanto ser social e das suas regras de convivência. (SANTOS, 1998, p.5).

Como ponto central de reflexão, cabe ressaltar a história do presente enquanto uma história do cidadão. Assim, se fomentará um modelo cívico para uma sociedade menos agonizante.

A narrativa é finalizada como a abordagem da biografia de Milton Santos no sentido de demonstrar a construção histórica de suas concepções. Nascido no interior da Bahia, neto de escravos, filho de professores que o alfabetizaram em casa, obteve formação em Direito, atuando no Jornalismo e optando pelo Doutorado em Geografia na França. Milton Santos sofreu com o exílio em diversos países durante o Golpe Militar de 64, mas aproveitou a oportunidade para escrever livros, receber prêmios com suas teorias sobre a economia espacial e urbanização latino-americana. Como geógrafo do terceiro mundo,

alimentou uma utopia para o século XXI: ver no tempo presente, que outra realidade é possível.

3 Considerações Finais

Para Milton Santos, "nunca houve humanidade, estamos fazendo ensaios". O autor não vivenciou a primeira década do século XXI, marcada no Brasil pela conquista dos direitos sociais pelas minorias, no resgate de dívidas sociais. Tampouco, vivencia este momento atual de crise e ameaça aos direitos adquiridos: Perder direitos dói, mas fortalece a continuidade da luta. O pensamento de "esperança" propalado por Milton Santos serve de estímulo para que se pense este momento de crise como ponto de partida das ações de resistência, a fim de que se continue o ensaio de uma humanidade melhor.

Referencias

BARROS, José D'Assunção. **A Expansão da História**. Petrópolis RJ: Editora Vozes, 2013.

BURGUIÈRE, André. **Dicionário das Ciências Históricas**. Rio de Janeiro: Imago*, 1993*.

CALIBAN PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS. Site oficial da companhia produtora. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.caliban.com.br> . Acesso em: 10 out. 2016.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

DAHER, Andrea. **O Brasil francês**: singularidades da França Equinocial (1612 – 1615). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DRAIBE, Sônia; HENRIQUE, Wilnês. Welfare State, crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** nº 6, vol. 3, São Paulo: ANPOCS, 1988.

ELIAS, Rodrigo. Silvio Tendler: entrevista. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, 17 jun. 2010. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista>. Acesso em 12 out. 2016.

ENCONTRO COM MILTON SANTOS: O mundo Global Visto do Lado de Cá. Direção de Sílvio Tendler. Rio de Janeiro: Caliban Produções Cinematográficas Ltda. 2006. 90 min. In: https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM. Acesso em 16 out 2016.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

ROSAVALLON, Pierre. **A nova questão social:** repensando o estado providência. Brasília: instituto Teotônio Vilela, 1998.

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas:** conceitos básicos, s.n.t. (mimeo).

SANTOS, Milton. **O espaço do Cidadão.** 4ª Edição. São Paulo: NOBEL,1998

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Padrão de proteção social e a reforma das políticas sociais no Brasil.** Revista de Políticas Públicas, v. 4, n. ½, São Luís, 2000.

SPOSATI, Aldaiza. **Regulação social tardia:** características das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e o terceiro milênio. VII Congresso internacional del CLAD, Lisboa, 2002.

25

O filme "Um divã para dois" (2012) sob a ótica da psicologia das relações familiares

Andressa Kelly Pinheiro Rocha
Caroline Martins Dias
Dayse Marinho Martins
Elias Augusto Ribeiro Neto
Karoline Maalhães Conceição
Lucielle Da Silva Oliveira
Thamires Ayres Ribeiro

1 Introdução

O filme “Um divã para dois”, lançado em 2012, caracteriza uma produção cinematográfica do gênero romance, estrelado pelos atores Meryl Streep, Tommy Lee Jones e Steve Carell. A narrativa aborda a vida do casal, Kay e Arnold, na fase adulta tardia, após mais de trinta anos de casamento e a independência dos filhos, culminando com a sobreposição da rotina no casamento.

Kay demonstra tristeza ao notar que seu matrimônio de mais de 30 anos com Arnold tornou-se desgastante. Nesse caso, não é a ocorrência de brigas ou situações de infidelidade, mas, a falta de intimidade e comunicação que desfazem o laço do companheirismo entre o casal. Assim, a esposa, insatisfeita, propõe ao marido a realização de terapia de casal intensiva.

Tomando por base esse panorama, este trabalho apresenta a análise da narrativa fílmica sob a perspectiva da Psicologia das Relações Familiares. Espera-se assim, ilustrar a perspectiva de abordagem das questões familiares no processo terapêutico.

2 O filme "Um divã para dois" (2012)

Baseado no roteiro de Vanessa Taylor com direção de David Frankel, o longa-metragem enfoca o afastamento de um casal que desaprendeu a se amar. A rotina é marcada pela prática de dormir em quartos separados e comunicação de forma econômica, além da realização de tarefas cotidianas, como o cuidado com a casa e o sustento dela, permeadas pela acomodação e falta da novidade (FRANKEL, 2012).

O casal não mantinha relações sexuais há mais de quatro anos, nem mesmo demonstravam outros comportamentos afetivos. A esposa se sentia frustrada ao perceber a esquiva do marido quanto ao toque e se esforça para uma reaproximação do casal. O marido, inicialmente, não é favorável à ideia, mas pressionado, participa da terapia de casal pelo temor de perder a esposa e realiza algumas mudanças de comportamento.

Na película, o diretor expressa o afastamento de Kay e Arnold, mediante estratégias como o espaço vago entre os dois no sofá nas cenas da terapia, e a distância com a qual os dois caminham lado a lado. Além disso, evidencia a conjuntura de distância na rotina desde o café com poucos e repetitivos sinais de comunicação, ao dormir marcado por quartos separados com ações focadas em gostos individuais.

O enfoque do relacionamento de Kay e Arnold não é apresentado de forma artificial no filme. O cineasta marca nas cenas, um tempo para que os personagens tomem forma na resolução do conflito, evidenciando a complexidade das relações conjugais e se opondo a uma visão romantizada. A produção é um bom título para tratar de situações que podem ser observadas em qualquer contexto. Não demonstra soluções

milagrosas, mas pode ser um despertador na percepção quanto ao fluir da comunicação nas relações a dois.

3 Dificuldades e questões comportamentais do casal

Existem dois problemas mais claros no relacionamento do casal, a comunicação e a intimidade conjugal. O prazer de uma conversa ou de estar próximo ao outro tornou-se distante das possibilidades do casal, provavelmente em consequência da pouca comunicação. No decorrer do filme é possível destacar alguns comportamentos corriqueiros, que podem ser percebidos no casal, que denotam a fragilidade no diálogo e as armadilhas que estão presentes nessa comunicação pouco assertiva, algo que varia de acordo com a compreensão de cada um sobre o problema. Para Otero e Guerrelhas (2007), o casamento gera um compartilhamento de experiências, decisões e rotinas, essas devem envolver conversa e negociação, uma habilidade construída que deve estar presente nas interações do casal.

De acordo com a esposa Kay Soames seu esposo Arnold não estabelece mais uma relação de intimidade com ela, não a toca nem conversa mais com ela. De acordo com seus relatos ele está sempre irritado e brigando, o sentimento dela em relação a situação é que ambos se tornaram pessoas estranhas que apenas dividem a mesma casa. Ela acredita que ele não a acha atraente, pois ele não a beija ou estabelece uma relação de intimidade com ela. Na verdade, ela sente que está solitária nessa relação e que seu casamento precisa de ajuda.

Arnold, afirma que ele e sua esposa possuem um casamento longo e o fato de viverem juntos seria prova suficiente da qualidade da relação. No entanto, ao escutar as queixas de sua esposa sua fala se apresenta de maneira mais genuína, como se ele se sentisse autorizado a falar. Inicialmente ele a culpa e tenta silenciá-la atribuindo muitas vezes a culpa do seu comportamento a ela. Segundo ele, Kay não reclama das suas decisões, mas sempre encontra uma maneira de demonstrar sua

desaprovação. Com relação a intimidade ele afirma que sentia atração por ela, mas em determinado momento do casamento ele percebeu uma rejeição por parte dela, essa rejeição teria contribuído ao esfriamento da relação, ao explicar essa situação ele utiliza o termo desligamento. Destaca-se que isso nunca havia sido dito, apenas interpretado por ele. Assim como ele, Kay interpretava os comportamentos de Arnold. Acreditar que saber exatamente o que o outro quis dizer, ou pensar sobre uma situação, confiando-se apenas na convivência intensa, frequentemente favorece a armadilha da interpretação. (OTERO E GUERRELHAS, 2007).

Considerando uma visão de fora do relacionamento, Kay Soames que representa a esposa, apresenta um desconforto diante da situação conjugal fragilizada, buscando auxílio na psicoterapia de casal. Mesmo com a negativa e resistência do marido, Arnold Soames, ela sente-se determinada a resgatar o bom relacionamento em seu casamento. Em terapia, os primeiros contatos são delicados e Arnold mantém-se defensivo e evasivo em relação ao que lhe é questionado pelo terapeuta. Porém, mediante o aprofundamento na rotina e interação do casal as queixas e problemas surgem. Esse comportamento, indica que existiam queixas em ambos, são estavam lidando de forma hábil com essas queixas. O fato de ignorar um problema na relação do casal, não significa que o problema não exista, ele apenas não está sendo enfrentado. Sobre esse aspecto, tem-se que, no momento em que os casais percebem que seu relacionamento está permeado por sentimentos e atitudes negativas, é que o casal busca auxílio na psicoterapia, com intuito de enfrentar o problema de forma mais tranquila. (OTERO, 2003).

O casal inicialmente apresenta desconforto, em expor a impressão que cada um tem sobre os problemas presentes na relação. Arnold demonstra irritabilidade e não aceita a possibilidade do seu casamento ter um problema real. Durante a primeira sessão é perceptível o distanciamento do casal, percebido na maneira como evitavam direcionar o olhar ao outro, ao falar. Kay permanece disposta a

contribuir com o desenvolvimento da terapia, porém durante a sessões Arnold tenta silenciá-la, desrespeitando seu momento de fala ou completando de forma ríspida suas frases. Embora, esse comportamento a incomodasse, ela não verbalizava diretamente para ele esse incomodo, sendo necessário a intervenção do terapeuta. As formas como eles comportavam-se em terapia era muito semelhante à forma como as relações foram se constituindo na vida do casal. Ele (Arnold) decidindo pelos dois, e ela (Kay) aceitando sem qualquer contestação, a partir dessas impressões considera-se que ambos possuíam um sério problema de comunicação e intimidade. Sobre a precarização da comunicação e o autoconhecimento de suas atitudes, tem-se que,

> [...O que ocorre é que muitas vezes as pessoas não têm clareza sobre como interagem, não percebem exatamente como são e porque são do jeito que são. Outras vezes, percebem e não conseguem descobrir como agir de outra maneira. Vez por outra tem consciência do que fazem. Embora seu jeito seja visto como ruim pelo e para o seu parceiro, discordam da avaliação explicitada. Acreditam que a maneira como vivem seja o jeito "correto" de ser. (OTERO E GUERRELHAS, 2007, p.77).

Arnold é uma pessoa de comportamento pragmático e segue a rotina do casamento de maneira a vivenciá-lo de forma impessoal semelhante à relação estabelecida em um ambiente de trabalho burocrático. Esse comportamento, reflete na forma como trata sua esposa, geralmente de maneira fria ou direcionada a um assunto corriqueiro. Para ele esse comportamento não parece incomodá-lo, esse papel de mantenedor seria suficiente. Sua esposa, percebe esse distanciamento como uma rejeição a ela, embora suas atitudes demonstrem desapontamento, ela não fala sobre seu desconforto diretamente para Arnold, esperando que ele perceba ou altere esse comportamento. Esse comportamento de evitar magoar o outro, falando algo que o incomoda é comum em relações em que a convivência torna a relação entre o casal mais permissiva, decorrente da familiaridade que se

estabelece, podendo ajudar ou atrapalhar a assertividade da comunicação entre o casal. (OTERO E GUERRELHAS, 2007).

Ao se falar em uma perda de intimidade no casamento, infere-se que essa intimidade já tenha existido, essa ideia é reafirmada pela fala das personagens, ao se referirem ao início da vida de casados. Contudo eles não falam sobre esses momentos prazerosos da relação, tão pouco apresentam aquilo que os incomoda na atual situação. Embora, uma pessoa de fora da relação pudesse considerar que o casamento tenha caído na rotina, é importante ponderar que no caso deles "esse cair na rotina" não foi imediato, ou seja, vários padrões de comportamento contribuíram. Dessa forma, pode-se considerar que o prejuízo na comunicação de ambos, favoreceu a perda do conhecimento do outro e por consequência o relacionamento perdeu a sensibilidade e manteve apenas a rotina e os papeis sociais atribuídos ao casal, em questão.

A partir do exposto, sobre o casal, pode-se compreender que o diálogo existia de forma reduzida como uma função pragmática, ao cumprimentar, ao solicitar algo, ao fazer alguma referência diante de uma situação cotidiana. Mediante a observação do comportamento cotidiano do casal e, a forma como interagiam, pode-se perceber um casal que não mantinha o hábito de conversa e essa falta de diálogo interferia na manutenção da intimidade, contribuindo para que eles se comportassem como estranhos, como ficou nítido.na fala em terapia e nos momentos que ficaram a sós, momento oportunizado pela intervenção psicoterápica. Dessa maneira, uma alternativa para o casal e para aqueles que os observavam seria o auxílio da psicoterapia, considerando que com o auxílio de um terapeuta seria possível descrever situações-problema e buscar alternativas, ou alterações comportamentais que matinha o conflito, de acordo como o filme uma impressão inicialmente não compartilhada pelo casal.

Na cena inicial, a esposa propõe ao marido dormirem juntos, sendo questionada se há algum problema com o ar condicionado do quarto dela. Evidencia-se neste ponto, a questão do casal dormir em quartos

separados, com o qual a esposa tenta lidar no sentido de retomar a intimidade, recebendo do marido, uma fala de indiferença. Tal fato remete à polarização pela qual "os parceiros negam-se a ter momentos gratificantes, desaparecendo assim os reforçadores" (OTERO & INGBERMAN, 2003, p. 365).

O café da manhã é o marco da rotina repetitiva e comunicação restrita, assim como o jantar, marcado por diálogos sem vinculação aos sentimentos e vivências do casal. Até mesmo momentos de comemoração como do aniversário de casamento são permeados por atitudes centradas em gostos individuais do casal ou atenção focada nos filhos, já independentes. O casal vivencia, portanto, o chamado "ninho vazio":

> Casais cujos filhos já iniciaram sua própria vida independentemente dos pais, retornam à fase inicial do relacionamento na qual eram sozinhos. Com o ninho vazio eles perdem o 'principal papel', o de pais e veem-se diante de si próprios e do outro. Esta é uma etapa na vida dos casais na qual surgem ou se agravam os problemas de relacionamento entre eles (OTERO, 2004, p. 133).

Otero & Ingberman (2003) referem que os parceiros tornam-se gradativamente menos tolerantes com as diversidades do cotidiano. No filme, o marido permite ou encoraja situações de conflito por meio de indiferença e de críticas à parceira. Foi assim, a reação dele à opção pela terapia familiar, evidenciando os gastos financeiros. A prática marca o discurso do personagem diante de seu papel de mantenedor da família. Tal como consideram Otero & Guerrelhas (2004), ele traz para os relacionamentos, "verdades", aplicáveis a todas as situações, dentre elas, a prática de contenção de gastos.

Os argumentos iniciadores de discussões entre o casal são marcados pela postura de crítica do marido, chamado de briguento pela esposa em uma das sessões da terapia. Por outro lado, a esposa demonstra-se passiva e por vezes se vitimiza quando, por exemplo, deslocou para si a responsabilidade sobre a ausência de sexo oral na relação.

Diante disso, o casal reflete o que Otero & Guerrelhas (2004) atribuem como uma familiaridade permissiva que pode atrapalhar a assertividade. O marido fortalece a emissão de críticas e a esposa, o aborrecimento acumulado e a rejeição. Nas posturas do casal quanto a permitir e encorajar o conflito percebe-se que cada parceiro ressalta a visão do papel do outro, seja definindo negativamente as qualidades do parceiro ou fomentando a vitimização.

No filme, Kay, se mostra insatisfeita com a rotina em seu casamento e propõe realizar uma terapia de casal intensiva com o marido em outra cidade, a fim de modificar essa situação. Em um primeiro momento, o marido Arnold, não se sente à vontade para aceitar essa ideia, e se mantém relutante ao realizar as tarefas que o terapeuta passa para eles. Para que a terapia seja realizada de maneira adequada, é preciso que o terapeuta trabalhe no compromisso do casal com a terapia, pois é esse compromisso que vai promover a saúde emocional do casal (LIMA, 2007). Assim, cabe ao terapeuta ser capaz de fortalecer as competências desse casal, e desenvolver neles uma maneira de falar de seus problemas conjugais.

No decorrer das sessões, se evidencia o problema da falta de intimidade no relacionamento e, é possível perceber que para o marido Arnold, esse problema é insignificante, e como ele mesmo falou, sua ida à terapia “é um desperdício de tempo e dinheiro”. Desse modo, nota-se uma dificuldade dele em entrar em contato com situações problemas de comunicação e intimidade do casal, tais como: não conversar com Kay sobre seus sentimentos nem entrar em contato com os sentimentos dela, se manter distante quanto aos toques físicos e apenas conversar com ela o necessário. Para Kay, esse problema é mais dolorido, ela luta para trazer a "magia" do casamento de volta, querendo mais intimidade com o marido. Ela em certas cenas, instiga saber o que o marido pensa dela, embora se sinta receosa para falar também o que sente. Conforme Lima (2007), as dificuldades que o cliente apresenta com o terapeuta são semelhantes às dificuldades diárias em sua vida, dessa maneira, eles vivenciam na relação com o terapeuta sua forma de se relacionarem um

com o outro. Nesse momento, o trabalho do terapeuta é instigar melhorias no relacionamento do casal, facilitando o enfrentamento dos problemas conjugais.

Um outro problema focado na terapia foi o tema da sexualidade, já que eles não tinham mais relações sexuais e dormiam em quartos separados. Kay sentia-se frustrada quanto à esse tema e se mantinha disposta a colaborar durante o processo psicoterápico para que a aproximação com o marido ocorresse, no entanto Arnold demonstrava incômodo ao entrar nessa temática, para ele, esse tema não deveria ser abordado com alguém desconhecido como o terapeuta.

No decorrer das cenas, o casal mostra as divergências em relação ao tema, ele focava mais o ato sexual em si e ela ansiava por algo mais íntimo e sentimental. Tal divergência é remetida também na pesquisa feita por Jablonski (2011) que mostra a valorização do sexo pelos homens, e de segurança, companheirismo e estabilidade por parte das mulheres.

Ainda no quesito sexualidade, o terapeuta perguntou ao casal sobre seus fetiches sexuais, Kay no primeiro momento disse que não possuía nenhum e que apenas pensava no marido nesses momentos. Já Arnold, relatou que sentia desejo de ter relações com sua mulher e mais uma vizinha, tal relato surpreendeu sua esposa, pois ela não se via numa situação extramarital. Logo após, Kay relata que tinha um fetiche com o marido, ao tentar realizá-lo no cinema, se sentiu frustrada por não conseguir. Segundo ela, era "algo artificial, ela não era o tipo de pessoa que fazia algo proibido em público", essa nova frustração acarretou mais problemas na relação do casal, passaram a se distanciar até mesmo na terapia, tendo sessões em que somente um deles ia.

No processo terapêutico, o casal se sente respeitado pelo terapeuta ao falarem sobre o que lhes aflige, estabelecendo uma confiança com o terapeuta para que as suas falas sejam evocadas (LIMA, 2017). Assim, o que eles trazem para a terapia pode facilitam ou dificultam o andamento das sessões, o que de modo geral, pode ampliar as possibilidades de atingirem os objetivos traçados pelo terapeuta.

4. A atuação do terapeuta na narrativa fílmica

Logo na primeira sessão, o terapeuta, Dr. Feld, busca compreender o que motivou o casal a procurar a terapia e para através disso trazer à tona as principais variáveis que fizeram com que o casal se afastasse e quais variáveis fazem com que esse comportamento se mantenha. Para isso, ele explora os sentimentos, comportamentos e a percepção do casal através das descrições feitas por Arnold e Kay, perguntando para os dois como sentem-se sobre a terapia e porquê o processo terapêutico é tão importante para Kay. Em outro momento também investiga se o marido consegue perceber se existe algo conflituoso através da "você acha que tem algo de errado no seu casamento?"

As ações de Dr. Feld condizem com Otero e Igberman (2004), pois neste primeiro momento de avaliação, o terapeuta sinalizou a falta de intimidade como principal problema do casal e a partir disso formulou o plano de tratamento e os objetivos a serem alcançados: 1) achar formas de comunicar suas necessidades um ao outro; 2) cultivar a intimidade e, 3) desenvolver meios para manter a intimidade.

O terapeuta durante todas as sessões buscou mostrar-se de forma empática durante a fala do casal e manteve sua escuta atenta, principalmente quando estes demonstravam dificuldade ou vergonha perante algum assunto. Além disso, no decorrer das sessões a partir das atividades propostas, Dr. Feld procurou incentivar o progresso do casal. Dessa maneira, algumas ações do terapeuta fizeram jus a teoria estudada pois, para que a terapia seja efetiva, é necessário que o terapeuta estabeleça uma boa relação terapêutica com o casal (OTERO; IGBERMAN, 2004).

Sendo assim, um dos papeis fundamentais do terapeuta nesse filme foi incentivar com que o casal tivesse uma comunicação assertiva no casamento, pois uma boa comunicação permite ao casal uma relação mais saudável na medida em que conseguem explanar suas questões,

fazendo assim, com que haja uma resolução para os possíveis conflitos (OTERO; GUERRELHAS, 2003).

Neste filme, é notável que a principal dificuldade da relação de Arnold e Kay gira em torno da falta de conversa entre o casal, logo as ações terapêuticas visaram a discussão a respeito das coisas que eram prazerosas na relação e quais desapareceram ou tornaram-se desprazerosas. Para isso, Dr. Feld buscou saber quais características atraíram um ao outro e dá um enfoque na questão sexual que parece ser um tabu para o casal. Para isso, discute questões a respeito da satisfação sexual, fantasias realizadas ou que desejaram realizar, desempenho sexual e qual foi o melhor ato sexual. A partir da discussão sobre certos temas que antes não eram discutidos é que o casal pode passar a ter uma visão mais ampla do problema que está em questão na sua relação (OTERO, 2003).

No filme o terapeuta, apresenta de forma diretiva, estratégias para o manejo do processo terapêutico das personagens, tendo em vista o desenvolvimento de habilidades e propostas de tarefas, a partir da queixa relatada pelo casal, a princípio, pela esposa.

Inicialmente o terapeuta faz intervenções na sessão concernentes à comunicação entre o casal, principalmente pelas interrupções do marido frente à fala da esposa, deixando claro que cada um tem seu momento para falar e que um deve ouvir o que o outro está falando. Sendo assim, ao se estabelecer como objetivo terapêutico resgatar da intimidade no casamento por meio da comunicação das necessidades de ambos na relação, pelo cultivo da intimidade e pelo desenvolvimento de meios para manter essa intimidade continuamente, corrobora o que Beckert (2002 apud OTERO, 2003), aborda a respeito dos objetivos psicoterapêuticos mais comuns e relevantes que são os que promovem autoconhecimento e o autocontrole, utilizando-se das habilidades de auto-observação, dos próprios relatos e da análise dos comportamentos, tendo como base a modelagem do comportamento verbal.

Ainda enfatizando o ouvir o outro, o terapeuta instiga o casal a falar sobre temas que não são confortáveis de serem abordados pelos clientes, mas que se configuram como emergentes de serem expostos, como questões relacionadas a sexo, e até mesmo ideias e opiniões a respeito do que é o casamento, motivos de sofrimento e mágoa, que, algumas vezes, nunca foram ditas, explicitamente, na relação entre o casal. Para isto, o terapeuta utilizou a metáfora da pessoa com nariz com desvio de septo, que para consertá-lo é necessário quebrá-lo primeiro, apontando que seria preciso falar e fazer coisas dolorosas a princípio para que o casal alcançasse os objetivos da terapia.

O terapeuta também propõe tarefas extra sessão que devem ser feitas pelo casal e foram propostas uma de cada vez. De acordo com Otero (2003), essas atividades fora da sessão podem funcionar como treinamentos de novas formas de comunicação e também como promover vivências que sejam reforçadoras para ambos. A primeira tarefa proposta pelo terapeuta foi a de que ficar abraçados por um tempo, já que dormiam em quartos separados há anos e não tinham costume nem de se tocar. Ambos conseguiram passar por essa primeira atividade.

Mas na segunda tarefa que consistia em tocar sensualmente o parceiro, Kay conseguiu e Arnold fugiu da situação em que ele teria que acariciar a esposa. O terapeuta, na sessão, confronta Arnold sobre os motivos que o levaram a isso e ele repete o que fez com Kay, foge da sessão. Na sessão posterior ele é questionado a respeito de seus sentimentos e estimulado a falar deles diretamente para a esposa.

Como última tarefa, o terapeuta propõe que o casal elabore fantasias sexuais: ambos não conseguem finalizar tal tarefa, mas conseguiram se disponibilizar e expor suas fantasias, medos e frustrações. E o terapeuta, no fim do processo terapêutico, pôde dar feedback positivo ao casal e esclarecer que as dificuldades sempre estarão presentes na vida de um casal, mas que elas, não aparecem por si só,

cada um, marido e mulher, tem sua parcela de contribuição e responsabilidade pela relação.

5 Considerações Finais

O filme "Um divã para dois" constitui uma fonte para análise do papel da terapia de casais, além de oportunidade para refletir sobre a relevância da comunicação a dois em tempos marcados pelo individualismo. O enfoque do relacionamento de Kay e Arnold não é apresentado de forma artificial no filme.

O cineasta marca nas cenas, um tempo para que os personagens tomem forma na resolução do conflito, evidenciando a complexidade das relações conjugais e se opondo a uma visão romantizada. A produção é um bom título para tratar de situações que podem ser observadas em qualquer contexto. Não demonstra soluções milagrosas, mas pode ser um despertador na percepção quanto a comunicação nas relações a dois.

Referências

FRANKEL, D. (Diretor). **Um divã para dois** (título original Hope Springs). [Filme]. Estados Unidos. Imagem Filmes, 2012.

OTERO, Vera Regina L & INGBERMAN, Yara K. Terapia comportamental de casais: da teoria à prática. In: BRANDÃO, Maria Zilah. **Sobre comportamento e cognição**: contingências e metacontingências, contextos sócio-verbais e o comportamento do terapeuta (org). Santo André, SP: ESETec Editores Associados, 2004, p. 363 – 373.

OTERO, Vera Regina L. Psicoterapia de casais. In: COSTA, Carlos Eduardo et al. (org). **Primeiros passos em análise do comportamento e cognição**. Santo André, SP: ESETec Editores Associados, 2003, p. 125 – 138.

OTERO, V. R. L. & GUERRELHAS, F. Saber falar e saber ouvir: a comunicação entre casais. In: CONTE, F. C. & BRANDÃO, M. Z. S. (Orgs.). **Falo ou não falo?** Arapongas: Mecenas, 2003, p. 71 – 83.

LIMA, Camila Américo de. Campo e função do sofrimento do psicoterapeuta na terapia de casal em Goiás[manuscrito]/ Camila Américo de Lima. 2017.

JABLONSKI, Bernardo. O país do casamento segundo seus habitantes: pesquisando atitudes e expectativas de jovens solteiros. **Casal, família, conjugalidade, parentalidade e psicoterapia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011

26

Análise de personagens em narrativas fílmicas a partir da perspectiva gestáltica

Andressa Kelly Pinheiro Rocha
Caroline Martins Dias
Dayse Marinho Martins
Karoline Magalhães Conceição
Lucielle Da Silva Oliveira
Thamires Ayres Ribeiro

1 Introdução

A Gestalt-terapia é uma prática psicoterápica que adquiriu diversas influências das escolas filosóficas e teóricas no decorrer de sua formação, tais como, o Humanismo, o Existencialismo, a Psicologia da Gestalt, a Filosofia dialógica e as Teorias de Base. Seu principal expoente é o Frederick Perls, psicoterapeuta e psiquiatra Alemão que na década de 1950 começou a difundi-la na América do Norte (GINGER, 1995). Esta abordagem apresenta-se como fenomenológico existencial, ressaltando a consciência do aqui-agora, a tomada de consciência da experiência atual, assim como a percepção emocional e cultural. Segundo Kiyan (2006), a Gestalt-terapia sofreu extensa gama de influências, incluindo-se na vertente da psicologia humanista que objetiva promover um espaço onde o homem seja recolocado no centro da psicologia.

O homem para a Gestalt-Terapia é visto através de uma perspectiva unificadora, em processo de desenvolvimento e mudança. "Para a

Gestalt-terapia, a existência humana é definida segundo a relação campo-organismo-meio, sendo impossível conceber o ser humano fora do contexto e do meio no qual ele está inserido, e das relações que estabelece a partir daí". (KIYAN, 2006, p. 147).

Tendo em vista a gama de possibilidades que a Abordagem Gestáltica (GT) proporciona, pela qual nada é definitivo e existem diversas alternativas a serem consideradas, este trabalho apresenta a análise dos seguintes protagonistas de narrativas fílmicas: Violet Jones (Sanaa Lathan) de “Felicidade por um fio” (2018), Theodore Twombly do filme Ela (2013) e Liz Gilbert em "Comer Rezar Amar" (2010). De tal modo, busca-se contextualizar de ações desses personagens, em meio às diversas escolhas que realizam nas vivências representadas.

O trabalho se justifica pela contextualização dos pressupostos da Gestalt. Para tanto, destacam-se os conceitos gestálticos: figura-fundo, aqui-agora, awareness, ajustamento criativo funcional-disfuncional e os mecanismos de defesa, bem como, as possibilidades da intervenção em Gestalt-terapia.

2 As produções fílmicas analisadas

O filme "Comer Rezar Amar" é um filme americano de 2010, que retrata a vida de Liz Gilbert, interpretada por Julia Roberts. A personagem tinha tudo que sempre almejou: uma bela casa, um marido que a amava e uma carreira como escritora bem sucedida, porém, não estava contente com tudo isso, desejava algo mais, desejava mudanças. Então, Liz decide divorciar-se do marido e largar sua vida em busca de um novo objetivo de vida e do equilíbrio, com este pensamento traça três locais que desejava visitar: Itália, onde encontra a gastronomia rica e prazerosa; Índia, onde encontra a espiritualidade e o perdão por ter abandonado seu marido; e Bali, onde acha sua paz interior e acaba encontrando o seu grande amor, conseguindo então o equilíbrio que buscava (EAT PRAY LOVE, 2010).

Por sua vez, o filme "Ela" é uma produção norte-americana de 2013, com direção de Spike Jonze, cujos trabalhos costumam versar sobre críticas sociais à tecnologia. O cineasta retrata a vida de Theodore Twombly, interpretado por Joaquin Phoenix. Num contexto futurista, ele conta com processos eletrônicos no gerenciamento de seu cotidiano. Solitário, após a separação de sua esposa Catherine (Rooney Mara), ele adquire um sistema operacional a quem chama por Samantha (Scarlett Johansson), iniciando uma relação amorosa (HER, 2013).

O filme “Felicidade por um fio” é uma produção norte-americana de 2018, dirigida por Haifaa al-Mansour, baseada em novela de autoria de Trisha R. Thomas. A comédia romântica foi lançada no sistema de streaming pela Netflix, recebendo críticas positivas por seu humor. A protagonista, Violet Jones (Sanaa Lathan) é uma mulher bem-sucedida que considera sua vida perfeita: Tem um ótimo namorado e uma rotina organizada meticulosamente para conseguir estar sempre impecável. Porém, quando seu namorado se mostra não ser quem ela esperava, ela muda sua vida radicalmente, descobrindo que a maneira que estava vivendo não era a ideal (NAPPILY EVER AFTER, 2018).

Nas três narrativas evidenciadas percebem-se protagonistas que enfrentam o desafio de ressignificarem suas existências. Nesse processo, destacam-se dilemas relacionados á forma de vinculação dos sujeitos à realidade por meio de fixação em objetos, pessoas e práticas bem como, a necessidade de fechamento de ciclos na busca de novas perpectivas de relação com a vida. As vivências apresentadas ilustram a rotina do mundo contemporâneo em sua liquidez e a incessante busca de satisfação.

3 O funcionamento das personagens nos conceitos gestálticos de *awareness*, aqui-agora, figura-fundo, fronteiras de contato, ajustamento criativo funcional-disfuncional e mecanismos de defesa

Em "Comer Rezar Amar" a protagonista Liz aponta que de início, sentia que não se encaixava na vida escolhida por ela mesma - casada,

bem –sucedida profissionalmente –, não estava satisfeita com seu modo de existir. Percebeu que queria fazer coisas com as quais sonhava há muito tempo, mas não o fazia por estar presa a um relacionamento no qual se preocupava em não magoar o marido. No entanto, apesar de considerar tudo o que construiu e viveu, sente-se insatisfeita com o modo pelo qual a relação se estabelece, com seus sentimentos e compreende a impossibilidade de manter o casamento.

O filme "Ela" aborda a relação que pessoas de um futuro não tão distante, desenvolvem com a última novidade em tecnologia, o OS1, primeiro "Sistema Operativo de Inteligência Artificial" do mercado. O protagonista Theodore é um sujeito que vive da casa para o trabalho, quase não tem relações pessoais e luta para enfrentar a realidade de que o casamento, com a bem sucedida Catherine, terminou. Entre o trabalho e a casa, ele pega transporte público e utiliza a última geração de smartphone para se atualizar sobre as notícias, sem fazer uso da escrita, apenas ouvindo e por controle de voz. No trabalho, usa essa tecnologia para escrever cartas numa época em que as pessoas não têm tempo para produzi-las.

Theodore pode ser caracterizado como um personagem solitário: possui poucas interações, relações superficiais com o chefe direto dele na agência que produz cartas pessoais e a amiga do tempo da faculdade, Amy. Nesse contexto, o protagonista adquire um sistema operacional que configura com voz feminina e nomeia de Samantha com o qual passa a organizar seu cotidiano, numa relação dialógica que sobreponha a solidão. É possível perceber o campo onde suas relações acontecem, bem como a forma como estabelece contato com o meio, suas fronteiras e ciclo de contato se configuram nesse meio.

Em "Felicidade por um fio", a protagonista Violet caminha para processos auto regulatórios, por vezes disfuncional, mas também funcional, busca recursos para lidar com a forma como situações presentes a afetam, ela se mobiliza a mudança. Ocorre que, em muitos casos, acaba interrompendo seu desejo em detrimento da satisfação de desejos outros, razão pelo que é possível considerar esforços para "fora".

As sucessivas interrupções feitas por Violet acabaram tornando seu campo vital confuso, causando uma interferência na percepção de sua situação atual. Afastada do trabalho, sem o tão sonhado noivado e tendo a mágoa de ouvir de seu namorado que "em dois anos, parece que sempre estivemos no primeiro encontro", ela tenta desesperadamente fechar a Gestalt e satisfazer suas necessidades. Porém, aos poucos vai perdendo a capacidade de colocar limites entre si e o outro, e passa a se confundir com o meio, modificando a cor e o corte de seus cabelos, seu ambiente social e parceiros, até que em um determinado momento ela perde o contato com a realidade e raspa todo o seu cabelo, o símbolo de sua perfeição.

É nesse momento de dor e sofrimento que Violet encontra um caminho para voltar para si mesma, resgatando sua vida e se descobrindo na espontaneidade de ser quem é. Ao desfazer-se de seu cabelo, ela também se desfez de suas amarras da aparência, colocando-se frente a frente consigo, aprendendo a assumir suas experiências e tomar consciência das próprias necessidades (FRONZA&MALLMANN, 2017).

No decorrer do filme é possível notar as modificações de Violet, ao perceber que acatava muito o que a mãe ordenava e se submetia às imposições de beleza, tornando-se desconectada de si e de suas necessidades, apresentando dificuldades em se comunicar plenamente e se relacionar de maneira saudável com os outros, voltando sempre para si as angústias de errar. A partir do momento em que começa a ocorrer a apropriação de si como uma nova mulher, se percebendo e tendo vontade de se impor diante das pessoas, ainda que de forma parcial, Violet toma consciência de suas próprias necessidades, percebendo que o contato consigo e com os outros é fonte de satisfação e crescimento.

Tais situações apresentadas pelos protagonistas remetem ao conceito de *awarenness*, enquanto um meio contínuo para manter-se atualizado com o próprio eu conforme Polster & Polster (2001, p. 216).

> [...] a *awareness* é um meio contínuo para manter-se atualizado com o próprio eu. É um processo contínuo, prontamente disponível em todos os

> momentos, em vez de uma iluminação esporádica ou exclusiva que pode ser alcanças - como o *insight* – apenas em momentos especiais ou sob condições especiais. Ela está sempre presente, como uma corrente subterrânea, pronta a ser acionada quando necessário, uma experiência renovadora e revitalizante.

A construção do modelo automático, perfeito e pré-fabricado passa a dar lugar para novos caminhos, experiências, descobertas e desejos dos protagonistas. Segundo Fronza & Mallmann (2017 *apud* ALVIM, 2014) toda *awareness* busca um sentido de sua própria experiência, em que o indivíduo passa a ter uma consciência de si e com o mundo, buscando sempre um equilíbrio, pois sem esse equilíbrio é gerado uma neurose, e sua conscientização só pode ocorrer no momento do aqui e agora.

Atrelado a esse conceito, está o aqui - agora que consiste na existência que só se dá no presente: “a única possibilidade de existência, posto que o ontem já foi e o amanhã não chegou [...] tudo que há para saber está disponível neste momento” (KIYAN, 2006, p. 147). No filme "Comer Rezar Amar", quando Liz aceita sua infelicidade ainda que tenha conquistado muito em sua vida, se apropria da sua existência no presente, dos seus desejos atuais, estando aberta às mudanças que estão por vir.

Ressalta-se que mesmo situações e sentimentos do passado podem se fazer presentes na vida atual da pessoa, como no caso em que Liz se sente culpada por ter se divorciado e magoado o ex-marido. Essas questões eram recorrentes em sua vida atual, visto que lembrava com frequência dele e do que tinham vivido e esses sentimentos interferiam em seu vir a ser.

No filme “Ela” o aqui - agora é contextualizado quando Theodore demonstra a permanência de situações vinculadas ao seu passado com a ex-esposa Catherine gerando sentimentos de culpa e solidão por não se considerar disponível para um novo relacionamento. Ao mesmo tempo, apresenta estado ansiogênico quanto a romper com tais circunstâncias e permitir-se viver uma nova relação. O personagem se vê em conflito com aspectos do passado e desejos para um novo futuro, deixando

despercebidas suas possibilidades de ressignificação do presente. Quando Theodore percebe sua solidão e busca amparo na relação com o sistema operacional ainda que numa perspectiva amorosa incomum, ele tenta se apropriar da sua existência no presente, dos desejos atuais, estando aberto a mudanças em sua condição emocional, dessa forma tentando contactar-se ao seu aqui e agora.

A relação do aqui-agora com acontecimentos no filme "Felicidade por um fio" pode ser observada a partir da percepção por Violet daquilo que ela ressignifica e representifica, ela recupera o momento em que fora julgada pelas pessoas por causa de seu cabelo na infância, esse vivido se ressignifica através de novas formas de modelar o cabelo, alisamento, curvas, coloração; e é representificado, pois sempre se apresenta aliado a demandas do presente, como a necessidade por aceitação pelo outro, vontade de atingir um ideal de beleza, consideração sobre atingir a meta de uma suposta perfeição. Ela faz esse movimento de forma constante, visto que tem relação com a situação inacabada com a qual não estabelece contato funcional até o final do filme.

Sobre a relação temporal implicada no conceito de aqui-agora, vemos que Violet recupera situações sofridas em sua infância, recuperando o passado. Mas, ela também traz para o presente, situações de expectativas, o noivado e posterior casamento são exemplos disso.

Outro aspecto gestáltico exemplificado nas vivências dos protagonistas é o conceito de figura-fundo. Conforme Polster & Polster (2001), consiste "na necessidade mais urgente do que se vive no presente. É aquele objeto, sensação, pessoa ou situação que nos salta a percepção do instante vivido." (*apud* HEMB, 2006, p. 29).

Em "Comer Rezar Amar" Liz demonstra que ainda tinha questões a serem resolvidas dos relacionamentos anteriores, que se constituíam enquanto figura. A esse respeito Tenório (p. 41, 2003) aponta que "situações inacabadas do passado passam a interferir na percepção da situação atual e a pessoa passa a perceber o mundo com lentes embaçadas que distorcem a realidade" (*apud* MIRANDA, 2003, p. 41).

Outra situação que se mostrou frequente na vida de Liz pode ser extraída de seu relato de que sempre estava em um relacionamento amoroso. Depois de resolver se conhecer melhor, durante sua viagem a Bali teve a possibilidade de se relacionar com um rapaz. Porém, como já havia desenvolvido um processo de crescimento pessoal, de percepção sobre si, sobre suas relações com os outros, de *awareness,* não se mostrou disponível como das outras vezes alegando que se relacionar com ele seria a repetição de seus relacionamentos anteriores. Quando Liz achou que estava bem resolvida, estava conquistando uma vida equilibrada, iniciou um relacionamento que se tornou complicado por ela ter medo do que estava por vir, tendo em vista seu passado.

Em "Ela", o protagonista Theodore é caracterizado a partir do casamento desfeito com Catherine. São apresentados *flashs* de passagens do casal desde o namoro na juventude quando da construção de conquistas acadêmicas e profissionais até a vida a dois com momentos felizes e conflitos que resultaram no afastamento. Sua trajetória de vida é caracterizada como uma construção conjunta ao lado de Catherine cujo rompimento da relação lhe traz pesar e sofrimento pela percepção de que não consegue seguir sozinho. Tal fato significaria deixar para trás sua própria história de vida.

Mas, quando Theodore adquire o sistema operacional, ele encontra em Samantha a "solução" para sua vida sentimental. Ela nunca lhe diz não, está virtualmente, sempre disponível e amorosa, compreensiva, uma voz "amiga" para aconselhar o homem cheio de dúvidas, aspirações e talento. Theodore considera Samantha sua "alma-gêmea" tornando limitada a relação afetiva por vincular seu sentimento ao SO1 por este apenas concordar com suas necessidades. Nesse ponto, cabe ressaltar que as relações humanas existem justamente para que se aprenda com o que é diferente, com o que nem sempre agrada e com o que se volta difícil.

Com base na confiança obtida com a relação, Theodore consegue dar um passo decisivo para seguir em frente: assina o divórcio com Catherine. Por outro lado, demonstra dependência ao ficar descontrolado

com o "sumiço" de Samantha na atualização do software mostra. Na cena, as pessoas são retratadas mantendo contato exclusivo com seus sistemas operacionais tais como atualmente, quando as pessoas ainda que estejam próximas, se comunicam via smartphone.

Nota-se no relato, a emergência dinâmica de figuras-fundo no âmbito do relacionamento emocional de Theodore com a esposa e posteriormente, o sistema operacional. Kiyan (2006) acrescenta que a necessidade a ser satisfeita imediatamente é a figura, e a que passa ao segundo plano, o fundo num processo, dinâmico que em funcionamento harmonioso leva o indivíduo a "fechar a Gestalt" ou seja, a satisfazer determinada necessidade. A plasticidade dessa interação constitui o ciclo de contato, uma vez que a cada relação ocorrem desequilíbrios os quais provocam o indivíduo a posicionar-se e vivenciar a interação entre esses dois aspectos mutuamente complementares.

As questões a serem resolvidas do relacionamento anterior de Theodore constituíam sua principal figura, que não fechada, repercutiu em uma situação inacabada. A esse respeito, Miranda (2003) aponta que situações inacabadas do passado interferem na percepção da situação atual levando o sujeito a perceber o mundo com lentes embaçadas que distorcem a realidade, algo que porventura, caso aconteça de forma perene, venha a se tornar um adoecimento. Dessa forma, seu padrão de relacionamento amoroso com o sistema operacional foi reorientado a partir dos desdobramentos da relação com a ex-esposa.

No decorrer do filme "Felicidade por um fio", observa-se a dinâmica figura-fundo a partir do início, quando é figural para a protagonista Violet, sua aparência. O lugar atribuído a esse aspecto pode ser visualizado em várias passagens: quando ela acorda antes do namorado para se arrumar e volta a deitar para causar a impressão de que havia acordado daquele jeito; quando usa esses parâmetros de beleza nas suas produções no trabalho de publicidade; quando ela se desespera ao ter o cabelo molhado e se dispõe a pagar altas quantias em dinheiro para reestabelecer a aparência anterior.

Em algum momento, na vida de Violet passa a ser figura o casamento e ela atribui grande carga afetiva à realização dessa necessidade, algo que tem relação com elementos do seu fundo de vividos, quais sejam, a relação com a mãe e a importância dada aos desejos dela, a excessiva confluência nessa relação.

Ao longo do filme e a partir das quebras de expectativa sofridas pela personagem — sendo o pedido de casamento não realizado uma delas seguido das palavras ditas pelo namorado sobre as percepções dele sobre o relacionamento "superficial" e centrado nas aparências —, vão emergindo novas necessidades como figuras, a aparência perfeita distancia-se para o fundo sendo retrabalhada com as novas relações que Violet tenta estabelecer com a nova aparência que apresenta. A figura para a ser a aceitação de suas vontades, fazer aquilo que realmente quer, face às exigências dos outros e da própria sociedade (com relação aos padrões de beleza). Outras necessidades vão "saltando" para o lugar de figura em todo o filme, como a necessidade de mudar de visual, de dançar, a vontade de pular na piscina.

O cabelo impecável é um dos sinônimos de que tudo tem que ser perfeito na vida de Violet. Logo no início do filme, vemos que sua mãe lhe ensina desde cedo que é necessário alisar o cabelo e a ter uma preocupação exagerada com sua aparência. Apesar dos conselhos da mãe e movida pelo impulso de brincar na piscina, Violet toma um banho e sofre por apresentar um cabelo molhado fora dos padrões até então seguido, esse preconceito internalizado na infância faz com que a busca da perfeição seja um norteador, um modo de funcionar no mundo, reprimindo sua autenticidade.

Essa diminuição do contato consigo mesma tornou Violet insegura, sem identificar suas reais necessidades e controlando a si mesma para não desagradar a sua mãe ao cometer erros em sua aparência. Sua maneira de agir com o mundo corrobora com o que nos mostra Carlene Tenório:

> Para o neurótico, o fluxo de conscientização ou de contato com sua experiência no aqui e agora está constantemente sendo bloqueado. Ele funciona basicamente pela interrupção de si mesmo, de sua experiência no aqui e agora e de sua atuação no mundo (TENÓRIO, 2008, p. 245)

Dessa forma, apesar de ter uma vida aparentemente perfeita, seja com seu namorado, suas amigas e seu campo profissional, ela se vê rodeada de medos e dúvidas em relação ao seu modo de contatar. Fica presa, portanto, à situação inacabada:

> Na interrupção do contato está a origem da situação inacabada. Quando o processo de formação de figura é interrompido, a figura não é completada, consequentemente ela não retorna inteiramente para o fundo ou não desaparece completamente do campo, permanecendo marcas, fantasmas, lembranças ou impressões da imagem de uma figura que ficou incompleta, de uma gestalt que ficou aberta ou de uma necessidade que ficou insatisfeita (TENORIO, 2008, p.246)

A vivência da infância a faz repetir compulsivamente os padrões comportamentais de se arrumar. Assim, a protagonista evita em diversos momentos do filme, qualquer possibilidade de molhar o cabelo e mostrar sua real aparência.

Ligado ao conceito de figura-fundo, a narrativa reporta ao conceito de autorregulação organísmica em Gestalt, que considera no individuo uma característica especifica e natural de busca pelo equilíbrio. Segundo Ribeiro (2006) trata-se de um instrumento de manutenção da vida do organismo no mundo e a partir do mundo. A concepção de que o homem tem uma capacidade natural de se auto-ajustar, conduz ao conceito de ajustamento criativo enquanto forma do organismo se autorregular. Para Aguiar (2005, p. 70) “os ajustamentos criativos podem ser entendidos então como expressão, a cada momento, da melhor forma possível desse indivíduo autorregular-se no contato com o mundo”.

Segundo Kiyan (2006), o conceito refere ajustamentos possíveis entre o indivíduo e o meio que possam promover de alguma forma o

fechamento de figuras, seja de forma saudável e funcional ou mesmo disfuncional.

A protagonista Liz demonstra a busca do estado de equilíbrio a partir da satisfação das suas necessidades (figuras) que emergem de um fundo, ainda que demonstre conflitos a partir de situações mal resolvidas. O referido processo ilustra o excitamento humano a ser saciado pela busca de soluções para poder satisfazer uma necessidade.

Theodore, por sua vez, demonstra a busca do estado de equilíbrio a partir da satisfação das suas necessidades (figuras) que emergem de um fundo, ainda que demonstre conflitos a partir de situações mal resolvidas. O referido processo ilustra o excitamento humano a ser saciado pela busca de soluções para poder satisfazer uma necessidade.

O Ajustamento Criativo funcional acontece na medida em que o cliente retrai alguns sentimentos e vontades que possam prejudicar o meio ou as pessoas que fazem parte desses. Para Polster & Polster (2001), é uma forma de auto-conhecimento, é o controle de si ligado à intervenção da vontade como processo de dar-se conta, permitindo um reajuste no campo, da situação e das emoções, a correção dos fundos vividos.

De modo disfuncional, acontece na medida em que o indivíduo não consegue controlar suas necessidades exacerbadas, trata a si como o único objeto possível de satisfação. A pessoa se impossibilita de confiar na energia do meio, interrompendo assim a ação e em consequência ocorre uma luta interior. No contexto de conflito quanto aos seus desejos, em “Comer, rezar e amar”, Liz demonstra tal caracterização e no decorrer de suas experiências, retoma a perspectiva funcional buscando o autoconhecimento e a confiança no meio estabelecendo o contato.

No filme “Ela”, pode-se apontar como estratégia de ajustamento criativo funcional, o trabalho de Theodore que escreve cartas porque ninguém mais tem tempo de parar e mandar uma carta para quem ama: efeito imediato do surgimento do e-mail. Ele atua como um romancista, criando breves peças de ficção utilizando poucos elementos que lhe são

passados pelas pessoas que contratam o serviço do envio de cartas personalizadas. Nessa experiência, ele retoma uma perspectiva funcional diante da solidão, buscando o autoconhecimento e a confiança no meio estabelecendo o contato. Outra estratégia, nesse sentido, se dá pela busca da amiga Amy para dialogar sobre suas questões ampliando o contato com o outro.

Por outro lado, há ajustamento criativo disfuncional na relação de Theodore com a questão sexual. Em meio à solidão e ao temor quanto à busca de novos relacionamentos, ele protagoniza cenas de sexo sem compromisso e nesse contexto, se submete aos desejos das parceiras. Tal fato é ilustrado tanto na situação inicial da sala de bate-papo e até mesmo durante a tentativa de materializar a relação com o sistema operacional mediante a participação de uma terceira pessoa. O próprio envolvimento com Samantha caracteriza um ajustamento disfuncional na medida em que busca superar o real representado pela figura não fechada do casamento acabado.

O ajustamento criativo funcional-disfuncional é chamado por Perls de ciclo de auto-regulação organímica, ou ciclo da Gestalt. Nessa concepção, o estado saudável se caracteriza no processo permanente de manutenção dos equilíbrios bioquímicos vitais (homeostase interna) e de ajustamento externo às condições tanto do meio físico quanto do meio social. Dessa maneira, para o homem saudável não há esforço na identificação das necessidades dominantes no momento e assim satisfazê-las, sendo que ele está sempre atento à novas necessidades emergentes, estando num fluxo de formações e dissoluções de "Gestalts".

Em Gestalt, esse ciclo de contato é dividido em diferentes partes principais para melhor localizar a fase do ciclo onde se produz uma interrupção. A cada novo ciclo, o *self* funciona de maneira diferente e o seu centro de interesse se desloca com uma nova figura surgindo do fundo. Goodman divide o ciclo em quatro partes principais: pré-contato; tomar contato (*contacting*); contato pleno ou contato final; pós - contato (ou retração).

No pré-contato há essencialmente sensações, onde a percepção surge no corpo do indivíduo através de um estímulo de meio. No filme "Comer, rezar e amar" podemos observar a necessidade de Liz em buscar o que ela realmente deseja na vida, apesar de ter tudo o que uma mulher moderna sonha ter: carreira bem-sucedida, marido e casa. Essa necessidade faz com que ela tenha como figura, conhecer a si mesma e como fundo, uma viagem pelo mundo.

O tomar contato é um processo de estabelecimento de contato e não o contato já estabelecido, uma fase ativa da qual o organismo vai ter um enfrentamento do meio. O *self*, nessa fase, funciona no modo "eu", com escolhas ou rejeição de possibilidades, possuindo ainda, uma ação de responsabilidade para com o meio. É possível notar o tomar contato no enfrentamento de Liz à sua zona de conforto, resultando num divórcio e num momento decisivo, arrisca tudo para mudar sua vida, embarcando em uma viagem ao redor do mundo em busca por autoconhecimento.

No contato final, há um momento essencial de confluência saudável, uma indiferenciação entre o organismo com meio, entre o eu e o tu. A ação é unificada no aqui e agora: há uma harmonia entre a percepção, a emoção e o movimento. O *self*, nessa fase, ainda funciona no modo eu, mas não ativamente como no *contacting*, mas ao mesmo tempo no modo ativo e passivo, sujeito e objeto. O contato final ou contato pleno ocorre para Liz no momento em que ela se vê embarcando e deixando tudo o que lhe causa mal para trás, há nesse momento uma harmonia quase que esquecida por ela.

No modo pós-contato ocorre a fase de assimilação, onde as experiências são entendidas. No decorrer do filme, Liz demonstra, depois de muito tempo em uma crise existencial, que se sente bem consigo mesma, e que essa aceitação só foi possível com cada experiência adquirida na estadia em lugares totalmente diferentes um do outro. Nessa fase, o *self* integra a experiência na vivência da pessoa. Sua consciência diminui, perdendo sua acuidade e o sujeito está novamente

disponível para outra ação: a Gestalt é fechada, volta - se ao início onde poderá emergir uma nova experiência.

O contato ocorre na fronteira entre o indivíduo e o mundo. No caso de Theodore em "Ela", nota-se flexibilidade na fronteira com os poucos amigos quando ele não teme assumir seu relacionamento incomum com o sistema operacional. Por outro lado, há rigidez na fronteira com a ex-esposa cuja relação é permeada por ressentimentos pelos conflitos do casamento que permitem a ela realizar a crítica à forma que Theodore utiliza para reconstruir sua vida sentimental com uma máquina, segundo ela, fugindo do real (distanciamento do contatar-se com esse aspecto do seu campo vivencial). Nesse caso, Theodore busca possibilidades de equilíbrio na reconfiguração de sua rotina no relacionamento com o sistema operacional.

Algumas situações do filme "Felicidade por um fio" vivenciadas pela protagonista Violet Jones remetem ao conceito de fronteira de contato, na interação entre o indivíduo e o mundo. Suas próprias falas e atitudes, assim como o discurso de sua mãe, amigas e namorado evidenciam a dificuldade da protagonista em aceitar as diferenças e mudanças das outras pessoas e dela mesma em relação à imagem que compreende como perfeita ou adequada, o que acaba por imprimir um ritmo de vida que a deixa presa a essa imagem. Isso pode ser visto com clareza, a partir dos relatos de como ela foi criada por uma mãe que exigia que ela seguisse regras rígidas em relação a como aparentava, principalmente, relacionada à forma como lidava com o cabelo, que tinha que estar liso, e atrelado a isso, essa imagem corresponderia a ter sucesso na vida profissional e amorosa.

Violet cresceu colocando isso em prática: era bem sucedida profissionalmente, namorava um médico, com quem acreditava que ia se casar, mas foi a partir da frustração dela em relação a esse compromisso, que ela acreditava ter o controle, que passou a perceber como os outros a enxergavam, como ela se enxergava, e como se sentia com isso. O cabelo passou a ser reflexo dessa mudança, pois começou a se compreender

como uma pessoa que se esforçava muito para manter uma aparência aceitável para os outros, para a mãe, para o namorado e até mesmo para o chefe. Essa situação em que se encontrava frustrada, triste, com autoestima abalada, foi importante para perceber que pessoas como o pai, as amigas, inclusive uma criança- Zoe, e o pai dela, um possível novo namorado, tinham uma postura de acolhimento a quem ela quisesse ser.

As maneiras como Violet se coloca perante as situações de sua vida, em ações como alisar sempre o cabelo, ter controle sobre a previsão do tempo para não correr o risco de pegar chuva e molhar o cabelo, não achar o próprio cabelo bonito (nem o de outras pessoas com cabelo crespo) e viver a imagem do que era perfeito, foram padrões de pensamento e comportamento que se repetiram ao longo de sua vida, suscita a reflexão sobre ajustamentos criativos desenvolvidos por ela. Por um tempo esses aspectos foram, de certo modo, funcionais, mas depois tornaram-se disfuncionais, visto a necessidade de mudança de Violet com relação a aparência, o que desencadeia uma série de outros modos de lidar com as situações como ir a um grupo de apoio (mesmo não gostando de falar assuntos pessoais com estranhos), mudar o foco do trabalho para outro viés que não o da beleza, dar-se conta de estar "arrumada demais" para um encontro e ir em m loja comprar roupas mais adequadas para aquela ocasião.

É perceptível que essas tomadas de consciência são atravessadas por aspectos do passado e faz com Violet tenha dificuldades em lidar com a mãe e sua expectativa do que um namorado precisa ter, o que culmina na interrupção do novo relacionamento e na volta para o antigo namorado. A respeito de ajustamento criativo Frazão (1996) esclarece que

> Trata-se de um ajuste necessário à sobrevivência psíquica da pessoa num determinado momento, mas na medida em que este ajustamento se mantém, deslocado no tempo e no espaço, acaba se constituindo em um ajustamento disfuncional, embora seja importante compreender que em algum momento foi funcional e criativo. (FRAZÃO, 1996, p. 30 apud ANTONY, 2009, p. 358);

Nesse modo de existir, em que ela está atenta a como se sente em relação a si mesma, consegue compreender que esse relacionamento tão sonhado por ela e pela mãe não está mais satisfazendo suas necessidades e decide por ela mesma romper com o relacionamento, não só com o namorado, mas também com a mãe, pois ela já não se encaixa nas expectativas deles e decide por ser quem ela quer.

As películas demonstram ainda, os chamados mecanismos de defesa que têm seus surgimentos nas numerosas Gestalts inacabadas, ou seja, os ciclos interrompidos por uma perturbação na fronteira de contato que não permite o *self* ter sua ação. Esses mecanismos de defesa podem ser saudáveis ou patológicos conforme sua intensidade e sua oportunidade. Os principais são: a confluência, a introjeção, a projeção e a retroflexão e o egotismo. Cada um possui uma estratégia terapêutica específica, constituindo uma preocupação essencial na prática da Gestalt (KIYAN, 2006).

O mecanismo de defasa da confluência evidencia que o indivíduo não consegue diferenciar entre si e o meio, não há um limite entre o que é do outro e o que é seu. É seguida da retração, onde o indivíduo busca reconquistar sua fronteira de contato, e sua própria identidade e diferença.

A confluência pode ser observada no relacionamento matrimonial da protagonista Liz no qual há uma fantasia do casamento ideal e que parecia perfeito, mas que começa a sentir os primeiros abalos devido à falta de comunicação, o que resulta no término do relacionamento. Na interpretação de Theodore está presente quando este vincula sua trajetória de vida ao seu relacionamento com Catherine. O protagonista relata a passagem de vivências_ para ele conjuntas_ vinculadas à formação acadêmica e profissional de sua ex-esposa e sua constituição como mulher bem sucedida.

Por sua vez, a introjeção caracteriza o mecanismo neurótico no qual há a incorporação de normas e atitudes que não são verdadeiras do indivíduo, mas que ele as usa como se fossem. Na protagonista Liz, é

observada nos momentos em que, mesmo não se sentido bem com o rumo que sua vida estava levando, devia tentar se esforçar para ser feliz. Em Theodore é observada quando ele tenta um afastamento do sistema operacional ainda que sentisse vontade de continuar dialogando com ele.

Nas vivências da protagonista Violet, a introjeção é evidenciada principalmente no início de seus relatos, na concepção que ela demonstra a respeito do parceiro ideal, resultado dos discursos da mãe a respeito de relacionamentos, do que um homem precisa ter e de como a mulher precisa para conquistar o homem ideal. Desta forma ela intenta transforma-se no que o outro deseja, pois acredita que depende disso para ser aceita. De acordo com Hansen (2010)

> Na relação amorosa, aquele que faz uso da introjeção, muitas vezes, se mostra com sua fronteira de contato extremamente permeável, suscetível às demandas do outro. Muitos vivem em função de ser o parceiro encantado, com o propósito de manter seu vínculo amoroso em ordem, sem atritos, desequilíbrios e riscos. (HANSEN, 2010, p. 18)

O mecanismo da projeção caracteriza a tendência que o indivíduo tem em atribuir ao meio a responsabilidade por aquilo que tem origem no *self*. No filme "Ela", nota-se a projeção na tendência do protagonista Theodore em evidenciar as constantes brigas da ex-esposa como responsáveis pelo afastamento do casal.

A retroflexão consiste em voltar contra si mesmo a energia mobilizada que deveria ser direcionada para o meio ou alguém. Em "Comer, rezar e amar" se dá quando Liz tem a necessidade de extrair toda a culpa de si mesma, todo o peso em pensar como seu ex companheiro se sente com relação a ela, nesse momento ela busca através da meditação, uma maneira de perdoar seus erros e suas atitudes que considerou erradas. Nas vivências de Theodore em "Ela", é demonstrada nos desentendimentos dele com Catherine, nos quais se percebe o silêncio do protagonista nas discussões, ou seja, o personagem cala, ignorando os argumentos da ex-esposa.

Há ainda o egotismo, uma forma de hipertrofia do eu, pela qual o indivíduo considera-se o centro de todas as coisas. Assim tem a awareness sempre voltada para seus próprios processos exercendo um controle rígido e excessivo do meio à sua volta. Nota-se egotismo na protagonista Liz em seus posicionamentos rígidos quanto aos relacionamentos amorosos. Por sua vez, Theodore o demonstra na constante busca de novos relacionamentos amorosos. Um episódio de encontro com uma mulher bem sucedida em busca de compromisso demonstra a fuga do protagonista quanto ao estabelecimento de um novo vínculo sob a justificativa de não superação do casamento dissolvido.

Segundo Tenório (2008), contatar é movimentar-se para fora, numa identificação e formação de figura, se dirigindo ao outro, enquanto o retraimento é o movimento contrário, o indivíduo se volta para si, num movimento de afastamento e alienação do outro. Esses dois opostos fazem com que o indivíduo se autorregule, e um processamento indevido neles pode causar uma rigidez ou uma perturbação na fronteira de contato, permitindo uma entrada indiscriminada do que vem de fora ou uma fixação na impermeabilidade, fechamento ou retraimento, que impede a entrada, inclusive daquilo que é favorável ao equilíbrio e crescimento do *self*.

Outro mecanismo de defesa evidenciado, especificamente, no funcionamento da protagonista Violet no filme "Felicidade por um Fio" consiste na fixação no contato, pela abertura das fronteiras da protagonista para o outro, a fim de evitar conflito ou abandono (Tenório, 2008). Esse comportamento é notado nos momentos que ela acata as ordens da mãe de se manter sempre arrumada e no momento de seu noivado, quando aceita alisar novamente seus cabelos para uma noite perfeita. Ela aceita tudo e não se opõe a quase nada que lhe é imposto.

Como sempre se voltava para o outro, Violet investia toda sua energia para agradá-los e satisfazer suas expectativas, para que eles lhe proporcionassem aquilo que desejava, seja uma venda de um produto ou

o pedido de casamento. A partir da aceitação de si mesma, a fixação no contato de Violet passa a ser cada vez menos alimentada. Ela começa a agradar a si mesma, buscando satisfazer suas necessidades e deixando de lado a dependência de felicidade pelo reconhecimento do outro.

Violet tem seu self elaborado a partir das relações sociais de forma exacerbada, pois assume, como sendo de sua imagem, ideais e outros elementos de pessoas com quem se relaciona. Assume que o cabelo liso é algo que a possibilitará conseguir o que quer, conforme dita a mãe, sendo assim, sua mãe é quem alisa seu cabelo e ela aceita o caráter inquestionável dessa concepção por grande parte do filme.

Esse mecanismo de defesa leva a pessoa à uma sujeição crescente pelo outro, algo que gera danos ao indivíduo e, no caso de Violet, a leva a entrar em um modo de vida com sofrimento constante, como exemplo, ela usar sapatos desconfortáveis e fingir que está tudo bem ainda que esteja com calos e sentindo dor, aceitar o sofrimento como parte importante e necessária para atendimento das demandas, que são do outro.

Uma manifestação funcional desse comportamento é a escuta por Violet da expressão que o namorado dela faz sobre as percepções sobre a relação dos dois. A protagonista assimila as construções feitas pelo personagem para início de seu processo de mudança, claro, utilizando artifícios próprios para elaborar novas demandas, assumir vontades próprias e desenvolver seus meios para atingir o que pretende. Ela consegue iniciar um processo de mudança, considerando suas próprias percepções, vê-se diante daquilo que a constitui e questiona-se, ela arrisca novas formas de ser que expressem sua autonomia e vemos que não é um processo sem dor e sofrimento, mas que é possível e capaz de gerar muita alegria.

4 Técnicas de Intervenção da Gestalt-Terapia

No filme “Felicidade por um fio”, a protagonista Violet, demonstra que conseguiu realizar mudanças no sentido de se compreender. Assim,

evidencia a relevância da psicoterapia em trabalhar questões que envolvem a avaliação de crenças a respeito de quem se é, ou se quer ser e de como ocorre o relacionamento com os outros além da importância de se diferenciar quem se é daquilo que os outros querem.

Em "Comer, rezar e amar", a personagem Liz através da experiência de suas viagens tenta buscar alternativas criativas para se livrar de suas angústias e incertezas em relação ao seu futuro. Em sua estadia na Índia, a personagem entende sua vivência com o divino, com a religiosidade, por exemplo, como uma fonte, oportunidade para um profundo autoconhecimento; viaja com esperança e fé de que as coisas que lhe afligem podem mudar, faz uma aposta num ser que é movimento, "capaz de autogerir-se e regular-se, criando-se a cada instante transformando-se num incessante ser e vir a ser." Tais pressupostos são essenciais na Gestalt-terapia, que acredita no humano com potência, capaz de transformar sua realidade (KIYAN, 2006, p.98).

A protagonista Liz vive, sobretudo, uma tentativa de mudança sobre o que é, como se relaciona, se percebe no mundo, e como gostaria de ser. Assim, evidencia a Gestalt-terapia ao tenta conectar o que sente a suas ações: "ao integrar a ação no processo de tomada de decisão, a pessoa se liberta da influência embrutecedora de suas ruminações." (POLSTER & POLSTER, 2001, p. 238).

A congruência entre fala e ação, como uma das propostas gestáltica, é ilustrada por Liz no desejo íntimo de autoconhecimento, de descobrir o que verdadeiramente deseja; ligado a isto, a maneira como leva seus relacionamentos, como enxerga o outro, o que quer de suas relações. Sua dimensão relacional era disfuncional pela dificuldade de se enxergar enquanto pessoa singular, com desejos, particularidades. A relação "eu-tu" não ocorria considerando ambos, Liz assumia a posição de passividade, tendo dificuldade em se distinguir-se do outro, colocando-o como centro na relação; a disponibilidade mútua para se estabelecer diálogo, troca, não ocorria; o que propiciaria Liz a possibilidade de confrontação com o outro, com o mundo. A vivência de uma relação por

duas pessoas como duas pessoas em um verdadeiro contato encontro, podendo vivenciar o conflito juntos. (KIYAN, 2006)

A trajetória de Liz se faz de altos e baixos em que a personagem demonstra cada vez mais a consciência de si, dando se conta de como vivenciava sua realidade. Quando, ela começa um relacionamento e fica durante dias na casa do rapaz, sem tocar sua rotina e suas atividades, dedicando-se apenas a aquela relação. Nessa cena a personagem percebe como a entrega ao outro de maneira unidirecional a desequilibra, quando aos poucos a experiência de ficar todos os dias na casa do rapaz vai se desgastando, deixando-a sufocada; precisando das suas coisas e do seu espaço. É interessante perceber o movimento de dar-se conta de Liz que, ao entender essa forma de se relacionar como insustentável, começa a mudar de atitude; o que vai construindo de forma autônoma aos poucos

No filme "Ela", Theodore através do relacionamento com o sistema operacional tenta buscar alternativas criativas para se livrar das angústias e culpabilidade com relação ao passado no casamento terminado e nas incertezas em relação ao seu futuro amoroso. O personagem entende suas vivências com Samantha como fonte, oportunidade para o autoconhecimento; utiliza a experiência como ponto de partida para a mudança de sua condição emocional marcada pela aflição quanto à reconstrução de seu relacionamento com outra mulher. No relacionamento com o sistema operacional, Theodore empreende uma tentativa de mudança: passa a pensar como se relaciona, se percebe no mundo, e como gostaria de ser, buscando conectar o que sente a suas ações. Conforme Polster & Polster (2001), busca superar as ruminações, representadas pela rememoração constante de seu casamento com Catherine.

No âmbito da relação conflituosa com a ex-esposa, uma técnica a ser utilizada é a cadeira vazia. Segundo Kiyan (2006), a técnica consiste em viver os dois lados de um conflito. Trata-se de presentificar uma situação cujo desfecho e assimilação não foi possível: nesse caso, a continuidade da relação de amizade entre Theodore e Catherine mesmo com o fim do

casamento. Nota-se no relato do protagonista o incômodo em perceber que os encontros com a ex-esposa são marcados por discussões e que ainda que a relação amorosa não possa mais ser retomada, ele sente falta da relação de amizade com Catherine. A técnica, mediante disponibilidade do cliente, possibilita se colocar no lugar do outro no âmbito da situação conflitante.

Paralelamente, a técnica do monodrama pode ser realizada na perspectiva de integrar ao indivíduo partes dele mesmo, representando situações que não podem ser vividas concretamente na relação com o sistema operacional. Um ponto a ser trabalhado nessa proposição envolve a idealização de Theodore com Samantha como mulher perfeita que não se opõe às suas necessidades e percepções. De tal modo, o monodrama reconstituiria o posicionamento de Theodore caso Samantha o contrariasse.

A trajetória de Theodore é marcada pela gradual consciência de si. Ainda que tenha sido abandonado pelo sistema operacional ao final do filme, ele se mostra muito mais preparado para um novo relacionamento naquele momento do que no início quando ainda se vinculava diretamente ao relacionamento anterior. A passagem a esse momento pode ser ilustrada quando após a partida de Samantha, Theodore finalmente utiliza seu potencial de romancista para escrever uma carta a Catherine esclarecendo questões e expressando tudo o que silenciou nos desdobramentos conflituosos da relação.

As vivências dos protagonistas ilustram a proposta de intervenção psicoterapêutica. De tal modo, representam a relação terapeuta-cliente quando o psicoterapeuta parte dos fenômenos que se desvelam, devolvendo as questões que aparecem a fim de que o cliente se oriente a partir delas.

> Eu tenho que me postar diante dele e a partir dele descrevê-lo compreensivamente para mim e para ele próprio. O fenômeno como essência que se revela é o ponto de encontro da relação com. É aí que psicoterapeuta e cliente se fazem inteligíveis um para o outro, é aí que encontram como totalidade (KIYAN, 2006, p. 100).

Entende-se tal processo como a compreensão da demanda da pessoa, que muitas vezes pode não saber, ou enxergar ao certo o que incomoda. A partir daí o psicoterapeuta devolve questões ao cliente numa auto revelação permanente.

5. Considerações Finais

As narrativas fílmicas retratadas neste trabalho, oferecem elementos para a reflexão sobre as incertezas da existência humana, considerando as experiências mais significativas e determinantes dos protagonistas. Este momento de reflexão e introspecção sobre a vida e o viver, demonstrado pelas personagens, leva a perceber as diversas maneiras que o ser encontra para lidar com suas questões existenciais e o que a Gestalt denomina homeostase, ou seja, o equilíbrio do organismo mediante a busca de suas necessidades considerando o ambiente e o momento.

Nesse contexto, percebe-se que nenhuma pessoa tem sua história construída aleatoriamente, mas sim, identificada e delineada no campo da qual faz parte. O comportamento da pessoa deixa de ser visto como resultado de uma realidade e passa a ser entendido assim, em função do campo na qual pertence e com a sua cultura sócio histórica.

Nesse processo, o papel do psicoterapeuta, consiste em centralizar, limitar e verificar o que, daquilo que é trazido pelo cliente, mobiliza suas emoções, já que o cliente vai procurar no recurso da psicoterapia respostas para suas angústias, referentes aos mais variados temas. Nesta perspectiva, o psicoterapeuta precisa estar “aberto” às temáticas do mundo contemporâneo, ou seja, não fazer de seus pré-conceitos a base para a percepção daquilo que o cliente lhe trás como revelação. A partir da Gestalt Terapia é possível abordar as superações dos problemas do cliente como uma nova figura sendo re-configurada, e assim, acessar fundo de vividos, possibilitando uma nova figura, ou seja, uma gestalten nova, portanto um ajustamento criativo e saudável.

Referências

AGUIAR, L. **Gestalt-terapia com crianças:** teoria e prática. 1ªEd. Campinas-SP: Livro Pleno, 2005.

ANTONY, Sheila Maria da Rocha. Os ajustamentos criativos da criança em sofrimento: uma compreensão da gestalt-terapia sobre as principais psicopatologias da infância.**Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 9, n. 2, set. 2009 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812009000200007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 junho 2019

EAT PRAY LOVE. **Texto, Direção e Produção**: Elizabet Gilbert, Jennifer Salt e Ryan Murphy. Los Angeles, Sony Pictures, 2010.

FRONZA, Juliana Lomba. MALLMANN, Loivo José. O ciclo de contato e a busca da *awareness* na psicoterapia de orientação gestáltica. **Anais do EVINCI** – UniBrasil, Curitiba, v.3, n.2, p. 849-866, out. 2017

GINGER, Serge. **Gestalt**: uma terapia do contato. São Paulo: Summus, 1995.

HANSEN, I. D. As relações amorosas à luz dos mecanismos neuróticos.IGT na Rede, Vol.7, Nº12, Belo Horizonte, 2010. Disponível em <https://www.igt.psc.br/revistas/seer/ojs/viewarticle.php?id=293&layout=html>.Acesso em 21 junho 2019.

HEMB, Cystiane Schuldt. **Awareness: a percepção do cliente sobre si no processo psicoterapêutico**, 2006. Tese (Graduação em Psicologia) – Universidade do Vale do Itajaí, 2006.

HER. **Texto, Direção e Produção**: Spike Jonze. Los Angeles, Warner Bross, 2013.

KIYAN, Ana Maria Mezzarana. **E a Gestalt emerge:** vida e obra de Frederick Perls. São Paulo: Editora Altana, 2006.

MIRANDA, Waldir Bezerra. **Saúde e doença em Gestalt Terapia**, 2003. Tese (Graduação em Psicologia) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2003.

NAPPILY EVER AFTER. **Direção e Produção**: Haifaa al-Mansour. Los Angeles, Netflix, 2018.

POLSTER, E. & POLSTER, M. **Gestalt-terapia integrada**. São Paulo: Summus. 2001.

RIBEIRO, J. P. **Vade mecum de Gestalt-terapia:** conceitos básicos. São Paulo: Summus, 2006.

TENÓRIO, Carlene Maria Dias. O conceito de neurose em Gestalt terapia. **Universitas Ciências da Saúde** - vol.01 n.02 - pp.239-251. 2008.

27

Abordagem do desenvolvimento adolescente a partir do filme “Preciosa - uma historia de esperança”

Andressa Kelly Pinheiro Rocha
Caroline Martins Dias
Karoline Magalhaes Conceição
Lucielle Da Silva Oliveira
Wanderlea Nazaré Bandeira Ferreira

1 Introdução

A adolescência é uma fase de amadurecimento na qual o indivíduo desenvolve suas características físicas, psicológicas e sociais (puberdade, maturação cerebral e crise de identidade), na passagem da infância para a vida adulta. Trata-se de um fenômeno que se modifica rapidamente na sociedade. Tendo em vista a sua importância para o desenvolvimento humano, levando-se em consideração os principais aspectos que contribuem para este processo, assim como as dificuldades que um adolescente pode enfrentar, este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de apresentar o drama social da jovem Claireece Precious Jones e contextualizá-lo com o sofrimento no qual muitos jovens da atualidade se encontram. Como será mostrado:

> ...o jovem não é algo "por natureza". Como parceiro social está ali, com suas características, que são interpretadas nessas relações; tem, então, o modelo para sua construção pessoal. Construídas as significações sociais, os jovens têm então a referência para a construção de sua identidade e os elementos

> para a conversão do social em individual (AGUIAR, BOCK, OZELLA, 2001, p. 168).

O filme "Preciosa – uma história de esperança", apresenta uma jovem Afro-Americana (Preciosa) que viva no Harlem, em 1987. Aos dezesseis anos, mãe de duas crianças, seu histórico indicava abuso pelo pai, violência pela mãe, pobreza, analfabetismo e excesso de peso. Grávida pela segunda vez, Preciosa é transferida para outra escola, onde se encontram adolescentes em situação de vulnerabilidade, assim como a sua. No novo ambiente, ela entra em contato com uma professora que amplia seu mundo, oferecendo oportunidades de mudança de vida.

Este filme é fundamental para o desenvolvimento deste trabalho, por possibilitar maior conhecimento do fenômeno adolescência, cuja amplitude é sem medidas. Sendo assim, esta análise foi desenvolvida com base nos estudos de pensadores como Diane Papalia e Mauricio Knobel, para melhor fundamentação teórica em assuntos como assistência familiar, abusos sexual, verbal e físico, gravidez na adolescência, excesso de peso, doenças sexualmente transmissíveis, fantasias e identidade, os quais serão abordados neste trabalho.

2. Assistência Familiar

O filme "Preciosa – uma história de esperança" nos apresenta várias dimensões de uma realidade social; demonstrando como a escola, a família e o Estado formam um todo indivisível, fundamental na formação de um sujeito. Um processo de subjetivação como este, é situado histórico e culturalmente; a subjetividade é vista como algo que não é puramente individual, mas seu campo pertence a todos os processos de produção social e material. (GUATARRI & ROLNIK, 1986, apud BOCCO, 2005, p. 20)

A personagem Preciosa vivia num contexto familiar de violência, desrespeito, falta de cuidados. Marcada por valores que não lhe proporcionavam possibilidades, mas a faziam vítima, refém daquele contexto. A

relação com sua mãe, de um viés completamente adoecido; o abuso sexual sofrido pelo pai, a gravidez na adolescência. Preciosa não era vista como pessoa nessas relações e isto era respingado nos outros âmbitos de sua vida. Entendemos a partir dessa visão que é inconcebível não pensar a pessoa atravessada por suas relações, desde as mais elementares, com as pessoas de seu convívio, até as mais amplas, com a sociedade, a história e o universo. (BARONCELLI, 2012)

Pensamos Preciosa em seu processo de "adolescer", sendo este para Bock (2001) um fenômeno que não é natural, mas surge e se desvela a partir das condições sociais. Como os valores familiares repercutiram, marcaram suas outras relações. No caso da educação, por exemplo, a Escola não tinha importância. Sua mãe enfatizava que a escola não lhe daria nada, projetava suas concepções e história de vida sobre a filha; em condições socioeconômicas precárias, a educação não era valorizada, nem vista com função aparente pela mãe de Preciosa.

A adolescente, por sua vez, não mantinha relacionamento com os colegas da escola e apresentava desânimo perante aquela realidade, tinha dificuldades nos estudos. Não via no contexto escolar perspectivas ou mudanças. Havia uma postura de resignação de sua parte, investindo em situações fantasiosas. Seu comportamento desta forma se confundia ao que era difundido em seu núcleo familiar. O adulto que deveria assumir uma corresponsabilidade, na construção de situações facilitadoras junto ao adolescente, como pensa Bock (2001). A mãe de preciosa não representava a figura de segurança ou de acolhimento.

A adolescência de Preciosa é uma demonstração que esse fenômeno não é da mesma forma para todos; desmistificando teorias universalizantes como defende a perspectiva sócio-histórica. As nuances de uma história muito própria, entrelaçada a práticas sociais lhe envolviam em referenciais verdadeiramente limitadores, que foram subvertidas quando seu contexto e seus significados foram ressignificados através da educação.

A mudança de escola para adolescente foi o ponto de partida, para abertura de novos horizontes, quando pela primeira vez se sentiu cuida-

da, assistida; pessoa que podia almejar autonomia e escolhas. Como nos apontam Deleuze e Parnet (1998) apud Bocco (2001) "Sempre existem espaços de fuga para a lógica identitária na qual a realidade está delimitada por quadros de referência". (p. 6)

3. Abusos sexual, verbal e físico

Preciosa é permeada pela negligência, violência verbal, psicológica, física e sexual desde os seus primeiros anos de vida pelo próprio pai, sendo a mãe conivente com o abuso. De acordo com Mattos (2009 apud FILHO, p. 57):

> As crianças, na faixa etária entre três e cinco anos de idade são tão frágeis à sedução quanto às ameaças. Por sua vez, quanto maior for o grau de intimidade da relação entre a criança e o despertador, maior é o paradoxo entre proteção e abuso. [...] A excitação não elaborada, a culpa, e a ansiedade, agravadas pela dor física, pela impotência, pelo desamparo e pelo medo da morte podem ser mais prejudiciais que o ato sexual em si.

A violência proveniente do incesto era recorrente e por ser praticada por alguém que possuía uma relação de confiança com Preciosa, ela, inicialmente, parecia não ter percebido que sofria um ato abusivo, mas sim demonstrações de afeto e amor, já que, em uma passagem do filme, Preciosa revela que um dia acreditou nas promessas do pai de que ele iria se casar e ter uma família com ela.

Preciosa também sofria com a mãe, a qual sabia dos atos abusivos do marido, mas não intervinha em defesa da filha, ao contrário, cometia violências verbal e física, tinha ciúmes, a culpava, alegando que a adolescente consentia, responsabilizando-a pelo que ocorria. E, ao ver a filha como uma rival, delegava a Preciosa os afazeres domésticos como se a adolescente fosse a mãe e a esposa da família. Como já foi relatado, a adolescente não tinha incentivo para estudar, o seu desenvolvimento escolar era dificultado, o estudo era menosprezado pela mãe, fazendo a

jovem desacreditar de sua inteligência e de sua capacidade de enfrentar a vida, ou seja, estimulando sua vulnerabilidade.

As agressões verbais e físicas não se restringiam ao ambiente familiar. Na escola, Preciosa sofria com problemas por ser obesa, negra e mãe adolescente, não tinha amigos e vivia isolada. A situação se agravou quando ela foi expulsa da escola por estar grávida pela segunda vez. Neste contexto - um ambiente familiar disfuncional e uma escola onde ainda não havia aprendido a ler e escrever - não havia espaço para diálogos a respeito de educação sexual, segundo Bock (2002, p. 180) "A falta de diálogo franco e aberto entre jovens, pais e educadores, coloca o jovem distante das informações básicas sobre sua própria sexualidade", no caso de Preciosa culminou em suas duas gravidezes e em seu contágio pelo vírus HIV.

Quanto à sua primeira filha, ela não a criava, mas na segunda gravidez, quando mudou de escola e começou a ter outra percepção a respeito de si e do mundo e resolveu tomar para si a responsabilidade de criar seus filhos, de ser mãe. Percebe-se que a história de Preciosa deixa claro o impacto da violência, em suas mais variadas formas, na saúde mental e física de uma pessoa.

4. Excesso de peso

De acordo com os últimos dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), o excesso de peso é um dos problemas mais agravantes na adolescência. Com cerca de 2,8 milhões de pessoas morrendo a cada ano em função das consequências do excesso de peso, o problema alcançou proporções epidêmicas. As causas da obesidade são complexas e incluem fatores genéticos, biológicos, comportamentais e culturais.

Preciosa é uma adolescente que, diante do excesso de peso, se sente deprimida, tem baixa autoestima e não é satisfeita com a imagem de seu corpo. Estas características são constantes no enredo do filme, desencadeando uma percepção da tristeza que ela sente diante de suas

limitações em função da obesidade: a dificuldade em caminhar, a ausência de amigos, os adjetivos pejorativos advindos dos colegas de classe, o uso de roupas que cobrem o corpo, assim como a extrema necessidade em se sentir percebida e amada, o que, muitas vezes, pôde ser observado em suas fantasias. Não se trata apenas de estética, é um problema com consequências múltiplas em sua vida. O acúmulo de gordura em algumas partes de seu organismo, poderia ser eliminado por meio de exercício físico e educação alimentar; porém, a dificuldade financeira e a falta de apoio dos pais, contribuem para que Preciosa cresça sedentária e desmotivada.

Em nosso contexto, além dos problemas psicossociais enfrentados por Preciosa, a obesidade na adolescência tem grande probabilidade de se estender para a vida adulta, promovendo doenças cardiovasculares, ortopédicas, dermatológicas e a criação de hipertensão arterial. Infelizmente, a obesidade na adolescência é uma realidade nos dias atuais, gerando consequências que prejudicam o desenvolvimento neste período, pois afeta o corpo e o psíquico daqueles que são considerados obesos. Sendo assim, torna-se necessária uma posição dos governos, parceiros internacionais, da sociedade civil, organizações não governamentais e do setor privado na prevenção da obesidade em adolescentes e no cuidado com aqueles que já se encontram nesta situação.

5. Fantasia

De acordo com Násio (2007), fantasia é a encenação no psiquismo da satisfação de um desejo imperioso que não pode ser saciado na realidade, tendo como finalidade substituir uma satisfação real impossível por uma satisfação fantasiada possível. Como podemos perceber, Preciosa possui uma imaginação altamente fértil, sendo que logo no início do filme podemos vê-la fantasiando que seu professor de matemática se encontra apaixonado por ela.

Preciosa busca refúgio na fantasia para poder suportar a realidade em que está inserida. Em uma cena onde sua mãe à obriga a comer em frente à TV, Preciosa se imagina dentro da novela, onde sua mãe à trata com carinho e atenção. Knobel (1981) nos diz que essa fantasia criada pelo adolescente é uma forma, na qual este recorre, para compensar as perdas que ocorrem em si mesmo e que não pode evitar, servindo como mecanismo de defesa.

A fantasia também era utilizada por Preciosa como forma de se sentir querida pelos homens, de se sentir bonita e desejada. Em outra cena onde garotos começam a deprecia-la, chegando até a empurra-la, Preciosa se imagina dançando para um destes garotos, que parece estar apaixonado por ela. Para Knobel (1981), esta fuga para o universo interior é uma espécie de reajuste emocional, onde leva à um "incremento da intelectualização", fazendo com que esta adolescente passe a formular princípios e a traçar objetivos para sua vida a partir da sua imaginação. A fantasia, a idealização, os sonhos são a força que move o desejo de conquistar algo no mundo e buscar algo melhor para si.

6. AIDS

Segundo o Ministério da Saúde, mais de 11,8 jovens de 15 a 24 anos de idade vivem com HIV/AIDS em todo mundo. Porém, só uma parte desta sabe que possui o vírus. A violência sexual, tais quais como abuso sexual, constitui-se como um fator de vulnerabilidade para a contração do vírus.

Preciosa possui um histórico de abuso sexual por parte de seu pai que data desde os 3 anos de idade. Como foi observado no filme, seu pai era ausente e ia para casa apenas em busca de sexo, tendo relações sexuais tanto dentro como fora de casa. É notável a falta de orientação por parte de sua mãe em relação aos métodos contraceptivos e suas informações erradas a respeito da transmissão do vírus HIV. Nos anos 80

o acesso às informações a respeito das DST's era pouco veiculado, sendo na maioria das vezes tido como algo referente à comunidade LGBT.

Segundo Abma et al (1997, apud PAPALIA, 2013), os que correm mais risco são os jovens com iniciação sexual precoce, pois têm múltiplos parceiros, não fazem uso de contraceptivos regularmente e possuem informações inadequadas – ou errôneas – sobre sexo.

7. Identidade

Algo que tem participação das atividades intracorporais (mudanças biológicas), mas que principalmente produz-se pela participação em sociedade, é a constituição de uma identidade própria. Ser criança ou ser adolescente pode ser um questionamento decorrente de uma percepção sobre o corpo, quando se nota que algo mudou, contudo, a ideia do que é ser criança, do que é deixar de ser criança e do que é ser adolescente ou adulto são construções históricas e culturais.

É importante notar as implicações sociais que exercem influência na formação da identidade do jovem, assim como perceber que a esses indivíduos são impostos modos de ser e pensar, que tanto podem ser apenas incorporados como podem despertar pensamentos críticos que façam com que esse sujeito construa seu próprio modo de ser e pensar. A protagonista, durante grande parte do filme, se sente incapaz de questionar as imagens a que lhe associam, acabando por se identificar como a pessoa gorda, violenta, pobre e analfabeta, que precisa depender dos auxílios do governo, que não pode ter uma vida melhor, etc. Ela se vê como uma pessoa desnecessária e inútil.

A teoria de James E. Marcia (1966,1980 apud PAPALIA, 2013) traz considerações interessantes sobre os estados de identidade, estes são: a realização de identidade, quando o adolescente pondera sobre as suas possibilidades e produz a partir disso um autoconceito; a execução, onde as atitudes e concepções se embasam em direcionamentos alheios ao adolescente; a moratória, onde o embate entre dicotomias está presente e

faz com que não se estabeleçam conceitos mais concretos; e a difusão de identidade, em que não se percebe o movimento de avanço para a construção da identidade.

Kail (2004) releva a participação dos pais, explicando que estes ou se colocam abertos à discussão e reconhecem à autonomia, ou impõem regras sem justificação, um contraponto que se estabelece é que, no caso de Preciosa, seus pais não se encaixam em algum desses polos, é percebido que eles a abandonam e isto, ao mesmo tempo, faz com ela fique dependente deles, visto que não sabe o que fazer, não vislumbra outras alternativas, a adolescente permanece, então, sendo assediada moral e fisicamente pela sua mãe, e sexualmente pelo seu pai — até perceber, com sua professora, que ela pode se descobrir e notar seu potencial.

Assim como Kail, Kroger e Haslett (1991 *apud* PAPALIA e FELDMAN, 2013) também teorizam sobre a importância dos familiares para a construção da identidade adolescente, Papalia e Feldman (2013), correlacionam aspectos dessas relações com a teoria de Marcia sobre os estados de identidade (além de outros estudos isolados), os resultados de tal correlação apontam para a compreensão de que: em adolescentes que estão em realização de identidade, há o encorajamento e incentivo à autonomia pelos pais, no caso de Preciosa, este incentivo veio da professora e do apoio de seus novos amigos e esta realização só pôde ser percebida nas partes finais do filme, em que ela questiona-se sobre quem é e o que é melhor para si, quais as possibilidades de vencer suas dificuldades e quais escolhas tomar; quando os pais não permitem as escolhas dos filhos e não abrem espaço para sua opinião, estes filhos passam pela execução, algo que também pode ser percebido como semelhante ao vivido por Preciosa, sua mãe afirmava que ela não tinha outro caminho, senão o de depender dos auxílios do governo, tal como ela (a mãe) fazia; em relação à moratória, é estabelecida com os pais uma disputa, pela resistência à autoridade, e é possível relacionar essa fase com o momento em que Preciosa não mais se sente obrigada a aceitar o

que sua mãe lhe impõe; quanto à difusão de identidade, a correlação feita com a participação da família é a de que ocorre a rejeição do filho pelos pais, uma quebra das relações, sem abertura para diálogo, nem qualquer intervenção, e na vida de Preciosa, é nítido o abandono de pais, sendo a mísera participação destes, algo nada proveitoso para seu desenvolvimento enquanto pessoa.

Ainda na linha dessas convergências entre teorias, e concordando com Marcia (1979 *apud* PAPALIA e FELDMAN, 2013) observa-se que, na medida em que se o adolescente se desenvolve, os estados tendem a se alterar. Na história de vida da protagonista do filme, é possível ver que, apesar das adversidades, ela se desenvolve, ela se sente de maneira diferente quanto mais estabelece diferentes relações com as outras pessoas ao seu redor, isto ecoa em sua construção interior, sua imagem passa de construída pelos outros a autoconstruída e as atitudes que toma ressignificam sua existência. Neste ponto, cabe ressaltar a ênfase em uma visão abrangente do indivíduo, pois sem esta, tanto se exclui o mundo circundante, como as relações que ecoam construção da identidade do adolescente

8 Considerações Finais

O olhar das teorias histórico-críticas sobre a adolescência considera esse momento como algo não natural, tampouco delimitado, que precisa ser visto como heterogêneo e multideterminado. Consideramos haver pontos importantes nas teorias voltadas à caracterização dos jovens, todavia, concordando com uma perspectiva mais contextualizada e abrangente, acreditamos ser imprescindível entender que existem adolescentes e não apenas um modelo de ser adolescente (BOCK *et al*, 2001). No filme, é possível observar os vários modos de ser dos adolescentes que aparecem, é também nítido que Preciosa é uma adolescente permeada pelas relações estabelecidas com seus familiares e pela sua realidade histórica (a época retradada no filme remete aos anos

1980, a adolescente vive em situação de pobreza, discriminação e assédio).

O levantamento teórico revelou que, a depender da perspectiva adotada pelo observador, é possível ver um mesmo sujeito de maneiras diversas; e é interessante perceber como é possível "encaixar" os adolescentes em certos estágios, fases ou definições. Esperamos, mais do que isso, enxergar o que está para além desse sujeito, já rotulado pela sociedade como problemático, confuso ou muito difícil de entender. A análise da personagem Claieece Precious Jones foi de grande proveito para perceber como esse momento da adolescência (vivido por vários jovens de maneira semelhante ao vivido pela personagem) pode ultrapassar certas compreensões, como, por vezes, os modelos não abarcam a complexidade das relações sociais que constituem a identidade jovem e como é preciso desenvolver o senso de totalidade para captar aspectos mais abrangentes que estão ligados aos comportamentos, às representações e ao que é trazido pelo adolescente quando o mesmo sente a necessidade de ser ajudado e acolhido.

Referências

BARONCELLI, Luane. **Adolescência: fenômeno singular e de campo.** 2012

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Adolescência: tornar-se jovem. In._____. **Psicologias: Uma introdução ao estudo da Psicologia**, 2001.

COIMBRA, C.C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. **Subvertendo o conceito de adolescência.** Arquivos brasileiros de psicologia, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005.

FILHO, Moacyr F. P. **Abuso sexual em meninos: a violência intrafamiliar através do olhar de psicólogo que atendem em instituições.** Curitiba: Juruá, 2009.

KAIL, Robert V. Desenvolvimento social e da personalidade em adolescente. In._____. **A criança**. 2004.

NÁSIO. J.-D. **A fantasia**: O prazer de ler Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2007.

KNOBEL, Maurício. **Adolescência normal:** Um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artmed Editora, 1981. p. 24-63.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth D. Desenvolvimento Psicossocial na adolescência. In._____. **Desenvolvimento humano**. Artmed Editora, 2013

28

Planejamento em dinamica de grupo

Caroline Martins Dias
Dayse Marinho Martins
Karoline Magalhães Conceição
Lucielle Da Silva Oliveira
Thamires Ayres Ribeiro

1 Introdução

Na formação em Psicologia, um dos pontos basilares é a abordagem dos estudos em Dinâmica de Grupo. Na constituição da prática de escuta e mediação social do psicólogo, a dinâmica suscita subsídios para a percepção dos processos de comunicação entre os sujeitos. Enfoca, portanto, a compreensão das relações entre os seres humanos em sociedade e os aspectos que possibilitam o conhecer e o vivenciar.

Pichon-Riviere (1982) caracteriza grupo enquanto conjunto de pessoas movidas por necessidades semelhantes que se reúnem em torno de uma tarefa específica. Possuem um objetivo mútuo, tendo, no entanto, participantes diferenciados, a partir de suas identidades. Dessa forma, um grupo constitui:

> Conjunto de pessoas, ligadas no tempo e no espaço, articuladas por sua mútua representação interna, que se propõem explícita ou implicitamente a uma tarefa, interatuando para isto em uma rede de papéis, com o estabelecimento de vínculos entre si (AFONSO, 2003, p. 19).

O coordenador, neste caso, o psicólogo precisa atentar para as dimensões terapêuticas e pedagógicas das dinâmicas de modo a nortear a reflexão sobre as técnicas a serem vivenciadas pelo grupo (AFONSO, 2000). A dinâmica suscita o grupo a uma mobilização pela qual se perceba aspectos como o comportamento, a comunicação, nível de iniciativa, e nível de frustação. Assim, é um processo focado em mudanças, direcionado por um facilitador que estimula a tomada de consciência, mudança atitudinal e comportamental.

Com base nesse pressuposto, este trabalho apresenta uma proposição de oficina com dinâmicas de grupo. A abordagem objetiva que o grupo se sensibilize quanto ao desenvolvimento de comunicação não violenta, praticando a empatia e o trabalho colaborativo. Desse modo, reflete sobre a comunicação e a ação dos membros, ampliando suas relações na vivência em grupo.

2 Aquecimento

Para se compreender como grupo, os membros precisam tomar consciência de seus objetivos comuns em meio a uma inter-relação psicológica. Assim, o início da oficina é demarcado pelo aquecimento, que visa estabelecer um sentimento coletivo a partir de percepção da identidade grupal, com a dinâmica "Relâmpagos" (DEL PRETTE, 2001).

Com uma caixa pequena para acondicionar as mensagens e tiras de papel-cartão, com mensagens compiladas de grandes pensadores, esta vivencia é realizada com todos os participantes sentados. O facilitador percorre o grupo com uma caixa contendo as mensagens, solicitando que cada um retire a sua sem escolher, leia e reflita.

Após todos terem retirado a sua mensagem, cada um a lê, em voz alta, para o grupo, interpretando o seu significado e em que ela lhe diz respeito. Em caso de dificuldade nessa tarefa de analisar o significado da mensagem, o facilitador pode nomear alguém para auxiliar o participante e/ou sugerir que ele peça ajuda a outro membro do grupo.

Antes de encerrar, é feita uma avaliação. O facilitador pode auxiliar a reflexão do grupo com algumas questões sugeridas por DEL PRETTE (2001, p.149) :

> a) O que o significado da mensagem tem a ver com a vida das pessoas?
> b) Qual a sua relação com o que o grupo esta aprendendo nas demais vivências?
> c) Como aproveitar as mensagens do dia-a-dia?

Ao final, solicita-se que cada um escolha um colega e elogie o seu desempenho na vivência. Cabe realizar o enquadre considerando que as mensagens são selecionadas de acordo com os objetivos da oficina. A prática desta vivência tem mostrado que os participantes se dispõem a auto revelação, expondo sentimentos e relacionamentos.

3 Atividade Principal

A oficina constitui um processo estruturado com grupos, direcionado à abordagem de uma questão a ser reelaborada no âmbito da coletividade. Neste plano, a mobilização do grupo constitui a etapa da atividade principal. Os procedimentos se encadeiam no sentido de partir de uma problematização da vivência grupal para uma mobilização que supere as angústias do coletivo. Para tanto, estão previstas as dinâmicas: "Pirulito" com reflexão sobre o texto " As colheres de cabo comprido" (BERKENBROCK, 2010) e "Trabalhando em grupo" (DEL PRETTE, 2001).

3.1 Dinâmica "Pirulito" e texto " As colheres de cabo comprido"

A atividade considera como angústia a questão da falta de comunicação e individualismo na turma. Para tanto, enfoca as divergências de valores de cada aluno e suas respectivas visões de mundo que acarretam discussões conflitantes.

Uma condição necessária para expressar as discordâncias e facilitar a aceitação de opiniões e expressões do outro é prestar atenção ao conteúdo da fala, nela é possível identificar a profundidade das divergências do grupo. Não cabe aqui o convencimento ou desqualificação das diferentes opiniões, mas a apresentação de ideias sustentadas com fatos e referência para melhor entendimento da fala.

Conforme Del Prette (200, p. 18),

> A interdependência natural das relações humanas saudáveis implica em reconhecer que muitas de nossas necessidades somente podem ser satisfeitas pela mediação das demais pessoas, por exemplo, necessidade de informação, auxílio, compreensão, instrução, carinho etc. Um requisito para a identificação e o atendimento de tais demandas é dá-las a conhecer, ou seja, fazer pedidos indicativos dessas necessidades.

Assim, para que as necessidades do indivíduo sejam satisfeitas de fato, é preciso haver essa mediação, essa interdependência com o outro. A satisfação das necessidades requer além de uma interação do grupo, uma disponibilidade do outro e da forma como é feito o pedido. O pedido pode ser considerado impertinente ou abusivo quando feito a um desconhecido ou a alguém atarefado, mas razoável quando a uma pessoa amiga ou disponível.

A aceitação ou recusa não depende apenas de nossa possibilidade de atendê-los, mas também da avaliação sobre a necessidade do outro e da ocasião e forma em que este é apresentado. Atender pedidos pertinentes expressa, portanto, a solidariedade e cooperação no grupo.

Com base nesse fundamento, a primeira etapa da atividade principal caracteriza a dinâmica “Pirulito” seguida de reflexão do texto “ As colheres de cabo comprido” enfocando a superação do individualismo. A dinâmica utilizará como material, pirulitos com quantidade suficiente para distribuição entre os participantes que estarão formando um círculo.

O facilitador distribui um pirulito para cada participante e orienta que cada um o segure com a mão direita e aguarde até que todos tenham

recebido. Em seguida, será emitido um comando: Todos devem segurar o pirulito com a mão direita, braço estendido para frente e a mão esquerda dobrada para trás sem poder utiliza-la para desembrulhar o pirulito e consumi-lo.

Esse procedimento deve suscitar nos participantes a reflexão sobre como vão conseguir remover a embalagem do pirulito sozinhos, ou seja, a percepção de que precisarão da ajuda do companheiro do lado. O desafio inicial consiste em remover a embalagem do pirulito, contudo, como não é permitido dobrar o braço, cada um deverá consumir o pirulito do colega do lado. Após a execução dessa etapa, realiza-se a leitura da lenda chinesa de domínio público "As colheres de cabo comprido":

> Dois homens foram conhecer o céu e o inferno. Foram primeiro ao inferno. Ao abrirem uma porta, viram uma sala em cujo centro havia um caldeirão de substanciosa sopa e à sua volta estavam sentadas pessoas famintas e desesperadas. Cada uma delas segurava uma colher, porém de cabo muito comprido, que lhes possibilitava alcançar o caldeirão, mas não permitia que colocassem a sopa na própria boca. O sofrimento era grande.
> Em seguida, foram conhecer o céu. Entraram em uma sala idêntica à primeira: havia o mesmo caldeirão, as pessoas em volta e as colheres de cabo comprido. A diferença é que todos estavam saciados. Não havia fome, nem sofrimento.
> 'Eu não compreendo', disse um dos homens: 'por que aqui as pessoas estão felizes enquanto na outra sala morrem de aflição, se é tudo igual?'
> O outro homem sorriu e respondeu:
> 'Você não percebeu?
> É porque aqui eles aprenderam a dar comida uns aos outros.'
> MORAL: Aqui temos três situações que merecem uma profunda reflexão:
> EGOÍSMO - As pessoas estavam altamente preocupadas com a sua própria fome, impedindo que se pensasse em alternativas para equacionar a situação.
> CRIATIVIDADE - Como todos estavam querendo se safar da situação caótica que se encontravam, não tiveram a iniciativa de buscar alternativas que pudessem resolver o problema.
> EQUIPE - Se tivesse havido o espírito solidário, e conjuntamente uma ajuda mútua, a situação teria sido fatalmente resolvida.

> CONCLUSÃO - Dificilmente o individualismo consegue transpor as barreiras da nossa vida, o sentido de equipe, é fator preponderante para o alcance do SUCESSO (BERKENBROCK, 2010, p. 26).

A proposta permite com base na linguagem metafórica, o estímulo à reflexão da importância de superação do individualismo no trabalho em grupo. Enfoca que em determinadas circunstâncias, é necessário o trabalho coletivo para a realização de uma tarefa. Nesse sentido, permite aos participantes um olhar para suas vivências com o grupo, evidenciando a angústia do individualismo refletida na falta de comunicação.

3.2 Dinâmica "Trabalhando em grupo"

Tendo despertado a necessidade de reflexão sobre vivências de angústia no grupo, a atividade principal segue com a proposição de abordar a importância de uma mobilização centrada na valorização da empatia e comunicação não violenta bem como, do trabalho coletivo.

Trata-se de estimular a participação de todas as pessoas do grupo em uma tarefa de responsabilidade coletiva permitindo a cooperação em situação de grupo. Nesse processo, estão em jogo, habilidades de consultar, discutir e selecionar tarefas de forma coletiva, assim como, a expressão de opiniões e *feedback*

A dinâmica "Trabalhando em grupo" é um procedimento simples, pelo uso apenas de materiais como quadro branco e marcador. Porém, complexo em virtude de requerer do participante o exercício da ação coletiva.

O facilitador dividirá os participantes em dois grupos. Em seguida, se dirige a um deles que será caracterizado como Grupo de Verbalização e esclarece que a tarefa consiste em desenhar uma árvore no quadro branco. O outro grupo receberá a orientação de que será o Grupo Observador, ou seja, terá a tarefa de analisar a ação do primeiro grupo. Segundo Del Prette, (2001, p. 185), após a realização da escolha, é fomentada uma discussão com base nas questões:

a) O grupo cumpriu a tarefa?
b) Como foi feita a escolha?
c) Qual a estratégia adotada para isso?
d) Quem tomou a decisão?
e) O que significa tomar decisão em grupo?

Os grupos devem discutir, planejar e executar a atividade com a participação de todos. Após a tarefa, o facilitador solicitará o *feedback* do Grupo Observador para os membros do Grupo de Verbalização. A ação é mediada enfocando comunicação não violenta e buscando ressaltar a empatia.

O Grupo de Verbalização é instruído a agradecer o *feedback* e, em seguida, conduzir uma reflexão sobre o trabalho em grupo, individualismo e a responsabilidade da participação grupal. Caso o grupo de verbalização não apresente desempenho satisfatório na construção coletiva, deve refazer a tarefa após a discussão superando questões.

4 Encerramento

Tendo em vista as relações conflitantes percebidas em sala de aula, é necessário estimular uma convivência que seja permeada por empatia. Segundo Del Prette (2001, p.86):

> As habilidades empáticas são exercidas como reação a demandas que se caracterizam por uma necessidade afetiva do outro. Tais demandas ocorrem quando o interlocutor experimenta sentimentos negativos (perdas, decepções, constrangimento, vergonha, raiva) ou positivos (boas-novas, sucesso felicidade) e espera o compartilhamento solidário dos que lhes são significantes ou próximos.

Na dinâmica “Entrevista musical” o coordenador entrega o roteiro para cada participante, fará as perguntas e os alunos responderão cantando conforme o roteiro. Cabe suscitar a reflexão das situações e encerrar a atividade com momento de confraternização (BERKENBROCK, 2010).

1) Você é feliz neste grupo?
Sou feliz, por isso estou aqui, também quero viajar nesse balão.
(Balão Mágico)
2) Vivemos em grupo , como vivermos em harmonia?
"É preciso amar as pessoas como se não houvesse amanhã...
(Legião Urbana)
3)Como seria se não tivéssemos amigos?
"Avião sem asa, fogueira sem brasa, sou eu assim sem você .
Eu não existo longe de você e a solidão é o meu pior castigo.
(Adriana Calcanhoto)
4) O que você falaria para algum amigo que já lhe desapontou?
Ás vezes no silêncio da noite/ eu fico imaginando nós dois/ eu fico ali sonhando acordado/ juntando/ o antes, o agora e o depois.
(Caetano Veloso)
5 As vezes pinta aquela tristeza, é hora do grupo reagir, cantemos bem alto :
Viver, e não ter a vergonha de ser feliz, cantar e cantar a certeza de ser um eterna aprendiz. Eu sei que a vida deveria ser bem melhor e será, mas isso não impede que eu repita, é bonita, é bonita e é bonita.
(Gonzaguinha)
6) O que você deseja dizer em relação ao trabalho em grupo?
Depende de nós, quem já foi ou ainda é criança, que acredita ou tem esperança e faz tudo para um mundo melhor.
(Ivan Lins)
7) O que você gostaria de dizer e ouvir do grupo?
Amigos para sempre é o que nós devemos ser na primavera ou em qualquer das estações, nas horas tristes nos momentos de prazer, amigos para sempre!
(Agnaldo Rayol)
8) Tudo isso lembra alegria, e também festa e então vai rolar uma hoje?
E vai rolar a festa, vai rolar / (nome do grupo) mandou avisar...
(Ivete Sangalo)

5 Considerações Finais

Os grupos representam potencial de mobilizações sociais e culturais em torno de objetivos comuns. Nesse processo, as dinâmicas de grupo fomentam a ação educativa por meio da ludicidade na experiência concreta do sujeito.

O lúdico está presente em diferentes sociedades e períodos históricos. Segundo Huizinga (2005, p. 07), "O jogo é o fato mais antigo da cultura. As grandes atividades arquetípicas da sociedade humana são, desde o início, inteiramente marcadas pelo jogo". A ludicidade na dinâmica de grupo na compreensão de aspectos abstratos da coletividade.

A respeito do trabalho de grupo, Schutz (2012) diz que as pessoas não se integrarão em um grupo se ele não trouxer a satisfação de necessidades. Nesse sentido, o plano da oficina enfoca a relevância da interação com os colegas de turma na troca de conhecimentos e experiências do Curso de Psicologia. A interação do grupo se mostra, portanto, necessária para superar questões e reelaborar posicionamentos frente às vivências da coletividade.

6 Referências

AFONSO, Lúcia (Org.). **Oficinas em dinâmica de grupo na área da saúde.** Belo Horizonte: Campo Social, 2003.

AFONSO, Lúcia (Org.). **Oficinas em dinâmica de grupo:** um método de intervenção psicossocial. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2000.

BERKENBROCK, Volney J. **Dinâmicas para encontros de grupo:** para apresentação, intervalo, autoconhecimento. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. **Psicologia das relações interpessoais:** vivências para o trabalho em grupo. Petrópolis: Vozes, 2001.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludes:** o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LOPES, Maria da Glória. **Jogos na educação:** criar, fazer, jogar. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. **O processo grupal.** São Paulo: Martins Fontes, 1982.

SCHULTZ, Alfred. **Sobre fenomenologia e relações sociais**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2012.

29

Prática de modelagem para uma criança lavar as mãos antes das refeições

Catarina Malcher Teixeira
Caroline Martins Dias
Dayse Marinho Martins
Mariana Santos Serra Carvalho
Thamires Ayres Ribeiro

1 Introdução

Em sua relação com o ambiente, o ser humano se sente implicado a aprender para superar desafios no cotidiano. Para tanto, considera a necessidade de se adaptar ao meio e interagir da melhor forma com os outros e com as situações. Sobre o processo de aprendizagem, Skinner (1954, p. 26-27), evidencia que:

> Uma vez que tenhamos preparado o tipo específico de consequências chamadas de reforços, as nossas técnicas nos permitem configurar quase à vontade, o comportamento de um organismo. Condutas extremamente complexas podem ser alcançadas através de passos sucessivos no processo de configuração, sendo modificadas progressivamente com a realização de reforço, no sentido do comportamento desejado.

Tomando por base pressupostos da Análise do Comportamento, este trabalho apresenta o processo de modelagem por meio da prática de reforçamento positivo para uma criança lavar as mãos antes das refeições. A partir da oferta de uma sobremesa gradualmente

incrementada, a cada etapa que a criança amplia a execução do comportamento de lavar as mãos, suscita-se a instalação do comportamento no indivíduo considerando-se os pressupostos do procedimento da modelagem.

2. Método

Propõe-se a técnica da modelagem com uso do reforço diferencial e aproximações sucessivas para o alcance gradual do comportamento final. No processo, destaca-se a imediaticidade do reforço.

2.1 Participantes

Para a realização da prática, foi adotado o delineamento de sujeito único com humanos. A participante escolhida foi uma criança do sexo feminino de três anos de idade, com 95 cm de altura, pesando 14, 700 Kg. Já frequenta a escola, no primeiro ano da Educação Infantil, em instituição privada. Convive com o pai e a mãe, é filha única e reside em uma casa, num condomínio fechado, em bairro de classe média da cidade de São Luís - MA.

2.2 Ambiente

O ambiente consiste em uma cozinha mediana, de formato retangular medindo 4,41 x 6,84m, com iluminação elétrica de lâmpadas de *led* e ambiental através de janela com persianas. A cozinha possui um aparelho micro-ondas, um fogão com exaustor, armários embaixo e em cima da pia, uma pia com 1 m de altura e apenas uma cuba com torneira comum, um frasco de sabão líquido ao lado da torneira e toalha de papel para as mãos, com haste acoplada à parede.

Ao lado há uma geladeira, e à frente do fogão há um balcão de mármore com seis cadeiras. A cozinha possui ainda, quatro luminárias

acima do balcão. Será adicionado um *puff* quadrado durante o procedimento, pois a criança não consegue alcançar a pia da cozinha sem o auxilio necessário.

Figura 1 Planta da cozinha: ambiente do experimento

Fonte: Elaborado pelas autoras no *Software Autocad*

2.3 Materiais e Instrumentos

Para realização do procedimento são utilizados enquanto materiais: um *puff* quadrado marrom com 42 cm de altura, 35 cm de largura, 36 cm de profundidade, com peso de 4 Kg de peso. O objeto possibilita que a criança alcance a altura da pia. Deve ser disponibilizado um pacote com 50 toalhas de papel para secar as mãos, um frasco de sabão líquido neutro, água corrente da torneira e uma pia. Além disso, são utilizados reforçadores, a serem definidos a partir de entrevista com o participante para levantamento por meio de folha de registro específica.

Figura 2 Folha de levantamento de reforçadores

Folha de levantamento de reforçadores

Data ___/___/_____ **Duração** _____

Início _____ **Término** _____ **Nº de sujeitos:** _____

Experimentador: _____

SEQUÊNCIA COMPORTAMENTAL	REFORÇADOR 1	REFORÇADOR 2
1 - Subir no *puff*, abrir a torneira e molhar as mãos.	2 morangos (_) gosto ( ) não gosto	1 bola de sorvete de creme (_) gosto ( ) não gosto
2 - Subir no *puff*, abrir a torneira e molhar as mãos, esfregar o sabão e enxaguá-las sem secar.	2 morangos e 1 colher de creme de leite (_) gosto ( ) não gosto	1 bola de sorvete de creme e 1 bola de sorvete de chocolate (_) gosto ( ) não gosto
3 - Subir no *puff*, abrir a torneira, molhar as mãos, esfregar o sabão, enxaguar com água corrente e secar com papel toalha.	Salada de frutas (_) gosto ( ) não gosto	1 bola de sorvete de creme e 1 bola de sorvete de chocolate com cobertura de morango (_) gosto ( ) não gosto

Fonte: Elaborado pelas autoras

Previamente, são definidas duas opção de reforçadores. A primeira possibilidade prevê oferta de dois morangos a cada tentativa inicial, incremento com creme de leite nos morangos na obtenção de resposta intermediária e uma taça de salada de frutas no alcance da resposta final. A segunda alternativa consiste sequencialmente na oferta de uma bola de sorvete de creme, incremento com uma bola de sorvete de chocolate e por fim, adição de uma colher de cobertura de morango.

O registro do experimento é realizado por meio do uso de folha de levantamento de reforçadores.

Figura 3 Folha de registro de treino discriminativo

Folha de registro de Treino discriminativo

Data ___/___/____ **Duração** _____

Início _____ **Término** _____ **Nº de sujeitos:** _____

Experimentador: _____

TENTATIVAS	Nº DE RESPOSTAS	TOTAL
Subir no *puff*, abrir a torneira e molhar as mãos.		
Subir no *puff*, abrir a torneira e molhar as mãos, esfregar o sabão e enxaguá-las sem secar.		
Subir no *puff*, abrir a torneira, molhar as mãos, esfregar o sabão, enxaguar com água corrente e secar com papel toalha.		

Fonte: Elaborado pelas autoras

Propõe-se ainda, o registro de imagens do procedimento. Para tanto, pode ser utilizada câmera digital com cartão de memória de 32 Gb e notebook para visualização e análise posterior.

3 Procedimento

O experimento enfoca a modelagem de respostas por aproximações sucessivas.

1ª etapa: Autorização dos responsáveis e definição do tempo

O responsável pela criança deve ser esclarecido sobre o estudo e mediante concordância, assinará o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE representando o participante, menor de 16 anos. O procedimento é composto por sessões, cada uma com dez minutos de duração, antes do horário de almoço e realizadas sequencialmente durante uma semana (5 dias). Cada sessão tem inicio com a chamada do participante_ uma criança_ para a cozinha, pelo anúncio do almoço servido à mesa.

2ª etapa: Realização de avaliação prévia

Deve ser realizada observação da criança, para verificação da presença do comportamento inicial. Tal ação se dá em virtude de que a realização do experimento de modelagem do comportamento de uma criança lavar as mãos adequadamente, requer que se observe se essa criança já possui comportamentos operantes em seu repertório comportamental de lavar as mãos na torneira com água corrente, ainda que não incremente a limpeza com sabão líquido e nem realize a secagem. É com base nesse repertório comportamental inicial que o comportamento final de lavar as mãos adequadamente é fixado de forma sucessiva.

3ª etapa: Cadeia comportamental e liberação do estímulo reforçador

1º dia: Na prática do experimento, a sequência prevê que na primeira etapa, a criança apresente em duas tentativas, os comportamentos de subir no *puff*, abrir a torneira e molhar as mãos. Nessa etapa, na qual se visualiza o comportamento inicial, é oferecido

para a criança o primeiro reforçador: dois morangos ou uma bola de sorvete de creme.

2º dia: Na sequência, estima-se que a criança após três tentativas, consiga expandir o repertório inicial emitindo o comportamento de subir no *puff*, abrir a torneira, molhar as mãos e dessa vez, esfrega-las passando o sabão líquido e enxaguando-as no final sem, no entanto, secá-las. O incremento dessa sequência é reforçado com dois morangos cobertos com creme de leite ou duas bolas de sorvete: uma de creme e outra de chocolate. A cada combinação da resposta sequencial correta, a criança é reforçada, do contrário é retirado o estímulo reforçador e as respostas erradas são colocadas em extinção.

3º dia: A sequência prevê que as aproximações sucessivas permitem a instalação do comportamento final. Assim, nesta etapa a criança executa o comportamento de subir no *puff*, abrir a torneira, molhar as mãos, esfregar as mãos com o sabão, enxaguar com água corrente e secar as mãos com a toalha. Com a emissão do comportamento final, numa estimativa de quatro tentativas, a criança é recompensada com uma taça de salada de frutas ou uma taça com duas bolas de sorvete de creme e de chocolate, incrementada com cobertura de morango.

4ª etapa: Mudança de comportamento

O 4º e o 5º dias são destinados ao acompanhamento da mudança de comportamento. Assim, o comportamento de lavar adequadamente as mãos é estimulado com a oferta do reforçador representado pela sobremesa após o almoço, sempre que a criança realiza-lo de forma satisfatória. Em caso de negação à execução do comportamento pela criança, deve-se ressaltar seu resultado satisfatório nos dias anteriores, bem como o agente reforçador, tal como na tabela abaixo:

Tabela 1 Ações sobre a mudança de comportamento

COMPORTAMENTO	REFORÇADOR
Lavar as mãos adequadamente	Sobremesa após o almoço
Recusa-se a lavar as mãos adequadamente	Elogios e referência ao reforçador

Fonte: Elaborada pelas autoras

Na Tabela 2, pode ser observado o roteiro de realização do experimento, com o comportamento esperado, o reforçado ofertado e a estimativa de tentativas.

Tabela 2 Sequência da sessão experimental

ETAPAS	COMPORTAMENTO	REFORÇADOR	QUANTIDADES (ESTIMATIVA)
1ª DIA	Subir no *puff*, abrir a torneira e molhar as mãos.	Com o acerto da resposta, a criança recebe dois morangos ou uma bola de sorvete de creme.	Duas tentativas
2ª DIA	Subir no *puff*, abrir a torneira e molhar as mãos, esfregar o sabão e enxaguá-las sem secar.	Com o acerto das respostas, a criança recebe dois morangos com creme de leite ou duas bolas de sorvete de creme e de chocolate.	Três tentativas
3ª DIA	Subir no *puff*, abrir a torneira, molhar as mãos, esfregar o sabão, enxaguar com água corrente e secar com papel toalha.	Com os acertos das respostas, a criança recebe uma taça de salada de frutas ou uma taça com duas bolas de sorvete, creme e chocolate e cobertura de morango.	Quatro tentativas

Fonte: Elaborada pelas autoras

4 Considerações Finais

Skinner caracteriza a aprendizagem, como um processo de configuração do comportamento. A prática constante leva, portanto, ao aperfeiçoamento de habilidades, sem, no entanto, ser concebida como mera repetição. Nesse processo, aquele que ensina revelará parâmetros a serem seguidos e aquele que aprende deverá cumprir as exigências necessárias.

Sob a perspectiva do Behaviorismo Radical, esse processo pode ser entendido como característico da discriminação operante. Segundo Moreira &Medeiros (2007, p. 98), um “processo no qual, respostas

específicas ocorrem na presença de estímulos específicos". O treino leva um indivíduo a aprender um novo comportamento, a partir da importância atribuída ao reforçador, que, por sua vez, norteará (e de alguma forma, potencializará) o aprendizado.

Nessa perspectiva, destaca-se a técnica da modelagem "um procedimento de reforçamento diferencial de aproximações sucessivas de um comportamento [no qual] o resultado final é um novo comportamento" (MOREIRA, M. B., & MEDEIROS, 2007, p.60). A modelagem requer a existência de um repertório comportamental, base para o surgimento de novos comportamentos mediante a prática de reforçar respostas vinculadas a critérios.

Por preconizar a instalação de novas respostas no repertório comportamental, a modelagem é considerada "um método que visa facilitar a aprendizagem" (LOMBARD-PLATET, 2015, P. 65). O procedimento toma como ponto de partida a escolha de uma resposta terminal cuja aprendizagem seja relevante para o sujeito, tendo este apresentado uma resposta inicial favorável ao desenvolvimento do treino e ao mesmo tempo, capacidade física necessária para a emissão da sequência comportamental. Durante as etapas da modelagem, ocorrem respostas intermediárias gerando aproximações sucessivas com a aprendizagem do comportamento terminal.

Referências

LOMBARD-PLATET, Vera Lucia Varanda. **Psicologia experimental**. Capítulo 3- Condicionamento respondente - 2ª parte. São Paulo: EDICON, 2015.

MOREIRA, M. B., & MEDEIROS, C. A. **Princípios básicos de análise do comportamento**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SKINNER, Burrhus Frederic. **The science of learming and the art of teaching.** In: Harvard Educational review. Vol. XXIV, (2), 1954.

30

Protocolo de observação do comportamento do Dr. Adrew Delucca na série Grey's Anatomy

Allisson Pereira de Sousa De Mesquita
Dayse Marinho Martins
Maayan Marie Sousa da Silva
Marcia Cruz Silveira Soeiro

1 Introdução

Danna & Matos (1982, p. 28) referem que a observação constitui a maneira mais eficiente dos profissionais da Psicologia na coleta de dados que afasta especulações e suposições. Além disso, a técnica permite a socialização e a avaliação contínua da validade e precisão do conhecimento obtido.

Nesse sentido, se destaca o protocolo de observação enquanto instrumento de registro de dados coletados, composto por série de itens abrangendo informações relevantes para a análise de comportamentos. O registro retrata as condições em que a observação ocorre, destacando quando (data e horário), quem é observado (sujeito) e onde (ambiente físico e social). Além disso, esclarece que a descrição pode conter enquanto recursos: o relato (verbal) e o diagrama (representação pictórica).

Tomando por base esse pressuposto, este trabalho apresenta a análise do comportamento do personagem Dr. Andrew Delucca na série Grey's Anatomy por meio da técnica de registro contínuo. O

procedimento é caracterizado como registro do que ocorre na situação, obedecendo à sequência temporal em que os fatos se dão, dentro de um período ininterrupto de tempo de observação. Os fatos registrados pelo observador referem: localização, posição e postura do sujeito, eventos comportamentais e ambientais.

A utilização do registro contínuo é situada no levantamento inicial do repertório do sujeito e das circunstâncias ambientais. Por sua vez, a seleção de eventos ocorre em função do objetivo do estudo observacional possibilitando o refinamento dos registros. O grau de detalhamento depende da variedade de comportamentos observados, da velocidade dos eventos e do treinamento do observador.

O protocolo apresentado contribui para a percepção crítica do processo de observação considerando-a para além do olhar, ampliando sua caracterização como técnica sistematizada, focada na coleta de dados no âmbito do trabalho de avaliação do profissional. Assim, demonstra que por meio da referida técnica, os pesquisadores aprofundam suas análises ao identificar relações existentes entre o comportamento e circunstâncias ambientais.

2. A série Grey's Anatomy e o contexto analisado

A série Grey's Anatomy é uma produção norte-americana da rede de TV ABC e no Brasil, foi exibida no horário nobre pelo canal Sony. A narrativa retrata a vida da personagem Meredith Grey, residente no Hospital cirúrgico Seattle Grace, posteriormente nomeado Hospital Memorial Grey-Sloan, ficticiamente situado em Seattle, Washington. A série destaca o programa de residência desse hospital como um dos mais rígidos dos EUA e demonstra as vivências da Drª Meredith e seus colegas do programa de residência. A abordagem, para além de enfocar a dura rotina dos profissionais da Medicina, destaca suas vivências pessoais em termos de relacionamentos amorosos e conflitos existenciais.

Considerada uma série longeva, a produção apresenta mudanças no núcleo de personagens bem como em seus rumos. Com a renovação constante do elenco, veteranos se despedem entre as temporadas e novos personagens integram a equipe médica, expressando as lutas diárias profissionais e pessoais dos médicos e residentes.

Diante dessa conjuntura, o episódio em análise é o de número 24 que encerrou a décima segunda temporada da série em 2015. Nessa fase, a protagonista Meredith Grey lida com os impactos da recente viuvez em sua vida. Contudo, a cena retratada envolve uma situação paralela à da protagonista, vivenciada pelas personagens, Alex Karev, Josephine Wilson (Jo) e Andrew De Lucca.

Alex e Jo têm um relacionamento amoroso, marcado pelo conflito da recusa de Jo em se casar com Alex. Na cena, Jo aparece alcoolizada revelando a experiência mal sucedida em seu casamento anterior com um parceiro abusivo. De Lucca, busca conforta-la além de auxiliar na recuperação da embriaguez. Então, Jo o abraça, jogando-se na cama quando surge no apartamento o Dr Alex Karev, com quem se relaciona atualmente. Ao presenciar a situação dúbia, Alex parte em direção a De Lucca que tenta se explicar, mas recebe um soco.

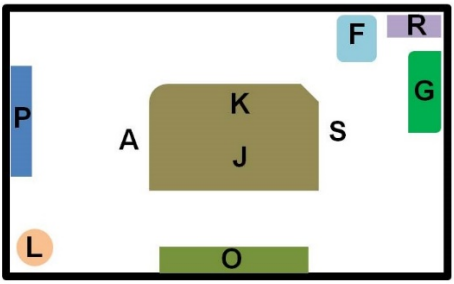
3 Diagrama da situação observada

O ambiente físico onde ocorreu a situação observada consiste no apartamento que Alex divide com a namorada Jo retratados a seguir:

Figura 1 – Imagem apartamento de Alex e Jo

Fonte: Youtube, 2017

Figura 2 – Diagrama do Ambiente físico da cena



Fonte: Elaboração pelos autores

4 Sistema de sinais e abreviações

Para comprensão do diagrama que retrata o ambiente físico da situação observada utilizou-se o seguinte sistema:

SÍMBOLO/ABREVIAÇÃO	LOCAL/OBJETO/PESSOA REPRESENTADO(A)
K	Cama
P	Porta
L	Abajur
F	Fogão
R	Prateleira
G	Geladeira
O	Sofá
S	Sujeito observado
J	Personagem 1,do sexo feminino
A	Personagem 2, do sexo masculino

5 Relato do ambiente físico

O ambiente físico onde ocorreu a cena consiste no apartamento de Alex Karev e Jo Wilson que caracteriza o estilo de moradia denominado *loft, isto é,* um cômodo com cozinha, quarto e sala de jantar combinados. Típico das regiões industriais decadentes em áreas urbanas dos EUA como Nova York e Washington, esse tipo de moradia é situado logo abaixo o teto de uma casa ou fábrica antiga reaproveitada como moradia.

O *loft* caracteriza construção ampla, com vãos livres e pé-direito alto com no mínimo 3,20 metros. Há ausência de paredes como divisões internas conjugando os ambientes. As colunas de sustentação são aparentes assim como os tijolos das paredes, sendo o espaço construído com materiais frios como cerâmica no piso.

O local tem uma porta de entrada, situada à esquerda, não possui janelas e tem mobiliário característico de cozinha, quarto e sala de jantar. Contém estante, cama de casal ao centro, com sofá à frente, à direita fogão, prateleira, geladeira. A iluminação é proveniente de quatro lâmpadas de *led* pendentes e dois abajures.

6 Descrição do Sujeito Observado

O Sujeito observado na situação é a personagem principal da cena (S), residente de Medicina, sexo masculino, 31 anos. (S) entra no quarto de (J) andando lado a lado e com sua mão esquerda, (S) segurava a cintura de (J), enquanto a conduz em direção à cama. (S) diz: “Tá em casa agora, tá? Vai dormir” e solta (J) enquanto ela senta no canto direito da cama. (S) diz “vou pegar uma água, tá?” e caminha em direção à geladeira. Ele pega um copo de vidro numa prateleira acima de sua cabeça, ao lado da geladeira. (J) diz: “eu morava no meu carro”. (S) vira o rosto para a sua esquerda, na direção de (J) e depois para a direita, em direção à torneira. (J) continua a falar: “sabia que eu morei no meu carro?” enquanto caminha em direção a (S), apoiando-se no sofá. (S)

está enchendo o copo de água, olha para trás, por cima do ombro, desliga a torneira, deixa o copo na pia, anda em direção de (J) e diz: "ô, ô, ô, tá indo aonde? Opa".

(S) fica a 20 cm de (J), abre os braços na frente de (J) e ela o afasta colocando a mão esquerda no peito de (S) e esticando o braço. (J) se vira em direção à cama, fica de costas para (S) e diz: "foi quando eu conheci ele e eu não morava mais no meu carro". (S) observa (J) e mantém seu antebraço flexionado e sua mão estendida na direção de (J) que diz: "todo mundo adorava ele", "eu adorava", enquanto abre o zíper da calça. (S) diz: "o que, que cê tá fazendo?" e fecha os olhos. (J) abaixa a calça jeans e diz: "eu vou dormir". (S) diz: "olha, é... eu... eu já tô indo, tá? Você, você tá na boa, né?" (J) Tira a calça, levanta seu tronco, perde o equilíbrio usa a mão esquerda para segurar-se na coluna do quarto e encosta seu corpo e sua cabeça lateralmente na coluna e diz: "então se eu... Se eu comprava alguma coisa errada, ele me batia na cara". (J) começa a chorar.

(S) andava em direção à porta, para a 1 metro desta por 1 segundo, vira seu corpo em direção a (J) e anda em direção a ela, chega a aproximadamente 20 cm dela, e a observa falar, inclinando seu rosto para a direita. (S) diz: "e se tentasse se divorciar..." (J) se aproxima de (S), põe as mãos em seus ombros e diz: "ele me acharia". (S) diz "o Karev tá sabendo disso?" (J) responde não, enquanto tira suas mãos de (S), vira-se e começa a desabotoar sua blusa. (S) diz "devia contar pra ele, ele vai entender, o Karev é muito..." (J) se vira para (S) enquanto abre sua blusa e a faz cair dos ombros. (S) diz: "opa, não, não... não faz isso não" enquanto levanta suas duas mãos espalmadas na direção de (J). (S) se aproxima de (J) e segura na blusa dela, puxando-a na direção de seu ombro enquanto diz: "não faz isso tá? Vai logo pra cama, deita, vem". (S) conduz (J) na direção da cama, segurando o braço esquerdo de (J) com sua mão esquerda. (J) diz "para, eu tô bem" e depois ri, cai de costas na cama e (S) cai em cima de (J).

Nesse momento, (A) entra no quarto. (S) levanta a cabeça, olha (A) por 1 segundo, volta a olhar (J), levanta-se e se afasta da cama. Levanta o

dedo indicador da mão esquerda em direção a (A) e diz: “olha, não... não... er....” (A) anda em direção a (S), que diz: “Dr. Karev, espera aí o que cê tá fazend...” (A) começa a dar socos em (S).

7 Relato do ambiente social

A situação ocorre no contexto de um apartamento. O sujeito observado interage conversando com a personagem 1, do sexo feminino (J), residente de Medicina com 27 anos de idade. Os dois conversam em pé, próximos um do outro, até que (S) ao segurar (J), se desequilibra e cai na cama com ela. A porta abre, o namorado de (J), (A), personagem 2, sexo masculino, 41 anos, médico, entra no apartamento e ao ver (S) e (J) na cama, reage em direção a (S), deferindo-lhe um soco.

8 Classificação dos padrões de comportamento

As relações interpessoais são contextos cruciais para o desenvolvimento da formação pessoal e social. Nesse processo, a observação do comportamento dos sujeitos pode revelar diferentes formas de constituição da interação social.

Del Prette e Del Prette (1999) referem em relação às relações interpessoais, o conceito de habilidades sociais (HS) caracterizado enquanto classes de respostas comportamentais aprendidas pelo indivíduo, que o direcionam à ação adequada mediante situações diversas. As habilidades sociais constituem, portanto, comportamentos propícios à interação com o outro, expressos por meio de verbalização, gestos, postura, expressão facial, aparência física e contato visual. De tal modo, o sujeito habilidoso socialmente supera conflitos no âmbito das relações interpessoais, melhorando a autoestima e a qualidade de seus relacionamentos.

No que tange ao estilo de comunicação, buscou-se observar neste protocolo, os comportamentos assertivo, agressivo e passivo. Dentre tais

perspectivas, cabe ressaltar na constituição de interações positivas para o sujeito, superando conflitos, a relevância do comportamento assertivo:

> Uma classe de habilidades sociais de enfrentamento em situações que envolvem risco de reação indesejável do interlocutor, com controle da ansiedade e expressão apropriada de sentimentos, desejos e opiniões. Ela implica tanto na superação da passividade quanto no autocontrole da agressividade e de outras reações não habilidosas. (DEL PRETTE & DEL PRETTE, 2005, p. 1-5).

O comportamento assertivo é, portanto, aquele que envolve a expressão direta das necessidades ou preferências, emoções e opiniões sem que, ao fazê-lo, o sujeito expresse ansiedade, nem hostilidade com seu interlocutor. Existe um equilíbrio entre a defesa dos próprios interesses e o cuidado em não violar os direitos e vontades dos outros nas interações.

Por sua vez, o comportamento passivo é aquele em que a pessoa falha na expressão das suas necessidades ou preferências, emoções ou opiniões. "As principais características desse estilo se concentram na dificuldade de expressão de sentimentos e opiniões [...] em especial raiva, indignação, descontentamento e desacordo" (COMTE & BRANDÃO, 2007, p.160). O comportamento passivo ocorre quando se cede a fazer algo que não se concorda, com intuito de evitar conflitos para manter boas relações. É marcado por expressões de comunicação encoberta de incômodo, mágoa, ressentimento, ansiedade, esquiva ou fuga de demandas interpessoais contrárias ao enfrentamento.

O comportamento agressivo é identificado nas pessoas que expressam as suas necessidades ou preferências, emoções e opiniões de maneira hostil, exigente, ameaçadora ou punitiva para seu interlocutor. "Se caracteriza por baixo autocontrole do comportamento e das emoções, intransigência e coerção" (COMTE & BRANDÃO, 2007, p.162). O sujeito enfoca autovalorização excessiva, buscando resultados imediatos e defende seus direitos por meio da desvalorização e violação dos direitos do outro. Tal comportamento está presente em expressões de

autoritarismo, coerção, negativismo, ironia, agressividade de forma física e verbal.

> O comportamento agressivo assim como o passivo não criam muitas oportunidades para nos sentirmos melhor: não estabelecem bons relacionamentos com as pessoas e promovem muito a rejeição em médio prazo. As pessoas nos olham como alguém descontrolado ou emocionalmente perturbado ou, no caso da passividade, como inexpressivos e sem personalidade (COMTE & BRANDÃO, 2007, p.04).

Comportamentos que enfocam a assertividade ampliam a qualidade das interações sociais. Assim, superam os posicionamentos marcados pela passividade ou pela agressão. Com base no exposto, os estilos de comportamento agressivo, assertivo e passivo podem ser assim caracterizados:

Tabela 1 - Estilos de comportamento agressivo, assertivo e passivo

.Tipo de Comportamento	Características
ASSERTIVO	• Mantém contato visual enquanto se comunica, sem ser ameaçador; • Se expressa sem ofender • Cuida das relações sendo honesto com seus próprios desejos e opiniões • Volume de voz audível; • Postura tranquila; • Respostas diretas quanto as situações apresentadas; • Emissão de opiniões em 1ª pessoa, mas com abertura a colaborações; • Protege seus direitos, mantendo os direitos do outro; • Age cautelosamente quanto ao quê e como diz algo (críticas, discordâncias ou falar sobre algo que não gostou); • Fala de forma firme, mas não rude.
AGRESSIVO	• Mantém o olhar fixo; • Tom de voz alto; • Postura desafiadora; • Gestos intimidadores; • Fala hostil e intimidativa; • Quase sempre consegue seus objetivos; • Baixo nível de interação social; • Gera conflitos com frequência com prejuízo nas relações interpessoais; • Favorece o sentimento de culpa e frustração;

PASSIVO	• Olhar baixo e vacilante; • Tom de voz baixo e trêmula; • Sorriso falso ou envergonhado; • Fala sem segurança; • Prefere manter as relações ainda que custe direitos e vantagens; • Delega decisões aos outros; • Dificilmente consegue o que quer; • Gera conflito pela passividade e falta de posicionamento

Fonte: (COMTE & BRANDÃO, 2007).

Considerações Finais

Tomando como fundamento os aspectos teóricos explicitados acerca dos estilos de comportamento agressivo, assertivo e passivo demonstra-se abaixo, o estilo identificado no sujeito deste protocolo de observação:

Tabela 2 - Estilo de comportamento identificado no sujeito da observação.

PERSONAGEM / TIPO DE COMPORTAMENTO	CARACTERISTICAS OBSERVADAS
Dr. DeLucca ASSERTIVO	• Se expressa sem ofender; • Honestidade nas relações; • Mantém o direito do outro; • Atitude cautelosa ao falar; • Postura ética; • Age cautelosamente quanto ao quê e como dizem algo;

Fonte: Elaboração pelos autores

Conforme observado, o Dr Andrew DeLucca, sujeito deste protocolo, demonstra comportamento assertivo. Dessa forma, apresenta estilo de comunicação que melhora a autoestima, facilitando a vida, os relacionamentos interpessoais de modo a superar a ocorrência de comportamentos problemáticos.

Referências

CONTE, Fatima C. de S. & BRANDÃO, Maria Z. da S. Falo? Ou Não Falo? Expressando Sentimentos e comunicando ideias. 2.ed. ver.ampl. Londrina: Mecenas, 2007.

DEL PRETTE, Z. A. P. & DEL PRETTE, A. Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática. Petrópolis: Vozes, 2005.

DEL PRETTE, Z. A. P. & DEL PRETTE, A. Psicologia das habilidades sociais: terapia e educação. Petrópolis: Vozes, 1999.

MATOS, M. A., & DANNA, M. F. ***Ensinando observação:*** *uma introdução*. São Paulo: EDICON, 1982.

YOUTUBE. **Grey's Anatomy:** 12×24 Family Affair (Season Finale). Direção de Debbie Allen. Produção de Shonda Rhimes. Estados Unidos: 2015. Color. Leg. Duração: 1.51. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Tzm4dQDm-fE&t=4s. Acesso em 10 out 2017.

31

Análise do idoso na família: Afetividade ou exploração?

Thamires Ayres Ribeiro

1 Introdução

O presente artigo propõe uma discussão que tem como base as pesquisas realizadas por Pestana & Espírito Santo (2008) e ZIMERMAN (2000), a respeito da longevidade contemporânea. Trata-se de um recorte bibliográfico que destaca a articulação de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) visando apresentar a questão do envelhecimento e da ampliação do número de famílias com idosos, evidenciando a participação da família nesse processo de longevidade a partir do resgate teórico de Ramos (2002), e sobre a ação de Políticas Públicas com enfoque no idoso, propõe-se uma discussão sobre a linha tênue em que se encontra o afeto e a violência no âmbito da família.

Assim, na sessão sobre o envelhecimento e família, é possível vislumbrar a relação complexa entre os sujeitos com a longevidade, com destaque para um olhar sobre quem é esse idoso, o que dizem os estudos demográficos que abarcam essa população, quais as Políticas Públicas abrangem essa população. Na sessão sobre a relação da família com o idoso, destaca-se a articulação do cálculo do Índice de Desenvolvimento Familiar numa tentativa de demonstrar a aproximações de vulnerabilidade e dependência econômica na família, qual a aproximação da família com a longevidade, seus cuidados e necessidades tendo como

norte a questão da divisão da afetividade e exploração, numa discussão sobre as convergências entre cuidado e violência, levando em consideração as questões de proveito financeiro e dependência.

Portanto, esse artigo trata-se de um convite para um olhar crítico a partir das contribuições de destacadas sobre a inter-relação à complexidade familiar no que tange ao envelhecimento.

2 Envelhecimento e contemporaneidade

Nas últimas décadas, o número de idosos no Brasil cresceu de maneira gradativa, caracterizando um envelhecimento populacional emergente. Tal crescimento pode ser justificado tanto pela redução da taxa de mortalidade de adultos, devido ao avanço tecnológico da medicina que busca cada vez mais solucionar problemas fisiológicos, quanto pela diminuição da natalidade, pelo fato de que cada vez mais mulheres em fase de ter filhos optam por não serem mães para manter uma vida ativa no mercado de trabalho.

Esse fato pode ser corroborado de acordo com o IBGE (2019), pois segundo os dados obtidos, a população no Brasil chega há 210,7 milhões de habitantes com crescimento populacional pouco significativo entre julho de 2018 e julho de 2019. No entanto, apresenta-se uma queda quanto a taxa de crescimento populacional que em 2018 era de 0,82%, passou a ser de 0,79% em 2019, a partir desse déficit constatado um a tendência de queda nos dados de crescimento populacional.

A visão de um país que antes era considerado uma população com sua maioria jovem, começa a dar lugar a uma realidade diferente, essa mudança traz à consciência a percepção de questões sociais emergente: onde esse idoso se insere na sociedade? E qual o lugar dele na família? Como se entende essa longevidade?

Partindo de uma concepção de como se entende esse envelhecimento na sociedade, Pestana & Espírito Santo (2008) destaca o processo de longevidade como um ato contínuo de valores e função, antes a velhice era

tida como um status social, a partir dela era permitido ter um poder de decisão sobre a sociedade devido à experiência e sabedoria que os idosos possuíam. Porém, com o passar do tempo, o processo de envelhecimento passou a ser visto deforma negativa, numa correlação de velhice ao desgaste físico e emocional. Tal mudança possui muita influência do modelo capitalista e a valorização do homem de acordo com a sua capacidade produtiva, enquadrando o envelhecer num lugar marginalizado dentro da sociedade, pois ao perder a função de produtor de riquezas, o idoso perde também o seu valor social (Pestana & Espirito Santo,2008).

A contemporaneidade se mostra paradoxal no sentido de dar lugar ao idoso. Se por um lado a medicina se mantem atualizada no sentido de aumentar a expectativa de vida dos indivíduos, por outro, não está pronta para acolher e definir um lugar e um papel para aqueles que envelhecem (Dezan, 2015). Nesse sentido, a velhice é prolongada, mas pouco se sabe o que fazer com ela, os valores, atitudes e as práticas sociais são de exclusão, negação e marginalização, principalmente dos idosos de classe mais empobrecida, estes geralmente passam a assumir uma função de provedores e cuidadores dentro da instituição familiar.

2.1 Proteção Social: Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa

O processo de envelhecimento acarreta mudanças físicas, psicológicas e sociais no indivíduo (ZIMERMAN, 2000). Para o autor, a depressão em idosos está relacionada às mudanças sociais, como a aposentadoria, as perdas diversas (perda de parentes e amigos, perda da independência e da autonomia), diminuição dos contatos sociais, entre outros aspectos. Com isso, muitas dessas mudanças tendem a serem vistas de forma negativa principalmente no âmbito familiar, o idoso passa a ser categorizado como um indivíduo que perdeu suas capacidades de se manter sozinho, o que tende a acarretar um sentimento de angústia em relação a essa perda do lugar social (Pestana & Espirito Santo, 2008).

Todas as ações de saúde e as demais políticas sociais repercutem nas condições em que se chega e em que se vive a velhice (MOROSINI apud GIACOMIN, 2017). Conforme consta na Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI),

> As políticas de saúde que objetivam assegurar atenção à toda população, tem dado visibilidade a um segmento populacional que até pouco tempo não era muito notado: os idosos. Dessa forma, é possível a criação de ambientes físicos e sociais que possibilitem a participação social dessas pessoas na sociedade, oferecendo cuidados sistematizados e adequados a partir de recursos físicos, financeiros e humanos (Portaria n*2.528/2006).

Podemos notar que a visão de envelhecimento saudável tem se tornado importante para a sociedade atualmente. Essa importância se dá pelo aumento da população idosa no país como sendo a maior população que utiliza o Sistema Único de Saúde para tratar de doenças crônicas.

Dessa forma, o processo de envelhecimento que deveria ser natural para o indivíduo, passa a representar uma ameaça à aceitação de si mesmo, tornando esse indivíduo vulnerável aos sofrimentos psíquicos e sintomáticos. Apesar dos avanços, há muito que fazer em relação as prestações de serviço da saúde do idoso, pois como afirma Morosini (2017) ainda é possível perceber a

> Escassez de estruturas de cuidado intermediário ao idoso no SUS, destinadas a promover intermediação segura entre a alta hospitalar e a ida para domicílio; a escassez de equipes multiprofissionais e interdisciplinares com conhecimento em envelhecimento e saúde da pessoa idosa; e a implementação insuficiente das Redes de Assistência à Saúde do Idoso.

Embora exista ainda toda uma dificuldade com relação à prestação de serviço da saúde do idoso, é possível observar atualmente a existência de uma ampla gama de possibilidades de apoio não só para o idoso, mas também para os familiares que cuidam deles (ZIMERMAN, 2000), numa construção familiar para uma rede de cuidados mútua entre os

indivíduos, num movimento de imersão de como se vivencia esse processo de envelhecer e sua relação com o meio externo.

3 Aproximação da família com a longevidade

A família surge como função importante na manutenção da qualidade de vida da pessoa idosa. Segundo Carneiro (2007), o apoio social que vem da família acarreta uma sensação de pertencimento, gerando laços e afetos, além de amenizar o estresse principalmente para os idosos que demandam cuidados especiais.

Para Ramos (2002), a relação social enfraquecida pode causar danos à saúde e à integridade psicológica do idoso, reduzindo a qualidade de vida e prejudicando a relação interpessoal. Dessa forma, a família proporciona uma correlação entre a qualidade de vida e as relações socioafetivas daquele que envelhece, isso se dá pelo fato de que os idosos possuem um contato maior com a família possuem uma tendência a ter uma longevidade maior do que aqueles que não possuem esse vínculo afetivo (Arenosa & Bulla, 2010).

Partindo da Teoria da Integração Social de (Ramos, 2002 *apud* Durkheim 1951), a convivência do idoso com a família e com a sociedade promove um sentido de função e propósito para esse indivíduo, tal teoria parte do pressuposto de que quanto maior a frequência de contato social que o indivíduo tiver, maior será a promoção de bem-estar e qualidade de vida desse indivíduo. Além disso, por ser pautada nas ideias de ordem, normalidade, solidariedade e integração, a Teoria Social de Durkheim se foca em conceitos que evitem conflito, na busca de relações mais saudáveis a família exerce uma função de apoio e identidade social ao nutrir afetos que refletem nas relações e crenças do indivíduo.

Nesse sentido, Figueiredo & Moser (2013), apontam que a família mantém um ciclo constante de cuidado e proteção, porém, o processo do envelhecimento torna-se mais delicado quando o idoso possui uma complicação de saúde crônica ou degenerativa, implicando em ações de

cuidado mais constante. Essa relação do cuidar e a relação familiar de dependência, pode agravar os quadros de saúde do idoso, principalmente devido a construção de concepções negativistas sobre sua existência, como a de uma existência inoportuna para seus familiares e a perda gradual de autonomia em atividades corriqueiras do dia-a-dia. Esses aspectos, influenciam a visão sobre a velhice e a visão que o idoso assume sobre ele mesmo.

3.1 Campo do Cuidado/ Afetividade

Como exposto sobre a relação da qualidade e do cuidado, a família tem um papel fundamental no processo de envelhecimento e dos problemas que dele surgem. A intergeracionalidade surge assim, como uma forma de reorganização familiar para satisfação as demandas características do processo do envelhecimento.

Atualmente as famílias estão se tornando menores e com um número maior de idosos em sua composição, o que leva à um movimento de resolução de problemas devido à prevalência de doenças crônicas e de problemas decorrentes do próprio envelhecer. As adaptações no meio familiar serão mais rígidas ou mais flexíveis dependendo das relações afetivas desenvolvidas e construídas por cada um de seus membros no decorrer da convivência.

Em relação ao papel da família, a Constituição Brasileira (1988) exprime o dever dos pais de/ assistir, criar e educar os filhos menores; e de outro lado, os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade. Além disso, há também uma responsabilidade da sociedade e do Estado, em conjunto com a família, de amparar as pessoas idosas, devendo ter esse primeiro amparo dentro de suas próprias casas.

Da mesma forma, o como exposto no Estatuto do Idoso (2003) é ressaltado a importância da responsabilidade da família em relação ao cuidado dos idosos. O artigo 3º cita que

> é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, além da priorização de atendimento por sua própria família, em detrimento do asilar, exceto àqueles que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência. (Lei n° 10.741, de 1° de outubro de 2003)

Portanto, tanto do ponto de vista da organização social quanto do ponto de vista leiga, cabe à família a responsabilidade pelo cuidado com os idosos, muito embora não ocorra um preparo à mesma para exercer tal função, deixando nas mãos do Estado e da Sociedade o papel de cuidado dessa população.

O processo de envelhecimento, também pressupõe alterações na forma perceber e compreender o mundo, influenciando nas interações e na relação com a representação social dessas pessoas. Com o intuito de desenvolver a qualidade de vida e elaboração de novas maneiras de interagir com pessoas idosas é um exercício que pode ser feito junto a família, buscando desmistificar a visão de envelhecimento como um processo degradante e construir a visão humanizada de ver o envelhecimento como uma fase com transformações no indivíduo semelhantes as alterações em outras fases do indivíduo. A família e os idosos, precisam ser compreendidos em suas demandas sociais, dessa forma cada situação mobiliza uma alternativa de trabalho com família (Gomes,1986).

3.2 Campo da Exploração

O conceito amplo de saúde está presente na perspectiva da família no momento em que a saúde dessa pessoa idosa é pensada a partir da sua integralidade, ou seja, seu convívio social, sua autonomia, o desempenho de atividade cotidianas, sua identidade e representação, e o

respeito as suas particularidades em contexto familiar restrito e social mais amplo. As delegacias de atendimento ao idoso e os órgãos públicos destinados a assegurar os direitos da pessoa idosa, agem em uma perspectiva de coibir casos de violência contra o idoso.

A violência, contra a pessoa idosa, cometida em grande maioria na esfera intrafamiliar, tem contribuído para um processo de desamparo da pessoa idosa, essas muitas vezes em situações vulneráveis e incapacitantes, dependendo de um cuidador. Em casos assim, o atendimento psicológico centra-se na demanda da pessoa idosa, o processo de acolhimento recai sobre as repercussões do quadro social e clínico da pessoa submetida a uma situação de violência. Ainda sobre esse aspecto Gomes (1986, p.29) diz que,

> A razão de se incluir toda a família no tratamento de problemas de ajustamento baseia-se no fato de que o que ocorre num indivíduo que vive numa família não decorre apenas de condições internas a ele, mas também de um intenso intercâmbio com o contexto mais amplo no qual está inserido.

Quando da possibilidade de reintegração da pessoa idosa a família, é interessante estabelecer uma relação entre a família e a pessoa vítima de violência, no caso o/a idosa/a. Essa aproximação, e o acompanhamento da dinâmica familiar é uma construção válida e possibilitada pelo atendimento dos familiares que convivem com a pessoa idosa, enfatizando aqueles/as cuja responsabilidade é mais requerida em relação ao cuidar.

Nesse quesito, o cuidar nem sempre é uma variável presente na relação familiar, contudo em casos em que a pessoa idosa necessita de uma série de acompanhamentos, a figura do cuidador torna-se mais evidente e o processo de adoecimento e fragilização das pessoas que exerce essa função, podem ser agravados, em decorrência do não acompanhamento do processo de sofrimento gerado pelas situações de *stress* a que essas pessoas se submetem.

Geralmente os casos de violência contra o idoso ocorre no âmbito familiar, tendo como formas mais comuns os abusos físicos, psicológicos, financeiros e a negligência, sendo que um tipo de violência não anula a outra, muitas vezes elas ocorrem concomitantemente. É de suma importância fazer a identificação dessas ocorrências para que possam ser realizadas as intervenções necessárias, atitudes comportamentais, mudanças bruscas de humor e de hábitos alimentares e privação do gerenciamento de bens e valores sem motivo aparente podem ser indicativos de que o idoso está passando por algum tipo de violência (FONSECA & GONÇALVES, 2003).

3.3 Convergências entre cuidado e violência

Como já explanado, na maioria das vezes os atos de violência que ocorrem contra os idosos são realizados dentro da própria família, mais comumente adultos maduros, sendo filhos e netos das vítimas cuja saúde física e mental também pode estar comprometida (FONSECA & GONÇALVES, 2003).

Os laços estreitos que ocorrem na família podem indicar a necessidade de dependência de ambas as partes, seja a dependência afetiva e física do idoso ou a dependência financeira do agressor, analisar o modo que esse vínculo se dá é importante para a definição na maneira de intervir em cada caso, a fim de reduzir a violência.

Além disso, a reorganização familiar tem alterado nos papéis sociais tradicionais de família, se antes não havia uma longevidade na família, hoje não se sabe o que fazer com os idosos do âmbito familiar. Em famílias empobrecidas, o cuidado com esse idoso passa de afetivo a funcional: perde-se o elo de parentesco e mantém-se o idoso ativo para ter uma ou a única renda da família.

Na medida em que a dinâmica familiar vai se alterando, a quebra do respeito e proteção também muda. Como nos mostra Fonseca & Gonçalves (2003), “no caso da violência contra o idoso, somam-se outras

dificuldades: a vergonha, humilhação e o constrangimento, derivados da perda de autonomia; ou o receio das consequências de uma denúncia, como uma punição a seu familiar, que é frequentemente o próprio cuidador. ” Tudo isso somado à precariedade de recursos podem vir a dificultar denúncias contra a exploração, pois aqueles que sofrem algum tipo de violência são os primeiros a omiti-la.

4 Considerações Finais

A partir do que foi pesquisado, buscou-se fazer uma ressignificação do processo de envelhecimento em relação mútua com a família, no intuito de dar um lugar a esse indivíduo na família bem como uma visão positiva de uma longevidade na contemporaneidade. Qualquer que seja a estrutura da família há a necessidade de se manterem os vínculos afetivos entre seus membros e os idosos para se ter uma longevidade familiar com qualidade, para isso, é necessário um contato afetivo nos vínculos familiares.

Tais vínculos, ao serem fortalecidos, resultam na intervenção de situações vulneráveis relacionais, produzindo proteção familiar e social. Garantindo um envelhecimento com dignidade, com garantias de direitos. Destacou-se ainda que o idoso possui um papel decisivo nas escolhas da família, corroborando com o sentido de que a família interfere totalmente na forma de como os idosos reagem nas diversas situações em que passam, ora os dão autonomia e cuidado ou cuidado e dependência.

Procurou-se analisar a compreensão de longevidade na família e de como o idoso se insere nesse contexto, inferindo dessa forma uma atenção direcionada ao cuidado do idoso e consequentemente da família.

Diante do exposto, se faz necessário uma maior compreensão de como se tem dado esse processo relacional entre a família e o idoso, levando-se em conta o aspecto intergeracional nesse processo.

Referências

AREOSA, S. V. C.; Bulla, L. C. context social e relações familiares: a pessoa idosa provedor. In: _____. Terceira Idade na UNISC: novos desafios de uma população que envelhece. **EDUNISC**. Santa Cruz doSul, 2010. Disponível em http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/2931/2126 . Acesso em 11/11/2019

CARNEIRO, R. S. et al. Qualidade de vida, apoio social e depressão em pessoas idosas: relação com habilidades sociais. **Psicologia Reflexão e Crítica**. Rio Grande do Sul,v. 20,n.2, 2007.

DEZAN, Stéfani Zanovello. O Envelhecimento na Contemporaneidade: reflexões sobre o cuidado em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos. **Revista de Psicologia da UNESP** 14(2). 2015.

FIGUEIREDO Tatiana Enter. MOSER, Liliane. **Envelhecimento e família:** reflexões sobre a responsabilização familiar, os desafios às políticas sociais e a regulamentação da profissão de cuidador de pessoa idosa. 2013

FONSECA, Maria Mesquita da. GONÇALVES Hebe Signorini. Violência contra o idoso: Suportes legais para a intervenção. **Interação em Psicologia**, 7(2), p. 121-128, 2003.

GOMES, Heloisa Szymanski Ribeiro. Terapia de família. **Psicol. cienc. prof.,** Brasília, v. 6, n. 2, p. 29-32, 1986. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931986000200011&lng=en&nrm=iso>. Accesso em 13/11/2019. http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98931986000200011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Amostra por domicílios (PNAD)**. 2019. Acesso em 06/11/2019. Disponível em https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=10503&t=destaques.

MOROSINI, Liseane. Política moderna, mas pouco efetiva. **Revista RADIS**, n. 174, p. 28-33, Março. 2017.

PESTANA, L. C.; ESPÍRITO SANTO, F. H. . As engrenagens da saúde na terceira idade: um estudo com idosos asilados. **Revista da Escola de Enfermagem** USP, 42(2), 268-75. 2008.

PORTARIA Nº 2.528 DE 19 DE OUTUBRO DE 2006. POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DA PESSOA IDOSA. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html. Acesso em: 06/11/2019.

RAMOS, M. P. Apoio social e saúde entre idosos. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n.7, jan-jun pag. 156-175, 2002.

SENADO FEDERAL (BR**). Estatuto do Idoso**. Íntegra da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília (DF): Centro Gráfico; 2003.

Senado Federal (BR). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília (DF): Centro Gráfico; 1988.

ZIMERMAN, Guide I. **Velhice**: aspectos biopsicossociais. Porto Alegre: Artes Médicas Sul. 2000

32

Os discursos de normatização sobre os corpos LGBTQI+ na contemporaneidade

Natássia Fortes Braga Portela e Silva

1. Introdução

Na Contemporaneidade, tem-se acompanhado uma variedade de lutas identitárias começarem a se articular e a resistir a determinadas opressões históricas, dentre elas: de gênero, de raça, de orientação sexual, de classe social, etc. Especificamente, a luta de pessoas LGBTQI+ se unificou e conquistou uma ampla série de direitos. Como aponta Silveira (), "a herança cultural dos LGBTQI+ e as formas como a representatividade de seus corpos se fazem presentes, fortalecem sua presença ao tempo que lutam como forma de resistência para se defender e pleitear mais direitos sociais, justificando assim, a performance de seus corpos". No entanto, a exclusão e o horror históricos ainda engendrados em certos setores da sociedade contemporânea ainda são responsáveis (1) pela criação e pela manutenção de estereótipos que perseguem essas pessoas e (2) pelos mais variados tipos de violência contra essa população.

Vários estudiosos da área de sexualidade apontam a normatização como o principal motivo para colocarem esses corpos dentro do rol das dissidências, das aberrações e/ou das anormalidades. O discurso religioso e o médico, com grande poder de controle do imaginário social, por muitas vezes, embasam esta perspectiva normatizadora das formas de ser/estar no mundo, contribuindo historicamente para a exclusão dessas

subjetividades. Nesse sentido, o respectivo trabalho se posiciona de forma eticamente contrária à normatização da existência, na medida em que concorda que:

> O corpo humano, a despeito de suas funções biológicas unívocas a toda espécie, isto é, a despeito de suas funções e funcionamento comum a todos os indivíduos da espécie, possui significações diversas, que acompanham determinados momentos históricos, bem como culturas diferentes. A sexualidade, fenômeno intrínseco ao corpo como unidade fisiológica e simbólica, terá, também, diferentes significações de acordo com o momento histórico e as ideologias que o acompanham. (Corrêa, 2013, p. 1)

Assim, serão discutidos nesse artigo os corpos LGBTQI+ dentro de uma perspectiva de multiplicidades e não de dicotomias, analisando os discursos tradicionais que operam no imaginário social e contribuem para as violências alarmantes contra esses corpos.

2. Os corpos LGBTQI+

A sigla LBTQI+ representa o abreviamento das seguintes subjetividades: lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais e mais outras possibilidades de vivência sexual e de gênero que não a cisheteronormativa. Essas pessoas foram amplamente oprimidas ao longo da História por não seguirem o modelo de subjetividade até hoje vigente, o modelo cishetero.

> [...] a realidade para muitos indivíduos, tidos como minorias de poder, é a violação de direitos e sua exposição à diversos tipos de violência. Dentre esses indivíduos estão aqueles que representam a comunidade LGBT, que, ao romper com o padrão cisheteronormativo de gênero e sexualidade são expostos, além das agressões em geral, à coibição do direito de se expressarem no espaço urbano. (Martins, Fernandes-Filho e Barros, 2019, p. 1)

E o que seria a cisheteronormativade que tem aparecido cada vez mais nas discussões contemporâneas de gênero? A cisheteronormativi-

dade é um modelo socialmente construído e normativo de subjetividade, no qual o sujeito se identifica com o gênero previamente estabelecido através da linguagem e sente atração sexual somente por indivíduos do sexo oposto. No entanto, (a)credita-se ainda na sociedade contemporânea o grau de naturalização de gênero e sexo, isto é, ainda há uma crença ampla de que sexo e gênero são naturais, dados biologicamente, e não sociais, construídos a partir de códigos sociohistóricos de linguagem que:

> normatiza diz o que deve ou não ser; a violência de gênero mostra a discriminação, e pessoas morrem por que outras pessoas têm ira dos "diferentes", ao matar física e simbolicamente essas pessoas, intentam para o desaparecimento delas [na] sociedade. (SILVEIRA, 2019, p. 116).

Este grau de natureza é um terreno fecundo para: a criação de estereótipos em meios variados (sociais, religiosos, políticos, científicos), a marginalização e a exclusão desses corpos, e uma consequente violência simbólica e real.

> Em nossa cultura, o sexo é entendido como algo natural, anatômico e pautado nas diferenças anatômicas e biológicas que classificam os indivíduos como sendo pertencentes ao sexo masculino ou ao sexo feminino. Já a conceituação de gênero é resultado de uma construção histórico-social, que normatiza o comportamento do gênero a partir do sexo ao qual o indivíduo pertence. (Ferreira et al., 2019, p. 5).

Quando se imprime um estatuto de "natureza" a algo que é socialmente construído, se imprime o grau de normalidade para as pessoas que têm os seus corpos encaixados dentre desse estatuto, e o que vem em seguida para aqueles que não se encaixam é um outro estatuto: o do "não-natural", imprimindo o grau de anormalidade. Por esse motivo, dentre outros, os corpos LGBTQI+ não ocupam, na sociedade, o mesmo lugar de privilégios sociais, econômicos e políticos, que os corpos cisheteros. Eles são marcados constitutivamente, socialmente, politicamente, e, em regiões com altos índices de violência, como o Brasil, no real de seu corpo, por "burlarem" o modelo cisheteronormativo.

No entanto, essa marginalização vem sendo cada vez mais estrategicamente enfrentada, uma vez que o lugar de vergonha desses corpos está sendo substituído pelo lugar de direitos. A nossa vida é de fluências, nesse sentido o devir das pessoas reivindica seu lugar, os que permanecem sob a penumbra social não aceitam mais ficar em guetos ou em subterfúgios (Silveira, 2019, p. 116). Os discursos de normatização estão sendo cada vez mais desestruturados pelo movimento LGBTQI+, o que tem assegurado uma série de direitos antes negados ou negligenciados a essa parcela da população, como o direito de viver, de nome social, de cirurgia de transexualização, criação de leis que criminalizam a homofobia, etc.

Porém, ainda há muito incompreensão sobre esses corpos. Mesmo os países mais progressistas, como a Bélgica, Alemanha, Reino Unido e Espanha, não validam a auto-expressão de gênero ambígua (Campuzano, 2008, p. 85). Além disso, em países emergentes, como o Brasil e o México, os índices de violência ainda são muito altos contra os corpos LGBTQI+, da não aceitação familiar a social até aos piores dos atos que se pode cometer contra outro ser humano: agressões, torturas e assassinatos (estes muitas vezes antecedidos pelos outros dois atos). Por isso é necessário cartografar quais foram os discursos que compactuaram e embasaram para o processo de "anormalização" dos corpos LGBTQI+ para que o movimento de desestruturação deles continue a ser cada vez mais empreendido, principalmente pelos vetores de produção de conhecimento.

> Ao pesquisar as sexualidades na contemporaneidade é imprescindível direcionarmos nosso olhar à sua historicidade e à complexidade das suas construções sócio-histórico-culturais. Tomá-las como objeto em si, natural e atemporal seria um equívoco o qual não nos permitiria apreendê-las em seus componentes heterogêneos e em suas articulações com a política, com as formas de exercício de poder e com os modos de subjetivação e de sujeição. (Santos, 2013, p. 2)

Os corpos LGBTQI+ mostram a incontestabilidade, a partir das vivências de seus corpos, que o modelo de corpos cisheteros não é a única

possibilidade de existência e de expressividade de gênero/sexo/sexualidade. Mas o fato de que isso é algo que certas produções discursivas insistem em querer não acessar aponta para uma outra variável que até agora eu apenas anunciava aqui e ali neste trabalho, mas que é umas das mais importantes dentro dessa problemática: o poder. Assim, pensamos a sexualidade, em seu sentido moderno, como produção discursiva, efeito de um dispositivo complexo o qual Foucault, através de sua genealogia, vai trabalhar, destrinchar e "rachar a palavra", dando visibilidade às diversas linhas presentes nesse campo de força e "decifrando os mecanismos do poder a partir de uma estratégia imanente às correlações de força" (FOUCAULT, 1988, p. 107, apud Santos, 2013, p. 2).

Por isso, os seguintes discursos normatizadores podem ser considerados como produções que fazem parte de dispositivos de poder que visam controlar os corpos e permitir a sua própria manutenção de produção de modelos de ser/estar no mundo.

3. O discurso religioso

Sabe-se que a Religião exerceu e exerce até hoje um grande controle para a visão de mundo de seus fiéis. Especificamente, os discursos religiosos de origem judaica, muçulmana e cristã, são discursos que possuem um alto grau de rigidez dentro de seus preceitos e são estes que mais operam nas maquinarias religiosas da sociedade contemporânea. Essas três visões teocêntricas são extremamente baseadas em um controle dos corpos baseado no falocentrismo, no binarismo, etc.

> Qualquer coisa que solapa a confiança no esquema de classificação, no qual as pessoas baseiam a sua vida, as ofendem como se a própria terra sobre a qual pisam afundasse repentinamente. A vertigem produzida pela falta de orientação cognitiva é similar à produzida pela perda de orientação física... as pessoas consideram qualquer fenômeno que produza essa desorientação como "repugnante" ou "sujo". No entanto, para ser assim considerado o fenômeno deve ameaçar destruir não só uma de suas categorias cognitivas

> fundamentais, como também seu sistema cognitivo como um todo. (Davis, 1983, apud Campuzano, 2008)

Como o modelo de crença dessas religiões é baseado na não contestação dos preceitos religiosos por parte dos fiéis, qualquer proposição contrária a esses preceitos é altamente rechaçada. Existe uma linha de separação quase "incartografável" entre o que o fiel acredita que ele é e o que a Igreja diz que ele é. Por enxergarem a sua própria vida a partir dessas lentes, ver a vida do outro através de lentes diferentes é um ato muito difícil de ser empreendido por eles. Ao não conseguirem compreender a diferença, até porque isso não faz parte do projeto religioso de nenhuma dessas Igrejas, além de demonizá-las, almejam a sua aniquilação. O discurso religioso, na sociedade ocidental, cumpre uma função de impedir qualquer aceitação do que é diferente daquilo propõe.

4. O discurso médico

Nos séculos XVII, XVIII e XIX, a ciência passou por um processo de grande legitimação social, aliada também ao surgimento do capitalismo. Uma nova forma de se chegar à verdade estava começando a operar na sociedade da época. O positivismo se tornava aquilo que todo jovem teórico que buscava um lugar de cientista almejava. Para Foucault (1988), o século XVII foi uma época fecunda de invenção de mecanismos e de tecnologias de controle, efeito de uma sociedade burguesa ascendente que tentava manter os discursos do sexo pudicamente afastados, por meios da interdição e da censura (Santos, 2013, p. 3). No século posterior, a pasteurização havia sido descoberta, os medicamentos começaram a ser cada vez mais elaborados. Foi em meio a esse contexto que a Psiquiatria começar a triunfar no controle do campo da Saúde Mental.

> [...] antes do século XIX a "homossexualidade" existia, mas o/a homossexual não. [...] embora a homossexualidade tenha existido em todos os tipos de sociedade, em todos os tempos, e tenha sido, sob diversas formas, aceita ou rejeitada, como parte dos costumes e dos hábitos sociais dessas sociedades,

> somente a partir do século XIX e nas sociedades industrializadas ocidentais, é que se desenvolveu uma categoria homossexual distintiva e uma identidade a ela associada (WEEKS, 1999, p. 66, apud Santos, 2013, p. 8).

No século XX, graças aos estudos freudianos, compreendeu-se que a sexualidade tinha uma grande importância para o entendimento do sujeito, a partir do desdobramento teórico das origens das psicogenias. O estudo da tríade gênero/sexo/sexualidade quase que completamente dominado pela Medicina. E isso não aconteceu de forma circunstancial. Enquanto elemento improdutivo e inútil do ponto de vista do capital, o sexo precisou entrar em uma circulação controlada dos discursos, saindo do plano real e entrando num nível da linguagem, ocultando sua expressão e tendo seus enunciados policiados (FOUCAULT, 1988, apud Santos, 2013, p. 3).

O psicanalista Thamy Ayouch (2015) traçou uma linha histórica de enunciados criados pela Medicina sobre a transexualidade enquanto uma categoria. Havellock Ellis, criou o termo inversão sexual, em 1897. Magnus Hirschfeld, em 1910, transexualismo. Harry Benjamin, em 1951, fenômeno transexual. A Medicina empreendendo uma evidente tomada de controle discursivo das subjetividades trans, as trancafiando dentre de diagnósticos, dentro de cirurgias, dentro de manuais de transtornos mentais, etc, partindo da ideia de que essas subjetividades são uma subversão ao modelo dito natural, o modelo cishetero. Na noção médica de transexualidade, a inteligibilidade do corpo transexual é reduzida ao seu órgão genital e às suas atrações sexuais (Ayouch, 2015, p. 28).

O discurso médico, portanto, na medida em que grande parte das vezes está atravessado por um pensamento de binarismo de gênero, é um discurso normatizador e patologizador. Por mais que seja uma das práticas discursivas mais aceitas pela sociedade contemporânea, muitas vezes acabara corroborando com a continuidade de desconhecimento sobre as pessoas LGBTQI+ e também para as atitudes discriminatórias e violentas contra essa população.

5. O discurso psicanalítico

> "[...] temos assistido a um incremento do 'diagnóstico' psicopatológico apressado, muitas vezes baseado na observação de um único sintoma" (Castro, 2015).

Apesar de se referir a uma questão completamente diferente, que é a questão de uma clínica com bebês, da que aqui proponho, o incômodo da psicanalista Inês Castro, como colocado, também é meu quando vejo que muitos psicanalistas, principalmente aqueles associados a Escolas de Psicanálise conservadoras, nem chegam a considerar o sintoma para diagnosticar pessoas homossexuais e transexuais como psicóticas ou perversas. Isto é, uma abordagem clínica cuja associação livre é indispensável para a direção do tratamento, falando em diagnóstico sem o que é indispensável à associação livre: a palavra do sujeito. Ou eles assumem que todos os indivíduos LGBTQI+ tem o mesmo a falar, com as mesmas escolhas de palavras, com as mesmas vivências, portanto, com uma única possibilidade de diagnóstico dentro do diagnóstico diferencial? Podemos supor, assim, que esta posição conservadora está muito mais ligada ao modelo moral normatizador (isto é, se tornando uma perspectiva de homem tão parcial e tão moral quanto à Medicina e a Religião podem por vezes ser) do que ao posicionamento ético de uma teoria.

O que Ayouch (2015) propõe é um repensar sobre os protocolos, sobre as produções discursivas até então amplamente difundidas na sociedade contemporânea. No que tange a Psicanálise, o autor aponta uma outra possibilidade de entendimento e bem como de direção de tratamento com sujeitos transexuais, mais que pode ser ampliado também com os sujeitos LGBTQI+.

> [...] fora de qualquer terapia compulsória, a psicanálise pode ser uma forma de acompanhar um sujeito nas suas interrogações, se for desejado e pedido pelo próprio sujeito, e não para necessariamente abordar o motivo transidentitário. A atitude clínica psicanalítica corresponde à escuta de um sujeito por outro, destinada a ajudá-lo a se subjetivar, se desalienar, e se situar no próprio desejo: ela visa oferecer um acompanhamento para o sujeito pensar seu percurso indi-

> vidual além do determinismo das repetições subjetivas e das prescrições sociais. Para respeitar a hipersingularidade não generalizável de todo sujeito, é preciso sair de qualquer modelo etiológico ou nosográfico da "transexualidade", que atrapalha e impossibilita a abordagem analítica. (Ayouch, 2015, p. 30)

6 Considerações finais

A partir desse estudo bibliográfico, é possível notar que todo discurso normatizador sobre os corpos LGBTQI+ além de limitarem ou impossibilitarem o entendimento sobre estes, acabam servindo mais ao dispositivo de controle social, isto é, à ordem social, do que de fato visam, a partir de suas linhas de pensamento, empreender teorias e intervenções que amparem essas subjetividades dentro de suas multiplicidades.

Referências

AYOUCH, Thamy. Da transsexualidade às transidentidades: psicanálise e gêneros plurais. **Percurso**, Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, 2015, Exigências da clínica e da cultura à psicanálise, pp.23-32.

CAMPUZANO, G. Recuperação das histórias travestis. IN: CORNWELL, A. & JOLLY, S. **Questões de Sexualidade:** ensaios transculturais. Rio de Janeiro, ABIA, 2008. Tradução de Jones de Freitas.

CORRÊA, Gustavo Figueiredo Pires. Corpo e Sexualidade na Contemporaneidade. **III Simpósio Internacional de Educação Sexual**: Corpos, identidade de gênero e heteronormatividade no espaço escolar, Maringá, p.1-27, jul. 2013.

GUIMARÃES, Rita de CÁssia Passos. **Estigma e Diversidade Sexual nos Discursos dos (as) profissionais do SUS:** Desafios para a saúde da população LGBT. 2018. 176 f. Tese (Doutorado) - Saúde Coletiva, Universidade Federal de Brasília, Brasília - DF, 2018.

MARTINS, M. O.; FERNANDES-FILHO, F. N. V.; BARROS, A. F. P.. Territorialidade e sociabilidade LGBT na cidade de João Pessoa: uma análise sobre o direito à cidade. In: **Arquitetura e Cidade**: Privilégios, Conflitos e Possibilidades, 9., 2019, Curitiba. p. 1 - 15. Disponível em: <http://projedata.grupoprojetar.ufrn.br/dspace/bitstream/123456789/2508/1/_ARTIGO%20124.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2019.

SANTOS, D. As produções discursivas sobre a homossexualidade e a construção da homofobia: problematizações necessárias à psicologia. **Revista EPOS**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jun. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epos/v4n1/07.pdf>. Acesso em: 13. Dez. 2019.

SILVEIRA, Renato. HOMEM E SOCIEDADE - DO PÓS-CRÍTICA À CULTURA: ENTENDENDO A VIOLÊNCIA IMPRESSA CONTRA OS LGBTQI+. **Grau Zero**: Revista de Crítica Cultural, Salvador, v. 7, n. 1, p.111-128, mar. 2019. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/grauzero/article/view/7348/4780>. Acesso em: 13 dez. 2019.

33

O que pode um riso: da regulação social à destituição de autoridades

José Nicolau Gonçalves Fahd
Marcio José de Araújo Costa

1 Introdução

O presente texto visa apresentar, em linhas gerais, as categorias de produção do riso: o cômico, o humor e o chiste, enfatizando-se as duas primeiras. Os chistes servirão como exemplos de situações que aparecem no texto, em forma de anedotas, algumas sem referência. Nesse percurso, discutir-se-á acerca do cômico e de como o riso pode ser um regulador social. Do mesmo modo, se exporá de que forma o humor e o riso podem ser destituidores de autoridade.

2 O Que Pode Um Riso

O filósofo francês Henri Bergson, em sua obra "O RISO: ensaio sobre o significado do cômico", descreve as causas do riso e expõe o seu significado. O que faz rir? Por que rimos de tombos de pessoas? Por que rimos de animais e coisas, se só existe comicidade no ser humano? Como o riso funciona como regulador social?

Ao longo dessa obra, o referido filósofo vai investigando e respondendo estes e muitos outros questionamentos, sempre com o olhar rigorosamente crítico em suas assertivas. Logo nas primeiras

páginas do texto, o autor já se pronuncia ativamente: “eis o primeiro ponto sobre o qual chamamos a atenção. Não há cômico fora do que é propriamente humano” (BERGSON, 1900/2018).

Esclarece-se com esse fragmento que, embora consiga-se rir de um animal ou uma coisa, o riso está vinculado ao ser humano. Os animais ou as coisas risíveis só assim são porque se parecem, de algum modo, com o ser humano.

Imagine-se um cachorro vestido como se fosse um operário da construção civil: macacão jeans, camiseta, botas, boné e óculos de proteção. Conceba-se ainda que o referido animalzinho doméstico esteja com uma das patas sobre uma desempenadeira, como se estivesse arrematando algum trabalho de alvenaria.

O resultado dessas elucubrações seria cômico, e fatalmente, poderia causar riso. Não porque o cachorro inspirasse alguma coisa engraçada de sua natureza, mas porque, em tudo, o cachorro lembra a imagem humana. E se, adicionalmente fosse colocado uma placa indicativa dessa imagem com o texto “Isso só pode ser obra do cão”, o riso seria certo, pois além do animal lembrar o humano, ainda se teria um trocadilho ardiloso fazendo-se referência ao grande inimigo do cristianismo.

Pense-se também em um despertador, desses bem tradicionais, visto pela parte traseira. Notar-se-iam nele: dois furos, na mesma linha, para que se pudesse dar corda no relógio, os quais representariam olhos; um botão para acertar a hora posicionado logo abaixo e no centro dos dois furos, se parecendo assim com um nariz; e um outro que aumentasse ou diminuísse o volume do despertador, simbolizando uma boca.

Da mesma forma que o animal, a imagem de um objeto pode gerar alguma comicidade, desde que se assemelhe, de algum modo, a figura humana. Logo, o cômico é próprio do humano, ainda que se veja comicidades em animais e objetos. Destaque-se que:

> Muitos definiram o homem como um “animal que sabe rir”. Poderíamos igualmente tê-lo definido como um animal que sabe fazer rir, pois se algum

> outro animal ou qualquer objeto inanimado chegam a tanto é por semelhança com o homem, pela marca que o homem neles imprime ou pelo uso que deles o homem faz (BERGSON, 1900/2018, p.38)

Nos exemplos, do cachorro e do relógio despertador, o homem teve participação decisiva para a elaboração cômica, que provoca riso, seja de forma consciente, como no primeiro caso, onde o animal é propositalmente vestido para gerar uma imagem risível, seja inconsciente, quando após a observação cuidadosa do objeto nota-se: "nossa, não é que parece um rosto humano?"

Em outra passagem, Bergson faz três observações sobre o riso, que se sintetizam no fragmento abaixo: [...] "O cômico nascerá, aparentemente, quando os homens, reunidos em grupo, voltarem toda a sua atenção sobre um dentre eles, calando sua sensibilidade e exercendo apenas a sua inteligência" (BERGSON, 1900/2018, p.38).

Essa inteligência, inteligência pura como diz Bergson, significa ausência de emoção, compaixão ou outro sentimento de comiseração em relação ao outro. O risível pressupõe esse estado de indiferença. Daí se explica porque se ri de alguém que tomba e cai. Não era esperado por ninguém – a exceção do chão, óbvio – que uma pessoa, andando de forma harmônica e impávida, fosse desastradamente mudar de súbito sua performance e se estatelar no solo.

O mínimo interstício de tempo entre o tombo e a captura escópica dessa imagem parece ser insuficiente para que a maioria das pessoas se sinta enternecida e, ao invés de rir inopinadamente, vá acudir solidária e empaticamente alguém que teve um mau jeito momentâneo na forma de se portar no mundo. Não. Normalmente ri-se do episódio. Talvez isso funcionasse para os domesticadamente cristãos, que, valendo-se da moral, tivessem o pudor em detrimento do cômico

Entende-se, pois, que o fator temporal é imprescindível para a manutenção da inteligência pura dita por Bergson, pois se houvesse mais tempo para a pessoa elaborar, resgatar seus sentimentos de piedade e

compaixão, o riso nessas situações não seria possível. A piada abaixo ilustra o que se quer dizer:

> A esposa, vendo a mãe idosa esborrachada no chão, grita o marido que está na sala entretido com o futebol:
> - Mamãe caiu na área!
> O marido responde:
> - Então é pênalti!

Nessa anedota não há necessariamente riso, mas a indiferença, elemento indispensável da cena cômica e formadora da inteligência pura, que está presente e potencializa o riso do leitor ao imaginar a cena pitoresca.

Outra piada, contemplando os portugueses, símbolo brasileiro de estultices exacerbadas, parece ir ao extremo no caráter insensível do cômico:

> O português vinha caminhando retilineamente quando, distraído, pisou numa casca de banana e caiu, sem ter chance de se equilibrar e continuar ereto. Levantou-se, limpou-se e continuou seu caminho. Depois de mais de uma centena de passos, de longe, avistou outra casca de banana. Ciente do que iria encontrar pela frente, se maldiz:
> - Oh, raios! Lá vai eu cair de novo!

A despeito do nonsense, aqui é preciso muita insensibilidade e inteligência pura para rir desse duplo desconcerto. O que faria o português cair novamente, se já conhecia a causa do primeiro tombo? Talvez Bergson respondeu essa questão:

> Parte do nosso prazer vem disso. Sendo assim, também aqui é uma espécie de automatismo que nos faz rir. E um automatismo bastante próximo da simples diversão. Para se convencer disso, basta observar que, em geral, uma personagem é cômica na medida mesma em que não se reconhece como tal. **O cômico é inconsciente** (BERGSON, 1900/2018, p.43, grifo nosso).

Por falar em inconsciente, aqui, de forma precária e prematura, pode-se associar os conceitos freudianos de chiste como elemento formador do inconsciente, propostos por Freud, à inteligência pura e à indiferença proposta por Bergson. Questão que reforçaria a explicação de porque se ri em situações nas quais não é socialmente adequado o comportamento risível. Como elemento formador de inconsciente, o chiste, suspenderia as exigências de controle do superego e assim, o riso seria possível, se obtendo o mesmo efeito de quando a inteligência pura age.

Freud menciona em sua obra *O chiste e sua relação com o inconsciente* algo bem parecido com o que Bergson trata em o riso no que tange a inteligência pura:

> A prontidão para rir de um excelente chiste obsceno pode não se estabelecer se o desnudamento visa uma pessoa próxima e muito estimada pela terceira pessoa; numa assembleia de padres e pastores ninguém ousaria mencionar a comparação feita por Heine entre os ministros católicos e protestantes e os pequenos comerciantes e vendedores de uma pequena loja; e numa reunião de alguns amigos do meu adversário, as mais chistosas invectivas que eu dirigisse contra ele não seriam recebidas como chistes, mas como ataques, e não despertariam prazer, mas raiva entre os ouvintes. Algum grau de inclinação, uma certa **indiferença, a ausência de elementos que possam despertar sentimentos contrários à tendência do chiste**, é uma condição indispensável para que a terceira pessoa colabore na conclusão do processo do chiste (FREUD, 1905/ 2017, p. 206-207, grifo nosso).

Assim, em princípio, não se pode ter qualquer sentimento de compaixão ou piedade para a ocorrência de uma situação cômica; também não deveria haver proximidade ou estima entre a pessoa da qual se faz o chiste – objeto deste – e a pessoa para quem se conta o chiste. Nos dois casos, tanto para a situação cômica, quanto para o movimento chistoso, a indiferença deve estar presente entre os envolvidos.

Aqui cabe esclarecimentos da diferença entre cômico e o chiste. Os dois terão como resultante o riso. A diferença básica está nas pessoas envolvidas no processo. No curso do episódio cômico, existe apenas duas

pessoas necessárias (pode até haver uma terceira, mas prescinde): aquela sobre a qual o cômico se apresenta e a que assim vê o objeto como cômico.

Nos processos chistosos, além da pessoa sobre a qual o chiste se refere e o que apresenta o chiste, existe uma terceira pessoa fundamental: aquela para quem se conta o chiste. Freud esclarece:

> Se o chiste é feito a serviço de tendências desnudantes ou hostis, ele pode ser descrito como processo psíquico envolvendo três pessoas - que são as mesmas do cômico, mas com um papel distinto para a terceira pessoa: o processo psíquico do chiste se completa entre a primeira pessoa, o eu e a terceira, a pessoa estranha; e não como no cômico, entre o eu e a pessoa-objeto (FREUD,1905/ 2017, p. 205).

Feitas essas associações preliminares entre Bergson e Freud acerca da indiferença que deve pautar as relações cômicas e chistosas, e, esclarecidos alguns pontos necessários à compreensão do cômico e do chiste, damos sequência às outras considerações propostas no presente trabalho, com supedâneo na obra bergsoniana.

Seguindo as características do riso, temos que a rigidez é outro elemento fundamental que o caracteriza. Isso produz um mal jeito na pessoa quando ela muda bruscamente de atitude contra sua vontade, acidentalmente, como, por exemplo, numa queda. A pessoa vem andando, tropeça e cai:

> Não riríamos dela, acredito, se supuséssemos que ela teve a súbita fantasia de se sentar no chão. Rimos porque ela se sentou involuntariamente. Não é, portanto, a brusca mudança de atitude que faz rir, é o que há de involuntário na mudança, é sua falta de jeito (BERGSON, 1900/2018, p.40).

A rigidez debatida por Bergson é mecânica e pressupõe uma sobreposição do mecânico sobre o vital. Logo, toda vez que o mecânico sobrepõe o vital, necessariamente, a comicidade se dá e o riso aparece. “Tal inflexão da vida na direção do mecânico é, neste caso, a verdadeira causa do riso” (BERGSON, 1900/2018, p.51).

Outro exemplo dado pelo autor é sobre alguém que tem hábitos diários rigorosamente sistematizados e que sofre com a ação externa de alguém que, propositalmente, quer lhe tirar do prumo:

> Ocorre, no entanto, que os objetos ao seu redor foram trocados de lugar por um gozador. A pessoa mergulha a pena no tinteiro e retira lama, crê sentar-se numa cadeira firme e se estatela no chão, age, enfim, de modo absurdo ou gira em falso, sempre pelo efeito de uma velocidade adquirida. O hábito imprimiu impulso quando teria siso necessário parar o movimento ou dar-lhe uma nova direção. Mas não, continua-se maquinalmente em linha reta. A vítima desta farsa, portanto, em uma situação análoga àquela do homem que corre e cai. (BERGSON, 1900/2018, p.40-41).

Nos dois exemplos, o que está em jogo é a presença de uma rigidez mecânica que impossibilita a pessoa de agir com graça ou pelo menos de acordo com o que se espera dela naquele instante, ou seja, que aja com agilidade e vitalidade. "Entre os dois casos a única diferença é que um se produziu por si mesmo, enquanto o segundo foi obtido artificialmente. Lá o passante nada mais fez que observar; aqui o gozador experimenta" (BERGSON, 1900/2018, p.41).

Bergson faz uma bela comparação, poética, a nosso ver, entre a distração corporal, tipicamente risível, como já demonstrado, e os distraídos de alma, por assim dizer, aqueles que vivem sonhando, românticos que vivem fora da realidade, utopicamente movidos por ideais inalcançáveis, como Dom Quixote, de Cervantes.

Estes também possuem o condão de fazer rir, por sua rigidez mecânica de ideias, tal qual as vítimas da queda e do gozador. "Também eles, que correm atrás do ideal, **tropeçam nas realidades**, sonhadores cândidos que a vida maliciosamente espreita, são corredores que caem e ingênuos que enganamos" (BERGSON, 1900/2018, p.42, grifo nosso).

O autor dá ainda o exemplo da imitação como um comportamento risível, à medida que revela um momento em que a pessoa imitada se quedou à rigidez mecânica, ao automatismo momentâneo, em detrimento de sua vitalidade. Como nossos estados anímicos mudam a

toda hora, difícil de repeti-los. “É que a vida bem viva não deve se repetir (BERGSON, 1900/2018, p. 50)”. Quando isso acontece, ou seja, quando somos repetitivos, permitimos que nos imitem naquilo que, mecanicamente, se repete em nós. Bergson esclarece:

> Isso significa que nossos gestos só podem ser imitados naquilo que eles têm de mecanicamente uniformes e, nesse sentido, estranho a nossa personalidade viva. Imitar alguém é extrair a parte de automatismo que ele deixou introduzir em sua pessoa. É assim, por definição, torná-lo cômico (BERGSON, 1900/2018, p.50).

Uma cena de cinema, protagonizada por Charles Chaplin em “Tempos Modernos” tornou-se popularizada e demonstra esse automatismo, essa rigidez mecânica, próprios do cômico. Carlitos, após longa, estafante e repetitiva rotina de um dia de trabalho em uma fábrica, sai do ambiente laboral como se ainda estivesse apertando porcas e parafusos no ar. O exagero performático do ator cômico materializou as ideias do filósofo francês.

A tese central de Bergson sobre o cômico e o riso, portanto, é a sobreposição do mecânico sobre o vital, do estático sobre o dinâmico, da rigidez sobre a elasticidade, da inflexibilidade sobre a maleabilidade, do automatismo sobre a criatividade, do grotesco sobre o gracioso, etc.

Arremata-se essa questão central com uma citação do autor na qual se pode fazer uma rápida associação teórica com a prática, com a atividade desenvolvida pelos comediantes, na qual a vida imita a comédia:

> Pelo que talvez a arte do comediante seja a de nos apresentar uma articulação visivelmente mecânica dos acontecimentos humanos, conservando deles um aspecto exterior de verossimilhança, quer dizer, a flexibilidade aparente da vida (BERGSON, 1900/2018, p.52).

Outro ponto importante que Bergson chama à atenção é o caráter regulador do riso. A sociedade espera do ser uma adequabilidade social. Tensão e elasticidade como forças complementares, não uma rigidez. A sociedade teme que seus membros, sem o equilíbrio das forças acima

mencionadas, tendam a se afastar de determinado eixo social no qual gravita. Aí a necessidade de contensão desses desvios, que se dá no cômico e no riso.

Assim, toda vez que o indivíduo se torna momentaneamente rígido, será regulado, punido com o riso, na tentativa de resgatá-lo para a adaptação social. Nesse sentido, convém citar o trecho abaixo:

> Não lhe basta o acordo estabelecido entre as pessoas, ela deseja um esforço constante de adaptação recíproca. Toda rigidez de caráter, de espírito, e, mesmo, do corpo, será, portanto, suspeita à sociedade, uma vez que pode ser o sinal de uma atividade que adormece e, também, de uma atividade que se isola, que tende a se afastar do centro comum ao redor do qual a sociedade gravita, de uma excentricidade, enfim. Nesse caso, no entanto, a sociedade não pode intervir com uma repressão material, uma vez que não é atingida materialmente. Ela se vê em presença de algo que a preocupa, mas apenas enquanto sintoma, - quase uma ameaça, no máximo um gesto. O riso deve ser algo desse gênero, **uma espécie de gesto social** (BERGSON, 1900/2018, p.44-45, grifo nosso).

O riso, portanto, nessa acepção, é um elemento sutil de repressão social, pois constitui em arma para que a sociedade regule o indivíduo, seja no seu caráter, na sua alma ou até mesmo em seu corpo, não admitindo rigidez ou a firmeza de um comportamento, ação ou ideias que fujam da norma social. O medo social das excentricidades, traduzida aqui como rigidez mecânica, faz com que os membros da sociedade reprimam tais automatismos. "Essa rigidez é o cômico e **o riso é a correção**" (BERGSON, 1900/2018, p.45, grifo nosso):

> Alguns minutos depois de tocado o sinal, a professora entra na classe, toda afobada, coloca o material em cima da mesa, gira o corpo para dar início à aula, quando pisa em falso e leva o maior tombo.
> Tenta levantar-se rapidamente, ajeita a saia e com um sorriso sem graça, brinca:
> - Vocês viram a minha ligeireza?
> E o Joãozinho:
> - Vimos sim, professora! Só que a gente conhecia isto por outro nome!

A piada acima traduz uma denúncia à professora, punição, por assim dizer, para que retorne ao alinho social, pois ela imaginou ter uma elasticidade surpreendente a ponto de sua queda e momentânea rigidez social não ter sido devidamente notada. O cômico é inconsciente, como já dito. É preciso, pois, que a segunda pessoa componente da cena cômica revele o que está encoberto para a primeira pessoa, que é objeto do cômico.

Um outro exemplo dado por Bergson de aspecto risível do existir, por seu caráter de inflexibilidade e desajeitamento, e, portanto, passível de ser regulado socialmente, é a moda. Sim. Uma pessoa que se veste com roupas que há muito não circulam em lojas e nos meios sociais será velada ou explicitamente convidada a estar de acordo com a moda atual.

Fala-se aqui inclusive de modas transitórias, dessas que vem e que vão. Mesmo elas são passíveis de punição social. Imagine-se usar uma peruca branca, típicas do século XVII, por exemplo. Será risível. E aquele que, inadvertidamente, a estiver usando, será regulado socialmente para voltar as condições de maleabilidade:

> É o caso, por exemplo, da cartola. Por outro lado, pense num excêntrico que se veste hoje como antigamente. Nossa atenção se volta paras as suas roupas, as distinguimos absolutamente da pessoa, diremos que a pessoa se disfarça (como se toda roupa não fosse um disfarce) e o aspecto ridículo da moda passa então das sombras à luz (BERGSON, 1900/2018, p.53).

Uma anedota, veiculada nacionalmente pelo humorista Lírio Mário da Costa, o Costinha, dá conta de exemplificar o quanto de cômico há na moda:

> Um estilista, avesso a qualquer tipo de religiosidade, nunca tinha posto os pés numa igreja, nem se interessava por nada litúrgico. Por muita insistência do namorado, um dia foi à missa. Ficou encantado com a decoração do lugar e com as vestes do padre, quando passou perto dele balançando um turíbulo esfumaçante. No final da missa, não aguentou e foi falar com o sacerdote:
> - Olha, adorei o teu vestido, mas essa tua bolsinha está fora de moda.

Pode-se inclusive, a esta altura, se fazer uma reflexão acerca de como, hoje em dia, são tratadas as pessoas que, por pobreza ou mesmo por desejo, se vestem de determinada forma fora do padrão social aceitável. Não é preciso nem usar uma "cartola". Basta usar um penteado, uma roupa ou sapato excêntrico para que a regulação aconteça. São sumariamente ridicularizadas, com risos ou não.

Outro exemplo dado por Bergson são as pessoas com alguma deformidade física. Ele separa as deformidades que a natureza orientou na direção do risível, ou seja, com as características cômicas: rigidez, mecanicidade e repetição, das demais deformidades. Conclui que será cômica, enfim, toda deformidade de que se pode imitar:

> Não seria por isto que o corcunda parece um homem que tem má postura? É como suas costas tivessem adquirido um mal hábito. E, por obstinação material, por rigidez, ele tivesse persistido no hábito contraído. Procure ver apenas com os olhos. Não reflita e sobretudo não raciocine. Esqueça-se do adquirido; busque a impressão ingênua, imediata e original. Será justamente uma visão deste gênero que você encontrará. Terá diante de si um homem que quis se enrijecer em uma determinada atitude, e, se podemos assim dizer, fazer careta com o próprio corpo (BERGSON, 1900/2018, p.46)

Com esse exemplo, se pode fazer ideia do quanto o riso social pode ser doloroso para as pessoas que por má sorte têm algum tipo de deformidade. Detalhe: não é muito difícil imitar um defeito físico; para isso, sempre haverá um pândego para proporcionar a imitação. Logo, a punição social com o riso, nesse caso, não tem função alguma, posto que a maioria das deficiências físicas são permanentes. Assim, o riso como regulador social, não teria o poder de reconduzir a pessoa a sua maleabilidade, sua graça, sua plena vitalidade.

O riso, quando surge, nessas condições parece para ir muito além de um regulador ou modelador social. Assume um ato moral na direção de quem se ri, tornando-o vítima de exclusão. Em fragmento do texto publicado em 2005, no *XXIII Simpósio Nacional De História – Londrina*, em que trata da regulação social pelo riso na cidade de Fortaleza (1850-

1900), o professor Marco Aurélio Ferreira da Silva tem um entendimento bem abalizado sobre o tema:

> Todos aqueles que, de alguma maneira, inobservaram as formas de comportamentos considerados lícitos de uma sociedade, eram alvos do cômico e seu efeito, o riso. Este riso não era da irreverência, do riso alegre e da zombaria, da forma de subverter o duro cotidiano do trabalho, de criticar uma dada realidade, que não se aceita, criando um oposto de vida; mas do riso provocado pelas condutas impróprias e fora de contexto. Quer dizer, um "riso de exclusão" para manter ou impor a ordem (Silva, 2005, p.6).

Este gesto social, essa correção, o riso, como diz Bergson, nessas condições se aproxima do riso da sátira proposto por Espinosa. O filósofo holandês tratou das paixões tristes como algo que decompõe o ser. Em um fragmento do texto *O riso ético: opções deleuzianas pela alegria*, o escritor Daniel Santos da Silva, traz a ideia de riso satírico de Espinosa:

> Contudo, em certo momento, Espinosa fala daqueles que riem dessa "condição humana", e podemos então nos perguntar como esse riso pode ser identificado ou aproximado a uma paixão triste, em outras palavras, como pode o riso não provir da alegria; este é o riso da sátira, que carrega por trás de si uma ignorância notável das coisas e do homem como realmente são e ao mesmo tempo sustentam um ideal de homem e de natureza – ideal que, já Espinosa mostra, não é inocente, e que Nietzsche minuciosamente destrincha mostrando o quanto de má consciência (sentimentos reativos) e vontade de potência aí se envolvem. Por trás, pois, do riso zombador do tipo escravo, está um desejo infinito de dominação do outro (SILVA, 2014, p.240).

Podemos concluir, pois, que o riso como regulador social, o riso sátiro, numa linguagem espinosista, é um mau encontro que gera afetos tristes, na medida em que há uma decomposição dos corpos, um constrangimento, um obscurecimento do conhecimento daquele que se encontra com o riso sátiro.

Espinosa lembra ainda que: [...] "Se uma coisa aumenta ou diminui, estimula ou refreia a potência de agir de nosso corpo, a ideia dessa coisa aumenta ou diminui, estimula ou refreia a potência de pensar da nossa

mente" (Espinosa, 2016, p. 106). Logo, um encontro com o riso regulador, sátiro, vai inevitavelmente refrear e diminuir a potência do ser como um todo.

Considerando tudo o que foi construído até aqui, tem-se que o riso é efeito do cômico e só há comicidade dentro do que é propriamente humano. Há elementos que constitui o cômico, como a inteligência pura e a indiferença, a sobreposição do mecânico sobre o vital, a rigidez mecânica e o caráter de exiguidade do tempo para caracterizar o cômico.

Discutiu-se acerca da diferença entre cômico e o chiste, sendo que ambos têm como efeito o riso. O cômico para se instalar, necessita de apenas duas pessoas, o objeto cômico e quem observa a cena cômica. O chiste precisa de três pessoas: de quem se faz o chiste, quem faz o chiste e para quem se conta o chiste.

Tratou-se ainda do riso como regulador social, no sentido de restituir a maleabilidade e graça à pessoa que momentaneamente a perdeu. Da coação a permanecer no padrão socialmente aceito, em detrimento da violação da liberdade individual. Da ineficácia do riso, com regulador social, no tocante às deformidades. E do riso sátiro como constrangedor e diminuidor de potência.

Na sequência, discutir-se-á sobre importância da função do humor e do riso como desmoralizantes de autoridades, internas e externas, na medida em que destituem o poder daquilo que fixa e paralisa o ser nas relações consigo mesmo e com os outros.

Para tanto, faremos agenciamentos com a filosofia e com a psicanálise, assim como conexões com a literatura, que, como iremos notar, é uma potente fonte de recursos para se atingir o fim a que se propõe. Utilizar-se-á ainda anedotas para exemplificar aquilo que se discute durante esse percurso.

Primeiramente, contudo, é mister que se esclareça, uma vez mais, a ideia de humor, que se distingue, pelo menos teoricamente, das ideias de chiste e cômico. Freud, apesar de reconhecer que o humor se funde, às vezes, com o chiste e o cômico, consegue distingui-lo:

> O humor é, afinal, um meio de adquirir prazer apesar dos afetos dolorosos que o dificultam; ele age como um substituto desse desenvolvimento dos afetos, ele se coloca no lugar deles. A condição para ele é dada quando acontece uma situação em que, por força dos nossos hábitos, somos tentados a liberar um afeto doloroso, mas outras motivações agem então sobre nós, reprimindo esse afeto *in statu nascendi*. Nos casos em que acabamos de apresentar, a pessoa atingida pelo dano, pela dor etc. adquire prazer humorístico, ao passo que a não envolvida ri de prazer cômico. O prazer do humor surge então – não podemos dizer outra coisa, à custa dessa liberação reprimida de um afeto; ele brota de um *gasto afetivo economizado* (Freud, 1905/2017, p. 323-324).

Ao contrário do chiste e do cômico, o humor necessita de apenas um elemento (pessoa) para completar seu processo. A pessoa envolvida obtém satisfação com o deslocamento para longe da geração do afeto doloroso, ou seja, se distancia do afeto que causa dor. Uma pessoa de fora – um segundo elemento – que ri dessa manifestação humorística tem um prazer cômico, mas é totalmente dispensável para a efetivação do humor.

Freud também explica porque há tantas variações de humor, conforme exemplos de situações humorísticas que fornece, como a do condenado à morte que, minutos antes da execução diz: "a semana começou otimamente" ou o de outro sentenciado que, caminhando em direção a seu calvário, em um dia de frio, pede um cachecol para se proteger do resfriado:

> As variedades do humor são extraordinariamente diversas, conforme a natureza da emoção que é economizada a serviço do humor: compaixão, raiva, dor, enternecimento etc. Essa série parece inclusive interminável, pois o reino do humor está sempre se ampliando à medida que o artista ou o escritor consegue dominar humoristicamente emoções até então indomadas, tornando-as fontes de prazer humorístico por meio de artifícios como os dos exemplos anteriores (Freud, 1905/2017, p. 329).

Então, por essa lógica de economia de emoções, no sentido de deslocar afetos desagradáveis para situações risíveis, obtendo-se prazer com esse

recurso psíquico das mais variadas formas, a pessoa envolvida em um ciclo humorístico está inserida, ainda, em um processo defensivo. Freud explica:

> Os processos defensivos são os correlatos psíquicos do reflexo de fuga e têm a missão de impedir o surgimento de desprazer a partir de fontes internas; ao perseguir essa missão, eles servem ao funcionamento psíquico como regulação automática, que, porém, termina por se revelar nociva e tem de ser submetida ao domínio do pensamento consciente.... O humor pode se ser compreendido agora como a mais elevada dessas operações defensivas (Freud, 1905/2017, p. 329).

Portanto, o humor parece ser a categoria na qual mais facilmente se obtém satisfação, pois depende apenas de um elemento envolvido. Essa pessoa obtém satisfação, independentemente de terceiros. Importante também repisar o caráter deslocado do efeito humorístico, seu aspecto da economia das emoções, suas múltiplas variedades de ocorrência e, por fim, o processo defensivo que o envolve. O poema de Mário Quintana é bom exemplo do que se fala:

> **Poeminho do Contra**
> Todos esses que aí estão
> Atravancando meu caminho,
> Eles passarão...
> Eu passarinho!
> (QUINTANA, VOL 41, p. 70. 2014)

Nota-se, nesse pequeno, mas nada prosaico poema, uma resistência às forças contrárias que impedem a caminhada do sujeito. Com graça e humor, retirando o sentido original das palavras por meio de outros significantes, numa espécie de esquizofrenização do verbo, o poeta consegue passar sobre “eles” voando, desprovendo-lhes do poder de obscurecimento e fixidez.

As anedotas, com seu sarcasmo, desobediência moral, ironia e impudicícia servem bem, por sua vez, para destronar autoritarismos, preconceitos e idealizações:

> Um homem de meia idade, por voltas dos 45 anos, chega de uma viagem de bicicleta em Brasília e estaciona seu veículo na porta do Congresso Nacional. Em segundos um segurança se dirige a ele dizendo:
> - Não pode deixar sua bicicleta aí. Os congressistas vão passar.
> O homem responde com firmeza:
> - Não se preocupe. Coloquei o cadeado.

Nesse caso, poderíamos retomar os ensinamentos de Freud sobre o humor. O ciclista fez uma economia psíquica ao sair de um lugar de desfavorecimento, uma vez que foi ordenado a não atrapalhar a passagem dos congressistas, para um lugar de acusador, posto que insinuou que os parlamentares, com toda sua autoridade e foro privilegiado, pudessem roubar sua simples bicicleta.

Dessa forma, criou-se uma situação humorística com esse deslocamento, se defendeu da austeridade sofrida e gerou uma satisfação para si, um prazer próprio. Em verdade, o ciclista destituiu duas autoridades: uma, presente ou atual, o segurança; a outra, "ausente" ou virtual, os políticos.

Analisar o humor, o cômico e o riso como função desmoralizante de autoridades, externas e internas, é uma tarefa importantíssima na vida cotidiana, na medida em que se destitui do poder aquilo que paralisa e fixa o sujeito nas suas relações consigo mesmo e com o outro. O humor não encontra pudores em sua missão:

> Nos anos 90, Bill Clinton e o papa João Paulo II morrem no mesmo dia. Por causa de uma confusão administrativa da organização divina, Clinton é mandado para o céu e o papa para o inferno. Alguns dias depois, quando o erro é percebido, eles são obrigados a trocar de lugar e se encontram rapidamente na porta do elevador que conecta os dois planos. Ao se deparar com Clinton, recém-saído do céu, o papa pergunta e ele:
> - Me diz como é a virgem Maria? Estou louco para conhecê-la
> Clinton abre um sorriso e diz:
> - Sinto muito, papa, mas ela não é mais virgem! (Zizek, 2015).

A anedota lembra o período dos escândalos sexuais envolvendo o ex-presidente norte-americano. Desmoraliza completamente a figura do

papa, que foi mandado para o inferno por engano. Logo ele? E ainda desmitifica a figura da virgem Maria que, histórica e inconcebivelmente, concebeu sem ter tido relações sexuais, até então!

Quando se fala em função desmoralizante do humor, se deve levar em conta os aspectos éticos envolvidos. Pode-se arriscar um paralelo entre autoridade/moral e humor/ética, na medida em que, enquanto a autoridade hierarquiza, o humor destitui; enquanto a autoridade castra, o humor liberta; enquanto a autoridade paralisa, o humor transforma; enquanto a autoridade reduz, o humor amplia; enquanto a autoridade repete, o humor diferencia.

Não levar a sério uma autoridade, uma voz dentro de si, ou fora dele, é função do humor, quando essa voz determina o desejo, limita o querer, impõe regras, estipula limites, institui o sagrado, estabelece o crível e incrível, decreta o possível e o impossível, o certo e o errado e constrange a potência do ser. A autoridade, portanto, é moral; o humor, ético.

O humorista brasileiro Chico Anysio parecia saber disso: "O humor é irmão da poesia, o humor é quem denuncia, eu não tenho possibilidade de consertar nada, mas eu tenho a obrigação de denunciar tudo, o humor é tudo, até engraçado (REV. CONTEMPORÂNEA, 2012).

Falando em poesia, nunca é demais citá-las, ainda mais quando guardam séria conexão com os textos acadêmicos, como é o caso da obra de Manoel de Barros. Sua forma peculiar de "desver" e de "transver" o mundo, desmonta estruturas racionais (autoritárias de nascença), aparentemente sólidas e inverte a lógica moral estabelecida. Em dois momentos, melhor dizendo, em dois acontecimentos poéticos, o autor de *Tratado geral das grandezas do ínfimo*, nos envolve com sua esquizofrenia literária:

> **Poema**
> A poesia está guardada nas palavras – é tudo que eu sei.
> Meu fado é o de não saber quase tudo.
> Sobre o nada tenho profundidades.

Não tenho conexões com a realidade.
Poderoso para mim não é aquele que descobre ouro.
Para mim, poderoso é aquele que descobre as
Insignificâncias (do mundo e as nossas).
Por essa pequena sentença me elogiaram de imbecil.
Fiquei emocionado e chorei.
Sou fraco para elogios (Barros, 2001, p.19)

Infantil
O menino ia no mato
E a onça comeu ele.
Depois o caminhão passou por dentro do corpo do menino
E ele foi contar para a mãe.
A mãe disse: Mas se a onça comeu você, como é que o caminhão passou por dentro do seu corpo?
É que o caminhão só passou renteando meu corpo
E eu desviei depressa.
Olha, mãe, eu só queria inventar uma poesia
Eu não preciso fazer razão (Barros, 2001, p. 29).

No primeiro, *Poema*, o autor trata de desconsiderar aquilo que grande parte das pessoas acredita ser eminente, valioso, caro, inestimável, como o ouro. Mas bem que poderia ser, no lugar do metal precioso, um alto cargo jurídico/administrativo, um agraciamento público e notório, um mandato político, uma boa soma de dinheiro etc. Mas não. A inversão de valores, do insigne para o ínfimo, do ilustre para o reles, é que se revela como algo desmoralizante e destituidor. O resto assume papel importante nesse contexto. A moral se queda aos versos.

No segundo poema, *Infantil*, o poeta, deflagradamente, usa a imaginação de menino para destituir a autoridade racional do adulto que, por exigências da realidade – e aqui não se fala em realidade psíquica, mas na mais pobre das realidades, que é a que se sustenta em imagens – não aceita que o menino só queria fazer poema. Ele não queria produzir nenhum significado racional. A razão é aprisionadora e moral. A poesia é libertadora e ética.

Tratando-se de ética e liberdade, necessário fazer um pequeno resgate histórico do humor no regime de exceção, com o intuito de enriquecer o trabalho e fazer recordar tempos de horrores no Brasil, onde o humor se tornou ferramenta de resistência à ditadura civil-militar no Brasil entre 1964 e 1985. É justamente durante o clímax do autoritarismo que podemos ver com clareza a função do humor como ferramenta de destituição de autoridades, de como o humor é um vetor ético de resistência ao presente.

Um bom exemplo dessa manifestação de resistência por meio do humor contra o autoritarismo, face extrema da autoridade, ocorreu durante alguns anos da ditadura civil-militar brasileira. Tratava-se de um periódico, um jornal com textos e imagens gráficas, que criticavam e denunciavam as arbitrariedades do regime político vivido. Era o *Pasquim*.

No texto *o humor como resistência ao controle social autoritário no brasil pós-1964: reflexões sobre a imprensa alternativa,* Diógenes Arruda Ferreira trata do assunto. O fragmento abaixo resume um pouco do que foi Pasquim e como contribuiu no movimento de resistência:

> Essa é uma característica que se apresenta com grande força no humor de oposição utilizado no período de 1969 até 1974 pelo jornal O Pasquim. Além das críticas através da ridicularização, o riso provocado pelos trabalhos humorísticos desencadeava um efeito de catarse sobre as pressões e medos desenvolvidos dentro de um regime que passa a utilizar o terror como forma de controle. O que, no caso do Pasquim, se apresentava numa interessante dialética entre o Medo estatal e o Humor de oposição. Posto que o uso do medo como ferramenta de controle social a serviço do Estado militar era o principal alimento para a criação das obras humorísticas publicadas no jornal, **que diluíam o efeito do terror na construção do riso** através da ridicularização de elementos do aparato repressivo, que, em contrapartida, utilizava ações cada vez mais hostis contra o jornal, culminado na prisão dos membros da redação em 1971 por três meses (Ferreira, 2009, grifo nosso).

Aqui não foi possível a destituição real de autoridades, posto que se tratava de uma ditadura que prendia, torturava e matava seus opositores

e críticos. Mas ao menos, como diz o autor acima mencionado, o efeito do terror era diluído com o humor e com o riso, objetos dessa resistência, efetuando uma destituição simbólica dessas autoridades, reduzidas a traços ridículos apesar de sua arrogância cotidiana. Com certeza, dias mais amenos – dentre tantos dias terríveis – foram possíveis graças ao empenho dos criadores do periódico.

Ainda falando desse período, um episódio lembrado por Daniel Kupermann é bem-vindo ao presente texto. O ato humorístico, em sua dimensão política, pode ser comparado a um ato de denúncia a toda idealização desmedida das figuras de autoridade, atingindo em cheio a constituição do superego tirânico (KUPPERMANN, 2003, p.190). Trata-se de um exemplo de como o humor pode ser um ato de resistência política:

> Irresistível contar ainda um episódio ocorrido durante a ditadura militar na Universidade do Brasil, atual UERJ. Tendo a reitoria sido invadida pelos alunos durante uma greve, o governador do estado ordenou que a polícia militar invadisse a universidade para por fim à anarquia reinante. Apesar de contrariado pela greve, o reitor Pedro Calmon assumiu sua autoridade soberana do campus e foi pessoalmente ao protão receber as tropas enviadas. Lá, dirigiu-se ao comandante nos seguintes termos: "Aqui, esses beleguins da tropa militar não entram, porque entrar na universidade só através de vestibular" (KUPPERMANN, 2003, p.191).

Conta-se que, ouvindo o reitor, o comandante não invadiu a reitoria. Aqui novamente, retomamos Freud para dizer que o ato do reitor, além de provocar uma situação risível, se reveste de uma dignidade e grandeza, próprias do humor, para lidar com a realidade que se apresenta de modo desfavorável. "Como os chistes e o cômico, o humor tem algo de liberador a seu respeito, mas possui também qualquer coisa de grandeza e elevação, que faltam às outras duas maneiras de obter prazer da atividade intelectual" (Freud, 1927/1996, p.170).

O tema ora estudado foi também objeto do programa C*afé filosófico* em 2016, com o título *O humor como saída,* no qual o palestrante foi

Jacques Stifelman. O psiquiatra fala, nos primeiros minutos, de quanto pode ser engraçado o Gênesis, primeiro livro da bíblia sagrada. Comenta em tom jocoso, obviamente, "que se trata da primeira transferência de responsabilidade oficial". (STIFELMAN, 2016).

Veja-se o que o fragmento do "texto sagrado" diz sobre quando Deus, autoridade única e suprema do paraíso, vai questionar Adão e Eva acerca dos motivos que os levaram a desobedecer suas ordens e comer do fruto proibido:

> Então, Deus o questionou: "E quem te fez saber que estavas nu? Comeste, então, da árvore que te proibi de comer?" Replicou o homem: "Foi a mulher que me deste por auxiliadora; ela me deu do fruto da árvore e eu comi." Ao que o SENHOR Deus inquiriu à mulher: "Que é isso que fizeste?" Redarguiu a mulher: "A serpente me enganou e eu comi"(bibliaportugues.com, Gênesis, 3, 11-13).

Obviamente, como se sabe, a transferência de responsabilidades não funcionou. Deus castigou os dois expulsando-os do paraíso, e os colocando para lavrar a terra com a qual foi formado o Jardim do Éden. Os personagens bíblicos, ainda que conscientes dos seus destinos, ousaram desafiar os questionamentos de Deus em tom espirituoso. "O humor tenta retomar uma gotinha do paraíso perdido com único jeito que ele pode, que é enganando as autoridades" (STIFELMAN, 2016).

Duvidar da soberania das autoridades internas que habitam nossa mente – que são muitas – é um passo importante rumo à saúde psíquica. Questionando-se essas autoridades que atrapalham o viver, fazendo uso do humor, não as levando tão a sério, não as concebendo como verdades absolutas, se tem a chance de desmoralizá-las. Desmoralizá-las no sentido de deixar nosso desejo valer sem moralizar condutas, permitir que nosso processo de subjetivação seja o mais ético possível – ou seja, livre, singular, inventando seus próprios modos e sem subordinar-se a nenhum modelo.

No itinerário do presente texto, compareceu a ironia. Como uma faceta do humor, ela ocupa lugar de destaque nesse processo de

desmoralização de autoridades, pois faz com que a pessoa tenha um certo alívio ao fazer uso dela em determinadas situações de repressão. O filósofo dinamarquês, Søren Kierkegaard, tem uma obra a respeito do conceito de ironia – sua dissertação de mestrado. Em texto acadêmico, Solon José da Cunha Saldanha discute esse conceito proposto pelo filósofo nórdico:

> O irônico nunca pode ser simplório, ainda que possa ser sincero. O valor do jogo e seu fascínio vêm do fato de ser possível esconder a seriedade com a brincadeira, ou esconder a brincadeira com tons de seriedade. É a linguagem coberta com roupas e com máscaras. E, quando se desnuda, percebe-se que não diz exatamente aquilo que insinuava enquanto encoberta (SALDANHA, 2015).

A linguagem irônica é sempre ambígua, sempre com múltiplos sentidos e interpretações. Isso se deve, justamente, por seu caráter de colocar em xeque verdades absolutas autoridades instituídas. Tornar o sério em brincadeira e vice-versa é o mote da ironia. Ela não demora muito a revelar-se, como diz o autor: percebe-se logo a que vem. Daí a sua vertente cômica. “Para o pensador dinamarquês ela existe e subsiste sempre na dualidade entre o sério e o jocoso, o real e o ideal, o interior e o exterior” (SALDANHA, 2015).

> O indivíduo livre era o indivíduo irônico. A ironia o libertava ao mesmo tempo em que a liberdade permitia a ele ser irônico. Entretanto, o autor destaca que a real validade da ironia está quando ela se limita à justa significação. Mais do que uma manifestação de subjetividade, ela seria instrumento para uma vida de fato humana. Ou seja, a ironia tem paradoxalmente sua força ao ser dominada (SALDANHA, 2015).

Essa retroalimentação entre ironia e liberdade parece ter seus limites. Fazendo-se uso delas em exagero, corre-se o risco de se tornar uma pessoa autoritária, ou seja, corre-se o risco de passar do reprimido ao repressor. Passar para o outro lado, como se diz. Deve-se usar a ironia com cautela, para não sucumbir à nociva intimidade a que se sujeitam os

que fazem usos exagerados dela. É mister usá-la com criatividade, com parcimônia, para lidar com as situações nas quais nos é imposto algum tipo de autoridade descabida.

Toda autoridade, contudo, admite apenas um sentido, aquele que a direciona para o poder, para a dominação e assujeitamento do outro. Em *Lógica do sentido, décima nona série: Do humor,* Deleuze, faz uma crítica acerca da linguagem. Se por um lado dá-se ênfase nas significações – representadas pela altura, pela transcendência, pela metafísica – que considera absurdas, por outro lado tende-se paras as designações – representadas pela profundidade, pelo exaustivo uso de exemplos para explicar determinada coisa – que considera sem sentido.

> Que as significações nos precipitem em puras designações que as substituem e as destituem, é o absurdo como sem-significação. Mas que as designações se precipitem por sua vez no fundo destruidor e digestivo, é o não-senso das profundidades como subsenso ou *Untersinn (*DELEUZE, 1974).

A ironia pensada por Deleuze tem um sentido único, o das alturas, conforme o que já exposto aqui. O ironista contumaz tende ao autoritarismo, pois está fora do plano da imanência, à medida que está fixado no plano das significações. Guarda um saber que é inconteste, absoluto, diferentemente do humor. "[...] A ironia é a coextensividade do ser com o indivíduo, ou do Eu com a representação" (DELEUZE, 1974).

Defende, então, o humor como destituidor duplo da altura e da profundidade, em proveito da superfície – lugar possível da sabedoria –, fazendo clara alusão à imanência. Sendo assim, rompe-se com a ideia de sentido único, pois o humor não guarda saber, mas se expõe, revelando dois lados. O sentido se dá com o movimento e todo movimento vai nos dois sentidos. Essa via de mão dupla, própria do humor, que destitui profundidades e alturas, restitui o sujeito ao plano da imanência, da superfície.

> [...] O humor é o senso e o não senso; o humor é a arte das superfícies, das dobras, das singularidades nômades e do ponto aleatório sempre deslocado,

> a arte da gênese estática, o saber-fazer do acontecimento puro ou a "quarta pessoa do singular" – suspendendo-se toda significação, designação e manifestação, abolindo-se toda profundidade e altura (DELEUZE, 1974).

Percebe-se, intuitivamente, que dentro do campo das autoridades destituíveis, a autoridade médica talvez seja uma das mais difíceis de ser destituída. Desde o processo de admissão no curso de medicina, com todas as suas dificuldades, mitos e verdades – só os melhores conseguem, o melhor e mais concorrido curso, quem entra nunca ficará desempregado etc. – até a dificuldade de se questionar um diagnóstico ou um tratamento diretamente com o médico – o que, na maioria das vezes, é feito de forma unilateral e arbitrária.

Uma das poucas profissões nas quais o detentor do apenas título de bacharel já é chamado de doutor; onde a inacessibilidade ao médico é naturalizada e aceita; onde – aqui puxando brasa para a sardinha – às vezes é preciso que um médico "autorize" um paciente a procurar um acompanhamento com um psicólogo – inclusive os planos de saúde que oferecem serviços psicológicos exigem encaminhamento médico para liberar os atendimentos – torna-se difícil escapar de tanta autoridade. Contudo, o humor encontra linhas de fuga nesse sentido:

> Um cigano foi examinado por um psiquiatra. Em primeiro lugar, ele explica ao cigano o que é associação livre: trata-se de responder de imediato, com o que vier à mente, à deixa do psiquiatra. Depois o psiquiatra dá prosseguimento ao teste propriamente dito: Ele diz "mesa, e o cigano responde "transar com Fátima"; ele diz "céu" e o cigano responde "transar com Fátima", e assim por diante, até que o psiquiatra perde a paciência:
> - Você não entendeu! Quando eu falo uma palavra, precisa dizer a primeira coisa que lhe vem à mente, o que está pensando.
> E o cigano responde calmamente:
> - Sim, eu entendi, não sou estúpido; é que eu penso o tempo todo em transar com Fátima (Zizek, 2015, p.119).

Aqui o protagonista da anedota desmoraliza o médico denunciando sua hipostasia, sua naturalização da técnica e arrogância. Ao mesmo

tempo que sustenta seu desejo permanente em transar com determinada mulher. Tudo com humor, pois deslocando a situação dolorosa decorrente do preconceito médico, produz sua defesa psíquica.

3 Considerações Finais

Além da médica, destacada no presente trabalho, há outras tantas autoridades destituíveis. Podemos elencar, não exaustivamente, as autoridades políticas, semânticas, policiais, militares, médicas, maritais, divinas, religiosas, satânicas e sagradas. Destituí-las com o humor, pelo menos em parte, é sinal de saúde, pois, sendo toda autoridade moral, tende a padronizar, castrar, hierarquizar, vigiar, fixar, constranger, rebaixar e reduzir o sujeito nas suas relações com o outro e consigo mesmo.

Referências

BARROS, Manoel de. **Tratado geral das grandezas do ínfimo**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BERGSON, Henri. **O riso: Ensaio sobre o significado cômico**. 1.ed. São Paulo: Edipro, 1900/2018.

ESPINOSA, Baruch. **Ética**. 2. ed., 5. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2016.

FERREIRA, Diógenes Arruda. O humor como resistência ao controle social autoritário no Brasil pós-1964: reflexões sobre a imprensa alternativa. **XII Simpósio Internacional Processo Civilizador**, v. 12, 2009.

FREUD, Sigmund. **O chiste e sua relação com o inconsciente**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1905/2017.

FREUD, Sigmund. **O humor** [1927]. In:___. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XXI.

GILLES, Deleuze. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974.

KUPERMANN, Daniel. **Ousar rir: Humor, criação e psicanálise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PENSAR CONTEMPORÂNEO. O humor é tudo, até engraçado. **Revista Contemporânea.** São Paulo. 2012. Disponível em: https://www.pensador.com/frase/OTQxNDgx/. Acessado em 10/09/2019.

PIADAS DE QUEDA. Blog Crazyseawolf. Disponível em: https://crazyseawolf.blogspot.com/2018/07/piadas-de-queda.html. Acessado em 28/09/2019.

QUINTANA, Mário. Eu passarinho / Mário Quintana; organização Fabio Weintraub, Fabricio Waltrick; ilustrações Mariana Newlands. – 2.ed. – São Paulo: Ática, 2014.

SALDANHA, Solon José da Cunha. **O Conceito de ironia em Kierkegaard**. XI Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação – SEPesq. São Paulo, 2015.

SILVA, Daniel Sa**n**tos da. O riso ético: opções deleuzianas pela alegria. **Revista Lampejo**. Fortaleza, n.06, fev. 2014

SILVA, Marco Aurélio Ferreira da. CORRIGE OS COSTUMES RINDO": HUMOR, RISO E VERGONHA NA CIDADE DE FORTALEZA (1850-1900). ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.23/ANPUH.S23.1378.pdf. Acessado em 03/10/2019

STIFELMAN, Jacques. O humor como saída. Café filosófico. Acessado: em 20/05/2019. Disponível em: https://youtu.be/NhN11sWBJFI.

ZIZEK, Slavoj. **As piadas de Zizek**. 1.ed. São Paulo: Três Estrelas, 2015.

34

Subjetividade em *Pixels*: uma análise sobre o lugar da fotografia na contemporaneidade

Camila Araujo Marques
Carlos André dos Santos Jardim
Flaviane Cartagenes Sousa
Luciane Fontinele de Freitas
Heitor Natividade Oliveira

1 Introdução

Nunca na história da humanidade parece ter se produzido tantos conteúdos auditivos, visuais ou audiovisuais. Televisão, rádios e jornais, que outrora reinavam predominantemente nas casas dos indivíduos, agora passam a dividir território com as pandêmicas redes sociais. Segundo Freitas (2008, p. 49),

> É nas grandes cidades que se dá a maior parte das produções midiáticas e, em geral, elas também são o cenário e o argumento dessas produções. Isso acontece no jornalismo, na publicidade e em toda a indústria do entretenimento. A metrópole é, nesse sentido, um fantástico laboratório de interpretação das manifestações locais e globais da contemporaneidade.

Nestes novos espaços virtuais que foram surgindo, as pessoas passaram a interagir umas com outras de forma muito mais dinâmica e veloz, onde saíram de um lugar de passividade, para de potenciais produtoras de vídeos, imagens em geral ou *podcasts*.

É justamente nesse campo das imagens, mais precisamente em relação às fotografias, que o presente artigo tem como objetivos: traçar,

analisar e compreender quais os novos papéis assumidos e desempenhados no ato de fotografar na contemporaneidade. Para isso, se faz necessário primeiramente recorrer à história da humanidade, visto que foi no decorrer dela, que surgiu a necessidade de registrar momentos, assim como, outras finalidades.

Em um segundo momento, pelo fato de o surgimento da fotografia ser datada em determinada época da história, também se faz necessário traçar um paralelo com a Idade Contemporânea, já que nos diferentes momentos o seu significado e sentido passaram por inúmeras alterações. Portanto, neste artigo, a centralidade da temática estará voltada a exemplos dos dias atuais, de nosso cotidiano e que, possivelmente, incidem sobre nós.

Num terceiro momento, serão abarcados justamente as formas de representação e de aparição das fotografias, bem como seus sentidos e significados atribuídos. Além disso, no corpo deste tópico, serão feitas amarrações finais dialogando com um dos principais objetos de estudo da ciência psicológica, que é a subjetividade humana.

Como meio de estruturar este artigo, foram buscados estudos nas bases de dados scielo e google acadêmico; livros da Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), textos trabalhados na disciplina: "Contemporaneidade e Processos de Subjetivação", cursada no período letivo 2019.2 do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, e, que foi ministrada pelo Prof. Me. Heitor Natividade Oliveira além de notícias retiradas de sites na internet.

2 História da fotografia

A utilização do recurso fotográfico parece ter chegado ao ápice nos dias em que vivemos. Sua origem, todavia, data de um outro período histórico da humanidade. Mauad (1996, p. 2), por exemplo, afirma que: "A fotografia surgiu na década de 1830 como resultado da feliz conjugação do engenho, da técnica e da oportunidade", o que nos

permite pensar num cenário de transformação social, do modo de produção e, sobretudo, no aparelhamento tecnológico de uma parcela dos indivíduos. Havia, portanto, uma ruptura com os modos de vida que, até aquele momento, existia.

Nessa mesma linha de raciocínio, Kossoy (2001, p. 25) nos conta que:

> Com a Revolução Industrial verifica-se um enorme desenvolvimento das ciências: surge naquele processo de transformação econômica, social e cultural uma série de invenções que viriam a influir decisivamente nos rumos da história moderna. A fotografia, uma das invenções que ocorre naquele contexto, teria papel fundamental enquanto possibilidade inovadora de informação e conhecimento, instrumento de apoio à pesquisa nos diferentes campos da ciência e também como forma de expressão artística.

Embora o pontapé inicial ao pensamento fotográfico muito seja remetido à arte rupestre (ou derivados dela), corroboramos com a ideia de Mauad e Kossoy associam sua materialização e expansão com o marco da Revolução Industrial.

Tal argumento ganha ainda mais força, uma vez que:

> O retrato fotográfico corresponde a um estado particular de evolução socialista: a ascensão de amplas camadas sociais em direção a um maior significado político e social. Os precursores do retrato fotográfico surgiram em estreita relação com essa evolução.
> A ascensão dessas camadas sociais provocou a necessidade de se produzir tudo em grande quantidade, e particularmente o retrato. Pois "fazer tirar o seu retrato" era um daqueles actos simbólicos pelos quais os indivíduos da classe social ascendente tornavam visível para si mesmos e para os outros a sua ascensão e se classificavam entre os que gozavam de consideração social. Ao mesmo tempo, esta evolução transformava a produção artesanal do retrato numa forma cada vez mais mecanizada da reprodução dos traços humanos. O retrato fotográfico é o grau último desta evolução. (FREUND, 1995, p. 25).

Ou seja, a câmera fotográfica, desde sua origem, nem sempre foi acessível à todos. Pelo contrário, aqueles que a tinham, gozavam de

muitos recursos financeiros e, consequentemente, de prestígio social. Partindo desse raciocínio, nos é possível pensar que a máquina de tirar fotos foi, portanto, certamente era um marcador social, um recurso segregador.

Assim como muitas outras tecnologias que temos hoje, a máquina fotográfica, ao longo do tempo, também passou por profundas mudanças no que diz respeito à estrutura física. Acompanhemos na figura 1 tais alterações:

Figura 1: "Evolução da câmera fotográfica"

Fonte: meumundofotografia.blogspot.com

No decorrer da história, não só design das câmeras passaram por mudanças. Acompanhando este processo, o modo de funcionamento virtual também acabou sendo alterado. Se antigamente as possibilidades sobre os efeitos na imagem eram escassos, hoje, com a rápida e contínua obsolescência, fica a dúvida se chegamos a conhecer todo este amplo leque. Na figura 2, podemos observar um exemplo disto:

Figura 2: "Evolução dos efeitos fotográficos"

Fonte: college.cannon.com.br

Com tantas melhorias nas câmeras fotográficas passando a fazer parte do cotidiano das pessoas, viu-se a necessidade em tornar ainda mais prática a utilização deste advento. Foi então, que a portabilidade passou a ser carro-chefe para a indústria no ato de promover uma melhor mobilidade com a câmera para as pessoas.

Segundo Brunet (2007, p.2),

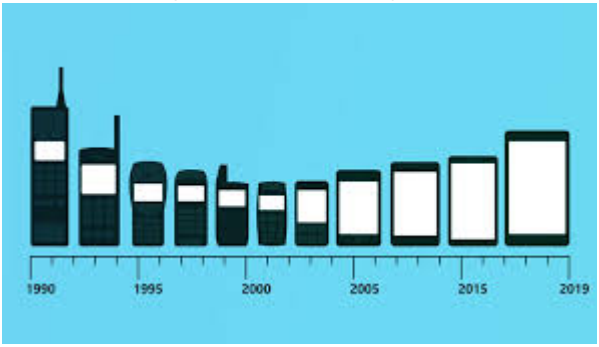
> Em alguns países, como no Japão e na Finlândia, o telefone celular popularizou a fotografia muito mais do que o George Eastman pensava quando criou a câmera portátil. O sonho de uma câmera portátil, a qual qualquer um pode levar para qualquer lugar virou realidade. Pessoas que antes nem pensavam em carregar uma câmera ao sair de casa, agora estão munidos do aparato o tempo todo.
> Em 1888, George Eastman criou Kodak, a primeira câmera portátil ao alcance de todos. Com a Kodak, a fotografia se tornou "instantânea" e qualquer amador poderia tirar boas fotos. Com o slogan "You press the button, we do the rest", Eastman tentou fazer da fotografia algo popular, fácil, que não necessitava muita técnica.

Com o passar do tempo e com o surgimento de outros meios eletrônicos, a câmera digital em si foi, perdendo espaço no mercado. Seu

protagonismo, que outrora certamente causou êxtase em muitos, de décadas pra cá tem perdido adeptos. O novo lugar de destaque está ocupado pelo aparelho celular, advento este, que só veio a ser criado no século seguinte. Contudo, pelo fato das sociedades contemporâneas demonstrarem suas necessidades em otimizar, sobretudo tempo e espaço, muitas outras invenções humanas passaram a engendrar o aparelho celular.

Calculadora, gravador de voz, calendário, câmera fotográfica e tantos outros recursos passaram a ser consumidos em maior quantidade e escala por meio do aparelho telefônico móvel.

Figura 3: "Celular x câmera fotográfica"



Fonte: rankmyapp.com

Com a relativa popularização dos celulares, Brunet (2007, p. 3), nos elucida que:

> A fotografia passa a ser estudada como uso doméstico e cotidiano, mostrando que o telefone celular cria condições para novas práticas fotográficas. Muitas das fotos feitas anteriormente com as portáteis Kodak, possibilitaram aos historiadores identificarem informações sobre habitação, vestimenta, hábitos e gostos do passado (Rosenblum, 1997, p. 259). A enorme quantidade de fotos feitas atualmente com celulares poderá, no futuro, servir de material para descrever uma época.

Assim como a diversidade de modelos de câmeras fotográficas que tivemos ao longo da história, também temos uma variedade gêneros

fotográficos, entre eles, o monocromático (preto e branco), predominante até a década de 1970. Temos ainda o gênero retrato, produzidos inicialmente através de câmeras de grandes formatos que capturava a imagem a partir de um modelo que deveria permanecer imóvel por mais de um minuto. O gênero fotografia de rua se deu através da prática de fotógrafos que levavam suas câmeras para as ruas das cidades para capturar a vida e o quotidiano simples das pessoas. E finalmente, o autorretrato reproduzido a partir do século XIX consiste na presença do próprio fotógrafo em seu trabalho, o que influenciou o selfie, gênero contemporâneo tão difundido na contemporaneidade (SMITH, 2018).

Em linhas gerais, desde o seu surgimento, a fotografia passou por inúmeras transformações. A tecnologização, a sua captura pelo capitalismo e o surgimento do "efeito fotógrafo" na população de um modo geral, fez com que muitas nuances aparecessem em sua história. Portanto, ao que parece, daqui por diante, caberá aos interessados ou estudiosos da área não só retornarem à História da fotografia, mas, sobretudo, entenderem o que se passa no mundo contemporâneo em que vivemos.

3 Fotografia, contemporâneidade e suas configurações

A partir desse breve resgate da história da fotografia, cabe destacar que ao longo dos seus quase 200 anos de existência, ela foi a arte visual que mais rapidamente se desenvolveu e passou por transformações (SMITH, 2018).

Ao tratarmos de contemporaneidade não podemos deixar de destacar como cada geração ou espaço de tempo possui configurações próprias. Tavares (2010, p.27) discutindo justamente o mal-estar gerado por esse tempo atual, destaca que "a atualidade nos apresenta um colorido próprio e bem característico que se diferencia singularmente das épocas antecessoras, um caleidoscópio formado pela confluência e fusão de múltiplas e desordenadas pinceladas na tela de nosso tempo. "

Tavares (2010) aponta também que a própria noção de tempo na atualidade se tornou imprecisa, justamente por conta da alta velocidade em que os fatos vêm se dando. Com o fenômeno da fotografia não poderíamos deixar de destacar sobre outro fenômeno que está diretamente relacionada à veiculação dos registros fotográficos: a internet, sendo ela um instrumento que, segundo Lima et all (2016, p.91), "introduz uma nova percepção espacial e temporal, promovendo uma dinâmica própria ao ciberespaço que afeta profundamente o campo social".

A esse respeito, Castells (2003, p.121) contribui trazendo que:

> A formação de comunidades virtuais, baseadas, sobretudo em comunicação on-line, foi interpretada como a culminação de um processo histórico de desvinculação entre localidade e sociabilidade na formação da comunidade: novos padrões, seletivos, de relações sociais substituem as formas de interação humanas territorialmente limitadas.

Com isso, é possível perceber o fenômeno da internet para além de uma nova tecnologia criada, mas como uma nova forma de se relacionar e viver. Castells (2003) também discute como essa violenta inserção da internet na sociedade pode também representar um colapso, sendo ele referente à uma brusca ausência na comunicação social e familiar, como também um novo movimento onde esses "sem-face" buscam novas formas de se obter interações sociais.

A despeito do local que essa tecnologia ocupa em nossas realidades, Castells (2003, p.123) também coloca que ela se trata "uma extensão da vida como ela é, em todas as suas dimensões e sob todas as suas modalidades" demarcando justamente o enorme e cristalizado espaço que esse instrumento vem conseguindo dentro dos cotidianos dos sujeitos. Não é de se estranhar que hoje a maioria das pessoas, desde as mais novas às mais idosas, possuam alguma vinculação com a internet, especialmente para o uso das redes sociais.

Segundo diversos sites de tecnologia e o próprio Facebook, essa rede social atualmente conta se trata da mais utilizada no mundo todo com

2.375 bilhões de usuários, ficando à frente do Youtube e Whatsapp, respectivamente. Nesse sentido, podemos destacar também o fato de que essas redes sociais se tornam cada vez mais populares entre todas as idades e periodicamente vêm se estruturando para melhor atender as demandas por estética e velocidade da sociedade.

A fotografia, como vimos, possui uma trajetória histórica até os dias atuais, atuando na contemporaneidade como um instrumento de identificação social e construção da própria imagem. Antes da era digital, a fotografia já era popular,

> Mas essa nova tecnologia trouxe a possibilidade de maior quantidade de registros, rápidos e instantâneos, sem a necessidade de intervenção de técnicos para que o resultado fosse apreciado. Não existe mais a demorada revelação que encontrávamos na tecnologia analógica; na digital, a foto pode ser analisada ou excluída caso não nos agrade , e assim, nova captura da imagem poderá ser, se necessário, feita (ALMEIDA, 2015, p. 12).

Assim, o aumento das possibilidades de aquisição da tecnologia pelas diferentes classes sociais, principalmente do aparelho celular com câmera, tem criado uma nova forma de percepção e de relação com a fotografia.

> A evolução dos processos de produção da imagem fotográfica, principalmente após o advento da tecnologia digital, potencializou/catalisou a popularização da fotografia. Tal popularização, inevitavelmente, trouxe mudanças para os fotógrafos profissionais e suas produções, pois, em tempos em que praticamente todos têm acesso ao equipamento fotográfico, e, consequentemente, produzem fotografias, os profissionais tiveram que passar por certas adaptações. Porém, é igualmente importante pontuar que mudanças ocorrem também sobre o modo como a fotografia é vista e tratada pela sociedade (KAWAKAMI; VEIGA, 2012, p. 180).

A própria participação em redes sociais e sites de relacionamentos exige a criação de um perfil seguido da presença de fotos. Essas fotos na maioria das vezes expressa momentos alegres como viagens, festas, comemorações, sorrisos, dentre outros que buscam por quem publica a

integralização e inclusão em um sistema que legitima a partir da imagem, o que tem levado a cada dia ao aumento da preocupação com esta (a imagem).

> A fotografia vem aos poucos deixando de ter uma importância de registro apenas de momentos rituais e torna-se um elemento de registro do dia a dia, o que vai ser potencializado também através das câmeras presentes nos telefones celulares, utensílio praticamente obrigatório para os indivíduos das grandes cidades. Neste sentido, o momento especial pode ser qualquer um: o cafezinho no trabalho, a sala de aula, paisagens, reunião entre amigos em bares, o hedonismo em frente ao espelho, rostos sorrindo, poses variadas de si mesmo e de amigos próximos e familiares, dentre outras (FERNANDES; TORQUATO, 2008, p. 4).

Nesta premissa, ao contrário de épocas anteriores, em que se fotografava apenas alguns momentos em família e entre amigos, e se reproduzia a partir disso, álbuns de fotografias para serem relembrados trazendo boas lembranças, atualmente, a fotografia se expandiu como instrumento de ligação para além do contato pessoal entre pessoas ligadas por laços de parentesco e amizade, ganhando espaço o ambiente virtual através da internet. O facebook, whatsapp, instagram, twiter, tinder, entre outros, são redes que nos permitem exibir e compartilhar com o mundo a forma como vivemos, os nossos gostos, os grupos aos quais pertencemos, os locais que frequentamos, enfim, o que consumimos diariamente. Quando há uma interação e identificação entre as imagens postadas e os amigos virtuais ou seguidores, percebe-se através da quantidade de likes e compartilhamentos. Nessa senda, quanto maior o número de likes e compartilhamentos, mais reconhecida e apreciada é aquela imagem postada

> A fotografia unida às legendas, comunicam a seus pares, interlocutores, aspectos da vida cotidiana e dos rituais – festas nos quais a rede de sociabilidade pode ser a mesma do ambiente virtual ou não. A onde foram, com quem foram, como foram vestidos, como chegaram, a onde trabalham, qual a vida que possuem ou que gostariam de possuir em seus cotidianos são

> alguns temas que se repetem nas fotografias expostas ((FERNANDES; TORQUATO, 2008, p. 5).

Cabe destacar ainda a diferença entre imagem digital que é composta por *pixels,* e "(...) produzida por máquinas, aparelhos eletrônicos digitalmente codificadores e decodificadores" (ALMEIDA, 2015, p. 14); das imagens analógicas, produzidas com suporte físico, como papel para serem visualizadas.

Ao comparar estas duas formas de imagens, percebemos uma diferença não só física e contextual, mas cultural e de sentido da fotografia. A imagem digital pode ser deletada na mesma hora, apenas porque não apreciamos a estética da foto tirada, mas não paramos para perceber o sentido do ato de deletar, que consiste na descartabilidade.

Assim, as imagens em pixels, por serem facilmente deletadas, acabam muitas vezes sendo armazenadas junto com outras milhões de fotos e esquecidas ou facilmente substituídas por outras mais atuais. Dessa forma, vivemos a era da banalização da imagem, onde "a fotografia que é momentânea, mas dura, apenas, o tempo necessário para surgir outra, e assim por diante (...)" (ALMEIDA, 2015, p. 33).

Outra característica da fotografia na contemporaneidade refere-se ao selfie, "(...) autorretrato, que passou a ser e expressão narcisista que busca a identificação do sujeito que se visualiza na fotografia e, pela reiteração da imagem, se torna figura presente, que se impõe à percepção do outro" (ALMEIDA, 2015, p. 32).

Também cabe destacar as várias quantidades de aplicativos e photoshops que possibilitam a transformação da imagem conforme o gosto e perspectiva de eu ideal de quem posta, com opções de manipulações através de filtros, cenários, cores, iluminação, retoque, sombras, que alteram o registro autêntico; na intenção do sujeito, de ser aceito e incluído nos padrões de imagens que são consumidos pela mídia, pela sociedade e por meio dos quais o mercado capitalista obtém lucro.

4 Fotografar pra quê?

Compreendemos e queremos enfatizar que os quatro subtópicos a seguir não sugerem uma total abrangência dos sentidos e significados de realizar um registro fotográfico nos dias atuais, pelo contrário, a ampla história da fotografia, anteriormente citada, mostra justamente o contrário. Contudo, destacamos aqui algumas das mais notáveis correlações que se fazem ao nos remetermos à essa temática na atualidade.

4.1 Fotografia, capitalismo e avanços tecnológicos

À medida em que o modelo econômico vigente deixa de interferir apenas nas relações financeiras de um povo, e passa a se engendrar em toda sua estrutura, uma série de conexões deste amplo e complexo sistema também passam a ser afetadas. Para Sontag (2004, p. 32),

> A industrialização da fotografia permitiu sua rápida absorção pelos meios racionais – ou seja, burocráticos – de gerir a sociedade. As fotos, não mais imagens de brinquedo, tornaram-se parte do mobiliário geral do ambiente – pedras de toque e confirmações da redutora abordagem da realidade que é tida por realista. As fotos foram arroladas a serviço de importantes instituições de controle, em especial a família e a polícia, como objetos simbólicos e fontes de informação.

Contudo, com os avanços da tecnologia e voracidade do capitalismo sobre as pessoas, houve uma ampliação no que diz respeito à estas possibilidades. Não mais apenas registrar para recordar posteriormente, mas o que vemos no cotidiano atual é que:

> O princípio do mercado pode ser associado à transformação da fotografia em uma racionalidade técnica, capaz de aperfeiçoar os processos produtivos e de se converter, ela própria, em uma mercadoria das mais desejáveis, adaptável ao gosto de cada cliente e de ser usada na publicidade de outros produtos. (SANTOS, 2013, p. 74).

Se no passado tínhamos máquinas fotográficas modestas, grandes e inacessíveis financeiramente falando, hoje, com a globalização, muitos indivíduos puderam ter para si a possibilidade de fotografar. Alguns fatores que propiciaram isso, foram as internacionalizações da empresas pelo mundo, o livre mercado e a hiperestimulação por parte das grandes corporações sobre a população (potenciais consumidores).

Nesse sentido, Brasil *et al.* (2010, p. 136) afirma que: "Para vender a mercadoria, o aspecto estético é, sem dúvida, primordial para se obter rentabilidade. A produção de imagens" ideais" é feita propositadamente para que o consumidor seja induzido a comprar".

Mesmo com todo esse cenário desenvolvimentista, é perceptível que, ainda, boa parte da população mundial não desfruta ou tem acesso à tais bens. No contraditório sistema capitalista em que vivemos, muitas pessoas ainda carecem de elementos básicos para sobreviver. Os sofisticados aparelhos captadores de imagens, nesta triste realidade, seriam facilmente trocados por comida, moradia e educação por estas pessoas que pouco ou nada tem. O progresso, certamente, não é para todos.

4.2 Fotografia e redes sociais

> A história da ascensão da fotografia no mundo digital começou a ser escrita em 1997, quando foi lançado o primeiro modelo comercial de câmera digital: a Sony Mavica. O resultado foi percebido quase instantaneamente. Na década de 1990, o número de fotos produzidas cresceu 50%, chegando, em 2000, a 86 bilhões de cliques ao ano, segundo cálculos de Jonathan Good, consultor de redes sociais, a partir de dados da Kodak e da Enciclopédia Digital de Negócios. Passada uma década, esse número chegaria a 360 bilhões de fotografias anuais, alta de 340%. (SBARAI e HONORATO, 2012).

Não faz tanto tempo assim que, na maioria das casas das pessoas, havia um ou mais álbuns de fotografias nas prateleiras das estantes. Tudo era devidamente impresso e inserido nesse acessório pessoal: nascimento dos filhos, aniversário deles, momentos marcantes em

família, com amigos, casamentos, formaturas, dentre outras diversas possibilidades de situações marcantes na vida de cada sujeito.

Os tempos se passaram e materialidade das fotos, a sua estrutura física que, antes era quase uma obrigatoriedade, hoje, parece ter diminuído consideravelmente. Com os avanços tecnológicos, chegaram até nós as famosas redes sociais, onde, segundo Ramos e Laurentiz (2013, p. 57).

> A fotografia, agora eletrônica, passa a relacionar-se – com outros sistemas – em novos ambientes (digitais) e, dessa forma, impulsiona o surgimento de uma nova visualidade/complexidade. A imagem fotográfica, mais do que nunca, está em constante movimento.

Se antes os álbuns tinham como característica o fato de serem estáticos, ficarem dentro das casas e somente pessoas permitidas poderiam ter acesso, no mundo atual, com a chegada e expansão das redes sociais, a dinamicidade de veiculação das fotografias parece não ter limites. Outra questão inerente à virtualização das imagens, é o risco de perde-las, já que os aparelhos tecnológicos mostram possuir falhas, limitações em relação à um armazenamento seguro. Já nos caso dos álbuns, o risco de perda se dava pelos efeitos dos agentes naturais (umidade, luz excessiva) que incidiam sobre as fotos.

É evidente que em ambas os exemplos existem maneiras de evitar com que estas situações venham a acontecer. Criar perfis privados e fazer *backups* de todos os arquivos que produzimos, seriam duas alternativas pra resolução dos problemas acima citados.

Contudo, o que ressalta-se aqui, é o contraste entre os dois momentos históricos em que a fotografia esteve inserida. Não seria exagero afirmar que saímos de uma Era da Privacidade e adentramos à um momento de ode à uma exposição do eu.

4.3 Fotografia e "necessidade" de exposição do eu

De acordo com Ana Luiza Mano, "O ser humano criou a necessidade de se expor em um grupo virtual. É possível criar fantasias nesse mundo e uma imagem daquilo que gostaríamos de ser", (apud, ISTOÉ, 2013). Além disso numa visão mais ampla, Rodrigo Nejm afirma que "A sociedade vive um momento de supervalorização do "eu". "As pessoas constroem a personalidade de forma a ter mais visibilidade", (apud ISTOÉ, 2013).

Esta realidade não soa estranha em nossos ouvidos, justamente pelo fato de que a cada dia que passa as redes sociais ganham mais aderentes. Já que os álbuns perderam espaço e as mídias predominam, a onda do momento é gerar conteúdo visual, é "postar".

De acordo um levantamento publicado pela Istoé (2013),

> O Brasil se destaca nessa área. Uma pesquisa realizada pela Nielsen detectou que os brasileiros são os que mais usam mídias sociais no mundo, superando países mais populosos como Estados Unidos, Índia e China. O levantamento mostra que 75% da população nacional acredita que a principal função do smartphone é acessa-las.

Dentro desse amplo quadro de utilização das redes sociais, existem muitas possibilidades de postagem. De simples fotos, passando por *stories* e até veiculação de vídeos, os indivíduos têm recebido, por parte das empresas prestadoras destes serviços, cada vez mais "poder" na geração de conteúdo virtual.

Contudo, a questão repousa não somente no fato de postar por postar, vai além disso. Uma outra importante característica que aparece no ato de publicar uma foto, se direciona à uma necessidade em "mostrar que está presente em algum lugar", "que se está fazendo algo de importante e/ou interessante" e que mereça ser compartilhado com os relacionamentos estabelecidos nestas redes.

Conforme nos elucida Amaral (2016, p. 49-50):

> A cultura e a arquitetura da auto-exposição e do voyeurismo evidenciam a popularidade de aplicativos que automatizam o ímpeto da exposição pública a cada instante. Nesse contexto, verificam-se marcas e rastros da confissão nas sociabilidades desenvolvidas entre os usuários da rede social, cujas práticas estão ligadas à arquitetura da rede e ao modo como o Facebook funciona economicamente. Com isso, a rede social incita e intensifica as práticas de exposição de si em favor de uma cultura confessional entre seus usuários.

Todavia, sinalizamos para o fato de que, por mais que existam diversos estudos pretendendo solucionar a questão ou gerar respostas quase "perfeitas", é de fundamental importância que não fechemo-nos num único ponto de vista, mas, lembremo-nos da dinamicidade da Idade Contemporânea e, consequentemente, dos fenômenos que nela surgem.

4.4 Fotografia e temporalidade

Um dos papeis que a fotografia tem desempenhado nos dias em que vivemos é o de rápida condutora de informação entre emissores e receptores. As imagens, de um modo geral, são responsáveis em traduzir em ilustrações, o que outrora era maciçamente simplificado em palavras. O conteúdo escrito, paulatinamente, tem dado vazão às persuasivas imagens que aparecem nas redes sociais e anúncios de um modo geral.

Num momento histórico de hiperestimulação visual, Flusser (2002, p.7) nos mostra que:

> [...] as imagens são superfícies que pretendem algo. Na maioria dos casos, algo que se encontra lá fora no espaço e no tempo. As imagens são, portanto, resultado do esforço de se abstrair duas das quatro dimensões de espaço-tempo, para que se conserve apenas a dimensão do plano. Devem sua origem à capacidade de abstração específica que podemos chamar de imaginação.

Assim sendo, uma outra correlação pode ser projetada. Como já vimos, a Idade Contemporânea tem como uma das características a frenetecidade e a mutabilidade das coisas que nela estão inseridas. Nesse

percurso, os indivíduos tem cada vez menos tempo de pararem pra ler conteúdos escritos quaisquer. A lógica que rege o cotidiano das sociedades atuais é a de máxima otimização do tempo.

Nessa correria sem fim, um dos reflexos que surgem e começam a afetar diretamente a vida dos sujeitos é a ansiedade. Inquietamo-nos ao nos depararmos com uma leitura um pouco mais extensa e parece que nossa capacidade de nos mantermos atentos tem se diluído.

Em contrapartida, estamos ficando cada vez mais "viciados" em estímulos visuais, o que pode se tornar um problema, uma vez que:

> Simmel também se refere às mudanças profundas no aparelho perceptivo observando os pedestres nas ruas da grande cidade. Observa que o deslocamento do indivíduo se encontra condicionado por uma série de choques e conflitos, sobretudo visuais. Afirma que a superabundância de imagens e impressões nas grandes cidades arranca do sistema nervoso, pela rapidez e intensidade de sua alternância, respostas violentas, submetendo-o a choques tais que o homem usa suas últimas forças e não consegue se reconstituir. (SCOCUGLIA, 2011, p. 401).

Nesse sentido, o nosso limiar de tolerância aos conteúdos escritos parece estar diminuindo cada vez mais. As imagens, que de longe sempre foram mais atrativas aos olhos, agora, com a extrema relevância que se tem dado ao tempo, passam ainda mais a ocupar centralidade no processo de transmissão de informações entre os indivíduos.

5 Considerações Finais

É marcante o processo de transformação pelo qual a fotografia passou desde sua invenção. Levando em consideração todos os aspectos apresentados ao longo desse artigo, a forma como esse recurso foi modificado em relação à sua aquisição, utilidade e o próprio significado tomou rumos jamais imaginados por seus percussores. O avanço da tecnologia (em especial a Internet) e a própria configuração capitalista que moldou a sociedade globalizada e materialista em que nos

encontramos atualmente são tomados como elementos centrais dessa evolução. A fotografia em si foi alterada de tal forma que as gerações mais recentes têm dificuldade em imaginar as diversas limitações de antigamente, um passado tão distante quando se considera a era dos arquivos digitais, tão facilmente obtidos, manipuláveis e descartáveis. Tal como os profissionais que lidam com a arte de fotografar tiveram de se reinventar, estudando mais técnicas e corroborando com a criação de novos mercados, para que exista a necessidade de sua contratação quando hoje em dia qualquer um pode registrar momentos em um clique.

Se antes era um indicador de certo status social e limitada a poucos, hoje, independentemente de quem seja o indivíduo, se possui um smartphone, automaticamente tem em posse até duas câmeras digitais de boa resolução. Porém ainda não podemos afirmar que esta acessibilidade é algo verdadeiramente global, tendo em vista que a desigualdade social é uma realidade que fomenta nosso dia-a-dia em diversas localidades. O ritmo desenfreado e hiperconsumista no qual tentamos nos manter colabora para a manutenção desse novo papel da fotografia: buscar uma identidade criada em meio virtual, rendendo muitos como potenciais criadores de conteúdo que, ansiosos por interações rápidas e de longo alcance se expõem cada vez e mais servem sem muito pensar à mídia e outras grandes organizações, que criam e vendem estilos de vida almejados e consequentemente gerando insatisfação ou até falecimento quando não adquirido. Parece que não temos mais tempo para viver, ler, interpretar, se relacionar presencialmente e capturar memórias. Olhando para o conteúdo das redes sociais, a percepção é que vivemos para desejos pré-concebidos e fazemos o que fazemos para ter o que registrar.

Como a contemporaneidade possui como característica essa velocidade voraz com qual as coisas se desenvolvem, é interessante que novos estudos venham a surgir sobre essa transformação no lugar de várias ações humanas, dentre elas as sociais, que outrora carregavam

algum significado e posteriormente foram perdendo o foram bem favor de outro que se alinhe melhor com o modelo econômico vigente. É um campo vasto e rico, no qual conseguimos fazer uma revisão bibliográfica satisfatória e tem muito o que ser pesquisado, talvez não no sentido de procurar uma solução ou forma de remediar, mas explorar e trazer à tona conhecimentos que deem suporte à criação de algo novo e mais sustentável, o qual seja possível vislumbrar um futuro que não ameace tudo, inclusive a subjetividade.

Referências

A ERA DO EXIBICIONISMO DIGITAL. **Istoé**, 2013. Disponível em: < https://istoe.com.br/339503_A+ERA+DO+EXIBICIONISMO+DIGITAL/ >. Acesso em: 16 de out. de 2019.

ALMEIDA, Júlia Ferreira de. **A fotografia e as redes sociais digitais**. PUC, São Paulo, 2015.

AMARAL, Rogério do. **Exposição privada nas redes sociais: uma análise sobre o Facebook na sociedade contemporânea**. 2016.

BRASIL, M. R. A. *et al*. **A imagem na idade mídia: mediações na imagem e o popular contemporâneo**. São Luís: EDUFMA, 2010.

BRUNET, Karla Schuch. Fotografia por celular: questionando novas práticas e dinâmicas de comunicação. In: **XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom)**. 2007.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade .** Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

FLUSSER, Vilém. Filosofia da Caixa Preta – **Ensaios para um futura filosofia da fotografia**. Rio de Janeiro, Ed. Relume Dumará, 2002.

FREITAS, Ricardo. Simmel e a cidade moderna: uma contribuição aos estudos da comunicação e do consumo. **Comunicação Mídia e Consumo**, v. 4, n. 10, p. 42-53, 2008.

FREUND, Gisele. **Fotografia e sociedade**. 2.ed. Lisboa: Vega, 1995.

KAWAKAMI, Tatiana Tissa; VEIGA, Adriana Imbriani Marchi. A popularização da fotografia e seus efeitos: Um estudo sobre o a disseminação da fotografia na sociedade contemporânea e suas consequências para os fotógrafos e suas produções**. Revista Científica de Design** l Londrina l V.3 l N.1 l Julho 2012

KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. Ateliê Editorial, 2001.

LIMA, N. L., MOREIRA, J. O., STENGEL, M., & MAIA, L. M. (2016). **As redes sociais virtuais e a dinâmica da internet.** Gerais: Revista Intersinstitucional de Psicologia, 9(1), 90-109.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

SANTOS, Marcelo. A técnica da imagem–ou uma imagem da técnica?. **Discursos Fotográficos**, v. 9, n. 15, p. 63-82.

SBARAI, Rafael. HONORATO, Renata. Fotografia, o motor das redes sociais. **Veja**, 2012. Disponível em: < https://veja.abril.com.br/tecnologia/fotografia-o-motor-das-redes-sociais/ >. Acesso em: 16 de out. de 2019.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavalcanti. Cultura e urbanidade: da metrópole de Simmel à cidade fragmentada e desterritorializada. **Cadernos Metrópole**, v. 13, n. 26, p. 395-417, 2011.

SONTAG, Susan. **Sobre a fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

RAMOS, Matheus Mazini; LAURENTIZ, Silvia. Crise sistêmica: um novo olhar para a fotografia. **Discursos Fotográficos**, v. 9, n. 14, p. 55-70, 2013.

TAVARES, LAT. **A depressão como "mal-estar" contemporâneo: medicalização e (ex)-sistência do sujeito depressivo** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 371 p. ISBN 978-85-7983-113-3. Available from SciELO Books.

35

A prática psicoterápica e a questão do racismo

Raquel Santos Almeida

1 Introdução

O Racismo é um problema constituinte da sociedade brasileira, não podendo ser considerado como vitimismo. O presente artigo busca problematizar a prática psicoterápica a partir do racismo, levando em consideração a formação e atuação ética dos profissionais. Para tanto, partiu-se da análise discursiva de uma matéria de revista que denuncia a falta ética de profissionais e suas repercussões a partir de referencial teórico. Buscou-se questionar a construção do imaginário social de supremacia racial que provoca ações diferenciadas de violência no encontro de alteridades e influenciam negativamente a saúde mental da população negra.

2 E a matéria, o que diz?

Em uma matéria veiculada no site da Revista Fórum e datada do dia 25 de junho de 2015 o título aponta uma questão aparentemente superada em nosso país pelo mito da democracia racial, o racismo, e confronta esse assunto com a prática psicoterápica, o título da matéria apresenta a frase emblemática "*Meu psicólogo disse que racismo não existe*". E é a partir dessa matéria que este artigo versará sobre a prática psicoterápica quando deparada com situações geradas e geradoras de racismo.

A matéria em seu corpo apresenta os depoimentos de duas mulheres negras que passaram pelo atendimento psicoterápico e contam suas experiências diante de profissionais que negaram suas falas e desconsideraram o código de ética profissional. Ambas relatam que uma vez que seu sofrimento era muito grande apontaram para seus psicólogos como uma causa o racismo que sofriam e nesse momento o profissional da psicologia afirmava com ênfase que racismo não existe, que era uma atitude de vitimização de sua cliente. As clientes em questão, declararam que enquanto o assunto era outro a psicoterapia ocorria bem e o profissional só assumia uma postura de crítica e negação quando as clientes relatavam seu sofrimento advindo do racismo. Não satisfeitas com essa postura de incredulidade de seus psicoterapeutas as mesmas procuraram outros lugares de atendimentos, seja em grupos de apoio ou ativismo, elas também declararam que só voltam a fazer psicoterapia com psicólogos negros por acreditarem que estes sejam mais sensíveis aos seus sofrimentos, por também passarem pela mesma situação.

Na matéria em questão ainda aparece o posicionamento de uma psicóloga negra, Cinthia Vilas Boas, relatando a importância de se abordar a temática no processo de formação dos psicólogos, pois para ela a deficiência está aí, os acadêmicos não são preparados para lidarem com o racismo ou com clientes negros. Ela ainda aponta a necessidade de que a saúde mental volte sua atenção para a questão, uma vez que o racismo é causa de muito sofrimento, e que a população negra quando tem condições financeiras para fazerem um atendimento psicoterápico precisa de profissionais capacitados a lidarem com suas problemáticas, e não profissionais que assumam posturas preconceituosas e racistas.

3 Como então pensar a ética na prática profissional?

A Profissão do Psicólogo é regido por seu código de ética que tem a versão mais atualizada pela Resolução nº 010 de 2005 do Conselho

Federal de Psicologia (CFP). O Código de Ética Profissional do Psicólogo é um documento que passou por três edições antes dessa última e reflete o avanço das discussões éticas da profissão, que também é ciência. Ele é um acordo de regras que orienta a profissão para a proteção dos clientes e profissionais de acordo com as demandas da sociedade.

Pensar a ética profissional é primordial para que a prática não seja cristalizada no tempo. Valls (1994) em seu livro "*O que é ética*" propõe problematizar a ética e as questões que giram em torno dela, tais como religião, ideais, liberdade, comportamento moral, bem e mal, a ética em tempos diferentes da história da humanidade. O autor destaca a dificuldade de discutir tal tema, e que dependendo da época e da sociedade o conceito do que é ético e moral muda, por isso é difícil determinar uma definição fixa.

Se pensarmos que cada época e cada sociedade tem seu código moral e que algo só se torna ético na medida em que a sociedade adota tal comportamento e não apenas alguns indivíduos, é possível então propor o questionamento da necessidade de tornar um comportamento tão antiético e amoral que é preciso que sua prática se torne crime, para que assim esse comportamento diminua e até seja extinto. O racismo no Brasil é um crime inafiançável e imprescritível, significa que a pessoa acusada não poderá pagar fiança para ser solta e pode ser denunciada a qualquer momento após cometer o crime, conforme o art. 5º, XLII da Constituição Federal de 1988, e os dispositivos da Lei nº 7.716, de 1989 que definem os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Mas se o racismo não existe, como os psicoterapeutas da reportagem disseram, qual a necessidade da existência de leis tão severas para sua prática? O racismo não existe ou a questão é ainda mais delicada? Quando falamos da ainda existência de racismo no Brasil com quais estruturas estamos lidando e/ou mexendo? Segundo Almeida (2018) o Brasil é estruturalmente racista e isso reflete na formação de consensos ideológicos que fundamentam a vida social a partir do

exercício de poder, assim falar de racismo é questionar a estrutura em que vivemos para poder escolher como queremos viver.

4 Liberdade e alteridade para uma prática ética

Valls (1994) discorre acerca da liberdade e para isso cita alguns pensadores como Harbemas, Marx e Kierkegaard, e que na angústia provocada pela possibilidade de escolha acontece a experiência humana da liberdade, assim só há liberdade se houver possibilidade de escolha. Mas essa liberdade perpassa pela alteridade tão bem trabalhada por Coelho Junior (2008) ao apresentar uma discussão acerca da alteridade e de sua importância na convivência com o outro, que não é um ser inerte, passivo e relativo, o outro precisa ser compreendido em sua identidade sabendo que esse contato provoca um certo descontrole de si, uma explosão de alteridades, levando a uma relação assimétrica, de trocas, de despojamentos, de consentimentos. Assim, a liberdade perpassa pela alteridade, é no encontro com o outro que descubro meus limites e limitações, é no encontro com o diferente que a angústia aparece, que os princípios éticos são colocados em questão. Quando um profissional da psicologia não permite este encontro e o barra, está indo contra os princípios da profissão que escolheu, não está respeitando seu próprio código de ética.

Para melhor compreender o racismo é importante entender o que é alteridade e como ela é importante na convivência social. No entanto, talvez para alguns, falar de diferenças seja incômodo, pois é melhor permanecer protegido em sua redoma de vidro, um lugar onde todos são iguais e não há diferenças no tratamento, ou ainda pior, onde acredita-se que existe superioridade de raças ou de civilizações, como muitos ainda insistem em afirmar e defender.

Quando uma pessoa se encontra com o diferente e não está preparada para lidar com a situação a reação normalmente será de preconceito e/ou violência, visto que o desconhecido provoca medo e

assusta e nem todas as pessoas sabem lidar com essa situação. A diferença é uma característica inata ao ser humano e garantiu sua sobrevivência ao longo das eras e precisa ser considerada positivamente durante as interações sociais.

Quando se mexe na estrutura de uma sociedade acostumada a um sistema opressor e excludente, mexe-se em questões como a posição de cada pessoa nessa sociedade e como isso foi se naturalizando a ponto de ser estrutural e estruturante, uma representação das hierarquias de poder presentes ainda hoje na sociedade brasileira (ALMEIDA, 2017). O Brasil viveu por séculos no regime escravocrata, onde pessoas se consideravam melhores que outras por conta de sua cor de pele a ponto de desqualificá-las enquanto seres humanos e as considerarem como objetos e/ou mercadorias que poderiam ser tratadas de qualquer forma, uma vez que eram desprovidas de alma não necessitavam de direitos. A Lei Áurea que é assinada em 1888, aparentemente "liberta" os negros do regime escravocrata, porém não prepara a população brasileira para lidar com essa nova situação, onde quem outrora era tratado como mercadoria passa a ter o direito de ser uma pessoa, situação que poderia ser remediada em até cem anos onde a escravidão poderia voltar. Mas será que de fato o negro passou a ser considerado como pessoa e não mercadoria e/ou objeto no Brasil? Como lidar com a situação em que quem era serviçal passa a ter direitos? Como lidar com situações em que espaços outrora ocupados pelos brancos agora podem ser ocupados pelos negros, como as universidades públicas? Mas, se os espaços podem ser ocupados por qualquer pessoa independentemente da cor, porque não o são? Todas essas questões apontam para a dificuldade na ruptura das estruturas sociais que foram construídas baseadas no racismo estrutural que molda pensamentos, sentimentos e comportamentos.

Falar de alteridade em um país onde ainda existem lugares, profissões, salários, roupas, alimentação diferenciadas por questões raciais é questionar até onde e para quem de fato há "liberdade" no Brasil. Quando um profissional da psicologia nega que há racismo no

Brasil e aponta que a cliente está equivocada e se vitimizando, este profissional não está de maneira alguma respeitando a alteridade de sua cliente, que chega em seu consultório com uma demanda de sofrimento e apresenta a causa e em vez de ser acolhida em seu sofrimento é contrariada com uma afirmativa categórica de que está equivocada. A psicologia é o lugar de encontro das diferenças, onde o acolhimento da alteridade é pressuposto para um bom atendimento quando uma pessoa recorre em situações que demandam um posicionamento ético do profissional, mesmo que discorde de sua cliente, e se este for o caso o profissional deve ser ético e encaminhar a cliente para outro psicólogo.

Ainda em Valls (1994) encontra-se a discussão sobre os ideais éticos e que estes variam de acordo com o interlocutor, cada pessoa assume uma postura ética que vai de encontro ao seu modo de vida, seu ambiente familiar, seus amigos, os lugares que frequenta, esses ideais são construídos e reafirmados na medida que a pessoa amadurece, podem mudar a qualquer momento, porém, esse movimento de mudança demanda muito esforço, tanto da pessoa que quer mudar quanto de quem quer que a pessoa mude.

Dizer se um ideal ético é melhor que outro é complexo e depende de muitas variáveis, o que é ético para uma pessoa pode não ser para outra. Uma pessoa que está acostumada a ser servida, cresce em um ambiente onde aprende que é superior às pessoas que a servem e que lugar de serviçal é na cozinha e não em outros espaços vai se assustar, se horrorizar quando ver alguém que considerou um serviçal comendo no mesmo restaurante que ela, estudando na mesma universidade, frequentando os mesmos ambientes, tendo os mesmos direitos.

Conviver com o diferente não é fácil, é um exercício de suspensão e redução fenomenológica que leva tempo e parte do pressuposto de que a pessoa decide fazer isso, do contrário é um esforço sem utilidade. Coelho Junior (2008) se referindo a Lévinas, aponta que a convivência é o espaço da construção da subjetividade, onde o posicionamento ético passa pela responsabilidade com e para o outro que tem uma demanda de

exigências que nem sempre vão ser atendidas, mas que vão ser entendidas já que a existência do outro não pode ser negada, essa pessoa tem a liberdade para ser diferente de quem a atende e a prática ética precisa assegurar isso, garantido seu bem-estar.

5 Binômios estético – belo e feio, bem e mal

Valls (1994) também discute a ideia de bem e de mal, ambos conceitos relacionados a princípio a conceitos estéticos, de belo e feio. A busca da beleza perpassa a história da humanidade, o belo é o almejado, em contrapartida o feio é o rejeitado. Na história das religiões isso também é visível, a moral é comparada ao bem e ao mal, ao belo e ao feio. Assim, o Ser Humano busca a harmonia com o belo por acreditar esteticamente que ele seja o melhor, sendo o feio o comportamento rejeitado e que deve ser punido.

Andrade (2010) apresenta a concepção de Hannah Arendt em desconstruir a ideias de mal enquanto uma fatalidade, mas uma possibilidade da liberdade de cada pessoa, é uma questão de ética e de política.

A ideia de que o mal é algo construído social e politicamente se adequa ao racismo, já que o negro é o inferior, aquele que não tem direitos, que deve ser o serviçal, o que tem os piores empregos, as piores condições de vida, pois afinal de contas são infra humanos, são os sem alma, não são dignos de estarem nos mesmos espaços e possuírem os mesmos direitos que os brancos. Contudo, de onde vem essa concepção? Alguns podem dizer que desde que o Brasil é Brasil sempre foi assim. E antes do Brasil ser Brasil? Algumas pessoas podem argumentar que a escravidão sempre existiu e que mesmo na África haviam tribos que escravizam outras. No entanto, um sistema opressor significa justificar a continuidade desse sistema em outras épocas e espaços? Se for assim, os brancos também eram escravizados na Europa medieval, nos impérios

grego e romano, então na mesma lógica eles também deveriam continuar escravos e subordinados a exclusão até hoje.

A noção do que é bom e do que é mal é construída de acordo com quem está no poder, então é uma questão sócio-política. O bom e o mal se tornam ferramentas de dominação, o bom passa a ser aquilo que é aceitável e o mal o que não é socialmente aceitável. O problema são as pessoas que determinam essas categorias e impõem regras de como qualificar o que é belo e o que é feio.

Bicudo (2010) apresenta um Brasil em que as relações entre cor e raça determinam as classificações, relações e classes sociais, em que a produção de conhecimento era consensual e fortalecia a marginalização de pessoas negras associando traços de personalidade a fatores biológicos e como o esforço pela miscigenação marcava o colorismo e a dificuldade de percepção das pessoas negras da existência do racismo e que ele era a razão pela qual havia a separação e isolamento social autoimposto, à medida que surgia a consciência da existência da discriminação desaparecia a necessidade de assimilação, embora esse conflito fosse velado e característica de um sistema cruel onde o poder está concentrado em um Estado que impôs de forma violenta uma inferioridade racial até hoje adoecedora.

A grande questão ultrapassa quem está no poder, mas como o mal se banalizou, se tornou aceitável quando é praticado por alguns e hediondo quando praticado por outros, isso talvez indique um fracasso moral relacionado a incapacidade das pessoas de refletirem sobre suas ações e o mundo em que vivem. Existe uma saída para isso?

6 Educação, Movimentos Sociais e Descolonização da Psicologia na contramão do Estado

No texto de Andrade (2010) ele aponta a educação como atividade propícia ao pensamento, como o meio para cultivar o diálogo interno e externo, transmitir conhecimento e educar para o pensamento, assim, a

educação é um caminho que pode ser percorrido para problematizar a falsa democracia racial que está no imaginário social e camufla um país racista e suas práticas de violência.

A psicóloga Cinthia Vilas Boas, citada no início do texto, aponta na referida reportagem, que é na educação dos acadêmicos de psicologia que se deve investir na desconstrução do racismo, que o espaço da academia é propício ao pensamento, é o local de desnaturalização do conhecimento. Porém, a crítica é feita quando isso não acontece, quando os acadêmicos não são preparados para lidarem com situações que vão de encontro aos seus próprios preconceitos. Historicamente no Brasil o curso de Psicologia é de característica burguesa, onde seus docentes e acadêmicos são pessoas brancas com condições financeiras estáveis, oriundos majoritariamente de escolas particulares. É fato que esse cenário tem mudado na última década, o número de docentes e discentes negros, pobres, oriundos de escolas públicas e moradores de periferias têm aumentado gerando mais profissionais negros, o que provoca questionamentos internos e externos à Psicologia enquanto ciência e profissão, como o processo de reconstrução de conceitos e práticas que dá prioridade ao uso de autores brancos e estrangeiros e consequente esquecimento de autores negros e brasileiros.

As conquistas sociais pertinentes às demandas de caráter étnico-raciais foram possíveis graças às lutas dos movimentos sociais, entre os quais estão os movimentos negros, que obtiveram como conquista a Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012, que versa sobre a garantia de vagas para pessoas negras nas universidades públicas, esta lei colaborou para o aumento de alunos negros nas universidades federais e estaduais do Brasil e acesso a cursos como Psicologia, possibilitando como diz Ribeiro (2019) dar visibilidade a agentes sociais que não tinham lugar de fala e poder discutir assuntos como saúde mental da população negra a partir da percepção dos agentes sociais negros levando em consideração seu *locus* social, isso não significa que apenas pessoas negras podem falar sobre racismo e sim que a partir do momento em que alunos que

ocupam lugares diferentes nas relações de poder estabelecidas historicamente, podem compartilhar suas experiências e contribuir para o que Nogueira (2019) chama atenção ao intitular seu livro de "Libertação, descolonização e africanização da Psicologia" onde faz uma crítica ao eurocentrismo e ideologia da supremacia branca que permeia o pensamento psicológico, este precisa ser descolonizado libertando-se dessas bases ao possibilitar que outras referências, como as filosofias dos povos originários, sejam utilizadas, há ainda o apontamento dos avanços que já ocorreram na Psicologia quanto aos assuntos referentes às relações étnico-raciais, avanços esses que precisam ser visibilizados.

É notório que passou-se a falar mais de um assunto que era silenciado, não porque era inexistente e sim porque era ignorado, e como discute Orlandi (2017) se algo não é falado, não existe, é preciso que a palavra exista para que seu significado possa ser atribuído e a partir de então seja possível falar sobre o assunto, e a fala na Psicologia tem uma importância central, independentemente da abordagem ou área de atuação, é possível dizer que falar de racismo na Psicologia é similar a uma catarse que aponta para um trauma recalcado, onde um de seus sintomas é a negação de sua existência, negar a existência do trauma é um mecanismo para evitar sofrimento e responsabilização, falar dele implica trazer à tona uma série de situações constrangedoras que precisam ser expostas para que possam ser resolvidas.

Fanon (2008) diz que o negro é uma invenção do branco colonizador que para dominar cria um marcador de diferença social, a cor da pele, a partir disso passa a eliminar por meio da assimilação a diversidade, primordialmente a linguagem, pois ao falar existimos para o outro, e por isso a linguagem possui uma importância crucial, já que a língua expressa o pensamento de uma civilização, quando falamos assumimos uma cultura, dessa maneira não falar poderia ser a negação da mesma.

É preciso falar de racismo na Psicologia, dar lugar de fala a quem foi e é silenciado, ir na contramão de um sistema de opressão segregador do

qual Mbembe (2016) denuncia como sendo um mecanismo do Necropoder que determina quem deve viver ou morrer, onde guerra política e genocídio se confundem nas ações de um Estado soberano de exceção e sítio, que encontra no racismo uma racionalidade que permite o massacre e a burocracia, exerce uma política seletiva de morte.

Quando o Estado é o principal agente do racismo, pois as pessoas que ocupam os cargos de poder são racistas, as pessoas não brancas, minorias na detenção de poder e bens de produção, só conseguem ter seus direitos garantidos a partir de mobilização dos movimentos sociais, movimentos aos quais Bicudo (2010) atribui um papel primordial na obtenção de consciência da existência do racismo e na maneira como ele opera e é operado para manter uma falsa realidade na qual a negação de sua existência justifica o boicote dos movimentos sociais e a necessidade de políticas públicas afirmativas.

Em um país racista tornar-se negro como afirma Souza (1983) é um processo de autonomia e protagonismo diante do discurso sobre si, a autora parte de sua experiência pessoal para falar de como foi se construindo negra e da necessidade de trabalhos acadêmicos onde os autores sejam negros, bem como da importância de pensar a subjetividade das pessoas negras massacradas pelo racismo estrutural. É necessário falar da saúde mental da população negra que historicamente foi negada, onde a concepção de si foi moldada na contramão do padrão branco de ser humano que demarcou um lugar de inferioridade ao seu diferente, negando toda e qualquer alteridade. Binômios de bom e mal, belo e feio foram usados corriqueiramente para comparar brancos e negros, padrões éticos e morais foram criados tendo essas concepções como verdadeiras, acarretando a aniquilação da subjetividade das pessoas negras que foram e são inferiorizadas, tendo seus direitos negados, entre eles o de terem um atendimento psicológico que prime por sua saúde mental.

É preciso falar sobre racismo em todos os lugares, incluindo os cursos de Psicologia, onde os futuros profissionais são formados. Para

isso é preciso descolonizar a Psicologia e a libertar da epistemologia branca, abrindo os horizontes para o vasto arcabouço teórico construído por referenciais não brancos que é negligenciado na academia.

Considerações finais

A questão do racismo em hipótese alguma pode ser minimizada por um psicólogo, tanto é que o Conselho Federal de Psicologia estabeleceu a Resolução 018/2002 onde estabelece as normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Para a construção desse documento foram levadas em consideração a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, que o racismo é crime inafiançável e imprescritível conforme o art. 5º, XLII da Constituição Federal de 1988, os dispositivos da lei 7.716, de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, os artigos VI e VII dos Princípios Fundamentais do Código de Ética Profissional dos Psicólogos, o art. 27 do Código de Ética do Psicólogo, que o preconceito racial humilha e a humilhação social faz sofrer, e a decisão tomada na reunião plenária do dia 19 de dezembro de 2002. Essa resolução possui sete artigos onde versam sobre a construção de conhecimento e reflexão sobre preconceito e eliminação do racismo, proibição de práticas racistas durante o exercício da profissão e suas técnicas, bem como a proibição de pronunciamento público que reforce práticas racistas.

Esta resolução entrou em vigor quinze anos antes da matéria exposta aqui ser publicada, e mesmo assim ainda houveram psicólogos afirmando que racismo não existe. Realidade passível de ser problematizada e que reforça a necessidade de ações efetivas nos cursos de Psicologia, é muito importante a existência da resolução, que inclusive serve de parâmetro para as ações desenvolvidas pelo CFP posteriormente, contudo é necessário que para além de ser conhecida,

ela precisa servir de parâmetro para a atuação dos profissionais a quem é dirigida e como suporte de segurança para os clientes.

Outra medida tomada pelo CFP foi a elaboração de uma nota técnica sobre as relações raciais, onde aborda a necessidade que psicólogos têm de levar em consideração em sua prática profissional a constituição do Brasil enquanto um país racista e como tal, o racismo como fator de adoecimento metal e não como vitimismo.

> O racismo tem "sido uma ideologia que opera poderosamente na sociedade como motor de desigualdades que engendram as precárias condições de existência do povo negro", configurando-se como uma grave violência estrutural e institucional presente na sociedade brasileira. Tendo isso em vista, o Sistema Conselhos de Psicologia (CFP e CRPs) assume o compromisso de combate ao racismo, levando este discurso também aos diferentes espaços nos quais tem inserção. Para isso, desenvolve ações de reafirmação da Declaração Universal de Direitos Humanos, do Código de Ética de Psicólogos e Psicólogas e, especialmente, da Resolução CFP nº 18/2002, que há quinze anos estabelece normas de atuação para as(os) psicólogas(os) em relação a preconceito e discriminação racial, e que conta com um Grupo de Trabalho no Sistema Conselhos de Psicologia, desde dezembro de 2012, voltado a evidenciá-la. (CFP, 2017, p.06-07)

Este documento foi produzido pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) e aponta a necessidade de se valorizar as especificidades de cada pessoa levando em consideração a equidade do atendimento psicológico.

Também houveram iniciativas como as campanhas "Psicologia contra o Racismo" lançada na IV Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial e "Todo Racismo é uma forma da violência" lançada em comemoração ao dia da Consciência Negra, ambas de 2018. Essas campanhas são um esforço de problematizar o racismo a partir da psicologia, não o negando e sim assumindo sua existência e encontrando meios de o enfrentar. Mas nunca é demais frisar a importância da difusão efetiva dessas ações nos cursos de Psicologia espalhados pelo país.

Essa prática de negação de uma realidade tão alarmante em nosso país, onde pessoas morrem por causa do racismo é uma provocação acerca do que se está ensinando aos acadêmicos de psicologia. Que tipo de realidade esses estudantes vivenciam onde não observam a necessidade de tratarem pessoas com adoecimentos provocados pelo racismo? Será que somente psicólogos negros poderão atender clientes negros? Se um profissional só pode atender a seus pares é preocupante. A Psicologia não pode se omitir e nem ser conivente com práticas racistas, ela é o espaço onde as pessoas encontram, e, diga-se de passagem, é um espaço caro, para resolverem seus problemas mais íntimos, suas dores mais profundas, não pode ser o espaço de reprodução de preconceitos e manutenção de estereótipos.

É necessário frisar que estes alunos que entram nas universidades deveriam desde o ensino básico estudar a história da cultura Afro-brasileira conforme a Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003, e acrescida da indígena conforme a Lei nº 11. 645 de 10 de março de 2008. Quando chegam nas universidades e não passaram pela devida aprendizagem preconizada pela lei e na grade do curso não é ofertado espaço para debates, esses alunos vão ter dificuldades na sua prática profissional quando se depararem com questões relativas as relações raciais.

A Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, foi uma das conquistas que os movimentos negros obtiveram, nela foi criado o Estatuto da Igualdade Racial, primordial para a consolidação das políticas afirmativas como o direito à saúde que é assegurado pela Constituição Federal desde 1988, e mais especificamente a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, implantada desde 2017 garante o atendimento à saúde mental às pessoas negras.

Essas leis são conquistas dos movimentos sociais que precisam ser efetivadas, assegurando a promoção da igualdade racial. O racismo por ser estrutural não irá acabar rapidamente, o que essas leis garantem é o reconhecimento de que ele existe e interfere nas dinâmicas sociais de tal modo a adoecer, quando não mata pessoas negras.

É preciso falar do assunto com seriedade para não cair em discursos de desvalorização dos problemas que ele provoca, como dizer que racismo é mimimi, vitimismo ou não existe. Racismo existe e precisa ser tratado como tal, uma ferramenta para a opressão, genocídio e silenciamento de pessoas em detrimento de um sistema de morte que usa a diferença para sobreviver e implementa o ódio a um inimigo criado para se manter.

Se o próprio Conselho Federal de Psicologia reconhece que o racismo é causa de adoecimento, é de se considerar e preocupar-se quando aparece uma notícia onde vários psicólogos afirmam que racismo não existe, e tal como as mulheres da matéria, é preciso que essa prática seja denunciada para além das mídias sociais, é necessário que seja feita uma denúncia junto ao Conselho Regional de Psicologia da cidade em que o crime ocorreu, bem como a Delegacia de Crimes Raciais, e quando não houver que a denúncia seja feita à Defensoria Pública e/ou Ministério Público e esse profissional deve arcar com as consequências de suas ações, o importante é não deixar esse crime impune.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ANDRADE, Marcelo. *A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral:* contribuições arendtianas. Revista brasileira de educação. V. 15, n.43, jan./abr. 2010.

BICUDO. Virginia Leone. Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo. Marcos Chor Maio (Org.). São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 01 de nov. de 2019.

_____. Projeto de Lei nº 7716 de 1989. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em 02 de julho de 2019>.

_____. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da República, Brasília, 2003.

_____. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena", e dá outras providências. Diário Oficial da República, Brasília, 2008.

_____. Projeto de Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em 02 de julho de 2019>.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

COELHO JUNIOR, Nelson. *Da fenomenologia à ética como filosofia primeira:* notas sobre a noção de alteridade no pensamento de E. Lévinas. Estudos de pesquisa em psicologia, UERJ, Rio de Janeiro. Ano 8, n. 2, p. 213-223, 1º semestre de 2008.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução 018 de 2002. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF>. Acesso em 24 de outubro de 2016.

_____. *Relações Raciais:* Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília: CFP, 2017.

_____. Resolução nº 010 de 2005. Código de Ética Profissional do Psicólogo, XIII Plenário. Brasília: CFP, 2005.

FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Arte & Ensaios | revista do ppgav/eba/ufrj | n. 32 | dezembro 2016.

NOGUEIRA, Simone Gibran. *Libertação, descolonização e africanização da psicologia:* breve introdução à psicologia africana. São Carlos: EdUFSCar, 2019.

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio:* no movimento dos sentidos. Campinas: Editora Unicamp, 2017.

REVISTA FÓRUM. Meu psicólogo disse que racismo não existe. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2015/06/25/meu-psicologo-disse-que-racismo-nao-existe/>. Acesso em 24 de outubro de 2016.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala. Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro:* as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983.

VALLS, Álvaro L. M. O que é ética. Coleção Primeiros Passos, nº 177. Editora Brasiliense, 1994.

Sobre os autores

Organizadora

Dayse Marinho Martins

Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestra em Cultura e Sociedade pela UFMA. Graduada em Pedagogia, História, Filosofia e Psicologia, Sociologia. Doutoranda em História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes pela UFMA. Especialista em áreas das Ciências Humanas: Psicopedagogia Clínica e Institucional; História do Brasil; Educação Infantil; Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia; Metodologia de ensino de História; Ensino de História da África e do Maranhão; Planejamento educacional e políticas públicas; Ludopedagogia; Neuropsicopedagogia; Educação Especial/ Inclusiva; Psicologia Educacional; Psicologia Infantil; Arqueologia; Práticas Assertivas da Educação Profissional Integrada à EJA; África e suas diásporas; Etnologia indígena, Antropologia Brasileira, Fundamentos e Organização Curricular, Educação Integral e Integrada, Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Realiza pesquisas com ênfase em currículo, ensino-aprendizagem, história da educação, história do Maranhão, política educacional, educação profissional, psicologia infantil, saúde mental, Arqueologia lacustre no Maranhão, Educação Patrimonial. Professora da rede municipal de São Luís. Especialista em Educação na Rede Estadual de Ensino do Maranhão, Assessora da Diretoria de Ensino na reitoria do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA). E-mail: *daysemarinho@yahoo.com.br*.

Prefácio

Lucas Guimarães Cardoso de Sá

Professor Adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Possui graduação e mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e doutorado e pós-doutorado em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Realizou estágio de doutorado sanduíche na Universidad Nacional de Córdoba, Argentina, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Membro do Grupo de Pesquisa em Relações Interpessoais e Habilidades Sociais (RIHS) e do Grupo de Trabalho Relações Interpessoais e Competência

Social da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP). Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicometria e Avaliação Psicológica (GEPPAP/UFMA). Tem interesse em Psicometria e como foco de pesquisa a investigação das habilidades sociais e de enfrentamento na manutenção da abstinência de álcool, crack e outras drogas. E-mail: *lucas.gcs@gmail.com*

Rosana Mendes Eleres de Figueiredo
Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, Coordenadora de Estágio Obrigatório do Curso de Psicologia/UFMA.. Possui graduação em Psicologia (Bacharelado e Formação do Psicólogo) pela Universidade Federal do Pará; Mestrado e Doutorado em Teoria e Pesquisa do Comportamento, pela Universidade Federal do Pará. Professora das disciplinas vinculadas à área escolar sob o enfoque da Análise do Comportamento; desenvolve trabalhos acerca da Aprendizagem e Desempenho Acadêmicos focando as seguintes temáticas: procedimentos de ensino, dificuldades de aprendizagem, fracasso escolar e formação dos professores. E-mail: *rosana.eleres@ufma.br*

Autores

Alexya Caroline Espíndola Rodrigues Souza Batista
Graduanda em Psicologia, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: *abscaroline@hotmail.com*

Allisson Pereira De Sousa De Mesquita
Graduando em Psicologia, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: *allissonpsmilan@hotmail.com*

Andressa Kelly Pinheiro Rocha
Graduada em Psicologia, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: *andressakelly150@hotmail.com*

Camila Araujo Marques
Graduanda em Psicologia, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: *marques.camilaaraujo@gmail.com*

Carlos André Dos Santos Jardim
Graduando em Psicologia, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicologia, bolsista da Fapema (2018 à 2019). E-mail: *andrenews07@hotmail.com*

Carlos Santos Leal
Professor Adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutor e Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. E-mail: *c-leal1@hotmail.com*

Caroline Martins Dias
Graduanda em Psicologia, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: *diasm.caroline@gmail.com*

Catarina Malcher Teixeira
Professora adjunta do curso de graduação e Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão(UFMA); Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (1996). Formação do Psicólogo pela Universidade Federal do Pará (1997), Mestrado em Teoria e Pesquisa do Comportamento pela Universidade Federal do Pará (2001) e Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos (2015). Tem experiência na área de Psicologia Clínica. Estuda os temas: Habilidades Sociais, Assertividade e Terapia Comportamental Infantil. Email: *catarinamalcher@hotmail.com*

Cristianne Almeida Carvalho
Professora adjunta do curso de graduação e Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutora e Mestra em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Especialista em Fisiologia do Exercício. Coordenadora do GT psicologia do esporte da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP); Experiência profissional na área clínica e do esporte, coordenadora do grupo de estudo e pesquisa em História, Psicologia e esporte (GEPHPE). Email: *cristianne.o1@uol.com.br*.

Diego Leonardo França dos Santos
Graduado em Enfermagem; Graduando em Psicologia, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: *diego.leo_san@hotmail.com*

Elias Augusto Ribeiro Neto
Graduado em Pedagogia; Especialista em Metodologia do Ensino Superior ; Graduando em Psicologia, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: *elias.arn@hotmail.com*

Flaviane Cartagenes Sousa
Bacharel em Serviço Social; Graduanda em Psicologia, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: *flavianecartagenes@hotmail.com*

Gabriella Dominices Penha
Graduanda em Psicologia, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: *gabidomy@hotmail.com*

Giullia Marques Goiabeira
Graduanda em Psicologia, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: *giullia.mg@gmail.com*

Heitor Natividade Oliveira
Graduado em Psicologia pela UFMA, Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Norte do Paraná e Mestrado em Psicologia pela UFMA (2017). Docente do Instituto Florence de Ensino Superior e professor substituto da UFMA (2018-2019). Email: heitornoliveira@gmail.com

Jean Marlos Pinheiro Borba
Professor Adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Pós-doutor em Filosofia - IFCS-UFRJ ; Doutor em Psicologia Social (UERJ) e Mestre em Administração (UFPB) Bacharel em Ciências Contábeis e Psicologia. Líder dos Grupos de Estudos e Pesquisa em Fenomenologia e Psicologia Fenomenológica ; Saúde e Intervenções com Animais. Email: *jean.marlos@ufma.br*

Jena Hanay Araújo de Oliveira
Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Formação de Psicóloga, Bacharelado e Licenciatura em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Doutorado em Psicologia como Profissão e Ciência e Mestrado em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Tratamento e Prevenção Psicológica, atuando principalmente nos seguintes temas: psicologia clínica, psicologia da saúde, psicossomática, avaliação psicológica, obesidade e transtornos alimentares, psicoterapia psicodinâmica breve, produção científica, validação de escalas de uso clínico.. Email : *jenahanay@gmail.com.*

José Nicolau Gonçalves Fahd
Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Especialista em Gestão Pública pela Faculdade Integrada Jacarepaguá (FIJ). Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Auditor do Tribunal de Contas da União. E-mail: *nicofahd@hotmail.com*

Júlia Boaz Rodrigues
Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), membra do Grupo de Estudo em Gestalt-Terapia – (GEGT Integrar), foi bolsista da FAPEMA pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Psicologia e Esporte (GEPHPE). Email: *juliaboaz@hotmail.com.*

Karoline Magalhães Conceição
Graduanda em Psicologia, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: *kmckaroline@gmail.com*

Kleina Silva Bezerra dos Santos
Graduanda em Psicologia, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: *kleinasantos@hotmail.com*

Larah Bogea Ribeiro
Graduanda em Psicologia, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: *larah.bogea@gmail.com*

Loyane Ellen Silva Gomes
Graduanda em Psicologia, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: *loyane.gomez@gmail.com*

Luciane Fontinele de Freitas
Graduanda em Psicologia, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: *lucianefontineledef@hotmail.com*

Lucielle da Silva Oliveira
Bacharel em Turismo, Graduanda em Psicologia, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: *lucielleoliveira@msn.com*

Manoel Silva França
Administrador, graduado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Graduando em Psicologia, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). MBA Executivo em Consultoria e Planejamento Empresarial, pela Universidade Candido Mendes (UCAM). Especialista em Marketing Digital, pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Consultor empresarial, mentor e palestrante nas áreas: Autoliderança, Liderança de equipes, Empreendedorismo, Atendimento de Excelência, Gestão de Talentos, Gestão da Singularidade, Marketing Digital, Planejamento, Recrutamento, Seleção, Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas. E-mail: *manoelfranca.msf@gmail.com*

Marcia Cruz Silveira Soeiro
Graduanda em Psicologia, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: *ufmamarcia@gmail.com*

Marcio José de Araújo Costa
Bacharel em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pela Faculdade Jesuíta de Belo Horizonte (FAJE-MG). Especialista em Filosofia Geral (Faculdade São Bento - RJ). Psicólogo, Mestre e Doutor em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Psicanalista com Pós-Doutorado: em Psicologia Clínica na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) sob supervisão de Suely Rolnik; em Teoria Psicanalítica na UFRJ, sob supervisão de Joel Birman. Professor adjunto da graduação e pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: *marciojacosta144@gmail.com*

Mariana Couto
Graduanda em Psicologia, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: *maricorpsi@gmail.com*

Mariana Santos Serra Carvalho
Graduanda em Psicologia, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: *mariana_serra@hotmail.com*

Matheus Correa de Jesus
Graduando em Psicologia, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: *matheus_correia.1@hotmail.com*

Natássia Fortes Braga Portela e Silva
Graduanda em Psicologia, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: *natassiaportela@outlook.com*

Raquel Santos Almeida
Mestranda em Cartografia Social e Política da Amazônia (UEMA), Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial, Bacharela e Licenciada em Ciências Sociais (UFPA), Graduanda em Psicologia, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: *almeida.raquel.santos87@gmail.com*

Renata Silva Amador
Graduanda em Psicologia, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: *renata.s.amador@gmail.com*

Sávia Ferreira do Nascimento
Graduada em Psicologia, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: *savia.ferreira@outlook.com*

Thamires Ayres Ribeiro
Graduanda em Psicologia, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: *ayres.thamires@gmail.com*

Wanderlea Nazaré Bandeira Ferreira
Professora Assistente do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Psicóloga, Mestra em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica na Universidade Federal do Pará-UFPA. Coordenadora do Grupo de Estudos em Gestalt-terapia Integrar- UFMA. E-mail: *wanderleabferreira@gmail.com*

Wenderson Silva Furtado.
Graduando em Psicologia, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: *wendersonsilva2@gmail.com*

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.

www.editorafi.org
contato@editorafi.org